



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1613

Quarta-feira - 12 de Novembro de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2
Alto Bela Vista.....	7
Anchieta.....	8
Antônio Carlos.....	9
Atalanta.....	10
Barra Velha.....	10
Biguaçu.....	11
Blumenau.....	14
Bom Jesus do Oeste.....	17
Bom Retiro.....	38
Braço do Trombudo.....	38
Brunópolis.....	39
Brusque.....	65
Caçador.....	105
Camboriú.....	106
Campo Alegre.....	109
Campos Novos.....	124
Canelinha.....	125
Canoinhas.....	126
Capinzal.....	126
Caxambu do Sul.....	129
Chapadão do Lageado.....	129
Cocal do Sul.....	130
Concórdia.....	131
Cordilheira Alta.....	132
Coronel Freitas.....	133
Correia Pinto.....	133
Curitibanos.....	134
Dionísio Cerqueira.....	166
Ermo.....	166
Forquilha.....	167
Fraiburgo.....	175
Garopaba.....	187
Gaspar.....	187
Grão Pará.....	191
Guaramirim.....	192
Guarujá do Sul.....	194
Herval d'Oeste.....	195
Ibiam.....	198
Ilhota.....	224
Imarui.....	225
Imbituba.....	233
Ipumirim.....	234
Irineópolis.....	236
Itá.....	237
Itaiópolis.....	237
Itapiranga.....	238
Itapoá.....	243
Ituporanga.....	252

Joaçaba.....	253
Lages.....	260
Lauro Muller.....	261
Leoberto Leal.....	274
Luzerna.....	275
Mafra.....	289
Maravilha.....	290
Modelo.....	292
Morro da Fumaça.....	296
Navegantes.....	299
Nova Trento.....	299
Orleans.....	304
Palhoça.....	304
Papanduva.....	309
Passo de Torres.....	315
Passos Maia.....	318
Paulo Lopes.....	319
Penha.....	319
Petrolândia.....	322
Pinheiro Preto.....	322
Pomerode.....	324
Porto Belo.....	340
Porto União.....	341
Rio do Sul.....	342
Salto Veloso.....	353
Santa Rosa do Sul.....	354
São Bento do Sul.....	354
São Domingos.....	356
São João do Sul.....	362
São Joaquim.....	363
São José.....	364
São José do Cedro.....	366
São Lourenço do Oeste.....	375
São Miguel do Oeste.....	376
São Pedro de Alcântara.....	457
Schroeder.....	466
Serra Alta.....	477
Timbó.....	490
Três Barras.....	508
Treze Tílias.....	509
Tunápolis.....	510
Vargeão.....	510
Vargem Bonita.....	532
Videira.....	533
Vitor Meireles.....	536
Xavantina.....	541

Associações

AMMVI.....	541
------------	-----

Consórcios

CIGA.....	542
CIMCATARINA.....	543
CIS/AMOSC.....	543

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

LEI Nº 2.317/2014

LEI Nº 2.317/2014 - DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR PARCIALMENTE, TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRIAR ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar no orçamento vigente os elementos de despesas 3.1.90.00.00.0095/230-231-232 - Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
01- DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.361.0010.2.020 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO
3.1.90.00.00.0095/230 Aplicações Diretas R\$ 26.000,00

12.361.0010.2.022 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
3.1.90.00.00.0095/231 - Aplicações Diretas..... R\$ 25.000,00

12.365.0013.2.029 - MANUTENÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
3.1.90.00.00.0095/232 - Aplicações Diretas..... R\$ 21.000,00

VALOR TOTAL R\$ 72.000,00

Art. 2º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a anular o seguinte elemento de despesa:

05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
01- DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.361.0010.1.010 - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ABRIGOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR
3.3.90.00.00.0095/61 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
4.4.90.00.00.0095/62 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

12.365.0013.1.009 - AQUISIÇÃO DE TERRENO CRECHE
4.4.90.00.00.0095/78 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

12.365.0013.1.011 - CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESPAÇO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL
3.3.90.00.00.0095/79 - Aplicações Diretas..... R\$ 15.000,00
02 - DEPARTAMENTO DE CULTURA

13.392.0015.1.013 - AQUISIÇÃO E AMPLIAÇÃO DO ESPAÇO PARA O CENTRO DE EVENTOS
4.4.90.00.00.0095/89 - Aplicações Diretas..... R\$ 10.000,00

13.392.0015.2.034 - APOIO A PROJETOS E GRUPOS CULTURAIS
3.3.90.00.00.0095/96 - Aplicações Diretas..... R\$ 1.000,00

07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO
01 - DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
22.661.0020.1.018 - AQUISIÇÃO OU DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREAS DE INTERESSE PÚBLICO
4.4.90.00.00.0095/104 - Aplicações Diretas..... R\$ 34.000,00

VALOR TOTAL R\$ 72.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 07 de novembro de 2014
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.318/2014

LEI Nº 2.318/2014 - DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR TOTAL OU PARCIALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular total ou parcialmente as seguintes dotações orçamentárias constantes do orçamento municipal vigente:

05 GABINETE DO PREFEITO
01 GABINETE DO PREFEITO
04.122.0002.2.003 MANUTENÇÃO DAS ASSESSORIAS E CONTADORIA
3.1.90.00.00.0095/06 - Aplicações Diretas R\$ 4.250,00

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
01 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS
28.271.0000.0.004 INATIVOS E PENSIONISTAS
3.1.90.00.00.0095/28 Aplicações Diretas R\$ 1.650,00

28.271.000.0.005 INATIVOS E PENSIONISTAS - ENSINO
3.1.90.00.00.0095/29 Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
02 DEPARTAMENTO DE CULTURA
13.392.0015.2.032 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA
3.1.90.00.00.0095/90 Aplicações Diretas.. R\$ 26.200,00

08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRA-ESTRUTURA RURAL
01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
2.782.0019.2.050 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA RURAL
3.1.90.00.00.0095/115 Aplicações Diretas R\$ 79.100,00

13 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
01 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
16.482.0024.2.063 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
3.1.90.00.00.0095/127 Aplicações Diretas.... R\$ 44.300,00

TOTAL R\$ 161.500,00

Art. 2º. Os valores anulados conforme artigo 1º desta Lei serão utilizados para suplementar os seguintes elementos de despesas:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
01 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS
04.122.003.2.006 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA E DEPARTAMENTOS
3.1.90.00.00.0095/14 Aplicações Diretas R\$ 70.000,00
04.122.0003.2.008 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE

CONTROLE INTERNO

3.1.90.00.0095/19 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

04 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

02 DEPARTAMENTO DE CONTROLE SANITÁRIO

20.606.0007.2.014 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA

3.1.90.00.0095/47 Aplicações Diretas R\$ 61.000,00

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ESPORTES

27.812.0016.2.036 MANUTENÇÃO DE DEPARTAMENTO DE ESPORTES

3.1.90.00.0095/99 Aplicações Diretas R\$ 25.500,00

TOTAL R\$ 161.500,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 07 de novembro de 2014

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.319/2014

LEI Nº 2.319/2014 - 07 DE NOVEMBRO DE 2014

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ANULAR PARCIAL E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no orçamento vigente instituído Lei nº 2.246 de 03 de dezembro de 2013, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para a Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa: 3.3.90.00.0.1.0000/4 Aplicação Direta com a seguinte classificação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
08.244.0045.2.056 MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.3.90.00.0.1.0000.0/4 Aplicações DiretasR\$ 4.000,00

TOTALR\$ 4.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste decreto fica anulado parcialmente o recurso da seguinte dotação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
08.244.0045.2.056 MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

4.4.90.00.0.1.0000/5 Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

TOTALR\$ 4.000,00

Art. 4º. Este projeto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 07 de novembro de 2014.

Novelli Sganzerla

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 115/2014

DECRETO Nº 115/2014 - DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2013, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 26.412,17 (vinte e seis mil e quatrocentos e doze reais e dezessete centavos), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção dos departamentos.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente os elementos de despesa 3.3.90.00.00.0058/72 e 3.3.90.00.00.0142/215 Aplicações Diretas, com as seguintes classificações orçamentárias:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0010.2.024 APLICAÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO

3.3.90.00.00.0058/72 Aplicações Diretas.....R\$ 26.000,00

12.365.0013.2.029 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.00.00.0142/215 Aplicação Diretas.....R\$ 412,17

TOTAL R\$ 26.412,17

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 31 de outubro de 2014.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 116/2014

DECRETO Nº 116/2014 - DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

"ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da

Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulado parcialmente o seguinte elemento de despesa do orçamento vigente:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS

04.122.0005.2.009 CONTRIBUIÇÕES FINANC.A ENTIDADES2.0015.2.032

3.3.71.00.00.0095/23 Transferências à Consórcios Públicos...R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 5.000,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º deste Decreto, será utilizado para suplementar o seguinte elemento de despesa:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS

04.122.0005.2.009 CONTRIBUIÇÕES FINANC.A ENTIDADES2.0015.2.032

3.3.90.00.00.0095/24 aplicações Diretas.....R\$ 5.000,00

TOTALR\$ 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 31 de outubro de 2014.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 117/2014

DECRETO Nº 117/2014 - DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014

"ANULA PARCIALMENTE, TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.317, de 07 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica criado no orçamento vigente os elementos de despesas 3.1.90.00.00.0095/230-231-232 - Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01- DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0010.2.020 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO

3.1.90.00.00.0095/230 Aplicações Diretas R\$ 26.000,00

12.361.0010.2.022 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.1.90.00.00.0095/231 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

12.365.0013.2.029 - MANUTENÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1.90.00.00.0095/232 - Aplicações Diretas R\$ 21.000,00

VALOR TOTAL R\$ 72.000,00

Art. 2º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica anulado o seguinte elemento de despesa:

05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01- DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0010.1.010 - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ABRIGOS

PARA O TRANSPORTE ESCOLAR

3.3.90.00.00.0095/61 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

4.4.90.00.00.0095/62 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

12.365.0013.1.009 - AQUISIÇÃO DE TERRENO CRECHE

4.4.90.00.00.0095/78 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

12.365.0013.1.011 - CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESPAÇO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.00.00.0095/79 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

02 - DEPARTAMENTO DE CULTURA

13.392.0015.1.013 - AQUISIÇÃO E AMPLIAÇÃO DO ESPAÇO PARA O CENTRO DE EVENTOS

4.4.90.00.00.0095/89 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

13.392.0015.2.034 - APOIO A PROJETOS E GRUPOS CULTURAIS

3.3.90.00.00.0095/96 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO

01 - DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

22.661.0020.1.018 - AQUISIÇÃO OU DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREAS DE INTERESSE PÚBLICO

4.4.90.00.00.0095/104 - Aplicações Diretas..... R\$ 34.000,00

VALOR TOTAL R\$ 72.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 07 de novembro de 2014

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 118/2014

DECRETO Nº 118/2014 - DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014

"ANULA TOTAL OU PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.318, de 07 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam anuladas total ou parcialmente as seguintes dotações orçamentárias constantes do orçamento municipal vigente:

05 GABINETE DO PREFEITO

01 GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2.003 MANUTENÇÃO DAS ASSESSORIAS E CONTADORIA

3.1.90.00.00.0095/06 - Aplicações Diretas R\$ 4.250,00

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS

28.271.0000.0.004 INATIVOS E PENSIONISTAS

3.1.90.00.00.0095/28 Aplicações Diretas R\$ 1.650,00

28.271.000.0.005 INATIVOS E PENSIONISTAS - ENSINO

3.1.90.00.00.0095/29 Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

02 DEPARTAMENTO DE CULTURA

13.392.0015.2.032 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA

3.1.90.00.00.0095/90 Aplicações Diretas R\$ 26.200,00

08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRA-ESTRUTURA RURAL
01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
2.782.0019.2.050 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA RURAL
3.1.90.00.00.0095/115 Aplicações Diretas R\$ 79.100,00

13 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
01 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
16.482.0024.2.063 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
3.1.90.00.00.0095/127 Aplicações Diretas.... R\$ 44.300,00

TOTAL R\$ 161.500,00

Art. 2º. Os valores anulados conforme artigo 1º deste Decreto serão utilizados para suplementar os seguintes elementos de despesas:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
01 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS
04.122.003.2.006 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA E DEPARTAMENTOS
3.1.90.00.00.0095/14 Aplicações Diretas R\$ 70.000,00
04.122.0003.2.008 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO
3.1.90.00.0095/19 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

04 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
02 DEPARTAMENTO DE CONTROLE SANITÁRIO
20.606.0007.2.014 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA
3.1.90.00.0095/47 Aplicações Diretas R\$ 61.000,00

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ESPORTES
27.812.0016.2.036 MANUTENÇÃO DE DEPARTAMENTO DE ESPORTES
3.1.90.00.0095/99 Aplicações Diretas R\$ 25.500,00

TOTAL R\$ 161.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 07 de novembro de 2014
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 119/2014

DECRETO Nº 119/2014 - 07 DE NOVEMBRO DE 2014
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ANULAR PARCIAL E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.319, de 07 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto, no orçamento vigente instituído Lei nº 2.246 de 03 de dezembro de 2013, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para a Manutenção do Fundo Municipal de Assistência

Social.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa: 3.3.90.00.0.1.0000/4 Aplicação Direta com a seguinte classificação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
08.244.0045.2.056 MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.3.90.00.0.1.0000.0/4 Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

TOTALR\$ 4.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste decreto fica anulado parcialmente o recurso da seguinte dotação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
08.244.0045.2.056 MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

4.4.90.00.0.1.0000/5 Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

TOTALR\$ 4.000,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 07 de novembro de 2014.
Novelli Sganzerla
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 120/2014

DECRETO Nº 120/2014 - DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CRIA ELEMENTO DE DESPESA ANULA PARCIAL E TOTAL E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 2.246 de 03 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.246 de 03 de dezembro de 2013, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.475,04 (dois mil e quatrocentos e setenta e cinco reais e quatro centavos) para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para pagamento complementar da folha de pessoal e aplicação de recursos vinculados do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Fica criado e suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa: 3.1.90.00.0.1.0651.0/32 e suplementado o elemento de despesa: 3.1.90.00.0.1.0052.0/26 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E

FEDERAL - IGD/PETI E OUTROS

3.1.90.00.0.1.0651.0/32 Aplicações Diretas R\$ 1.375,04
3.1.90.00.0.1.0052.0/26 Aplicações Diretas R\$ 1.100,00
TOTAL R\$ 2.475,04

Art. 3º. Para atender as despesas decorrentes do disposto no artigo 1º deste decreto ficam anulados parcial e totalmente os recursos das seguintes dotações orçamentárias:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E
FEDERAL - IGD/PETI E OUTROS

3.3.90.00.0.1.0651.0/29 Aplicações Diretas..... R\$ 753,04
4.4.90.00.0.1.0651.0/31 Aplicações Diretas..... R\$ 622,00
3.3.90.00.0.1.0052.0/10 Aplicações Diretas..... R\$ 1.100,00
TOTAL R\$ 2.475,04

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 07 de novembro de 2014.
Novelli Sganzerla
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 121/2014

DECRETO Nº 121/2014 - DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ANULA TOTALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 2.246 de 03 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.246 de 03 de dezembro de 2013, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 95,00 (noventa e cinco reais) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo será para Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa: 3.3.90.00.0.1.0152.0/58, Aplicação Direta com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
10.305.0042.2.055 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
3.3.90.00.0.3.0152.0/58 Aplicações Diretas R\$ 95,00
TOTAL ... R\$ 95,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto fica anulado totalmente o recurso da seguinte dotação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
10.305.0042.2.055 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

4.4.90.00.0.3.0152.0/56 Aplicações Diretas R\$ 95,00
TOTAL ... R\$ 95,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 07 de novembro de 2014.
Novelli Sganzerla
Prefeito Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 1918 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014

HOMOLOGA O RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECIO GRATNER, Prefeito Municipal, de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

Considerando a regularidade processual na execução das fases do Processo Seletivo, a cargo da empresa contratada Assessoria e Consultoria Pública e Privada Eireli - EPP (ASSCOM) - PP);

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado do Processo Seletivo nº 002/2014, cujo resultado final foi publicado em 07 de Novembro de 2014, nos termos dos quadros seguintes:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE						
Nº	NOME	PORT	MAT	CONH. GERAIS	TOTAL	CLASSIF.
24	ANELIZE CAMILA STALLBAUM	2,00	0,50	4,00	6,50	1º
55	MICHELI CRISTINA LEMKE	1,00	1,50	2,50	5,00	2º

AGENTE DE LIMPEZA E COPA						
Nº	NOME	PORT	MAT	CONH. GERAIS	TOTAL	CLASSIF.
2	TATIANE DOS SANTOS	2,50	1,50	2,50	6,50	1º
29	ODETE DE FATIMA MELLA	0,00	2,00	3,00	5,00	2º
27	ALICE KOPPE	1,00	1,00	2,50	4,50	3º
39	NILCI INES ALLEBRANDT	1,50	0,50	2,00	4,00	4º
5	LOIVA DA SILVA	0,50	0,50	2,00	3,00	5º

ASSISTENTE SOCIAL							
Nº	NOME	PORT	MAT	CONH. GERAIS	ESPECÍFICA	TOTAL	CLASSIF.
42	NÉRCIA MÉRIS GANDERLA	2,00	0,40	1,60	2,80	6,80	1º
36	TATIANE DA COSTA	1,20	0,80	1,20	3,20	6,40	2º
57	GLÁUCIA MARIA FERREIRA CARPEGIANI	2,00	1,20	0,80	2,40	6,40	3º
63	ROSEMARY BATISTA DE CARVALHO	1,60	0,40	1,20	2,80	6,00	4º
50	EDUARDA JÚLIA NICOLLI MIOTTO	1,20	0,40	1,20	2,40	5,20	5º

AUXILIAR DE CRECHE						
Nº	NOME	PORT	MAT	CONH. GERAIS	TOTAL	CLASSIF.
64	GEISE SABRINA LANGER	2,00	1,00	4,00	7,00	1º
15	ELIANE MARISA HENN FISCHER	2,50	1,50	2,50	6,50	2º

66	GELI LUCIA PESSI	1,50	2,00	2,50	6,00	3º
13	BEATRIZ CAMILA HORN	1,50	1,00	3,00	5,50	4º
16	FERNANDA NESELLO	1,00	1,50	3,00	5,50	5º
17	ADRIANA DUARTE SIDRA	1,00	1,50	2,50	5,00	6º
38	SIMONE SCHNEIDER BOURCKHARDT	0,00	2,00	3,00	5,00	7º
52	MAIKELLI LEREMEN	0,00	2,00	3,00	5,00	8º
10	DANIELI DOS SANTOS DA ROSA BIASIO	1,00	0,50	3,00	4,50	9º
46	ANA LUCIA ROJAS ALÉM	1,00	0,50	3,00	4,50	10º
62	ADRIELE DA COSTA	1,50	1,00	1,50	4,00	11º
60	KEITH IANE PROVIN ABEL	1,00	0,50	2,50	4,00	12º
45	KETLEN MARIA FINGER	1,50	0,50	1,50	3,50	13º
61	JESSICA FERNANDA DA SILVA	0,50	1,00	2,00	3,50	14º

FARMACÊUTICO							
Nº	NOME	PORT	MAT	CONH. GERAIS	ESPECÍFICA	TOTAL	CLASSIF.
67	JANAINA ANTONIAZZI SPANHOLI	2,00	1,20	1,20	3,20	7,60	1º
26	LETÍCIA ADAMES DARTORA	1,60	0,80	1,60	3,20	7,20	2º
1	MAURÍCIO CAMILOTTI	1,60	1,20	1,20	3,20	7,20	3º
19	MARIELLEN ARAUDI	2,00	0,80	1,60	2,80	7,20	4º
12	DANIELE CRISTINA REGINATO	1,60	0,40	1,20	2,80	6,00	5º
32	VANESSA VOSS	2,00	0,80	0,40	2,80	6,00	6º
48	NELSON MOREIRA ANTUNES	2,00	1,20	0,80	2,00	6,00	7º
56	MAIKELI CALGAROTO	1,60	0,40	0,80	2,80	5,60	8º
18	JANAINA SEGANFREDO	1,60	0,80	0,80	2,00	5,20	9º
44	PAULO SÉRGIO MIOTTO	1,20	0,80	0,40	2,00	4,40	10º

FONOAUDIÓLOGO							
Nº	NOME	PORT	MAT	CONH. GERAIS	ESPECÍFICA	TOTAL	CLASSIF.
37	ANANDA MOARA BATISTA FACHINELLO	1,60	0,80	1,60	1,60	5,60	1º
40	ALEXANDRA GHENO	1,20	0,80	1,60	1,60	5,20	2º

MERENDEIRA						
Nº	NOME	PORT	MAT	CONH. GERAIS	TOTAL	CLASSIF.
8	CLECI TEREZINHA DALATEZE	1,00	1,50	2,50	5,00	1º
51	SELI BRANDT	1,00	1,00	2,50	4,50	2º

PSICÓLOGO							
Nº	NOME	PORT	MAT	CONH. GERAIS	ESPECÍFICA	TOTAL	CLASSIF.
20	CLEUSA BEATRIZ DA SILVA BORGES	1,60	0,80	1,20	2,80	6,40	1º
68	ANDREA FERNANDA RODRIGUES MOREIRA	2,00	0,80	0,80	2,80	6,40	2º
58	ANA CLAUDIA MATOS FELICIO	1,60	1,20	0,80	2,80	6,40	3º
47	MAIARA SCHWANKE	2,00	0,40	1,60	2,40	6,40	4º
35	BRUNA FÁTIMA HILLESHEIM	1,60	0,80	1,20	2,40	6,00	5º
11	ALINE PORT	2,00	0,40	1,60	2,00	6,00	6º
21	SILVANA MAIA BORGES	2,00	1,60	0,80	1,60	6,00	7º
41	ANDRESSA BALBINOT LOCATELLI	2,00	0,40	0,80	2,00	5,20	8º
43	ATEFANIE SCHEILA NEUMAN	2,00	0,80	1,20	1,20	5,20	9º
22	SAMANTHA CASSOL OLIVEIRA	1,20	0,80	0,40	2,00	4,40	10º
30	GLAUCO OLAVO KESSLER	1,60	0,80	0,40	1,60	4,40	11º

Art. 2º. Não houve inscritos na condição de portadores de Necessidades Especiais.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC,
em 07 de novembro de 2014.

DECIO GRATNER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

Anchieta

PREFEITURA

EXTRATO AVISO PREGÃO FMAS N. 017_2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASS SOCIAL DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 017/2014

A Gestora do FMAS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Aquisição de material permanente (Mesa de Reunião), para equipar sala de atendimento aos beneficiários do Programa Bolsa Família. Pagos com recursos financeiros do IGD-PBF. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 10:00 horas do dia 25/11/2014. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 12 de novembro de 2014.

Ivonete Recalcati
Gestora FMAS

Antônio Carlos

PREFEITURA

DECRETO Nº 116/2014

DECRETO Nº 116/2014

Abre Crédito Adicional Suplementar -Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001468/14 de 04 de Novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 144.117,09 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0004.2.007-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 49.117,09

04.01.12.361.0004.1.001-4.4.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 95.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0004.0.002-3.2.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 2.621,59

04.01.12.365.0004.1.002-4.4.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 130.000,00

04.01.12.361.0004.0.002-4.6.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 11.495,50

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 07 de Novembro de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

PORTARIA N 507/2014

PORTARIA Nº 507/2014.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, NELSON TEIXEIRA SANTOS JUNIOR, para o cargo efetivo de ENGENHEIRO AGRONOMO, a partir de 17 de novembro de 2014, para atuar na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, passando a fazer parte do Quadro de pessoal da Prefeitura de Antonio Carlos.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 11 de novembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 12 de novembro de 2014.

AVISO DE LICITAÇÃO 97/2014 - TOMADA DE PREÇO 10/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 97/2014; Modalidade: Tomada de Preço nº. 10/2014; Tipo: Empreitada por Menor Preço Global; Objeto: contratação de empresa especializada em Serviços de Engenharia Civil para empreitada por menor preço global, com fornecimento de material e mão de obra especializada, para construção de acesso e alambrado, para fechamento da Escola Dom Afonso Niehues, com área de 6.740,46 m², situada na Rua São Francisco, 700, Centro, Município de Antônio Carlos/SC. Entrega dos envelopes e abertura: 01 de dezembro de 2014 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48)3272-8617 ou (48) 3272-1123, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br, ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 11 de novembro de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Atalanta**PREFEITURA****MODALIDADE LEILÃO Nº 1/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2014
MODALIDADE LEILÃO Nº 1/2014

A Prefeitura Municipal de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará LEILÃO dos seguintes itens:

- 1-Um Pas Automóvel, VW/Gol Special, 5P/55CV, a Gasolina, Ano de Fabricação 1999, Modelo 2000, Categoria Oficial, na Cor Branca, Chassi nº 9BWZZZ377YP046654, Placa - AIZ-2019, Patrimônio nº 2146. Vvalor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);
- 2- Um Pas Automóvel, VW/Gol 1.0, 05P/070CV, a Álcool/Gasolina, Ano de Fabricação 2005, Modelo 2006, Categoria Oficial, na Cor Vermelha, Chassi nº 9BWCA05W46T017808, Placa - MEA-8028, Patrimônio nº 2141. Valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais);
- 3- Um Trator Agrícola SLC, John Deere, Modelo 5700, na Cor Verde, a Diesel, Ano de Fabricação e Modelo 2000, Patrimônio nº 2157. Valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais)
- 4- Um Trator Agrícola Massey Ferguson, Modelo MF 292, na Cor Vermelha, a Diesel, Ano de Fabricação e Modelo 2002, Patrimônio nº 2159. Valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Julgamento: Maior Preço Por Item. Abertura dia 01 de dezembro de 2014 às 09:00 horas. Informações e/ou copia na integra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações ou no e-mail compras@atalanta.sc.gov.br, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo fone (47)3535-0101.

Atalanta, 11 de outubro de 2014.

TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2014
REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade pregão Presencial nº 18/2014 - REGISTRO DE PREÇOS, para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO DOS DIVERSOS SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA. Julgamento: Menor Preço por item. Abertura dia 25 de novembro de 2014, às 09:00 horas. Informações e/ou copia na integra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo e-mail compras@atalanta.sc.gov.br ou pelo fone (47)3535-0101.

Atalanta, 11 de novembro de 2014.

TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

Barra Velha**CÂMARA MUNICIPAL****AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2014.**

CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA
Processo Administrativo nº 007/2014
Pregão Presencial nº 007/2014

A Câmara de Vereadores de Barra Velha, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço para aquisição fornecimento e instalação de computadores, no-breaks, impressoras, transformadores conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 24/11/2014 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 24/11/2014 às 14:30 horas, no Plenário Getúlio Bittencourt da Câmara de Vereadores, situada na Rua Pedro Alcantara de Freitas, nº 125, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeira Amanda Elisangela Provesi de Aguiar. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 13:30 às 19:30 horas, ou no site <http://www.camarabarravelha.sc.gov.br>

Barra Velha, 11 de novembro de 2014.

NIVALDO JOSÉ RAMOS
Presidente.

RUI JOSÉ MACHADO JUNIOR
Procurador Geral

Biguaçu

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 10.107/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 46/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.107/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 46/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA O PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS, POLICLÍNICA E SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA (DST) DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Fornecedor: ISAMED MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA.

Valor: R\$ 25.223,50 (vinte e cinco mil duzentos e vinte e três reais e cinquenta centavos).

Vigência: 31/10/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.010/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 01/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.010/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 01/2014 - FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR O SERVIÇO DE SOM VOLANTE PARA A DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: ADEMIR BOSQUETTI MATEUS ME

Valor: ACRÉSCIMO DE R\$ 1.062,00 (MIL E SESENTA E DOIS REAIS).

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.108/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 46/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.108/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 46/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA O PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS, POLICLÍNICA E SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA (DST) DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Fornecedor: METROMED COMERCIO DE MATERIAIS MEDICO HOSPITALAR LTDA.

Valor: R\$ 324,50 (TREZENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

Vigência: 31/10/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

DECRETO Nº 165/2014

DECRETO Nº 165 /2014 DE: 30 DE OUTUBRO DE 2014.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

José Castelo Deschamps, Prefeito Municipal em Exercício de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3417/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 13, da Lei Municipal nº 3457/2013 - Lei Orçamentária para 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2014, Lei Municipal nº 3457/2013:

07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

0701.12.361.0003.2018	Manutenção do Ensino Fundamental	20.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.01.000000	Pessoal e Encargos Sociais	20.000,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.01.000000	Investimentos	20.000,00

11. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

1101.08.244.0006.2065	Manutenção do Bolsa Família	32.149,42
	ANULA:	
3.3.90.00/0.3.37.000070	Outras Despesas Correntes	32.149,42
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.3.37.000070	Investimentos	32.149,42

18. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1801.10.301.0004.2033	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	180.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais	180.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais	180.000,0
1801.10.301.0004.2037	Ações de Saúde Bucal	20.000,00

	ANULA:	
4.4.90.00/0.1.02.000000	Investimentos	20.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes	20.0000,0

1801.10.301.0004.2039	Núcleos de Apoio à Saúde da Família – PABV/NASF	53.807,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.2.28.000050	Pessoal e Encargos Sociais	53.807,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.2.28.000050	Outras Despesas Correntes	53.807,00

1801.10.301.0004.2040	Centro de Especialidades Odontológicas – MAC/CEO	30.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais	30.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes	30.0000,0

1801.10.305.0004.2046	Ações Vig. Epidemiológica Ambiental Saúde	13.200,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes	13.200,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais	13.200,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 30 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 188/2014

DECRETO Nº 188 /2014 DE: 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

José Castelo Deschamps, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3417/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 13, da Lei Municipal nº 3457/2013 - Lei Orçamentária para 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2014, Lei Municipal nº 3457/2013:

07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

0701.12.306.0003.2017	Oferta Merenda Escola–Ensino Fundamental	2.300,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	2.300,00

	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	2.300,00

0701.12.306.0003.2025	Oferta Merenda Escola–Ensino Infantil	7.900,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	7.900,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	7.900,00

0701.12.365.0003.2026	Manutenção do Ensino Infantil	82.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.01.000000	Outras Despesas Correntes	82.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.50.00/0.1.01.000000	Transferências à Instituições s/ Fins Lucrativos	82.000,00

08. SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

0801.15.452.0009.2083	Manut. Da Secretaria de Obras e Infraestrutura	2.750,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	2.750,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	2.750,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 10 de novembro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 186/2014

DECRETO Nº 186 /2014 DE: 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 98, inciso VII e seu parágrafo único da Lei Orgânica do Município de Biguaçu e de conformidade com a Lei Complementar nº 58, de 22/11/2012.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Habitação de Interesse Social, o qual passará a funcionar da seguinte forma:

CONSELHEIROS REPRESENTANTES DAS ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAN

Titular: Luana Schmitt Montero

Suplente: Genivalda Ronconi de Amorim

REPRESENTANTES DA SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E

HABITAÇÃO

Titular: Ana Paula Medeiros Vicente e Silva
Suplente: Renata Costa

REPRESENTANTE DA SECRETARIA DA SAÚDE

Titular: Joel Aroldo Pereira
Suplente: Zeli Zilda Manes

REPRESENTANTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Titular: Pedro Joaquim Cardoso
Suplente: Sofia Hartmann

REPRESENTANTE DA COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (COHAB/SC)

Titular: Celso Kiyotaka Nihei
Suplente: Auri Aurino Wagner

CONSELHEIROS REPRESENTANTES DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS**REPRESENTANTE DA AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (AGESAN)**

Titular: Francisco Carlos Portela
Suplente: João Luiz Junkes Coelho

REPRESENTANTE ELEITO ENTRE AS ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO DO MUNICÍPIO

Titular: Elias Lima (Associação dos Moradores do Bairro Vendaval)
Suplente: Osvaldo Cabral (Associação dos Moradores de Cachoeiras)

REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

Titular: Leonídio Zimmermann
Suplente: Luciana Haskel

REPRESENTANTE DE ASSOCIAÇÃO INDÍGENA

Titular: Irineu Ortega
Suplente: David Timóteo Martins

REPRESENTANTE DO COMITÊ DE GERENCIAMENTO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO BIGUAÇU

Titular: : César Augusto da Silva
Suplente: Renata Inácio Duzzioni

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 141/2014, de 30 de setembro de 2014.

Biguaçu, 10 de novembro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

DESPACHO – REABERTURA DE SESSÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 57/2014

DESPACHO - REABERTURA DE SESSÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº. 57/2014

Pregão Presencial nº. 57/2014

Objeto do Pregão: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIO, COZINHA INDUSTRIAL E ORTOPÉDICO CIRÚRGICO PARA O HOSPITAL REGIONAL DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, CONFORME HABILITAÇÃO CONCEDIDA NA PORTARIA Nº. 1.484, DE 18 DE JULHO DE 2014,

DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Considerando que no dia 06/11/2014 foi realizada a sessão de licitação do Pregão Presencial nº 57/2014, sendo que a mesma fora suspensa para a análise das propostas, tendo sido designada a data de 12/11/2014, às 14h00min para dar prosseguimento aos trâmites do processo licitatório;

Considerando que a Pregoeira encontra-se em licença nojo, ficando inviável a retomada da etapa de lances na data pretendida; Considerando que na sessão anterior compareceram mais representantes de empresas do que a capacidade máxima suportada pela sala de Pregão Presencial/Diretoria de Compras, Licitações e Contratos, opta-se pela divisão da etapa de lances, a qual será distribuída em 02 (dois) dias, conforme o que segue: dia 18/11/2014, às 14h00min para os itens 4, 6, 11, 12, 22, 26, 29, 30, 32, 34 e 45 e dia 19/11/2014, às 14h00min, para os itens 1, 2, 3, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 27, 28, 31, 33, 35, 36, 38, 39, 41, 43, 44, 48, 49 e 50.

Biguaçu, 11 de novembro de 2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Saúde de Biguaçu

PORTARIA Nº 2580/2014

PORTARIA nº 2580/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 1990, de acordo com a Lei N º 53 de 04 de julho de 2012.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, KENIA SCHIESTL KUMM, ocupante do cargo de provimento temporário de PROFESSOR III (ARTES) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 10/11/2014 a 09/03/2015.

CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art 7º, XVIII, da CF art. 10,II,"B", do ADCT do STF a partir de 10/03/2015 a 08/04/2015.

Biguaçu, 11 de novembro de 2014

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Blumenau**PREFEITURA****PORTARIA Nº 18.211/2014**

PORTARIA Nº 18.211, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONCEDE EXONERAÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL FRANCIANE ALINE FROEHLICH.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO à servidora pública municipal FRANCIANE ALINE FROEHLICH, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 03 de novembro de 2014, conforme Processo Administrativo nº 8309/11/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de novembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.214/2014

PORTARIA Nº 18.214, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPENSA CAMILA CAROLINE RAMOS DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e conforme Memorando nº 872/2014, resolve:

DISPENSAR

a servidora pública municipal CAMILA CAROLINE RAMOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, lotada na Secretaria Municipal de Administração -SEDEAD, da função gratificada de confiança de Assessor de Controle Ponto - FGC 30%, concedida pela Portaria nº 17.747, de 24/04/2014, a contar de 02 de novembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de novembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.215/2014

PORTARIA Nº 18.215, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA CAMILA CAROLINE RAMOS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e conforme Memorando nº 865/2014, resolve:

DESIGNAR a servidora pública municipal CAMILA CAROLINE RAMOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, para o exercício, a contar de 03 de novembro de 2014, da Função Gratificada de Confiança de Assessor de Vale Transporte, símbolo FGC 50%, constante do Anexo XX da Lei Complementar nº 870, de 01/04/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de novembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

EXTRATO CONVENIO Nº 29.01.001/2014 - FMAS

EXTRATO DO CONVENIO Nº 29.01.001/2014

PARTES	MUNICIPIO DE BLUMENAU/ATRAVÉS DA SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DE AMPARO AOS MENORES/ABAM
--------	--

OBJETO: Constitui objeto deste CONVÊNIO o repasse financeiro, de fonte de recurso estadual, para custeio e manutenção do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, sob o nível de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, e conforme Plano de Trabalho, em consonância com a I.N. 14/2012 do TCE/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente CONVÊNIO tem fundamento legal nas Leis Federais nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e alterações, 4.320, de 17 de março de 1964 e alterações, na Resolução 16, de 21 de dezembro de 1994 e I.N. 14/2012, ambas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, na Lei Municipal Complementar nº 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações, no Decreto Municipal nº 7.675 de 06 de maio de 2004 e alterações, na Resolução do CMAS nº 44/2013 e anexos.

VALOR: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução deste convênio será contado de 08 de outubro de 2014 até 31 de janeiro de 2015.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

ETAPAS	DESCRIÇÃO
Órgão:	29
Unidade:	01
Atividade/Projeto/Função:	08.244.0010.2159
Modalidade/Rubrica/Dotação:	(53) 3.3.50.00.00.00.00
Fonte de Recursos:	0152.00000

DATA: 08 de outubro de 2014

EDITAL Nº 005/2013 - FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A CULTURA

A Fundação Cultural de Blumenau, por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura, através de seu Presidente, Sylvio João Zimmermann Neto, no uso de suas atribuições, torna pública a formalização dos aditivos à contratos referentes ao Edital 005/2013 do Fundo Municipal de Apoio à Cultura - FMAC, celebrados entre a contratante, Fundação Cultural de Blumenau e contratados (proponentes) que tiveram seus projetos culturais aprovados e homologados. A contratante e os contratados terão deveres e responsabilidades no cumprimento do disposto nos Contratos de Apoio Financeiro firmados. O prazo para prestação de contas dos recursos repassados será de até 30 dias após a finalização da execução do projeto cultural, conforme datas apazadas nos respectivos contratos assinados pelas partes.

Edital FMAC	Número do Contrato	Contratante	Contratado	Título do Projeto Cultural	Objeto	Objeto do Aditivo	Valor (R\$)	Data da assinatura do Contrato	Data da assinatura do Aditivo	Prazo de Execução
005/2013	90	Fundação Cultural de Blumenau por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura	Paulo Roberto Volles	Levantamento das Casas Enxaimel de Blumenau	Constitui objeto do presente Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural n. 011/2013, Área: Patrimônio Material e Imaterial, Modalidade: Pesquisa, Intitulado "Levantamento das Casas Enxaimel de Blumenau", de responsabilidade do contratado nos moldes descritos no projeto técnico aprovado bem como o cumprimento do contrato firmado.	As partes resolvem celebrar o 1º TERMO ADITIVO, em comum acordo, alterando a Cláusula Segunda – Do Prazo de Execução do Projeto Cultural e da Vigência do Contrato e a Clausula Sétima – Da Prestação de Contas.	32.427,10	29/05/2014	03/11/2014	até 05/04/2015
005/2013	99	Fundação Cultural de Blumenau por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura	Deisy Lara Ehmke	Estrela Democrática	Constitui objeto do presente Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural n. 019/2013, Área: Música, Modalidade: Gravação de CD Intitulado "Estrela Democrática", de responsabilidade da contratada nos moldes descritos no projeto técnico aprovado bem como o cumprimento do contrato firmado.	As partes resolvem celebrar o 1º TERMO ADITIVO, em comum acordo, alterando a Cláusula Sexta – da Contrapartida Social e do Produto Cultural	22.885,57	29/05/2014	30/10/2014	até 01/02/2015
005/2013	103	Fundação Cultural de Blumenau por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura	Letícia Benites Colvara	CD Cortejo de Edu Colvara	Constitui objeto do presente Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural n. 037/2013, Área: Música, Modalidade: Gravação de CD, Intitulado "CD Cortejo de Edu Colvara", de responsabilidade da contratada nos moldes descritos no projeto técnico aprovado bem como o cumprimento do contrato firmado.	As partes resolvem celebrar o 1º TERMO ADITIVO, em comum acordo, alterando a Cláusula Segunda – Do Prazo de Execução do Projeto Cultural e da Vigência do Contrato e a Clausula Sétima – Da Prestação de Contas.	19.128,00	29/05/2014	03/11/2014	até 10/03/2015

005/2013	107	Fundação Cultural de Blumenau por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura	Gibran José Dambrowski	O Carro dos Sonhos	Constitui objeto do presente Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural n. 045/2013, Área: Cinema e Video, Modalidade: Produção de Roteiro Cinematográfico, Intitulado "O Carro dos Sonhos", de responsabilidade do contratado nos moldes descritos no projeto técnico aprovado bem como o cumprimento do contrato firmado.	As partes resolvem celebrar o 1º TERMO ADITIVO, em comum acordo, alterando a Cláusula Segunda – Do Prazo de Execução do Projeto Cultural e da Vigência do Contrato e a Clausula Sétima – Da Prestação de Contas.	20.000,00	29/05/2014	03/11/2014	até 05/06/2015
----------	-----	--	------------------------	--------------------	--	--	-----------	------------	------------	----------------

Blumenau, 10 de novembro de 2014.
 Sylvio João Zimmermann Neto
 Presidente
 Fundação Cultural de Blumenau

EXTRATO Nº 314/2014 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
 Extrato nº 314/2014
 Dispensa de Licitação nº. 148/2014

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, com sede na Rua Antônio da Veiga, 140, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento licitatório com fundamento no Artigo 24, Inciso VII, da Lei Federal Nº 8.666/93 e demais alterações, para a AQUISIÇÃO DE CANETAS PROMOCIONAIS PARA A FURB.

Blumenau, 4 de novembro de 2014.
 Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
 Reitor da FURB

EXTRATO Nº 315/2014 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
 Extrato nº 315/2014
 Dispensa de Licitação nº. 152/2014

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, com sede na Rua Antônio da Veiga, 140, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento licitatório com fundamento no Artigo 24, Inciso VII, da Lei Federal Nº 8.666/93 e demais alterações, para a AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS (TVS DE LED DE 60 POLEGADAS) PARA A FURB IDIOMAS.

Blumenau, 10 de novembro de 2014.
 Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
 Reitor da FURB

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 945/2014

LEI MUNICIPAL Nº 945/2014 DE 11 DE NOVEMBRO 2014.
ALTERA LEI MUNICIPAL Nº 737/2010 QUE INSTITUI O HORARIO DE PLANTÃO NO CENTRO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, ESTABELECE VALOR DA HORA DE PLANTÃO E dá outras providências.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER a todos que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o Artigo 3º da Lei Municipal nº 737/10 e 07 de julho de 2010, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º. Os servidores que cumprirem plantões, na forma da presente Lei, farão jus, por plantão de 12:00 horas efetivamente realizado, à quantia de R\$ 35,00 (Trinta e cinco reais), valor a ser pago no mês da realização dos plantões, juntamente com a remuneração do servidor.”

Art. 2 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013 com vigência a partir do mês de novembro de 2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste (SC),
aos 11 de novembro de 2014.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 946/2014

LEI MUNICIPAL Nº 946/14, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.
AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL EFETUAR GASTOS COM JOGOS INTEGRAÇÃO ENTRE MUNICÍPIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, no uso de suas atribuições legais que a Lei confere FAZ SABER a todos que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, autorizado a efetuar gastos com alimentação de servidores municipais quando da realização dos Jogos Integração entre os Municípios de Bom Jesus do Oeste, Modelo, Serra Alta e Sul Brasil e Jogos Integração da Amerios a ser realizado anualmente.

Art. 2º. As despesas decorrentes da realização da presente Lei, correm por conta do projeto atividade nº 2781200202.022 - Manutenção das Atividades do Depto de Esportes, dotação prevista no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste (SC),
aos 11 de novembro de 2014.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 947/2014

LEI MUNICIPAL Nº 947/14 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA ABERTURA DE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica, Leis nºs 900/13 de 25 de outubro de 2013 (LDO) e 901/13 de 25 de outubro de 2013 (LOA), FAZ SABER a todos que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir credito suplementar nos projetos abaixo, elementos respectivos, da Câmara Municipal de Vereadores, Secretária Municipal de Administração e Fazenda, Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social, Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Secretária Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, no valor de R\$ 219.000,00 (Duzentos e noventa mil reais).

Órgão: 01 - Câmara Municipal de Vereadores.
Unidade Orçamentária: 01.01 - Câmara Municipal de Vereadores.
Proj/Ativ.: 0103100012.001 - Funcionamento e Manut da Câmara Municipal de Vereadores.
Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (6).
Valor R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 03 - Secretária Municipal de Administração e Fazenda.
Unidade Orçamentária: 03.01 - Administração Geral.
Proj/Ativ.: 0412200032.003 - Manutenção das Atividades de Adm Geral Municipal.
Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (55).
Valor R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.02- Fundo Municipal de Assistência Social.
Proj/Ativ.: 0824400242.061 - Manutenção das Atividades do Programa CRAS.
Elemento: 3190 - Aplicações Diretas (824).
Valor R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).
Fonte de Recursos: 01.02 - Receitas e Transferências de Impostos.

Órgão: 07 - Secretária Municipal de Estradas e Rodagem.
Unidade Orçamentária: 07.01- Departamento de Estradas e Rodagem.
Proj/Ativ.: 2678200261.021 - Construção de Pontes, Pontilhões e Colocação de Bueiros.
Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (861).
Valor R\$ 6.000,00 (Seis mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.
Órgão: 07 - Secretária Municipal de Estradas e Rodagem.
Unidade Orçamentária: 07.01- Departamento de Estradas e Rodagem.
Proj/Ativ.: 2678200262.029 - Manutenção do Parque Rodoviário

Municipal.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (869).

Valor R\$ 87.000,00 (Oitenta e sete mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 08 - Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Unidade Orçamentária: 08.01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 2472200272.030 - Manutenção e Instalação de Repetidora de Sinais.

Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (1045).

Valor R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 09 - Secretária Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

Unidade Orçamentária: 09.01- Departamento da Agricultura.

Proj/Ativ.: 2060600352.038 - Manutenção das Atividades do Depto de Agricultura.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (1072).

Valor R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.01- Fundo Municipal de Saúde.

Proj/Ativ.: 1030100232.024 - Manutenção das Atividades de Saúde Pública.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (590).

Valor R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

Fonte de Recursos: 01.02 - Receitas e Transferências de Impostos.

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.01- Fundo Municipal de Saúde.

Proj/Ativ.: 1030500232.045 - Manutenção das Atividades de Vigilância Epidemiológica.

Elemento: 3190 - Aplicações Diretas (702).

Valor R\$ 5.000,00 (Vinte mil reais).

Fonte de Recursos: 01.02 - Receitas e Transferências de Impostos.

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.01- Fundo Municipal de Saúde.

Proj/Ativ.: 1030100232.024 - Manutenção das Atividades de Saúde Pública.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (634).

Valor R\$ 31.000,00 (Trinta e um mil reais).

Fonte de Recursos: 01.64 - Atenção Básica.

Desdobramento Fonte de Recursos: 0008 - Piso de Atenção Básica - PAB

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado pelo artigo primeiro da presente Lei, serão utilizados recursos dos seguintes projetos abaixo e respectivos elementos da Câmara Municipal de Vereadores, Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no valor de R\$ 219.000,00 (Duzentos e dezenove mil reais).

Órgão: 01 - Câmara Municipal de Vereadores.

Unidade Orçamentária: 01.01 - Câmara Municipal de Vereadores.

Proj/Ativ.: 0103100012.001 - Funcionamento e Manut da Câmara Municipal de Vereadores.

Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (25).

Valor R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 03 - Secretária Municipal de Administração e Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.01 - Administração Geral.

Proj/Ativ.: 0424400062.006 - Apoio Financeiro a Entidades Comunitárias.

Elemento: 3350 - Aplicações Diretas (130).

Valor R\$ 18.500,00 (Dezoito mil e quinhentos reais).

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 03 - Secretária Municipal de Administração e Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.01 - Administração Geral.

Proj/Ativ.: 2884300052.010 - Encargos da Dívida.

Elemento: 3290 - Aplicações Diretas (147).

Valor R\$ 30.000,00 (Três mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.02 - Departamento Municipal de Assistência Social.

Proj/Ativ.: 0824100521.049 - Manutenção e Ampl. do Centro de Convivência dos Idosos.

Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (724).

Valor R\$ 7.000,00 (Sete mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.+

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.03 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.

Proj/Ativ.: 0824300252.025 - Manutenção das Atividades do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente CMDCA.

Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (852).

Valor R\$ 3.000,00 (Três mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 08 - Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Unidade Orçamentária: 08.01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 1545100331.031 - Implantação e Pavimentação de Ruas e Avenidas.

Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (931).

Valor R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 08 - Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Unidade Orçamentária: 08.01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 1545100431.025 - Apoio a Implantação de Indústria e Comércio.

Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (943).

Valor R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 08 - Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Unidade Orçamentária: 08.01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 1648200531.051 - Construção e Infra Estrutura de Unidades Habitacionais.

Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (1033).

Valor R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 09 - Secretária Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

Unidade Orçamentária: 09.01 - Departamento da Agricultura.

Proj/Ativ.: 1648100531.060 - Construção e Infra Estrutura de Unidades Habitacionais Rurais.

Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (1048).

Valor R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 09 - Secretária Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

Unidade Orçamentária: 09.01- Departamento da Agricultura.

Proj/Ativ.: 2060600361.033 - Aquisição de Equipamentos Agrícolas.

Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (1097).

Valor R\$ 24.500,00 (Vinte e quatro mil e quinhentos reais).

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 09 - Secretária Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.
Unidade Orçamentária: 09.01- Departamento da Agricultura.
Proj/Ativ.: 2060600411.042 - Manutenção do Programa Saneamento Rural.
Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (1116).
Valor r\$ 10.000,00 (Dez mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.01- Fundo Municipal de Saúde.
Proj/Ativ.: 1030100232.024 - Manutenção das Atividades de Saúde Pública.
Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (638).
Valor r\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).
Fonte de Recursos: 01.02 - Receitas e Transferências de Impostos.

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.01- Fundo Municipal de Saúde.
Proj/Ativ.: 1030100232.024 - Manutenção das Atividades de Saúde Pública.
Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (557).
Valor r\$ 31.000,00 (Trinta e um mil reais).
Fonte de Recursos: 01.64 - Atenção Básica.
Desdobramento Fonte de Recursos: 0008 - Piso de Atenção Básica - PAB

Art. 3º - As despesas decorrentes da realização da presente Lei, correm por conta do orçamento municipal.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,
aos 11 de novembro de 2014.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 4614/2014

DECRETO Nº4614/14 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.
ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nº 900/13 de 25 de outubro de 2013 (LDO) e 901/13 de 25 de outubro de 2013 (LOA).

DECRETA:

Art. 1º - Abre Credito Suplementar nos projetos abaixo, elementos respectivos, dentro da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social e Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos, no valor de r\$ 46.424,00 (Quarenta e seis mil, quatrocentos e vinte e quatro reais).

Órgão: 03 - Secretária Municipal de Administração e Fazenda.
Unidade Orçamentária: 03.01 - Administração Geral.
Proj/Ativ.: 0412300512.012 - Manutenção das Atividades de Contabilidade.
Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (174).
Valor r\$ 2.670,00 (Dois mil, seiscentos e setenta reais).

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.01- Fundo Municipal de Saúde.
Proj/Ativ.: 1030100232.024 - Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.
Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (633).
Valor r\$ 24.754,00 (Vinte e quatro mil, setecentos e cinquenta e quatro reais).
Fonte de Recursos: 01.64 - Atenção Básica.
Desdobramento da Fonte de Recursos: 014 - Programa PMAQ

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.01- Fundo Municipal de Saúde.
Proj/Ativ.: 1030100232.024 - Manutenção das Atividades de Saúde Pública.
Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (590).
Valor r\$ 10.000,00 (Dez mil reais).
Fonte de Recursos: 01.02 - Receitas e Transferências de Impostos.

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.02- Fundo Municipal de Saúde e Promoção Social.
Proj/Ativ.: 0824400242.061 - Manutenção das Atividades do Programa Cras.
Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (832).
Valor r\$ 2.000,00 (Dois mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 08 - Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.
Unidade Orçamentária: 08.01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos.
Proj/Ativ.: 1545200302.031 - Manutenção das Atividades de Obras e Serviços Urbanos.
Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (957).
Valor r\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 08 - Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.
Unidade Orçamentária: 08.01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos.
Proj/Ativ.: 1575200312.034 - Manutenção da Iluminação Pública.
Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (1001).
Valor r\$ 2.000,00 (Dois mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado pelo artigo primeiro do presente Decreto, serão utilizados recursos dos seguintes projetos abaixo e respectivos elementos da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social e Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos, no valor de r\$ 46.424,00 (Quarenta e seis mil, quatrocentos e vinte e quatro reais).

Órgão: 03 - Secretária Municipal de Administração e Fazenda.
Unidade Orçamentária: 03.01 - Administração Geral.
Proj/Ativ.: 0412300512.012 - Manutenção das Atividades de Contabilidade.
Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (186).
Valor r\$ 2.670,00 (Dois mil, seiscentos e setenta reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.01- Fundo Municipal de Saúde.
Proj/Ativ.: 1030100232.024 - Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.
Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (647).
Valor r\$ 24.754,00 (Vinte e quatro mil, setecentos e cinquenta e quatro reais).

Fonte de Recursos: 01.64 - Atenção Básica.
Desdobramento da Fonte de Recursos: 014 - Programa PMAQ

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.01- Fundo Municipal de Saúde.
Proj/Ativ.: 1030100232.024 - Manutenção das Atividades de Saúde Pública.
Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (638).
Valor R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).
Fonte de Recursos: 01.02 - Receitas e Transferências de Impostos.

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.02- Fundo Municipal de Saúde e Promoção Social.
Proj/Ativ.: 0824400242.061 - Manutenção das Atividades do Programa Cras.
Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (845).
Valor R\$ 2.000,00 (Dois mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 08 - Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.
Unidade Orçamentária: 08.01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos.
Proj/Ativ.: 1545200302.031 - Manutenção das Atividades de Obras e Serviços Urbanos.
Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (979).
Valor R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 08 - Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.
Unidade Orçamentária: 08.01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos.
Proj/Ativ.: 1575200312.034 - Manutenção da Iluminação Pública.
Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (1017).
Valor R\$ 2.000,00 (Dois mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm por conta do orçamento municipal.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,
aos 04 de novembro de 2014.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 4615/2014

DECRETO Nº 4615/14 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nº 900/13 de 25 de outubro de 2013 (LDO), 901/13 de 25 de outubro de 2013 (LOA) e Lei Municipal nº 947/14 de 11 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar nos projetos abaixo, elementos

respectivos da Secretária Municipal de Administração e Fazenda, Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social, Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Secretária Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, no valor de R\$ 199.000,00 (Centro e noventa e nove mil reais).

Órgão: 03 - Secretária Municipal de Administração e Fazenda.
Unidade Orçamentária: 03.01 - Administração Geral.
Proj/Ativ.: 0412200032.003 - Manutenção das Atividades de Adm Geral Municipal.
Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (55).
Valor R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.02- Fundo Municipal de Assistência Social.
Proj/Ativ.: 0824400242.061 - Manutenção das Atividades do Programa CRAS.
Elemento: 3190 - Aplicações Diretas (824).
Valor R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).
Fonte de Recursos: 01.02 - Receitas e Transferências de Impostos.

Órgão: 07 - Secretária Municipal de Estradas e Rodagem.
Unidade Orçamentária: 07.01- Departamento de Estradas e Rodagem.
Proj/Ativ.: 2678200261.021 - Construção de Pontes, Pontilhões e Colocação de Bueiros.
Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (861).
Valor R\$ 6.000,00 (Seis mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 07 - Secretária Municipal de Estradas e Rodagem.
Unidade Orçamentária: 07.01- Departamento de Estradas e Rodagem.
Proj/Ativ.: 2678200262.029 - Manutenção do Parque Rodoviário Municipal.
Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (869).
Valor R\$ 87.000,00 (Oitenta e sete mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 08 - Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.
Unidade Orçamentária: 08.01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos.
Proj/Ativ.: 2472200272.030 - Manutenção e Instalação de Repetidora de Sinais.
Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (1045).
Valor R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 09 - Secretária Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.
Unidade Orçamentária: 09.01- Departamento da Agricultura.
Proj/Ativ.: 2060600352.038 - Manutenção das Atividades do Depto de Agricultura.
Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (1072).
Valor R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.01- Fundo Municipal de Saúde.
Proj/Ativ.: 1030100232.024 - Manutenção das Atividades de Saúde Pública.
Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (590).
Valor R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).
Fonte de Recursos: 01.02 - Receitas e Transferências de Impostos.

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.01- Fundo Municipal de Saúde.

Proj/Ativ.: 1030500232.045 - Manutenção das Atividades de Vigilância Epidemiológica.
 Elemento: 3190 - Aplicações Diretas (702).
 Valor R\$ 5.000,00 (Vinte mil reais).
 Fonte de Recursos: 01.02 - Receitas e Transferências de Impostos.

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
 Unidade Orçamentária: 06.01- Fundo Municipal de Saúde.
 Proj/Ativ.: 1030100232.024 - Manutenção das Atividades de Saúde Pública.
 Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (634).
 Valor R\$ 31.000,00 (Trinta e um mil reais).
 Fonte de Recursos: 01.64 - Atenção Básica.
 Desdobramento Fonte de Recursos: 0008 - Piso de Atenção Básica - PAB

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado pelo artigo primeiro do presente Decreto, serão utilizados recursos dos seguintes projetos abaixo e respectivos elementos da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no valor de R\$ 199.000,00 (Cento e noventa e nove mil reais).

Órgão: 03 - Secretária Municipal de Administração e Fazenda.
 Unidade Orçamentária: 03.01 - Administração Geral.
 Proj/Ativ.: 0424400062.006 - Apoio Financeiro a Entidades Comunitárias.
 Elemento: 3350 - Aplicações Diretas (130).
 Valor R\$ 18.500,00 (Dezoito mil e quinhentos reais).
 Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 03 - Secretária Municipal de Administração e Fazenda.
 Unidade Orçamentária: 03.01 - Administração Geral.
 Proj/Ativ.: 2884300052.010 - Encargos da Dívida.
 Elemento: 3290 - Aplicações Diretas (147).
 Valor R\$ 30.000,00 (Três mil reais).
 Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
 Unidade Orçamentária: 06.02 - Departamento Municipal de Assistência Social.
 Proj/Ativ.: 0824100521.049 - Manutenção e Ampl. do Centro de Convivência dos Idosos.
 Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (724).
 Valor R\$ 7.000,00 (Sete mil reais).
 Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.+

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
 Unidade Orçamentária: 06.03 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.
 Proj/Ativ.: 0824300252.025 - Manutenção das Atividades do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente CMDCA.
 Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (852).
 Valor R\$ 3.000,00 (Três mil reais).
 Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 08 - Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.
 Unidade Orçamentária: 08.01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos.
 Proj/Ativ.: 1545100331.031 - Implantação e Pavimentação de Ruas e Avenidas.
 Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (931).
 Valor R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).
 Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 08 - Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.
 Unidade Orçamentária: 08.01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 1545100431.025 - Apoio a Implantação de Indústria e Comércio.
 Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (943).
 Valor R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).
 Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 08 - Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.
 Unidade Orçamentária: 08.01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos.
 Proj/Ativ.: 1648200531.051 - Construção e Infra Estrutura de Unidades Habitacionais.
 Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (1033).
 Valor R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).
 Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 09 - Secretária Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.
 Unidade Orçamentária: 09.01 - Departamento da Agricultura.
 Proj/Ativ.: 1648100531.060 - Construção e Infra Estrutura de Unidades Habitacionais Rural.
 Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (1048).
 Valor R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).
 Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 09 - Secretária Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.
 Unidade Orçamentária: 09.01- Departamento da Agricultura.
 Proj/Ativ.: 2060600361.033 - Aquisição de Equipamentos Agrícolas.
 Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (1097).
 Valor R\$ 24.500,00 (Vinte e quatro mil e quinhentos reais).
 Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 09 - Secretária Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.
 Unidade Orçamentária: 09.01- Departamento da Agricultura.
 Proj/Ativ.: 2060600411.042 - Manutenção do Programa Saneamento Rural.
 Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (1116).
 Valor R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).
 Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
 Unidade Orçamentária: 06.01- Fundo Municipal de Saúde.
 Proj/Ativ.: 1030100232.024 - Manutenção das Atividades de Saúde Pública.
 Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (638).
 Valor R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).
 Fonte de Recursos: 01.02 - Receitas e Transferências de Impostos.

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
 Unidade Orçamentária: 06.01- Fundo Municipal de Saúde.
 Proj/Ativ.: 1030100232.024 - Manutenção das Atividades de Saúde Pública.
 Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (557).
 Valor R\$ 31.000,00 (Trinta e um mil reais).
 Fonte de Recursos: 01.64 - Atenção Básica.
 Desdobramento Fonte de Recursos: 0008 - Piso de Atenção Básica - PAB

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm por conta do orçamento municipal

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,
aos 11 de novembro de 2014.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2014 AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2014
AUDIÊNCIA PÚBLICA

A COMISSÃO INTERSETORIAL DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO do município de Bom Jesus do Oeste/SC, representado pela Assistente Social Claisa Roessler Bohrer, no uso de suas atribuições legais e para fins de atender as disposições do Decreto Municipal nº 4607/14, CONVOCA os membros do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTES, e CONVIDA também as autoridades e toda a comunidade deste município para a Audiência Pública a ser realizada com a finalidade de apreciação, discussão, deliberação e aprovação do PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.

A Audiência Pública será realizada no dia 13 de novembro de 2014, às 09:00 horas, tendo como local o auditório da Câmara Municipal de Vereadores do município de Bom Jesus do Oeste/SC.

Bom Jesus do Oeste/SC, 05 de novembro de 2014.
Comissão Intersetorial de Elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo. Claisa Roessler Bohrer

RREO 5º 2014

Página: 1 de 3
11/11/2014 10:07

Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)		R\$ 1,00			
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECETAS REALIZADAS		SALDO
			No Bimestre (b)	% (b/a)	
		(a)		(c/a)	(a-c)
RECETAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	12.730.310,00	12.730.310,00	1.510.190,11	11,86	3.224.221,62
Recetas Correntes	10.595.560,00	10.595.560,00	1.510.190,11	14,25	2.314.851,62
Receta Tributária	511.000,00	511.000,00	69.417,69	13,58	101.396,79
Impostos	419.000,00	419.000,00	64.498,03	15,39	87.229,52
Taxas	52.000,00	52.000,00	2.452,00	4,72	7.099,52
Contribuição de Melhoria	40.000,00	40.000,00	2.467,66	6,17	7.067,75
Receta De Contribuições	20.000,00	20.000,00	3.883,53	19,42	3.815,73
Contribuições Econômicas	20.000,00	20.000,00	3.883,53	19,42	3.815,73
Receta Patrimonial	41.000,00	41.000,00	10.223,83	24,94	-17.645,34
Recetas De Valores Mobiliários	41.000,00	41.000,00	10.223,83	24,94	-17.645,34
Receta Agropecuária	45.000,00	45.000,00	4.599,23	10,22	15.810,44
Outras Recetas Agropecuárias	45.000,00	45.000,00	4.599,23	10,22	15.810,44
Receta De Serviços	171.000,00	171.000,00	27.476,69	16,07	13.654,64
Transferências Correntes	9.756.160,00	9.756.160,00	1.392.248,10	14,27	2.157.751,31
Transferências Intergovernamentais	9.756.160,00	9.756.160,00	1.392.248,10	14,27	2.157.751,31
Outras Recetas Correntes	51.400,00	51.400,00	2.341,04	4,55	40.068,05
Multas E Juros De Mora	19.020,00	19.020,00	2.034,40	10,70	13.658,13
Receta Da Dívida Ativa	32.380,00	32.380,00	306,64	0,95	26.409,92
Recetas De Capital	2.134.750,00	2.134.750,00	-	-	909.370,00
Alienação De Bens	-	-	-	-	-99.850,00
Alienação De Bens Móveis	-	-	-	-	-99.850,00
Transferências De Capital	2.134.750,00	2.134.750,00	-	-	1.009.220,00
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-	-306.331,30
Transferências de Convênios	2.134.750,00	2.134.750,00	-	-	1.315.551,30
RECETAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECETAS(III)=(I+II)	12.730.310,00	12.730.310,00	1.510.190,11	11,86	3.224.221,62

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R\$ 1,0
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO(IV)	-	-	-	-	-	-	
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	
Mobilária	-	-	-	-	-	-	
Contratual	-	-	-	-	-	-	
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	
Mobilária	-	-	-	-	-	-	
Contratual	-	-	-	-	-	-	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(III+IV)	12.730.310,00	12.730.310,00	1.510.190,11	11,86	9.506.088,38	74,67	
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	-	-	
TOTAL(VII)=(V+VI)	12.730.310,00	12.730.310,00	1.510.190,11	11,86	9.506.088,38	74,67	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	831.142,31	-	-	634.910,52	-	
Superávit Financeiro	-	831.142,31	-	-	634.910,52	-	
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (f-g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	%	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)	12.730.310,00	2.785.783,21	15.516.093,21	1.684.291,70	11.060.100,77	1.647.851,92	9.178.807,55	59,16	6.337.285,66
Despesas Correntes	9.093.094,00	1.307.686,89	10.400.780,89	1.557.339,14	8.298.987,81	1.380.147,03	7.336.920,05	70,54	3.063.860,84
Pessoal E Encargos Sociais	4.791.094,00	478.029,21	5.269.123,21	712.125,03	4.014.977,37	796.799,03	3.950.597,37	74,98	1.318.525,84
Juros E Encargos Da Dívida	100.000,00	-	100.000,00	5.896,62	42.365,60	5.896,62	42.365,60	42,37	57.634,40
Outras Despesas Correntes	4.202.000,00	829.657,68	5.031.657,68	839.317,49	4.241.644,84	577.451,38	3.343.957,08	66,46	1.687.700,60
Despesas De Capital	3.627.216,00	1.478.096,32	5.105.312,32	126.952,56	2.761.112,96	267.704,89	1.841.887,50	36,08	3.263.424,82
Investimentos	3.287.216,00	1.478.096,32	4.765.312,32	71.397,00	2.483.335,16	212.149,33	1.564.109,70	32,82	3.201.202,62
Amortizacao/Refinanciamento Da Dívida	340.000,00	-	340.000,00	55.555,56	277.777,80	55.555,56	277.777,80	81,70	62.222,20
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	-	10.000,00	-	-	-	-	-	10.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)(VIII+IX)	12.730.310,00	2.785.783,21	15.516.093,21	1.684.291,70	11.060.100,77	1.647.851,92	9.178.807,55	59,16	6.337.285,66
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO(XII)=(X+XI)	12.730.310,00	2.785.783,21	15.516.093,21	1.684.291,70	11.060.100,77	1.647.851,92	9.178.807,55	59,16	6.337.285,66
SUPERÁVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	327.280,83	-	-
TOTAL(XIV)=(XIII+XII)	12.730.310,00	2.785.783,21	15.516.093,21	1.684.291,70	11.060.100,77	1.647.851,92	9.506.088,38	61,27	6.337.285,66

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 11/Nov/2014, 10h e 02m.

AIRTON ANTONIO REINEHR	WALTER NAUJORKS	NAIRO CEZAR MORANDINI	JANDREI LUIZ BRUTSCHER
Prefeito Municipal	Sec. de Adm e Fazenda	Contador CRC 020101/0-8	Controle Interno

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas			Saldo (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	12.730.310,00	15.516.093,21	1.684.291,70	11.060.100,77	1.647.851,92	9.178.807,55	59,16	6.337.285,66
Legislativa	489.000,00	489.000,00	57.153,78	349.672,96	59.483,68	346.962,84	3,78	70,95
Ação Legislativa	489.000,00	489.000,00	57.153,78	349.672,96	59.483,68	346.962,84	3,78	70,95
Administração	1.686.000,00	1.785.657,13	186.625,32	1.462.289,70	222.264,82	1.379.689,07	15,03	77,27
Planejamento e Orçamento	117.000,00	117.000,00	14.265,50	87.988,09	14.265,50	87.988,09	0,96	75,20
Administração Geral	1.215.000,00	1.282.657,13	126.188,81	1.097.230,95	160.210,58	1.019.280,32	11,10	79,47
Administração Financeira	194.000,00	222.000,00	27.766,40	171.995,64	27.979,13	171.995,64	1,87	77,48
Controle Interno	56.000,00	60.000,00	8.362,62	43.228,23	9.662,62	42.578,23	0,46	70,96
Administração de Receitas	74.000,00	74.000,00	10.041,99	50.346,79	10.146,99	50.346,79	0,55	68,04
Assistência Comunitária	30.000,00	30.000,00	0,00	11.500,00	0,00	7.500,00	0,08	25,00
Segurança Pública	26.000,00	26.000,00	3.331,34	13.509,80	3.331,34	13.509,80	0,15	51,96
Policimento	26.000,00	26.000,00	3.331,34	13.509,80	3.331,34	13.509,80	0,15	51,96
Assistência Social	422.000,00	545.800,79	48.419,75	330.276,27	58.782,79	319.657,36	3,48	58,57
Assistência ao Idoso	10.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	110.000,00	126.454,65	12.108,93	72.491,75	14.547,40	68.378,97	0,75	54,07
Assistência Comunitária	302.000,00	412.346,14	36.310,82	257.784,52	44.235,39	251.278,39	2,74	60,94
Saúde	2.367.269,00	2.601.123,92	226.513,90	2.037.286,82	344.585,09	1.864.033,87	20,31	71,66
Atenção Básica	2.173.269,00	2.368.794,48	217.691,14	1.834.416,50	316.561,15	1.691.908,73	18,43	71,42
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	120.000,00	120.000,00	0,00	111.973,13	19.651,18	81.677,95	0,89	68,07
Vigilância Sanitária	54.000,00	92.329,44	5.415,62	75.238,51	4.965,62	74.788,51	0,81	81,00
Vigilância Epidemiológica	20.000,00	20.000,00	3.407,14	15.658,68	3.407,14	15.658,68	0,17	78,29
Educação	1.742.575,00	3.533.835,05	252.583,23	2.051.298,36	413.353,46	1.567.159,19	17,07	44,35
Alimentação e Nutrição	107.000,00	136.760,71	18.667,57	111.483,90	21.922,96	86.967,42	0,95	63,59
Ensino Fundamental	1.240.000,00	3.011.999,34	183.800,16	1.669.783,08	339.853,68	1.210.302,12	13,19	40,18
Ensino Superior	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	380.575,00	385.075,00	50.115,50	270.031,38	51.576,82	269.889,65	2,94	70,09
Cultura	126.000,00	146.000,00	15.817,51	112.941,94	22.889,81	102.089,94	1,11	69,92
Difusão Cultural	126.000,00	146.000,00	15.817,51	112.941,94	22.889,81	102.089,94	1,11	69,92

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas			R\$ 1,00	
			Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%	%		
Urbanismo	1.578.750,00	1.556.211,77	101.990,50	969.327,53	432.825,37	4,72	27,81	(a-b)	1.123.386,40
Infra-Estrutura Urbana	1.156.750,00	1.134.211,77	62.068,18	656.915,68	133.189,76	1,45	11,74		1.001.022,01
Serviços Urbanos	350.000,00	350.000,00	31.363,46	265.527,69	252.751,45	2,75	72,21		97.248,55
Energia Elétrica	72.000,00	72.000,00	8.558,86	46.884,16	46.884,16	0,51	65,12		25.115,84
Habitação	33.000,00	33.000,00	400,00	1.736,46	1.736,46	0,02	5,26		31.263,54
Habitação Rural	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		10.000,00
Habitação Urbana	23.000,00	23.000,00	400,00	1.736,46	1.736,46	0,02	7,55		21.263,54
Gestão Ambiental	14.500,00	14.500,00	3.926,40	4.038,40	4.038,40	0,04	27,85		10.461,60
Preservação e Conservação Ambiental	4.500,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		4.500,00
Extensão Rural	10.000,00	10.000,00	3.926,40	4.038,40	4.038,40	0,04	40,38		5.961,60
Agricultura	1.440.000,00	1.653.127,39	100.322,15	1.475.790,44	1.374.947,37	14,98	83,17		278.180,02
Promoção da Produção Animal	125.000,00	170.100,00	13.089,57	150.399,58	133.804,79	1,46	78,66		36.295,21
Extensão Rural	1.315.000,00	1.483.027,39	87.232,58	1.325.390,86	1.241.142,58	13,52	83,69		241.884,81
Comunicações	6.000,00	6.000,00	0,00	1.000,00	660,57	0,01	11,01		5.339,43
Telecomunicações	6.000,00	6.000,00	0,00	1.000,00	660,57	0,01	11,01		5.339,43
Transporte	1.527.716,00	1.841.337,16	589.147,97	1.688.564,80	1.229.609,96	13,40	66,78		611.727,20
Transporte Rodoviário	1.527.716,00	1.841.337,16	589.147,97	1.688.564,80	1.229.609,96	13,40	66,78		611.727,20
Desporto e Lazer	701.500,00	714.500,00	19.996,63	154.454,38	133.974,44	1,46	18,75		580.525,56
Desporto Comunitário	701.500,00	714.500,00	19.996,63	154.454,38	133.974,44	1,46	18,75		580.525,56
Encargos Especiais	560.000,00	560.000,00	78.063,22	407.912,91	407.912,91	4,44	72,84		152.087,09
Serviço da Dívida Interna	560.000,00	560.000,00	78.063,22	407.912,91	407.912,91	4,44	72,84		152.087,09
Reserva de Contingência	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		10.000,00
Reserva de Contingência	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		10.000,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
TOTAL (III)=(I+II)	12.730.310,00	15.516.093,21	1.684.291,70	11.060.100,77	9.178.807,55	100,00	59,16		6.337.285,66

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 11/Nov/2014, 10h e 09m.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

WALTER NAUJORKS
Sec. de Adm e Fazenda

NAIRO CEZAR MORANDINI
Contador CRC 020101/0-8

JANDREI LUIZ BRUTSCHER
Controle Interno

Página: 1 de 7
11/11/2014 11:03

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO						
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		
1-RECEITAS DE IMPOSTOS	443.260,00	443.260,00	64.814,60	335.272,06	75,64	
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	109.440,00	109.440,00	1.123,14	92.559,35	84,58	
1.1.1-IPTU	95.000,00	95.000,00	826,46	98.333,49	103,51	
1.1.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.970,00	2.970,00	24,74	123,70	4,16	
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	9.000,00	9.000,00	226,82	2.744,69	30,50	
1.1.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	2.470,00	2.470,00	45,12	518,64	21,00	
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	-	-	-	9.161,17	-	
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	102.000,00	102.000,00	27.243,02	87.098,71	85,39	
1.2.1-ITBI	102.000,00	102.000,00	27.243,02	87.098,71	85,39	
1.2.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	-	-	-	-	
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-	-	
1.2.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-	-	
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	-	-	-	-	-	
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	131.820,00	131.820,00	21.180,06	79.811,72	60,55	
1.3.1-ISS	122.000,00	122.000,00	21.160,17	79.774,98	65,39	
1.3.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	2.970,00	2.970,00	19,89	114,55	3,86	
13.3-Dívida Ativa do ISS	4.380,00	4.380,00	-	-	-	
1.3.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	2.470,00	2.470,00	-	-	-	
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	-	-	-	77,81	-	
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	100.000,00	100.000,00	15.268,38	75.802,28	75,80	
1.4.1-IRRF	100.000,00	100.000,00	15.268,38	75.802,28	75,80	
1.4.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	-	-	-	-	
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-	-	
1.4.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-	-	
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	-	-	-	-	-	
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153 §4º, inciso III)	-	-	-	-	-	
1.5.1-ITR	-	-	-	-	-	
1.5.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	-	-	-	-	
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-	-	
1.5.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-	-	
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	-	-	-	-	-	

Página: 2 de 7
11/11/2014 11:03

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)		R\$ 1,00			
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	9.985.200,00	9.985.200,00	1.367.470,95	7.465.171,73	74,76
2.1-Cota-Parte FPM	6.490.000,00	6.490.000,00	764.586,78	4.621.872,39	71,22
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.490.000,00	6.490.000,00	764.586,78	4.621.872,39	71,22
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	-	-	-	-
2.2-Cota-Parte ICMS	3.245.000,00	3.245.000,00	565.890,57	2.672.374,19	82,35
2.3-ICMS Desoneração - L.C. nº 87/1996	47.000,00	47.000,00	2.292,86	11.406,43	24,27
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	60.500,00	60.500,00	8.358,32	40.620,57	67,14
2.5-Cota-Parte ITR	2.700,00	2.700,00	2.206,84	2.258,76	83,66
2.6-Cota-Parte IPVA	140.000,00	140.000,00	24.135,58	116.639,39	83,31
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	-	-	-	-	-
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	10.428.460,00	10.428.460,00	1.432.285,55	7.800.443,79	74,80

Página: 3 de 7
11/11/2014 11:03

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII (LDB, art. 72)

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)				R\$ 1,00		
	RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		-	-	-	-	
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE		102.000,00	102.000,00	19.883,32	79.753,67	78,19
5.1 - Transferências do Salário-Educação		61.000,00	61.000,00	13.998,07	68.349,64	112,05
5.2 - Transferências Diretas - PDDE		-	-	-	-	
5.3 - Transferências Diretas - PNAE		-	-	-	-	
5.4 - Transferências Diretas - PNATE		-	-	-	-	
5.5 - Outras Transferências do FNDE		40.000,00	40.000,00	5.840,72	10.949,38	27,37
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE		1.000,00	1.000,00	44,53	454,65	45,47
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		71.000,00	71.000,00	14.757,13	58.929,70	83,00
6.1 - Transferências de Convênios		70.000,00	70.000,00	14.601,12	58.404,48	83,43
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios		1.000,00	1.000,00	156,01	525,22	52,52
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO		-	-	-	-	
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		-	-	-	-	
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)		173.000,00	173.000,00	34.640,45	138.683,37	80,16

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)×100
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB					
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.1.1)	1.949.040,00	1.949.040,00	273.493,81	1.493.032,51	76,60
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.2)	1.250.000,00	1.250.000,00	152.917,32	924.374,24	73,95
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.3)	649.000,00	649.000,00	113.177,94	534.473,97	82,35
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.4)	9.400,00	9.400,00	458,56	2.281,23	24,27
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB-(0% de 2.5)	12.100,00	12.100,00	1.671,67	8.124,15	67,14
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.6)	540,00	540,00	441,34	451,71	83,65
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB					
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	28.000,00	28.000,00	4.826,98	23.327,21	83,31
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	602.000,00	602.000,00	122.739,54	598.453,71	99,41
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	600.000,00	600.000,00	122.437,16	596.137,22	99,36
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB(11.1-10)¹	2.000,00	2.000,00	302,38	2.316,49	115,82
	-1.349.040,00	-1.349.040,00	-151.056,65	-896.895,29	66,48

Página: 4 de 7
11/11/2014 11:03

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

		R\$ 1,00			
DESPESAS DO FUNDEB		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS	
				No Bimestre	Até o Bimestre (e)
					(f)=(e/d)x100
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO		373.000,00	472.000,00	63.073,57	416.903,35
13.1-Com Educação Infantil		-	-	-	-
13.2-Com Ensino Fundamental		373.000,00	472.000,00	63.073,57	416.903,35
14-OUTRAS DESPESAS		229.000,00	235.000,00	51.252,70	170.207,22
14.1-Com Educação Infantil		-	-	-	-
14.2-Com Ensino Fundamental		229.000,00	235.000,00	51.252,70	170.207,22
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB(13+14)		602.000,00	707.000,00	114.326,27	587.110,57
					83,04
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					-
16.1 - FUNDEB 60%					-
16.2 - FUNDEB 40%					-
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB					-
17.1 - FUNDEB 60%					-
17.2 - FUNDEB 40%					-
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)					-
INDICADORES DO FUNDEB					VALOR
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					587.110,57
19.1-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL¹ ((13-(16.1+17.1))/(11)x100)%					69,66
19.2-MÁXIMO DE 40% EM DESPESA COM MDE, QUE NÃO REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (14-(16.2+17.2))/((11)x100)%					28,44
19.3-MÁXIMO DE 5% NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO (100-(19.1+19.2))%					1,90

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72) R\$ 1,00

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE		VALOR
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS		
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²		

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre
22-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	2.607.115,00	2.607.115,00	358.071,39	1.950.110,95
				(c)=(b/a)x100
				74,80

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	380.575,00	385.075,00	51.576,82	269.889,65
23.1-Creche	380.575,00	385.075,00	51.576,82	269.889,65
23.1.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	-	-	-	-
23.1.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	380.575,00	385.075,00	51.576,82	269.889,65
23.2-Pré-Escola	-	-	-	-
23.2.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	-	-	-	-
23.2.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	-	-	-	-
24-ENSINO FUNDAMENTAL	1.067.000,00	1.267.000,00	210.480,96	999.258,91
24.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	602.000,00	707.000,00	114.326,27	587.110,57
24.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	465.000,00	560.000,00	96.154,69	412.148,34
25-ENSINO MÉDIO	-	-	-	-
26-ENSINO SUPERIOR	-	-	-	-
27-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-	-	-	-
28-OUTRAS	-	-	-	-
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	1.447.575,00	1.652.075,00	262.057,78	1.269.148,56
				(f)=(e/d)x100
				70,09
				70,09
				70,09
				78,87
				83,04
				73,60
				76,82

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)	R\$ 1,00
DEDUÇÕES/ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-896.895,29
31-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	-
32-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	2.316,49
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	-
34-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	-
35-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4	-
36-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)	-
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)	-894.578,80
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23+24) - (37))	2.163.727,36
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE 5 ((38)/(3)x100)%	27,74

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-
41-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	61.000,00	76.209,45	4.411,97	31.469,46	41,29
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-
43-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	112.000,00	1.159.838,26	124.960,75	179.573,75	15,48
44-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40+41+42+43)	173.000,00	1.236.047,71	129.372,72	211.043,21	17,07
45-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	1.620.575,00	2.888.122,71	391.430,50	1.480.191,77	51,25
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2014		(g)
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	-	-	-	-	-
46.1-EXECUTADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-
46.2-EXECUTADAS COM RECURSOS DO FUNDEB	-	-	-	-	-

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)	R\$ 1,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB	VALOR
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	-
48-(+)INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	596.137,22
49-(-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	587.110,57
49.1-Orçamentário do Exercício	587.110,57
49.2-Restos a Pagar	-
50-(+)RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.316,49
51-(=)SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	11.343,14

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 11/Nov/2014, 10h e 23m.

¹Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

²Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³Caput do artigo 212 da CF/1988.

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art.121,V.

AIRTON ANTONIO REINEHR	WALTER NAUJORKS	NAIRO CEZAR MORANDINI	JANDREI LUIZ BRUTSCHER
Prefeito Municipal	Sec. de Adm e Fazenda	Contador CRC 020101/0-8	Controle Interno

Página: 1 de 3
11/11/2014 11:01

Prof. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	443.260,00	443.260,00	335.272,06	75,63
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	95.000,00	95.000,00	89.172,32	93,86
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	102.000,00	102.000,00	87.098,71	85,39
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	122.000,00	122.000,00	79.697,17	65,32
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	100.000,00	100.000,00	75.802,28	75,80
Imposto Territorial Rural - ITR	-	-	-	-
Multa, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	5.940,00	5.940,00	238,25	4,01
Dívida Ativa dos Impostos	13.380,00	13.380,00	2.744,69	20,51
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	4.940,00	4.940,00	518,64	10,49
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	9.985.200,00	9.985.200,00	7.465.171,73	74,76
Cota-Parte FPM	6.490.000,00	6.490.000,00	4.621.872,39	71,21
Cota-Parte ITR	2.700,00	2.700,00	2.258,76	83,65
Cota-Parte IPVA	140.000,00	140.000,00	116.639,39	83,31
Cota-Parte ICMS	3.245.000,00	3.245.000,00	2.672.374,19	82,35
Cota-Parte IPI-Exportação	60.500,00	60.500,00	40.620,57	67,14
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	47.000,00	47.000,00	11.406,43	24,26
Desoneração ICMS (LC 87/96)	47.000,00	47.000,00	11.406,43	24,26
Outras	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	10.428.460,00	10.428.460,00	7.800.443,79	74,79

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	714.000,00	714.000,00	556.679,70	77,96
Provenientes da União	605.000,00	605.000,00	507.544,20	83,89
Provenientes dos Estados	109.000,00	109.000,00	49.135,50	45,07
Provenientes de Outros Municípios	-	-	-	-
Outras Receitas do SUS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	-	-	-	-
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	714.000,00	714.000,00	556.679,70	77,96

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	2.088.269,00	2.365.794,48	1.916.407,37	81,00	1.692.407,20	71,53
Pessoal e Encargos Sociais	1.160.769,00	1.412.497,60	1.068.331,80	75,63	1.022.681,80	72,40
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	927.500,00	953.296,88	848.075,57	88,96	669.725,40	70,25
DESPESAS DE CAPITAL	279.000,00	197.000,00	120.879,45	61,36	120.879,45	61,36
Investimentos	279.000,00	197.000,00	120.879,45	61,36	120.879,45	61,36
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.367.269,00	2.562.794,48	2.037.286,82	79,49	1.813.286,65	70,75

Página: 2 de 3
11/11/2014 11:01

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV f) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV g) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	-
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	714.000,00	909.525,48	643.899,66	31,60	593.299,08	32,71
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	714.000,00	909.525,48	643.899,66	31,60	593.299,08	32,71
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos	-	-	-	-	-	-
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	714.000,00	909.525,48	643.899,66	31,60	593.299,08	32,71
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	1.653.269,00	1.653.269,00	1.393.387,16	68,39	1.219.987,57	67,28
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIib x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5					15,64	
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIib) /100]6					49.921,00	
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Total		-	-	-	-	-
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º e 2º		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
		Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)		Saldo Final (não aplicado)	
Total (VIII)		-	-		-	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26		LIMITE NÃO CUMPRIDO				
		Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)		Saldo Final (não aplicado)	
Total (IX)		-	-		-	

Página: 3 de 3
11/11/2014 11:01

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/ Total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) x 100
Atenção Básica	2.173.269,00	2.368.794,48	1.834.416,50	90,04	1.641.161,51	90,51
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	120.000,00	120.000,00	111.973,13	5,50	81.677,95	4,50
Suporte Profilático e Terapêutico	-	-	-	-	-	-
Vigilância Sanitária	54.000,00	54.000,00	75.238,51	3,69	74.788,51	4,12
Vigilância Epidemiológica	20.000,00	20.000,00	15.658,68	0,77	15.658,68	0,86
Alimentação e Nutrição	-	-	-	-	-	-
Outras Subfunções	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.367.269,00	2.562.794,48	2.037.286,82	100,00	1.813.286,65	100,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 11/Nov/2014, 10h e 59m.

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício² O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

WALTER NAUJORKS
Sec. de Adm e Fazenda

NAIRO CEZAR MORANDINI
Contador CRC 020101/0-8

JANDREI LUIZ BRUTSCHER
Controle Interno

Bom Retiro**PREFEITURA****MINUTA LEILÃO 01/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2014.

O município de BOM RETIRO, SC, com sede na Av. Major Genérico, nº 19, Centro, Bom Retiro/SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.777.343/0001-21, Telefone (49) 3277 0183, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO às 09h00min do dia 01 de DEZEMBRO de 2014, tendo como local o SALÃO NOBRE ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA ALEXANDRE DE GUSMÃO, localizada na Rua Anita Garibaldi, nº 500, Centro, Bom Retiro, SC. O leilão será conduzido pelos Leiloeiros PÚBLICOS Oficiais SR. ANDERSON LUCHTENBERG, matrícula AARC/313 e SR. Júlio Ramos Luz, matrícula AARC/162, JUCESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis: LOTE 01: 01 VW/SAVEIRO 1.6, ano/modelo 2005, Placas MCQ 7273, cor branca, Álcool/Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 7.400,00. LOTE 02: 01 GM/MERIVA JOY, ano/modelo 2009, Placas ARA 8971, cor preta, álcool/gasolina. LANCE INICIAL R\$ 8.200,00. LOTE 03: 01 MICROÔNIBUS I/KIA BESTA GS GRAND, ano/modelo 2004, Placas MES 2312, cor prata, diesel. LANCE INICIAL R\$ 9.300,00. LOTE 04: 01 MICROÔNIBUS I/FORD TRANSIT TCA MIC, ano/modelo 2011, Placas MJY 5008, cor prata, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 46.200,00. LOTE 05: 01 GM/KADETT IPANEMA SL EFI, ano/modelo 1993, Placas MAB 8059, cor cinza, Álcool. LANCE INICIAL R\$ 1.000,00. LOTE 06: 01 GM/CELTA 2P SUPER, ano 2004, modelo 2005, Placas BEL 6989, cor branca, Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 3.500,00. LOTE 07: 01 CAMIONETA TOYOTA CABINE DUPLA/BAND. BJ55LP 2BL, ano 1994, modelo 1995, Placas LXU 0850, cor branca, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 25.000,00. LOTE 08: 01 VW/QUANTUM GL 2000, ano 1993, modelo 1994, Placas MAP 8910, cor prata, Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 3.500,00. LOTE 09: 01 FIAT/UNO MILLE FIRE, ano/modelo 2002, Placas AKE 1321, cor branca, Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 3.100,00. LOTE 10: 01 HONDA/C100 BIZ, ano/modelo 2002, Placas MBK 1333, cor azul, Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 1.200,00. LOTE 11: 01 CAMINHÃO FORD/CARGO 1422, ano/modelo 1996, Placas LXU 0986, cor branca, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 31.700,00. LOTE 12: 01 CAMINHÃO M.BENZ/L 1418, ano/modelo 1993, Placas MAN 4818, cor branca, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 31.400,00. LOTE 13: 01 CARREGADEIRA MICHIGAM CLARK, ano 1984, cor amarela, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 28.000,00. LOTE 14: 01 SUCA-TA DE PATROLA HUBER WARCO 130M, cor amarela, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 2.000,00. LOTE 15: 01 LÂMINA HD. LANCE INICIAL R\$ 3.000,00. LOTE 16: SUCATAS DE ELETETRODOMÉSTICOS. LANCE INICIAL R\$ 30,00. LOTE 17 SUCATAS DE INFORMÁTICA. LANCE INICIAL R\$ 90,00. LOTE 18: SUCATAS DE MATERIAL DE DIVERSOS e ESCRITÓRIO. LANCE INICIAL R\$ 90,00. LOTE 19: SUCATAS DE MATERIAL HOSPITALAR. LANCE INICIAL R\$ 90,00. LOTE 20: 04 ARQUIVOS DE AÇO COM 4 GAVETAS. LANCE INICIAL R\$ 50,00. LOTE 21: MINI MARCENERIA, contendo: Lixadeira, Galopa, Serra e Furadeira. R\$ 400,00. Edital completo com as descrições poderá ser obtido através do site WWW.GOLDENLEILOES.COM.BR ou www.bomretiro.sc.gov.br, ou ainda pelo telefone (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se a presente licitação, as disposições da Lei nº 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

BOM RETIRO (SC), 12 de novembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
PREFEITO MUNICIPAL DE BOM RETIRO

Braço do Trombudo**PREFEITURA**

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 47 2014 - SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO 57/2014
EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 47/2014 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 10.12.2014, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodo-trombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 11 de novembro de 2014.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal.

Brunópolis

PREFEITURA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 5º BIMESTRE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014111012275900505675

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a-c)
1	RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.900.000,00	9.900.000,00	1.865.320,53	18,84	9.877.595,21	99,77	22.404,79
2	RECEITAS CORRENTES	9.900.000,00	9.900.000,00	1.793.052,82	18,11	8.571.464,18	86,58	1.328.535,82
3	RECEITA TRIBUTÁRIA	319.920,00	319.920,00	50.715,81	15,85	239.532,54	74,87	80.387,46
4	Impostos	309.600,00	309.600,00	48.398,27	15,63	223.386,03	72,15	86.213,97
5	Taxas	10.320,00	10.320,00	2.317,54	22,46	16.146,51	156,46	-5.826,51
6	Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	70.000,00	70.000,00	11.526,36	16,47	52.883,50	75,55	17.116,50
8	Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	70.000,00	70.000,00	11.526,36	16,47	52.883,50	75,55	17.116,50
10	Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	RECEITA PATRIMONIAL	53.420,00	53.420,00	160.983,38	301,35	246.872,38	462,13	-193.452,38
12	Receitas Imobiliárias	2.000,00	2.000,00	904,00	45,20	3.815,00	190,75	-1.815,00
13	Receitas de Valores Mobiliários	51.420,00	51.420,00	26.665,57	51,86	109.643,57	213,23	-58.223,57
14	Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	133.413,81	0,00	133.413,81	0,00	-133.413,81
19	RECEITA AGROPECUÁRIA	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
20	Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Outras Receitas Agropecuárias	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
23	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	RECEITA DE SERVIÇOS	61.560,00	61.560,00	8.581,70	13,94	43.463,80	70,60	18.096,20
29	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.373.770,00	9.373.770,00	1.557.564,43	16,62	7.973.418,66	85,06	1.400.351,34
30	Transferências Intergovernamentais	9.176.770,00	9.176.770,00	1.482.294,52	16,15	7.811.347,85	85,12	1.365.422,15
31	Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Transferências de Convênios	197.000,00	197.000,00	75.269,91	38,21	162.070,81	82,27	34.929,19

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

Pag. 2/26

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (f-g)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre.	
77	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	9.900.000,00	3.858.594,19	13.758.594,19	1.470.715,90	11.413.998,58	1.835.622,04	9.513.328,49	4.245.265,70
78	DESPESAS CORRENTES	8.477.338,00	1.247.459,61	9.724.797,61	1.374.028,55	8.288.783,38	1.565.846,65	7.575.604,29	2.149.193,52
79	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.569.142,00	299.293,00	4.868.435,00	791.124,01	4.111.487,55	795.648,65	4.037.622,11	830.812,89
80	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
81	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.908.196,00	948.166,61	4.856.362,61	582.904,54	4.177.295,83	770.198,00	3.537.982,18	72,85
82	DESPESAS DE CAPITAL	1.407.662,00	2.611.134,58	4.018.796,58	96.687,35	3.125.215,20	269.775,39	1.957.724,20	48,22
83	INVESTIMENTOS	1.402.662,00	2.590.134,58	3.992.796,58	96.687,35	3.099.215,20	266.832,21	1.919.144,89	48,07
84	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	5.000,00	21.000,00	26.000,00	0,00	26.000,00	2.943,18	18.579,31	71,46
86	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	0,00	15.000,00	-	-	-	-	-
87	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	-
88	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	9.900.000,00	3.858.594,19	13.758.594,19	1.470.715,90	11.413.998,58	1.835.622,04	9.513.328,49	4.245.265,70
90	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Dívida Mobiliária - Div. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Outras Dívidas - Div. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	9.900.000,00	3.858.594,19	13.758.594,19	1.470.715,90	11.413.998,58	1.835.622,04	9.513.328,49	4.245.265,70
98	SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	364.266,72	-
99	TOTAL (XIV) = (XIII+XIII)	9.900.000,00	3.858.594,19	13.758.594,19	1.470.715,90	11.413.998,58	1.835.622,04	9.877.595,19	-

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014111012275900505675

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
100	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Complementar nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	12/11/2014	Diário Oficial dos Municípios - DOM

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte:
Nota:

BRUNOPOLIS, 10/11/2014

ADEMIL ANTÔNIO DA ROSA
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 773.848.819-00

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
CPF.: 405.151.849-34

MARCELO BUENO RIBEIRO
CONTADOR
CRC: 032837/O-1

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014111012275900505675

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

CAMPO	CÓDIGO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a-b)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)
1		DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.900.000,00	13.758.594,19	1.470.715,90	11.413.998,58	1.835.622,04	9.513.328,49	100,00	69,14
2	00001	Legislativa	600.000,00	600.000,00	7.552,04	358.121,76	7.552,04	358.121,76	3,76	59,69
3	01031	Ação Legislativa	600.000,00	600.000,00	7.552,04	358.121,76	7.552,04	358.121,76	3,76	59,69
4	01032	Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	02061	Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	02062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	03091	Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	03092	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	00004	Administração	1.890.000,00	1.974.020,00	231.636,81	1.678.368,28	289.959,11	1.471.296,61	15,47	74,53
12	04121	Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	04122	Administração Geral	1.853.000,00	1.937.020,00	226.506,99	1.653.179,62	284.829,29	1.446.553,31	15,21	74,68
14	04123	Administração Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	04124	Controle Interno	37.000,00	37.000,00	5.129,82	25.188,66	5.129,82	24.743,30	0,26	66,87
16	04125	Normalização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	04126	Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	04127	Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	04128	Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	04129	Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	04130	Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	04131	Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	05151	Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	05152	Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	05153	Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	00006	Segurança Pública	25.560,00	25.560,00	1.914,21	16.970,61	4.828,07	15.798,34	0,17	61,81
28	06181	Policimento	25.560,00	25.560,00	1.914,21	16.970,61	4.828,07	15.798,34	0,17	61,81
29	06182	Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30	06183	Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	07211	Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	07212	Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	00008	Assistência Social	712.700,00	788.393,36	142.384,54	622.235,33	155.618,78	546.479,73	5,74	69,32
35	08241	Assistência ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	08242	Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	111.000,00	126.100,00	12.229,28	99.681,38	18.804,62	90.272,52	0,95	71,59
38	08244	Assistência Comunitária	601.700,00	662.293,36	130.155,26	522.553,95	136.814,16	456.207,21	4,80	68,88

Pag. 5/ 26

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Pag. 6/26

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014111012275900505675

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

81	17544	Recursos Hídricos	135.000,00	171.827,05	34.145,00	119.389,51	17.602,99	96.181,03	1,01	55,98	75.646,02
82	00018	Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
83	18541	Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
84	18542	Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	18543	Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	18544	Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
87	18545	Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	19571	Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	19572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	19573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	00020	Agricultura	463.000,00	525.500,00	46.507,10	444.066,21	90.147,95	378.647,91	3,98	72,05	146.852,09
93	20601	Promoção da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	20602	Promoção da Produção Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	20603	Defesa Sanitária Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	20604	Defesa Sanitária Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	20605	Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	20606	Extensão Rural	463.000,00	525.500,00	46.507,10	444.066,21	90.147,95	378.647,91	3,98	72,05	146.852,09
99	20607	Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	21631	Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	21632	Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	22661	Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	22662	Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	22663	Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	22664	Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	22665	Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	00023	Comércio e Serviços	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
110	23691	Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	23692	Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	23693	Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	23694	Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
114	23695	Turismo	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
115	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	24721	Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	24722	Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	25751	Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	25752	Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	25753	Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	25754	Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014111012275900505675

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

123	00026	Transporte	230.840,00	955.840,00	0,00	749.500,00	0,00	749.500,00	7,88	78,41	206.340,00
124	26781	Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	26782	Transporte Rodoviário	230.840,00	955.840,00	0,00	749.500,00	0,00	749.500,00	7,88	78,41	206.340,00
126	26783	Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	26784	Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	26785	Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	00027	Desporto e Lazer	30.000,00	77.825,00	3.295,58	38.777,75	4.850,57	35.770,35	0,38	45,96	42.054,65
130	27811	Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	27812	Desporto Comunitário	30.000,00	77.825,00	3.295,58	38.777,75	4.850,57	35.770,35	0,38	45,96	42.054,65
132	27813	Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
133	00028	Encargos Especiais	125.000,00	146.000,00	0,00	136.000,00	18.726,45	102.921,27	1,08	70,49	43.078,73
134	28841	Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	28842	Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	28843	Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	28844	Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	28845	Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	28846	Outros Encargos Especiais	125.000,00	146.000,00	0,00	136.000,00	18.726,45	102.921,27	1,08	70,49	43.078,73
140	28847	Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
142		RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
143		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
144	00001	Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
145	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
146	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
147	00004	Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	00006	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	00008	Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	00009	Providência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	00010	Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	00012	Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	00013	Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	00015	Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	00016	Habituação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	00017	Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	00018	Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	00020	Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: NOV/2013 a OUT/ 2014.

CVA: 2014111012275900505675

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Novembro 2013	Dezembro 2013	Janeiro 2014	Fevereiro 2014	Março 2014	Abril 2014	Maio 2014
1	RECEITAS CORRENTES (I) = (2+8+...+13+22)	993.019,92	1.333.946,34	1.086.903,38	1.108.203,36	865.915,85	1.068.112,77	1.079.596,03
2	Receita Tributária = (3+4+5+6+7)	18.842,55	45.122,64	10.109,65	28.053,84	27.355,73	23.756,67	20.603,75
3	IPTU	2.063,79	222,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	ISS	6.064,69	10.897,16	1.204,67	10.209,50	12.939,55	8.443,19	3.241,21
5	ITBI	166,08	1.068,12	1.860,66	11.887,75	2.360,00	5.149,06	6.964,35
6	IRRF	8.544,38	30.126,39	6.255,78	535,83	8.856,01	8.759,60	9.261,73
7	Outras Receitas Tributárias	2.003,61	2.808,01	788,54	5.420,76	3.200,17	1.404,82	1.136,46
8	Receita de Contribuições	0,00	5.014,76	5.178,43	9.765,55	0,00	5.686,86	5.142,01
9	Receita Patrimonial	11.290,56	7.967,34	6.084,74	6.924,38	7.743,54	7.675,90	7.146,06
10	Receita Agropecuária	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Receita de Serviços	2.871,40	3.675,06	5.257,70	4.681,10	4.433,50	3.708,60	4.291,60
13	Transferências Correntes = (14+...+21)	959.501,63	1.271.647,04	1.059.286,83	1.058.417,23	825.939,11	1.026.965,91	1.040.726,94
14	Cota-Parte do FPM	490.575,88	740.091,40	594.831,36	635.192,90	376.793,29	430.046,10	573.089,30
15	Cota-Parte do ICMS	290.028,32	288.798,48	293.088,84	279.038,70	283.079,38	276.183,12	280.738,04
16	Cota-Parte do IPV/A	4.959,86	4.041,67	7.286,29	10.265,65	12.413,15	20.935,51	21.823,89
17	Cota-Parte do ITR	4.768,56	3.330,90	3.419,97	161,86	0,00	0,00	38,60
18	Transferências da LC 87/1996	1.200,46	1.200,46	1.239,07	1.239,07	0,00	1.239,07	1.239,07
19	Transferências da LC 61/1989	4.518,37	4.829,18	4.688,94	3.969,76	3.878,98	4.225,43	4.595,84
20	Transferências do FUNDEB	66.436,12	66.249,52	82.217,29	80.660,41	78.870,21	75.019,33	82.026,90
21	Outras Transferências Correntes	97.014,06	163.105,43	72.515,07	47.888,88	70.904,10	219.317,35	77.175,30
22	Outras Receitas Correntes	363,78	519,50	986,03	361,26	443,97	318,83	1.685,67
23	DEDUÇÕES (II) = (24+25+26)	159.210,10	161.638,71	180.910,70	185.973,40	135.232,77	146.525,66	176.304,79
24	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	159.210,10	161.638,71	180.910,70	185.973,40	135.232,77	146.525,66	176.304,79
27	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (1-23)	833.809,82	1.172.307,63	905.992,68	922.229,96	730.683,08	921.587,11	903.291,24

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Junho 2014	Julho 2014	Agosto 2014	Setembro 2014	Outubro 2014	TOTAL (ÚLT. 12 M)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
-------	---------------	---------------	---------------	----------------	------------------	-----------------	----------------------	--------------------------------

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: NOV/2013 a OUT/ 2014.

CVA: 2014111012275900505675

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)									
	RECEITAS CORRENTES (I) = (29+35+...+40+49)								RS 1,00
28	Receita Tributária = (30+31+32+33+34)	950.800,76	881.039,79	970.003,95	945.756,79	1.125.004,63	12.408.303,57	11.760.320,00	
29	Receita Tributária	35.469,51	22.405,31	21.062,27	19.427,58	31.288,23	303.497,73	319.920.000,00	
30	IPJU	0,00	0,00	0,00	0,00	1.094,94	3.381,69	4.200,00	
31	ISS	5.467,55	4.714,16	5.164,31	10.150,26	3.385,77	81.882,02	105.000.000,00	
32	ITBI	21.025,69	9.661,29	7.689,15	1.999,89	16.012,97	85.845,01	120.000.000,00	
33	IRRF	8.415,63	7.491,88	7.429,21	6.893,17	8.861,27	111.430,88	80.400.000,00	
34	Outras Receitas Tributárias	560,64	537,98	779,60	384,26	1.933,28	20.958,13	10.320.000,00	
35	Receita de Contribuições	5.025,12	5.298,64	5.260,53	5.069,36	6.457,00	57.898,26	70.000.000,00	
36	Receita Patrimonial	9.367,67	9.323,02	11.221,41	10.696,73	143.181,83	238.623,18	52.940.000,00	
37	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150,00	3.000.000,00	
38	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
39	Receita de Serviços	3.136,70	4.074,10	5.298,80	4.260,20	4.321,50	50.010,26	61.560.000,00	
40	Transferências Correntes = (41+...+48)	894.578,21	837.518,54	924.988,27	905.882,00	936.495,85	11.741.947,56	11.234.570.000,00	
41	Cota-Parte do FPM	429.779,99	369.126,63	448.426,05	393.082,94	371.503,84	5.852.539,68	5.800.000.000,00	
42	Cota-Parte do ICMS	284.815,59	264.674,84	277.672,97	297.733,30	306.963,42	3.422.815,00	3.260.000.000,00	
43	Cota-Parte do IPVA	15.687,33	18.705,54	11.847,88	12.397,28	10.167,54	150.531,59	160.000.000,00	
44	Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	137,13	3.278,00	17.431,38	32.566,40	20.000.000,00	
45	Transferências da LC 87/1996	1.239,07	1.239,07	1.239,07	1.239,07	1.239,07	18.000,00	18.000.000,00	
46	Transferências da LC 61/1989	4.377,29	4.496,84	4.635,22	4.362,02	4.671,35	53.249,22	46.000.000,00	
47	Transferências do FUNDEB	73.210,73	71.878,02	76.887,64	78.465,15	81.980,67	913.901,99	760.000.000,00	
48	Outras Transferências Correntes	85.468,21	107.397,60	104.142,31	115.324,24	142.538,58	1.302.791,13	1.170.570.000,00	
49	Outras Receitas Correntes	3.223,55	2.420,18	2.172,67	420,92	3.260,22	16.176,58	18.330.000,00	
50	DEDUÇÕES (II) = (51+52+53)	147.179,63	131.648,38	148.791,48	142.418,32	142.395,10	1.858.229,04	1.860.800.000,00	
51	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
52	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014111012275900505675

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PLANO PREVIDENCIÁRIO		RECEITAS REALIZADAS		
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
1	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (2+21-25)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	RECEITAS CORRENTES = (3+12+13+17+18)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Receita de Contribuições dos Segurados = (4+8)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Pessoal Civil = (5+6+7)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Pessoal Militar = (9+10+11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Receita Patrimonial = (14+15+16)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Correntes = (19+20)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITAS DE CAPITAL = (22+23+24)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (1+26)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
28	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (29+32)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29	ADMINISTRAÇÃO = (30+31)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	PREVIDÊNCIA = (33+37+41)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Pessoal Civil = (34+35+36)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
35	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Pessoal Militar = (38+39+40)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Outras Despesas Previdenciárias = (42+43)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (28+44)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (27-45)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014111012275900505675

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
47	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (48+52)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	Plano Financeiro = (49+50+51)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Plano Previdenciário = (53+54+55)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
56	Valor	0,00

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Set/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Em. Out/2014	Em 31 /Dez/2013
57	CAIXA	0,00	0,00	0,00
58	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00	0,00
59	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00
60	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
61	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (62+74+75+76)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	Receita de Contribuições = (63+72+73)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63	Patronal = (64+68)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
64	Pessoal Civil = (65+66+67)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
65	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Pessoal Militar = (69+70+71)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
77	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (78+79+80)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
81	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (61+77-81)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
83	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (84+85)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
84	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (83)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014111012275900505675

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PLANO FINANCEIRO				
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
87	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (88+107-111)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	RECEITAS CORRENTES = (89+98+99+103+104)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	Receita de Contribuições dos Segurados = (90+94)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	Pessoal Civil = (91+92+93)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Pessoal Militar = (95+96+97)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	Receita Patrimonial = (100+101+102)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	Outras Receitas Correntes = (105+106)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	RECEITAS DE CAPITAL = (108+109+110)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (87+112)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
114	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (115+118)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	ADMINISTRAÇÃO = (116+117)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	PREVIDÊNCIA = (119+123+127)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	Pessoal Civil = (120+121+122)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123	Pessoal Militar = (124+125+126)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	Outras Despesas Previdenciárias = (128+129)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (114+130)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (113-131)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014111012275900505675

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
133	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (134+138)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	Plano Financeiro = (135+136+137)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	Plano Previdenciário = (139+140+141)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
142	Valor	0,00

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Set/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Em. Out/2014	Em 31 /Dez/2013
143	CAIXA	0,00	0,00	0,00
144	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00	0,00
145	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00
146	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
147	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (148+160+161+162)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	Receita de Contribuições = (149+158+159)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	Patronal = (150+154)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	Pessoal Civil = (151+152+153)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	Pessoal Militar = (155+156+157)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (164+165+166)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
165	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (147+163-167)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
169	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (170+171)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014111012275900505675

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

171	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (169)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:

Nota:

BRUNOPOLIS, 10/11/2014

ADEMIL ANTÔNIO DA ROSA
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 773.848.819-00

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
CPF.: 405.151.849-34

MARCELO BUENO RIBEIRO
CONTADOR
CRC.: 032837/O-1

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014111012275900505675

RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2013 (a)	Em 31/Ago/2014 (b)	Em. 31/Out/2014 (c)
1	DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
2	DEDUÇÕES (II) = (3 + 4 - 5)	2.001.852,84	2.269.180,50	2.191.469,31
3	Disponibilidade de Caixa Bruta	2.052.944,08	2.281.440,75	2.203.729,56
4	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
5	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	51.091,24	12.260,25	12.260,25
6	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.001.852,84	-2.269.180,50	-2.191.469,31
7	RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
8	PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
9	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.001.852,84	-2.269.180,50	-2.191.469,31

CAMPO	RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		No Bimestre (c - b)	Até o Bimestre (c - a)
10	VALOR	77.711,19	-189.616,47

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
11	META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-300.000,00

CAMPO	REGIME PREVIDENCIÁRIO			
	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2013	Em 31/Ago/2014	Em. 31/Out/2014
12	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
13	Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
14	Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
15	DEDUÇÕES (VIII) = (16+17+18-19)	-	-	-
16	Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
17	Investimentos	0,00	0,00	0,00
18	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
19	(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
20	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NÔMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014111012275900505675

RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

21	PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
22	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

Se o cálculo das "Deduções" resultar em valor negativo, o campo será preenchido pelo sistema com um traço.

Fonte:

Nota:

BRUNOPOLIS, 10/11/2014

ADEMIL ANTÔNIO DA ROSA
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 773.848.819-00

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
CPF.: 405.151.849-34

MARCELO BUENO RIBEIRO
CONTADOR
CRC.: 032837/O-1

**RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014111012275900505675

RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
1	RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I) = (2+8+11+14+19)	9.848.580,00	1.766.387,25	8.461.820,61	7.387.019,85
2	Receitas Tributárias = (3+4+5+6+7)	319.920,00	50.715,81	239.532,54	184.663,54
3	IPU	4.200,00	1.094,94	1.094,94	2.496,21
4	ISS	105.000,00	13.536,03	64.920,17	39.665,47
5	ITBI	120.000,00	18.012,86	84.610,81	53.463,01
6	IRRF	80.400,00	15.754,44	72.760,11	59.447,02
7	Outras Receitas Tributárias	10.320,00	2.317,54	16.146,51	29.591,83
8	Receitas de Contribuições. = (9+10)	70.000,00	11.526,36	52.883,50	46.998,24
9	Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Outras Receitas de Contribuições	70.000,00	11.526,36	52.883,50	46.998,24
11	Receita Patrimonial Líquida = (12-13)	2.000,00	134.317,81	137.228,81	0,00
12	Receita Patrimonial	53.420,00	160.983,38	246.872,38	78.634,67
13	(-) Aplicações Financeiras	51.420,00	26.665,57	109.643,57	78.634,67
14	Transferências Correntes = (15+16+17+18)	9.373.770,00	1.557.564,43	7.973.418,66	7.103.572,09
15	FPM	4.640.000,00	611.669,46	3.697.498,16	3.422.601,31
16	ICMS	2.608.000,00	483.757,56	2.275.191,37	2.058.563,37
17	Convênios	197.000,00	75.269,91	162.070,81	188.865,62
18	Outras Transferências Correntes	1.928.770,00	386.867,50	1.838.658,32	1.433.541,79
19	Demais Receitas Correntes = (20+21)	82.890,00	12.262,84	58.757,10	51.785,98
20	Dívida Ativa	2.760,00	54,20	467,63	5.130,70
21	Diversas Receitas Correntes	80.130,00	12.208,64	58.289,47	46.655,28
22	RECEITAS DE CAPITAL (II) = (23+...+26+29)	0,00	72.267,71	1.306.131,03	621.290,75
23	Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Alienação de Bens (V)	0,00	0,00	38.679,00	16.000,00
26	Transferências de Capital = (27+28)	0,00	72.267,71	1.267.452,03	605.290,75
27	Convênios.	0,00	72.267,71	1.267.452,03	265.405,00
28	Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	339.885,75
29	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
30	RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II-III-IV-V)	0,00	72.267,71	1.267.452,03	605.290,75
31	RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	9.848.580,00	1.838.654,96	9.729.272,64	7.992.310,60

CAMPO	DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
32	DESPESAS CORRENTES (VIII) = (33+34+35)	9.724.797,61	1.565.846,65	7.575.604,29	6.495.616,41
33	Pessoal e Encargos Sociais	4.868.435,00	795.648,65	4.037.622,11	3.202.063,64
34	Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
35	Outras Despesas Correntes	4.856.362,61	770.198,00	3.537.982,18	3.293.552,77
36	DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII-IX)	9.724.797,61	1.565.846,65	7.575.604,29	6.495.616,41
37	DESPESAS DE CAPITAL (XI) = (38+39+43)	4.018.796,58	269.775,39	1.937.724,20	700.403,43
38	Investimentos	3.992.796,58	266.832,21	1.919.144,89	698.278,58
39	Inversões Financeiras = (40+41+42)	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Amortização da Dívida (XIV)	26.000,00	2.943,18	18.579,31	2.124,85
44	DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)	3.992.796,58	266.832,21	1.919.144,89	698.278,58
45	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	15.000,00	-	-	-
46	RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014111012275900505675

RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

47	DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	13.732.594,19	1.832.678,86	9.494.749,18	7.193.894,99
----	---	---------------	--------------	--------------	--------------

48	RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII-XVIII)	-3.884.014,19	5.976,10	234.523,46	798.415,61
----	--	---------------	----------	------------	------------

49	SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	1.144.379,09	0,00
----	--------------------------------	---	---	--------------	------

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE			
50	META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-46.420,00

Fonte:

Nota:

BRUNOPOLIS, 10/11/2014

ADEMIL ANTÔNIO DA ROSA
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 773.848.819-00

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
CPF.: 405.151.849-34

MARCELO BUENO RIBEIRO
CONTADOR
CRC.: 032837/O-1

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014111012275900505675

RREO - Anexo 7 (LRF, art.53, inciso V)

CAMPO	PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					R\$ 1,00	
		Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
1	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	51.091,24	38.830,99	0,00	12.260,25	12.324,88	156.472,95	135.550,88	135.550,88	0,00	33.246,95
2	EXECUTIVO	0,00	51.091,24	38.830,99	0,00	12.260,25	12.324,88	156.472,95	135.550,88	135.550,88	0,00	33.246,95
3	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.640,00	1.640,00	1.640,00	0,00	0,00
4	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	333,27	0,00	0,00	333,27	0,00	59.246,79	58.327,80	58.327,80	0,00	918,99
5	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FAZENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.639,42	1.639,42	1.639,42	0,00	0,00
6	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR SOCIAL E DESPORTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.527,55	19.527,55	19.527,55	0,00	0,00
7	SECRETARIA DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.554,16	8.095,54	8.095,54	0,00	454,62
8	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	0,00	50.757,97	38.830,99	0,00	11.926,98	12.324,88	65.865,03	46.316,57	46.316,57	0,00	31.873,34
9	LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	TOTAL (III) = (I+II)	0,00	51.091,24	38.830,99	0,00	12.260,25	12.324,88	156.472,95	135.550,88	135.550,88	0,00	33.246,95

Fonte:
Nota:

BRUNOPOLIS, 10/11/2014

ADEMIL ANTÔNIO DA ROSA
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 773.848.819-00

MARCELO BUENO RIBEIRO
CONTADOR
CRC.: 032837/O-1

JOSÉ THIÉRES ALVES RIBEIRO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
CPF.: 405.151.849-34

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

CVA: 2014111012275900505675

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a+b)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
1	TOTAL DE ATIVOS = (2+3+4)	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
5	TOTAL DE PASSIVOS (I) = (6+7+8)	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
9	GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
10	SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
11	PASSIVOS CONTINGENTES = (12+13+14)	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Contraprestações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
15	ATIVOS CONTINGENTES = (16+17)	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2013	2014	2015	2016	2017	2018
18	Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	9.468.521,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI) = (IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2019	2020	2021	2022	2023
23	Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI)= (IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:

Nota:

BRUNOPOLIS, 10/11/2014

ADEMIL ANTÔNIO DA ROSA
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 773.848.819-00

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
CPF.: 405.151.849-34

MARCELO BUENO RIBEIRO
CONTADOR
CRC.: 032837/O-1

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

CVA: 2014111012275900505675

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

CAMPO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
1	RECEITAS	-	-
2	Previsão Inicial	-	9.900.000,00
3	Previsão Atualizada	-	9.900.000,00
4	Receitas Realizadas	1.865.320,53	9.877.595,21
5	Déficit Orçamentário	-	-
6	Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	-	1.144.379,09
7	DESPESAS	-	-
8	Dotação Inicial	-	9.900.000,00
9	Créditos Adicionais	-	3.858.594,19
10	Dotação Atualizada	-	13.758.594,19
11	Despesas Empenhadas	1.470.715,90	11.413.998,58
12	Despesas Liquidadas	1.835.622,04	9.513.328,49
13	Superávit Orçamentário	-	364.266,72

CAMPO	DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
14	Despesas Empenhadas	1.470.715,90	11.413.998,58
15	Despesas Liquidadas	1.835.622,04	9.513.328,49

CAMPO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
16	Receita Corrente Líquida	10.550.074,53

CAMPO	RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
17	Regime Geral de Previdência Social	-	-
18	Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	-	-
19	Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	-	-
20	Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	-	-
21	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-
22	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-
23	Receitas Previdenciárias Realizadas. (IV)	0,00	0,00
24	Despesas Previdenciárias Liquidadas. (V)	0,00	0,00
25	Resultado Previdenciário. (VI) = (IV - V)	0,00	0,00
26	PLANO FINANCEIRO	-	-
27	.Receitas Previdenciárias Realizadas (VII)	0,00	0,00
28	.Despesas Previdenciárias Liquidadas (VIII)	0,00	0,00
29	.Resultado Previdenciário (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00

CAMPO	RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
30	Resultado Nominal	-300.000,00	-189.616,47	63,21
31	Resultado Primário	-46.420,00	234.523,46	-505,22

CAMPO	RESTOS A PAGAR POR PODER	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
32	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	51.091,24	0,00	38.830,99	12.260,25
33	Poder Executivo	51.091,24	0,00	38.830,99	12.260,25
34	Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
35	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	168.797,83	0,00	135.550,88	33.246,95
36	Poder Executivo.	168.797,83	0,00	135.550,88	33.246,95
37	Poder Legislativo.	0,00	0,00	0,00	0,00
38	TOTAL	219.889,07	0,00	174.381,87	45.507,20

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

CVA: 2014111012275900505675

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
39	Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	2.414.985,46	25%	30,53
40	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	60%	0,00
41	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	768.160,65	60%	97,58
42	Complementação da União ao FUNDEB - Mínimo Anual de 10% do Total de Recursos do FUNDEB	0,00	10%	0,00

CAMPO	RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
43	Receitas de Operação de Crédito	-	-
44	Despesa de Capital Líquida	-	-

CAMPO	PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
45	Regime Geral de Previdência Social	-	-	-	-
46	Receitas Previdenciárias (I)	-	-	-	-
47	Despesas Previdenciárias (II)	-	-	-	-
48	Resultado Previdenciário (I - II)	-	-	-	-
49	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
50	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-	-	-
51	Receitas Previdenciárias. (III)	-	-	-	-
52	Despesas Previdenciárias. (IV)	-	-	-	-
53	Resultado Previdenciário. (III - IV)	-	-	-	-
54	PLANO FINANCEIRO	-	-	-	-
55	.Receitas Previdenciárias (V)	-	-	-	-
56	.Despesas Previdenciárias (VI)	-	-	-	-
57	.Resultado Previdenciário. (V - VI)	-	-	-	-

CAMPO	RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
58	Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	-	-
59	Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	-	-

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
60	Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.562.786,37	15,00	19,76

CAMPO	DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
-------	---	-------------------------------------

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

CVA: 2014111012275900505675

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

61	Total das Despesas/RCL (%)	0,00
----	----------------------------	------

¹Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

Fonte:

Nota:

BRUNOPOLIS, 10/11/2014

ADEMIL ANTÔNIO DA ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

CPF.: 773.848.819-00

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

CPF.: 405.151.849-34

MARCELO BUENO RIBEIRO

CONTADOR

CRC.: 032837/O-1

Brusque

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO Nº 01/2014 DO EDITAL Nº 48/2014

RETIFICAÇÃO Nº 01/2014 DO EDITAL Nº 48/2014

O Secretário Municipal de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, considerando no rol dos cargos do edital 048/2014 o cargo de Coordenador Pedagógico,

Resolve:

Retificar o Edital nº 48/2014, nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ:

9- DATA, HORA E LOCAL DAS PROVAS

9.1- A prova realizar-se-á no dia 22 de novembro 2014, das 09h00min às 12h00min, nas dependências da UNIASSELVI/ASSE-VIM, situada na Rua Gregório Diegoli, 35-A, São Luiz , Brusque-SC.

LEIA-SE:

9- DATA, HORA E LOCAL DAS PROVAS

9.1- A prova realizar-se-á no dia 23 de novembro 2014, das 09h00min às 12h00min, nas dependências da UNIASSELVI/ASSE-VIM, situada na Rua Gregório Diegoli, 35-A, São Luiz , Brusque-SC.
enação;

Brusque, 11 de novembro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

LEI Nº 3.774, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

LEI nº 3.774, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA ANSELMO BECKER, a Rua 200 (Loteamento Jardim Renascer), transversal da Travessa Dom Joaquim, bairro Dom Joaquim, localizada a 350,00 metros - sentido bairro/centro - antes do cruzamento da Rua Ludovico Merico com a Travessa Dom Joaquim.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 306,92 metros, tendo a pista largura de 7,00 metros e passeios de 1,50 metros para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Publicado na Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de outubro de 2014.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

Republicada no Diário Oficial dos Municípios

PORTARIA Nº 2.338/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2.338/2014

Concede benefício de Aposentadoria Voluntária a

Janeth Magda de Carvalho Coutinho

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/13, e com fundamento no artigos 33, I, c, 61 e 97 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no artigo 6º da Emenda Constitucional nº. 41/2003.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 4/2014, benefício de Aposentadoria Voluntária a JANETH MAGDA DE CARVALHO COUTINHO, CPF 739.068.677-49.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11/10/2014, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de Outubro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 138/2014 SAMAE

PORTARIA Nº 138/2014

O Diretor Presidente, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 6.308/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para o servidor Pedro Miranda, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 3GO-01B passando para o padrão de vencimento 3GO-01C por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 à 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/09/2014.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Brusque, 10 de novembro de 2014.

Rogério Ristow

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 139/2014 SAMAE

PORTARIA Nº 139/2014

O Diretor Presidente, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 6.308/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional vertical para o servidor Django Deucher, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 3GO-02F passando para o padrão de vencimento 3GO-03F por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 à 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/09/2014.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Brusque, 10 de novembro de 2014.

Rogério Ristow

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 1817/2014

Portaria nº 1817/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

Considerando, a necessidade de profissionais do cargo ora ocupado pelo servidor,

Considerando, que o servidor é efetivo do quadro de funcionários desta municipalidade e que a demanda dos serviços requer a permanência de servidores com essa característica,

Considerando, que os servidores que se encontram na Secretaria de Obras não vêm suprimindo a demanda de serviços,

Considerando, que o atual local lotação já está suprido com outros servidores efetivos do mesmo cargo sendo desnecessário sua permanência neste,

RESOLVE:

Art. 1º - Remover de ofício o servidor SEBASTIÃO DOMINGUES, atualmente lotado no ZOOBOTÂNICO, para a SECRETARIA DE OBRAS, conforme previsão no artigo 50 da LC 147/2009;

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de agosto de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 44, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014
LEGISLATIVO**

Portaria Nº 44, de 7 de novembro de 2014.

"Nomeia Comissão para Conferência Patrimonial"

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, usando das atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º INSTITUIR a Comissão para Conferência Patrimonial, com o objetivo de realizar a conferência dos bens patrimoniais móveis em todo o prédio da Câmara Municipal de Brusque, composta pelos seguintes servidores:

Samantha Roberta Gorniski Fabiensi - Téc. em Contabilidade e Orçamento

Rafael Matheus - Assistente de Administração

Fábio Augusto Cardoso - Agente de Transportes

Art. 2º Aos servidores acima nomeados, aplica-se o disposto no art. 95 c/c Parágrafo Único do art. 83, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 3º A Comissão para Conferência Patrimonial de Bens Permanentes da Câmara Municipal de Brusque tem por finalidade conferir quantitativa e qualitativamente os equipamentos e materiais permanentes em uso na Instituição com os registros patrimoniais e cadastrais e dos valores avaliados com os respectivos registros contábeis.

Art. 4º Fica vedada a movimentação de bens permanentes, até que seja cumprido o prazo estabelecido para a execução dos trabalhos da Comissão.

Art. 5º Estabelecer o prazo de 30 (trinta) dias para realização do serviço, podendo ser prorrogado, mediante solicitação motivada.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2014.

Brusque, 07 de novembro de 2014.

Guilherme Marchewsky

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC

Rogério Gamba

Diretor Geral

PORTARIA Nº 246/2014

PORTARIA Nº 246/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Ceder a servidora SILMARA DE OLIVEIRA DA LUZ, matrícula nº 765384, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Orçamento e Gestão, com carga horária de 40 horas semanais, para o Fórum da Comarca de Brusque, para atuar na Vara da Fazenda Pública e Registros Públicos.

Parágrafo Primeiro: A cessão supracitada dar-se-á nos termos do

convênio nº169/2010 firmado com o Tribunal de Justiça, com ônus para o órgão de origem.

Parágrafo Segundo: O controle e cumprimento da carga horária, bem como a avaliação do estágio probatório ficarão sob a responsabilidade do órgão de destino.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de novembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO nº 127/2014

Pregão nº 074/2014

OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza, manutenção e conservação urbana e de prédios públicos.

RESULTADO DA IMPUGNAÇÃO: Pelo exposto, recebo a impugnação apresentada pela empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, para no mérito considerá-la PARCIALMENTE PROCEDENTE, fazendo a anulação do Pregão 074/2014 e determinando revisão do ato convocatório, quando do novo competitivo.

07/11/2014

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário de Orçamento e Gestão

DECRETO Nº. 7525, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 7525, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.676 de 19.12.13, a Lei nº 3.644 de 30.08.13, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 664.700,00 (Seiscientos e sessenta e quatro mil e setecentos reais), para atender a programação abaixo especificada:

04.00	Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
04.001	Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
0004.0122.0005.2308	Manut. Das Ativ. Da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 40.000,00
10.00	Secretaria Municipal de Turismo
10.001	Secretaria Municipal de Turismo
0023.0695.0170.2310	Manutenção da Secretaria Municipal de Turismo

3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 15.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 85.300,00
13.00	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
13.001	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
0015.0451.0125.2036	Manutenção e Melhorias do Sistema Viário
4.4.90.00	Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 73.000,00
0018.0451.0320.1002	Macro Drenagem, Saneamento e Obras de Contenção de Cheias
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.24.54	Transf. De Convênios da União - Outros
VALOR	R\$ 50.000,00
0015.0451.0330.2249	Programa de Obras Comunitárias - OP
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 300.000,00
15.00	Secretaria de Assistência Social e Habitação
15.003	Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social
0016.0482.01320.2075	Desenv. Ações e Progr. De Habitação
4.4.90.00	Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 1.300,00
19.00	Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001	Secretaria de Orçamento e Gestão
0004.0122.0005.2013	Manutenção da Administração Geral
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 100.000,00
75.00	Fundação Municipal do Meio Ambiente
75.001	Fundação Municipal do Meio Ambiente
0018.0122.0160.2216	Manutenção Administrativa da Fundação
3.3.91.00	Aplic. Direta Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 100,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

04.00	Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
04.001	Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
0004.0122.0005.2308	Manut. Das Ativ. Da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
3.1.91.00	Aplic. Direta Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 40.000,00
10.00	Secretaria Municipal de Turismo
10.001	Secretaria Municipal de Turismo

0023.0695.0170.2310 Manutenção da Secretaria Municipal de Turismo
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas
 Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 100.300,00
 13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas
 Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 73.000,00
 0018.0451.0320.1002 Macro Drenagem, Saneamento e Obras de Contenção de Cheias
 4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
 0.1.24.54 Transf. De Convênios da União - Outros
 VALOR R\$ 50.000,00
 0015.0451.0330.2249 Programa de Obras Comunitárias - OP
 4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 300.000,00
 15.00 Secretaria de Assistência Social e Habitação
 15.003 Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social
 0016.0482.01320.2075 Desenv. Ações e Progr. De Habitação
 3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas
 Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 1.300,00
 19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
 19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
 0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas
 Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 100.000,00
 75.00 Fundação Municipal do Meio Ambiente
 75.001 Fundação Municipal do Meio Ambiente
 0018.0122.0160.2216 Manutenção Administrativa da Fundema
 3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas
 Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 100,00

CEDENIR ALBERTO SIMON
 Chefe Gabinete do Prefeito

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 11/11/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de novembro de 2014.
 PAULO ROBERTO ECCEL
 Prefeito Municipal

ELTON ROGRIGO RIFFEL
 Procurador Geral do Município

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
 Secretário de Orçamento e Gestão

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO DE TRANSITO Nº50 1945 A 1956 /2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 050 1945/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFX7727	54936796E	5010/0	30/08/2014	162 * I
AFX7727	54936797E	5274/1	30/08/2014	175
ALH8522	55924756E	7340/0	22/09/2014	252 * IV
AUN3387	55911596E	6408/0	29/08/2014	221
BNW6004	55911168E	6599/2	06/10/2014	230 * V
CLI7122	55911210E	6408/0	11/10/2014	221
CLI7122	55923006E	6637/2	11/10/2014	230 * IX
DDD2262	55924987E	6599/2	30/09/2014	230 * V
DDD2262	55924988E	5010/0	30/09/2014	162 * I
DDD2262	55924989E	5118/0	30/09/2014	164 c/c 162 * I
DUG3955	55911347E	6726/1	12/10/2014	230 * XVIII
IDB7201	54936720E	6610/2	30/08/2014	230 * VII
KVH2454	55911302E	5169/1	04/10/2014	165
LWV6601	55924921E	6726/1	04/10/2014	230 * XVIII
LXK8347	55175821E	5169/1	30/08/2014	165
LZR8502	55911182E	7340/0	08/10/2014	252 * IV
MAF8772	54824723E	5010/0	05/10/2014	162 * I
MAS8685	55911307E	5169/1	05/10/2014	165
MAS8685	55911308E	5045/0	05/10/2014	162 * V
MAS8685	55911309E	6599/2	05/10/2014	230 * V
MAS8685	55911310E	5096/0	05/10/2014	163 c/c 162 * V
MAV3462	55924701E	6726/1	09/10/2014	230 * XVIII
MAV5341	55924524E	6599/2	08/10/2014	230 * V
MAV5341	55924525E	5010/0	08/10/2014	162 * I
MAV5341	55924526E	6408/0	08/10/2014	221
MBA8586	54938172E	6599/2	09/10/2014	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBP2430	55911317E	5045/0	06/10/2014	162 * V
MBQ2086	55924654E	5010/0	30/09/2014	162 * I
MBQ2086	55924655E	6599/2	30/09/2014	230 * V
MBQ2086	55924656E	5118/0	30/09/2014	164 c/c 162 * I
MBU6902	54936459E	6599/2	19/09/2014	230 * V
MBU6902	54936460E	6912/0	19/09/2014	232
MBV9203	55925861E	6602/0	29/08/2014	230 * VI
MBV9203	55925862E	6556/3	29/08/2014	230 * I
MCA2627	55925599E	6610/2	27/08/2014	230 * VII
MCE7784	55177225E	6912/0	01/09/2014	232
MCF8439	55911411E	7340/0	12/10/2014	252 * IV
MCO2536	54938607E	6599/2	16/09/2014	230 * V
MCP3608	55924519E	6912/0	08/10/2014	232
MCV1053	54936360E	6599/2	10/09/2014	230 * V
MDI1145	54266564E	6599/2	06/10/2014	230 * V
MDI1145	55681698D	6912/0	06/10/2014	232
MDI1145	55681699D	6610/2	06/10/2014	230 * VII
MDN7011	55924809E	5045/0	04/10/2014	162 * V
MDN7723	55911324E	6769/1	07/10/2014	230 * XXII
MDS7776	55911600E	6912/0	01/09/2014	232
MEI3718	55911315E	6653/2	06/10/2014	230 * XI
MEP1234	55911184E	6912/0	12/10/2014	232
MER6927	54936719E	6599/2	30/08/2014	230 * V
MET0209	55924785E	6912/0	04/10/2014	232
MFF2445	55924981E	6661/0	27/09/2014	230 * XII
MFI2323	55924407E	6599/2	03/10/2014	230 * V
MFL8499	54951149E	5010/0	05/10/2014	162 * I
MFL8499	54951150E	5118/0	05/10/2014	164 c/c 162 * I
MFL8499	55179112E	6653/2	05/10/2014	230 * XI
MFL8499	55179114E	6912/0	05/10/2014	232
MFT8596	55924909E	6599/2	26/09/2014	230 * V
MFV2198	55925819E	6637/2	03/10/2014	230 * IX
MGC2574	55925498E	5010/0	05/10/2014	162 * I
MGH6676	55924521E	6599/2	08/10/2014	230 * V
MGJ5313	55925695E	5010/0	29/08/2014	162 * I
MGJ5313	55925696E	5061/0	29/08/2014	163 c/c 162 * I
MGS0654	54938930E	7340/0	01/10/2014	252 * IV

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGS0654	54938932E	6599/2	01/10/2014	230 * V
MHE5512	55925686E	5010/0	28/08/2014	162 * I
MHE5512	55925687E	6599/2	28/08/2014	230 * V
MHL3909	55911690E	5045/0	06/10/2014	162 * V
MHQ0759	54936721E	6726/1	30/08/2014	230 * XVIII
MHQ3635	54938902E	7340/0	20/09/2014	252 * IV
MIC6910	55925690E	6661/0	28/08/2014	230 * XII
MIG5290	55924502E	6599/2	01/10/2014	230 * V
MIJ9248	55911154E	7340/0	26/09/2014	252 * IV
MIM5329	55925692E	6610/2	29/08/2014	230 * VII
MIS5552	54938196E	7340/0	08/10/2014	252 * IV
MIV8809	55925701E	5010/0	01/09/2014	162 * I
MIV8809	55925702E	6599/2	01/09/2014	230 * V
MJJ1835	55923002E	6599/2	07/10/2014	230 * V
MJJ1835	55923003E	6602/0	07/10/2014	230 * VI
MKB3144	54936722E	6726/1	30/08/2014	230 * XVIII
MKC8258	55925868E	7340/0	02/09/2014	252 * IV
MKG8476	54938146E	7340/0	06/10/2014	252 * IV
MKY6754	55911403E	6645/0	05/10/2014	230 * X
MLF1016	55755624C	6599/2	06/10/2014	230 * V
MLM4076	55911158E	5274/1	03/10/2014	175
MLM4076	55911159E	6599/2	03/10/2014	230 * V
MMH7034	55911163E	6912/0	04/10/2014	232
MVF2858	55924786E	6661/0	11/10/2014	230 * XII
MVF2858	55924787E	6769/1	11/10/2014	230 * XXII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 050 1946/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADZ4563	54936470E	6050/1	29/09/2014	208
ADZ4563	54938105E	5541/1	02/10/2014	181 * XVII
AFF0270	55925442E	7234/0	06/10/2014	250 * I * a
AFH7166	54938591E	7366/2	15/10/2014	252 * VI
AFX7727	54936798E	5835/0	30/08/2014	195
AKL4757	54938864E	5541/6	06/10/2014	181 * XVII
AUJ9946	55911724E	5185/1	30/08/2014	167
AVP2158	55924316E	5185/2	12/09/2014	167
BJC6079	54936269E	5207/0	07/09/2014	169
BYE0253	55911181E	5185/1	08/10/2014	167
CIW8384	55925946E	5185/2	12/10/2014	167
CLI7122	55923007E	7234/0	11/10/2014	250 * I * a
CPD1131	54938132E	5193/0	03/10/2014	168
CSA9177	54938204E	5185/1	12/10/2014	167
CSE1752	55911206E	7366/2	10/10/2014	252 * VI
DDM6833	54936346E	5193/0	09/10/2014	168
DDM6833	54938150E	5193/0	06/10/2014	168
DJE6499	54952988E	5207/0	05/10/2014	169
DUD9657	54938122E	5541/2	03/10/2014	181 * XVII
DUG3955	55911346E	5193/0	12/10/2014	168
EBB8122	54938666E	5185/1	07/10/2014	167
HGS5158	55911932E	5207/0	08/09/2014	169
IAV7777	55911050E	5835/0	03/10/2014	195
IEP5336	55176572E	5444/0	03/10/2014	181 * VII
ILS5497	55925944E	5185/2	12/10/2014	167
JSH0778	54936280E	5185/1	07/09/2014	167

1 / 5

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LWU9284	55925682E	6050/1	27/08/2014	208
LXK4985	55924522E	5185/1	08/10/2014	167
LXR5811	54938157E	6050/1	06/10/2014	208
LXR7249	55911314E	5193/0	06/10/2014	168
LXS6399	54936474E	6050/1	01/10/2014	208
LYG7822	55925499E	5185/1	11/10/2014	167
LYH4941	54936045E	5185/2	14/09/2014	167
LYM3403	55925435E	5185/2	05/10/2014	167
LYM3403	55925437E	5193/0	05/10/2014	168
LYV3896	54938928E	5193/0	01/10/2014	168
LZE0995	54938572E	5738/0	01/10/2014	186 * II
LZH7702	55925714E	5207/0	03/10/2014	169
LZP9100	55911089E	5185/2	12/10/2014	167
MAN3280	55176570E	5444/0	03/10/2014	181 * VII
MAT1471	54936718E	5185/2	29/08/2014	167
MBB1660	55911176E	5185/2	08/10/2014	167
MBC1611	54938460E	5193/0	12/10/2014	168
MBG1933	54938859E	7099/1	02/10/2014	244 * V II
MBG1933	54938868E	7099/1	10/10/2014	244 * V II
MBI5187	55922353E	5185/2	12/10/2014	167
MBS3237	54936372E	5541/6	12/09/2014	181 * XVII
MBS4668	55925757E	5185/1	02/09/2014	167
MCM9665	55911406E	5452/1	05/10/2014	181 * VIII
MCN2793	55176046E	5819/1	30/09/2014	193
MCO2536	54938604E	5185/1	16/09/2014	167
MCO2536	54938605E	5452/2	16/09/2014	181 * VIII
MCO2536	54938608E	6980/0	16/09/2014	239
MCO2536	54938610E	5193/0	16/09/2014	168
MCV1053	54936359E	7030/1	10/09/2014	244 * I
MCY6379	55925440E	7234/0	06/10/2014	250 * I * a
MCZ1611	54938169E	5452/6	08/10/2014	181 * VIII
MDA9713	54936980E	5550/0	10/09/2014	181 * XVIII
MDE3325	54938968E	7366/2	12/10/2014	252 * VI
MDE3325	54938969E	5185/1	12/10/2014	167
MDE5496	54938957E	6050/2	09/10/2014	208
MDI1145	55681697D	7056/1	06/10/2014	244 * III
MDM5858	55911339E	5185/2	12/10/2014	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDO2284	54938109E	5207/0	03/10/2014	169
MDY2708	55180450E	5207/0	06/10/2014	169
MDZ0101	54936345E	5509/0	08/10/2014	181 * XIII
MDZ8209	55925066E	5207/0	02/09/2014	169
MEH3521	54936252E	5541/6	04/09/2014	181 * XVII
MEK3507	54938131E	7366/2	03/10/2014	252 * VI
MEL6622	54938144E	5185/1	06/10/2014	167
MEP5071	54938970E	5185/2	12/10/2014	167
MES3309	54938783E	7366/2	30/09/2014	252 * VI
MET6174	55925881E	5193/0	30/08/2014	168
MEX4968	55911404E	5452/1	05/10/2014	181 * VIII
MFF2445	55924982E	5185/1	27/09/2014	167
MFH6889	54936326E	5452/3	20/09/2014	181 * VIII
MFI0396	54938102E	5452/6	02/10/2014	181 * VIII
MFL8499	55179111E	6050/1	05/10/2014	208
MFL8499	55179113E	5215/2	05/10/2014	170
MFL8499	55179115E	5835/0	05/10/2014	195
MFZ3106	55176571E	5444/0	03/10/2014	181 * VII
MGB0781	54938927E	5207/0	30/09/2014	169
MGG9181	54938123E	5541/2	03/10/2014	181 * XVII
MGK6612	55925964E	5444/0	03/10/2014	181 * VII
MGL9074	54938159E	6050/1	06/10/2014	208
MGS0654	54938931E	7048/2	01/10/2014	244 * II
MHB0909	54934938E	5967/0	04/09/2014	203 * V
MHC9477	55911189E	7234/0	12/10/2014	250 * I * a
MHE9125	54936981E	7366/2	10/09/2014	252 * VI
MHH3140	55176574E	5444/0	07/10/2014	181 * VII
MHJ1865	54938106E	5541/5	02/10/2014	181 * XVII
MHL3909	55911689E	5207/0	06/10/2014	169
MHQ4613	55178186E	5185/1	29/08/2014	167
MHV9966	55924922E	5452/1	05/10/2014	181 * VIII
MHW3385	54938184E	5207/0	10/10/2014	169
MHW5860	54952994E	5452/1	10/10/2014	181 * VIII
MHZ2796	55925899E	5223/1	02/09/2014	171
MIH1616	55924619E	6050/1	11/10/2014	208
MII9688	55911188E	5185/2	12/10/2014	167
MIJ9248	55911152E	5185/2	26/09/2014	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIJ9248	55911153E	7234/0	26/09/2014	250 * I * a
MIL7991	55911338E	5185/2	12/10/2014	167
MIS3277	55911208E	5207/0	10/10/2014	169
MIU1158	54936835E	5410/0	30/09/2014	181 * IV
MIV8809	55925703E	6050/2	01/09/2014	208
MIZ2617	54938869E	7056/1	12/10/2014	244 * III
MJD6879	54936458E	5967/0	21/09/2014	203 * V
MJF2509	54938578E	5185/2	12/10/2014	167
MJG0920	55922403E	5185/2	12/10/2014	167
MJG2979	54936471E	7366/2	29/09/2014	252 * VI
MJN3106	55911331E	5185/2	12/10/2014	167
MJV6157	54936242E	6122/0	03/10/2014	214 * I
MJV7987	54938151E	7366/2	06/10/2014	252 * VI
MJW6329	55924788E	5185/2	12/10/2014	167
MKC1412	54938187E	7366/2	09/10/2014	252 * VI
MKE1632	55911207E	6050/1	10/10/2014	208
MKF4550	55924975E	5207/0	27/09/2014	169
MKN2005	54938961E	5541/1	09/10/2014	181 * XVII
MKN5001	55911090E	5185/2	12/10/2014	167
MKO1534	55176555E	7366/2	01/09/2014	252 * VI
MKU5070	54938140E	5541/5	06/10/2014	181 * XVII
MKZ9987	54936205E	7366/2	26/08/2014	252 * VI
MLB1531	55911173E	5967/0	06/10/2014	203 * V
MLI1210	54936347E	5541/1	10/10/2014	181 * XVII
MLO3108	55925801E	5452/1	29/08/2014	181 * VIII
MLQ1523	55176048E	6050/1	05/10/2014	208
MLR2755	55911341E	5185/2	12/10/2014	167
MLW2236	54938127E	5193/0	03/10/2014	168
MMX8855	55922356E	7234/0	12/10/2014	250 * I * a
QIX8180	54938133E	6050/1	03/10/2014	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 050 1947/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFB2822	55178372E	6726/1	15/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
AFP2323	55177121E	6599/2	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
AFP2323	55177122E	5010/0	24/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
AI18623	55179552E	6610/2	10/07/2014	R\$ 127,69	230 * VII
AIM4067	55177346E	6637/2	23/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
AIM4067	55177348E	6726/1	23/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
AKO5662	55310291D	6599/2	26/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
ALL1510	55177284E	6726/1	23/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
ANQ6955	55911121E	6610/2	13/08/2014	R\$ 127,69	230 * VII
ANU3983	55176695E	6920/0	04/06/2014	R\$ 127,69	233
ART6669	54824536E	6769/1	25/05/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
BHS3314	55177513E	6610/2	20/07/2014	R\$ 127,69	230 * VII
BOJ5932	55177443E	5282/0	23/07/2014	R\$ 957,69	176 * I
CHJ4086	55177314E	6661/0	22/07/2014	R\$ 127,69	230 * XII
CVB5564	55178331E	6637/2	20/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
DGE0649	54825026E	6912/0	09/07/2014	R\$ 53,20	232
DQD5045	55177376E	6661/0	25/07/2014	R\$ 127,69	230 * XII
FWO2008	55176768E	6637/2	02/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
GTH3867	55177519E	6700/0	23/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
GTH3867	55177520E	6726/1	23/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
HBS1203	55177433E	6599/2	22/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
HBS1203	55177434E	7340/0	22/07/2014	R\$ 85,12	252 * IV
HCS4049	55177718E	5045/0	29/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
HWT0050	54825296E	6637/1	09/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
IFA9422	54825043E	5010/0	14/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
IGH7543	55177301E	6637/2	22/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IQO8099	55176430E	5010/0	15/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
IQO8099	55176431E	6912/0	15/07/2014	R\$ 53,20	232
JFP0242	55179394E	6599/2	08/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
JPN0468	55178678E	5010/0	07/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
JPN0468	55178679E	5118/0	07/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
JPN0468	55178680E	6599/2	07/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
KKE7688	55177363E	5274/1	23/07/2014	R\$ 191,53	175
KVJ3040	55179972E	5010/0	19/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
KVJ3040	55179973E	5061/0	19/05/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LAR7663	55177361E	5010/0	22/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
LAR7663	55177362E	5118/0	22/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LWS5132	54633823E	6637/2	26/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LWV9239	55177656E	6637/2	26/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LXA7436	54952971E	6599/2	11/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXA7436	54952972E	5010/0	11/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
LXA7436	54952973E	5169/1	11/07/2014	R\$ 1.915,38	165
LXA7436	54952974E	5118/0	11/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXM0239	55177309E	6726/1	22/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LXM1814	55176118E	6769/1	24/05/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
LXS9315	54496879B	6599/2	13/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYA6917	54824694E	7340/0	24/07/2014	R\$ 85,12	252 * IV
LYH1393	55177304E	6726/1	22/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LYO9992	55176616E	6599/2	05/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYV6337	55176432E	6726/1	16/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LYY8906	55177706E	7340/0	28/07/2014	R\$ 85,12	252 * IV
LZA2330	54825479E	6599/2	23/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZI1592	54825016E	6599/2	05/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZJ1527	55177661E	6610/2	26/07/2014	R\$ 127,69	230 * VII
LZM1239	55179378E	5010/0	04/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
LZM1239	55179379E	5118/0	04/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZV5750	55177306E	6637/2	22/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LZV6935	55176263E	6912/0	04/06/2014	R\$ 53,20	232
LZZ2144	55178648E	6602/0	31/05/2014	R\$ 191,53	230 * VI
LZZ3627	54951595E	5169/1	29/06/2014	R\$ 1.915,38	165
MAW8374	55180532E	5010/0	29/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAW8374	55180533E	6912/0	29/05/2014	R\$ 53,20	232
MAW8374	55180534E	6726/1	29/05/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAW8374	55180536E	6637/2	29/05/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MBC0912	54934517E	6912/0	22/07/2014	R\$ 53,20	232
MBC8694	55911770E	6599/2	11/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBU2013	54825092E	6599/2	24/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBU7169	55177298E	7340/0	25/07/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MBU8123	54936586E	6599/2	04/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBW5862	55177667E	6599/2	26/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCB3751	54951536E	5045/0	23/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MCF4686	54825484E	6726/1	24/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MCG0274	55179473E	5010/0	10/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCO8091	55177721E	5045/0	29/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MDB4212	54825093E	5274/1	26/07/2014	R\$ 191,53	175
MDD5468	54825023E	6912/0	08/07/2014	R\$ 53,20	232
MDH0820	55176652E	6920/0	30/05/2014	R\$ 127,69	233
MDJ0731	55177707E	6912/0	28/07/2014	R\$ 53,20	232
MDK6813	54496896B	6599/2	14/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDK6813	54496897B	5010/0	14/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDK7052	55177441E	6599/2	23/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDN5894	55177255E	6599/2	22/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDO4723	55177072E	6912/0	24/06/2014	R\$ 53,20	232
MDX4564	55178172E	6599/2	25/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDX4564	55178173E	5045/0	25/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MEM7149	54825498E	6610/2	26/07/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MEN5283	55925175E	6610/2	26/08/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MEN7172	55911877E	6912/0	13/08/2014	R\$ 53,20	232
MEO9323	55177339E	6602/0	22/07/2014	R\$ 191,53	230 * VI
MEQ8172	55178325E	6637/1	12/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MER8297	55681656D	5010/0	25/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MER8297	55681657D	5118/0	25/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFD9851	55179037E	6599/2	31/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFM3831	54936894E	6599/2	07/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFS9165	55180391E	6661/0	19/07/2014	R\$ 127,69	230 * XII
MFV4173	55177447E	6599/2	26/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFV7353	55177430E	6610/2	22/07/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MFZ2343	55177439E	6912/0	23/07/2014	R\$ 53,20	232
MGD7243	55176350E	5045/0	15/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MGD7243	55180378E	6599/2	15/07/2014	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGD9583	55177344E	6726/1	23/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MGE9400	55177708E	6599/2	28/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGE9400	55177709E	5010/0	28/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGX2864	55178225E	5045/0	26/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MGY2481	55177373E	5010/0	25/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGY3941	55911124E	6661/0	13/08/2014	R\$ 127,69	230 * XII
MGZ6801	55179360E	6912/0	01/07/2014	R\$ 53,20	232
MHD0482	55179983E	6599/2	10/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHF2362	55911122E	6653/2	13/08/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MHJ0277	55177252E	6912/0	22/07/2014	R\$ 53,20	232
MIG7394	55177019E	6599/2	26/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIG7394	55177020E	5045/0	26/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MIG7394	55177021E	6912/0	26/07/2014	R\$ 53,20	232
MIU1921	55681660D	5274/1	26/07/2014	R\$ 191,53	175
MJE0871	54633829E	7340/0	26/07/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MJH5352	54824936E	6599/2	16/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJJ7700	55177312E	6726/1	22/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MKG0154	55177469E	6599/2	24/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MKZ5707	55177368E	6912/0	24/07/2014	R\$ 53,20	232
MLI9564	55177468E	6599/2	23/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MVO9074	55176438E	6912/0	16/07/2014	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 050 1948/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADC2349	54935930E	5452/6	30/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
ADO3718	55177280E	5185/1	23/07/2014	R\$ 127,69	167
ADT0746	55177217E	5525/0	21/07/2014	R\$ 85,12	181 * XV
AEA5131	55176643E	5193/0	16/07/2014	R\$ 191,53	168
AKO5662	55310290D	5452/1	26/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
ALM7707	54825478E	5185/1	23/07/2014	R\$ 127,69	167
ANG1343	54936898E	7366/2	07/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
AOA4620	54937163E	5541/2	09/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
APG8833	54934509E	7366/2	16/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
BPJ3544	54934523E	7366/2	30/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
BPJ3544	54934524E	5185/1	30/07/2014	R\$ 127,69	167
CHJ4086	55177313E	5185/2	22/07/2014	R\$ 127,69	167
CIV3288	55179372E	5185/1	02/07/2014	R\$ 127,69	167
CLE9616	54935868E	7366/2	04/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
CSE1752	54825480E	7366/2	23/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
DAQ2969	54825035E	5185/1	10/07/2014	R\$ 127,69	167
DDE7644	55180430E	5509/0	19/08/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
DEF7358	54934870E	5541/2	09/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DGW4860	54824542E	5541/5	11/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
HCS4049	55177719E	5185/1	29/07/2014	R\$ 127,69	167
IJB9782	54935453E	5541/5	14/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LWW9335	55911009E	5835/0	15/08/2014	R\$ 127,69	195
LXO6728	55176129E	5207/0	24/07/2014	R\$ 53,20	169
LXV6151	55177886E	5185/1	11/07/2014	R\$ 127,69	167
LXY9155	55911005E	5835/0	15/08/2014	R\$ 127,69	195
LYA6917	54824693E	5193/0	24/07/2014	R\$ 191,53	168

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYH7366	55176814E	5207/0	24/06/2014	R\$ 53,20	169
LYS3298	54934879E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZJ1527	55177448E	5185/1	26/07/2014	R\$ 127,69	167
LZV5750	55177305E	5185/1	22/07/2014	R\$ 127,69	167
MAF2016	54937398E	6319/0	29/08/2014	R\$ 127,69	220 * VI
MAG4628	55176785E	5185/2	06/07/2014	R\$ 127,69	167
MAN8424	54937444E	5967/0	04/08/2014	R\$ 191,53	203 * V
MBB6784	55177467E	5185/1	23/07/2014	R\$ 127,69	167
MBD6624	54934909E	5541/6	05/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBW5862	55177668E	5207/0	26/07/2014	R\$ 53,20	169
MCB2991	55177300E	5185/1	25/07/2014	R\$ 127,69	167
MCK3212	54937419E	5541/6	01/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCK5702	54935246E	5185/2	19/07/2014	R\$ 127,69	167
MCR2721	54935470E	6050/1	21/07/2014	R\$ 191,53	208
MCX6312	55177413E	5185/1	20/07/2014	R\$ 127,69	167
MCX6312	55177414E	5835/0	20/07/2014	R\$ 127,69	195
MCX6312	55177415E	6050/1	20/07/2014	R\$ 191,53	208
MCX7756	55177460E	5185/2	20/07/2014	R\$ 127,69	167
MDA6634	55176774E	5967/0	02/07/2014	R\$ 191,53	203 * V
MEF5944	54933486E	5819/2	04/06/2014	R\$ 574,61	193
MEH5042	55681655D	5185/1	25/07/2014	R\$ 127,69	167
MER6171	55176287E	5193/0	05/06/2014	R\$ 191,53	168
MER8297	55681658D	5207/0	25/07/2014	R\$ 53,20	169
MFM3831	54936893E	5541/1	07/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFO8659	54936538E	5541/2	22/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGA5877	55177789E	5185/2	12/07/2014	R\$ 127,69	167
MGE2379	54934911E	7366/2	05/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MGM3718	54935212E	5193/0	04/06/2014	R\$ 191,53	168
MGZ1929	55178341E	5185/1	26/07/2014	R\$ 127,69	167
MHA3049	54935944E	5541/6	23/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHL0220	55310288D	7366/2	02/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MHQ2592	55179730E	5207/0	18/07/2014	R\$ 53,20	169
MHV7935	54824842E	5185/1	16/07/2014	R\$ 127,69	167
MHX6353	55178224E	5835/0	26/07/2014	R\$ 127,69	195
MIB0164	54825131E	5185/1	15/06/2014	R\$ 127,69	167
MIK2516	55177338E	5835/0	22/07/2014	R\$ 127,69	195
MIL9002	54633818E	5185/1	25/07/2014	R\$ 127,69	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIR9826	54825487E	5185/1	25/07/2014	R\$ 127,69	167
MIS1046	55177340E	5185/1	23/07/2014	R\$ 127,69	167
MIT7155	55178778E	5479/0	02/07/2014	R\$ 85,12	181 * X
MIW9991	54935474E	6050/1	27/07/2014	R\$ 191,53	208
MJA1719	54935661E	5541/5	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJA2357	54937234E	5819/2	27/07/2014	R\$ 574,61	193
MJB2007	55179745E	6050/1	20/07/2014	R\$ 191,53	208
MJJ5625	54824782E	5185/1	05/07/2014	R\$ 127,69	167
MJJ7700	55177311E	5185/1	22/07/2014	R\$ 127,69	167
MJN2924	54934537E	5193/0	04/08/2014	R\$ 191,53	168
MJO2538	54825175E	5185/2	20/07/2014	R\$ 127,69	167
MKB1871	54936873E	5541/6	07/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKE0136	54937437E	5967/0	04/08/2014	R\$ 191,53	203 * V
MKN4242	54935244E	5541/6	19/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKO7914	54937366E	7366/2	07/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MLF1443	54934723E	5550/0	09/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MLI0268	55176273E	5185/1	04/06/2014	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 050 1949/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAT0528	54935686E	6599/2	12/10/2014	230 * V
AAT0528	54936249E	5010/0	12/10/2014	162 * I
AAT0528	54936250E	5118/0	12/10/2014	164 c/c 162 * I
AGQ1845	55925637E	6599/2	11/09/2014	230 * V
AIB5482	55176135E	6408/0	09/09/2014	221
AIB5482	55925808E	5010/0	09/09/2014	162 * I
AIB5482	55925809E	5118/0	09/09/2014	164 c/c 162 * I
AIB5482	55925810E	6726/1	09/09/2014	230 * XVIII
AIB5482	55925811E	6637/2	09/09/2014	230 * IX
AJM2420	55924060E	6599/2	23/09/2014	230 * V
ALH8522	55924754E	5169/1	22/09/2014	165
ALH8522	55924757E	6769/1	22/09/2014	230 * XXII
AMR7388	55911333E	5169/1	12/10/2014	165
BQK9106	55176028E	6599/2	06/09/2014	230 * V
BTJ8407	55922360E	5010/0	13/10/2014	162 * I
BTJ8407	55922361E	5118/0	13/10/2014	164 c/c 162 * I
BTJ8407	55922362E	6599/2	13/10/2014	230 * V
CDJ9351	55911940E	5142/0	20/09/2014	164 c/c 162 * V
CDJ9351	55911941E	5045/0	20/09/2014	162 * V
COQ1693	55925185E	6726/1	11/09/2014	230 * XVIII
CTI3786	55924123E	6602/0	11/09/2014	230 * VI
DYS0070	55925345E	6637/2	11/09/2014	230 * IX
ELR8286	55924603E	6912/0	19/09/2014	232
IKN5376	55925382E	6599/2	04/09/2014	230 * V
KOC8992	55925198E	6912/0	14/09/2014	232
LPA2264	55924553E	6599/2	17/09/2014	230 * V

1 / 4

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LWS9048	54952999E	5010/0	15/10/2014	162 * I
LWS9048	54953000E	6599/2	15/10/2014	230 * V
LWS9048	55179430E	5118/0	15/10/2014	164 c/c 162 * I
LWZ4354	55925348E	6726/1	11/09/2014	230 * XVIII
LXX1440	55176973E	5010/0	13/10/2014	162 * I
LXX1440	55176975E	5061/0	13/10/2014	163 c/c 162 * I
LYT0448	55924228E	7340/0	19/09/2014	252 * IV
LYX6170	55924039E	6726/1	10/09/2014	230 * XVIII
LZI1412	55924210E	6599/2	16/09/2014	230 * V
LZX6849	55925902E	5010/0	04/09/2014	162 * I
LZX6849	55925903E	5118/0	04/09/2014	164 c/c 162 * I
MAU8127	54938645E	5010/0	18/10/2014	162 * I
MAU8127	54938646E	5118/0	18/10/2014	164 c/c 162 * I
MAU8127	54938647E	6599/2	18/10/2014	230 * V
MBI6856	55924185E	6599/2	19/09/2014	230 * V
MBK3697	55924111E	6637/2	11/09/2014	230 * IX
MBN8254	55925648E	6912/0	19/09/2014	232
MBN8254	55925650E	6726/1	19/09/2014	230 * XVIII
MBO9946	54938486E	6556/1	14/10/2014	230 * I
MBR1653	55924657E	5010/0	04/10/2014	162 * I
MBR1653	55924658E	5118/0	04/10/2014	164 c/c 162 * I
MBR1653	55924659E	6599/2	04/10/2014	230 * V
MBS5925	54938910E	5010/0	22/09/2014	162 * I
MBV0408	55925092E	6700/0	19/09/2014	230 * XVI
MBV0408	55925093E	6726/1	19/09/2014	230 * XVIII
MBY9332	54938215E	6599/2	18/10/2014	230 * V
MBY9332	54938216E	6610/2	18/10/2014	230 * VII
MCD3230	55925406E	7340/0	10/09/2014	252 * IV
MCM2655	54938461E	5010/0	12/10/2014	162 * I
MCM2655	54938462E	5118/0	12/10/2014	164 c/c 162 * I
MCM2655	54938463E	6599/2	12/10/2014	230 * V
MCN8235	55925901E	6912/0	04/09/2014	232
MCP9081	55924216E	6599/2	16/09/2014	230 * V
MCQ4916	54938626E	5010/0	09/10/2014	162 * I
MCQ4916	54938627E	5118/0	09/10/2014	164 c/c 162 * I
MCW0986	55922007E	5169/1	12/10/2014	165
MDA7690	55924211E	6637/2	16/09/2014	230 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDC9649	55924389E	6556/1	22/09/2014	230 * I
MDE1436	55925316E	6599/2	04/09/2014	230 * V
MDF0973	54938993E	6599/2	18/10/2014	230 * V
MDQ5012	55178149E	6599/2	08/09/2014	230 * V
MDV8225	55925331E	5010/0	08/09/2014	162 * I
MDV8225	55925332E	5118/0	08/09/2014	164 c/c 162 * I
MEC5893	55924022E	6602/0	08/09/2014	230 * VI
MEI8696	54938509E	6599/2	16/09/2014	230 * V
MEQ5793	55925812E	5045/0	09/09/2014	162 * V
MER3603	55925775E	6610/2	19/09/2014	230 * VII
MEU6985	54938171E	6599/2	09/10/2014	230 * V
MEW7544	55924227E	6599/2	19/09/2014	230 * V
MFE9403	55911454E	6599/2	15/10/2014	230 * V
MFE9403	55911455E	5045/0	15/10/2014	162 * V
MFJ6675	55925764E	6599/2	08/09/2014	230 * V
MFV3050	54938733E	6599/2	24/09/2014	230 * V
MGA1593	55925461E	6599/2	08/09/2014	230 * V
MGH1310	54952997E	5045/0	13/10/2014	162 * V
MGP6904	55925454E	6912/0	03/09/2014	232
MGY2481	54938639E	6408/0	18/10/2014	221
MHF7215	55925083E	5169/1	14/09/2014	165
MHG9804	55925952E	6912/0	05/09/2014	232
MHG9804	55925953E	7340/0	05/09/2014	252 * IV
MHT9346	55925376E	6599/2	03/09/2014	230 * V
MHW0543	55179994E	7340/0	08/09/2014	252 * IV
MIM9234	54938907E	6599/2	22/09/2014	230 * V
MIM9234	54938908E	6610/2	22/09/2014	230 * VII
MIS5552	54938530E	7340/0	16/09/2014	252 * IV
MIV7416	55924547E	6912/0	13/10/2014	232
MIZ2617	54938480E	6599/2	14/10/2014	230 * V
MJZ1632	55924381E	7340/0	22/09/2014	252 * IV
MKD5876	55924176E	6599/2	17/09/2014	230 * V
MKD5876	55924177E	5045/0	17/09/2014	162 * V
MKD5876	55924178E	6637/2	17/09/2014	230 * IX
MKN3591	55924138E	6912/0	12/09/2014	232
MKQ5006	55924215E	5045/0	16/09/2014	162 * V
MLK6615	54936361E	7340/0	10/09/2014	252 * IV

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLT9578	55924117E	5010/0	11/09/2014	162 * I
MLT9578	55924118E	5118/0	11/09/2014	164 c/c 162 * I
MLT9578	55925368E	5010/0	03/09/2014	162 * I
MLT9578	55925369E	5118/0	03/09/2014	164 c/c 162 * I
MLU7027	55179998E	5169/1	14/09/2014	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 050 1950/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABY5605	55924513E	5550/0	05/10/2014	181 * XVIII
ADI8690	54938440E	5541/2	07/10/2014	181 * XVII
AFS3591	54937660E	5541/2	25/09/2014	181 * XVII
AKB1317	54936450E	5541/2	03/10/2014	181 * XVII
AKE9979	55924704E	5185/2	12/10/2014	167
AKH3776	55925462E	5193/0	08/09/2014	168
ALH8522	55924755E	6050/1	22/09/2014	208
APJ4889	54937743E	5541/2	01/10/2014	181 * XVII
AUP2578	54938749E	5541/2	24/09/2014	181 * XVII
AUP2578	54938750E	7366/2	24/09/2014	252 * VI
AUW9838	54938865E	6122/0	08/10/2014	214 * I
CBQ6550	54938424E	5541/2	06/10/2014	181 * XVII
CDJ9351	55911939E	5207/0	20/09/2014	169
CQH4705	54938992E	5185/1	18/10/2014	167
CVC5706	54938441E	5541/2	07/10/2014	181 * XVII
DDX3028	55925912E	5185/2	11/09/2014	167
DEV8543	54938633E	5185/2	12/10/2014	167
DLP5995	54938819E	5541/2	08/09/2014	181 * XVII
DSM2100	55681693D	5207/0	12/09/2014	169
DVJ2523	54938165E	5541/2	08/10/2014	181 * XVII
EAP9285	54938716E	5541/1	22/09/2014	181 * XVII
HSR9790	54936410E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
IFD7790	54951550E	5347/0	05/09/2014	178
JPH3054	55924306E	5185/2	11/09/2014	167
JUT3400	54938143E	5541/5	06/10/2014	181 * XVII
KXQ2793	55924352E	5185/1	17/09/2014	167

1 / 4

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LPA2264	55924554E	5207/0	17/09/2014	169
LXU1095	54935689E	5185/2	12/10/2014	167
LYO5484	54938213E	5185/1	18/10/2014	167
LYO5732	54938429E	5541/2	06/10/2014	181 * XVII
LZE0899	54938585E	5550/0	13/10/2014	181 * XVIII
LZF5868	54937742E	5541/2	01/10/2014	181 * XVII
MAI2994	54938542E	6050/1	18/09/2014	208
MAQ7752	54936128E	5185/1	16/09/2014	167
MAR5429	55925089E	5207/0	19/09/2014	169
MAU8038	54936841E	5967/0	08/10/2014	203 * V
MAW6393	55925405E	5185/1	09/09/2014	167
MBK3697	55924110E	6270/0	11/09/2014	220 * II
MBK3697	55925182E	5207/0	11/09/2014	169
MBN4941	54935685E	6050/1	09/10/2014	208
MBO4367	55925459E	7102/1	08/09/2014	244 * VIII
MBS8037	54937744E	5541/2	01/10/2014	181 * XVII
MCG9356	54937761E	5541/2	02/10/2014	181 * XVII
MCR2604	54938443E	5541/2	07/10/2014	181 * XVII
MCS0018	54938743E	6050/1	24/09/2014	208
MCV8183	54938211E	5185/1	18/10/2014	167
MCZ8017	54938630E	7366/2	09/10/2014	252 * VI
MDG6512	54937730E	5541/2	01/10/2014	181 * XVII
MDQ5012	55911063E	5835/0	08/09/2014	195
MDU7554	54937665E	5541/2	25/09/2014	181 * XVII
MDW6063	54938412E	5541/2	03/10/2014	181 * XVII
MDZ0101	54937651E	5541/2	25/09/2014	181 * XVII
MEH6266	55925363E	5185/1	03/09/2014	167
MEM2407	54938004E	5541/2	15/09/2014	181 * XVII
MEQ5793	55925813E	6050/2	09/09/2014	208
MER4157	54938498E	7099/1	18/10/2014	244 * V II
MFH2730	54936742E	5185/2	13/09/2014	167
MFJ8482	54936368E	5967/0	12/09/2014	203 * V
MFQ4459	55924134E	5193/0	12/09/2014	168
MFU0463	55911202E	5207/0	02/10/2014	169
MGG9181	54937717E	5541/2	29/09/2014	181 * XVII
MGJ8328	54936318E	5185/1	16/09/2014	167
MGL0303	54938506E	6050/1	16/09/2014	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGP7139	55911415E	5185/1	13/10/2014	167
MGU1022	55924065E	5185/2	12/10/2014	167
MGX2596	54935692E	5541/1	15/10/2014	181 * XVII
MHB8045	55922408E	7366/2	14/10/2014	252 * VI
MHC1751	55911801E	5460/0	19/09/2014	181 * IX
MHD6921	54938002E	5541/2	15/09/2014	181 * XVII
MHE0657	54936480E	6858/0	12/10/2014	231 * VII
MHI5482	54937736E	5541/2	01/10/2014	181 * XVII
MHK9845	54936143E	7366/2	24/09/2014	252 * VI
MHS9949	54937728E	5541/2	01/10/2014	181 * XVII
MHT0518	54937663E	5541/2	25/09/2014	181 * XVII
MHU8117	54937735E	5541/2	01/10/2014	181 * XVII
MHV7653	54938418E	5541/2	06/10/2014	181 * XVII
MHX4224	54937656E	5541/2	25/09/2014	181 * XVII
MHX4224	54937707E	5541/2	29/09/2014	181 * XVII
MHX4224	54937720E	5541/2	29/09/2014	181 * XVII
MIA3051	54936362E	5193/0	10/09/2014	168
MIC4350	54937752E	5541/2	02/10/2014	181 * XVII
MIE2831	55925072E	5185/1	11/09/2014	167
MIF1370	54936139E	6149/0	22/09/2014	214 * III
MIM9234	54938906E	5185/1	22/09/2014	167
MIO4769	54936124E	7099/1	16/09/2014	244 * V II
MIZ2617	54938479E	5541/1	14/10/2014	181 * XVII
MJB1673	55179427E	5207/0	13/10/2014	169
MJG2297	54937676E	5541/2	25/09/2014	181 * XVII
MJL5590	54937682E	5541/2	25/09/2014	181 * XVII
MJN7713	55924354E	5193/0	17/09/2014	168
MJP7503	55176966E	5207/0	11/09/2014	169
MJV6947	54937681E	5541/2	25/09/2014	181 * XVII
MJX0895	54937483E	5967/0	09/10/2014	203 * V
MKD3964	54938909E	7366/2	22/09/2014	252 * VI
MKE2641	54936850E	7366/2	14/10/2014	252 * VI
MKE7048	55911931E	5207/0	08/09/2014	169
MKM0064	54936625E	5967/0	08/09/2014	203 * V
MKQ6088	55925951E	5452/1	05/09/2014	181 * VIII
MKV3772	54938409E	5541/2	03/10/2014	181 * XVII
MKW4573	54938444E	5541/2	07/10/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLD8414	54937653E	5541/2	25/09/2014	181 * XVII
MLE0982	54937694E	5541/2	26/09/2014	181 * XVII
MLJ4923	54938435E	5541/2	07/10/2014	181 * XVII
MLN0096	54937733E	5541/2	01/10/2014	181 * XVII
MLZ9146	54935687E	5185/2	12/10/2014	167
MMJ7340	55925878E	5185/2	30/08/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 050 1951/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMD7171	54825499E	5010/0	26/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
AMD7171	54825500E	6599/2	26/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
ARD0992	54824547E	5274/1	12/07/2014	R\$ 191,53	175
ASS0146	55911581E	6610/2	19/08/2014	R\$ 127,69	230 * VII
BET5685	55177657E	5010/0	26/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
BET5685	55177658E	5118/0	26/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
GRG6161	55177253E	6912/0	22/07/2014	R\$ 53,20	232
GRG6161	55177254E	6726/1	22/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
KCO3722	54937428E	6599/2	03/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
KKU9192	55177342E	6726/1	23/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LXV2925	55925587E	6599/2	27/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZH1298	55925159E	5169/1	23/08/2014	R\$ 1.915,38	165
LZL4421	55177330E	6637/2	22/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LZX6849	55177317E	6661/0	22/07/2014	R\$ 127,69	230 * XII
MBN1162	55177329E	6637/2	22/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MBP8256	54496887B	5010/0	13/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBP8256	54496888B	5118/0	13/08/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBS6166	55911016E	7285/0	23/08/2014	R\$ 85,12	250 * III
MDD6461	55925652E	5010/0	23/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDD6461	55925653E	5118/0	23/08/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDM9583	55177416E	5045/0	22/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MDM9583	55177418E	6912/0	22/07/2014	R\$ 53,20	232
MDO0322	55177308E	6637/2	22/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MFC2343	55177722E	6912/0	29/07/2014	R\$ 53,20	232
MFC2343	55177723E	5010/0	29/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFC2343	55177724E	5118/0	29/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFG2375	54936041E	6599/2	07/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFK1323	55178880E	5169/1	16/07/2014	R\$ 1.915,38	165
MFP5458	55925122E	5045/0	20/08/2014	R\$ 191,53	162 * V
MFP5458	55925123E	6912/0	20/08/2014	R\$ 53,20	232
MFP5458	55925124E	5142/0	20/08/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MFS1470	55925585E	5010/0	27/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGF3468	54633830E	5010/0	26/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGF3468	54633831E	5118/0	26/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MHC9260	55179280E	6599/2	30/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHD2858	55177321E	7340/0	22/07/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MHP8212	55177702E	6726/1	25/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MIA3794	55177563E	6912/0	25/08/2014	R\$ 53,20	232
MIF8156	55178329E	6912/0	20/07/2014	R\$ 53,20	232
MIU3367	55177823E	6912/0	15/07/2014	R\$ 53,20	232
MJF5538	55177356E	6726/1	21/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MJZ6272	54824593E	6912/0	20/07/2014	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 050 1952/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ARD0992	54824543E	5185/1	12/07/2014	R\$ 127,69	167
ARD0992	54824545E	5215/2	12/07/2014	R\$ 191,53	170
ARD0992	54824546E	5835/0	12/07/2014	R\$ 127,69	195
ARD0992	55177792E	6050/1	12/07/2014	R\$ 191,53	208
ARD0992	55177793E	7234/0	12/07/2014	R\$ 85,12	250 * I * a
ARD0992	55177794E	5215/1	12/07/2014	R\$ 191,53	170
KQL8821	55925551E	7366/2	22/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MAT0016	54934538E	5193/0	04/08/2014	R\$ 191,53	168
MAZ7673	54825192E	5185/2	25/07/2014	R\$ 127,69	167
MBX0893	55925505E	5185/1	21/08/2014	R\$ 127,69	167
MCT2857	55177438E	5185/2	23/07/2014	R\$ 127,69	167
MDB5232	54825481E	5185/1	23/07/2014	R\$ 127,69	167
MDD6461	55925654E	5835/0	23/08/2014	R\$ 127,69	195
MDM9583	55177417E	5185/1	22/07/2014	R\$ 127,69	167
MEL5252	54825183E	5541/6	21/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEX4175	54934824E	7056/1	20/07/2014	R\$ 191,53	244 * III
MEX4175	54934825E	7030/2	20/07/2014	R\$ 191,53	244 * I
MFG2375	54936042E	5193/0	07/09/2014	R\$ 191,53	168
MFK1323	55178881E	5800/0	16/07/2014	R\$ 127,69	192
MFM8801	54935347E	5452/6	10/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MFN4814	55176089E	5380/0	26/07/2014	R\$ 85,12	181 * I
MHD2858	55177429E	5185/1	22/07/2014	R\$ 127,69	167
MHT5484	54825185E	5185/1	23/07/2014	R\$ 127,69	167
MIE9766	54937459E	5541/6	08/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MII2894	54936852E	5967/0	04/08/2014	R\$ 191,53	203 * V
MII2894	55177711E	5185/1	28/07/2014	R\$ 127,69	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIL0809	55177506E	5185/2	20/07/2014	R\$ 127,69	167
MIZ8814	54937443E	5967/0	04/08/2014	R\$ 191,53	203 * V
MJB7583	54825290E	5185/1	08/07/2014	R\$ 127,69	167
MJZ7110	55178947E	5452/3	21/08/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MKB9328	55682285D	5452/1	25/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MKN4600	54936860E	5541/5	05/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 050 1953/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACB4098	55924970E	6599/2	27/09/2014	230 * V
CGC8703	55924814E	6653/1	17/10/2014	230 * XI
CIY9164	54938929E	6599/2	01/10/2014	230 * V
CJB2460	55924924E	6556/1	16/10/2014	230 * I
CSX3012	55179118E	6670/0	18/10/2014	230 * XIII
DOD0417	55911305E	6599/2	05/10/2014	230 * V
ELG8136	55911219E	6971/0	18/10/2014	238
ELG8136	55911220E	6599/2	18/10/2014	230 * V
ELG8136	55911221E	5274/1	18/10/2014	175
ELG8136	55911224E	6548/0	18/10/2014	229
IKS2852	55179120E	6599/2	18/10/2014	230 * V
IRD5328	55925816E	5169/1	18/09/2014	165
KNM2297	55925907E	6599/2	09/09/2014	230 * V
LXG1622	55911460E	6599/2	17/10/2014	230 * V
LXQ8043	55922001E	6726/1	18/10/2014	230 * XVIII
LXQ8043	55922002E	5010/0	18/10/2014	162 * I
LXQ8043	55922003E	6912/0	18/10/2014	232
LXZ6194	55179116E	6637/2	17/10/2014	230 * IX
LYA1044	55911421E	5010/0	17/10/2014	162 * I
LYA1044	55911422E	6599/2	17/10/2014	230 * V
LYI0791	55925712E	6726/1	25/09/2014	230 * XVIII
LYK1474	55911321E	6726/1	06/10/2014	230 * XVIII
MAJ4252	55924531E	6912/0	08/10/2014	232
MBH0681	54938737E	7340/0	24/09/2014	252 * IV
MBM2191	55924386E	6556/1	22/09/2014	230 * I
MBM2191	55924388E	6912/0	22/09/2014	232

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBO1433	54938941E	7340/0	04/10/2014	252 * IV
MBS5925	54938911E	5061/0	22/09/2014	163 c/c 162 * I
MBS8094	54951422E	6599/2	06/10/2014	230 * V
MBW3128	55922452E	5274/1	19/10/2014	175
MBW3128	55922453E	5010/0	19/10/2014	162 * I
MBW3128	55922455E	5169/1	19/10/2014	165
MBW3128	55922456E	5118/0	19/10/2014	164 c/c 162 * I
MCD9184	55911459E	6769/1	17/10/2014	230 * XXII
MCV5585	55924980E	6912/0	27/09/2014	232
MDB7669	55925478E	6661/0	20/09/2014	230 * XII
MDP0964	55924064E	6599/2	06/10/2014	230 * V
MDR4311	55924242E	6726/1	25/09/2014	230 * XVIII
MDT3077	55924234E	5010/0	25/09/2014	162 * I
MEI9655	55924804E	6599/2	24/09/2014	230 * V
MEI9655	55924805E	6912/0	24/09/2014	232
MGE4044	54938872E	6599/2	18/10/2014	230 * V
MHA9400	55923051E	5045/0	17/10/2014	162 * V
MHA9400	55923052E	7331/0	17/10/2014	252 * III
MIA4522	55924559E	5045/0	29/09/2014	162 * V
MJG4888	55924558E	6610/2	21/09/2014	230 * VII
MKD2571	55755623C	6610/2	06/10/2014	230 * VII
MLY3244	55924608E	6556/1	25/09/2014	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 050 1954/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABU9658	54938076E	5541/2	15/09/2014	181 * XVII
AFA0807	55911942E	5207/0	22/09/2014	169
AFG8665	54938831E	5541/2	09/09/2014	181 * XVII
AFS0141	54936490E	5665/0	17/10/2014	182 * X
AHC1300	54938097E	5541/2	19/09/2014	181 * XVII
AKV1098	54938866E	5185/1	08/10/2014	167
ALB5942	54937601E	7366/2	22/10/2014	252 * VI
ALJ0257	54936414E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
AOH5820	54937603E	5509/0	23/10/2014	181 * XIII
ATW2209	55179122E	6858/0	18/10/2014	231 * VII
CVS1624	54938100E	5541/2	19/09/2014	181 * XVII
DCH2368	54936472E	5550/0	29/09/2014	181 * XVIII
DJO6377	54938836E	5541/2	09/09/2014	181 * XVII
ELG8136	55911218E	5452/1	18/10/2014	181 * VIII
ELG8136	55911222E	5185/2	18/10/2014	167
ELG8136	55911223E	5835/0	18/10/2014	195
HDJ5287	54938649E	7366/2	20/10/2014	252 * VI
HHN4589	54936833E	7366/2	30/09/2014	252 * VI
INR2915	54938067E	5541/2	12/09/2014	181 * XVII
KKU9192	54938068E	5541/2	12/09/2014	181 * XVII
LWX8795	54938028E	5541/2	17/09/2014	181 * XVII
LXD7287	54938027E	5541/2	17/09/2014	181 * XVII
LXD7287	54938044E	5541/2	11/09/2014	181 * XVII
LYI0791	55925713E	6858/0	25/09/2014	231 * VII
LYK1474	55911322E	5835/0	06/10/2014	195
LZC3418	55924469E	5207/0	17/10/2014	169

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZM9381	55924325E	5185/1	16/09/2014	167
MAB3412	54938014E	5541/2	16/09/2014	181 * XVII
MAS0402	54938840E	5541/2	09/09/2014	181 * XVII
MBB1515	54936336E	6050/1	30/09/2014	208
MBD7674	54936329E	5452/1	22/09/2014	181 * VIII
MBF5008	55911467E	5185/2	18/10/2014	167
MBM2191	55924387E	5185/1	22/09/2014	167
MBQ4602	54938672E	7366/2	23/10/2014	252 * VI
MBU8194	54938943E	7048/1	06/10/2014	244 * II
MBV7322	55924451E	6050/1	24/09/2014	208
MBW3128	55922451E	5835/0	10/10/2014	195
MCC5807	55180436E	5207/0	24/09/2014	169
MCZ2829	54938728E	6050/1	22/09/2014	208
MDB7669	55925477E	5185/1	20/09/2014	167
MDB7669	55925479E	7234/0	20/09/2014	250 * I * a
MDX2106	55911217E	7366/2	18/10/2014	252 * VI
MDZ0521	55924753E	5541/1	22/09/2014	181 * XVII
MED8947	54938017E	5541/2	17/09/2014	181 * XVII
MEG7040	54938006E	5541/2	16/09/2014	181 * XVII
MEO2875	54938670E	5550/0	17/10/2014	181 * XVIII
MFL3558	54938835E	5541/2	09/09/2014	181 * XVII
MFV3050	54938732E	5541/1	24/09/2014	181 * XVII
MFY2197	54938011E	5541/2	16/09/2014	181 * XVII
MFZ1128	54938752E	7366/2	24/09/2014	252 * VI
MGG0468	54938059E	5541/2	12/09/2014	181 * XVII
MHA9400	55179432E	5835/0	17/10/2014	195
MHH7045	54938046E	5541/2	11/09/2014	181 * XVII
MIA4045	54938031E	5541/2	17/09/2014	181 * XVII
MIF1554	54938034E	5541/2	17/09/2014	181 * XVII
MIP4369	54938060E	5541/2	12/09/2014	181 * XVII
MIS3936	54938650E	7366/2	22/10/2014	252 * VI
MJC4654	55925441E	5967/0	06/10/2014	203 * V
MJU4438	55176040E	5207/0	23/09/2014	169
MKB3110	54938862E	7366/2	04/10/2014	252 * VI
MKE6724	54938753E	5207/0	24/09/2014	169
MKE6724	54938754E	7366/2	24/09/2014	252 * VI
MKI7793	54938223E	5452/6	24/10/2014	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKL1898	55924305E	5185/2	11/09/2014	167
MKL2622	54938839E	5541/2	09/09/2014	181 * XVII
MKQ4613	54938083E	5541/2	15/09/2014	181 * XVII
MKR1499	55924923E	5452/1	05/10/2014	181 * VIII
MKT4682	55924346E	5967/0	24/09/2014	203 * V
MKX4685	55924617E	5479/0	07/10/2014	181 * X
MKX4685	55924618E	5525/0	07/10/2014	181 * XV
MLF1016	55911417E	5835/0	17/10/2014	195
MLM4430	54938817E	5541/2	08/09/2014	181 * XVII
MMM1475	54938814E	5541/2	08/09/2014	181 * XVII
MMM4647	54938940E	5380/0	04/10/2014	181 * I
MZC8920	54938592E	7366/2	21/10/2014	252 * VI
NFV3037	54938430E	5541/2	06/10/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 050 1955/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BGH9091	54934645E	6912/0	28/07/2014	R\$ 53,20	232
HPH1765	55911955E	6599/2	05/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
IHQ9375	55911762E	6726/1	06/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
IOT0642	55911620E	6726/1	13/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LCX5232	55911702E	6912/0	06/08/2014	R\$ 53,20	232
LWV9550	55911982E	6912/0	07/08/2014	R\$ 53,20	232
LWV9550	55911983E	5037/1	07/08/2014	R\$ 574,61	162 * III
LWV9550	55911984E	5045/0	07/08/2014	R\$ 191,53	162 * V
LWV9550	55911985E	6599/2	07/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYS8743	55911501E	6599/2	06/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBK6854	55925253E	6599/2	27/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCR5816	55177735E	6912/0	30/07/2014	R\$ 53,20	232
MDK7901	55911954E	6599/2	05/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDY4392	54937237E	6599/2	30/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MED9752	55176126E	6912/0	17/07/2014	R\$ 53,20	232
MGC8053	55925034E	6599/2	18/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGC8053	55925035E	5045/0	18/08/2014	R\$ 191,53	162 * V
MGC8053	55925036E	6912/0	18/08/2014	R\$ 53,20	232
MGO4511	55911592E	5010/0	28/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MHI4113	54935352E	5045/0	10/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
MHY3539	54936581E	5169/1	03/08/2014	R\$ 1.915,38	165
MIC4548	55178284E	6599/2	29/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJK7113	55178741E	6599/2	31/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJL9029	55177548E	7340/0	02/08/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MKN1817	54936663E	6610/2	01/08/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MLL9263	54936682E	6637/2	06/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 050 1956/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DZA7811	55180427E	5452/2	16/08/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
IOT0642	55911036E	5835/0	01/09/2014	R\$ 127,69	195
JWV4158	54936766E	5185/1	08/08/2014	R\$ 127,69	167
LXM2221	55925600E	5207/0	27/08/2014	R\$ 53,20	169
LXP3453	54934639E	6050/1	16/07/2014	R\$ 191,53	208
LXS1999	54633827E	5185/1	26/07/2014	R\$ 127,69	167
MBK6854	55925252E	5835/0	27/08/2014	R\$ 127,69	195
MCI4411	55180426E	5207/0	14/08/2014	R\$ 53,20	169
MCO7094	54935425E	5541/1	17/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDT5214	55177608E	5398/0	01/08/2014	R\$ 53,20	181 * II
MEG1091	55176388E	5185/1	20/06/2014	R\$ 127,69	167
MEO1998	54935379E	5185/2	14/06/2014	R\$ 127,69	167
MGQ2698	54934703E	5550/0	27/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHO9474	55178048E	5185/2	03/08/2014	R\$ 127,69	167
MIV6392	55180425E	5207/0	06/08/2014	R\$ 53,20	169
MIZ6657	55177846E	5797/0	27/07/2014	R\$ 191,53	191
MIZ6657	55177847E	5924/1	27/07/2014	R\$ 191,53	203 * I
MKZ1707	55177387E	5967/0	27/07/2014	R\$ 191,53	203 * V
MLH0741	54936582E	5185/2	03/08/2014	R\$ 127,69	167
MLU2999	54936404E	5541/2	19/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO

Caçador

PREFEITURA

PORTARIA Nº 24.730

PORTARIA Nº 24.730, de 22 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, conversão em dinheiro da licença prêmio, a que faz jus, por motivos pessoais, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	Conv.	Período Aquisitivo
1230	Cleide Fátima Dariz	Secretaria Escolar	005	1/3	12/02/2008 a 12/02/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
22 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

AVISO DE IL14-2014 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAÇADOR

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2014

O Município de Caçador/SC, torna público a INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 14/2014, Processo de Licitação nº 133-2014, Objeto. CONTRATAÇÃO DA PALESTRANTE MARIA IOLANDA DEMENECK DE FIGUEIREDO, CPF - 907.518.259-72, Residente na rua: Joao Otavio Garcia s/n Bairro Nossa Senhora Aparecida em Sao Jose do Cerrito, para ministrar palestra no seminário PNAIC, da Secretaria de Educação do Município de Caçador, a realizar-se no dia 19 de novembro de 2014, Valor R\$ 1.000,00(Um mil reais). Maiores informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 10 de novembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITACAO PR 91-2014 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2014

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO - REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE UM VEICULO AUTOMOTOR, ZERO QUILOMERO PARA POLICIA CIVIL - CONVENIO TRANSITO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 16h00min do dia 27/11/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 16h05min do dia 27/11/2014.

Maiores informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 10 de novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 047, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA nº 047, de 10 de novembro de 2014.

Concede 25 dias de férias à servidora Alessandra Gioppo.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 25 (vinte e cinco) dias de férias, referentes ao período aquisitivo de 02/01/2014 a 01/01/2015, a serem gozadas no período de 10/11 a 04/12/2014, à servidora ALESSANDRA GIOPPO, ocupante do cargo de assessora de gabinete da presidência, do quadro comissionado da Câmara Municipal, com pagamento dos valores calculados em 11/11/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 10 de novembro de 2014.

Wilson Luiz Binotto,
PRESIDENTE

Carlos Evandro Luz,
VICE-PRESIDENTE

Flavio Henrique dos Santos
1º SECRETÁRIO

Cleony Lopes Barboza Figur
2ª SECRETÁRIA.

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PR 21/14 - FMAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 021/2014 - FMAS - Ata do Sistema de Registro de Preços 011/2014 - FMAS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONFEÇÃO DE PRONTUÁRIO SUAS PARA ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAIS, INDIVIDUALIZADO/FAMILIARES, PELO SERVIÇO DO CREAS - CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PELO CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 11/11/2015

1ª Publicação.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO Nº 194 - 1298/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 1298/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABR5004	54457229E	6599/2	07/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYZ1041	55373371C	5010/0	26/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFF6178	54950362E	6637/2	30/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MFO4326	54948779E	5010/0	05/09/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFO4326	54948786E	6912/0	05/09/2014	R\$ 53,20	232
MFY1941	54950396E	6408/0	05/08/2014	R\$ 85,12	221
MJN3434	55726860E	5010/0	08/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MJN3434	55726861E	6599/2	08/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJU0947	55726964E	7340/0	10/08/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MLH0343	54950438E	6599/2	09/08/2014	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 10 DE NOVEMBRO DE 2014

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO Nº 194 - 1299/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 1299/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXP8812	54949958E	5452/1	07/08/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MCO2572	54949368E	6050/1	06/06/2014	R\$ 191,53	208
MDH8806	55726570E	5185/1	05/09/2014	R\$ 127,69	167
MFD4647	54950325E	5460/0	10/08/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MFO4326	54948783E	5738/0	05/09/2014	R\$ 191,53	186 * II
MFO4326	54948784E	5835/0	05/09/2014	R\$ 127,69	195
MFY1941	54950394E	5541/6	05/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHD6627	55727101E	5541/6	01/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKK2384	54948936E	6050/1	16/07/2014	R\$ 191,53	208
MKO3531	54950319E	5541/5	06/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLZ5713	54948939E	5525/0	06/08/2014	R\$ 85,12	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 10 DE NOVEMBRO DE 2014

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 375 DE 09 DE SETEMBRO DE 1985

DECRETO Nº 0375

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 09 de setembro de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos nove dias do mês de setembro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária

DECRETO Nº 374 DE 09 DE SETEMBRO DE 1985

DECRETO Nº 0374

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR, PELA LEI MUNICIPAL Nº 875.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 09 de setembro de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos nove dias do mês de setembro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária

DECRETO Nº 373 DE 28 DE AGOSTO DE 1985

DECRETO Nº 0373

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de agosto de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de agosto de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária

DECRETO Nº 372 DE 28 DE AGOSTO DE 1985

DECRETO Nº 0372

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR, PELA LEI MUNICIPAL Nº 793.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de agosto de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de agosto de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária

DECRETO Nº 371 DE 26 DE AGOSTO DE 1985

DECRETO Nº 0371

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR, PELA LEI MUNICIPAL Nº 871.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 26 de agosto de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de agosto de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária

DECRETO Nº 370 DE 19 DE AGOSTO DE 1985

DECRETO Nº 0370

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR, PELA LEI MUNICIPAL Nº 868.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 19 de agosto de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de agosto de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária

DECRETO Nº 369 DE 09 DE AGOSTO DE 1985

DECRETO Nº 0369

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR, PELA LEI MUNICIPAL Nº 867.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 09 de agosto de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos nove dias do mês de agosto de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 368 DE 29 DE JULHO DE 1985

DECRETO Nº 0368
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de julho de 1985.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de julho de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 367 DE 25 DE JULHO DE 1985

DECRETO Nº 0367
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE TESOUREIRA - MARIA ELIANE FRIEDRICH.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 25 de julho de 1985.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de julho de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 366 DE 25 DE JULHO DE 1985

DECRETO Nº 0366
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À TESOUREIRA - RENATE TSCHOEKE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 25 de julho de 1985.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de julho de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 365 DE 24 DE JULHO DE 1985

DECRETO Nº 0365
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 24 de julho de 1985.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de julho de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 364 DE 10 DE JULHO DE 1985

DECRETO Nº 0364
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 10 de julho de 1985.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dez dias do mês de julho de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 363 DE 10 DE JULHO DE 1985

DECRETO Nº 0363
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 10 de julho de 1985.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dez dias do mês de julho de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 362 DE 01 DE JULHO DE 1985

DECRETO Nº 0362
EXONERA ESTAGIÁRIA - MARIA WANDERLEIA NAGEL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de julho de 1985.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao

primeiro dia do mês de julho de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 361 DE 29 DE JUNHO DE 1985

DECRETO Nº 0361

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR PELA LEI MUNICIPAL Nº 864.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de junho de 1985.

JOSÉ ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de junho de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 360 DE 29 DE JUNHO DE 1985

DECRETO Nº 0360

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de junho de 1985.

JOSÉ ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de junho de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 359 DE 10 DE JUNHO DE 1985

DECRETO Nº 0359

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 10 de junho de 1985.

JOSÉ ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dez dias do mês de junho de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 358 DE 01 DE JUNHO DE 1985

DECRETO Nº 0358

EXONERA ESTAGIÁRIO - MARCO ANTONIO MUNHOZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de junho de 1985.

JOSÉ ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de junho de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 357 DE 27 DE MAIO DE 1985

DECRETO Nº 0357

CRIA A COMISSÃO DO DESENVOLVIMENTO AGRO-PECUÁRIO NO MUNICÍPIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 27 de maio de 1985.

JOSÉ ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 356 DE 27 DE MAIO DE 1985

DECRETO Nº 0356

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 27 de maio de 1985.

JOSÉ ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 355 DE 27 DE MAIO DE 1985

DECRETO Nº 0355

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ARRECAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 27 de maio de 1985.

JOSÉ ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos

vinte e sete dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 354 DE 24 DE MAIO DE 1985

DECRETO Nº 0354

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 24 de maio de 1985.

JOSÉ ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 353 DE 20 DE MAIO DE 1985

DECRETO Nº 0353

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 20 de maio de 1985.

JOSÉ ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 352 DE 13 DE MAIO DE 1985

DECRETO Nº 0352

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 13 de maio de 1985.

JOSÉ ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos treze dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 351 DE 10 DE MAIO DE 1985

DECRETO Nº 0351

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ÁREA DE TERRA DE PROPRIEDADE DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA SANTÍSSIMA TRINDADE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 10 de maio de 1985.

JOSÉ ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dez dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 350 DE 10 DE MAIO DE 1985

DECRETO Nº 0350

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ÁREA DE TERRA DE PROPRIEDADE DO SENHOR ALFREDO HENNINGS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 10 de maio de 1985.

JOSÉ ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dez dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 349 DE 10 DE MAIO DE 1985

DECRETO Nº 0349

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ÁREA DE TERRA DE PROPRIEDADE DA SENHORA FRIDA HANSEN.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 10 de maio de 1985.

JOSÉ ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dez dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 348 DE 10 DE MAIO DE 1985

DECRETO Nº 0348

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ÁREA DE TERRA DE PROPRIEDADE DO SENHOR Dr. KARL DUDDA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 10 de maio de 1985.

JOSÉ ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dez dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 347 DE 10 DE MAIO DE 1985

DECRETO Nº 0347

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ÁREA DE TERRA DE PROPRIEDADE DO Sr. WALDOMIRO DUVOISIN.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 10 de maio de 1985.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dez dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 346 DE 10 DE MAIO DE 1985

DECRETO Nº 0346

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ÁREA DE TERRA DE PROPRIEDADE DO Sr. ALVINO LINZMEYER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 10 de maio de 1985.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dez dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 345 DE 10 DE MAIO DE 1985

DECRETO Nº 0345

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ÁREA DE TERRA DE PROPRIEDADE DO Sr. GABRIEL PYKOSZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 10 de maio de 1985.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dez dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 344 DE 29 DE ABRIL DE 1985

DECRETO Nº 0344

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de abril de 1985.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de abril de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 343 DE 25 DE ABRIL DE 1985

DECRETO Nº 0343

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 25 de abril de 1985.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de março de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 342 DE 18 DE MARÇO DE 1985

DECRETO Nº 0342

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 18 de março de 1985.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de março de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 341 DE 18 DE MARÇO DE 1985

DECRETO Nº 0341

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 18 de março de 1985.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de março de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 340 DE 09 DE MARÇO DE 1985

DECRETO Nº 0340
NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES
DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 09 de março de 1985.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos nove dias do mês de março de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 339 DE 07 DE MARÇO DE 1985

DECRETO Nº 0339
NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES
DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 07 de março de 1985.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos sete dias do mês de março de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 338 DE 07 DE MARÇO DE 1985

DECRETO Nº 0338
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PAR-
CIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 07 de março de 1985.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos sete dias do mês de março de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 337 DE 01 DE MARÇO DE 1985

DECRETO Nº 0337
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PAR-
CIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de março de 1985.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de março de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 336 DE 01 DE MARÇO DE 1985

DECRETO Nº 0336
NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES
DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de março de 1985.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de março de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 335 DE 01 DE MARÇO DE 1985

DECRETO Nº 0335
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PAR-
CIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de março de 1985.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de março de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 334 DE 15 DE FEVEREIRO DE 1985

DECRETO Nº 0334
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - OLÍVIA MARTINS
DE OLIVEIRA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de fevereiro de 1985.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao quinze dias do mês de fevereiro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 333 DE 15 DE FEVEREIRO DE 1985

DECRETO Nº 0333

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - ICLÉIA IGNÊS DUVOISIN.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de fevereiro de 1985.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao quinze dias do mês de fevereiro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 332 DE 15 DE FEVEREIRO DE 1985

DECRETO Nº 0332

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - BEATRIZ DONIZETE NAGEL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de fevereiro de 1985.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao quinze dias do mês de fevereiro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 331 DE 15 DE FEVEREIRO DE 1985

DECRETO Nº 0331

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - MÁRCIA ROSANE SCHOLZE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de fevereiro de 1985.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao quinze dias do mês de fevereiro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 330 DE 15 DE FEVEREIRO DE 1985

DECRETO Nº 0330

DISPENSA ESTAGIÁRIA - NELCI TEREZINHA IDALÊNCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de fevereiro de 1985.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao quinze dias do mês de fevereiro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 329 DE 15 DE FEVEREIRO DE 1985

DECRETO Nº 0329

DECRETA PONTO FACULTATIVO EM PERÍODO INTEGRAL NO DIA 19 DE FEVEREIRO DO CORRENTE ANO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de fevereiro de 1985.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao quinze dias do mês de fevereiro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 328 DE 01 DE FEVEREIRO DE 1985

DECRETO Nº 0328

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIO - JOÃO AURÉLIO SCHLOGL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de fevereiro de 1985.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de fevereiro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 327 DE 15 DE JANEIRO DE 1985

DECRETO Nº 0327

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - ADRIANA APARECIDA PYKOSZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de janeiro de 1985.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos

quinze dias do mês de janeiro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 326 DE 04 DE JANEIRO DE 1985

DECRETO Nº 0326
NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES
DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 04 de janeiro de 1985.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos
quatro dias do mês de janeiro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 325 DE 02 DE JANEIRO DE 1985

DECRETO Nº 0325
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO DIRETOR ADMINISTRATIVO
JUAREZ THADEU CUNHA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 1985.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos
dois dias do mês de janeiro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 324 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1984

DECRETO Nº 0324
ESTABELECE PARA O ANO DE 1985, PREÇOS PÚBLICOS PARA
SERVIÇOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 27 de dezembro de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos
vinte e sete dias do mês de dezembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 323 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1984

DECRETO Nº 0323
AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE
ANULAÇÃO PARCIAL E TOTAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO
VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 27 de dezembro de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos
vinte e sete dias do mês de dezembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 322 DE 21 DE DEZEMBRO DE 1984

DECRETO Nº 0322
DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 24 DO MÊS DE DEZEM-
BRO DO CORRENTE ANO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 21 de dezembro de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos
vinte e um dias do mês de dezembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 321 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1984

DECRETO Nº 0321
AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE
ANULAÇÃO PARCIAL E TOTAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO
VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 20 de dezembro de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos
vinte dias do mês de dezembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 320 DE 11 DE DEZEMBRO DE 1984

DECRETO Nº 0320
AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE
ANULAÇÃO PARCIAL E TOTAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO
VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 11 de dezembro de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos onze dias do mês de dezembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 319 DE 03 DE DEZEMBRO DE 1984

DECRETO Nº 0319

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL E TOTAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de dezembro de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de dezembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 318 DE 03 DE DEZEMBRO DE 1984

DECRETO Nº 0318

ALTERA O VALOR DA "UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO" PARA O EXERCÍCIO DE 1985.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de dezembro de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de dezembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 318 DE 03 DE DEZEMBRO DE 1984

DECRETO Nº 0318

ALTERA O VALOR DA "UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO" PARA O EXERCÍCIO DE 1985.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de dezembro de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de dezembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 317 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1984

DECRETO Nº 0317

DECRETA LUTO OFICIAL POR TRÊS DIAS EM RESPEITO AO FALECIMENTO DO EX-PREFEITO SEBASTIÃO LEECK.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de novembro de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta dias do mês de novembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 316 DE 23 DE NOVEMBRO DE 1984

DECRETO Nº 0316

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de novembro de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de novembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 315 DE 23 DE NOVEMBRO DE 1984

DECRETO Nº 0315

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de novembro de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de novembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 314 DE 20 DE NOVEMBRO DE 1984

DECRETO Nº 0314

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL E TOTAL DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 20 de novembro de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte dias do mês de novembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 313 DE 20 DE NOVEMBRO DE 1984

DECRETO Nº 0313

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-RECADÇÃO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 20 de novembro de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte dias do mês de novembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 312 DE 19 DE NOVEMBRO DE 1984

DECRETO Nº 0312

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-RECADÇÃO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 19 de novembro de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezenove dias do mês de novembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 311 DE 14 DE NOVEMBRO DE 1984

DECRETO Nº 0311

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-RECADÇÃO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 14 de novembro de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de novembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 310 DE 12 DE NOVEMBRO DE 1984

DECRETO Nº 0310

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-RECADÇÃO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 12 de novembro de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos doze dias do mês de novembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 309 DE 06 DE NOVEMBRO DE 1984

DECRETO Nº 0309

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-RECADÇÃO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 06 de novembro de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos seis dias do mês de novembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 308 DE 06 DE NOVEMBRO DE 1984

DECRETO Nº 0308

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 06 de novembro de 1984.

EUGÊNIO JOÃO HERBST
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos seis dias do mês de novembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 307 DE 29 DE OUTUBRO DE 1984

DECRETO Nº 0307

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DAS DOTAÇÕES ABAIXO RELACIONADAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de outubro de 1984.
EUGÊNIO JOÃO HERBST
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de outubro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 306 DE 22 DE OUTUBRO DE 1984

DECRETO Nº 0306

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DAS DOTAÇÕES ABAIXO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de outubro de 1984.
EUGÊNIO JOÃO HERBST
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de outubro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 305 DE 22 DE OUTUBRO DE 1984

DECRETO Nº 0305

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADADO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de outubro de 1984.
EUGÊNIO JOÃO HERBST
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de outubro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 304 DE 17 DE OUTUBRO DE 1984

DECRETO Nº 0304

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADADO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de outubro de 1984.
EUGÊNIO JOÃO HERBST
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de outubro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 303 DE 15 DE OUTUBRO DE 1984

DECRETO Nº 0303

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de outubro de 1984.
EUGÊNIO JOÃO HERBST
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de outubro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 302 DE 08 DE OUTUBRO DE 1984

DECRETO Nº 0302

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 08 de outubro de 1984.
JOSÉ ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos oito dias do mês de outubro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 301 DE 03 DE OUTUBRO DE 1984

DECRETO Nº 0301

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADADO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de outubro de 1984.
JOSÉ ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de outubro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 300 DE 03 DE OUTUBRO DE 1984

DECRETO Nº 0300

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADADO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de outubro de 1984.
JOSÉ ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de outubro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 299 DE 21 DE SETEMBRO DE 1984

DECRETO Nº 0299

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-
RECADADAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 21 de setembro de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de setembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 298 DE 13 DE SETEMBRO DE 1984

DECRETO Nº 0298

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES
DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 13 de setembro de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos treze dias do mês de setembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 297 DE 03 DE SETEMBRO DE 1984

DECRETO Nº 0297

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-
RECADADAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de setembro de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de setembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 296 DE 03 DE SETEMBRO DE 1984

DECRETO Nº 0296

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-
RECADADAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de setembro de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de setembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 295 DE 31 DE AGOSTO DE 1984

DECRETO Nº 0295

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - JOANA LUCIA
IDALÊNCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de agosto de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de agosto de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 294 DE 13 DE AGOSTO DE 1984

DECRETO Nº 0294

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE
DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 13 de agosto de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos treze dias do mês de agosto de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 293 DE 02 DE JULHO DE 1984

DECRETO Nº 0293

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-
RECADADAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de julho de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de julho de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 292 DE 02 DE JULHO DE 1984

DECRETO Nº 0292

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-
RECADAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de julho de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de julho de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 291 DE 02 DE JULHO DE 1984

DECRETO Nº 0291

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-
RECADAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de julho de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de julho de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 290 DE 02 DE JULHO DE 1984

DECRETO Nº 0290

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - NELCI TEREZINHA
IDALÊNCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de julho de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de julho de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 289 DE 02 DE JULHO DE 1984

DECRETO Nº 0289

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - ROSEMERI DA
CUNHA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de julho de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de julho de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 288 DE 02 DE JULHO DE 1984

DECRETO Nº 0288

AUTORIZA O DEPARTAMENTO DA FAZENDA RUBRICAR COEFI-
CIENTE DE CORREÇÃO MONETÁRIA PARA COBRANÇA DE TRIBU-
TOS MUNICIPAIS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de julho de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de julho de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 287 DE 02 DE JULHO DE 1984

DECRETO Nº 0287

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-
RECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de julho de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de julho de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 286 DE 02 DE JULHO DE 1984

DECRETO Nº 0286

NOMEIA SECRETÁRIO DA JUNTA DO SERVIÇO MILITAR DESTA
MUNICÍPIO - LONIMAR SELL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de julho de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de julho de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 285 DE 18 DE JULHO DE 1984

DECRETO Nº 0285
NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 18 de junho de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de junho de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 284 DE 18 DE JULHO DE 1984

DECRETO Nº 0284
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-RECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 18 de junho de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de junho de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 283 DE 01 DE JUNHO DE 1984

DECRETO Nº 0283
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-RECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de junho de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de junho de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 282 DE 30 DE MAIO DE 1984

DECRETO Nº 0282
NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de maio de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta dias do mês de maio de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 281 DE 28 DE MAIO DE 1984

DECRETO Nº 0281
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-RECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de maio de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de maio de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 280 DE 21 DE MAIO DE 1984

DECRETO Nº 0280
DISPÕE SOBRE DISPENSA DAS FUNÇÕES DE SECRETÁRIA DA JUNTA DO SERVIÇO MILITAR - MAGALI ELIZABET TELMA LOPES.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 21 de maio de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de maio de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 279 DE 11 DE MAIO DE 1984

DECRETO Nº 0279
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-RECADAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 11 de maio de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos onze dias do mês de maio de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 278 DE 08 DE MAIO DE 1984

DECRETO Nº 0278
NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 08 de maio de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos oito dias do mês de maio de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 277 DE 08 DE MAIO DE 1984

DECRETO Nº 0277
REGULAMENTA A COMISSÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 08 de maio de 1984.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos oito dias do mês de maio de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

DECRETO Nº 18/76 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1976

DECRETO Nº 18/76
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA EFEITO DE DESAPROPRIAÇÃO DIVERSAS ÁREAS DE TERRAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 27 de dezembro de 1976.
OLDEMAR DUVOISIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de dezembro de 1976.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Secretária

PREGÃO 111/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2014

A licitação tem como objeto o aquisição de gasolina comum, óleo diesel S500, óleo diesel S10, com a finalidade de recuperação de trechos danificados pelo evento (fortes chuvas e inundações) ocorrido em junho/2014, conforme tabela abaixo:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unitário Fixado	Valor Total
01	8.395,74	litros	Óleo diésel S500	2,60	21.828,92
02	480,69	litros	Óleo diesel S10	2,84	1.365,16
01	1.434,21	litros	Gasolina comum	3,06	4.388,68
TOTAL DOS ITENS R\$					27.582,76

- Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 24/11/2014, às 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC.

Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até as 09 horas e 45 minutos, do dia 24/11/2014, no Serviço de Protocolo da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC.

As despesas oriundas da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	15.00	Fundo Municipal de Defesa Civil - FUNMDEC
Unidade	15.01	Coordenação da Defesa Civil - FUNMDEC
Função	5	Defesa Nacional
Subfunção	182	Defesa Civil
Programa	0106	Coordenação das Atividades da Defesa Civil - FUNMDEC
Projeto	2.900	Manutenção das Ações da Defesa Civil
Elem. de Despesa		3.3.3.90.30.00.00.00.00 Material de Consumo

- Recursos Provenientes do Convênio nº 2014TR003211, firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado da Defesa Civil/Fundo Estadual da Defesa Civil. Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no link "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 111/2014".

A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 11 de novembro de 2014.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

Campos Novos

PREFEITURA

DECRETO Nº. 7.170/14 DE 30/10/2014 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

DECRETO Nº 7.170/14 DE 30/10/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do município, no valor de R\$ 315.000,00 (Trezentos e quinze mil reais) nos projetos/atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 09 -DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.018 - Manutenção do Ensino-Remuneração Profissionais do Magistério

Elementos de despesa: 37-3.1.90.00.00.00.00.00.01.0018- Aplicações Diretas R\$150.000,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 09 -DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.018 - Manutenção do Ensino-Remuneração Profissionais do Magistério

Elementos de despesa: 40-3.3.90.00.00.00.00.00.01.0019- Aplicações Diretas R\$100.000,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 12 -DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.013 - Manutenção do Departamento de Ensino Fundamental

Elementos de despesa: 65-3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001- Aplicações Diretas R\$65.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos de excesso de arrecadação de Recursos Próprios - R\$65.000,00 e Recursos do FUNDEB- R\$ 250.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 30 de outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.171/14 DE 30/10/2014 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

DECRETO Nº 7.171/14 DE 30/10/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do município, no valor de R\$ 49.600,00 (Quarenta e nove mil e seiscentos reais) nos projetos/atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 12 -DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.013 - Manutenção do Departamento do Ensino Fundamental

Elementos de despesa: 66-3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000- Aplicações Diretas R\$ 43.400,00

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08 -DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO/ATIVIDADE: 2.002 - Manutenção da Secretaria de Administração

Elementos de despesa: 28 -3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000- Aplicações Diretas R\$ 6.200,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes dos projetos/atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 12 -DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.013 - Manutenção do Departamento do Ensino Fundamental

Elementos de despesa: 64-3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000- Aplicações Diretas R\$ 43.400,00

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08 -DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO/ATIVIDADE: 2.002 - Manutenção da Secretaria de Administração

Elementos de despesa: 27 -3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000- Aplicações Diretas R\$ 6.200,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 30 de outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.175/14 DE 10/11/2014 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

DECRETO Nº 7.175/14 DE 10/11/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do município, no valor de R\$ 197.000,00 (Cento e noventa e sete mil reais) nos projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 -DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.011 - Reequipamento da Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo

Elementos de despesa: 178-4.4.90.00.00.00.00.00.03.0017- Aplicações Diretas R\$197.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos de Superávit financeiro de exercício anterior - Recursos da COSIP.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 10 de novembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Canelinha**PREFEITURA****EXTRATO EDITAL 100/2014 - PMC**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 100/2014

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 73/2014

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à cessão de uso pelo prazo de 04 (quatro) anos do bem denominado "Torre para transmissão de sinal de internet e celular", de domínio público, localizada no Morro do Luca Santana, nas proximidades do Cemitério Público Municipal, composta por três segmentos: o primeiro com 9,60 metros, o segundo com 9,15 metros e o terceiro e último com 6,25 metros, formando uma única torre com 25,00 metros de comprimento, com formato retangular de 40cm em cada uma das faces, com perfis em "L" de ¾" x 3/16" nos vértices e barras de 3/8" nas faces, toda a estrutura de contraventamento com três jogos de quatro cabos de aço 5/16" com alma de nylon presos a torre com espaçamento de 6,25m, estando todos eles unidos as bases de contraventamento, cujo o conjunto esta fixado em quatro sapatas de 1,15m x 1,15m de largura por 0,60cm de profundidade, de forma que uma sapata é base para a torre metálica e outras três para fixação dos cabos de contraventamento. DATA DE ABERTURA: 24 de novembro de 2014, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor, está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 11 de novembro de 2014.

ANTÔNIO DA SILVA

Prefeito do Município.

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DO COMUNICADO RESPOSTA RECURSO E ABERTURA DE PROPOSTAS DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 14/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMUNICADO RESPOSTA RECURSO E,

ABERTURA DE PROPOSTAS

RESULTADO DO JULGAMENTO DO RECURSO, protocolado pela empresa SERMOG LTDA que requer a inabilitação da empresa Décio Pacheco & Cia Ltda.

Protocolo n.º 6086 de 23/10/2014.

Processo de licitação n.º PMC 100/2014 na modalidade de Concorrência Pública n.º PMC 14/2014.

O teor da resposta da comissão está disposição dos interessados no site www.pmc.sc.gov.br na pasta do referido processo.

O recurso foi acolhido, no entanto foi NEGADO PROVIMENTO ao requerido pela empresa SERMOG LTDA.

As propostas das licitantes habilitadas serão abertas às 10h30min do dia 20/11/2014.

PAULO CESAR SAFANELLI

Presidente da Comissão de Licitação

PUBLICAÇÃO DO AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 5/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 05/2014

A Prefeitura do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, CNPJ 83.102.380/0001-80, torna público para conhecimento dos interessados a Chamada Pública para aquisição de Alimentação Escolar, em cumprimento do estabelecido pela Lei 11.947/2009 e Resolução n.º 26/2013 do Ministério da Educação, para o período de fevereiro a dezembro de 2015. Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e projeto de venda até as 09h00min do dia 04 de dezembro de 2014, na sede da Prefeitura, situada à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas- SC. Informações pelo e-mail: licitação@pmc.sc.gov.br. Fone (47) 36217705.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 132/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 195/2014

PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 132/2014

ALTERAÇÃO DE EDITAL

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede na Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público, que alterou o edital de Pregão acima. Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

PMC PROCESSO LICITATÓRIO Nº 159/2014 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 30/2014

Processo Licitatório Nº 159/2014

Dispensa de Licitação Nº 30/2014

ANDEVIR ISGANZELLA, Prefeito, do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório de Nº 0159/2014 conforme segue:

OBJETO

Aquisição de etiquetas patrimoniais, a fim de etiquetar bens, de acordo com o Levantamento Patrimonial dos bens móveis do município de Capinzal/SC, e outros a serem adquiridos.

FORNECEDOR

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	11.000,00	UN	Etiquetas em alumínio, tamanho 45x15x0,5 mm, em impressão digital, furado, com cantos arredondados, adesivada. Conforme modelo anexo.	FAEE	0,54	5.940,00
Total						5.940,00

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS SC LTDA	001
5.940,00 (cinco mil novecentos e quarenta reais)	

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 3 - Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito

Órgão: 2 - GOVERNO MUNICIPAL
 Unidade: 1 - GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO
 Função: 4 - Administração
 Subfunção: 122 - Administração Geral
 Programa: 5 - COORDENAÇÃO SUPERIOR
 Projeto/Atividade: 2.005 - Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito
 Elemento: 33903099000000 - Material de Consumo
 Recurso: 0 - Recursos Ordinários

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 10 de novembro de 2014
 ANDEVIR ISGANZELLA
 PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL 028/2014

EDITAL Nº 028, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.
 Dispõe sobre a Audiência Pública do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo na forma que especifica.

O Prefeito do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, Resolução nº 119/2006m, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Portaria Municipal nº 587, de 16 de julho de 2014, e demais legislações aplicáveis, COMUNICA as entidades civis organizadas e a população em geral, que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA no dia 13 de novembro de 2014 (quinta-feira), às 19 horas, no Auditório da Câmara de Vereadores de Capinzal, com o objetivo de apresentação e aprovação do Plano de Atendimento Socioeducativo com vigência de 10 (dez) anos para o Município de Capinzal.

Capinzal, em 24 de outubro de 2014.
 Andevir Isganzella
 Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o teor do presente Edital na data supra.

Orlando Tholl
 Secretário de Administração e Finanças

Decreto 167/2014

DECRETO Nº 167, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.
 Atualiza o valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM.

Prefeito Municipal de Capinzal, SC, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo nº 58, V da Lei Orgânica do Município de Capinzal e artigo 158, § 4º da Lei Complementar nº 134 de 22 de dezembro de 2009, e;

CONSIDERANDO a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

DECRETA:

Art. 1º Fica atualizada em 6,34% (seis vírgula trinta e quatro por cento) a Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM, passando a vigorar para o exercício de 2015 no valor de R\$ 81,63 (oitenta e um reais e sessenta e três centavos).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor em 1º (primeiro) de janeiro de 2015.

Capinzal, (SC), em 10 de novembro de 2014.
 ANDEVIR ISGANZELLA
 Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL
 Secretário da Administração e Finanças

PMC CONTRATO 0239/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0239/2014		
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada.: SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZACAO LTDA EPP		
Valor.....: 30.095,04 (trinta mil e noventa e cinco reais e quatro centavos)		
Vigência.....: Início: 11/11/2014 Término: 31/12/2014		
Licitação.....: Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 4/2014 Processo_Licitatório.....: 000157 / 2014		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: Aquisição de material e mão-de-obra para execução de pintura de sinalização horizontal e vertical em vias públicas do Município de Capinzal/SC.		
Capinzal, 11 de Novembro de 2014		

PMC CONTRATO 0240/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0240/2014		
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada.: EXCLUSIVA SOLUCOES EM SEGURANCA LTDA-ME		
Valor.....: 2.112,00 (dois mil cento e doze reais)		
Vigência.....: Início: 11/11/2014 Término: 31/12/2014		
Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 0029/2014 Processo_Licitatório.....: 0154 / 2014		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: Contratação de empresa prestadora de serviços de SEGURANÇA para atender as necessidades do evento da JORNADA LITERÁRIA que acontecerá nos dias 28, 29, 30 e 31 de outubro de 2014, e dia 01 de novembro de 2014 na Praça Pedro Lélis da Rocha.		
Capinzal, 11 de Novembro de 2014		

PMC CONTRATO 0241/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0241/2014		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada....: GENTE SEGURADORA S/A.		
Valor.....: 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais)		
Vigência.....: Início: 11/11/2014 Término: 11/11/2015		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0093/2014		
Processo_Licitatório.....: 0155 / 2014		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: Aquisição de Seguro (por um ano), para os veículos Van Escolar da Secretaria Municipal da Educação e veículo Ambulância da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.		
Capinzal, 11 de Novembro de 2014		

FMS CONTRATO 0242/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0242/2014 M		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada....: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A		
Valor.....: 1.200,00 (um mil e duzentos reais)		
Vigência.....: Início: 11/11/2014 Término: 11/11/2015		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0093/2014		
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 0155 / 2014		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: Aquisição de Seguro (por um ano), para os veículos Van Escolar da Secretaria Municipal da Saúde e veículo Ambulância da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.		
Capinzal, 11 de Novembro de 2014		

SIMAE**RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº CAO/40/2014**

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: LASKE & FEYH S/S DE ADVOCACIA

CNPJ DO CONTRATADO: 00.532.330/0001-28

RETIFICAÇÃO : FICA RETIFICADO O Nº DO CONTRATO PUBLICADO NA EDIÇÃO DOM/SC Nº 1610 DE 07/11/2014, NA PÁGINA 134, CONFORME SEGUE: DE CONTRATO Nº CAO/40/2014 PARA CONTRATO Nº CAO/41/2014.

DATA DA ASSINATURA: 06/11/2014

VIGÊNCIA: 06/11/2014 A 05/01/2015

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/32/2014

Aviso de Licitação

Pregão Presencial Nº CAO/32/2014

Processo Licitatório Nº CAO/0331/2014

OBJETO DA LICITAÇÃO: Modernização do atual sistema de radio-comunicação do SIMAE, através da contratação de empresa para fornecimento e instalação de sistema de radiocomunicação digital VHF (com fornecimento de ART).

TIPO: Menor Preço Global

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 14:00 horas, do dia 27 de novembro de 2014.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail material@simaecao.sc.gov.br, francieli@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 12 de novembro de 2014.

Francieli Ap. da Rosa

Pregoeira

Caxambu do Sul

PREFEITURA

DECRETO 159/2014

DECRETO N 159/2014

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o art. 71, IV da Lei Orgânica do Município, e a Lei Municipal 1.210/2010, de 30 de novembro de 2010;

DECRETA:

Art. 1º . Fica Exonerada a Senhora FRANCIELLI ROLIM DE MOURA brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Caxambu do Sul, portadora da RG - 4.291.549, CPF - 010.082.599-00, Conselheira Tutelar, com a carga horária de 20 horas semanais, recebendo remuneração de acordo com o estabelecido na lei nº 1.210/2010 de 30/11/2010.

Art. 2º . Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º . Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul SC, 11 de Novembro de 2014

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

DECRETO 158/2014

DECRETO N. 158/2014

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município;

Considerando, o recebimento de requerimento da Servidora Pública Municipal, Senhora Soeli Maria Bellei;

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada a Servidora Soeli Maria Bellei, brasileira, casada, portadora do CPF/MF sob nº 460.339.989-87 e da Cédula de Identidade sob o nº 12R 1.239.590, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com exercício na Escola Municipal Bairro Antena.

Art.2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº 768 de 18 de fevereiro de 1992 e o Decreto nº 1.352/97 de 03 de junho de 1997.

Caxambu do Sul/SC, 10 de novembro de 2014.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

IVAN CARLOS BELLEI

Sec. Mun. de Administração, Finanças e Planejamento

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

PORTARIA Nº 438/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 438/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar nº. 008, de 23.12.99 e conforme requerimento;

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar a pedido a Servidora Pública GRACIELE STAROSKY, ocupante do cargo de provimento efetivo de Nutricionista - 40 horas, matriculada sob o nº 2613/01, nos termos do art. 30, inciso I da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99, a partir de 07.11.2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07.11.2014.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de novembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE MATRÍCULA N. 01/14

EDITAL DE MATRÍCULA Nº 01/2014

Diretrizes de matrícula para o ano letivo de 2015, nas instituições Municipais que oferecem atendimento de Educação Infantil.

A Secretária Municipal de Educação, Esporte e Cultura de Cocal do Sul, Raquel Romagna Quarezemin, torna público as diretrizes referente à matrícula para o ano letivo de 2015, nas instituições que oferecem Educação Infantil, etapa creche e pré-escola, para crianças de até 5 anos de idade e as demais crianças que completam 6 anos entre 1º de agosto a 31 de dezembro de 2015. DO CRONOGRAMA: A rematrícula será realizada de 17/11/2014 à 21/11/2014; e as matrículas novas de 24/11/2014 à 28/11/2014 e no decorrer do ano letivo de 2015 condicionadas a existência de vagas; DO HORÁRIO: Conforme funcionamento de cada instituição; DO LOCAL: Instituições de Educação Infantil do município de Cocal do Sul. O Edital completo com os critérios, procedimentos e documentação, está afixado no mural das publicações na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, bem como no site www.cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 10 de novembro de 2014.
Raquel Romagna Quarezemin
Secretária de Educação, Esporte e Cultura

EDITAL DE MATRÍCULA N. 02/14

EDITAL DE MATRÍCULA Nº 02/2014

Diretrizes de matrícula para o ano letivo de 2015, AOS alunos de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2015.

A Secretária Municipal de Educação, Esporte e Cultura de Cocal do Sul, Raquel Romagna Quarezemin, torna público as diretrizes para o processo de matrícula de alunos de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2015. DO CRONOGRAMA: A rematrícula será realizada de 17/11/2014 a 21/11/2014; e as matrículas novas serão realizadas em duas etapas: Primeira etapa entre os dias 24 a 28/11/2014 e segunda etapa entre os dias 02 a 06/02/2015. DO HORÁRIO: Conforme funcionamento da unidade escolar com horário estendido. DO LOCAL: Escolas de Educação Básica e Ensino Fundamental do município de Cocal do Sul. O Edital completo com os critérios, procedimentos e documentação, está afixado no mural das publicações na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, bem como no site www.cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 10 de novembro de 2014.
Raquel Romagna Quarezemin
Secretária de Educação, Esporte e Cultura

EXTRATO DE CONTRATO N. 141.14

EXTRATO DO CONTRATO Nº 141/14 DA PMCS. Processo de Licitação n. 103/PMCS/2014. Modalidade: Pregão Presencial n. 52/2014. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul. CONTRATADA: RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA - ME. ASSINATURA: 24/10/2014. VIGÊNCIA: 31/12/2014. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 07.01.2.011.4.4.90(50); 07.02.2.019.4.4.90(75); 05.01.2.006.4.4.90(17); 08.01.2.046.4.4.90(95); 09.01.2.035.4.4.90(110); 11.01.2.024.4.4.90(56); 11.01.2.027.4.4.90(46)(48)(50).OBJETO: aquisição de pedras para mobiliário sob medida, destinado pra prédios do Município de Cocal do Sul. VALOR: R\$ 11.016,00(once mil e dezesseis reais).

TERMO ADITIVO N. 12/2014

TERMO ADITIVO Nº 12/2014, DE 05 DE JUNHO DE 2014.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 02/2014, DE 09 DE JANEIRO DE 2014 - MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, E A EMPRESA SETEP CONSTRUÇÕES LTDA.

Fundamento Legal: § 4º do art. 57 c/c §1º do Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Pelo Segundo Termo Aditivo do Contrato de prestação de serviços, nós abaixo assinados, de um lado como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, estabelecido na Av. Dr. Polidoro Santiago, 519 - C.P. 01, inscrito no CNPJ sob o número 95.778.056/0001-88, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Ademir Magagnin, e de outro lado, como CONTRATADO, a empresa SETEP CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 83.665.141/0001-50, com sede na Rua Francisco Martinhago, n. 258, Criciúma/SC, temos justo e contratado o que a seguir se descreve.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Fica prorrogado para até 31 de dezembro de 2014, o prazo de vigência do Contrato nº. 02/2014, de 09 de janeiro de 2014, referente drenagem pluvial e pavimentação asfáltica, através de recursos do Programa BADESC Cidades II.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do Contrato Nº. 02/2014, de 09 de janeiro de 2014, permanecem inalteradas.

E, por estarem de acordo, assinam o presente Contrato para que produza os efeitos do direito, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas idôneas.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 05 de junho de 2014.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

_____ ;

_____ .

Concórdia

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO-SUAS- IGD 06 E 07ª PARCELA 2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - FMAS/IGDSUAS, repasse de duas parcelas, a primeira no valor de R\$ 1.278,06 (Um mil duzentos e setenta e oito reais e seis centavos), e a segunda no valor de R\$ 1.541,32 (Um mil quinhentos, quarenta e um reais e trinta e dois centavos) referente Índice de Gestão Descentralizada-IGD-SUAS.

Concórdia SC, 10 de novembro de 2014.
LAURI GARBOSA
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº11/2014-- FMEC

Termo nº 06/2014
Processo nº 9650/2014
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº11/2014

Aos 11 dias do mês de novembro de 2014, a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, instituída através da Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, neste ato representada pelo seu Superintendente, senhor VILMAR ANTÔNIO BENTZ, doravante denominada FUNDAÇÃO, e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA ÁREA URBANA DE PLANALTO, inscrita no CNPJ sob nº 13.277.180/0001-03 com sede em Planalto, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor ADEMAR ANTÔNIO SIEGA, inscrito no CPF sob nº 345.882.139-20, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio nº 11/2014, firmado em 26 de junho de 2014, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica alterada a expressão: "Instrução Normativa nº 2/2014", para: "Instrução Normativa nº 1/2014", constante Na Cláusula Quarta - Das Obrigações da Conveniente, no Inciso XI, § 1º.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo ora aditado.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 11 de novembro de 2014.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Concórdia

ADEMAR ANTÔNIO SIEGA
Presidente da Associação de Moradores da Área Urbana de Planalto

Testemunhas:

1. Nome: Marlô Cristina Ribeiro
Pompeo
CPF: 054.691.159-50

2. Nome: Vanessa de Oliveira
Gasperini
CPF: 092. 079.509-95

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 16/2014 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 16/2014 - PMC
Obras E Serviços De Engenharia

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obras em regime de empreitada global (material e mão de obra) de construção de uma casa, uma balsa e trapiche em forma de plataforma, com recursos próprios e recursos oriundos do Convênio 792311/2013 firmado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário/Caixa para apoio aos pescadores e piscicultores deste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" deste Edital. O recebimento dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 01/12/2014, ÀS 16h00min.
INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 27/12/2014, às 16h00min.

O recebimento do Envelope 02 - PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 01/11/2014, às 16h00min.

Abertura: dia 02/12/2014, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 11 de novembro de 2014

RUIIMAR SCORTEGAGNA

Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 26/2014 – PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 26/2014- PMC
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de materiais Impressos, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 28/11/2014 no endereço Eletrônico www.cidadecompras.com.br

Abertura: dia 28/10/2014 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 11 de novembro de 2014.

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2014 - FMAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

Nº. 8/2014- FMAS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de brinquedos em atendimento às necessidades do CRAS II, CREAS e do Abrigo Provisório Anjo Gabriel ligados à Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação com recursos oriundos do repasse Fundo a Fundo, Abrigo Custeio, Básica Custeio e CREAS Custeio, oriundos do FEAS (recurso estadual), PAEFI (recurso federal) e reprogramação do CREAS Custeio e conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 02/12/2014

Abertura: dia 02/12/2014 08h30min. no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 10 de novembro de 2014.

LAURI GARBOSSA

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

Cordilheira Alta

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL AVISO LICITAÇÃO PP 59/2014

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 089/2014.

Pregão Presencial n. 058/2014.

Tipo: Menor preço por lote.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o locação de equipamentos para realização do Espetáculo de Dança e Note Cultural a se realizar no dia 04 de dezembro de 2014 no Centro Comunitário de Cordilheira Alta SC.

Entrega dos Envelopes: até às 08:00 horas do dia 24/11/2014

Abertura dos Envelopes: 08:15 horas do dia 24/11/2014

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br e no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 11 de novembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Coronel Freitas**PREFEITURA****CONCORRÊNCIA Nº04/2014**

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Concorrência Nº 04/2014
Objeto: PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO DE TAXI
Tipo: maior oferta.
Entrega dos envelopes: até as 08:00 horas do dia 12/12/2014
Abertura dos envelopes: na sequência às 08:00 horas do dia 12/12/2014
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:00 às 13:030 hrs ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 12 de novembro de 2014
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

ATA DE CANCELAMENTO PREGAO Nº 55/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

=====

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 111/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2014

ATA DE CANCELAMENTO AO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2014 DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS. Aos onze dias do mês de novembro de Dois Mil e Quatorze, às 10:00 min, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Avenida Santa Catarina 1022, Centro, reuniram-se o pregoeiro e Equipe de Apoio, para efetuar a análise do cancelamento do edital do referido processo licitatório, tendo em vista que não houve participação de licitantes, sendo considerada licitação deserta. Ocorre que em conformidade a Lei de Licitações nº 8.666 não é possível realizar a homologação do processo licitatório sem a participação de licitantes. Fica, portanto cancelado o presente processo, sendo publicado no Diário dos Municípios. Nada mais havendo a tratar a Pregoeira encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que após lida será assinada pelos membros da Comissão de Licitação.

Coronel Freitas (SC), 11 de Novembro de 2014
FLAVIA ROLIM DE MOURA
PREGOEIRO

CASSIANE FICAGNA CARVALHO
MEMBROS DA COMISSÃO

LUIS CARLOS OSS
MEMBROS DA COMISSÃO

PAULO CESAR STRADA
MEMBROS DA COMISSÃO

JUCILAINE BORTOLOSO
MEMBROS DA COMISSÃO

Correia Pinto**PREFEITURA****TOMADA DE PREÇOS - PROCESSO 70/2014 PMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO 70/2014 - PREFEITURA
TOMADA DE PREÇOS

Objeto: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL DAS RUAS ESTADOS UNIDOS, PEDRO NUNES DO AMARAL, HERMINIO ATAIDE FURTADO E GETULIO VARGAS, E REPAVIMENTAÇÃO DA RUA BELIZARIO RAMOS E DA AVENIDA TANCREDO NEVES, NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, CONFORME PROPOSTA DE TRABALHO SIGEF Nº 11423, DO FUNDO DE APOIO AOS MUNICÍPIOS - FUNDAM. Menor Preço global. Abertura dos envelopes: 27.11.2014 às 14:00 horas. Base Legal: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente a matéria. O edital poderá ser obtido na Prefeitura Municipal sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto - SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 12 de novembro de 2014.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES
Presidente da Comissão de Licitação

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 72/2014 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PREGÃO PRESENCIAL 72/2014 - PREFEITURA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM E ADITIVADA, ETANOL, DIESEL, ÓLEO LUBRIFICANTE, FILTRO DE LUBRIFICANTE, FILTRO DE COMBUSTÍVEL, FILTRO PURIFICADOR DE AR, GRAXA, SOLUPÁ E SHAMPOO AUTOMOTIVO PARA A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL. Tipo: Menor preço por LOTE. Abertura dos envelopes: 24/11/2014 às 09:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 12 de novembro de 2014.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES
Presidente da Comissão de Licitação
Pregoeiro Municipal

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 73/2014 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 73/2014
PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MECÂNICA LEVE, PESADA, SOCORRO E FUNILARIA NOS VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, PARA O ANO DE 2015. Tipo: Menor preço por lote. Abertura dos envelopes: 24.11.2014 às 14:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente a matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto, 12 de novembro de 2014.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES
Presidente da Comissão de Licitação
Pregoeiro Municipal

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 74/2014 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 74/2014
PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELÉTRICA LEVE, PESADA E SOCORRO NOS VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, PARA O ANO DE 2015. Tipo: Menor preço por item. Abertura dos envelopes: 24.11.2014 às 17:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente a matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 12 de novembro de 2014.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES
Presidente da Comissão de Licitação
Pregoeiro Municipal

Curitibanos**PREFEITURA****JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 72/2014**

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 72/2014
REFERENTE: Contrato de prestação de serviços firmado entre o Fundo Municipal de Educação de Curitibanos e a empresa CLB PRODUÇÕES ARTÍSTICAS com o valor total de R\$ 1.200,00 (Um mil e duzentos reais).

RESUMO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, COM O TEMA: CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS E OFICINA DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO II DA LEI 8.666/93, CONFORME JUSTIFICATIVA E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 25 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II - "para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 25 inciso II da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 10 de novembro de 2014.
Diego Sebem Wordell
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto
Membro

Márcia Dominski Penteado
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 25 o inciso II dou como aprovada.

Curitibanos, 10 de novembro de 2014.
Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 10 de novembro de 2014.
Kleberson Luciano Lima
Presidente do Fundo

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 5/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibaanos - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 5/2014

Contratado: DALLAROSA DISTRIBUIDORA DE BRINDES LTDA -ME
CNPJ: 03.275.744/0001-84
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 231/14 Numero do Processo: 231/14
Numero do Contrato ou aditivo: 5/2014
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERSONALIZADOS PARA USO EM DIVERSAS CAMPANHAS A SEREM DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL.

Data da Assinatura: 26/09/2014
Vigência: 26/09/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 6.705,00
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 2/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DEFESA CIVIL MUNICIPIO CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibaanos - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 2/2014

Contratado: CASA GLOBAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP
CNPJ: 08.273.827/0001-80
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 1/2014 Numero do Processo: 1/2014
Numero do Contrato ou aditivo: 2/2014
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE LONA PRETA PARA EVENTUAL SITUAÇÃO DE DESASTRE PROVOCADO POR PRECIPITAÇÃO DE GRANIZO OU VENDEVAL, CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL.

Data da Assinatura: 1/09/2014
Vigência: 10/09/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 3.432,00
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 141/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibaanos - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 141/2014

Contratado: S Q SUPERMERCADOS LTDA
C.P.F:03.551.654/0001-00
Modalidade: INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Numero da Licitação: 27/2014 Numero do Processo: 27/2014
Numero do Contrato: 141/2014
Fundamento Legal:

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE 120 ENTRADAS PARA CINEMA COM PIPOCA REFRIGERANTE PARA OS USUARIOS DO CRAS E AS FAMILIAS ATENDIDAS PELO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA - PAIF, NA FORMA DO ARTIGO 25 INCISO I DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 01/09/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 01/09/2014
Vigência: 01/09/2014 A 01/11/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:1.200,00
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 142/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibaanos - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 142/2014

Contratado: CINTIA MARIA JONER MEI
C.N.P.J:19.243.728/0001-72
Modalidade: INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Numero da Licitação: 28/2014 Numero do Processo: 28/2014
Numero do Contrato: 142/2014
Fundamento Legal:

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PALESTRA MOTIVACIONAL SHOW COM VILSON CECHEITI E DEIVID E EDUCARDO PARA AS FAMILIAS ATENDIDAS PELO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA(PAIF) NO DIA 09/10/2014 NOS PERIODOS DA MANHA E TARDE, NA FORMA DO ARTIGO 25, INCISO II DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 04/09/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 04/09/2014
Vigência: 04/09/2014 A 04/11/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:

Numero do Empenho:
Valor:3.800,00
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 143/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 143/2014

Contratado: GRAFICA GUARAMIRIM LTDA
C.N.P.J:78.218.187/0001-91
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 180/2014 Numero do Processo: 180/2014
Numero do Contrato: 143/2014
Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRAFICOS DESTINADOS AS ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E IMPRESA, 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 10/09/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/09/2014
Vigência: 10/09/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:300,00
Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 144/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 144/2014

Contratado: POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME
C.N.P.J:78.218.187/0001-91
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 180/2014 Numero do Processo: 180/2014
Numero do Contrato: 144/2014
Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRAFICOS DESTINADOS AS ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E IMPRESA, 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 10/09/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/09/2014
Vigência: 10/09/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:

Numero do Empenho:
Valor:338,00
Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 145/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 145/2014

Contratado: ASSOCIAÇÃO CULTURAL SOARTE
C.N.P.J:02.409.360/0001-77
Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Numero da Licitação: 29/2014 Numero do Processo: 29/2014
Numero do Contrato: 145/2014
Fundamento Legal:

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRAÇÃO DO ESPETACULO TEATRAL "VIM VER MARIA ", NOS DIAS 24 E 25 DE SETEMBRO DE 2014, PARA O PÚBLICO ATENDIDO PELO CREAS, EM DECORRENCIA DO DIA ESTADUAL DE COMBATE AO ABUSO SEXUAL E À VIOLENCIA INFANTO JUNVENIL, NA FORMA DO ARTIGO 25, INCISO II DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 10/09/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/09/2014
Vigência: 10/09/2014 A 10/10/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:7.980,00
Forma de Pagamento:À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 146/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 146/2014

Contratado: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA M E
C.N.P.J:10.314.036/0001-01
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 294/2013 Numero do Processo: 294/2013
Numero do Contrato: 146/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE SAUDE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS SECRETARIA DE PLANEJAMENTO SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 17/09/2014

Data da Publicação no Diário Oficial: 17/09/2014
Vigência: 17/09/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:3.504,00
Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 147/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 147/2014

Contratado: GALO E CARVALHO ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
C.N.P.J:12.880.460/001-30
Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Numero da Licitação: 30/2014 Numero do Processo: 30/2014
Numero do Contrato: 147/2014
Fundamento Legal:

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PALESTRA TALK SHOW ALERTIL, SOLUÇÕES CONCENTRADAS DE QUALIDADE DE VIDA, MINISTRADAS PELOS PALESTRANTES CARLA GALO E CARLOS GONZAGA NO DIA 0/10/2014 ÀS 15H 30MIN, EM VIRTUDE DA SEMANA DO IDOSO E CAMPNAHA DO CREAS "VIVER É COMPARTILHAR", NA FORMA DO ARTIGO 25 INCISO II DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 23/09/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/09/2014
Vigência: 23/09/2014 A 23/10/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:10.950,00
Forma de Pagamento:À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 148/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 148/2014

Contratado: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
C.N.P.J:05.919.156/0001-94
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 294/2013 Numero do Processo: 294/2013
Numero do Contrato: 148/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE

PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 23/09/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/09/2014
Vigência: 23/09/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:942,78
Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 149/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 149/2014

Contratado: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA -caçador
C.N.P.J:83.054.924/0001-06
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 294/2013 Numero do Processo: 294/2013
Numero do Contrato: 149/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 23/09/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/09/2014
Vigência: 23/09/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:373,73
Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 150/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 150/2014

Contratado: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
C.N.P.J:07.814.016/0001-87
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 294/2013 Numero do Processo: 294/2013
Numero do Contrato: 150/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 23/09/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/09/2014
Vigência: 23/09/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:336,71
Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 151/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 151/2014

Contratado: SUPER VAREJAO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA - ME
C.N.P.J:83.197.277/0001-83
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 294/2013 Numero do Processo: 294/2013
Numero do Contrato: 151/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 23/09/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/09/2014
Vigência: 23/09/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:212,90
Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 152/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 152/2014

Contratado: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA - ME
C.N.P.J:10.314.036/0001-01
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 294/2013 Numero do Processo: 294/2013
Numero do Contrato: 152/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 23/09/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/09/2014
Vigência: 23/09/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:218,28
Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 153/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 153/2014

Contratado: CENTRAL SERVIÇOS FUNERARIOS LTDA - ME
C.N.P.J:25.312.918/0001-43
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 23/2014 Numero do Processo: 23/2014
Numero do Contrato: 153/2014
Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE 80 (OITENTA) SERVIÇOS FUNERARIOS DESTINADOS A INDIVÍDUOS OU FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA, IDENTIFICADOS NO CAD ÚNICO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 24/09/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 24/09/2014
Vigência: 24/09/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:5.850,00
Forma de Pagamento:CONFORME PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 154/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 154/2014

Contratado: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA - ME
C.N.P.J:10.314.036/0001-01
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 2/2014 Numero do Processo: 2/2014
Numero do Contrato: 154/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE KIT NATALIDADE, CESTAS BÁSICAS E KTIS DE HIGIENE PARA A DISTRIBUIÇÃO AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL TEMPORARIO COM BASE NA LEI MUNICIPAL 5.147/2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 24/09/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 24/09/2014
Vigência: 24/09/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:8.064,91
Forma de Pagamento:À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 155/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 155/2014

Contratado: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA
C.N.P.J:85.248.680/0001-10
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 2/2014 Numero do Processo: 2/2014
Numero do Contrato: 155/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE KIT NATALIDADE, CESTAS BÁSICAS E KTIS DE HIGIENE PARA A DISTRIBUIÇÃO AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL TEMPORARIO COM BASE NA LEI MUNICIPAL 5.147/2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 24/09/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 24/09/2014
Vigência: 24/09/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:1.073,65
Forma de Pagamento:À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 156/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 156/2014

Contratado: AUTO MECANICA GERAL LTDA - CURITIBANOS
C.N.P.J:86.548.054/003-73
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS
Numero da Licitação: 31/2014 Numero do Processo: 31/2014
Numero do Contrato: 156/2014
Fundamento Legal:

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REVISÃO DO VEICULO GM/SPIN LTZ 1.8 PLACA MLJ-4754, PARA REVISÃO DOS 30.000 QUILOMETROS, CONFORME ART Nº24, INCISO XVII, LEI 8.666/93 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO

Data da Assinatura: 26/09/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 26/09/2014
Vigência: 26/09/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:1.580,00
Forma de Pagamento:À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 157/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 157/2014

Contratado: DALLAROSA DISTRIBUIDORA DE BRINDES LTDA - ME
C.N.P.J:03.257.744/0001-84
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 231/2014 Numero do Processo: 231/2014
Numero do Contrato: 157/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERSONALIZADOS PARA USO EM DIVERSAS CAMPANHAS A SEREM DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 26/09/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 26/09/2014
Vigência: 26/09/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:15.650,00
Forma de Pagamento:À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 158/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 158/2014

Contratado: PEFON CONSTRUÇÕES LTDA
C.N.P.J:11.810.172/0001-47
Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/OBRAS E SERV. ENGENHARIA
Numero da Licitação: 11/2014 Numero do Processo: 11/2014
Numero do Contrato: 158/2014
Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE PRAZO PELO PERIODO DE 29/09/2014 A 27/11/2014, REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DO PREDIO DA AÇÃO SOCIAL -HABITAÇÃO, CONFORME MEMORANDO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 29/09/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 29/09/2014
Vigência: 29/09/2014 A 27/11/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:0,00
Forma de Pagamento:

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 159/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 159/2014

Contratado: NUTRIMENTAL S/A INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS
C.N.P.J:76.333.890/0001-30
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 294/2013 Numero do Processo: 294/2013
Numero do Contrato: 159/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 29/09/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 29/09/2014
Vigência: 29/09/2014 A 27/11/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:64,00
Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 160/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 160/2014

Contratado: RR CARNES E FRIOS LTDA
C.N.P.J:17.200.631/001-57
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 294/2013 Numero do Processo: 294/2013
Numero do Contrato: 160/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 30/09/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 30/09/2014
Vigência: 30/09/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:218,00
Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 227/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 227/2014

Contratado:AUTO POSTO CIDADE DE CURITIBANOS LTDA
CNPJ: 03.268.180/0001-85
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 52/2013 Numero do Processo: 53/2013
Numero do Contrato: 227/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ABRIL A DEZEMBRO DE 2014, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 01/09/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 01/09/2014
Vigência: 01/09/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:19.768,00
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E ENF

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO
228/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 228/2014

Contratado: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA ME
CNPJ: 10.314.036/0001-01
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 294/2014 Número do Processo: 294/2014
Número do Contrato: 228/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Data da Assinatura: 01/09/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 01/09/2014
Vigência: 01/09/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 8.095,00
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E ENF

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO
229/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 229/2014

Contratado: GERALUX ELETRO ENERGIA SOLAR LTDA ME
CNPJ: 02.590.407/0001-41
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 62/2014 Número do Processo: 62/2014
Número do Contrato: 229/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, 2º BATALHÃO DE BOMBEIRO MILITAR, CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL.

Data da Assinatura: 05/09/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 05/09/2014
Vigência: 05/09/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 4.011,60
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO
230/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 230/2014

Contratado: NETDONIL INFORMATICA E MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME
CNPJ: 10.349.258/0001-51
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 62/2014 Número do Processo: 62/2014
Número do Contrato: 230/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, 2º BATALHÃO DE BOMBEIRO MILITAR, CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL.

Data da Assinatura: 05/09/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 05/09/2014
Vigência: 05/09/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 4.562,10
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO
231/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 231/2014

Contratado: CASA GLOBAL E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP
CNPJ: 08.273.827/0001-80
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 56/2014 Número do Processo: 56/2014
Número do Contrato: 231/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E HIDRÁULICOS, PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E VICINAIS, ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, HABITAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS E CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS ATRAVÉS DO PROGRAMA REFORMA CIDADÃ, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Data da Assinatura: 05/09/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 05/09/2014
Vigência: 05/09/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:

Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:9.801,33
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 233/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 233/2014

Contratado:COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OB
CNPJ: 17.476.071/0001-68
Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/OBRAS E SERV. ENGENHARIA
Numero da Licitação: 44/2013 Numero do Processo: 44/2013
Numero do Contrato: 233/2014
Fundamento Legal:

Objeto:ADITIVO DE PRAZO, PERIODO DE 08/09/2014, REFERENTE A REFORMA DO PRÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME MEMORANDO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 08/09/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 08/09/2014
Vigência: 08/09/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:0,00
Forma de Pagamento:

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 234/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 234/2014

Contratado:CAPACHOS E CAPACHOS IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA ME
CNPJ: 03.282/0001-15
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 215/2014 Numero do Processo: 215/2014
Numero do Contrato: 234/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE TAPETES TIPO CAPACHO PARA USO NAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS. PROCON, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA E SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 12/09/2014

Data da Publicação no Diário Oficial: 12/09/2014
Vigência: 12/09/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:1.760,00
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 235/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 235/2014

Contratado:ACORD INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA ME
CNPJ: 07.877.255/0001-15
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 54/2014 Numero do Processo: 54/2014
Numero do Contrato: 235/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA SONORIZAÇÃO PARA USO EM ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 12/09/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 12/09/2014
Vigência: 12/09/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:6.674,00
Forma de Pagamento: A VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 236/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 236/2014

Contratado:CLAUDIO RODRIGO TOONDOLFO ME
CNPJ: 09.1117.763/0001-01
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 11/2014 Numero do Processo: 11/2014
Numero do Contrato: 236/2014
Fundamento Legal:

Objeto:ADITIVO DE SUPRESSÃO DE R\$24.836.81, REFERENTE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DO NUCLEO MUNICIPAL TERESA LEMOS PRETO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 12/09/2014

Data da Publicação no Diário Oficial: 12/09/2014
Vigência: 12/09/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:14.000,00
Forma de Pagamento: CFME PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E NOTA FISCAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 237/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 237/2014

Contratado:COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OB
CNPJ: 17.476.071/0001-01
Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV, ENGENHARIA
Numero da Licitação: 63/2014 Numero do Processo: 63/2014
Numero do Contrato: 237/2014
Fundamento Legal:

Objeto:ADITIVO DE SUPRESSÃO DE R\$24.836.81, REFERENTE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DO NUCLEO MUNICIPAL TERESA LEMOS PRETO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 17/09/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 17/09/2014
Vigência: 17/09/2014 A 28/11/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:24.836,81
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 238/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 238/2014

Contratado:COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OB
CNPJ: 17.476.071/0001-01
Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV, ENGENHARIA
Numero da Licitação: 63/2014 Numero do Processo: 63/2014
Numero do Contrato: 238/2014
Fundamento Legal:

Objeto:ADITIVO DE SUPRESSÃO DE R\$158,520,26 REFERENTE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DO NUCLEO MUNICIPAL TERESA LEMOS PRETO, CONFORME PLANILHA E SECRETARIA DE

PLANEJAMENTO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 17/09/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 17/09/2014
Vigência: 17/09/2014 A 28/11/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:158.520,26
Forma de Pagamento: CFME MEDIÇÃO FINAL E NOTA FISCAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 239/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 239/2014

Contratado:SC COPIAS LTDA
CNPJ: 03.367.127/0002-12
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 5/2014 Numero do Processo: 5/2014
Numero do Contrato: 239/2014
Fundamento Legal:

Objeto:CONTRATAÇÃO E EMPRESA PARA COLOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS PARA UTILIZAÇÃO NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SEC. OBRAS, SEC DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, SEC DE PLANEJAMENTO, SEC DE ESPORTES, AÇÃO SOCIAL, HABITAÇÃO E EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 19/09/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 19/09/2014
Vigência: 19/09/2014 A 18/09/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:2.128,00
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 240/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 240/2014

Contratado:COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OB
CNPJ: 17.476.071/0001-01
Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV, ENGENHARIA
Numero da Licitação: 44/2013 Numero do Processo: 44/2013
Numero do Contrato: 240/2014
Fundamento Legal:

Objeto:ADITIVO DE SUPRESSÃO DE R\$52.576,21 REFERENTE REFORMA DO PRÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME MEMORANDO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 19/09/2014

Data da Publicação no Diário Oficial: 19/09/2014

Vigência: 19/09/2014 A 08/10/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:52.576,21

Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 241/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 241/2014

Contratado:OCIMAR ZANELLA SOUZA - ME

CNPJ: 12.376.2290001-04

Modalidade: INIXIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Numero da Licitação: 60/2014 Numero do Processo: 60/2014

Numero do Contrato: 241/2014

Fundamento Legal:

Objeto:CONTRATAÇÃO E EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO COM O TEMA; RELAC. INTERP. TEC. PARA A OTIMIZAÇÃO E HARMONIZAÇÃO DE LIDERADOS/COMUNIC./NEGOCIAÇÃO/TEC. DE LIDERANÇA/ TEC DE PLANEJ. E GESTÃO/COACHING PESSOAL/FEEDBACK CONSTRUTIVO/ ESPIRAL DINAMICO/META PROG./DIAG. DO ESTADO ATUAL E ORIENT. E APOIO PARA ALCANÇAR O ESTADO DESEJADO, COM DURAÇÃO DE 40 HORAS, SENDO 10 HORAS MENSAIS, DESTINADOS AOS DIRETORES DA REDE MUN. DE ENSINO. CONFORME ART 25. INCISO DA LEI 8.666/93.

Data da Assinatura: 22/09/2014

Data da Publicação no Diário Oficial: 22/09/2014

Vigência: 22/09/2014 A 31/12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:8.000,00

Forma de Pagamento: CONFORME PREST DE SERVIÇO E NOTA FISCAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 242/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 242/2014

Contratado:PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ: 61.198.164/0001-60

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 45/2014 Numero do Processo: 45/2014

Numero do Contrato: 242/2014

Fundamento Legal:

Objeto:TERMO ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 1.150,27 REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUND MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL, FUND MUN DE HABITAÇÃO, FIA, SEGURO DO EDIFICIO SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E SEGURO AOS ESTAGIARIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, NO PERIODO DE UM ANO COM FRANQUIA NORMAL CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 22/09/2014

Data da Publicação no Diário Oficial: 22/09/2014

Vigência: 22/09/2014 A 21/03/2015

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:1.150,27

Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 243/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 243/2014

Contratado:MERCEDES BENZ DO BRASIL LTDA

CNPJ: 61.198.164/0001-60

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: Numero do Processo:

Numero do Contrato: 243/2014

Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE 01 ONIBUS ESCOLAR RURAL, ORE3, PARA USO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO ELETRONICO Nº63/2013/FNED/MEC.

Data da Assinatura: 25/09/2014

Data da Publicação no Diário Oficial: 25/09/2014

Vigência: 25/09/2014 A 21/09/2015

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:259.250,00

Forma de Pagamento: À VISTA

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO
244/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 244/2014

Contratado: ANDRADE E PASSINI COMERCIO DE MATERIAIS LTDA - ME
CNPJ: 12.526.833/0001-70
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 57/2014 Numero do Processo: 27/2014
Numero do Contrato: 244/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA SONORIZAÇÃO DO AUDITÓRIO DO NÚCLEO MUNICIPAL TERESA LEMOS PRETO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL, E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO..

Data da Assinatura: 29/09/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 29/09/2014
Vigência: 25/09/2014 A 21/09/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 12.127,80
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E APRESENTAÇÃO NF

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO
246/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 246/2014

Contratado: COMERCIO DE MAT DE CONSTRUÇÃO E EMPREITEIRA DE OB.
CNPJ: 17.476.71/0001-68
Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA
Numero da Licitação: 44/2013 Numero do Processo: 44/2013
Numero do Contrato: 246/2014
Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS 152.954,20, PARA REFORMA DO PRÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME MEMORANDO E PLANILHA DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 30/09/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 30/09/2014
Vigência: 03/09/2014 A 18/10/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 152.954,20
Forma de Pagamento: CONFORME MEDIÇÃO E NOTA FISCAL

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO
569/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 569/2014

Contratado: CASA GLOBAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP
CNPJ: 08.273.827/0001-80
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 219/2014 Numero do Processo: 219/2014
Numero do Contrato ou aditivo: 569/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO E SEGURANÇA PARA USO NA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E NO QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 01/09/2014 a 01 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 852,54
Forma de Pagamento: À VISTA

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO
568/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 568/2014

Contratado: EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA
CNPJ: 06.132.270/0001-32
Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Numero da Licitação: 229/2014 Numero do Processo: 229/2014
Numero do Contrato ou aditivo: 568/2014
Fundamento Legal:

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA ASSINATURA DA REVISTA DO PREGOEIRO, PARA USO NO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES NA FORMA DO ARTIGO 25, INCISO I DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Vigência: 01/09/2014 a 01 /09/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 550,00
Forma de Pagamento: CFME SOLICITAÇÃO DPTO COMPETENTE

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 570/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 570/2014

Contratado: BR LIVE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME
CNPJ: 08.953.004/0001-04
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 117/2014 Número do Processo: 117/2014
Número do Contrato ou aditivo: 570/2014
Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE MAIS R\$ 1.523,88, REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO E CONECTIVIDADE COM INTERNET FIBRA ÓPTICA E VIA RADIO COM 100% DE GARANTIA PARA O SETOR DE NOTA FISCAL DE PRODUTOR RURAL, COM VELOCIDADE DE 4MB

Vigência: 02/09/2014 a 22 /0/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor: 1.523,88
Forma de Pagamento: MENSAMENTE CONFORME PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E APRESENTAÇÃO DE NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 571/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 571/2014

Contratado: AUTO POSTO CIDADE DE CURITIBANOS LTDA
CNPJ: 03.268.180/0001-85
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 52/2014 Número do Processo: 52/2014
Número do Contrato ou aditivo: 571/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MAQUINAS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ABRIL A DEZEMBRO DE 2014, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 03/09/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor: 4.942,00
Forma de Pagamento: CONFORME ABASTECIMENTO E APRESENTAÇÃO NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 572/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 572/2014

Contratado: SUEPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA ME
CNPJ: 83.197.277/0001-83
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 294/2014 Número do Processo: 294/2014
Número do Contrato ou aditivo: 572/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 03/09/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor: 64,25
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 573/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 573/2014

Contratado: AUTO MECANICA LTDA
CNPJ: 83.750.703/0001-64
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 214/2014 Número do Processo: 214/2014
Número do Contrato ou aditivo: 573/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS E 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITARES, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 03/09/2014 a 03 /11/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor: 10.890,60
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 575/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 575/2014

Contratado: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA
CNPJ: 85.349.579/0001-55
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 214/2014 Número do Processo: 214/2014
Número do Contrato ou aditivo: 575/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS E 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITARES, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 03/09/2014 a 03 /11/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 2.120,00
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 577/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 577/2014

Contratado: TELEMARTINS TELECOMUNICAÇÕES LTDA
CNPJ: 01.302.142/0001-76
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS
Número da Licitação: 0/0 Número do Processo: 0/0
Número do Contrato ou aditivo: 577/2014
Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REMANEJAMENTO DE 02 CENTRAIS TELEFONICAS, 01 MODEM DE DADOS E PASSAGEM DE CABOS, PARA O 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Vigência: 04/09/2014 a 03 /11/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 3.992,60
Forma de Pagamento: CONFORME PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 578/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 578/2014

Contratado: GERAMAC EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ: 11.449.473/0001-23
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS
Número da Licitação: 232/14 Número do Processo: 232/14
Número do Contrato ou aditivo: 578/2014
Fundamento Legal:

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A REVISÃO DAS 750 HORAS DA VARREDEIRA MUSTANG 2044 ANO 2013 EM USO DO SETOR DA SECRETARIA DE OBRAS, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XVII DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Vigência: 04/09/2014 a 04 /11/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 2.967,00
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 579/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 579/2014

Contratado: EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA
CNPJ: 84.583.954/0001-64
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 64/14 Número do Processo: 64/14
Número do Contrato ou aditivo: 579/2014
Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS, PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, DEPARTAMENTO DE CONSELHO TUTELAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO E CORPO DE BOMBEIROS DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO ID ESTE EDITAL.

Vigência: 05/09/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 94,00
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 580/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 580/2014

Contratado: GRAFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA
CNPJ: 13.919.051/0001-63
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 64/14 Número do Processo: 64/14
Número do Contrato ou aditivo: 580/2014
Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS, PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, DEPARTAMENTO DE CONSELHO TUTELAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO E CORPO DE BOMBEIROS DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO ID ESTE EDITAL.

Vigência: 05/09/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor: 308,70
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 581/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 581/2014

Contratado: POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME
CNPJ: 14.292.313/0001-75
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 64/14 Número do Processo: 64/14
Número do Contrato ou aditivo: 581/2014
Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS, PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, DEPARTAMENTO DE CONSELHO TUTELAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO E CORPO DE BOMBEIROS DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO ID ESTE EDITAL.

Vigência: 05/09/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor: 532,00
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 582/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 582/2014

Contratado: CONECTNET COMERCIAL LTDA-ME
CNPJ: 03.867.723/0001-80
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 100/14 Número do Processo: 100/14
Número do Contrato ou aditivo: 582/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAS E PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Vigência: 05/09/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor: 24.505,00
Forma de Pagamento: À VISTA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 276/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 276/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Por Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a locação de equipamentos novos de primeiro uso para execução de digitalização de documentos e do software de controle e gerenciamento de processos e documentos, através da interface web, Incluída a instalação de hardware e software, bem como a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, manutenção e suporte técnico nas dependências da Prefeitura Municipal de Curitiba e demais secretarias, atualização e manutenção do software de gerenciamento de processos e documentos e treinamento dos usuários, o qual deverá contemplar no mínimo 24 horas úteis, sem qualquer custo ao município.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 24/11/2014, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 24/11/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 11 de Novembro de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

DECRETO Nº 4.503/2014

DECRETO Nº 4.503/2014

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Ficam incluídas no orçamento municipal da Prefeitura Municipal de Curitiba as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 5.149/2013

INCLUI FONTE DE RECURSOS

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0002.1003 EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE - SECRET. ADMIN.

4490000000.00.060 APLICAÇÕES DIRETAS.

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal de Curitiba na forma da Lei nº 5.149/2013, no montante de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0002.1003 EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE - SECRET. ADMIN.

4490000000.00.060 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 13.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 13.000,00

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do valor do superávit financeiro da fonte de recurso ORDINÁRIO, ocorrido no exercício de 2013, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.413/2014.

Art. 4º - Esta decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 31 de outubro de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos trinta e um dias do mês de fevereiro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal.

Kleberson Luciano Lima
Secretário de Educação e Cultura

DECRETO Nº 4.504/2014

DECRETO Nº 4.504/2014

REMANEJA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei n. 5.149/2013

DECRETA

Art. 1º - Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as

fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento do Fundo Municipal de Cultura no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 5.149/2013

DA MODALIDADE DE DESPESA

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

13.392.0017.2060 MANUT. DAS ATIVIDADES CULTURAIS

3390000000.00.0000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 30.000,00

PARA A MODALIDADE DE DESPESA

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

13.392.0017.2060 MANUT. DAS ATIVIDADES CULTURAIS

4490000000.00.0000 APLICAÇÕES DIRETAS..... R\$ 30.000,00

Art. 2º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 05 de novembro de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos cinco dias do mês de novembro ano de dois mil e quatorze na secretaria e no mural público da Prefeitura Municipal.

Kleberson Luciano Lima
Secretário de Educação e Cultura

DECRETO Nº 4.505/2014

DECRETO Nº 4.505/2014

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NA FORMA DA LEI Nº 5.315/2014.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.315/2014 no montante de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), a saber:

ANULAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.362.0012.2055 MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO MEDIO

3190000000.00.000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 5.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.365.0014.2047 MANUT. DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 40%

3390000000.00.019 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 355.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 360.000,00

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.315/2014 no montante de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.1009 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - EN. FUND.

4490000000.00.019 APLICAÇÕES DIRETAS..... R\$ 15.000,00

4490000000.00.032 APLICAÇÕES DIRETAS..... R\$ 5.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.365.0014.1010 OBRAS PARA O ENSINO INFANTIL

4490000000.00.019 APLICAÇÕES DIRETAS..... R\$ 315.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.365.0014.1011 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - EN. INFANTIL

4490000000.00.019 APLICAÇÕES DIRETAS..... R\$ 25.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 360.000,00

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Educação anuladas no artigo 1º.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 06 de novembro de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos seis dias do mês de novembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima

Secretário de Educação e Cultura

DECRETO Nº 4.506/2014

DECRETO Nº 4.506/2014

DEFINE ESTRUTURA RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E HOMOLOGAÇÃO DOS PRODUTOS REFERENTES A CADA FASE DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PMGIRS)

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba:

DECRETA

Art. 1º. Fica criado o Comitê Diretor Local destinado a acompanhar e homologar os produtos referentes a cada fase de elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos deste Município.

Art. 2º. O Comitê Diretor local será composto por :

- 1) Diego Luis Finger Granemann, representante da Secretaria Municipal de Planejamento;
- 2) Jean Kleber Lemos, representante da Secretaria Municipal de Saúde.
- 3) Claudio Vieira França, representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças
- 4) Edna Soletti Shinoda, Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura
- 5) Lidio Rosa, representante da Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural.

§ 1º. O Comitê diretor Local será presidido pelo representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

§ 2º. São atribuições específicas do Presidente do Comitê:

- I - representar o Comitê ou delegar a sua representação;
- II - convocar as reuniões do Comitê sempre que solicitado por qualquer dos seus membros;
- III - coordenar as reuniões e proferir o voto de qualidade nos casos de empate.

Art. 3º. Ao Comitê Diretor Local compete:

- a) Acompanhar e cooperar no processo de mobilização social;
- b) Deliberar sobre estratégias e mecanismos que assegurem a implantação do trabalho;
- c) Propor e garantir locais para realização das reuniões técnicas e audiências públicas;
- d) Sugerir alternativas sobre o ponto de vista local;
- e) Validar os conteúdos técnicos que serão apresentados nas audiências públicas;
- f) Participar de audiências públicas.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de novembro de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos seis dias do mês de novembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.507/2014

DECRETO Nº 4.507/2014

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA UMA ÁREA DE TERRAS PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi , Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba, e com fundamento no Decreto-lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941, art. 5º alínea "g",

DECRETA

Art. 1º - Fica declarada de utilidade Pública para fins de desapropriação amigável ou judicial, uma gleba de terras localizada neste Município no lugar denominado Potreiro Velho, no perímetro urbano com área de 25.400,00 m2 (vinte e cinco mil e quatrocentos metros quadrados) de propriedade de Ana Rita Drissen de Farias, inscrita no CPF N. 754.947.289-00 e objeto parcial da matrícula imobiliária 23.011 com as seguintes medidas e confrontações :

Inicia-se se no marco denominado '0=PP', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 540368.892 m e N= 6983166.750 m dividindo-o com o Jair Correa de Freitas Mat.1.409; Daí segue confrontando com Jair Correa de Freitas Mat.1.409 com o azimute de 163°27'32" e a distância de 7.80 m até o marco '1' (E=540371.113 m e N=6983159.273 m); Daí segue confrontando com Rua João Manoel da Silva com o azimute de 163°27'32" e a distância de 14.00 m até o marco '2' (E=540375.098 m e N=6983145.853 m); Daí segue confrontando com Laureana Cavalheiro dos Santos Mat.21.351 com o azimute de 163°27'32" e a distância de 19.00 m até o marco '3' (E=540380.508 m e N=6983127.639 m); Daí segue confrontando com Inês Leodete Fortes Pereira Mat.16.842 com o azimute de 163°27'32" e a distância de 16.03 m até o marco '4' (E=540385.072

m e N=6983112.272 m); Daí segue confrontando com Geni Cesar Bittencourt Mat.17.744 com o azimute de 163°27'32" e a distância de 15.02 m até o marco '5' (E=540389.348 m e N=6983097.874 m); Daí segue confrontando com Rua Juvenal Braulino Bacelar com o azimute de 163°27'32" e a distância de 20.00 m até o marco '6' (E=540395.042 m e N=6983078.702 m); Daí segue confrontando com Tânia Maria dos Santos Mat.16.669 com o azimute de 163°27'32" e a distância de 13.02 m até o marco '7' (E=540398.749 m e N=6983066.220 m); Daí segue confrontando com Irene Churkin Correia - Sem Mat. com o azimute de 163°27'32" e a distância de 12.88 m até o marco '8' (E=540402.416 m e N=6983053.873 m); Daí segue confrontando com Hirton Otavio Provesi Mat. 6.354 com o azimute de 163°27'32" e a distância de 11.52 m até o marco '9' (E=540405.695 m e N=6983042.830 m); Daí segue confrontando com Sirlei Anderson Alves Mat.19.629 com o azimute de 163°27'32" e a distância de 25.04 m até o marco '10' (E=540412.824 m e N=6983018.826 m); Daí segue confrontando com Rua João Popinhak Sobrinho com o azimute de 163°27'32" e a distância de 2.55 m até o marco '11' (E=540413.549 m e N=6983016.386 m); Daí segue confrontando com Nilton Drissen de Farias Mat.23.010 com o azimute de 252°46'08" e a distância de 148.08 m até o marco '12' (E=540272.119 m e N=6982972.522 m); Daí segue confrontando com Ana Rita Drissen de Farias Mat.23.011 com o azimute de 252°46'08" e a distância de 41.25 m até o marco '13' (E=540232.724 m e N=6982960.304 m); Daí segue confrontando com Ana Rita Drissen de Farias Mat.23.011 com o azimute de 342°50'28" e a distância de 109.70 m até o marco '14' (E=540200.360 m e N=6983065.119 m); Daí segue confrontando com Prefeitura Municipal de Curitiba - Mat.23.777 com o azimute de 58°40'38" e a distância de 192.94 m até o marco '15' (E=540365.183 m e N=6983165.423 m); Daí segue confrontando com Prefeitura Municipal de Curitiba - Mat.23.777 com o azimute de 70°18'32" e a distância de 3.94 m até o marco '0=PP' (E=540368.892 m e N=6983166.750 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 2.5400 ha.

Parágrafo Único: A área de terras mencionada neste artigo destina-se à execução de obras de construção de um Centro de educação Infantil e Escola de Educação Básica.

Art. 2º. Fica fazendo parte integrante desde decreto o mapa, memorial descritivo e laudo de avaliação.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente decreto correrão por conta das seguintes dotações:

07.00	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0014.1010	OBRAS PARA O ENSINO INFANTIL
4490000000.00.019	APLICAÇÕES DIRETAS . R\$ 315.000,00

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 7 de novembro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze na secretaria e no mural público da Prefeitura Municipal.

Lenora Elisa Borsarini
Secretária de Planejamento

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº 120/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 120/2014

INCUI DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 47 DE 10 DE OUTUBRO DE 2006.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitiba, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. O art. 32 da Lei Complementar Municipal nº 47, de 10 de outubro de 2006, fica acrescido de parágrafo único e passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo Único. É proibido lançar nas vias públicas, nos terrenos baldios, várzeas, valas bueiros e sarjetas, lixo de qualquer origem, entulhos, cadáveres de animais, fragmentos pontiagudos ou qualquer material que possa ocasionar incômodo à população ou prejudicar a estética da cidade, além de causar risco à saúde e ao meio ambiente. "

Art. 2º. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de outubro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quatorze dias do mês de outubro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Lenora Elisa Borsarini
Secretária de Planejamento

LEI COMPLEMENTAR Nº 121/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 121/2014

REVOGA O § 1º DO ART. 239 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS (LC 28/2002) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitiba, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica revogado o § 1º do Art. 239 do Código Tributário do Município de Curitiba.

Art. 2º Fica revogado o § 3º do Art. 242 do Código Tributário do Município de Curitiba.

Art. 3º O inciso III do Art. 242 do Código Tributário do Município de Curitiba passa a vigorar com a seguinte redação:

"III - Imóvel unifamiliar de propriedade de cônjuge supérstite, aposentado ou pensionista, órfão, inválido permanente, portador de doença grave conforme rol estabelecido pelo Art. 151 da Lei nº 8.213/91 e Art. 27, I da Lei Complementar Municipal nº 015/2000, desde que seja a única propriedade do sujeito passivo da obrigação tributária e que esteja sendo utilizado para fins da respectiva moradia, e que não possuam, entre os moradores do imóvel, renda superior a 2 (dois) salários mínimos."

Art. 4º O § 4º do Art. 242 do Código Tributário do Município de Curitiba passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 4º As isenções deverão ser requeridas anualmente, no prazo fixado pelo Poder Executivo, fazendo o contribuinte prova das condições estabelecidas neste artigo.”

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 24 de outubro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR N. 122/2014

LEI COMPLEMENTAR N. 122/2014

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 80 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL (LEI COMPLEMENTAR Nº 28, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2002)

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitiba, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º O Art. 80 da Lei Complementar nº 28, de 17 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 80 A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

Parágrafo único. A prescrição se interrompe:

I - pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal;
II - pelo protesto judicial;
III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
IV - por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação

Curitiba, 24 de outubro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº 124/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 124/2014

DISCIPLINA O FUNCIONAMENTO E ATRIBUIÇÕES DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO EM ATENDIMENTO AO ARTIGO 89 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma

disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitiba, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

CAPÍTULO I

DA COMPETÊNCIA E DA ORGANIZAÇÃO DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 1º Esta Lei Complementar rege a Procuradoria-Geral do Município de Curitiba dispoendo sobre a organização, funcionamento e suas atribuições, bem como, estabelece a carreira de Procurador do Município, na forma do que prevê o artigo 89 da Lei Orgânica do Município.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA

Art. 2º - A Procuradoria-Geral do Município, instituição de natureza permanente, essencial à Administração Pública Municipal, pertencente ao Poder Executivo e vinculada diretamente ao Prefeito Municipal, sendo orientada pelos princípios da legalidade e da indisponibilidade do interesse público, tem, com fundamento nos artigos 89 e seguintes da Lei Orgânica do Município, as seguintes atribuições:

I - representar o Município judicial e extrajudicialmente, como advocacia geral, nas causas em que este for interessado na condição de autor, réu, assistente, oponente ou interveniente;

II - exercer as funções de consultoria jurídica e assessoramento do Poder Executivo e da Administração em geral;

III - promover privativamente a execução e cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa do Município;

IV - propor ao Prefeito Municipal medidas de caráter jurídico que visem proteger o patrimônio dos órgãos da Administração centralizada e descentralizada;

V - opinar previamente sobre a forma de cumprimento de decisões judiciais e pedidos de extensão de julgados relacionados com a Administração Municipal;

VII - elaborar e minutar os projetos de leis, decretos, e outros atos municipais;

VIII - representar ao Prefeito sobre providências de ordem jurídica que lhe pareçam reclamadas pelo interesse público e pela boa aplicação das leis vigentes;

IX - propor ao Prefeito, aos Secretários do Município e às autoridades de idêntico nível hierárquico as medidas que julgar necessárias à uniformização da legislação e da jurisprudência administrativa, tanto na Administração Direta, como na Indireta e Fundacional;

X - exercer outras competências que lhe forem conferidas por lei ou por delegação do Prefeito, compatíveis com o exercício da advocacia.

Art. 3º. A Procuradoria-Geral do Município goza de autonomia administrativa, sendo integrada pelos seguintes órgãos:

I - Procuradoria Jurídica

a) Procurador Geral

b) Assessor Jurídico

c) advogados

II - PROCON

a) Coordenador Executivo do PROCON

SEÇÃO I DO PROCURADOR-GERAL

Art. 4º A Procuradoria-Geral do Município é dirigida pelo Procurador-Geral, cargo criado pelo artigo 10 da Lei Complementar n. 034/2005 com as alterações da Lei Complementar n. 108/2013 nomeado em comissão, ou designado em função gratificada, pelo Prefeito dentre brasileiros maiores de vinte e cinco anos de idade, no exercício dos seus direitos políticos e com habilitação profissional de no mínimo, 5 (cinco) anos, conduta ilibada e idoneidade moral, com prerrogativas e representação de Secretário Municipal.

Art. 5º Compete ao Procurador-Geral, sem prejuízo de outras atribuições previstas em lei ou regulamento:

I - chefiar a Procuradoria-Geral do Município, superintender e co-ordenar suas atividades e orientar-lhe a atuação;

II - propor, a quem de direito, declaração de nulidade ou anulação de quaisquer atos administrativos manifestamente inconstitucionais ou ilegais;

III - receber citações, notificações e intimações nas ações judiciais de interesse do Município;

IV - delegar aos advogados ou procuradores, atribuições a ele originalmente conferidas;

V - acordar, desistir, transigir, firmar compromisso e confessar nas ações de interesse do Município, bem como, na esfera administrativa ou extrajudicial, segundo a forma e os parâmetros do artigo 6º desta Lei Complementar;

VI - sugerir ao Prefeito a propositura de ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal e elaborar as informações que lhe caibam prestar, na forma da Constituição do Estado;

VII - promover a distribuição dos membros e servidores, no âmbito da Procuradoria-Geral;

VIII - expedir instruções e provimentos para os servidores da Procuradoria-Geral sobre o exercício das respectivas funções;

IX - assessorar o Prefeito em assuntos de natureza jurídica, elaborando pareceres e estudos ou propondo normas, medidas e diretrizes;

X - assistir o Prefeito no controle interno da legalidade dos atos da Administração;

XI - sugerir ao Prefeito medidas de caráter jurídico reclamadas pelo interesse público;

XII - fixar a interpretação das Constituições Federal e Estadual, da Lei Orgânica do Município e demais leis e atos normativos, a ser uniformemente seguida pelos órgãos e entidades da Administração Municipal;

XIII - garantir a correta aplicação das leis, prevenir e dirimir as controvérsias entre os órgãos jurídicos da Administração Municipal;

XIV - editar enunciados de súmula administrativa, resultantes de jurisprudência iterativa dos Tribunais;

XV - exercer orientação normativa e supervisão técnica quanto aos órgãos jurídicos das entidades da Administração Municipal;

XVI - referendar atos e decretos expedidos pelo Prefeito, relativos a matérias relacionadas à Procuradoria-Geral do Município;

XVII - requisitar das autoridades municipais competentes, certidões, informações e diligências necessárias ao desempenho de suas funções;

XVIII - propor ao Prefeito, as alterações a esta Lei Complementar.

Art. 6º O Procurador ou advogados do Município poderão:

I - realizar acordos ou transações, homologáveis em juízo, para terminar o litígio, nas causas de valor atualizado até 200 UFM (duzentas unidades fiscais municipais), de forma justificada e mediante parecer do Procurador Geral.

II - deixar de propor cobranças de créditos tributários ou não, em valor e condições fixadas por lei municipal (Lei Complementar n. 092/2013).

III - deixar de interpor, desistir de recursos judiciais ou requerer a extinção das ações em curso, quando a tese de defesa ou pretensão estiver em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior.

§ 1º Quando a causa envolver valores superiores ao limite fixado no inciso I do caput, o acordo ou a transação, sob pena de nulidade, dependerão de prévia e expressa autorização do Prefeito Municipal.

§ 2º O procurador e advogados do Município poderão concordar com pedido de desistência da ação, nas causas de quaisquer valores desde que o autor renuncie expressamente ao direito sobre que se funda a ação (art. 269, inciso V, do Código de Processo Civil) e responda pelas custas e honorários advocatícios eventualmente devidos.

Art. 7º O regime jurídico do Procurador do Município é estatutário, regido pelo disposto nesta Lei Complementar.

SEÇÃO II DO ASSESSOR JURÍDICO

Art. 8º O cargo de assessor jurídico, já criado pela Lei Complementar n. 023/2002, deve ser provido por profissional com inscrição na Ordem dos Advogados Brasil - OAB, no exercício dos seus direitos políticos e com no mínimo, três anos de atividade jurídica, sendo nomeado em comissão ou através de função gratificada, com direito a percepção de gratificação pela função desempenhada, na forma prevista pela Lei Complementar n. 023/2002 e suas alterações.

Art. 9º Compete ao assessor jurídico sem prejuízo de outras atribuições previstas em lei ou regulamento:

I - substituir o Procurador-Geral em seus impedimentos e ausências, bem como assessorá-lo diretamente em suas atribuições;

II - superintender a atuação judiciária e administrativa da Procuradoria-Geral, distribuindo, em consonância com orientação do Procurador-Geral, os feitos entre os advogados e supervisionando o respectivo acompanhamento;

III - coordenar as estratégias necessárias à gestão da cobrança da dívida ativa, propondo medidas e estabelecendo grupos de atuação para agilização das demandas judiciais;

IV - promover a uniformização de procedimentos e a cooperação

entre os diversos órgãos da Procuradoria-Geral;

V - propor ao Procurador-Geral medida que entenda necessária à melhoria dos serviços afetos à Procuradoria-Geral do Município;

VI - expedir, quando autorizado pelo Procurador-Geral, atos normativos do interesse da Procuradoria-Geral do Município;

VII - requisitar das autoridades municipais competentes, certidões, informações e diligências necessárias ao desempenho de suas funções;

VIII - exercer outras atribuições correlatas que lhe sejam determinadas pelo Procurador-Geral, desde que compatíveis com suas atribuições legais e necessárias para a defesa do interesse público.

IX - Exercer o assessoramento do PROCON quando designado.

Parágrafo Único - Nos casos de impedimentos legais e temporários, bem como ocasionais, o assessor jurídico será substituído, sucessivamente, pelos demais advogados, observada a antiguidade no cargo.

SEÇÃO III DO PROCON

Art. 10. O Programa Municipal de Proteção e Orientação ao Consumidor de Curitiba - PROCON, instituído pela Lei n. 3341/1999 é órgão vinculado à Procuradoria Geral do Município na forma prevista pela Lei Complementar n. 034/2005 e suas alterações.

Parágrafo Único: Os cargos, atribuições e demais disposições referentes ao PROCON permanecem previstas na Lei n. 3.341/99 e Lei Complementar n. 034/2005, com as alterações previstas nesta lei.

SEÇÃO IV DOS ADVOGADOS

Art. 11 - O ingresso no cargo de advogado do Município dar-se-á mediante nomeação, em caráter efetivo, de candidatos habilitados em concurso público, de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação, de acordo com o Anexo IX da Lei Complementar nº 023/2002, Lei Complementar n. 108/2013 e suas alterações posteriores.

§ 1º O concurso público deve ser realizado na hipótese em que a necessidade e serviço público o exigir, sempre observado o interesse da Administração, a existência de vaga e a critério do Procurador-Geral do Município.

§ 2º Quando da posse, o candidato deverá comprovar sua inscrição como advogado na Ordem dos Advogados do Brasil, na Seccional de Santa Catarina e um mínimo de 3 (três) anos de prática jurídica.

Art. 12 - Ficam asseguradas aos advogados do Município as vantagens e prerrogativas concedidas aos demais servidores públicos do Município.

CAPÍTULO III DOS DIREITOS, GARANTIAS, PRERROGATIVAS E DEVERES DO PROCURADOR DO MUNICÍPIO

SEÇÃO I DA REMUNERAÇÃO

Art. 13 - A remuneração dos cargos de Procurador do Município, Assessor Jurídico, Coordenador do Procon e advogados compreende vencimento e vantagens pecuniárias, tudo na forma prevista

por esta lei e seu Anexo I.

SEÇÃO II DA NOMEAÇÃO PARA CARGO EM COMISSÃO OU SUBSTITUIÇÃO TEMPORÁRIA

Art. 14 - Ao advogado do Município nomeado para cargo em comissão, quando não optar pelo vencimento do cargo correspondente, será concedida vantagem, a título de função gratificada prevista no artigo 12 da Lei Complementar n. 023/2002, calculada sobre o seu vencimento, que poderá ser incorporada, perdendo a vantagem com a exoneração do cargo comissionado.

Parágrafo Único : O mesmo direito caberá ao advogado do Município que houver sido designado interinamente para substituição temporária nas faltas, férias, licenças e impedimentos do procurador ou do assessor jurídico titular, proporcionalmente ao período em que se deu a substituição.

CAPÍTULO V DAS PRERROGATIVAS E GARANTIAS

Art. 15 - São prerrogativas e garantias do Procurador Geral do Município, assessor Jurídico e advogados:

I - não ser constrangido por qualquer modo ou forma a agir em desconformidade com a sua consciência ético-profissional;

II - requisitar auxílio e colaboração das autoridades públicas para o exercício de suas atribuições;

III - dispor de meios de informática, equipamentos, instalações, biblioteca e demais recursos necessários ao desempenho de suas atribuições;

IV - participar de cursos, seminários, aulas, palestras, simpósios, congressos e outros encontros científicos de cunho jurídico;

V - utilizar-se dos meios de comunicação e de veículos de transporte da administração municipal quando o interesse do serviço o exigir;

VI - requisitar das autoridades municipais competentes, certidões, informações e diligências necessárias ao desempenho de suas funções.

CAPÍTULO VI DOS DEVERES E IMPEDIMENTOS

SEÇÃO I DOS DEVERES

Art. 16 - São deveres do Procurador do Município, além daqueles previstos no regime jurídico dos servidores públicos municipais:

I - assiduidade;

II - urbanidade;

III - lealdade às instituições a que serve;

IV - obedecer às ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

V - desempenhar com zelo e presteza, dentro dos prazos, os serviços a seu cargo e os que, na forma da lei, lhes forem atribuídos pelo Procurador-Geral;

VI - observar sigilo profissional quanto à matéria dos procedimentos

em que atuar;

VII - zelar pelos bens confiados a sua guarda;

VIII - proceder com lealdade e espírito de solidariedade e cooperação para com os colegas de serviço;

IX - representar ao Procurador-Geral sobre irregularidades que afetem o bom desempenho de suas atribuições;

X - freqüentar seminários, cursos de treinamento, aperfeiçoamento e especialização profissional promovidos ou patrocinados pela administração municipal;

XI - apresentar relatórios periódicos de suas atividades ao Procurador-Geral ou demais órgãos de direção a que estiver vinculado;

XII - sugerir ao Procurador-Geral providências tendentes ao aperfeiçoamento dos serviços.

SEÇÃO II DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO

Art. 17 - Além das proibições decorrentes do exercício de cargo público e do Estatuto da Advocacia, aos membros da Procuradoria-Geral do Município é vedado:

I - empregar em qualquer expediente oficial expressão ou termos desrespeitosos;

II - valer-se da qualidade de advogado do Município para obter qualquer vantagem, para si ou para outrem;

III - demonstrar interesse pessoal quanto ao desfecho de determinada causa.

Art. 18. É defeso ao Procurador do Município exercer as suas funções em processo judicial ou administrativo nas hipóteses previstas na legislação processual e nas previstas na Lei Federal 8.906/94.

Art. 19 - O Procurador do Município dar-se-á por suspeito:

I - quando haja proferido parecer favorável à pretensão deduzida em juízo pela parte adversa;

II - nas hipóteses previstas na legislação processual.

Parágrafo Único - Nas situações de que trata este artigo, cumpre seja dada ciência ao superior hierárquico imediato, em expediente reservado, dos motivos da suspeição, objetivando a designação de substituto.

Art. 20 - Aplicam-se ao Procurador-Geral, ao assessor jurídico e aos advogados e demais titulares de órgãos de direção, as disposições sobre impedimentos, incompatibilidade e suspeição constantes deste Capítulo.

Parágrafo Único - Ocorrendo quaisquer das hipóteses do caput, o titular de órgão de direção dará ciência do fato ao seu substituto legal, para os devidos fins.

CAPÍTULO VII DOS AFASTAMENTOS E DAS SUBSTITUIÇÕES

Art. 21. Nos casos de licença, férias, impedimentos, suspensão ou afastamento do Procurador do Município ou dos advogados os processos em que funcione serão redistribuídos entre os demais advogados.

§ 1º A substituição, nos casos do caput, processar-se-á mediante designação feita pelo Procurador Geral.

§ 2º Na hipótese de impossibilidade de substituição através de advogado do Município que seria no mesmo órgão em que atue o substituído, caberá ao Procurador-Geral designar o substituto.

Art. 22. O advogado do Município que houver de se afastar do exercício do cargo ou função por qualquer motivo que imponha sua substituição, comunicará o fato ao Procurador-Geral com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou de força maior.

Art. 23. As atividades de consultoria e assessoramento jurídico das autarquias, fundações públicas, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades, controladas direta ou indiretamente pelo Município, ficam sujeitas à orientação normativa e supervisão técnica da Procuradoria-Geral do Município.

Parágrafo Único - Para evitar grave lesão à ordem, à segurança, à economia pública ou em matéria de relevante interesse jurídico para a Administração Pública Municipal, o Procurador-Geral do Município, a seu juízo, ou por determinação do Prefeito, poderá avocar processos e litígios judiciais das pessoas jurídicas a que se refere este artigo.

CAPÍTULO VII DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS

Art. 24. Nos processos judiciais em que o Município seja parte, os honorários incluídos na condenação, por sucumbência, serão recebidos pelo Tesouro Municipal em conta especialmente aberta para este fim e 90% deste valor serão rateados, em partes iguais, entre os advogados e o Procurador Geral do Município em exercício na data de seu recebimento.

§ 1º - A remuneração do Procurador e de cada advogado, considerado o seu vencimento padrão acrescido de honorários de sucumbência, deverão respeitar o teto remuneratório mensal a que alude o art. 37 XI da Constituição Federal e art. 117 da Lei Orgânica do Município.

§ 2º - Os valores referentes aos honorários por sucumbência a que se refere o caput do presente artigo serão recolhidos em conta própria do Tesouro Municipal, e na eventualidade de saldos ao final do exercício, permanecerão naquela conta para o exercício subsequente, assegurando-se-lhes a mesma destinação prevista nas disposições precedentes.

Art. 25 - A Secretaria de Administração e Finanças do Município informará ao Procurador-Geral, mensalmente, o montante dos honorários de sucumbência recebidos.

Art. 26 - A parcela de honorários de sucumbência, a que tiver direito cada Procurador, será incluída na folha de pagamento do mês subsequente ao de seu recebimento pelo Município.

Art. 27 - Os valores recebidos pelos advogados e pelo Procurador Geral, nos termos desta lei, não se incorporarão ao seu padrão de vencimentos, para qualquer efeito, não gerando, portanto, direitos futuros.

Art. 28. Em caso de parcelamento administrativo ou judicial de débitos em execução fiscal, o devedor assumirá o pagamento dos honorários de sucumbência no valor equivalente a 5% se outro não for determinado pelo juízo e efetuará o pagamento juntamente com a primeira parcela do débito original.

§ 1º. No caso do disposto neste artigo, a verba honorária poderá

ser parcelada em até 6 vezes, desde que o valor da parcela não seja inferior a 02 UFM.

§2º. Os pedidos de parcelamento administrativo deverão ser previamente analisados e autorizados pela Procuradoria Geral do município.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29 - Os casos omissos verificados nesta Lei Complementar poderão ser regulamentados por Decreto do Chefe do Poder Executivo, aplicando-se os dispositivos da Lei complementar n. 026/2002 no que não conflitar com a presente lei.

Art. 30- Esta Lei Complementar entrará em vigor a partir da data de sua publicação .

Curitibanos, 06 de novembro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei complementar aos seis dias do mês de novembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município,

ANEXO I

NOMINATA DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO
GRUPO: DIREÇÃO, ASSESSORAMENTO OU CHEFIA CÓDIGO: DAC

	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
01	Procurador Geral	DAC-1
01	Assessor Jurídico (CC/FG)	DAC-3
01	Coordenador Executivo do PROCON (CC/FG)	DAC-6

ANEXO II
GRUPOS OCUPACIONAIS, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL, FUNÇÕES, E NÍVEL DE VENCIMENTO
GRUPO I - ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - ANS.

Quantidade	Cargo	Código	Vencimentos
02	Advogado	1.1.02	R\$ 4.054,89

ANEXO III
GRUPO: DIREÇÃO, ASSESSORAMENTO OU CHEFIA - DAC

QUANTI-DADE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	SUBSÍDIO OU REMUNERAÇÃO
01	Procurador Geral do Município	DAC – 1	R\$ 6.195,78
01	Assessor Jurídico	DAC – 3	R\$ 5.068,61
01	Coordenador do PROCON	DAC – 6	R\$ 2.661,10

ANEXO IV
FUNÇÃO GRATIFICADA
CÓDIGO: FG

QUANTI-DADE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	Valor da Gratificação
01	Assessor Jurídico	FG – 03	R\$ 2.027,44
01	Coordenador do PROCON	FG – 07	R\$ 887,31

LEI Nº 5.315/2014

LEI Nº 5.315/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.149/2013 no montante de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), a saber:

ANULAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.362.0012.2055 MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO MEDIO
3190000000.00.000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 5.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0014.2047 MANUT. DO ENSINO INFANTIL - FUN-DEB 40%
3390000000.00.019 APLICAÇÕES DIRETAS ..R\$ 355.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 360.000,00

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.149/2013 no montante de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.1009 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - EN. FUND.
4490000000.00.019 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 15.000,00
4490000000.00.032 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 5.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0014.1010 OBRAS PARA O ENSINO INFANTIL
4490000000.00.019 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 315.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0014.1011 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - EN. INFANTIL
4490000000.00.019 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 25.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 360.000,00

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Educação anuladas no artigo 1º.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 06 de novembro de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos seis dias do mês de novembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima

Secretário de Educação e Cultura

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 583/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 583/2014

Contratado:LYSING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS ELETRICOS

CNPJ:14.694.138/0001-42

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 100/14 Numero do Processo: 100/14

Numero do Contrato ou aditivo: 583/2014

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 05/09/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:200.543,70

Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 584/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 584/2014

Contratado:TARCILA FERNANDA PACHECO MARTINS - ME

CNPJ:07.270.992/0001-16

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 100/14 Numero do Processo: 100/14

Numero do Contrato ou aditivo: 584/2014

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 05/09/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:1.970,00

Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 585/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 585/2014

Contratado:CLARO SA

CNPJ:40.432.544/001-47

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 310/13 Numero do Processo: 310/13

Numero do Contrato ou aditivo: 585/2014

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE MAIS R\$ 3.600,00 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE DETÉM AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAR O SERVIÇO MÓVEL PESSOAL, SMP, NO ESTADO DE SANTA CATARINA QUE POSSIBILITE O ATENDIMENTO DA CONTRATANTE EM TODAS AS LOCALIDADES ATENDIDAS PELA AUTORIZADA, EM SUA ÁREA DE PRESTAÇÃO, PARA USO EM LIGAÇÕES PARA TELEFONEX FIXOS E CELULARES DE QUALQUER OPERADORA, TENDO EM VISTA O SERVIÇO ESTIMATIVO.

Vigência: 08/09/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:3.600,00

Forma de Pagamento: MENSALMENTE APÓS PRESTAÇÃO SERVIÇO E NOTA FISCAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 586/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 586/2014

Contratado:BETHA SISTEMAS LTDA

CNPJ:00.456.865/0001-67

Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/COMPRAS E SERVIÇOS

Numero da Licitação: 69/11 Numero do Processo: 69/11

Numero do Contrato ou aditivo: 586/2014

Fundamento Legal:

Objeto: TERMO ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 78,00 TENDO EM VISTA O REAJUSTE DO ÍNDICE IGP-M NO PERCENTUAL DE 4,8848%, DO ALÍQ. SIST.FLY TRANSPARENCIA, PELO PERÍODO DE 4 MESES.

Vigência: 09/09/2014 a 04 /01/2015

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:78,00
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 587/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 587/2014

Contratado:F. VACHELESKI E CIA LTDA
CNPJ:93.338.031/0001-42
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 20/14 Numero do Processo: 20/14
Numero do Contrato ou aditivo: 587/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS, PROTETORES, CÂMARAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM, VULCANIZAÇÃO, CÂMBIO, CONSERVATO DE PNEUS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS, DA SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E VICINAIS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2ºBBM DE CURITIBANOS, POLÍCIA CIVIL E POLÍCIA MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 09/09/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:2.013,00
Forma de Pagamento: CONFORME PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 588/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 588/2014

Contratado:CENTRAL GASES SA
CNPJ:82.837.097/0001-56
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 221/14 Numero do Processo: 221/14
Numero do Contrato ou aditivo: 588/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL PARA USO NOS ATENDIMENTOS PRÉ-HOSPITALARES REALIZADOS PELO 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 09/09/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:1.575,00
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 589/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 589/2014

Contratado:SORDI PEÇAS E SERVIÇOS DIESEL LTDA
CNPJ:83.039.115/0001-17
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 223/14 Numero do Processo: 223/14
Numero do Contrato ou aditivo: 589/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA CONSERVATO DO VEÍCULO FORD CARGO MBU 9826 DE USO NAS ESTRADAS VICINAIS, DO SETOR DE TRANSPORTE E OBRAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, E ANEXO DESTE EDITAL.

Vigência: 10/09/2014 a 10 /11/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:3.872,84
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 590/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 590/2014

Contratado:POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA
CNPJ:14.292.313/0001-75
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 180/14 Numero do Processo: 180/14
Numero do Contrato ou aditivo: 590/2014
Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DESTINADOS A ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E IMPRENSA, 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 10/09/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:174,00
Forma de Pagamento: CONFORME PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NF

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 275/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 275/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE COLCHÕES PARA USO NO SERVIÇO DE AQUELAMENTO DE 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR/ CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 27/11/2014, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a Rua Coronel Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 27/11/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitação e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 10 de Novembro de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 274/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 274/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRONICOS E INFORMÁTICA PARA USO DA POLICIA MILITAR CONFORME ANEXO I NESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 26/11/2014, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 26/11/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas classificadas no Setor de Licitações e Contratos, e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

Curitiba, 10 de Novembro de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 591/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 591/2014

Contratado: NET DONIL-INFORMATICA E MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA

CNPJ: 10.349.258/0001-51

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 224/14 Número do Processo: 224/14

Número do Contrato ou aditivo: 591/2014

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO COMPUTADOR E COMPONENTES PARA USO NA UNIDADE MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 10/09/2014 a 10 /11/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 2.475,00

Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 593/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 593/2014

Contratado: LB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME

CNPJ: 04.492.725/0001-03

Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/OBRAS E SERV. ENGENHARIA

Número da Licitação: 12/14 Número do Processo: 12/14

Número do Contrato ou aditivo: 593/2014

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE MAIS TRINTA DIAS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE (CBUQ) DA RUA PAULO DE ASSIS MENDES, TIPO PAVIMENTAÇÃO, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Vigência: 11/09/2014 a 11 /10/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 0,00

Forma de Pagamento:

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 594/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 594/2014

Contratado: CHAPEMAQUINAS COMERCIO E SERVIÇO LTDA
CNPJ: 07.869.457/0001-86
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/COMPRAS E SERVIÇOS
Número da Licitação: 238/14 Número do Processo: 238/14
Número do Contrato ou aditivo: 594/2014
Fundamento Legal:

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA A MANUTENÇÃO DA RETROESCAVADEIRA LB 110 EM USO NA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE TENDO EM VISTA QUE NÃO OUVES PARTICIPANTES NO PREGÃO PRESENCIAL Nº 225/2014, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO V DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Vigência: 11/09/2014 a 11 /11/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 280,00
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 595/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 595/2014

Contratado: INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP
CNPJ: 04.586.694/0001-41
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 301/13 Número do Processo: 301/13
Número do Contrato ou aditivo: 595/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER E SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 11/09/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 76,50
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 597/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 597/2014

Contratado: CASA GLOBAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP
CNPJ: 08.273.827/0001-80
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 145/14 Número do Processo: 145/14
Número do Contrato ou aditivo: 597/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL PARA A CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS ATRAVÉS DO PROGRAMA REFORMA CIDADÃ E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 12/09/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 1.566,00
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 598/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 598/2014

Contratado: COMERCIAL CATARINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA M
CNPJ: 16.715.347/0001-23
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 226/14 Número do Processo: 266/14
Número do Contrato ou aditivo: 598/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE VASSOURAS PARA USO NO SETOR DE LIMPEZA PÚBLICA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 12/09/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 1.079,70
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 599/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 599/2014

Contratado: COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OB
CNPJ: 16.715.347/0001-23
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 226/14 Número do Processo: 266/14
Número do Contrato ou aditivo: 599/2014
Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ DIA 12/10/2014 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL NO BAIRRO GETULIO VARGAS, CONFORME MEMORANDO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Vigência: 12/09/2014 a 12 /10/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 0,00

Forma de Pagamento:

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 600/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 600/2014

Contratado: AUTO POSTO CIDADE DE CURITIBANOS LTDA
CNPJ: 03.268.180/0001-85
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 52/14 Número do Processo: 52/14
Número do Contrato ou aditivo: 600/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ABRIL A DEZEMBRO 2014, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 15/09/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 24,710,00

Forma de Pagamento: CONFORME ABASTECIMENTO E APRESENTAÇÃO NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 601/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 601/2014

Contratado: DALLASIL FABRI. DE ESQUARIAS METALICAS LTDA EPP
CNPJ: 02.402.629/0001-93
Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/OBRAS E SERV. ENGENHARIA
Número da Licitação: 270/13 Número do Processo: 270/13
Número do Contrato ou aditivo: 601/2014
Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 6.631,60, REFERENTE A CONSTRUÇÃO DE PÓRTICOS METÁLICOS DO TIPO TRELICAS E PILARES EM ESTRUTURA METÁLICA, E FLOREIRAS E BANCOS DO TIPO CONCRETO ARMADO, TIJOLOS MACIÇOS E MADEIRA NA AVENIDA SALOMÃO CARNEIRO DE ALMEIDA, CONFORME MEMORANDO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Vigência: 15/09/2014 a 18 /09/2015

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 6.631,60

Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 602/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 602/2014

Contratado: CHAPEMAQUINAS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 07.869.457/0001-86
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 228/14 Número do Processo: 228/14
Número do Contrato ou aditivo: 602/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GUARNIÇÃO, VIDRO E MAO DE OBRA PARA CONserto DA MOTONIVELADORA GD 555/3 DE USO DAS ESTRADAS VICINAIS, ANEXO I DESTE EDITAL E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Vigência: 17/09/2014 a 17 /09/2015

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 1.490,00

Forma de Pagamento: CONFORME ENTREFA E APRESENTAÇÃO NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 603/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 603/2014

Contratado: NETDONIL INFORMATICA E MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME
CNPJ:10.349.258/0001-51
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 230/14 Numero do Processo: 230/14
Numero do Contrato ou aditivo: 603/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, PARA USO DA POLICIA MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME ENEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 18/09/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:1.905,00
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 604/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 604/2014

Contratado: DALLASIL FABRI. DE ESQUADRIAS METALICAS LTDA EPP
CNPJ:02.402.629/0001-93
Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/OBRAS E SERV. ENGENHARIA
Numero da Licitação: 270/13 Numero do Processo: 270/13
Numero do Contrato ou aditivo: 604/2014
Fundamento Legal:

Objeto:ADITIVO DE PRAZO, PERIODO DE 18/09/2014 A 10/10/2014, REFERENTE A CONSTRUÇÃO DE PÓRTICOS METÁLICOS DO TIPO TRELIÇAS E PILARES EM ESTRUTURA METÁLICA E FLOREIRAS E BANCOS DO TIPO CONCRETO ARMADO, TIJOLOS MACIÇOS E MADEIRA, NA AVENIDA SALOMÃO CARNEIRO DE ALMEIDA, CONFORME MEMORANDO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Vigência: 18/09/2014 a 10 /10/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:0,00
Forma de Pagamento:

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 605/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 605/2014

Contratado: CONSTRUTORA MACIEL LTDA
CNPJ:05.533.384/0001-21
Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/OBRAS E SERV. ENGENHARIA
Numero da Licitação: 270/13 Numero do Processo: 270/13
Numero do Contrato ou aditivo: 604/2014
Fundamento Legal:

Objeto:ADITIVO DE PRAZO, PERIODO DE 18/09/2014 A 10/10/2014, REFERENTE A CONSTRUÇÃO DE PÓRTICOS METÁLICOS DO TIPO TRELIÇAS E PILARES EM ESTRUTURA METÁLICA E FLOREIRAS E BANCOS DO TIPO CONCRETO ARMADO, TIJOLOS MACIÇOS E MADEIRA, NA AVENIDA SALOMÃO CARNEIRO DE ALMEIDA, CONFORME MEMORANDO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Vigência: 18/09/2014 a 10 /10/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:0,00
Forma de Pagamento:

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 606/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 606/2014

Contratado: DISMACENTER IND E COM. DE MOVEIS LTDA EPP
CNPJ:07.698.920/0001-74
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 234/14 Numero do Processo: 234/14
Numero do Contrato ou aditivo: 606/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE ARMÁRIOS SOB MEDIDA PARA USO NOS DEPARTAMENTOS PESSOAL, DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E ASSESORIA JURIDICA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 22/09/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:4.700,00
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 607/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 607/2014

Contratado: POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA ME
CNPJ:14.292.3113/0001-75
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 180/14 Numero do Processo: 180/14
Numero do Contrato ou aditivo: 607/2014
Fundamento Legal:

Objeto:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRAFICOS DESTINADOS A ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E IMPRENSA, 2ºBATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 22/09/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:130,50
Forma de Pagamento: CONFORME PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 608/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 608/2014

Contratado: INDUSTRIALÇ MOAGEIRA LTDA -CAÇADOR
CNPJ:93.054.924/0001-06
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 2/14 Numero do Processo: 2/14
Numero do Contrato ou aditivo: 608/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 23/09/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:1.485,00
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 609/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 609/2014

Contratado: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ:05.919.156/0001-94
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 292/14 Numero do Processo: 292/14
Numero do Contrato ou aditivo: 609/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS, ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, ESPORTES, EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL. PLANEJAMENTO, PARA POLICIA MILITAR E PARA PROGRAMAS: CRAS, ABRIGO TEMPORARIO, CASA DE PROTEÇÃO, PARA DEPARTAMENTOS: HORTO FLORESTAL, CEMITÉRIO, LIMPEZA PÚBLICA, AEROPORTO, TERMINAL URBANO, PRAÇA CENTENARIO,RODOVIARIA, CADASTRO ÚNICO.

Vigência: 24/09/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:18,55
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 610/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 610/2014

Contratado: MECANICA ATLAS LTDA
CNPJ:85.547.601/0001-34
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/COMPRAS E SERVIÇOS
Numero da Licitação: 243/14 Numero do Processo: 243/14
Numero do Contrato ou aditivo: 610/2014
Fundamento Legal:

Objeto:DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO VIATURA MARCA MERCEDES BENZ, MODELO ATEGO 1726, PLACAS MLW 7565 EM USO NO 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE CURITIBANOS, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XVII DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Vigência: 24/09/2014 a 24 /11/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:23.584,64
Forma de Pagamento: CONFORME PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E NOTA FISCAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 611/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 611/2014

Contratado: CASA GLOBAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP
CNPJ:08.273.872/0001-80
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 56/14 Numero do Processo: 56/14
Numero do Contrato ou aditivo: 611/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS, ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, ESPORTES, EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL. PLANEJAMENTO, PARA POLICIA MILITAR E PARA PROGRAMAS: CRAS, ABRIGO TEMPORARIO, CASA DE PROTEÇÃO, PARA DEPARTAMENTOS: HORTO FLORESTAL, CEMITÉRIO, LIMPEZA PÚBLICA, AEROPORTO, TERMINAL URBANO, PRAÇA CENTENARIO,RODOVIARIA, CADASTRO ÚNICO.

Vigência: 26/09/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:117,45

Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 612/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 612/2014

Contratado: SOUZA SELL COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME
CNPJ:15.312.500/0001-36
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 56/14 Numero do Processo: 56/14
Numero do Contrato ou aditivo: 612/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E HIDRÁULICOS, PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E VICINAIS, ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE SAUDE, HABITAÇÃO, ASSISTENCIA SOCIAL, POLICIA CIVIL, POLICIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS E CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS ATRAVÉS DO PROGRAMA REFORMA CIDADÃ, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 26/09/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:64,98

Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 613/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 613/2014

Contratado: SERMEDICAL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA-ME
CNPJ:93.726.446/0001-89
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 181/14 Numero do Processo: 181/14
Numero do Contrato ou aditivo: 613/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS OPERACIONAIS PARA UTILIZAÇÃO NOS ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO QUARTO DO 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR EM CURITIBANOS, PARA O ANO DE 2014.

Vigência: 29/09/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:17.755,00

Forma de Pagamento:À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 614/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 614/2014

Contratado: SOSSUL RESGATE COM. E SERV. DE SEGURANÇA E SINALI.
CNPJ:03.928.511/0001-66
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 181/14 Numero do Processo: 181/14
Numero do Contrato ou aditivo: 614/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS OPERACIONAIS PARA UTILIZAÇÃO NOS ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO QUARTEL DO 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR EM CURITIBANOS, PARA O ANO DE 2014

Vigência: 29/09/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:42,793,00

Forma de Pagamento:À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 615/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 615/2014

Contratado: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA-ME
CNPJ:10.314.036/0001-01
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 294/13 Número do Processo: 294/13
Número do Contrato ou aditivo: 615/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SEC. TRANSPORTE E OBRAS, SEC. DE PLANEJAMENTO, SEC. AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SEC. DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SEC. DE TRANSPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 29/09/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor:880,00
Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 616/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 616/2014

Contratado: DINÂMICA COM. DE SUP. P/INFORMÁTICA ESCR. LTDA ME.
CNPJ:07.072.908/0001-50
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 292/2013 Número do Processo: 292/2013
Número do Contrato ou aditivo: 616/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS; ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, MEIO AMBIENTE ESPORTES, EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL, PLANEJAMENTO, PARA POLÍCIA MILITAR E PARA PROGRAMAS; CREAS, ABRIGO TEMPORÁRIO, CASA DE PROTEÇÃO, PARA DEPARTAMENTOS; HORTO FLORESTAL, COMITÉRIO, LIMPEZA PÚBLICA, AEROPORTO, TERMINAL, URBANO, PRAÇA CENTENÁRIO, RODOVIÁRIA, CADASTRO ÚNICO.

Vigência: 30/09/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor:74,50
Forma de Pagamento:À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 617/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 617/2014

Contratado: CELSO FOSSATI
CNPJ:310.098.599-00
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/COMPRAS E SERVIÇOS.
Número da Licitação: 0/0 Número do Processo: 0/0
Número do Contrato ou aditivo: 617/2014
Fundamento Legal:

Objeto:PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA COMPOSIÇÃO DE LAUDO DE AVALIAÇÃO DE ÁREA URBANA REFERENTE A PRAÇA JOSEFINA AMORIM Nº1.

Vigência: 30/09/2014 a 30 /11/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor:2.500,00
Forma de Pagamento:À VISTA

Dionísio Cerqueira**PREFEITURA****CONTRATOS 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 007/2014.

Contratante: Prefeitura de Dionísio Cerqueira SC

Contratado: SBA Abastecedora e Fretes Rodoviários Ltda.

Objeto: Fornecimento de combustíveis para uso nos veículos, caminhões, ônibus e máquinas da Frota Municipal. -- Por esse instrumento aditava-se a correção dos valores devido ao aumento concedido pelo governo Federal. Origem: Pregão 001/2014 PMDC vigência: 10/11/14 à 31/12/2014 Dionísio Cerqueira 10/11/2014.

Flávio Berté - Prefeito Municipal em Exercício

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 001/2014.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: SBA Abastecedora e Fretes Rodoviários Ltda.

Objeto: Fornecimento de combustíveis para uso nos veículos, do Fundo Municipal de Saúde. -- Por esse instrumento aditava-se a correção dos valores devido ao aumento concedido pelo governo Federal. Origem: Pregão 001/2014 FMS vigência: 10/11/14 à 31/12/2014 Dionísio Cerqueira 10/11/2014.

João Stahl - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 083/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal.

Contratado: Davi Casagrande -ME

Objeto: Contratação de empresa para realização de obra de reforma e melhorias com fornecimento de materiais no Quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Dionísio Cerqueira= - Origem: CV 101/2014 PMDC - Aditivo de prazo - vigência: 11/11/14 à 28/11/2014.

Dionísio Cerqueira 10/11/2014

Flávio Berté

Prefeito Municipal em Exercício

Ermo**PREFEITURA****DECRETO N.º 086, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.**

DECRETO N.º 086, de 04 de novembro de 2014.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 333/13, de 26/11/2013 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência e Previdência de Ermo no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a saber:

10.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA

10.302.0040.2.052- Manutenção do Fundo de Assistência

3.3.90.00.00.00.00.0080 (1) - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 0080 (recursos próprios).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC,
em 04 de novembro de 2014.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

Forquilha

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 90/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 90/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 179/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - COONAFOR - COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE FORQUILHINHA

DO OBJETO - Aquisição de gêneros alimentícios, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino, de FORQUILHINHA/SC;

DO VALOR - Fica acrescido no objeto do contrato nº. 179/PMF/2014 o valor de R\$ 663,50 (Seiscentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, relativo aos seguintes itens:

Item	Quant.	Unid	Especificação	Preço Unit.	Preço Total
1	130	Pés	Alface	1,35	R\$ 175,50
4	220	Kg	Batata Inglesa	2,00	R\$ 440,00
7	30	Maço	Brocolis	1,60	R\$ 48,00
Total: 663,50					

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 20 de outubro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 82/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 82/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 169/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA

DO OBJETO - Aquisição de gêneros alimentícios, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino, de FORQUILHINHA/SC;

DO VALOR - Fica acrescido no objeto do contrato nº. 169/PMF/2014 o valor de R\$ 11.473,75 (onze mil quatrocentos e setenta e três reais e setenta e cinco centavos) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, relativo ao seguinte item:

Item	Quant.	Unid	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
09	37	Kg	Café	VillaRica	R\$ 13,20	R\$ 488,40
10	237	Kg	Carne bovina em iscas	Pavei	R\$ 19,30	R\$ 4.574,10
11	237	Kg	Carne bovina moída	Pavei	R\$ 11,25	R\$ 2.666,25

14	250	Kg	Coxa e sobre-coxa de frango	Canção	R\$ 6,25	R\$ 1.562,50
20	30	Kg	Farinha de mandioca	Mandim	R\$ 2,85	R\$ 85,50
36	300	Kg	Peito de frango	Canção	R\$ 6,99	R\$ 2.097,00

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 30 de setembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 88/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 88/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 169/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA

DO OBJETO - Aquisição de gêneros alimentícios, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino, de FORQUILHINHA/SC;

DO VALOR - Fica acrescido no objeto do contrato nº. 169/PMF/2014 o valor de R\$ 1.125,00 (Hum mil cento e vinte cinco reais) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, relativo ao seguinte item:

Item	Quant.	Unid	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
04	500	Lt	Bebida Láctea	VillaRica	R\$ 2,25	R\$ 1.125,00

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 20 de outubro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 216/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 216/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA

OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de gêneros alimentícios, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino, de FORQUILHINHA/SC.

VALOR - R\$ 35.079,60 (trinta e cinco mil setenta e nove reais e sessenta centavos).

VIGÊNCIA - 28/02/2015.

DOTAÇÃO - 0501.2014.3390 (65), (66).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 189/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 27 de outubro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO AUTO DE MULTA E TAXA DE ROÇADA 2014. 49/2014 08/2014

PUBLICAÇÃO AUTO DE MULTA E TAXA DE ROÇADA 2014.

A Secretaria de Administração e Finanças do Município de Forquilha-SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 142 do Código Tributário Nacional, pelo presente, NOTIFICA a contribuinte abaixo relacionada, que encontra-se em local incerto e não sabido ou que recusou o recebimento do lançamento da Taxa de Roçada e do Auto de Multa.

CONTRIBUINTE	CADASTRO	Nº NOTIFICAÇÃO/ANO	Nº DO AUTO DE MULTA/ANO	VALOR TAXA DE ROÇADA (R\$)	VALOR DO AUTO DE MULTA (R\$)	DATA DE VENCIMENTO
ROSEMERI DE FATIMA PAIANO	3157	49/2014	08/2014	40,35	236,00	10/12/2014

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretario de Administração e Finanças

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA 2014

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

DISCUSSÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA/SC, Sr. Vanderlei Alexandre, nos termos da Lei Orgânica do Município, TORNA PÚBLICO, que será realizada audiência pública, no dia 18 de novembro de 2014, terça-feira, às 10:00 horas, no AUDITÓRIO ALFREDO MICHELS/ESPAÇO CIDADÃO, localizado na Avenida 25 de julho, nº 2736, Centro, Forquilha/SC, para discussão do PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.

Forquilha/SC, 11 de novembro de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 34/PMF/2014-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 194/PMF/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 34/PMF/2014
(Referente Pregão Presencial nº. 194/PMF/2014)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. VALE SUL CONFECÇÕES LTDA, CNPJ/MF nº 11.387.914/0001-73 estabelecida na Estrada da Madeira, em Rio do Sul, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Dariane da Luz Paixão Stédile, CI 5.781.853, CPF 830.475.490-87;
2. NAXOS CONFECÇÃO E COMERCIO LTDA ME, CNPJ/MF nº 10.996.580/0001-72 estabelecida na Rua Prefeito Leopoldo Schramm, em Gaspar, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Jean Carlos Grimm, CI 4.253.670-7, CPF 052.620.029-43;

Doravante denominada DETENTORAS DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 194/PMF/2014, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira - Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de uniformes para os alunos da rede municipal de ensino por meio da Secretaria de Educação do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda - Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira - Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

- 1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.
- 1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.
- 1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.
- 1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 20 (vinte) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta - Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta - Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar,

necessariamente o número, a data de assinatura deste contrato e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta - Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima - Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava - Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou

fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprezada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente

demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira - Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 194/PMF/2014, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Vigésima

Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 03 de novembro de 2014.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

VALE SUL CONFECÇÕES LTDA

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Daniane da Luz Paixão Stédile

CPF: 830.475.490-87;

NAXOS CONFECÇÃO E COMERCIO LTDA ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Jean Carlos Grimm

CPF: 052.620.029-43;

PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2014 - PMF - ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 15/2014

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 87/2014 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 15/2014 - PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA para utilização em diversas secretarias e fundos no do Município de Forquilha/SC, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 09/05/2015.

3ª Publicação.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 34/PMF/2014-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 194/PMF/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2014

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 34/2014		Data do Registro: 03/11/2014		Válido até: 03/11/2015			
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de uniformes para os alunos da rede municipal de ensino por meio da Secretaria de Educação do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	CALÇAS FEMININA	UN	VALE SUL CONFECÇÕES LTDA (12290)	VALE SUL	0	10,2800	1
			NAXOS CONFECÇÃO E COMERCIO LTDA ME (12293)	NAXOS	0	10,3000	2
			L.B. DE CAMPOS CONFECÇÕES EPP (12288)	SERIART	0	10,3300	3
			HEBROM DIST. E CONFECÇÕES LTDA (12289)	HEBROM	0	10,3500	4
2	CALÇAS MASCULINA	UN	VALE SUL CONFECÇÕES LTDA (12290)	VALE SUL	0	12,1500	1
			L.B. DE CAMPOS CONFECÇÕES EPP (12288)	SERIART	0	12,1600	2
			HEBROM DIST. E CONFECÇÕES LTDA (12289)	HEBROM	0	12,1800	3
3	CAMISETAS	UN	VALE SUL CONFECÇÕES LTDA (12290)	VALE SUL	0	6,0500	1
			NAXOS CONFECÇÃO E COMERCIO LTDA ME (12293)	NAXOS	0	6,1000	2
			L.B. DE CAMPOS CONFECÇÕES EPP (12288)	SERIART	0	6,1700	3
			HEBROM DIST. E CONFECÇÕES LTDA (12289)	HEBROM	0	6,1900	4
4	MOLETON ABERTO	UN	NAXOS CONFECÇÃO E COMERCIO LTDA ME (12293)	NAXOS	0	22,5000	1
			L.B. DE CAMPOS CONFECÇÕES EPP (12288)	SERIART	0	23,1400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2014

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 34/2014							Data do Registro: 03/11/2014		Válido até: 03/11/2015		
Objeto da Compra:							O presente Edital tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de uniformes para os alunos da rede municipal de ensino por meio da Secretaria de Educação do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.				
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
					HEBROM DIST. E CONFECCOES LTDA (12289)	HEBROM	0	23,1500	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2014

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 34/2014		Data do Registro: 03/11/2014		Válido até: 03/11/2015			
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de uniformes para os alunos da rede municipal de ensino por meio da Secretaria de Educação do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2014
PROCESSO Nº 194/2014

- (12288) - L.B. DE CAMPOS CONFECÇÕES EPP
- (12289) - HEBROM DIST. E CONFECÇÕES LTDA
- (12290) - VALE SUL CONFECÇÕES LTDA
- (12293) - NAXOS CONFECÇÃO E COMERCIO LTDA ME

Forquilha, 3 de Novembro de 2014.

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL 0028_2014-SF

Aviso do Pregão Presencial nº 0028/2014 - SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de uma Bomba dosadora, para uso na Estação de Tratamento de Água - ETA. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 14:15 horas do dia 24.11.2014. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 11 de novembro de 2014.

Eloi Regalin

Presidente da SANEFRAI

EXTRATO DE CONTRATO Nº CT14PMF158

Extrato do Contrato nº CT14PMF158

Município de Fraiburgo - SC

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: ATIAIA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. Objeto: Contratação de empresa do ramo para o fornecimento de piso vinílico, rodapés, standart de alumínio, serviços de correção do piso existente e colocação do piso novo, na sede da Secretaria de Educação do Município. Valor total do contrato: R\$ 20.031,96 (vinte mil, trinta e um reais e noventa e seis centavos). Data do Contrato: 06.11.2014. Prazo de Vigência do Contrato: 06.11.2014 a 31.12.2014. Processo Administrativo Licitatório: nº 0199/2014 - PMF. Modalidade: Pregão Presencial nº 0132/2014. Recursos: 9.314 - Recursos do Convênio TR 1341 (Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Videira) Processo SDR 09 1438/2014; e de contrapartida Recursos Próprios da Secretaria de Educação-1.300.

Fraiburgo (SC), 11 de novembro de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

REC.FEDERAIS 12.11.2014B

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
10/11/2014	Ministério da Saúde	MAC	95.000,05
11/11/2014	Ministério da Saúde	CAPS	28.305,00
11/11/2014	Ministério da Saúde	MAC	7.500,00
11/11/2014	Ministério da Saúde	PAB	75.391,33

Secretaria de Finanças

DECRETO Nº 0293-2014

DECRETO Nº 029, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2257, de 24 de Setembro de 2014.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2014 no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

10.00 – Secretaria de infraestrutura		
10.02 – Segurança Pública		
06.181.0019.2.043 – Manutenção da Segurança Pública		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0202 (152)	R\$	10.000,00
Total	R\$	10.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

10.00 – Secretaria de infraestrutura		
10.02 – Segurança Pública		
06.181.0019.2.043 – Manutenção da Segurança Pública		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0204 (159)	R\$	10.000,00
Total	R\$	10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 20212014

PORTARIA Nº 2.021, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010; e alterações posteriores; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010; e em conformidade com a comunicação interna nº 112/2014 da Secretaria de Administração e Planejamento;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora NATHIARA BORGES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 803.236.692-04, nomeada no cargo de provimento efetivo de PUBLICITÁRIO, para exercer suas atividades profissionais junto a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a partir de 12/11/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de novembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 20222014

PORTARIA Nº 2.022, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.
Concede Licença Sem Remuneração a Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 87 da Lei Complementar nº 0109, de 03 de Março de 2010; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 5.314, de 05 de novembro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora DULCENEI PAVARIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 434.461.919-68, nomeada no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SAÚDE SÊNIOR, com carga horária de 40 horas semanais, licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares, no período de 01 de dezembro de 2014 até 30 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fraiburgo, 11 de novembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

AUTUAÇÃO I

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 324 1632/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABM0314	55023388E	6599/2	31/07/2014	230 * V
LWU2391	55023392E	6599/2	08/08/2014	230 * V
LWU2391	55023394E	5045/0	08/08/2014	162 * V
LZK8168	55023809E	5010/0	27/08/2014	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014

JHON ENDY LAMB

DELEGADO DE POLÍCIA

AUTUAÇÃO II

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 324 1635/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BQT1626	55023611E	6610/2	11/08/2014	230 * VII
IGG5106	55023654E	5010/0	11/08/2014	162 * I
IGG5106	55023655E	5118/0	11/08/2014	164 c/c 162 * I
LXC5004	55023188E	5169/1	11/09/2014	165
LXC5004	55023189E	5177/0	11/09/2014	166
LXC5004	55023190E	5304/0	11/09/2014	176 * III
LXU3303	55024051E	6637/1	20/08/2014	230 * IX
LYN8959	55024063E	5169/1	06/09/2014	165
LZN4565	55023578E	5010/0	15/08/2014	162 * I
LZN4565	55023579E	6599/2	15/08/2014	230 * V
LZN4565	55023580E	5118/0	15/08/2014	164 c/c 162 * I
MAG6166	55351095D	6610/2	17/08/2014	230 * VII
MBP2516	55023855E	5045/0	04/09/2014	162 * V
MBP2516	55023856E	5096/0	04/09/2014	163 c/c 162 * V
MDA1231	55023701E	5045/0	08/09/2014	162 * V
MDA1231	55023702E	6653/2	08/09/2014	230 * XI
MDA1231	55023703E	6912/0	08/09/2014	232
MDO5229	55023633E	5010/0	11/09/2014	162 * I
MDO5229	55023634E	5118/0	11/09/2014	164 c/c 162 * I
MER6910	55022896E	6599/2	26/09/2014	230 * V
MER6910	55022898E	5010/0	26/09/2014	162 * I
MER6910	55022899E	5118/0	26/09/2014	164 c/c 162 * I
MER6910	55022900E	6580/0	26/09/2014	230 * IV
MET0357	55023951E	5010/0	14/08/2014	162 * I
MFW0798	55351091D	6602/0	15/08/2014	230 * VI
MFW0798	55351092D	6653/2	15/08/2014	230 * XI

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFW0798	55351093D	6726/1	15/08/2014	230 * XVIII
MHX5090	55023660E	6653/2	15/08/2014	230 * XI
MHX5943	55024067E	5010/0	21/09/2014	162 * I
MHX5943	55024068E	5118/0	21/09/2014	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014

JHON ENDY LAMB

DELEGADO DE POLICIA

AUTUAÇÃO III

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 324 1638/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABR3076	55024061E	6599/2	05/09/2014	230 * V
ABR3076	55024062E	5010/0	05/09/2014	162 * I
GMZ2651	55351098D	6653/2	23/08/2014	230 * XI
IML9990	55351086D	6599/2	11/08/2014	230 * V
LYC9081	55023851E	5010/0	22/08/2014	162 * I
LYC9081	55023852E	5118/0	22/08/2014	164 c/c 162 * I
MFB5071	55023472E	5118/0	30/08/2014	164 c/c 162 * I
MFB5071	55023629E	5010/0	30/08/2014	162 * I
MMD2843	55023624E	5177/0	27/08/2014	166
MMD2843	55023626E	5010/0	27/08/2014	162 * I
MMD2843	55023627E	5169/1	27/08/2014	165
MMD2843	55023628E	5061/0	27/08/2014	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014

JHON ENDY LAMB
DELEGADO DE POLÍCIA

AUTUAÇÃO IV

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 324 1640/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AOE7350	55023630E	6912/0	31/08/2014	232
LXU1747	55022586E	5045/0	29/09/2014	162 * V
MAN3815	55023774E	6599/2	02/09/2014	230 * V
MF19942	55023705E	5169/1	28/09/2014	165
MFM5179	55023866E	5045/0	27/09/2014	162 * V
MFM5179	55023867E	5169/1	27/09/2014	165
MFM5179	55023868E	5142/0	27/09/2014	164 c/c 162 * V
MFM5179	55023869E	5177/0	27/09/2014	166
MGG9100	55023675E	5274/1	29/08/2014	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014

JHON ENDY LAMB

DELEGADO DE POLÍCIA

PENALIDADEAE I

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1634/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACO4662	55023045E	6912/0	02/06/2014	R\$ 53,20	232
ADY3473	55022548E	6599/2	07/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
ADY3473	55022549E	5045/0	07/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
ADY3473	55022550E	5169/1	07/06/2014	R\$ 1.915,38	165
ADY3473	55023114E	5142/0	07/06/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
ADY3473	55023115E	5177/0	07/06/2014	R\$ 191,53	166
AIK5134	54685800E	6920/0	05/06/2014	R\$ 127,69	233
AQD0652	54685797E	6920/0	02/06/2014	R\$ 127,69	233
BYB0958	55023376E	5142/0	12/07/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
BYB0958	55023553E	5045/0	12/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
BYB0958	55023554E	6912/0	12/07/2014	R\$ 53,20	232
LXQ2668	55023326E	6599/2	13/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXQ2668	55023327E	5010/0	13/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
LXQ2668	55023328E	5118/0	13/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXQ2668	55023329E	6726/1	13/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LZA1743	55023234E	5010/0	21/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
LZA1743	55023235E	6599/2	21/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZA1743	55023236E	5118/0	21/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZA1743	55023237E	6637/1	21/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LZA1743	55023288E	5177/0	21/06/2014	R\$ 191,53	166
LZA1743	55023289E	6726/1	21/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LZA1743	55023290E	5169/1	21/06/2014	R\$ 1.915,38	165
MAU6292	55023044E	6912/0	02/06/2014	R\$ 53,20	232
MCL3033	55023358E	5118/0	01/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCL3033	55023359E	5010/0	01/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCM3434	55023508E	6599/2	13/07/2014	R\$ 191,53	230 * V

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCP1206	54685808E	6920/0	13/06/2014	R\$ 127,69	233
MDR9580	55023417E	6726/1	05/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MHD2280	55023513E	5045/0	20/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MHD2280	55023514E	5096/0	20/07/2014	R\$ 191,53	163 c/c 162 * V
MIJ2316	55023040E	6610/2	02/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014

JHON ENDY LAMB

DELEGADO DE POLICIA

PENALIDADE II

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1637/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZF3454	55022540E	5142/0	23/05/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
LZF3454	55023109E	5045/0	23/05/2014	R\$ 191,53	162 * V
MAS2757	55023165E	6599/2	09/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAS2757	55023166E	5010/0	09/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAS2757	55023167E	5118/0	09/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEK7820	55023274E	6599/2	27/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIS7640	55022612E	6637/2	25/05/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MIS7640	55022872E	5045/0	25/05/2014	R\$ 191,53	162 * V
MIS7640	55022873E	5096/0	25/05/2014	R\$ 191,53	163 c/c 162 * V
MIS7640	55022874E	6912/0	25/05/2014	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014

JHON ENDY LAMB

DELEGADO DE POLÍCIA

PENALIDADE III

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1642/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ANA7171	55023377E	5010/0	13/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
CMQ9088	54685757E	6920/0	13/05/2014	R\$ 127,69	233
HER1033	54685770E	6920/0	19/05/2014	R\$ 127,69	233
IBG0476	55352762D	5169/1	25/05/2014	R\$ 1.915,38	165
IBG0476	55352764D	5177/0	25/05/2014	R\$ 191,53	166
IKJ4339	54685746E	6920/0	07/05/2014	R\$ 127,69	233
LXL7532	55022875E	6599/2	12/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZL7098	55023412E	6599/2	01/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZL7098	55023413E	6556/1	01/07/2014	R\$ 191,53	230 * I
LZR9952	54685759E	6920/0	13/05/2014	R\$ 127,69	233
MAN5120	55023430E	5169/1	19/07/2014	R\$ 1.915,38	165
MAY5852	55023385E	5010/0	24/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAY5852	55023386E	5118/0	24/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAY5852	55023387E	6599/2	24/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBR8865	55023339E	6726/1	18/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MBR8865	55023340E	6653/2	18/07/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MBR8865	55023341E	6670/0	18/07/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
MBR8865	55023428E	6653/2	15/07/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MBR8865	55023429E	7340/0	15/07/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MBR8865	55023555E	6726/1	15/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MBR8865	55023557E	6912/0	18/07/2014	R\$ 53,20	232
MCM9117	55022556E	5010/0	09/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCM9117	55022557E	6599/2	09/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCM9117	55022558E	5118/0	09/05/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCZ9072	55023116E	6599/2	08/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCZ9072	55023117E	5010/0	08/06/2014	R\$ 574,61	162 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCZ9072	55023118E	5118/0	08/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDI6197	54685758E	6920/0	13/05/2014	R\$ 127,69	233
MFF0062	55023075E	6599/2	20/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFF0062	55023076E	5010/0	20/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFF0062	55023077E	5118/0	20/05/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFF4075	55023087E	6769/2	02/06/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MGF8780	54685771E	6920/0	19/05/2014	R\$ 127,69	233
MHB4311	55023511E	6599/2	18/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHB4311	55023512E	5045/0	18/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MIA3712	54685750E	6920/0	08/05/2014	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014

JHON ENDY LAMB

DELEGADO DE POLICIA

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 15/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o artigo 25 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 180/2014; IL nº. 15/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: VENILDE FATIMA DE SIQUEIRA KRAS; CNPJ nº: 18.757.256/0001-03; Objeto: Credenciamento de empresas editoras de jornais, com circulação regional, com abrangência no município de Garopaba/SC, para veiculação na forma impressa de publicidade institucional, de utilidade pública, campanhas educativas e outras; Data da Assinatura: 11/11/2014.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 15/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o artigo 25 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 180/2014; IL nº. 15/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: VENILDE FATIMA DE SIQUEIRA KRAS; CNPJ nº: 18.757.256/0001-03; Objeto: Credenciamento de empresas editoras de jornais, com circulação regional, com abrangência no município de Garopaba/SC, para veiculação na forma impressa de publicidade institucional, de utilidade pública, campanhas educativas e outras; Data da Assinatura: 11/11/2014.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.128, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 6.128, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.
DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA MARILENE TERESINHA ISENSEE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1o. Fica declarada, a partir de 05/11/2014, a vacância do cargo de provimento efetivo de merendeira/servente da servidora Marilene Teresinha Isensee, lotada na Secretaria Municipal de Educação, nomeada pelo decreto nº 101/91, em virtude de aposentadoria por idade concedida pelo INSS.

Art. 2o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 04 de novembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.131, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 6.131, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.
DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA LEONETE DA SILVA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1o. Fica declarada, a partir de 05/11/2014, a vacância do cargo de provimento efetivo de Professora da servidora LEONETE DA SILVA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, nomeada pelo decreto nº 005/03, em virtude de aposentadoria por invalidez previdenciária concedida pelo INSS.

Art. 2o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 05 de novembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.132, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 6.132, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.
DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA MARIA DALCI BERTI HOSTINS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1o. Fica declarada, a partir de 29/10/2014, a vacância do

cargo de provimento efetivo de Merendeira/Servente da servidora MARIA DALCI BERTI HOSTINS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, nomeada pelo decreto nº 043/2002, em virtude de aposentadoria por idade concedida pelo INSS.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 29/10/2014.

Gaspar, 05 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.133, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 6.133, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS NA SUPERINTENDÊNCIA DO BELCHIOR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no art. 84, da Lei Municipal nº 1.305 de 09 de outubro de 1991,

DECRETA

Art. 1º Fica autorizada a realização de até 50 (cinquenta) horas extraordinárias pelo servidor Jucimar Sturmer, mensalmente, e 70 (setenta) horas pelo servidor Luiz Carlos Marsango, mensalmente, pelo período de 06 (seis) meses, para o atendimento da demanda de trabalho.

Parágrafo único. As horas extras serão realizadas sem prejuízo do repouso semanal remunerado.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto correrão a conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

LEI Nº 3.608, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI Nº 3.608, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA A PERMUTA DE IMÓVEIS ENTRE O MUNICÍPIO DE GASPARGAR, DIOCESE DE BLUMENAU E MITRA DIOCESANA DE JOINVILLE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a efetuar permuta, destinada à implementação de melhorias na Escola de Ensino Fundamental Professor Rudolfo Günther e à recuperação da mata ciliar às margens do Rio Itajaí-Açu, de um imóvel de propriedade e posse do Município de Gaspar por outros imóveis pertencentes à Diocese de Blumenau e à Mitra Diocesana de Joinville, descritos nos parágrafos 1º e 2º deste artigo.

§ 1º O imóvel a ser outorgado pelo Município de Gaspar é um terreno situado neste Município, no bairro Águas Negras, contendo a área de 4.218,01 m², em forma irregular, limitando-se na frente,

em 46,65 metros numa linha sinuosa no lado ímpar da estrada Águas Negras; fundos em 50,65 metros com terras de Vitório Deschamps; extremando pelo lado direito, em 64,35 metros com terras de Vitório Deschamps; e pelo lado esquerdo, em 74,25 metros com terras de Arnaldo Isensee; sem benfeitorias, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar sob a matrícula nº 6.406, Livro n. 2, Ficha 1 (R-2-6.406), avaliado em um total de R\$ 244.105,82 (duzentos e quarenta e quatro mil, cento e cinco reais e oitenta e dois centavos).

§ 2º O Município de Gaspar receberá da Diocese de Blumenau e da Mitra Diocesana de Joinville dois imóveis, quais sejam, respectivamente:

I - um terreno situado nesta cidade, na Rua Coronel Aristiliano Ramos, bairro Centro, contendo área de 172,10 m², que é parte de um todo de 549,36 m², iniciando-se no ponto 01; deste segue por linha seca confrontando com terras de Luiz Henrique Richartz com o azimute de 165º13'43" e a distância de 8,75 metros até o ponto 02; deste segue por linha seca confrontando com a Rua Coronel Aristiliano Ramos com os seguintes azimutes e distâncias: 244º40'32" e 10,54 metros até o ponto 03; 244º16'15" e 10,84 metros até o ponto 04; deste segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente com o azimute de 328º24'01" e a distância de 8,11 metros até o ponto 12; deste segue por linha seca confrontando com terras da marinha com os seguintes azimute e distâncias: 73º50'47" e 7,00 metros até o ponto 13; 58º44'15" e 17,05 metros até o ponto 01; início da descrição do perímetro, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar sob a matrícula nº 16.504, avaliado em um total de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais).

II - um terreno situado no Bairro Gaspar Alto, neste município, em forma irregular, contendo área de 8.253,20 m², limitando-se ao Leste, em duas linhas: a primeira linha de 24,50 metros com terras da Mitra Diocesana de Joinville - Paróquia Nossa Senhora da Glória; e a segunda linha de 95,50 metros com um ribeirão; ao oeste, em 95,00 metros com um caminho ali existente; entre as terras de Valdir Schmidt e Luiza Schulze; ao Norte: em 84,70 metros com terras de Hermann Krespslax; e ao Sul, em duas linhas; primeira linha de 86,00 metros com terras da Mitra Diocesana de Joinville - Paróquia Nossa Senhora da Glória e a segunda linha de 13,00 metros com terras de Valdir Schmidt e Luiza Schulze; sem benfeitorias e registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar sob a matrícula nº 8.286, Livro n. 2, Ficha 1 (R-1-8.286), avaliado em um total de R\$ 129.105,82 (cento e vinte e nove mil, cento e cinco reais e oitenta e dois centavos).

Art. 2º Serão de responsabilidade do Município as despesas havidas junto aos Cartórios de Títulos e Documentos e de Registro de Imóveis respectivos, originadas com a transferência do imóvel recebido pelo Município, para as quais se utilizará de dotação orçamentária própria existente.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação própria, consignada no orçamento vigente do Município de Gaspar.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC,
em 04 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

LEI Nº 3.609, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI Nº 3.609, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ENTIDADE DENOMINADA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL DORVALINA FACHINI.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a entidade denominada Associação de Pais e Professores do CDI Dorvalina Fachini inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 20.803.629/0001-87.

Art. 2º À entidade beneficiada com a presente Lei são conferidos os benefícios previstos na legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC,
em 04 de novembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

LEI Nº 3.610, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI Nº 3.610, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI Nº 3.393, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011, QUE INSTITUI A GRATIFICAÇÃO POR PRODUTIVIDADE DE DESEMPENHO FISCAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescido o inciso IV ao artigo 1º da Lei nº 3.393, de 16 de dezembro de 2011, com a seguinte redação:

“Art. 1º [...]

[...]

IV - Fiscal, com lotação no Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito. (NR)”

Art. 2º Fica acrescida a alínea “d” ao inciso I do artigo 3º da Lei nº 3.393, de 16 de dezembro de 2011, com a seguinte redação:

“Art. 3º [...]

I - [...]

[...]

d) Anexo IV - Tabela para apuração e pagamento da gratificação para os Fiscais, com lotação no Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito. (NR)”

Art. 3º Fica alterada a redação do inciso II do artigo 4º da Lei nº 3.393, de 16 de dezembro de 2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º [...]

[

II - R\$ 1,10 (um real e dez centavos) para os Fiscais com lotação na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento e no

Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito e para os Técnicos em Vigilância Sanitária, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde. (NR)”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC,
em 04 de novembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

ANEXO IV

Tabela para apuração e pagamento da gratificação para os Fiscais, com lotação no Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

Atividades (COMUNS)	Pontos O.P.* V.S.**
Auto de Interdição: Fechamento de estabelecimento comercial, industrial, prestador de serviços, eventos, etc	15 15
Lavratura de Termo de Apreensão	10
Confecção de Relatório, laudo ou parecer para encaminhamento jurídico	15
Participação em Palestras, cursos, congresso, treinamento, reuniões, etc. (por dia ou fração)	60 60
Julgamento de Processos - por dia de trabalho	60 60
Serviços especiais, designados pelo Gerente do Meio Ambiente	A determinar pelo solicitante do serviço
Investigação de Eventos Adversos	20
Plantão Fiscal	30 30
Retornar para Cobrança de Notificação e/ou Auto de Infração	10
Elaboração de Serviços Administrativos (Ofícios, Memorandos, Relatórios)	05
Relatório Técnico de Inspeção e Vistoria	05
Conferência de Relatórios, Boletins e Documentos Recebidos	05
Confecção de Documento para Resposta a questionamentos ou procedimentos relativos à fiscalização	15
Atividades (ESPECÍFICAS)	Pontos
Notificação de infrações ambientais	20
Auto de Embargo à obra e/ou atividades	15
Auto de Infração	25
Emissão de pareceres para licenciamento ambiental, auto de infração e notificação	15
Emissão de Relatórios e/ou Pareceres técnicos diversos	10
Vistoria para licenciamento ambiental de comércio, indústria, prestadora de serviços, eventos, terraplanagem, etc...	10
Abertura de processos para licenciamento ambiental e emissão de taxas	10
Vistorias de denúncias	15
Análise de Regin	15
Emissão de Licença Ambiental, Conformidade Ambiental, Declaração de Liberação de Alvará.	10
Assuntos não catalogados, de interesse do Meio Ambiente	15
Emissão de multas	15

* O.P. - Obras e Posturas

** V.S. - Vigilância Sanitária

LEI Nº 3.611, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI Nº 3.611, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A CONCEDER SUBVENÇÃO À ENTIDADE QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a conceder subvenção social à entidade Lar Maria de Nazaré, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, sob o nº 83.779.074/001-03, no valor anual de R\$ 182.000,00 (cento e oitenta e dois mil reais), com a finalidade de custear a manutenção de suas atividades.

Art. 2º O valor discriminado na presente Lei somente será repassado à respectiva entidade após verificado o cumprimento de todos os requisitos previstos no Decreto Municipal nº. 900, de 15 de junho de 2005, e suas posteriores modificações.

Art. 3º A entidade beneficiada com o recurso financeiro previsto nesta Lei sujeitar-se-á à prestação de contas de sua correta aplicação, diretamente ao Município de Gaspar, de acordo com regulamento municipal.

Parágrafo único. Os recursos deverão ser aplicados segundo as finalidades indicadas, nos moldes definidos no projeto apresentado ao Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei nº 2.618, de 06 de julho de 2005, e suas alterações posteriores.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC,
em 04 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

NOTIFICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2014

NOTIFICAÇÃO - PROC. ADM. 03/2014	Gaspar, 10 de novembro de 2014.
-------------------------------------	---------------------------------

Ao Representante Legal, Senhor,
Alcionei Ramos da Rosa Júnior

AMERICAN AUDIO VISUAL EIRELI - ME
Rua dos Sabias, 394 - Bairro Aviação -
São José dos Pinhais - PR - CEP: 83.045-610

NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE E RESCISÃO CONTRATUAL

O Município de Gaspar, por intermédio das Secretarias Municipais de Educação, e Turismo, Indústria e Comércio, neste ato representado por Marlene Almeida, e Patrícia Scheidt, respectivamente Secretária Municipal de Educação e Secretária Municipal de Turismo, Indústria e Comércio, vem NOTIFICAR a empresa AMERICAN AUDIO VISUAL EIRELI - ME, já qualificada no Contrato SAF nº 42/2014, da aplicação da penalidade de rescisão contratual, mantendo-lhe a aplicação das multas anteriormente fixadas decorrentes da inexecução contratual realizadas pela empresa supracitada, tendo em vista o decurso do prazo para recurso, sem a manifestação da Empresa supracitada.

Assim, fica rescindido o Contrato SAF nº 42/2014 e se mantém a aplicação das multas anteriormente fixadas, decorrentes da inexecução contratual realizada pela empresa AMERICAN AUDIO VISUAL EIRELI - ME.

PATRÍCIA SCHEIDT Secretária Municipal de Turismo, Indústria e Comércio	MARLENE ALMEIDA Secretária Municipal de Educação
--	---

PORTARIA RH 89/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 89/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio com 1/3 em pecúnia, a(o) servidor(a) ELISANGELA REINERT, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Especializados I, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, referente ao período aquisitivo de 27/06/2008 a 07/07/2013, devendo folgar 02 meses a partir de 17/11/2014 a 15/01/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 11 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 186/2014

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC
Aviso de Pregão Presencial Nº 186/2014

OBJETO: Registro de Preços de uniformes e fardamentos para o Município de Gaspar. ENVELOPES: até às 9h do dia 25/11/2014. ABERTURA: às 9h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras do Paço Municipal, Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro, ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar(SC), 11 de novembro de 2014.

LOVÍDIO C. BERTOLDI
Sec. Mun. de Transp. Obras

MÁRCIA A. CANSIAN
Sec. Mun. da Saúde

SAMAE - GASPAR**PORTARIA N. 78 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA N. 78 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2012, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, aprovado para o cargo, no nível, carga horária e habilitação abaixo especificada:

NOME	NÍVEL	REF	C/H	HABILITAÇÃO	LOTAÇÃO
CARLOS ALBERTO GONÇALVES	EMO	28	40	Encanador/Motorista	SAMAE

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), em 11 de novembro de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Grão Pará**PREFEITURA****FÓRUM MUNICIPAL DE SAÚDE**

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO 2014

O Prefeito Municipal de Grão-Pará, AMILTON ASCARI, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal Nº. 1.960/2014, de 08 de julho de 2014, CONVOCA, a população em geral, os Representantes dos Movimentos Sociais Organizados de Usuários, do Sistema Único de Saúde (SUS), os Representantes de Trabalhadores de saúde do SUS, representantes dos prestadores de serviço e representantes do governo, nomeados pelo Prefeito do Município de Grão-Pará, a comparecerem ao Fórum Municipal de Saúde, no próximo dia 08 de dezembro de 2014 as 14:00 horas, no Centro de Convivência dos Idosos, situada na Rua Aderbal Ramos da Silva, Centro, Grão-Pará/ SC. Indicando candidatos a Conselheiros Titulares e Suplentes devidamente documentados e acompanhados de estatuto e respectivas Atas de Reuniões, para concorrerem às vagas, do Conselho Municipal de Saúde de Grão-Pará ao biênio 2015/2017, através de eleição a ser realizada no próprio Fórum. As 12 (doze) vagas existentes para Conselheiros (as) Titulares e os seus respectivos suplentes obedecem ao seguinte critério: 06(seis) representantes de Usuários do SUS; 03 (três) representantes de Trabalhadores de Saúde; 02(dois) representantes do Governo e 01(um) representantes dos Prestadores de Serviços do SUS.

Os Conselheiros (as) representantes do Governo e dos Prestadores de Serviços de Saúde, Públicos e Privados, serão indicados no fórum municipal de saúde através de ofício.

Grão-Pará (SC), 11 de novembro 2014.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº59/2014 - PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 59/2014 - PMG

Processo de Licitação: 116/2014 - PMG
Modalidade: Dispensa
Objeto: AQUISIÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO.
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o nº83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.
Contratada: LIBÉLULA COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME, devidamente inscrita no CNPJ com o nº 05.077.945/0001-25, com sede na Rua Antonio Zimmermann, nº 438, bairro Centro, no Município de Guaramirim, SC.
Valor: de R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais)
Data da Assinatura: 07/11/2014 Vigência: 07/11/2014 até 31/12/2014.

GUARAMIRIM (SC), 11/11/2014.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº60/2014 - PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 60/2014 - PMG

Processo de Licitação: 120/2014 - PMG
Modalidade: Dispensa
Objeto: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS, DESLOCA-
MENTO TÉCNICO E FORNECIMENTO DE PEÇAS.
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o nº83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.
Contratada: MACROMAQ EQUIPAMNETOS LTDA, devidamente inscrita no CNPJ com o nº 83.675.413/0001-01, com sede na BR 101 KM 210, s/nº, bairro Picadas do Sul, no Município de São José, SC.
Valor: R\$ 2.620,00 (dois mil seiscentos e vinte reais)
Data da Assinatura: 07/11/2014 Vigência: 07/11/2014 até 31/12/2014.

GUARAMIRIM (SC), 11/11/2014.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº61/2014 - PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 61/2014 - PMG

Processo de Licitação: 122/2014 - PMG
Modalidade: Dispensa
Objeto: SERVIÇO DE MÃO DE OBRA, VIAGEM E FORNECIMENTO DE PEÇAS.
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o nº83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.
Contratada: COPAR PEÇAS E SERVIÇOS LTDA EPP, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 76.347.863/0001-00, com sede na Rua Santa Catarina, nº 852, bairro Floresta, no Município de Joinville, SC.
Valor: R\$ 2.312,24 (dois mil trezentos e doze reais e vinte e quatro centavos)
Data da Assinatura: 07/11/2014 Vigência: 07/11/2014 até 31/12/2014.

GUARAMIRIM (SC), 11/11/2014.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº62/2014 - PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 62/2014 - PMG

Processo de Licitação: 124/2014 - PMG
Modalidade: Pregão Presencial
Objeto: SERVIÇO DE MÃO DE OBRA, VIAGEM E FORNECIMENTO DE PEÇAS.
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o nº83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.
Contratada: ACÁCIA LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 12.672.329/0001-88, estabelecida na Rua Eloi Francisco dos Anjos, nº1215, município de Tijucas, SC.
Valor: R\$ 53.008,51 (cinquenta e três mil e oito reais e cinquenta e um centavos),
Data da Assinatura: 11/11/2014 Vigência: 11/11/2014 até 02/02/2015.

GUARAMIRIM (SC), 12/11/2014.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 434/2014

PORTARIA Nº 434/2014

CONCEDE LICENÇA SAÚDE para Cacilda Guztazky Von Den Bylaardt.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença saúde para Cacilda Guztazky Von Den Bylaardt, na função de Professora III, 40 horas semanais, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 23 de outubro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 11 de novembro de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

José Olívio Papp

Secretário de Gestão Estratégica

PORTARIA Nº. 435/2014

PORTARIA Nº 435/2014

NOMEIA membros para Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo nº 007/2014, da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados como membros para Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo nº. 007/2014, da Prefeitura Municipal de Guaramirim:

- Cenira Telma Weber Hohl;
- Cláudia Roberta Chiodini;
- Eliane Teresinha Fogolari Mees;
- Luciene Martins Franco;
- Marizete Machado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Guaramirim/SC, 11 de novembro de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 389/2014

DECRETO Nº. 389/2014.

Regulariza as atividades e o espaço físico da Equipe Coordenadora de Revisão do Plano Diretor Municipal de Guaramirim.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Os membros da Equipe Coordenadora da Revisão do Plano Diretor Municipal de Guaramirim, Janice Andréia Kunzler, Leonardo Silva Rodrigues e, Felipe Côrte Real de Camargo, nomeados pelo Decreto nº. 305/2014, possuem autonomia para adaptarem suas cargas horárias de acordo com os horários de trabalho exigidos pelas atividades de coordenação da revisão do Plano Diretor, ficando sob responsabilidade do Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano o registro das horas trabalhadas e a informação ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

Art. 2º. Observada a carga horária mensal/semanal de cada cargo, os membros da Equipe Coordenadora citados no artigo 1º realizarão exclusivamente tarefas e atividades relativas ao Plano Diretor durante seu período de revisão e durante a revisão das demais legislações urbanísticas e planos setoriais relacionados ao Plano Diretor.

Art. 3º. Os membros da Equipe Coordenadora citados no artigo 1º possuem acesso irrestrito e autonomia para utilizarem o espaço físico que abriga as atividades da Coordenadoria do Plano Diretor, última sala do andar térreo do edifício da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação e ambientes contíguos e possuem autonomia para autorização de uso destes espaços quando solicitado por outros setores da municipalidade ou da sociedade.

Art. 4º. Os membros da Equipe Coordenadora devem cumprir com zelo, probidade e respeitar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência.

Art. 5º. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 07 de novembro de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

LICITACAO 103 2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia - 103/2014
Tipo : Menor Preço - por itens
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO PARA C.E.I. ZILMA FLORES, LOCALIZADO NO BAIRRO AMIZADE, GUARAMIRIM SC.
Entrega dos Envelopes: 28/11/2014 às 09:00h
Abertura dos Envelopes: 28/11/2014 às 09:15h
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 1255, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 14:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-4433
GUARAMIRIM (SC), 10/11/2014.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Guarujá do Sul**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO - PREF PL 61 E 62**

Estado de Santa Catarina
Município de Guarujá do Sul
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº. 61/2014- Concorrência Nº. 02/2014

Objeto: Concessão dos serviços públicos de exploração de Sala do Terminal Rodoviário para a venda de passagem no município de Guarujá do Sul.

Habilitação e Propostas: 15/12/2014 (08:15 Documentação - 08:30 Abertura).

Edital: Cópia e Informações a disposição no horário da 07:00 as 13:00, na Prefeitura Municipal ou pelo fone 49 36420122 ou no site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 10 de novembro de 2014.

Jose Carlos Foiatto;
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº. 62/2014 - Pregão Presencial Nº. 32/2014.

Objeto: Aquisição de Material Didático Pedagógico para atender a Rede Municipal de Ensino do município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 25/11/2014 (08:15 Documentação - 08:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:00 as 13:00 de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 ou no site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 11 de novembro de 2014.

Jose Carlos Foiatto,

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA Nº 002/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0056/2014
CONCORRÊNCIA Nº 002/2014
TIPO JULGAMENTO: Maior Oferta pela Outorga

OBJETO

CONCESSÃO do serviço público de remoção, recolhimento e guarda de veículos automotores apreendidos em razão de infrações ao Código de Trânsito Brasileiro em pátio automatizado, conforme as especificações técnicas.

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até as 14h00min horas do dia 15/12/2014.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

VALOR MÍNIMO ESTIMADO R\$ 150.000,00

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está disponível no site: www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional, Para a retida do Editais, junto ao Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), terá um custo de R\$ 15,80 (quinze reais e oitenta centavos). Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 11 de novembro de 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1226/2014

PORTARIA Nº 1226/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR a pedido, conforme requerimento em anexo, a Servidora VANESSA APARECIDA GAZZOLA (Matr. 3900), a partir de 10 de novembro de 2014, a qual ocupava o Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Serviços Ambulatoriais, Nível - DAS-2, 40 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Novembro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1227/2014

PORTARIA Nº 1227/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, a Senhora MAIZA MOZARA DA ROSA BUTH (Matr. 4037), a contar de 11 de novembro de 2014, aprovada e classificada em 115º lugar através do Concurso Público 001/2012, de conformidade com o Decreto Nº 3.039/2012 de 24 de maio de 2012, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com a Lei Complementar Nº. 281/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC),
em 11 de Novembro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1228/2014

PORTARIA Nº 1228/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR por término de contrato, o Servidor DIEGO ZAMPIERI (Matr. 3220), a contar de 11 de novembro de 2014, a qual exerce a função de Operador de Máquinas I, Nível - 7 - Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº. 280/2011, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 313/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC),
em 11 de Novembro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1229/2014

PORTARIA Nº 1229/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 08 de novembro de 2014, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Servidora PAULA MARION FAGUNDES DE LIMA (Matr. 2806), a qual exerce a função de Enfermeira - Nível/Referência - 12/1/A, 40 horas semanais, Anexo V, da LC Nº 280/2011, conforme determina a Legislação Específica do Regime Geral de Previdência Social (INSS).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC),
em 11 de Novembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.360/2014.

DECRETO Nº 3.360/2014.

"NOMEIA COMISSÃO PARA ATUAR NO CONCURSO DE REMOÇÃO DE QUE TRATA O EDITAL Nº 013/3/2014/SMECE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d' Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores públicos municipais Geisa Trombetta Bernardi (Presidente), Sadir Rovêa, Paulo César Dolejal Berté e Adriane Bernardo, para comporem a Comissão que irá realizar a análise dos documentos apresentados e necessários, para o Concurso de Remoção de que trata o Edital nº 013/3/2014/SMECE.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 11 de novembro de 2014.
NELSON GUINDANI
Prefeito

DECRETO Nº 3.359/2014.

DECRETO Nº. 3.359/2014.

HOMOLOGA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO DE REMOÇÃO REGULAMENTADO PELO EDITAL Nº. 013/2/2014/SMECE.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Edital nº. 013/2/2014/SMECE,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do concurso de remoção regulamentado pelo Edital nº. 013/2/2014/SMECE, conforme relação constante do Anexo Único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 11 de novembro de 2014.
NELSON GUINDANI
Prefeito

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 3.359/2014.

CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO DE REMOÇÃO - EDITAL 013/2/2014/SMECE

Cargo: Professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais

Nº de Protocolo	Nome do servidor	Turno	Carga Horária	Opções			Remoção – Unidade Escolar Resultado Final	Critério de desempate
				1ª	2ª	3ª		
02	Naiara Segalin	Vespertino	20h	EBM Cruz e Sousa (Matutino)	-	-	EBM Cruz e Sousa (Matutino)	-

Cargo: Professor de Língua Portuguesa

Nº de Protocolo	Nome do servidor	Turno	Carga Horária	Opções			Remoção – Unidade Escolar Resultado Final	Critério de desempate
				1ª	2ª	3ª		
01	Angela Cristina Bilibio	Matutino	20h	EBM Estação Luzerna	-	-	EBM Estação Luzerna	-

EDITAL REMOÇÃO 013_3_2014

EDITAL Nº 013/3/2014/SMECE

Considerando as vagas novas oriundas do Concurso de Remoção referente ao Edital nº 013/2/2014/SMECE, ABRE inscrições por intermédio de requerimento e baixa normas para o concurso de REMOÇÃO aos membros do Magistério Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste, torna público que se encontram abertas as inscrições para o concurso de Remoção aos membros do Magistério Público Municipal, de acordo com a Lei Complementar Nº 316, de 20 de dezembro de 2013 e regulamentação do presente Edital.

1. DO CONCURSO

1.1 Poderão participar do Concurso de remoção os ocupantes do cargo de professor das áreas 1 (1º a 5º ano), 2 (6º a 9º ano), 3 (educação infantil), conforme as necessidades de cada unidade escolar, respeitada a carga horária semanal de trabalho.

2. DA REMOÇÃO

2.1 A Remoção é o deslocamento voluntário do membro do magistério de sua lotação para outra unidade educacional, sem modificação de sua situação funcional.

2.2 A remoção não modifica cargo, nível e carga horária do servidor, podendo ser alterado apenas o turno de trabalho, desde que existam vagas previstas em edital.

2.3 Para solicitar remoção o candidato deverá observar os seguintes critérios:

2.3.1 No ato da escolha para remoção, o professor poderá optar por uma ou mais Unidades Escolares para onde deseja ser removido, desde que estas apresentem vagas excedentes.

2.3.2 As opções do candidato devem ser compatíveis com a carga horária de trabalho do mesmo, uma vez que não será permitido alterá-la através deste concurso.

2.3.3 O preenchimento das vagas disponíveis obedecerá a ordem de classificação, obtida mediante a apresentação dos títulos:

1º. Curso de pós-graduação, mestrado na área específica;

2º. Curso de pós-graduação, especialização na área específica da educação ou do ensino;

3º. Habilitação obtida em curso superior de Licenciatura Plena, na área de atuação.

2.3.4 No caso de concorrentes a mesma vaga e que possuam qualificação profissional equivalente, os critérios para classificação obedecerão ao disposto no artigo 50 da Lei Complementar nº 316/2013:

1º. Maior qualificação profissional;

2º. Maior tempo de serviço no Magistério Público Municipal;

3º. Melhor resultado na avaliação de desempenho;

4º. Em caso de empate dar-se-á preferência ao mais idoso.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições estarão abertas no período de 13 e 14 de novembro de 2014, das 13h às 18h, no Setor Administrativo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

3.2 No ato da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Original e fotocópia do Diploma de pós-graduação - mestrado;
- b) Original e fotocópia do Diploma de pós-graduação- especialização;
- c) Original e fotocópia do Diploma de graduação;
- d) Atestado de tempo de serviço no Magistério Público Municipal;
- e) Original e fotocópia da Carteira de Identidade;
- f) Procuração, quando for o caso.

3.3 O tempo de serviço solicitado deve ser apresentado através de atestado emitido pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Herval d'Oeste, expresso em anos, meses e dias, contados até 30 de setembro de 2014.

3.4 A inscrição constará do preenchimento de Requerimento, constante no anexo I deste edital.

3.5 O candidato deverá verificar a exatidão das informações contidas no requerimento, tornando-se após sua assinatura, inteiramente responsável pelas mesmas.

3.6 Não será admitido requerimento condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, por procuração.

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 O requerimento do candidato implicará no conhecimento do presente Edital.

4.2 O candidato que no ato da inscrição por intermédio de

requerimento prestar declaração falsa ou inexata, ou apresentar documentos alterados, terá sua inscrição cancelada, anulando todos os atos dela decorrentes.

4.3 O quadro com as vagas disponíveis para Remoção consta no anexo II deste Edital.

4.4 O concurso de que trata o presente Edital terá validade restrita ao período de sua realização e seus efeitos efetivar-se-ão no primeiro dia letivo de 2015, previsto no calendário escolar da respectiva área.

4.5 O professor terá o prazo de 01 (um) dia útil, a partir do último dia da inscrição, para interpor recurso administrativo, bem como, solicitar anulação do seu requerimento, que deverá ser protocolado na Secretaria de Educação do Município, setor administrativo, das 13h às 18h.

4.6 A lista com a classificação final será divulgada no dia 17 de novembro de 2014.

4.7 Os casos omissos serão resolvidos por comissão própria.

Herval d'Oeste, 11 de novembro de 2014.

LOURDES FERREIRA BRANDÃO NELSON GUINDANI
Sec. Munic. de Educação, Cultura e Esportes Prefeito Municipal

ANEXO I

Ilma Sr^a
LOURDES FERREIRA BRANDÃO
Secretária de Educação, Cultura e Esportes

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Pelo Deferimento

Pelo Indeferimento

Motivo: _____

Data: ____/____/2014

Responsável: _____ ,

lotado(a) no(a) _____

(Nome) _____ ,

em exercício no(a) _____

(Escola) (Escola) _____ ,

localizado(a) no município de Herval d'Oeste, SC, com regime de trabalho de _____ horas semanais, vem requerer a Vossa Senhoria REMOÇÃO para a (as) Unidade(s) Escolar(es) abaixo relacionada(s):

1ª opção: _____ Turno _____

2ª opção: _____ Turno _____

3ª opção: _____ Turno _____

NESTES TERMOS
PEDE DEFERIMENTO

Herval d'Oeste ____/____/2014.

Requerente

ANEXO II

QUADRO DE VAGAS

Educação Infantil - Pré Escolar

Unidade Escolar	Turno	Carga Horária	Nº de Vagas
EBM Cruz e Sousa	Matutino	20h	01
EBM Cruz e Sousa	Vespertino	20h	01
GEM Nossa Senhora de Fátima	Vespertino	20h	02
ERM Prof. Alcino Fernandes	Vespertino	20h	01
CME Pequeno Príncipe	Vespertino	20h	01
Total			06

Educação Infantil - Creche

Unidade Escolar	Turno	Carga Horária	Nº de Vagas
CMEI Profª Tania Regina Piovesan Bortoluz	Mat/Vesp	40h	04
CMEI Criança Feliz	Mat/Vesp	40h	01
Total			05

Ensino Fundamental Anos Iniciais

Unidade Escolar	Turno	Carga Horária	Nº de Vagas
EBM Cruz e Sousa	Vespertino	20h	01
ERM Prof. Alcino Fernandes	Vespertino	20h	02
GEM Nossa Senhora de Fátima	Vespertino	20h	01
Total			04

Ensino Fundamental Anos Finais

Unidade Escolar	Disciplina	Turno	Carga Horária	Nº de Vagas
EBM Cruz e Sousa	Ciências	Matutino	20h	01
EBM Estação Luzerna	Geografia	Matutino	20h	01
EBM Cruz e Sousa	Língua Portuguesa	Matutino	20h	01

Educação Física (pré-escolar/anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental)

Unidade Escolar	Turno	Carga Horária	Nº de Vagas
EBM Cruz e Sousa	Mat/Vesp	40h	01
CME Pequeno Príncipe	Mat/Vesp	10h	01
ERM Prof. Alcino Fernandes	Vespertino	10h	01
Total			03

Ibiam

PREFEITURA

CONTRATO 014/2014 - FMS

CONTRATO Nº 014/2014

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 052/2014

PREGÃO PRESENCIAL No 038/2014

Que entre si fazem o Fundo Municipal de Saúde de Ibiam-SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 11.250.761/0001-18, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiam - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado a empresa BABINSKI BOLSAS EIRELI EPP, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 19.106.828/0001-57, com sede na Rua Dirceu Giordani, 1135, Fundos, Jardim Taruma, Xanxerê/SC, CEP: 89.820-000, neste ato representado por seu Administrador o Sr. Luiz Alexandre Babinski, CPF: 077.326.149-41, CI 5.072669SSP/SC, de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 052/2014 e Pregão Presencial nº 038/2014, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO - O presente Contrato tem por objeto a aquisição de brindes, para distribuição gratuita, em campanhas da Unidade Básica de Saúde do Município de Saúde de Ibiam, conforme segue:

Item	Quantidade	Valor Unitário	Descrição do Objeto	Unidade
1	400	10,34	Estojo para medicamento. Confeccionada em poliéster 600. Três faixas identificadas (manhã, tarde e noite) onde cada faixa mede 5cm de largura em zíper nº06. Uma alça de mão de 20cm. Tamanho total do estojo 23x12x15cm. Porta documento em PVC cristal. Personalização em estampa.	UN
2	20	24,17	Bolsa térmica, para acondicionamento de insulina confeccionada em poliéster 600 impermeável, forrada com manta térmica e PVC. Uma alça de mão. Personalizada com estampa.	UN

3	20	29,67	Bolsa para gestante confeccionada em poliéster 600, totalmente revestida com PVC Cristal gramatura 20. Abertura superior com zíper n06 100% Poliéster. Duas alças em polipropileno, com cadarço inferior de reforço. Bolso frontal com abertura em zíper n06 100% Poliéster. Medidas totais da bolsa 38cmx28cmx11cm. Personalização em estampa.	UN
---	----	-------	---	----

CLÁUSULA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE ENTREGA

A entrega dos itens, deve ocorrer no prazo máximo de até 4(quatro) dias, contados do envio da AF, no e-mail indicado na proposta do fornecedor. Os itens devem ser fornecidos na Unidade Básica de Saúde do Município de Ibiã, sem custos adicionais para o Município. Empresas que não cumprirem o prazo, serão punidas com multa diária de R\$ 300,00(trezentos reais), por dia de atraso. Após 10 dias de atraso, o contrato será rescindido, e além da multa a contratada sofrerá também as demais penalidades e sanções legais, conforme edital, Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/02 e demais legislação em vigor.

O FORNECIMENTO DOS ITENS LICITADOS SOMENTE PODERÁ SER EFETUADO MEDIANTE EMISSÃO DA RESPECTIVA AF-AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, EMITIDA PELO SETOR DE COMPRAS DO MUNICÍPIO DE IBIAM.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta:

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros serão próprios do Município do orçamento do exercício financeiro de 2014, conforme segue:

_despesas	_unidades	_elementos	descricao	C. ementos
09	01	33900000000000	MANUT. DAS ATIV. DA SAÚDE	339039690000

CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço total ajustado para o fornecimento dos materiais é de R\$ 5.190,00(Cinco mil, cento e noventa reais). O pagamento pelo fornecimento do objeto deste Processo Licitatório será liberado conforme decreto municipal 2567/2013, mediante apresentação de nota fiscal impressa e eletrônica devidamente liquidada pelo Secretário responsável, e apresentação de todas as Certidões negativas de débito exigidas na habilitação, item 6.2 e 6.3 letra "a" deste edital. A empresa vencedora deve encaminhar o arquivo XML no seguinte endereço eletrônico: nfe@ibiam.sc.gov.br. O pagamento somente será liberado mediante transferência bancária conforme indicado na proposta da empresa vencedora(nº de Banco, agência, conta corrente), não será impresso pelo FMS Boleto

Bancário, somente será aceito se vir impresso junto com a nota fiscal.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE

Não haverá reajuste, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

É assegurado à CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro(Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I - A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II - Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III - A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada assinar aditivo de redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

CLÁUSULA OITAVA: VIGÊNCIA

Os itens licitados, são para fornecimento imediato, e devem ser fornecidos num prazo máximo de 4(quatro) dias, contados do envio da Autorização de Fornecimento - AF, no e-mail indicado pela empresa, em sua proposta. O contrato entra em vigor na data de assinatura com termino previsto para 20/12/2014.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Secretária de Saúde, do Município de Ibiã, conforme portaria 185/2011, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes a Prefeitura não serão consideradas como motivos para contestação de multas ou penalidades aplicadas em razão de atraso na entrega da mercadoria ou em desacordo com o solicitado nas respectivas A. Fs.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele

assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

II - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 038/2014, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

I - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, conforme portaria 185/2011, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA VINCULAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 038/2014, Processo Licitatório nº 052/2014, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 1.351/05, e demais legislação vigente e pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n 1.351/05.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo MUNICÍPIO ou por acordo entre as partes, ficando a EMPRESA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato isso em até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial ajustada, Art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Ibiam/SC, 03 de Novembro de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO BABINSKI BOLSAS EIRELI EPP
Prefeito Municipal CNPJ: 19.106.828/0001-57
CONTRATANTE Sócio Adm. Luiz Alexandre Babinski
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:
Laelcio A. Gasaniga Erica T. Laidnes
CPF - 807.451.729-20 CPF: 006.854.259-3

ATA 018/2014 - PMI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 018/2014
PROCESSO LICITATÓRIO N. 055/2014.
PREGÃO PRESENCIAL N. 040/2014
SRP Nº 021/2014

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos três dias do mês de Novembro do ano de dois mil e quatorze, o Município de Ibiam, inscrito no CNPJ sob n. 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 040/2014, Processo Licitatório 055/2014, SRP 021/2014, RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), FM PNEUS LTDA, CNPJ: 81.374.845/0004-91,

Estabelecida, na Rod. SC, KM 52,9, CX. P. 165, Bairro Ind. Videira/SC, representada neste ato, por seu Gerente, o Sr. Marcio Vitor Marcon, CPF: 746.745.790-15, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de:

Item	Quant.	Valor Unit.	Objeto
2	16	1.340,00	RECAPAGEM DE PNEU 1400 X 24 - BORRACHUDO
3	8	506,00	RECAPAGEM DE PNEU 275/80-R22.5 - BORRACHUDO - CAMINHÃO WW.
6	18	312,00	RECAPAGENS DE PNEUS 215.75-R17.5 - BORRACHUDO
7	18	340,00	VULCANIZAÇÃO PNEU 1400 - 24
10	18	115,00	VULCANIZAÇÃO PNEU 275/80R22.5
12	58	32,00	CONCERTO VD Nr. 04
14	58	42,60	CONCERTO VD Nr. 06
16	58	68,00	CONCERTO VD Nr. 08
17	58	97,00	CONCERTO VD Nr. 09
19	58	28,00	CONCERTO Nr. RAC 20
20	43	31,50	CONCERTO Nr. RAC 24
21	43	53,00	CONCERTO Nr. RAC 40
Total estimado R\$: 52.246,00(cinquenta e dois mil, duzentos e quarenta e seis reais)			

e conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E EM SEU ANEXO I, que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta ata.

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade por um período de 60(sessenta) dias, podendo a critério da Administração, ser sua vigência prorrogada até o limite máximo de 12(doze) meses, contados a partir da data da assinatura da presente ata.

a) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Ibiam.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá

convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Ibiã, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001.

5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiã, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/ Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

7 - DA DESPESA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		
Reduzido	Atividade	Complemento do Detalhamento
29	MANUT. ATIV. DE APOIO AO AGRICULTOR	33903999000000
53	MANUT. SECRET. INFRAESTRUTURA TRANSP. E OBRAS	33903999000000
69	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903999000000
120	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903999000000

8. DO PAGAMENTO

8.1. Ao critério do Município de Ibiã, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para retirar a nota de

empenho, que substituirá o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

8.3. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo decreto municipal 2.567/2013, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de relatório de horas executadas, assinado pelo secretário de obras, e mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica devidamente recebida e aceita por Servidor responsável pelo recebimento. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado mediante apresentação por parte do contratado das seguintes Certidões negativas de Débitos: Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), e Falência e Concordata, e CNDT devidamente atualizada.

8.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.7. Após a solicitação formal por parte do Município de Ibiã, mediante envio da Autorização de Fornecimento - AF, o fornecedor terá um prazo máximo de até 24 horas, para retirar da garagem de máquinas do Município de Ibiã os pneus que serão recapados/vulcanizados ou consertados e terão o prazo máximo de até 48(quarenta e oito) horas(contadas do envio da AF), para devolvê-los na garagem de máquinas do Município de Ibiã, após a realização do serviço solicitado para o item. Somente será aceito matéria prima(borracha) de primeira linha e de primeira qualidade, e que atenda as normas da ABNT em vigor. A empresa deve possuir a certificação do INMETRO. A não observância do contido neste item enseja na aplicação das penalidades constantes no edital e na Ata de registro de Preço decorrentes do Processo Licitatório 055/2014. Na entrega da mercadoria a empresa deve apresentar a nota fiscal de compra da matéria prima(borracha), que utilizou nos pneus da Prefeitura de Ibiã, sob pena de cancelamento da presente ata. A empresa que não cumprir os prazos de retirada e entrega da mercadoria além das sanções constantes no processo 055/2014 também será penalizada com multa de R\$ 300,00(Trezentos reais) de multa por dia de atraso.

8.8. A Administração não efetuará pagamento de itens não autorizados pela administração municipal e em desacordo com esta Ata e com o Anexo I do Edital de Pregão n. 040/2014 sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no item 11.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renovação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4 consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 055/2014, Pregão Presencial 040/2014, SRP 021/2014 será exercida pelo Secretário de: Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos, Secretário de Agricultura e pelo Secretário de Educação(conforme o Item) do Município de Ibiam, conforme Portaria 0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias.

10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n. 040/2014 e Ata do respectivo processo.

11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 040/2014.

12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues em desacordo e decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

g) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDA - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por

cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

PARÁGRAFO QUARTO - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEXTA - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

14. DO CANCELAMENTO DA REGISTRO

14.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor (es) e a (s) especificação (ões) resumida (s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas, no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios do estado de Santa Catarina;

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 055/2014; o Edital do Pregão n. 040/2014, SRP 021/2014 as propostas com preços e especificações.

17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Ibiam/SC, 03 de Novembro de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO FM PNEUS LTDA

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

CNPJ: 81.374.845/0004-91

Gerente: Marcio Vitor Marcon

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Luciana Balem

CPF: 042.307.839-90

Irley Lampertti

CPF: 572.241.539-15

Melzi Cavazzola

Advogado - OAB/SC 3.076

ATA 019 PMI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 019/2014

PROCESSO LICITATÓRIO N. 055/2014.

PREGÃO PRESENCIAL N. 040/2014

SRP Nº 021/2014

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos três dias do mês de Novembro do ano de dois mil e quatorze, o Município de Ibiam, inscrito no CNPJ sob n. 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 040/2014, Processo Licitatório 055/2014, SRP 021/2014, RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), RECAUCHUTADORA RODA LTDA, CNPJ: 83.512.624/0001-15, estabelecida na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba/SC, CEP: 89.600-000, representada neste ato, por seu Sócio Gerente o Sr. Marcos Neuhauser, CPF: 461.469.899-91, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de:

Item	Quantid.	Valor Unit.	Objeto
1	26	469,00	RECAPAGEM DE PNEU 1000 X 20 - BORRACHUDO
4	10	1.015,00	RECAPAGENS DE PNEUS 12.5/80-18 - DIANTEIRO RETRO
5	10	1.860,00	RECAPAGENS DE PNEUS 19.5L-24 - TRASEIRO RETRO

8	30	356,00	VULCANIZAÇÃO PNEU 19.5-24
9	18	115,00	VULCANIZAÇÃO PNEU 1000-20
11	58	29,60	CONCERTO VD Nr. 03
13	58	37,00	CONCERTO VD Nr. 05
15	58	55,00	CONCERTO VD Nr. 07
18	58	126,00	CONCERTO VD Nr. 10
22	43	60,00	CONCERTO Nr. RAC 42
23	43	77,00	CONCERTO Nr. RAC 46
Total estimado R\$ 67.209,00(Sessenta e sete mil, duzentos e nove reais)			

e conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIA E EM SEU ANEXO I, que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta ata.

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade por um período de 60(sessenta) dias, podendo a critério da Administração, ser sua vigência prorrogada até o limite máximo de 12(doze) meses, contados a partir da data da assinatura da presente ata.

a) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Ibiam.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Ibiam, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto

Federal n. 3.931/2001.

5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiam, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/ Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

7 - DA DESPESA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		
Reduzido	Atividade	Complemento do Detalhamento
29	MANUT. ATIV. DE APOIO AO AGRICULTOR	33903999000000
53	MANUT. SECRET. INFRAESTRUTURA TRANSP. E OBRAS	33903999000000
69	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903999000000
120	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903999000000

8. DO PAGAMENTO

8.1. Ao critério do Município de Ibiam, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para retirar a nota de empenho, que substituirá o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

8.3. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo decreto municipal 2.567/2013, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de relatório de horas executadas, assinado pelo secretário de obras, e mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica devidamente recebida e aceita por Servidor responsável pelo recebimento. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto

pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado mediante apresentação por parte do contratado das seguintes Certidões negativas de Débitos: Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), e Falência e Concordata, e CNDT devidamente atualizada.

8.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.7. Após a solicitação formal por parte do Município de Ibiã, mediante envio da Autorização de Fornecimento - AF, o fornecedor terá um prazo máximo de até 24 horas, para retirar da garagem de máquinas do Município de Ibiã os pneus que serão recapados/vulcanizados ou consertados e terão o prazo máximo de até 48(quarenta e oito) horas(contadas do envio da AF), para devolvê-los na garagem de máquinas do Município de Ibiã, após a realização do serviço solicitado para o item. Somente será aceito matéria prima(borracha) de primeira linha e de primeira qualidade, e que atenda as normas da ABNT em vigor. A empresa deve possuir a certificação do INMETRO. A não observância do contido neste item enseja na aplicação das penalidades constantes no edital e na Ata de registro de Preço decorrentes do Processo Licitatório 055/2014. Na entrega da mercadoria a empresa deve apresentar a nota fiscal de compra da matéria prima(borracha), que utilizou nos pneus da Prefeitura de Ibiã, sob pena de cancelamento da presente ata. A empresa que não cumprir os prazos de retirada e entrega da mercadoria além das sanções constantes no processo 055/2014 também será penalizada com multa de R\$ 300,00(Trezentos reais) de multa por dia de atraso.

8.8. A Administração não efetuará pagamento de itens não autorizados pela administração municipal e em desacordo com esta Ata e com o Anexo I do Edital de Pregão n. 040/2014 sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no item 11.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renovação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4 consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externar(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 055/2014, Pregão Presencial 040/2014, SRP 021/2014 será exercida pelo Secretário de: Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos, Secretário de Agricultura e pelo Secretário de Educação(conforme o Item) do Município de Ibiã, conforme Portaria 0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigará-se-á:

10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias.

10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n. 040/2014 e Ata do respectivo processo.

11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 040/2014.

12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

- a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.
- b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues em desacordo e decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.
- c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.
- d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.
- g) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDA - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

PARÁGRAFO QUARTO - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEXTA - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos

junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

14. DO CANCELAMENTO DA REGISTRO

14.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor (es) e a (s) especificação (ões) resumida (s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas, no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios do estado de Santa Catarina;

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 055/2014; o Edital do Pregão n. 040/2014, SRP 021/2014 as propostas com preços e especificações.

17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Ibiam/SC, 03 de Novembro de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

Recauchutadora Roda Ltda
CNPJ: 83.512.624/0001-15
Sócio Gerente: Marcos Neuhauser
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Luciana Balem
CPF: 042.307.839-90

Irley Lampertti
CPF: 572.241.539-15

Melzi Cavazzola
Advogado - OAB/SC 3.076

CONTRATO 028/2014 PMI

CONTRATO 028/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, SEM VINCULO EMPREGATÍCIO.

O Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, com sede à Travessa Leoniza carvalho Agostini, nº 20, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Clovis José Busatto, brasileiro casado, residente nesta cidade inscrito no CPF/MF sob nº 497.720.319-49 e CI 1.517.976-1, denominado neste instrumento de CONTRATANTE e a empresa CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA, CNPJ: 12.967.590/0001-05, com sede na Avenida XV de Novembro, 376, sala 02, Slj, B Centro, Videira/SC, CEP: 89.560-000, representada neste ato por seu Administrador o Sr. Antonio Gonçalves Dias Junior, CPF: 047.042.019-70, RG 4.443.275SSP/SC, denominada neste instrumento CONTRATADA, celebram o presente contrato, de acordo com o disposto no Artigo 54 de Lei 8.666/93 com alterações subsequentes, sujeitando-se às normas do supra mencionado diploma legal, mediante os Artigos e condições a seguir estabelecidas:

Cláusula Primeira - DO OBJETO - Este contrato tem por objeto a execução de sistema Preventivo de Incêndio para o CEET - Centro Educacional Eliziane Titon do Município de Ibiam, conforme Memorial Descritivo, Projeto, Plantas e RRT. A contratada obriga-se a fornecer ART ou RRT de Execução, antes do fim da obra. Sem a apresentação da ART/RRT, o pagamento não será liberado.

Cláusula Segunda - Faz parte integrante deste contrato independente de sua transcrição os itens que compõem o orçamento elaborado pelo Engenheiro da AMARP, anexo ao presente contrato.

Cláusula Terceira - DO PRAZO PARA EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA

A contratada tem o prazo de 5 (cinco) dias corridos, para executar os serviços previsto no Memorial Descritivo, projeto, plantas e RRT. Podendo este prazo ser prorrogado por igual período na ocorrência de fato que justifique esta prorrogação.

Cláusula Quarta - DO PREÇO

O valor total ajustado para a construção da passarela é de R\$ 14.997,00 (Quatorze mil e novecentos e noventa e sete reais).

Cláusula Quinta - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em parcela única, conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2.567/2013, após a conclusão dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal liquidada pela Secretária de Educação.

Cláusula Sexta - A aceitação do bem, por ocasião da entrega, está condicionado a correta observação das especificações do objeto.

Cláusula Sétima - DA CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Projeto/Atividade 1008 - Ampliação da rede física fundamental
44900000 - Aplicações diretas, Complemento do Detalhamento:
449051070000

Cláusula Oitava - Todos e quaisquer custos decorrentes do registro deste instrumento no cartório competente, correrão por conta da contratante.

Cláusula Nona - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A contratada garante o fornecimento de peças de reposição, que apresentem defeito pelo período mínimo de UM ANO.

Cláusula Décima - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos nos termos estabelecidos neste contrato, conforme disposto no Processo Licitatório.

Cláusula Décima Primeira - DAS RESPONSABILIDADES

São de exclusiva responsabilidade da contratada :

a) As despesas decorrentes do seguro, transporte, manutenção da estrutura e demais encargos, impostos e obrigações até a entrega do equipamento na cidade de Ibiam, Estado de Santa Catarina;

b) A fiscalização do perfeito cumprimento do objeto deste contrato, cabendo-lhe, integralmente, o ônus decorrente, independentemente da exercida pelo contratante;

c) Responderá por eventuais prejuízos causados a contratante e/ou a terceiros provocados por insuficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados filiados ou propostos, na execução dos serviços de assistência técnica ;

d) Será de inteira responsabilidade da contratada, as despesas diretas ou indiretas tais como: encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis, e qualquer outra que forem devidas a empregados da contratada para a execução do objeto deste contrato, ficando ainda a contratante, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

Cláusula Décima Segunda - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei 8.666/93 .

Cláusula Décima Terceira - DAS PENALIDADES

As penalidades decorrentes da inadimplência total ou parcial do presente contrato por parte da contratada, seguirá a disciplina dos artigos 86 a 99 da Lei 8.666/93.

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais a saber:

- a) advertência;
- b) multa administrativa, graduável, conforme a gravidade da infração, não excedendo em seu total o equivalente a 10% (Dez por cento) do valor do contrato, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de não superior a 2 (dois) anos; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinados da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Cláusula Décima Quarta - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recursos no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior aquele que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

Cláusula Décima Quinta - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da contratante, nos termos do artigo 67 da

Lei 8.666/93, c/c portaria municipal 0185/2011.

Cláusula Décima Sexta - DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá a contratante providenciar publicação deste contrato, por extrato, em jornal de circulação, até o dia 5(cinco) do mês subsequente a data de sua assinatura.

Cláusula Décima Sétima - DA ALTERAÇÃO

Este contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no artigo 65 da Lei 8.666/93, sempre através de termo aditivo.

Cláusula Décima Oitava: - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização dos serviços será de responsabilidade da Secretaria de Educação do Município de Ibiam.

Cláusula Decima Nona - Nos casos em que este contrato for omissivo, prevalecerá o disposto na Lei 8666/93 e alterações.

Cláusula Décima - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento contratual.

Ibiam (SC), 29 de Outubro de 2014.

Clovis José Busatto

Prefeito Municipal

Contratante Adm.

Construtora Edificação Ltda

CNPJ: 12.967.590/0001-05

Antonio Gonçalves Dias Junior

Catarina Borsoi

CPF - 572.246.259-49

Luciana Balen

CPF: 042.307.839-90

ATA 017/2014 - PMI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 017/2014

PROCESSO LICITATÓRIO N. 051/2014

PREGÃO PRESENCIAL N. 037/2014

SRP Nº 020/2014

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos 3(três) dias do mês de Novembro do ano de dois mil e quatorze, o Município de Ibiam, inscrito no CNPJ sob n. 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 037/2014, Processo Licitatório 051/2014, SRP 020/2014, RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s) COR URBANA INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA EPP, CNPJ: 06.057.694/0001-80, estabelecida na Rua Padre 365, Centro, Tangará/SC, CEP: 89.642-000, representada neste ato por seu Sócio Adm. o Sr. Paulo Roberto Coser, CPF: 051.560.299-06, RG 4.150.189, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que é parte integrante este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO visando futuras possíveis aquisições, com pedidos parcelados de peças de vestuário padronizado(uniforme escolar), que serão distribuídos gratuitamente para os alunos da rede municipal de ensino, conforme segue:

Item	Qtde_item	Preço Init.	Descrição do Objeto	un_codi
1	33	9,50	Camiseta Manga curta malha PV (67% poliéster e 33% Viscose), Com gramatura de 160 g/m2, anti pilling, com branca, com logo do Município, estampado no lado esquerdo, gola redonda com ribana vermelha e costuras com fios e linhas 100% poliéster. Tamanho de 0 a04.	UN
2	101	12,00	Camiseta Manga curta malha PV (67% poliéster e 33% Viscose), Com gramatura de 160 g/m2, anti pilling, com branca, com logo do Município, estampado no lado esquerdo, gola redonda com ribana vermelha e costuras com fios e linhas 100% poliéster. Tamanho de 06 a 08.	UN
3	44	12,50	Camiseta Manga curta malha PV (67% poliéster e 33% Viscose), Com gramatura de 160 g/m2, anti pilling, com branca, com logo do Município, estampado no lado esquerdo, gola redonda com ribana vermelha e costuras com fios e linhas 100% poliéster. Tamanho de 10 a 12.	UN
4	21	13,50	Camiseta Manga curta malha PV (67% poliéster e 33% Viscose), Com gramatura de 160 g/m2, anti pilling, com branca, com logo do Município, estampado no lado esquerdo, gola redonda com ribana vermelha e costuras com fios e linhas 100% poliéster. Tamanho de 14 a 16.	UN

5	33	28,45	Jaqueta em Malha Colegial 60% poliéster e 40% algodão, com gramatura de 295g/m2, com cinza, 2 bolsos na frente, zíper até a gola 2 filetes em cada braço com logo do Município estampado no lado esquerdo e estampa em arco nas costas. Costuras com fios e linhas 100% poliéster. Tamanho de 0 a 04.	UN
6	101	39,45	Jaqueta em Malha Colegial 60% poliéster e 40% algodão, com gramatura de 295g/m2, com cinza, 2 bolsos na frente, zíper até a gola 2 filetes em cada braço com logo do Município estampado no lado esquerdo e estampa em arco nas costas. Costuras com fios e linhas 100% poliéster. Tamanho de 06 a 08.	UN
7	44	40,45	Jaqueta em Malha Colegial 60% poliéster e 40% algodão, com gramatura de 295g/m2, com cinza, 2 bolsos na frente, zíper até a gola 2 filetes em cada braço com logo do Município estampado no lado esquerdo e estampa em arco nas costas. Costuras com fios e linhas 100% poliéster. Tamanho de 10 a 12.	UN
8	21	44,45	Jaqueta em Malha Colegial 60% poliéster e 40% algodão, com gramatura de 295g/m2, com cinza, 2 bolsos na frente, zíper até a gola 2 filetes em cada braço com logo do Município estampado no lado esquerdo e estampa em arco nas costas. Costuras com fios e linhas 100% poliéster. Tamanho de 14 a 16.	UN
9	33	18,45	Calça em malha colegial 60% poliéster e 40% algodão, com gramatura de 295g/m2, cor cinza, 2 bolsos na frente, elástico na cintura e 2 filetes nas pernas, costuras com fios e linhas 100% poliéster. Tamanho 0 a 04..	UN

10	101	23,45	Calça em malha colegial 60% poliéster e 40% algodão, com gramatura de 295g/m2, cor cinza, 2 bolsos na frente, elástico na cintura e 2 filetes nas pernas, costuras com fios e linhas 100% poliéster. Tamanho 06 a 08.	UN
11	44	24,45	Calça em malha colegial 60% poliéster e 40% algodão, com gramatura de 295g/m2, cor cinza, 2 bolsos na frente, elástico na cintura e 2 filetes nas pernas, costuras com fios e linhas 100% poliéster. Tamanho 10 a 12.	UN
12	21	26,95	Calça em malha colegial 60% poliéster e 40% algodão, com gramatura de 295g/m2, cor cinza, 2 bolsos na frente, elástico na cintura e 2 filetes nas pernas, costuras com fios e linhas 100% poliéster. Tamanho 14 a 16.	UN
13	35	15,45	Calção masculino em malha colegial 60% poliéster e 40% algodão, com gramatura de 295g/m2, cor cinza, 2 bolsos na frente, elástico na cintura e 2 filetes nas pernas, costuras com fios e linhas 100% poliéster. Tamanho 0 a 04.	UN
14	65	17,45	Calção masculino em malha colegial 60% poliéster e 40% algodão, com gramatura de 295g/m2, cor cinza, 2 bolsos na frente, elástico na cintura e 2 filetes nas pernas, costuras com fios e linhas 100% poliéster. Tamanho 06 a 08.	UN
15	35	18,45	Calção masculino em malha colegial 60% poliéster e 40% algodão, com gramatura de 295g/m2, cor cinza, 2 bolsos na frente, elástico na cintura e 2 filetes nas pernas, costuras com fios e linhas 100% poliéster. Tamanho 10 a 12.	UN
16	30	20,45	Calção masculino em malha colegial 60% poliéster e 40% algodão, com gramatura de 295g/m2, cor cinza, 2 bolsos na frente, elástico na cintura e 2 filetes nas pernas, costuras com fios e linhas 100% poliéster. Tamanho 14 a 16.	UN

17	12	15,50	Shorts- saia, em malha colegial 100% poliéster, 40% algodão, com gramatura de 295g/m2, cor verde utopia, sem bolos, elástico na cintura e 1 filete nas laterais. Costuras com fios de linhas 100% poliéster. Tamanho 0 a 04.	UN
18	35	18,00	Shorts- saia, em malha colegial 100% poliéster, 40% algodão, com gramatura de 295g/m2, cor verde utopia, sem bolos, elástico na cintura e 1 filete nas laterais. Costuras com fios de linhas 100% poliéster. Tamanho 06 a 08.	UN
19	40	19,50	Shorts- saia, em malha colegial 100% poliéster, 40% algodão, com gramatura de 295g/m2, cor verde utopia, sem bolos, elástico na cintura e 1 filete nas laterais. Costuras com fios de linhas 100% poliéster. Tamanho 10 a 12.	UN
20	25	23,00	Shorts- saia, em malha colegial 100% poliéster, 40% algodão, com gramatura de 295g/m2, cor verde utopia, sem bolos, elástico na cintura e 1 filete nas laterais. Costuras com fios de linhas 100% poliéster. Tamanho 14 a 16.	UN
Valor total estimado: R\$: 19.197,10(Dezenove mil, cento e noventa e sete reais)				

e conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIA E EM SEU ANEXO I, que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta ata.

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade por um período de 12(doze) meses, contados a partir da data da sua publicação.

a) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Secretário Solicitante, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo

Município de Ibiam.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Ibiam, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001.

5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiam, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/ Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

7 - DA DESPESA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Cod.Red.	Un.Orç.	Proj./Ativ.	Elemento Despesa	Compl.do Elemento
69	02.06	2.026	33900000000000	33903299000000

8. DO PAGAMENTO

8.1. Ao critério do Município de Ibiam, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para retirar a nota de empenho, que substituirá o contrato, estando às obrigações

assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

8.3. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo decreto municipal 2.567/2013, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de relatório de horas executadas, assinado pelo secretário de obras, e mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica devidamente recebida e aceita por Servidor responsável pelo recebimento. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado mediante apresentação, por parte do contratado da documentação que comprove a regularidade obrigatória da licitante vencedora junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores ou mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

8.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.7. Após a solicitação formal por parte do Município de Ibiã, o fornecedor terá um prazo máximo de até 5 dias, para fabricar e entregar no Centro Educacional Eliziane Titon os itens solicitados na AF. (contados do recebimento da respectiva Autorização de Fornecimento, a qual será encaminhada por e-mail ou fax). A empresa fica obrigada a substituir as peças que por ventura apresentem defeito de fabricação ou no próprio tecido, sem custos adicionais para o município, devendo fazê-lo no prazo de até 48 horas. Para cada dia de atraso no fornecimento da mercadoria será cobrado multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 5 (cinco) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constate que o material utilizado na fabricação dos uniformes é de qualidade inferior ao das amostras os mesmos serão devolvidos para a empresa e o Município não realizará o pagamento das peças que foram confeccionadas em material que não atenda as exigências contidas no item 1 (do objeto), sofrendo também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços.

8.9. A Administração não efetuará pagamento de itens não autorizados pela administração municipal e em desacordo com esta Ata e com o Anexo I do Edital de Pregão n. 037/2014 sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no item 11.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4. consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externar(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 047/2014 Pregão Presencial 037/2014, SRP 020/2014 será exercida pelo Secretário de: Secretário de Educação do Município de Ibiã, conforme Portaria 0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias.

10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n. 037/2013 e Ata do respectivo processo.

11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das

condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 037/2014

11.6. Obrigar-se ao acréscimo de 25% (vinte cinco por cento), estipulado no Edital n. 037/2014, conforme art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.

12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues com atraso, e decorridos 5 (cinco) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

e) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de

cadastro de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDA - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

PARÁGRAFO QUARTO - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEXTA - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

14. DO CANCELAMENTO DA REGISTRO

14.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

a) não cumprir as obrigações da presente Ata;

b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;

d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor (es) e a (s) especificação (ões) resumida (s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público Municipal,

Diário Oficial do Estado de Santa Catarina;

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 051/2014; o Edital do Pregão n. 037/2014, SRP 020/2014 as propostas com preços e especificações.

17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Ibiam/SC, 03 de Novembro de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal
CONTRATANTE

COR URBANA IND. E COM. DE CONF. LTDA EPP

CNPJ: 06.057.694/0001-80

Sócio Adm: Paulo Roberto Coser
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Catarina Borsoi

Luciana T. Balem

CPF: 572.246.259-49

CPF: 042.307.839-90

Melzi Cavazzola

Advogado - OAB/SC 3.076

ATA 016/2014 - PMI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 016/2014

PROCESSO LICITATÓRIO N. 049/2014

PREGÃO PRESENCIAL N. 035/2014

SRP Nº 018/2014

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos 03 dias do mês de Novembro do ano de dois mil e quatorze, o Município de Ibiam, inscrito no CNPJ sob n. 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 035/2014, Processo Licitatório 049/2014, SRP 018/2014, RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s) SAFRA DIESEL LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 76.578.202/0001-87, com sede na Rodovia Acesso SC 480 Nº 941 Chapecó/SC, CEP 89.801-970 neste ato representado por seu Gerente o Sr. Reni Perizzolo, CPF: 097.840.980-91, CI:5.581.909-SSP-SC, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO visando futuras possíveis aquisições, com pedidos parcelados de:

Item	Quantidade estimada	Valor Unit.	Objeto	Unid.
1	20	187,30	OLEO ISSO V668 HIDRÁULICO EMBALAGEM COM 20L	EMB
2	80	230,00	OLEO API CG4 - OLEO MOTOR, EMBALAGEM C/ 20LITROS	EMB
3	54	53,41	OLEO SEMISSINTETICO API SN, EMBALAGEM C/ 3 LITRO.	EMB
4	23	247,24	OLEO TH 20W30, THF 11, EMBALAGEM COM 20 LITROS	EMB
5	29	294,60	OLEO FTA, EMBALAGEM COM 20 LITROS	EMB
6	17	230,33	OLEO SAE 90API GL 5, EMBALAGEM COM 20 LITROS	EMB
7	14	220,43	OLEO 140, API GL 5, EMBALAGEM COM 20 LITROS.	EMB
8	5	330,00	OLEO TRANSMISSÃO MAT 3505, EMBALAGEM COM 20 LITROS.	EMB
9	50	17,23	DOT 4, FLUIDO DE FREIO, EMBALAGEM COM 500 ML	EMB
10	28	7,50	OLEO 2 TEMPOS, EMBALAGEM COM 500ML	EMB
11	33	6,50	DESINGRIPANTE, EMBALAGEM COM 500 ML.	EMB
12	16	129,00	NH 610, ÓLEO FREIO MINERAL(AMBRA), EMBALAGEM C/ 1 LITRO	EMB
13	10	255,00	VG 46, OLEO H046MVG, EMBALAGEM COM 20 LITROS	EMB
14	5	580,00	ADITIVO RADIADORES, EMBALAGEM COM 50 LITROS	EMB
15	46	5,00	AGUA BATERIA, EMBALAGEM COM 1 LITRO	EMB
16	15	717,81	GRAXA GRAFITADA, LLHT/GRF 2, EMBALAGEM COM 20KG	EMB
17	15	321,66	GRAXA COMUM, CA 2, EMBALAGEM COM 20KG.	EMB
18	3	492,61	SODA DESENGRAXANTE, EMBALAGEM COM 200 LITROS.	EMB
19	8	492,50	ALUMÍNIO EMBALAGEM COM 200 LITROS.	EMB
20	7	550,00	SHAMPOO, EMBALAGEM COM 200 LITROS.	EMB
21	7	200,00	LÍQUIDO MECÂNICO, EMBALAGEM COM 200 LITROS.	EMB
22	60	85,55	ARLA 32, EMBALAGEM COM 20 LITROS.	EMB
23	28000	2,85	Gasolina Comum	LT
24	134000	2,33	Óleo Diesel Comum	LT
25	72000	2,58	Óleo Diesel S10	LT

Valor total estimado: R\$ 557.640,00(Quinhentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e quarenta reais)

Os quantitativos são mera expectativa de contratação. O Município de Ibiam reserva-se o direito de solicitar apenas a quantidade necessária para suprir as necessidades das Secretarias requisitantes. Após o termino da vigência da ata os saldos restantes serão

desconsiderados, sem que caiba ao fornecedor, qualquer direito de indenização ou reclamação. Integram a presente Ata de Registro de Preços o Edital de Pregão Presencial 035/2014-Processo Licitatório 049/2014 e a proposta apresentada pelo fornecedor, acima discriminado, bem como a planilha de lances ofertados pelo fornecedor vencedor dos itens acima. e conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E EM SEUS ANEXOS.

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade pelo período de 90 dias, podendo, a critério da Administração, ser prorrogado por igual período ou até o limite máximo de 12 meses, contados a partir da data de assinatura da presente ata de registro de preços.

a)- Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

b)A licitante vencedora obriga-se a aceitar os acréscimos ou supressões de 25% (vinte cinco por cento), conforme art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Secretario Solicitante do item, conforme conste no respectivo Termo de Referência, anexo ao processo.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Ibiam.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Ibiam, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001.

5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiam, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

7 - DA DESPESA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

REDUZIDO	ATIVIDADE	COM.. DO DETALHAMENTO
2	MANUT. DAS ATIV. DO GABINETE DO PREFEITO E VICE	33903001000000
12	MANUT. DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	33903022000000
12	MANUT. DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	33903001000000
16	MANUT. CONVÊNIO SECRET. SEGURANÇA PÚBLICA	33903001000000
29	MANUT. ATIV. DE APOIO AO AGRICULTOR	33903022000000
29	MANUT. ATIV. DE APOIO AO AGRICULTOR	33903001000000
53	MANUT. SECRET. INFRAESTRUTURA TRANSP. E OBRAS	33903039000000
53	MANUT. SECRET. INFRAESTRUTURA TRANSP. E OBRAS	33903001000000
54	MANUT. SECRET. INFRAESTRUTURA TRANSP. E OBRAS	33903001000000
55	MANUT. SECRET. INFRAESTRUTURA TRANSP. E OBRAS	33903001000000
69	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903001000000
76	APOIO AO ENSINO MÉDIO	33903001000000
83	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	33903001000000
90	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	33903001000000
120	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903001000000
126	MANUT. ATIV. DE APOIO AO AGRICULTOR	33903022000000
126	MANUT. ATIV. DE APOIO AO AGRICULTOR	33903001000000

8. DO PAGAMENTO, DAS CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS ITENS

8.1. O preço total ajustado para possíveis aquisições é de R\$ 557.640,00(Quinhentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e quarenta reais). Ao critério do Município de Ibiam, obedecida à ordem

de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para retirar a nota de empenho, que substituirá o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

8.3. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2.567/2013, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de nota fiscal impressa e devidamente liquidada pelo secretário competente. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: compras@ibiam.sc.gov.br e nfe@ibiam.sc.gov.br.

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, fornecimento de itens em desacordo com o edital, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado após a empresa enviar, ao Setor de compras da Prefeitura de Ibiam, as Certidões Negativas de Débito Federais e Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS, e Falência e Concordata, e CNDT.

8.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.7. Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de até 48(Quarenta e oito) horas, para entregar os itens constantes na respectiva AF - Autorização de Fornecimento. Os itens(exceto gasolina, óleo diesel e óleo S10), devem estar acondicionado em embalagem original do produto, devidamente lacrado, com rotulo ou impressão na própria embalagem contendo no mínimo os seguintes dados: marca, ficha técnica do produto, data de fabricação, data de validade, lote, API(conforme o caso), responsável técnico, registro no órgão competente, entre outros. Para cada dia de atraso na entrega do item o Município cobrará multa de R\$ 300,00(Trezentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 20(vinte) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá também as penalidades legais conforme consta neste edital. No momento do recebimento do item, caso a administração constate que o mesmo não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços, e será cobrada a multa acima estipulada por dia de atraso na substituição do produto.

Todos os itens constantes neste edital estão sujeitos a serem encaminhados para análise. Sendo realizada a análise e constatado alteração no(s) produto(s), será aplicada uma multa de R\$ 10.000,00(dez mil reais) por item adulterado,(que não atenda as normas e legislação em vigor) e demais penalidades legais.

Todos os itens constantes neste processo devem ser entregues na garagem de máquinas da Prefeitura de Ibiam, durante horário de expediente, sob pena de não serem recebidos, e sem custos adicionais para o Município de Ibiam.

8.8 - Condições de fornecimento Para os itens Gasolina, óleo diesel e óleo S10 a forma de fornecimento é a seguinte:

O combustível diesel, e diesel S10, devem ser fornecidos no prazo máximo de até 48(quarenta e oito) horas contados do encaminhamento da Autorização de Fornecimento, no e-mail indicado pelo proponente na proposta comercial, o não fornecimento no prazo indicado, enseja na aplicação de multa diária de 300,00(Trezentos reais), por dia de atraso. O combustível será depositado em tanque e bomba de abastecimento fornecidos pela empresa vencedora. Além do fornecimento de tanque e bomba de abastecimento a empresa vencedora é responsável em providenciar totalmente a suas custas as respectivas bacias de contenção para cada tanque/bomba), também é por conta da empresa vencedora todos os custos de instalação do equipamento em local indicado pela administração, manutenção/assistência técnica do equipamento(tanque e bomba), bem como providenciar todas as placas de advertência que devem ser afixadas no local, conforme legislação em vigor. A assistência técnica, quando solicitada pelo Município de Ibiam, deve ocorrer em no máximo 4(quatro) horas, sob pena de execução do contrato.

O equipamento(tanque com sua respectiva bomba de abastecimento), devem atender plenamente as normas da ABNT, do INMETRO e demais legislação pertinente a matéria e estarem em excelentes condições de uso.

Os tanques devem ter no mínimo as seguintes capacidades:

Mínimo 7.000(sete mil litros), para óleo diesel s10,

Mínimo 10.000(dez mil litros), para óleo diesel comum.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4 consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externar(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 049/2014, Pregão Presencial 035/2014, SRP 018/2014 será exercida pelos Secretários usuários dos itens licitados, conforme Termos de Referência anexos ao respectivo processo, conforme Portaria 0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias.

10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n. 035/2014 e Ata do respectivo processo.

11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 035/2014

12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues com atraso, e decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

g) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDA - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

PARÁGRAFO QUARTO - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEXTA - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para

negociar o novo valor compatível ao mercado.

14. DO CANCELAMENTO DA REGISTRO

14.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor (es) e a (s) especificação (ões) resumida (s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público Municipal, Diário Oficial do Estado de Santa Catarina;

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 049/2014; o Edital do Pregão n. 035/2014, SRP 018/2014 as propostas com preços e especificações.

17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Ibiam/SC 03 de Novembro de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

SAFRA DIESEL LTDA

CNPJ: 76.578.202/0001-87

Gerente: RENI PERIZZOLO
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Laelcio A. Gasaniga
CPF - 807.451.729-20

Irley Lamperti
CPF: 572.241.539-15

CONTRATO 029/2014 PMI

CONTRATO Nº 029/2014

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 054/2014

PREGÃO PRESENCIAL No 039/2014

Que entre si fazem o Fundo Municipal de Saúde de Ibiam-SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiam - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado a empresa Auto Elite Ltda, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 83.270.397/0009-16, com sede na Rua Rodovia BR 282, Km 343,6, Bairro Nossa Senhora de Lurdes, Campos Novos SC, CEP: 89620-000, neste ato representado por seu Gerente o Sr. Jeferson Moura, CPF: 006.348.869-83, CI 3.986.704, de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 054/2014 e Pregão Presencial nº 039/2014, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO - O presente Contrato tem por objeto a aquisição de veículos para as secretarias municipais, conforme tabela abaixo:

Item	Objeto	Quantidade	Valor unitário
1	Veículo novo, utilitário, zero km, tipo pick-up, no mínimo dois lugares, motor no mínimo 1.6, Airbag duplo, bicomustível, freios ABS, equipada com direção hidráulica, ar quente, Rádio, CD Player MP3 com entrada USB, no mínimo 2 alto falantes, antena no teto, proteção do motor, pneus e rodas no mínimo aro 14, 4 pneus novos, mais 1 pneus novo no mínimo aro 14 para estepe, tapetes, garantia de 3 anos. Ano/modelo: 2014/2015. Conforme convenio SC nº 2014TR002539.	2	R\$ 39.850,00

2	Veículo novo, zero km, motor no mínimo 1.0, bicomustível, Airbag, freios ABS, equipado com direção hidráulica, quatro portas, ar quente, limpador traseiro, 4 tapetes, capacidade mínima do tanque 50 litros, pneus e rodas no mínimo aro 14, 4 pneus novos, mais 1 pneu novo no mínimo aro 14 para estepe, vidro elétrico, proteção do motor, garantia mínima de 3 anos. equipado com GPS, Rádio, CD Player MP3 com entrada USB, no mínimo 4 alto falantes, antena no teto chave com controle, Ano/modelo: 2014/2015. Conforme convenio SC nº 2014TR002539.	2	R\$ 36.850,00
3	Veículo novo, zero km, motor no mínimo 1.6, bicomustível, Airbag, freios ABS, equipado com direção hidráulica, quatro portas, ar condicionado(quente/frio), limpador traseiro, capacidade mínima do tanque 50 litros, pneus e rodas no mínimo aro 14, 4 pneus novos, mais 1 pneu novo no mínimo aro 14 para estepe, vidros elétricos, proteção do motor, equipado com GPS. Rádio, CD Player MP3 com entrada USB, no mínimo 4 alto falantes, antena no teto, chave com controle, garantia mínima de 3 anos. Ano/modelo: 2014/2015. Conforme convenio SC nº 2014TR002539.	1	R\$ 42.850,00
4	Veículo novo, utilitário, zero km, tipo pick-up, no mínimo dois lugares, motor no mínimo 1.6, Airbag duplo, bicomustível, freios ABS, equipada com direção hidráulica, ar quente, Rádio, CD Player MP3 com entrada USB, no mínimo 2 alto falantes, antena no teto, proteção do motor, pneus e rodas no mínimo aro 14, 4 pneus novos, mais 1 pneu novo no mínimo aro 14 para estepe, tapetes, garantia de 3 anos. Ano/modelo: 2014/2015. Conforme convenio SC nº 2014TR002499.	1	R\$ 39.850,00

CLÁUSULA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE ENTREGA

Após a solicitação formal por parte do Município de Ibiã, com o envio da respectiva Autorização de Fornecimento-AF, no e-mail constante na proposta vencedora, o fornecedor terá um prazo máximo de até 2(dois) dias, para fornecer os itens que foi vencedor. A empresa fica obrigada a substituir itens com defeito ou que não atendam as exigências do município, sem custos adicionais para o município, devendo fazê-lo no prazo de até 24 horas.

Para cada dia de atraso poderá ser cobrado multa de R\$ 500,00(quinzentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 15(quinze) dias o presente contrato será cancelada

e a empresa sofrerá as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constate que o item não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por Comissão Especial ou servidor, designado pelo Município de Ibiã, conforme Art. 67 da Lei 8666/93 e portaria 185/2011, que anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes a Prefeitura não serão consideradas como motivos para contestação de multas ou penalidades aplicadas em razão de atraso na entrega da mercadoria ou em desacordo com o solicitado nas respectivas A. Fs.

O FORNECIMENTO DOS ITENS LICITADOS SOMENTE PODERÁ SER EFETUADO MEDIANTE EMISSÃO DA RESPECTIVA AF-AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, EMITIDA PELO SETOR DE COMPRAS DO MUNICÍPIO DE IBIAM.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de recursos de convênios com o estado de SC e próprios do Município de Ibiã.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros serão próprios do Município do Orçamento do exercício financeiro de 2014 e dos CONVÊNIOS COM O ESTADO DE SC Nº 2014TR002539 - R\$ 150.000,00, contrapartida do Município de Ibiã R\$ 30.722,89 E CONVENIO Nº 2014TR002499 - R\$ 30.000,00, contrapartida do Município de Ibiã R\$ 10.000,00, conforme segue:

Reduzido	Valor	Destinação	Complemento do Detalhamento
24	14.000,00	Aquisição de Veículos, Máquinas, implementos agric	44905252000000
25	63.000,00	Aquisição de Veículos, Máquinas, implementos agric	44905252000000
50	1.000,00	Aquisição de Máquinas e Veículos	44905252000000
51	80.000,00	Aquisição de Máquinas e Veículos	44905252000000
64	1.000,00	Aquisição de Veículos Educação	44905252000000
65	37.000,00	Aquisição de Veículos Educação	44905252000000
118	51.000,00	MANUT. DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	44905252000000

CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço total ajustado para o fornecimento do objeto deste contrato é de R\$ 236.100,00(Duzentos e trinta e seis mil, e cem reais). O valor unitário esta descrito na Cláusula Segunda deste contrato. O pagamento pelo fornecimento do objeto deste contrato será efetuado conforme liberação dos recursos financeiros por parte dos convênios estaduais. Deixando desde já todos cientes que esta liberação não depende do Município e que o pagamento pode

demorar para ocorrer, sem que caiba direitos a reclamações ou indenizações aos vencedores deste processo. A empresa vencedora deve encaminhar a nota fiscal impressa via correio ou pessoalmente, e também nos seguintes endereços: nfe@ibiam.sc.gov.br,compras@ibiam.sc.gov.br. O arquivo XML deve ser enviado no primeiro e-mail(nfe@ibiam.sc.gov.br) O pagamento somente será liberado mediante transferência bancária conforme indicado na proposta da empresa vencedora(nº de Banco, agência, conta corrente), não será impresso pela Prefeitura de Ibiom Boleto Bancário, somente será aceito se vir impresso junto com a nota fiscal.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE

Não haverá reajuste, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

É assegurado à CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro(Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I - A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II - Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III - A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada assinar aditivo de redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

CLÁUSULA OITAVA: VIGÊNCIA

O(s) item(n)s, objeto deste contrato tem garantia mínima, contra defeitos de fabricação por um período mínimo de 3 anos. O contratado deve prestar assistência técnica imediata, num prazo máximo de até 24 horas, sempre que constatado problemas mecânicos decorrentes de defeitos de fabricação, o não cumprimento do previsto nesta cláusula pode ensejar a aplicação de multa diária de R\$ 500,00(quinhentos reais) por dia de atraso.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele

assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

II - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 039/2014, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

I - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, conforme portaria 185/2011, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA VINCULAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 039/2014, Processo Licitatório nº 054/2014, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 1.351/05, e demais legislação vigente e pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 1.351/05.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo MUNICÍPIO ou por acordo entre as partes, ficando a EMPRESA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato isso em até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial ajustada, Art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Ibiam/SC, 31 de Outubro de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

AUTO ELITE LTDA
CNPJ: 83.270.397/0009-16
Gerente: Jeferson Moura
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Laelcio A. Gasaniga
CPF - 807.451.729-20

Irley Lamperti
CPF: 572.241.539-15

TP 005/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2014
TOMADA DE PREÇO Nº 005/2014

A Prefeitura Municipal de Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Tomada de Preço para Construção de uma quadra coberta com área total a construir de 980,40m², com recursos do FNDE - nº 204530/2013.

Entrega dos envelopes: até 01/12/2014 no horário das 07:30 as 11:30 horas.

Abertura dos envelopes: 02/12/2014 às 08:00 horas

Forma de Julgamento: Menor Preço Global

Base legal: Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 e LC 147/14. O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0**49)534-0044.

Ibiam, 11 de Novembro de 2014.

Clovis José Busatto
Prefeito Municipal de Ibiam

DECRETO Nº 2711/2014

DECRETO Nº 2611, DE 06 DE MARÇO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0537/2013:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro consolidado no valor de R\$ 31.000,00 (Trinta e um mil reais), no orçamento de 2014 do Fundo Municipal de Saúde de Ibiã, nas seguintes programações de despesas:

Suplementação:

Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS

Unidade Orçamentária: 0301 - Fundo Municipal da Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301- Atenção Básica

Programa: 1001 - Saúde com Qualidade

Atividade: 1015 - Aquisição Veículos Saúde

Modalidade de Aplicação: 44900000 - Aplicações Diretas

Fonte: 0300 - Recursos Ordinários Superávit Exercício Anterior

Valor R\$ 31.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior do Município de Ibiã.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,

EM 06 DE MARÇO DE 2014.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA

SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

DECRETO Nº 2713/2014

DECRETO Nº 2713, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0537/2013:

CONSIDERANDO: O fato de que o Município de forma unilateral por falência da empresa contratada realizou distrato do contrato de prestação de serviço;

CONSIDERANDO: Que a contabilidade após receber de forma verbal o comunicado efetuou o cancelamento da despesa;

CONSIDERANDO: Que a recurso financeiro encontra-se depositado

na conta bancária 14.779-6;

CONSIDERANDO: Que a referida obra será realizada com quase na sua totalidade recursos vinculados a convênio, os quais encontram-se depositados em conta corrente..

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro, no valor de R\$ 16.911,26 (Dezesseis mil novecentos e onze reais e vinte e seis centavos), no orçamento de 2014 do Fundo Municipal de Saúde de Ibiã, nas seguintes programações de despesas:

Suplementação:

Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS

Unidade Orçamentária: 0301 - Fundo Municipal da Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301- Atenção Básica

Programa: 1001 - Saúde com Qualidade

Projeto: 1014 - Ampliação da Rede Física de Saúde

Modalidade de Aplicação: 44900000 - Aplicações Diretas

Fonte: 0323 - Recursos Vinculados - Exercício Anterior Saúde

Valor R\$ 16.911,26

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado provável excesso de arrecadação do convênio de recursos federais fundo a fundo para construção de academia de saúde

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,

EM 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA

SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

DECRETO Nº 2714/2014

DECRETO Nº 2714, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA DE AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PADRONIZADOS E CONSOLIDADOS COM O PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Clóvis José Busatto, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Decreta:

Art. 1º Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº 753, de 21 de dezembro de 2012, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

ITEM	CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO)
1 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	
1.1 – Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa	2015
1.2 - Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa	2015
2 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.	
2.1 – Registro das obrigações e provisões por competência	2015
2.2 – Divulgação de cada classe de provisão.	2015
3 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	
3.1 – Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.	2014
4 – Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.	
4.1 – Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis.	2014

4.2 – Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos.	2014
4.3 – Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.	2014
5 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura;	
5.1 – Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura.	2015
5.2 – Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura	2015
5.3 – Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura	2015
5.4 – Registro contábil dos ativos de infraestrutura	2015
6 – Implementação de Sistema de Custos	
6.1 – Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados.	2016
6.2 – Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos.	2016
6.3 – Implementação do sistema de custos.	2016
7 – Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais	
7.1 – Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP.	2015
7.2 – Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.	2015
8 – Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	
8.1 – Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial.	2015
8.2 – Implementação de controle de estoque/almoxxarifado.	2015

Art. 2º Os Procedimentos Contábeis referidos neste decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor

Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2501 de 20/05/2013.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM ,
03 DE NOVEMBRO DE 2014.

Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal de Ibiã

Publicação e Registro:

Laécio Antonio Gasaniga
Sec.da Adm.e da Fazenda

Ilhota

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 006/2014 – FUNDAÇÃO CULTURAL JOSÉ IZIDRO VIEIRA

Extrato de Contrato nº 006/2014 - Fundação Cultural José Izidro Vieira

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Extrato de Contrato nº 006/2014 - Fundação Cultural José Izidro Vieira

Processo: Pregão Presencial nº 001/2014 - Fundação Cultural José Izidro Vieira

Objeto: Aquisição de Instrumentos Musicais, Equipamentos Eletrônicos, Ar condicionado e mobiliário, conforme anexos do Edital. Convênio 2014TR002794

Fornecedor: GRADIARA COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA - ME

Valor: R\$ 1.680,00 (um mil seiscentos e oitenta reais)

Assinatura: 05/11/2014

Vigência: Da assinatura até 31/12/2014

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 018/2014 - FMS

Extrato do termo Aditivo do Contrato nº 018/2014 - FMS

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Extrato de Aditivo do Contrato nº 018/2014 - FMS

Processo: PREGÃO nº 009/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Fornecedor: ITAOX COMERCIO DE GASES INDUSTRIAIS LTDA EPP

Valor e Quantidade: R\$ 2.215,00 (dois mil duzentos e quinze reais) 25%

Assinatura: 06/10/2014

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 008/2014 – FUNDAÇÃO CULTURAL JOSÉ IZIDRO VIEIRA

Extrato de Contrato nº 008/2014 - Fundação Cultural José Izidro Vieira

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Extrato de Contrato nº 008/2014 - Fundação Cultural José Izidro Vieira

Processo: Pregão Presencial nº 001/2014 - Fundação Cultural José Izidro Vieira

Objeto: Aquisição de Instrumentos Musicais, Equipamentos Eletrônicos, Ar condicionado e mobiliário, conforme anexos do Edital. Convênio 2014TR002794

Fornecedor: TODT MÓVEIS LTDA - ME

Valor: R\$ 662,80 (seiscentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos)

Assinatura: 05/11/2014

Vigência: Da assinatura até 31/12/2014

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO 26-2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO 26-2014 FMS

O Município de Ilhota (SC) torna público o Extrato de Termo Aditivo do Contrato 26-2014 FMS.

Objeto: Contratação de Empresa para Execução dos Serviços de Coleta, Transporte e Destino final de Resíduos Hospitalares do Município de Ilhota..

Contratada: AMBSERV SUL SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

Valor Estimado: R\$ 987,50 (novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos.)

Ilhota SC, 06 de outubro de 2014.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

Imarui**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO FMS N. 001/2014**

MUNICÍPIO DE IMARUÍ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUÍ

Contrato FMS N. 001/2014. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Imaruí. Contratada: Mundial Serviços Ltda Epp. Objeto: construção de uma Academia Pública na localidade de Aratingaúba e no Centro, município de Imaruí/SC. Crédito Orçamentário: (Proj./Ativ.: 1.102 - Elemento Despesa 4.4.90.51.00.00.00.00.1.000 - Rubrica 13), (Proj./Ativ.: 1.102 - Elemento Despesa 4.4.90.51.00.00.00.00.1.012 - Rubrica 11). Valor Total do contrato: R\$ 209.305,28 (duzentos e nove mil trezentos e cinco reais e vinte oito centavos), sendo custo com mão de obra de R\$ 62.791,59 (sessenta e dois mil setecentos e noventa e um reais e cinquenta e nove centavos), e material de R\$ 146.513,69 (Cento e quarenta e seis mil, quinhentos e treze reais e sessenta e nove centavos). Tomada de Preço N. 001/2014. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 13/02/2014 a 13/06/2014. Assinatura: 13/02/2014. Signatários: Contratante, Sr. Vanderlei Cunha. Contratada, Sr. Janiscio Augusto Nienkoetter.

EXTRATO DE CONTRATO FMS N. 002/2014

MUNICÍPIO DE IMARUÍ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUÍ

Contrato FMS N. 002/2014. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Imaruí. Contratada: Auto Posto de Combustível Celso e Alcy Ltda. Objeto: Aquisição de Combustível. Crédito Orçamentário: (Proj./Ativ.: 2.060 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.0.1.000 - Rubrica 26), (Proj./Ativ.: 2.104 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.0.1.064 - Rubrica 41), (Proj./Ativ.: 2.112 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.0.1.066 - Rubrica 89). Valor Total do contrato: R\$ 103.875,00 (cento e três mil oitocentos e setenta e cinco reais). Pregão Eletrônico PMI N. 003/2014. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. Vigência: 13/02/2014 a 13/02/2015. Assinatura: 13/02/2014. Signatários: Contratante, Sr. Vanderlei Cunha. Contratada, Sra. Márcia Rocha Medeiros da Silveira.

EXTRATO DE CONTRATO FMS N. 003/2014

MUNICÍPIO DE IMARUÍ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUÍ

Contrato FMS N. 003/2014. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Imaruí. Contratada: Someval - Sociedade Mercantil de Veículos Automotores. Objeto: Aquisição de veículos para a Secretaria Municipal de Saúde. Crédito Orçamentário: (Elemento Despesa 4.4.90.52.00.00.00.00.0.0 - Rubrica 82). Valor Total do contrato: R\$ 152.250,00. Pregão Eletrônico PMI N. 001/2014. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. Vigência: 13/02/2014 a 31/12/2014. Assinatura: 13/02/2014. Signatários: Contratante, Sr. Vanderlei Cunha. Contratada, Sr. Luciano Menezes.

EXTRATO DE CONTRATO FMS N. 004/2014

MUNICÍPIO DE IMARUÍ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUÍ

Contrato FMS N. 004/2014. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Imaruí. Contratada: Cirúrgica Santa Cruz Com. de Produtos Hospitalares. Objeto: Aquisição de Medicamentos através do Pregão - Sistema de Registro de Preço realizado pela CIS-AMUREL. Pregão Presencial N. 002/2013 - Ata de Registro de Preço N. 002/2013. Crédito Orçamentário: (Proj./Ativ.: 2.114 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.01.023 - Rubrica 95), (Proj./Ativ.: 2.114 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.01.067 - Rubrica 96). Valor Total do contrato: R\$ 2.249,50. Vigência: 17/02/2014 a 31/12/2014. Assinatura: 17/02/2014. Signatários: Contratante, Sr. Vanderlei Cunha. Contratada, Sra. Cidônea Schuster.

EXTRATO DE CONTRATO FMS N. 005/2014

MUNICÍPIO DE IMARUÍ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUÍ

Contrato FMS N. 005/2014. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Imaruí. Contratada: Farmácia e Drogaria Campo da Aviação Ltda Me. Objeto: aquisição de medicamentos básicos e não básicos, éticos e genéricos para o uso da Secretaria Municipal de Saúde, através de maior porcentagem de desconto sobre a tabela ABC FARMA. Crédito Orçamentário: (Manutenção do Programa Atenção Básica - PAB - Cod. Resumido: 41 - Elemento Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00.00 - Recurso: 1.064 - Material de Consumo); (Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Cod. Resumido: 26 - Elemento Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00.00 - Recurso: 1.000 - Material de Consumo); (Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde - PSVPS - Cod. Resumido: 84 - Elemento Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00.00 - Recurso: 1.066 - Material de Consumo); (Mac Ambulatorial e Hospitalar - Cod. Resumido: 100 - Elemento Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00.00 - Recurso: 1.065 - Material de consumo); (Mac Ambulatorial e Hospitalar - Cod. Resumido: 101 - Elemento Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00.00 - Recurso: 13.065 - Material de consumo). Valor Total do contrato: A previsão orçamentária para os gastos com os medicamentos emergenciais é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), sendo estimativa de 25.000,00 mensais. Vigência: 17/02/2014 a 31/12/2014. Assinatura: 17/02/2014. Signatários: Contratante, Sr. Vanderlei Cunha. Contratada, Sra. Raquel Ferreira da Silva.

EXTRATO DE CONTRATO FMS N. 006/2014

MUNICÍPIO DE IMARUÍ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUÍ

Contrato FMS N. 006/2014. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Imaruí. Contratada: Auto Posto Imaruí Ltda. Objeto: Aquisição de Óleo Diesel S10 e Arla 32 - Adesão ao Processo Licitação PMI N. 005/2014 - Pregão Eletrônico PMI N. 004/2014. Crédito Orçamentário: (Proj./Ativ.: 2.100 - Elemento Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00.00 - Cód. Resumido: 26). Valor Total do contrato: R\$ 19.008,00. Vigência: 19/02/2014 a 19/02/2015. Assinatura: 19/02/2014. Signatários: Contratante, Sr. Vanderlei Cunha. Contratada, Sra. Raquel Ferreira da Silva.

EXTRATO DE CONTRATO FMS N. 007/2014

MUNICÍPIO DE IMARUÍ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUÍ

Contrato FMS N. 007/2014. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Imaruí. Contratada: Prosaude Distribuidora de Medicamentos Ltda. Objeto: Aquisição de Medicamentos através do Pregão - Sistema de Registro de Preço realizado pela CIS-AMUREL. Pregão Presencial N. 002/2013 - Ata de Registro de Preço N. 002/2013. Crédito Orçamentário: (Proj./Ativ.: 2.114 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.01.023 - Rubrica 95), (Proj./Ativ.: 2.114 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.01.067 - Rubrica 96). Valor Total do contrato: R\$ 1.230,00. Vigência: 20/02/2014 a 31/12/2014. Assinatura: 20/02/2014. Signatários: Contratante, Sr. Vanderlei Cunha. Contratada, Sr. Valério Batista Nunes.

EXTRATO DE CONTRATO FMS N. 008/2014

MUNICÍPIO DE IMARUÍ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUÍ

Contrato FMS N. 008/2014. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Imaruí. Contratada: Ciamed - Distribuidora de Medicamentos Ltda. Objeto: Aquisição de Medicamentos através do Pregão - Sistema de Registro de Preço realizado pela CIS-AMUREL. Pregão Presencial N. 002/2013 - Ata de Registro de Preço N. 002/2013. Crédito Orçamentário: (Proj./Ativ.: 2.114 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.01.023 - Rubrica 95), (Proj./Ativ.: 2.114 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.01.067 - Rubrica 96). Valor Total do contrato: R\$ 13.980,00. Vigência: 20/02/2014 a 31/12/2014. Assinatura: 20/02/2014. Signatários: Contratante, Sr. Vanderlei Cunha. Contratada, Sr. Alexandre Keller.

EXTRATO DE CONTRATO FMS N. 009/2014

MUNICÍPIO DE IMARUÍ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUÍ

Contrato FMS N. 009/2014. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Imaruí. Contratada: Cristalia Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda. Objeto: Aquisição de Medicamentos através do Pregão - Sistema de Registro de Preço realizado pela CIS-AMUREL. Pregão Presencial N. 002/2013 - Ata de Registro de Preço N. 002/2013. Crédito Orçamentário: (Proj./Ativ.: 2.114 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.01.023 - Rubrica 95), (Proj./Ativ.: 2.114 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.01.067 - Rubrica 96). Valor Total do contrato: R\$ 23.574,00. Vigência: 20/02/2014 a 31/12/2014. Assinatura: 20/02/2014. Signatários: Contratante, Sr. Vanderlei Cunha. Contratada, Sr. Sanderson Antônio da Silveira.

EXTRATO DE CONTRATO FMS N. 10/2014

MUNICÍPIO DE IMARUÍ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUÍ

Contrato FMS N. 010/2014. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Imaruí. Contratada: Extra Dist. de Med. e Prod. Hospitalares Ltda Epp. Objeto: Aquisição de Medicamentos através do Pregão - Sistema de Registro de Preço realizado pela CIS-AMUREL. Pregão Presencial N. 002/2013 - Ata de Registro de Preço N. 002/2013. Crédito Orçamentário: (Proj./Ativ.: 2.114 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.01.023 - Rubrica 95), (Proj./Ativ.:

2.114 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.01.067 - Rubrica 96). Valor Total do contrato: R\$ 3.408,00. Vigência: 20/02/2014 a 31/12/2014. Assinatura: 20/02/2014. Signatários: Contratante, Sr. Vanderlei Cunha. Contratada, Sr. Loreni Pereira da Luz.

EXTRATO DE CONTRATO FMS N. 011/2014

MUNICÍPIO DE IMARUÍ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUÍ

Contrato FMS N. 011/2014. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Imaruí. Contratada: Promefarma Representação Comerciais LTDA. Objeto: Aquisição de Medicamentos através do Pregão - Sistema de Registro de Preço realizado pela CIS-AMUREL. Pregão Presencial N. 002/2013 - Ata de Registro de Preço N. 002/2013. Crédito Orçamentário:

Órgão: 14- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 04- ASSISTENCIA FARMACEUTICA

Proj/ativ: 2.114 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ASSISTENCIA BÁSICA

Dotação: 95 3.3.90.30.00.00.00.00.01.023.000000 Material de Consumo

Órgão: 14- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 04- ASSISTENCIA FARMACEUTICA

Proj/ativ: 2.114 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ASSISTENCIA BÁSICA

Dotação: 96 3.3.90.30.00.00.00.00.01.067.000000 Material de Consumo

Valor Total do contrato: R\$ 46.723,20. Vigência: 20/02/2014 a 31/12/2014. Assinatura: 20/02/2014. Signatários: Contratante, Sr. Vanderlei Cunha. Contratada, Sr. Eliane Paulo da Silva.

EXTRATO DE CONTRATO FMS N. 012/2014

MUNICÍPIO DE IMARUÍ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUÍ

Contrato FMS N. 012/2014. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Imaruí. Contratada: Centermedi Com. De Produtos LTDA. Objeto: Aquisição de Medicamentos através do Pregão - Sistema de Registro de Preço realizado pela CIS-AMUREL. Pregão Presencial N. 002/2013 - Ata de Registro de Preço N. 002/2013. Crédito Orçamentário:

Órgão: 14- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 04- ASSISTENCIA FARMACEUTICA

Proj/ativ: 2.114 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ASSISTENCIA BÁSICA

Dotação: 95 3.3.90.30.00.00.00.00.01.023.000000 Material de Consumo

Órgão: 14- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 04- ASSISTENCIA FARMACEUTICA

Proj/ativ: 2.114 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ASSISTENCIA BÁSICA

Dotação: 96 3.3.90.30.00.00.00.00.01.067.000000 Material de Consumo

Valor Total do contrato: R\$ 2.765,00. Vigência: 20/02/2014 a 31/12/2014. Assinatura: 20/02/2014. Signatários: Contratante, Sr. Vanderlei Cunha. Contratada, Sr. Milton João Dalmuth.

EXTRATO DE CONTRATO FMS N. 013/2014

MUNICÍPIO DE IMARUÍ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUÍ

Contrato FMS N. 013/2014. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Imaruí. Contratada: Andrômeda Distribuidora de Medicamentos LTDA. Objeto: Aquisição de Medicamentos através do Pregão - Sistema de Registro de Preço realizado pela CIS-AMUREL. Pregão Presencial N. 002/2013 - Ata de Registro de Preço N. 002/2013.

Crédito Orçamentário:

Órgão: 14- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 04- ASSISTENCIA FARMACEUTICA

Proj/ativ: 2.114 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ASSISTENCIA BÁSICA

Dotação: 95 3.3.90.30.00.00.00.00.01.023.000000 Material de Consumo

Órgão: 14- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 04- ASSISTENCIA FARMACEUTICA

Proj/ativ: 2.114 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ASSISTENCIA BÁSICA

Dotação: 96 3.3.90.30.00.00.00.00.01.067.000000 Material de Consumo

Valor Total do contrato: R\$ 5.312,80. Vigência: 20/02/2014 a 31/12/2014. Assinatura: 20/02/2014. Signatários: Contratante, Sr. Vanderlei Cunha. Contratada, Sr. Ijowi Tobin Dilda.

EXTRATO DE CONTRATO FMS N. 014/2014

MUNICÍPIO DE IMARUÍ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUÍ

Contrato FMS N. 014/2014. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Imaruí. Contratada: Andrômeda Distribuidora de Medicamentos LTDA. Objeto: Aquisição de Medicamentos através do Pregão - Sistema de Registro de Preço realizado pela CIS-AMUREL. Pregão Presencial N. 002/2013 - Ata de Registro de Preço N. 002/2013.

Crédito Orçamentário:

Órgão: 14- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 04- ASSISTENCIA FARMACEUTICA

Proj/ativ: 2.114 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ASSISTENCIA BÁSICA

Dotação: 95 3.3.90.30.00.00.00.00.01.023.000000 Material de Consumo

Órgão: 14- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 04- ASSISTENCIA FARMACEUTICA

Proj/ativ: 2.114 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ASSISTENCIA BÁSICA

Dotação: 96 3.3.90.30.00.00.00.00.01.067.000000 Material de Consumo

Valor Total do contrato: R\$ 9.772,24. Vigência: 20/02/2014 a 31/12/2014. Assinatura: 20/02/2014. Signatários: Contratante, Sr. Vanderlei Cunha. Contratada, Sr. Felipe Gonçalves Hilesheim.

EXTRATO DE CONTRATO FMS N. 015/2014

MUNICÍPIO DE IMARUÍ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUÍ

Contrato FMS N. 015/2014. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Imaruí. Contratada: Gesser medical LTDA EPP. Objeto: Aquisição de Medicamentos através do Pregão - Sistema de Registro de Preço realizado pela CIS-AMUREL. Pregão Presencial N. 002/2013 - Ata de Registro de Preço N. 002/2013.

Crédito Orçamentário:

Órgão: 14- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 04- ASSISTENCIA FARMACEUTICA

Proj/ativ: 2.114 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ASSISTENCIA BÁSICA

Dotação: 95 3.3.90.30.00.00.00.00.01.023.000000 Material de Consumo

Órgão: 14- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 04- ASSISTENCIA FARMACEUTICA

Proj/ativ: 2.114 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ASSISTENCIA BÁSICA

Dotação: 96 3.3.90.30.00.00.00.00.01.067.000000 Material de Consumo

Valor Total do contrato: R\$ 447,00. Vigência: 20/02/2014 a 31/12/2014. Assinatura: 20/02/2014. Signatários: Contratante, Sr. Vanderlei Cunha. Contratada, Sra. Liliana Carla Michilin.

EXTRATO DE CONTRATO FMS N. 016/2014

MUNICÍPIO DE IMARUÍ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUÍ

Contrato FMS N. 016/2014. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Imaruí. Contratada: Dimaster Com. De Prod. Hosp. LTDA. Objeto: Aquisição de Medicamentos através do Pregão - Sistema de Registro de Preço realizado pela CIS-AMUREL. Pregão Presencial N. 002/2013 - Ata de Registro de Preço N. 002/2013.

Crédito Orçamentário:

Órgão: 14- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 04- ASSISTENCIA FARMACEUTICA

Proj/ativ: 2.114 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ASSISTENCIA BÁSICA

Dotação: 95 3.3.90.30.00.00.00.00.01.023.000000 Material de Consumo

Órgão: 14- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 04- ASSISTENCIA FARMACEUTICA

Proj/ativ: 2.114 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ASSISTENCIA BÁSICA

Dotação: 96 3.3.90.30.00.00.00.00.01.067.000000 Material de Consumo

Valor Total do contrato: R\$ 4.411,50. Vigência: 20/02/2014 a 31/12/2014. Assinatura: 20/02/2014. Signatários: Contratante, Sr. Vanderlei Cunha. Contratada, Sr. Ivan Carlos Facioli.

EXTRATO DE CONTRATO FMS N. 017/2014

MUNICÍPIO DE IMARUÍ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUÍ

Contrato FMS N. 017/2014. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de ImaruÍ. Contratada: Comercial Cirúrgica Rioclarense LTDA. Objeto: Aquisição de Medicamentos através do Pregão - Sistema de Registro de Preço realizado pela CIS-AMUREL. Pregão Presencial N. 002/2013 - Ata de Registro de Preço N. 002/2013.

Crédito Orçamentário:

Órgão: 14- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 04- ASSISTENCIA FARMACEUTICA

Proj/ativ: 2.114 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ASSISTENCIA BÁSICA

Dotação: 95 3.3.90.30.00.00.00.00.01.023.000000 Material de Consumo

Órgão: 14- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 04- ASSISTENCIA FARMACEUTICA

Proj/ativ: 2.114 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ASSISTENCIA BÁSICA

Dotação: 96 3.3.90.30.00.00.00.00.01.067.000000 Material de Consumo

Valor Total do contrato: R\$ 7.882,20. Vigência: 20/02/2014 a 31/12/2014. Assinatura: 20/02/2014. Signatários: Contratante, Sr. Vanderlei Cunha. Contratada, Sr. Tammy Regina Brucker Sampaio.

EXTRATO DE CONTRATO FMS N. 018/2014

MUNICÍPIO DE IMARUÍ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUÍ

Contrato FMS N. 018/2014. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de ImaruÍ. Contratada: Mauro Marciano Com. Medic. LTDA. Objeto: Aquisição de Medicamentos através do Pregão - Sistema de Registro de Preço realizado pela CIS-AMUREL. Pregão Presencial N. 002/2013 - Ata de Registro de Preço N. 002/2013.

Crédito Orçamentário:

Órgão: 14- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 04- ASSISTENCIA FARMACEUTICA

Proj/ativ: 2.114 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ASSISTENCIA BÁSICA

Dotação: 95 3.3.90.30.00.00.00.00.01.023.000000 Material de Consumo

Órgão: 14- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 04- ASSISTENCIA FARMACEUTICA

Proj/ativ: 2.114 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ASSISTENCIA BÁSICA

Dotação: 96 3.3.90.30.00.00.00.00.01.067.000000 Material de Consumo

Valor Total do contrato: R\$ 8.179,50. Vigência: 20/02/2014 a 31/12/2014. Assinatura: 20/02/2014. Signatários: Contratante, Sr. Vanderlei Cunha. Contratada, Sr. Daniel Desidério.

EXTRATO DE CONTRATO FMS N. 019/2014

MUNICÍPIO DE IMARUÍ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUÍ

Contrato FMS N. 019/2014. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de ImaruÍ. Contratada: SOMEVAL SOCIEDADE MERCANTIL DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA. Objeto: Aquisição de veículos, máquinas e caminhões. Pregão Eletrônico N. 001/2014.

Crédito Orçamentário:

Cód. Reduzido (107), elemento de despesa 4.4.90.52.00.00.00.00, Equipamento e Material Permanente - Manutenção do NASF - R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Cód. Reduzido (108), elemento de despesa 4.4.90.52.00.00.00.00, Equipamento e Material Permanente - Manutenção do NASF - R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais).

Valor Total do contrato: R\$ 37.600,00. Vigência: 20/03/2014 a 31/12/2014. Assinatura: 20/03/2014. Signatários: Contratante, Sr. Vanderlei Cunha. Contratada, Sr. Luciano Menezes.

EXTRATO DE CONTRATO FMS N. 020/2014

MUNICÍPIO DE IMARUÍ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUÍ

Contrato FMS N. 020/2014. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de ImaruÍ. Contratada: CIS-AMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMUREL. Objeto: repasse de valores correspondentes à parte de responsabilidade do MUNICÍPIO, referente ao rateio das despesas, inclusive pré-operacionais, necessárias à manutenção do CONSÓRCIO, bem como aquelas referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados ao MUNICÍPIO.

Crédito Orçamentário:

ÓRGÃO: 14.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unid. Orçam.: 14.01 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Proj./Atividade : 2.100 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Elem. Desp.: 3.1.71.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil R\$ 2.650,00

Elem. Desp. : 3.1.71.13.00 Obrigações Patronais R\$ 850,00

Elem. Desp.: 3.3.71.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 50.000,00

Elem. Desp.: 4.4.71.52.00 Equipamentos e Materiais Permanente R\$ 500,00.

Valor Total do contrato: R\$ 54.000,00. Vigência: 20/03/2014 a 31/12/2014. Assinatura: 20/03/2014. Signatários: Contratante, Sr. Vanderlei Cunha e Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratada, Sr. Jaime Wensing.

EXTRATO DE CONTRATO FMS N. 021/2014

MUNICÍPIO DE IMARUÍ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUÍ

Contrato FMS N. 021/2014. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de ImaruÍ. Contratada: Cordova Laureano & CIA LTDA-ME. Objeto: aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis. Pregão Presencial PMI nº 001/2014.

Crédito Orçamentário:

Cod Resumido 26 - Dotação 3.3.90.30.00.00.00.00 1.000 Material de Consumo

Valor Total do contrato: R\$ 5.566,50. Vigência: 26/05/2014 a 25/05/2014. Assinatura: 26/05/2014. Signatários: Contratante, Sr. Vanderlei Cunha. Contratada, Sr. Zaron Coelho Pacheco.

EXTRATO DE CONTRATO FMS N. 022/2014

MUNICÍPIO DE IMARUÍ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUÍ

Contrato FMS N. 022/2014. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de ImaruÍ. Contratada: Super Lider Alimentos Ltda. Objeto: aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis. Pregão Presencial PMI nº 001/2014.

Crédito Orçamentário:

Cod Resumido 26 - Dotação 3.3.90.30.00.00.00.00 1.000 Material de Consumo

Valor Total do contrato: R\$ 2.520,00. Vigência: 26/05/2014 a 25/05/2014. Assinatura: 26/05/2014. Signatários: Contratante, Sr. Vanderlei Cunha. Contratada, Sr. Guilherme Pereira Montanha.

EXTRATO DE CONTRATO FMS N. 023/2014

MUNICÍPIO DE IMARUÍ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUÍ

Contrato FMS N. 023/2014. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de ImaruÍ. Contratada: Produvale Produtos Hospitalares Ltda. Objeto: aquisição de material ambulatorial. Pregão Eletrônico FMS nº 006/2014.

Crédito Orçamentário:

Órgão 14 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade 14.02 - Atenção Básica

Proj./Ativ.: 2.104 - Manutenção do Pab Fixo

Cod. Res.: 41 Dotação 3.3.90.30.00.00.00.00 Recurso: 1.064 Material de Consumo

Proj./Ativ.: 2.111 - Manutenção do Pmaq

Cod. Res.: 79 Dotação 3.3.90.30.00.00.00.00 Recurso: 1.064 Material de Consumo

Unidade: 14.03 - Vigilância em Saúde

Proj./Ativ.: 2.112 - Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde - PSVPS

Cod. Res.: 84 Dotação 3.3.90.30.00.00.00.00 Recurso: 1.066 Material de Consumo

Valor Total do contrato: R\$ 13.573,00. Vigência: 21/08/2014 a 21/08/2015. Assinatura: 21/08/2014. Signatários: Contratante, Sr. Karim Bacha. Contratada, Sr. Marileusa Stinghen.

EXTRATO DE CONTRATO FMS N. 024/2014

MUNICÍPIO DE IMARUÍ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUÍ

Contrato FMS N. 024/2014. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de ImaruÍ. Contratada: Plasmedic Com. de Materiais para uso Médico e Laboratorial Ltda. Objeto: aquisição de material ambulatorial. Pregão Eletrônico FMS nº 006/2014.

Crédito Orçamentário:

Órgão 14 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade 14.02 - Atenção Básica

Proj./Ativ.: 2.104 - Manutenção do Pab Fixo

Cod. Res.: 41 Dotação 3.3.90.30.00.00.00.00 Recurso: 1.064 Material de Consumo

Proj./Ativ.: 2.111 - Manutenção do Pmaq

Cod. Res.: 79 Dotação 3.3.90.30.00.00.00.00 Recurso: 1.064 Material de Consumo

Unidade: 14.03 - Vigilância em Saúde

Proj./Ativ.: 2.112 - Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde - PSVPS

Cod. Res.: 84 Dotação 3.3.90.30.00.00.00.00 Recurso: 1.066 Material de Consumo

Valor Total do contrato: R\$ 25.467,10. Vigência: 21/08/2014 a 21/08/2015. Assinatura: 21/08/2014. Signatários: Contratante, Sr. Karim Bacha. Contratada, Sr. Nédio Justino Massochin Junior.

EXTRATO DE CONTRATO FMS N. 025/2014

MUNICÍPIO DE IMARUÍ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUÍ

Contrato FMS N. 025/2014. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de ImaruÍ. Contratada: Dalbex Comércio de Medicamentos Eireli ME. Objeto: aquisição de material ambulatorial. Pregão Eletrônico FMS nº 006/2014.

Crédito Orçamentário:

Órgão 14 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade 14.02 - Atenção Básica

Proj./Ativ.: 2.104 - Manutenção do Pab Fixo

Cod. Res.: 41 Dotação 3.3.90.30.00.00.00.00 Recurso: 1.064 Material de Consumo

Proj./Ativ.: 2.111 - Manutenção do Pmaq

Cod. Res.: 79 Dotação 3.3.90.30.00.00.00.00 Recurso: 1.064 Material de Consumo

Unidade: 14.03 - Vigilância em Saúde

Proj./Ativ.: 2.112 - Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde - PSVPS

Cod. Res.: 84 Dotação 3.3.90.30.00.00.00.00 Recurso: 1.066 Material de Consumo

Valor Total do contrato: R\$ 3.974,97. Vigência: 21/08/2014 a 21/08/2015. Assinatura: 21/08/2014. Signatários: Contratante, Sr. Karim Bacha. Contratada, Sr. Jackson Antônio Bugança.

EXTRATO DE CONTRATO FMS N. 026/2014

MUNICÍPIO DE IMARUÍ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUÍ

Contrato FMS N. 026/2014. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Imaruí. Contratada: ANGIGU - Empresa de Transporte de Passageiros e Locação de Veículos LTDA - ME. Objeto: prestação de serviços de locação de van por quilômetro rodado. Dispensa de Licitação - Processo Adm. FMS nº 013/2014.

Crédito Orçamentário:

Órgão 14 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde

Proj./Ativ.: 2.100 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Cod. Res.: 29 Dotação 3.3.71.39.00.00.00.00 Recurso: 1.000 Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.

Valor Total do contrato: R\$ 27.000,00. Vigência: 21/08/2014 a 21/08/2015. Assinatura: 21/08/2014. Signatários: Contratante, Sr. André Poluceno Viana. Contratada, Sr. Gilberto Paulo Gonçalves.

JUSTIFICATIVA DE CONTRAÇÃO EMERGENCIAL**1 - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

A contratação emergencial tem como fundamento o inciso IV, do art. 24 e parágrafo único, do art. 26, da Lei nº 8.666/93 e Suas alterações posteriores.

2-JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A razão desta contratação emergencial, por meio de Dispensa de Licitação, de empresa de serviços de Locação de van por quilômetros rodados, para atender os pacientes oncológicos e os que possuem Tratamento fora do domicílio, ocorre pelo fato decorrente da quebra de 02 (dois) veículos, marca: Fiat Ducato, placa: MFW 2959 e placa: MHE 6332, que realizam o transporte de pacientes para tratamento oncológico e pacientes referenciados da Unidade de Saúde para realização de procedimentos e exames especializados de média complexidade na cidade de Florianópolis. Estes sim, tratamentos que pelas suas peculiaridades não podem ser interrompidos, nem se quer adiados, sob pena de ocasionar situações de óbitos, haja vista, que os veículos acima citados são os únicos existentes na Secretaria Municipal de saúde para realizar esse tipo de transporte.

Sabe-se que o município não pode negligenciar a ponto de esperar o decorrer do prazo regular de um processo licitatório para contratação de tais serviços, sem tomar nenhuma providência, de imediato, para não comprometer as condições de transporte de pessoas, como enfatizamos, de toda importância para a municipalidade.

Assim, com esteio no preceito legal acima invocado, a administração lança mão de uma prerrogativa que a lei seguramente lhe assiste, para suprir de imediato uma demanda de natureza urgente, a bem da continuidade dos serviços públicos essenciais e inadiáveis.

Vale salientar que a administração, lançará o processo licitatório para o registro de preços do objeto em apreço.

Por todas as razões expendidas e, também, pelas recomendações legais previstas no art. 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a seguir transcrito, resta largamente comprovada a razão da contratação em regime de urgência.

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos

respectivos contratos.

Segundo o saudoso Antônio Carlos Cintra do Amaral, verbis:

"... a emergência é, a nosso ver, caracterizada pela inadequação do procedimento formal licitatório ao caso concreto. Mais especificamente: um caso é de emergência quando reclama solução imediata, de tal modo que a realização de licitação, com os prazos e formalidades que exige, pode causar prejuízo à empresa (obviamente prejuízo relevante) ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou bens, ou, ainda, provocar a paralisação ou prejudicar a regularidade de suas atividades específicas." (Dispensa de licitação por emergência. Revista Trimestral de Direito Público, v. 1, São Paulo: Malheiros, 1993).

Sobre as condições de aplicação da norma legal que ampara referido procedimento, o respeitado Marçal Justen Filho ensina:

"O dispositivo enfocado refere-se aos casos em que o decurso de tempo necessário ao procedimento licitatório normal impediria a adoção de medidas indispensáveis para evitar danos irreparáveis. Quando fosse concluído a licitação, o dano já estaria concretizado. A dispensa de licitação e a contratação imediata representam uma modalidade de atividade acautelatória dos interesses que estão sob a tutela estatal." (comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 15ª ed., 2012, p. 215).

Também o TCU, em recente decisão, afirmou que:

"A contratação emergencial se dá em função da essencialidade do serviço ou bem que se pretende adquirir, pouco importando os motivos que tornam imperativa a imediata contratação. Na análise de contratações emergenciais não se deve buscar a causa da emergência, mas os efeitos advindos de sua não realização. A partir dessa verificação de efeitos, sopesa-se a imperatividade da contratação emergencial e avalia-se a pertinência da aplicação, pelo administrador, da excepcionalidade permitida pelo art. 24, IV, da Lei de Licitações" (AC-1138-15/11-P, Sessão: 04/05/11, Grupo: II Classe: VII Relator: Ministro UBIRATAN AGUIAR).

3 - RAZÃO DA ESCOLHA DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

A escolha recaiu em empresas especializadas em prestação de serviços desta natureza, com condições de executar os serviços e com veículos em quantidade e disponíveis para a execução dos serviços, após ampla pesquisa de preços praticados, conforme cotações de preços em anexo, e ainda por apresentar a melhor cotação de preços, com menor custo para o Município, foi escolhida a empresa: ANGIGU - Empresa de Transporte de Passageiros e Locação de Veículos LTDA - ME estabelecida na Rua Marlete Medeiros, nº 173, Nova Brasília, Imbituba/SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 11.990.738/0001-60.

4 - JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços cobrados pelos serviços estão de acordo com os preços praticados no mercado, conforme se comprova pela cotação de preços realizada entre prestadores de serviços, em anexo. Os recursos financeiros necessários para o pagamento dos serviços são provenientes do Recurso Próprio da Secretária Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

A proposta apresentada, cuja demanda foi estimada para um período de 37 (trinta e sete) dias úteis, resultou no valor global de R\$ 27.000,00 (vinte e nove mil e seiscentos reais), cujos valores estão perfeitamente coerentes com a realidade de mercado.

EXTRATO DE CONTRATO PMI N. 071/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

Contrato PMI N. 071/2014. Contratante: Município de ImaruÍ. Contratada: Transporte e Comercio de Pneus Oenning LTDA EPP. Objeto: Aquisição de pneus. Pregão Eletrônico PMI nº 012/2014 - Processo Licitatório PMI nº 015/2014.

Crédito Orçamentário:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito Municipal

Unidade: 01 - Gabinete do Prefeito Municipal

Proj./Ativ.: 2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal

Cód. Res.: 96 3.3.90.30.00.00.00.00 1.000 Material de Consumo

Valor Total do contrato: R\$ 275,00. Vigência: 22/09/2014 a 22/09/2015. Assinatura: 22/09/2014. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratada, Sr. Luiz Cesar Oenning.

EXTRATO DE CONTRATO PMI N. 072/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

Contrato PMI N. 072/2014. Contratante: Município de ImaruÍ. Contratada: Via Náutica Comércio de Produtos Náuticos e Esportivos Eireli - ME. Objeto: Compra de Motor de popa 15hp 2 tempos para regularização da implantação do Programa Segundo Tempo Navegar. Dispensa de Licitação - Processo Administrativo PMI nº 031/2014. Fulcro no inciso V, art. 24 da lei 8.666/93.

Crédito Orçamentário:

Órgão 07 - Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude

Unidade 04 - Diretoria de Desporto e Juventude

Proj. Ativ. 2.036 - Manutenção do Projeto Navegar

Código Resumido: 283

Elemento Desp.: 4.4.90.52.00.00.00.00 1.000 Equipamentos e Material Permanente

Valor Total do contrato: R\$ 13.858,33. Vigência: 24/09/2014 a 31/12/2014. Assinatura: 24/09/2014. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratada, Sr. José Hélio Lino.

EXTRATO DE CONTRATO PMI N. 073/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

Contrato PMI N. 073/2014. Contratante: Município de ImaruÍ. Contratada: Publiciti Distribuidora de Livros LTDA EPP. Objeto: aquisição de material didático e expediente. Pregão Eletrônico PMI n. 010/2014 - Processo Licitatório PMI n. 008/2014.

Crédito Orçamentário:

Órgão 06 - Secretaria de Administração e Finanças

Unidade 01 - Secretaria de Administração e Finanças

Proj. Ativ. 2.012 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Cod. Res. 138 3.3.90.30.00.00.00.00 1.000 Material de Consumo

Valor Total do contrato: R\$ 2.244,50. Vigência: 25/09/2014 a 25/09/2015. Assinatura: 25/09/2014. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratada, Sra. Haydee Dittert Nunes Cabral.

EXTRATO DE CONTRATO PMI N. 075/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

Contrato PMI N. 075/2014. Contratante: Município de ImaruÍ. Contratada: Oseias de Oliveira 00973651903. Objeto: prestação de serviços de transporte escolar. Pregão Presencial PMI n. 017/2014 - Processo Licitatório PMI n. 023/2014.

Crédito Orçamentário:

Órgão 07 - Sec. de Educação, Cult, Desp, e Juventude

Unidade 02 - Diretoria de Ensino

Proj./Ativ.: 2.028 - Manutenção da Educação Infantil - Creche

Cod. Res.: 380 - Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.062 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Proj./Ativ.: 2.029 - Manutenção do Ensino Fundamental

Cod. Res.: 216 - Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.058 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Proj./Ativ.: 2.031 - Manutenção do Fundeb

Cod. Res.: 238 - Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.019 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Proj./Ativ.: 2.030 - Manutenção do Transporte Escolar

Cod. Res.: 229 - Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.058 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Proj./Ativ.: 2.032 - Manutenção do PEJA

Cod. Res.: 246 - Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.046 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Valor Total do contrato: R\$ 6.859,51. Vigência: 09/10/2014 a 31/12/2014. Assinatura: 09/10/2014. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratada, Sr. Oseias de Oliveira.

EXTRATO DE CONTRATO PMI N. 076/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

Contrato PMI N. 076/2014. Contratante: Município de ImaruÍ. Contratada: Laudemir José de Sousa ME. Objeto: prestação de serviços de transporte escolar. Pregão Presencial PMI n. 017/2014 - Processo Licitatório PMI n. 023/2014.

Crédito Orçamentário:

Órgão 07 - Sec. de Educação, Cult, Desp, e Juventude

Unidade 02 - Diretoria de Ensino

Proj./Ativ.: 2.028 - Manutenção da Educação Infantil - Creche

Cod. Res.: 380 - Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.062 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Proj./Ativ.: 2.029 - Manutenção do Ensino Fundamental

Cod. Res.: 216 - Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.058 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Proj./Ativ.: 2.031 - Manutenção do Fundeb

Cod. Res.: 238 - Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.019 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Proj./Ativ.: 2.030 - Manutenção do Transporte Escolar

Cod. Res.: 229 - Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.058 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Proj./Ativ.: 2.032 - Manutenção do PEJA

Cod. Res.: 246 - Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.046 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Valor Total do contrato: R\$ 13.506,36. Vigência: 09/10/2014 a 31/12/2014. Assinatura: 09/10/2014. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratada, Sr. Laudemir José de Sousa.

EXTRATO DE CONTRATO PMI N. 077/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

Contrato PMI N. 077/2014. Contratante: Município de Imaruí. Contratada: Cooperativa do Agricultores Familiares de Rio Fortuna e Toda Santa Catarina - Cooperfamília. Objeto: aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar. Chamada Pública PMI n. 001/2014 - Processo Licitatório PMI n. /2014.

Crédito Orçamentário:

Órgão 07 - Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude
Unidade 02 - Diretoria de Ensino

Proj./Ativ.: 2.033 - Manutenção da Merenda Escolar

Dotação 3.3.90.30.00.00.00.00.

Valor Total do contrato: R\$ 24.681,40. Vigência: 09/10/2014 a 31/12/2014. Assinatura: 09/10/2014. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratada, Sra. Valdiva Maria Assing Tenfen.

EXTRATO DE CONTRATO PMI N. 078/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

Contrato PMI N. 078/2014. Contratante: Município de Imaruí. Contratada: Cooperativa dos Produtores Familiares e Pescadores Artesanais da Região dos Lagos Sul Catarinense - Cooperlagos. Objeto: aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar. Chamada Pública PMI n. 001/2014 - Processo Licitatório PMI n. /2014.

Crédito Orçamentário:

Órgão 07 - Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude
Unidade 02 - Diretoria de Ensino

Proj./Ativ.: 2.033 - Manutenção da Merenda Escolar

Dotação 3.3.90.30.00.00.00.00.

Valor Total do contrato: R\$ 9.174,90. Vigência: 09/10/2014 a 31/12/2014. Assinatura: 09/10/2014. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratada, Sr. Valmir de Souza Mendonça.

EXTRATO DE CONTRATO PMI N. 079/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

Contrato PMI N. 079/2014. Contratante: Município de Imaruí. Contratada: Transporte e Comércio de Pneus Oenning. Objeto: aquisição de pneus. Pregão Eletrônico PMI n. 012/2014 - Processo Licitatório PMI n. 015/2014.

Crédito Orçamentário:

Órgão: 07 - Secretaria de Educação, Cultura, Desp. E Juventude
Unidade: 02 - Diretoria de Ensino

Proj./Ativ.: 2.030 - Manutenção do Transporte Escolar

Dotação Orçamentaria: 3.3.90.30.00.00.00.00.0.1.058.000000

Rubrica: 226

Órgão: 07 - Secretaria de Educação, Cultura, Desp. e Juventude
Unidade: 02 - Diretoria de Ensino

Proj./Ativ.: 2.031 - Manutenção do FUNDEB

Dotação Orçamentária: 3.3.90.30.00.00.00.00.0.1.019.000000

Rubrica: 237

Valor Total do contrato: R\$ 7.224,00. Vigência: 15/10/2014 a 15/10/2015. Assinatura: 15/10/2014. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratada, Sr. Luiz César Oenning.

EXTRATO DE CONTRATO PMI N. 080/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

Contrato PMI N. 080/2014. Contratante: Município de Imaruí. Contratada: Oseias de Oliveira 00973651903. Objeto: serviços de transporte escolar. Dispensa de Licitação - Processo Administrativo PMI n. 055/2014. Fulcro no inciso V, art. 24 da lei 8.666/93.

Crédito Orçamentário:

Órgão 07 - Sec. de Educação, Cult, Desp, e Juventude

Unidade 02 - Diretoria de Ensino

Proj./Ativ.: 2.031 - Manutenção do Fundeb

Cod. Res.: 238 - Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.019 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Proj./Ativ.: 2.030 - Manutenção do Transporte Escolar

Cod. Res.: 229 - Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.058 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Proj./Ativ.: 2.032 - Manutenção do PEJA

Cod. Res.: 246 - Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.046 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Valor Total do contrato: R\$ 53.947,20. Vigência: 15/10/2014 a 31/12/2014. Assinatura: 15/10/2014. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratada, Sr. Oseias de Oliveira.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇO PMI N. 013/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IMARUÍ

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇO PMI N. 013/2014

Extrato da Ata de Registro de Preço PMI N. 013/2014, originária do Pregão Eletrônico PMI N. 007/2014, para prestação de serviços de instalação de ar condicionado com fornecimento de materiais.

Fornecedor: Abmael Scremin Lima ME (CNPJ 13.247.775/0001-08). Signatário, o senhor Abmael Scremin Lima.

Item	Especificação	Unid.	Qtnd.	Marca Ofer.	Preço Unitário
1	Instalação de ar condicionado Split 30.000 btus, com fornecimento de materiais, conforme especificações e detalhes contidos no Edital. (15177)	UN	65,00	ABMAEL SCREMIN LIMA	206,6500
2	Tubulação cobre 3/8" (15178)	KG	39,00	ELUMA	29,9500
3	Tubulação cobre 5/8" (15179)	KG	70,20	ELUMA	29,9500
4	Tubo polietileno 3/8" (15180)	MT	196,00	POLIPEX	1,1200
5	Tubo polietileno 5/8" (15181)	MT	196,00	POLIPEX	1,3900
6	Cabo PP 4x1,50 75V (15182)	MT	300,00	CONTRO-LER	1,9800
7	Mangueira cristal 1/2" x2mm (15183)	MT	200,00	IBIRA	1,1300
8	Bucha plástica 10mm reforçada (15184)	UN	520,00	USAF	0,2000

9	Parafuso sextavado 1/4" x 65mm (15185)	UN	520,00	USAF	0,2400
10	Fita PVC s/ adesivo 10x100cm (15186)	UN	130,00	EUKITO	1,9100
11	Suporte Split 24,30 Btus 500mm (15187)	UN	65,00	METÁVILA	18,3900
12	Arruela lisa 1/4" zincada	UN	520,00	USAF	0,0323

A presente Ata de Registro de Preço possui validade de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura. Assinatura: 01 de julho de 2014. Signatário pelo Município, o Senhor Manoel Viana de Sousa.

PRORROGAÇÃO - TOMADA DE PREÇO FMS N. 003/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IMARUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUÍ
AVISO DE PRORROGAÇÃO - TOMADA DE PREÇO FMS N. 003/2014

O Município de Imaruí, através do Fundo Municipal de Saúde e seu setor de licitação, comunica aos interessados que houve alteração no edital TP FMS nº 003/2014. Tendo em vista que alterará a proposta, fica prorrogado para o dia 28/11/2014 às 14 horas a data limite para recebimento do envelopes, iniciando a sessão pública no mesmo dia e horário. A errata pode ser acessada no site da prefeitura e obtida no setor de licitação. Informações no fone 48 3643-0161 ou licitacao@imarui.sc.gov.br.

Imaruí-SC, 11 de novembro de 2014.
ANDRÉ POLUCENO VIANA
Responsável pelo Fundo Municipal de Saúde

PRORROGAÇÃO - TOMADA DE PREÇO FMS N. 004/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IMARUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUÍ
AVISO DE PRORROGAÇÃO - TOMADA DE PREÇO FMS N. 004/2014

O Município de Imaruí, através do Fundo Municipal de Saúde e seu setor de licitação, comunica aos interessados que houve alteração no edital TP FMS nº 004/2014. Tendo em vista que alterará a proposta, fica prorrogado para o dia 28/11/2014 às 16 horas a data limite para recebimento do envelopes, iniciando a sessão pública no mesmo dia e horário. A errata pode ser acessada no site da prefeitura e obtida no setor de licitação. Informações no fone 48 3643-0161 ou licitacao@imarui.sc.gov.br.

Imaruí-SC, 11 de novembro de 2014.
ANDRÉ POLUCENO VIANA
Responsável pelo Fundo Municipal de Saúde

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO: PMI SEINFRA 2009/68 A12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEINFRA 2009/68 A12
Contratada: GERH - GERENCIAMENTO DE RECURSOS HUMANOS LTDA
C.N.P.J: 04.821.033/0001-53
Objeto: PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ORIGINAL NO PRAZO DE 90(NOVENTA)DIAS, OU SEJA, DO DIA 29/10/2014 ATÉ 26/01/2015 OU ATÉ DECISÃO FINAL DO MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0300557-87.20148.24.0030, O QUE VIER A OCORRER PRIMEIRO.
Fundamento: Processo nº. 46/2009 Pregão nº33/2009

Imbituba, 28 de outubro de 2014.
José Afonso de Carvalho
Secretária Municipal Seinfra
Contratante

Gerh - Gerenciamento de Recursos Humanos Ltda
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEINFRA 2010/82 A11

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEINFRA 2010/82 A11
Contratada: GERH - GERENCIAMENTO DE RECURSOS HUMANOS LTDA
C.N.P.J: 04.821.033/0001-53
Objeto: PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ORIGINAL NO PRAZO DE 90(NOVENTA)DIAS, OU SEJA, DO DIA 29/10/2014 ATÉ 26/01/2015 OU ATÉ DECISÃO FINAL DO MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0300557-87.2014.8.24.0030, O QUE VIER A OCORRER PRIMEIRO.
Fundamento: Processo nº. 72/2010 Pregão nº47/2010

Imbituba, 28 de outubro de 2014.
José Afonso de Carvalho
Secretária Municipal Seinfra
Contratante

Gerh - Gerenciamento de Recursos Humanos Ltda
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEINFRA 2014/238 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEINFRA 2014/238 A00
Contratada: ITAPIRUBÁ COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
C.N.P.J:09.178.926/0001-46
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO ABRIGO PARA TAXISTAS, LOCALIZADO BA RUA IRINEU BORNGHAUSEN - CENTRO - IMBITUBA/SC
Valor: R\$ 8.440,45 Prazo:60 dias

Fundamento: Processo nº. 140/2014 Dispensa30/2014

Imbituba, 5 de novembro de 2014.

José Afonso de Carvalho

Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana

Contratante

Itapirubá Comercio de Materias de Contrução LTDA

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: FUNREBOM 2014/18 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FUNREBOM 2014/18 A00

Contratada: RONI CARLOS ALBINO

C.N.P.J: 19.503.981/0001-18

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS PARA A COLOCAÇÃO DE GESSO ACARTONADO, NA SALA DO COMANDO E CORREDOR DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA/SC.

Valor: R\$ 4.700,03 Prazo:31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 16/2014 Dispensa 07/2014

Imbituba, 07 de novembro de 2014.

Rafael Fortunato Camilo

Comandante da 2º Companhia do 8º Batalhão de Bombeiros Militar de Imbituba

Contratante

Roni Carlos Albino

Representante Legal

Contratada

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº.353/2014 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

AFASTA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NOMEADA POR CONCURSO PUBLICO POR AUXILIO DOENÇA.

VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim - SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 99 e 100 da Lei Complementar 001/2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e da outras Providencias.

AFASTA POR AUXILIO DOENÇA

ADRIANE MULLER, Brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº. 3.942.455 e CPF sob o nº. 026.237.379-32 residente e domiciliada em Linha Capitão, no cargo Efetivo de Agente Comunitária de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, afastamento por auxilio doença por prazo indeterminado a partir da data de hoje conforme atestado médico.

Revogadas as disposições em contrario a presente portaria produzira efeitos a partir de 11 de Novembro de 2014.

Ipumirim - SC, 11 de Novembro de 2014.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 2106/2014 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETA HORARIO ESPECIAL NO COMERCIO EM VIRTUDE DAS FESTIVIDADES DE NATAL E FINAL DE ANO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim - S/C, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Fica atendendo pedido da Câmara de Dirigentes Lojistas de Ipumirim - CDL, fixando horário especial no comercio em virtude das festividades de Natal e Final de Ano, conforme especificado abaixo:

Nos dias 15 a 19 de Dezembro de 2014.

Na parte da Manhã: das 08h00min às 11h30min horas.

Na parte da tarde : das 13h30min às 19h00min horas.

No Dia 20 de Dezembro de 2014 (Sábado).

Na parte da manhã das 08h00min às 11h30min horas.

Na parte da tarde das 13h30min às 16h00min horas.

Nos dias 22 e 23 de Dezembro de 2014.

Na parte da Manhã: das 08h00min às 11h30min horas

Na parte da tarde : das 13h30min às 19h00min horas.

Nos dias 24 de Dezembro de 2014.

Na parte da manhã das 08h00min às 11h30min horas.

Na parte da tarde das 13h30min às 16h00min horas.

No dia 31 de Dezembro de 2014.

Na parte da manhã das 08h00min às 11h30min.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário o presente decreto produza efeitos a partir de 11 de Novembro de 2014.

Ipumirim, 11 de Novembro de 2014.
VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal

LEI Nº 1749

LEI Nº 1749, de 11 de novembro de 2014

Dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Registro de Câncer - SISCAN, no Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim/SC, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do município que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei.

Art. 1º Fica instituído o Sistema Municipal de Registro de Câncer - SISCAN, no âmbito do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O SISCAN tem por finalidade a coleta e ordenamento de dados permanentes de casos de tumores malignos detectados em cidadãos e cidadãs residentes no Município.

Art. 3º São objetivos do SISCAN:

I - identificar os novos casos de tumores malignos identificados nos habitantes do Município;

II - identificar os grupos populacionais de risco para tumores malignos;

III - manter cadastro que evidencie a cada ano os novos casos de tumores malignos diagnosticados em habitantes do Município, por local anatômico de ocorrência, sexo, faixa etária e ocupação profissional do paciente;

IV - sistematizar os dados de casos de tumores malignos detectados para realização de estudos epidemiológicos relativos à ocorrência de tumores malignos;

V - planejar e auxiliar na realização de programas de controle e prevenção de todos os casos de câncer;

VI - fornecer subsídios aos serviços que realizam o tratamento, recuperação e seguimento de pacientes com tumores malignos;

VII - disponibilizar dados para os interessados em realizar pesquisas relativas à ocorrência de câncer e seus desdobramentos;

VIII - auxiliar na formação e capacitação dos trabalhadores da saúde.

Art. 4º O SISCAN será informado, por relatório mensal exarado pela Unidade Mista de Saúde, hospital e clínicas particulares de todo e qualquer caso confirmado de tumor maligno em habitantes do Município.

Parágrafo único. O Executivo Municipal adotará as providências necessárias junto aos serviços privados, associados ou não, ao Sistema Único de Saúde - SUS, para viabilizar a notificação de que trata o caput deste artigo.

Art. 5º Os dados do SISCAN, que de qualquer forma permitam a identificação do cidadão ou cidadã acometida por câncer, serão mantidos em absoluto sigilo, permitindo o acesso apenas ao profissional da medicina que acompanha e realiza o tratamento, garantindo e respeitando os preceitos éticos e morais.

Art. 6º Os dados estatísticos que informem a incidência de câncer no Município, aumento ou diminuição da doença, faixa etária, ocupação profissional, sexo, local anatômico e outras estatísticas relacionadas, serão públicos.

Art. 7º O Executivo Municipal, através do órgão competente, fará ampla divulgação sobre a existência e importância do SISCAN.

Art. 8º Esta Lei poderá ser regulamentada no que couber.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor 90 dias após sua publicação.

Ipumirim-SC, 11 de novembro de 2014
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

LEI Nº 1750

LEI Nº 1750, de 11 de novembro de 2014

Autoriza o Executivo Municipal instituir o serviço de orientação sobre os direitos dos pacientes com câncer no âmbito do Município de Ipumirim - SC e dá outras providências.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim/SC, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do município que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei.

Art. 1º Fica autorizado o Executivo Municipal instituir o serviço de orientação sobre os direitos dos pacientes com câncer, no âmbito do Município de Ipumirim - SC.

Art. 2º Para a execução desta Lei, o Executivo Municipal poderá criar programas, capacitar servidores e confeccionar material informativo sobre os direitos dos pacientes com câncer, previstos na legislação municipal, estadual e federal em vigor.

Art. 3º No material de divulgação dos direitos dos pacientes com câncer deverá constar, prioritariamente, informações sobre:

I - resgate do Fundo de Garantia;

II - auxílio-doença;

III - isenção do imposto de renda na aposentadoria;

IV - isenção do ICMS na compra de veículos adaptados;

V - isenção de IPI na compra de veículos adaptados;

VI - isenção de IPVA para veículos adaptados;

VII - quitação do financiamento da casa própria;

VIII - saque do PIS;

IX - andamento judiciário prioritário;

X - aposentadoria por invalidez.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Município.

Art. 5º Esta Lei poderá ser regulamentada no que couber.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor 90 dias após sua publicação.

Ipumirim-SC, 11 de novembro de 2014
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Irineópolis

PREFEITURA

EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 003/2014

Teste Seletivo Para Contratação Temporária
Comissão Do Teste Seletivo

Edital Nº 003/2014

O Município de Irineópolis, através do Excelentíssimo Prefeito Municipal Senhor JULIANO POZZI PEREIRA, juntamente com a Comissão Coordenadora do Teste Seletivo, nomeada pela portaria nº480/2014 de 16/10/2014, tornar público a homologação das inscrições, do teste seletivo 003/2014:

CARGO: 1 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I

INSCRICAO	NOME
01	Maykon Davi Sostak

CARGO: 2 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II

INSCRICAO	NOME
01	Adrieli Carolini Ferreira dos Santos
02	Andressa Luana Schafaschek
03	Angela Patricia Cunha
04	Arlete Bueno Ferreira
05	Carina Preisler
06	Carla Letícia Luz
07	Cleia de Paula Cruz
08	Cremilda de Souza
09	Edi Koetzler Morlo
10	Elenice Domingos
11	Eliane Braz dos Santos
12	Elisete Aparecida Rodrigues da Silva Fernandes
13	Elizete Pechabela
14	Evanilda Gonçalves dos Santos
15	Francieli Colaço
16	Francini Vieira Mikaowski
17	Ilenice Fideles dos Santos
18	Ismailei Fidelis dos Santos
19	Ivonete Rodrigues Ferreira
20	Janete Moreira Kostuski
21	Janice Aparecida Pavarin
22	Jéssica Neves de Matos
23	Josemere Melniski Miranda
24	Keitty Suzélen Ivans
25	Lilia Maria Aparecida Maier
26	Luciana Alves da Silva
27	Luciane Novacoski
28	Lucimara Caroline Haut Vieira
29	Marcos José Colaço
30	Maria Silvana Karoleski
31	Marlei Janete de Souza Bay
32	Matilde Lima dos Santos Moreira
33	Meiry Diane da Silva
34	Neusa König
35	Neusa Stuber Iarrocheski
36	Odete Aparecida Senn
37	Patricia de Assis
38	Rafaelli Vieira
39	Regiane Aparecida Zapora Reichardt
40	Rosmari Martins Estriser
41	Silvia Jusak König

42	Solange Cieslak
43	Suzana Aparecida Ferreira
44	Suzana de Souza
45	Suzana Zielinski
46	Suzete Aparecida Alves
47	Tatiana Aparecida dos Santos Martins
48	Thais Machado.

Irineópolis (SC), 10 de novembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itá**PREFEITURA****AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2014,
PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2014

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal em Exercício de Itá - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, no dia 25 de novembro de 2014, para contratação de horas máquinas de escavadeira hidráulica e trator de esteiras. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 25 de novembro de 2014 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá-SC, 11 de novembro de 2014.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal em Exercício

Itaiópolis**PREFEITURA****EXTRATO EDITAL LEILÃO Nº 2/2014**

Processo Licitatório nº 77/2014 - Leilão nº 2/2014 - Objeto: alienação de árvores exóticas (pinus), pertencentes ao Patrimônio Público Municipal. LOCAL/DATA E HORÁRIO DO LEILÃO: Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, Avenida Getúlio Vargas, 308, Centro, Itaiópolis - SC, dia 28 de novembro de 2014, as 10:00 horas. EDITAL: estará a disposição dos interessados no Departamento de Compras e Licitações ou pelo Site: www.itaipolis.sc.gov.br.

Itaiópolis, 10 de novembro de 2014.

Gervásio Uhlmann

Prefeito Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO N=BO 211, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 211, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014.

Designa Comissão Especial para análise da documentação e julgamento das propostas referente o Processo de Licitação na modalidade de Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 148/2014, de 03/10/2014 do Município de Itapiranga SC e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

Decreta:

Art. 1º Ficam com o presente Decreto designados os senhores JANETE FRANTZ BAUMANN, MACIEL WELTER, THIAGO ROHDEN e ADRIANO KARAL para, sob a presidência da primeira designada, compor a Comissão Especial de Análise e Julgamento na realização da abertura e apreciação do conteúdo dos envelopes "documentação"; bem como efetuar a abertura, apreciação e julgamento do conteúdo dos envelopes "proposta" referente Processo de Licitação na modalidade de Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 148/2014, de 03/10/2014, do Município de Itapiranga, às 14h00min do dia 10/11/2014, conforme Edital.

Parágrafo único. As designações constantes no "caput" do presente artigo não contam ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço relevante prestado ao Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 7 de novembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sergio Luis Kessler

Secretario Municipal de Administração.

DECRETO N. 212, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO N. 212, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

Anula o edital do Processo Licitatório n. 148/2014 do Município de Itapiranga SC, na Modalidade de Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e o que dispõe a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

Decreta:

Art. 1º. Fica anulado o Processo de Licitação na modalidade de Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 148/2014, de 03/10/2014, do Município de Itapiranga SC.

Parágrafo único. O cancelamento previsto no caput deste artigo se dá por não terem ocorrido interessados na participação do certame licitatório (Licitação Deserta).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 10 de setembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sergio Luis Kessler

Secretario Municipal de Administração.

EXTRATO DE CONTRATO PREFEITURA Nº 140/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - EXTRATOS CONTRATOS - PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 140/2014

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 060/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e Benefatto Construtora Ltda Me.

ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 038/2014.

OBJETO: Prorroga o prazo para a execução, em regime de empreitada global do projeto para ampliação de ponte em concreto armado, na linha Maria Goretti, interior deste município, conforme contrato de repasse nº 01004646-03/2013/MAPA-CAIXA e execução em regime de empreitada global do projeto para construção da ponte de concreto armado, na Linha Beleza, interior deste município, conforme contrato de repasse nº 1014046-97/2013/MAPA/CAIXA.

VIGÊNCIA: 22 de janeiro de 2015.

Itapiranga - SC. 22 de outubro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 2.937, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI MUNICIPAL Nº 2.937, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do município, as metas e prioridades da administração, seus recursos financeiros e as bases para preparação do orçamento programa para o exercício de 2015.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º O Orçamento do Município de Itapiranga, para o exercício de 2015, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, em cumprimento ao disposto no § 2º, do artigo 165, da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar Federal nº 101/2000, de 04 de maio de 2000, corroborado com o art. 100 da Lei Orgânica do Município, compreendendo:

I - as metas fiscais;

II - as prioridades e metas da administração pública municipal, incluindo as despesas de capital para o próximo exercício financeiro, extraída do Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017;

III - a estrutura e organização dos orçamentos;

IV - as diretrizes para elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
V - as disposições sobre a dívida pública municipal;
VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
VIII - disposições gerais.

I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas nos Anexos desta lei.

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015 são aquelas definidas e demonstradas nos Anexos integrante desta lei, as quais terão preferência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2015, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas nos Anexos, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscrito.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais e estas, com identificação da Classificação

Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria 163/2001 e suas alterações posteriores.

§ 2º A categoria de programação de trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2015 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas aos seus Fundos e aos Orçamentos Fiscais, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, 407/2011, Interministerial nº 163/2001 e alterações posteriores.

Parágrafo único. Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 8º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a pelo menos 0,25% (zero ponto vinte e cinco por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 9º Os Orçamentos para o exercício de 2015 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos.

Art. 10. Os Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação.

§ 1º Os Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a secretário ou servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a secretário ou servidor municipal.

Art. 11. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2015 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 12. Se a receita estimada para 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo:

I - contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
III - dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 14. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão.

Art. 15. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes no Demonstrativo da origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2015.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2014.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16. Os orçamentos para o exercício de 2015 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 0,25% (zero ponto vinte e cinco por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício.

Parágrafo único. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99 e artigo 8º da Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores.

Art. 17. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 18. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a

programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 19. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2015 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o § 3º do artigo 43, da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida no parágrafo único do artigo 8º e artigo 50, da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 20. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 90 (noventa) dias para manutenção e 180 (cento e oitenta) para investimentos, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade.

Art. 21. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que tratam os incisos I e II, do artigo 16, da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no § 3º, do artigo 16, da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2015 em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do artigo 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 22. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Art. 23. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária.

Art. 24. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2015 a preços correntes.

Art. 25. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores.

Parágrafo único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos, dentro de cada Unidade Orçamentária, poderá ser feito por Decreto do Prefeito Municipal, observado o disposto no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal.

Art. 26. Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2015 e constantes desta lei.

Art. 27. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o § 3º, do artigo 50, da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

Parágrafo único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício.

Art. 28. Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas, e contemplado na Lei Orçamentária para 2015, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigirem desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 29. O Município poderá realizar contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, na medida em que configurar eminente falta de recursos, observado sua capacidade de endividamento, na forma estabelecida na LC 101/2000.

§ 1º As Operações de Crédito a serem realizadas pelo Município, no exercício de 2015, não poderão exceder o montante das despesas de capital fixadas na Lei Orçamentária Anual correspondente, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovada pelo Poder Legislativo, por maioria absoluta, observado a legislação em vigor.

§ 2º De acordo com o que determina o art. 35 da Lei de Responsabilidade Fiscal, fica expressamente proibida a realização de Operações de Crédito entre entes da federação.

Art. 30. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica.

Art. 31. Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 29 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 16 desta lei.

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL E SEUS ENCARGOS

Art. 32. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2015, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, concederem vantagens, admitir pessoal aprovado em

concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2015 ou em créditos adicionais.

Art. 33. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no inciso III do artigo 20, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 34. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 35. Consideram-se Despesas de Pessoal os gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, os relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

§ 1º Para os fins do disposto no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, sobre a repartição dos limites de gastos com pessoal, fica fixado sobre a receita corrente líquida o percentual de 54% para o Poder Executivo e 6% para o Poder Legislativo.

§ 2º As despesas referentes a contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizadas em "Substituição de Mão-de-Obra (LRF, art. 18, §1º)" e serão computadas para o cálculo da despesa total com pessoal.

§ 3º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de Competência.

§ 4º Para fins de apuração da Receita Corrente Líquida, utiliza-se o disposto no inciso IV do artigo 2º da Lei Complementar nº 101/2000, deduzidas as receitas correntes oriundas de convênios.

Art. 36. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o inciso § 1º, do artigo 18, da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Itapiranga, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34. - Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO

TRIBUTÁRIA

Art. 37. O Poder Executivo Municipal poderá encaminhar ao Poder Legislativo, até três meses antes do encerramento do atual exercício, o Projeto de Lei dispondo sobre mudanças no Código Tributário, caso considere necessário alteração do mesmo.

Art. 38. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 39. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas e estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro do exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 40. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2014.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 42. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 43. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 44. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2015.

Art. 45. O Executivo Municipal estará autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais e ou extrajudiciais.

Art. 46. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Itapiranga - SC., 11 de novembro de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler
Secretário Municipal de Administração.

LEI MUNICIPAL Nº 2.938, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI MUNICIPAL Nº 2.938, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito especial no orçamento do Município de Itapiranga, por conta do "Excesso de Arrecadação" no exercício de 2014 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir a seguinte meta e fonte de recurso no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Itapiranga-SC, exercício de 2014, por conta do "Excesso de Arrecadação", fonte de recurso: 125 - Transf. de Conv. Estado - Programas de Assist. Social, no valor de até R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais) na seguinte dotação:

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0042.2018 - Manutenção das Atividades da Assistência Social Geral
33.90.00.00.00.00.00.0125 - Aplicações Diretas R\$ 19.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC., 11 de novembro de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler
Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 213, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 213, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito especial no orçamento do Município de Itapiranga, por conta do "Excesso de Arrecadação" no exercício de 2014 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.938, de 11 de novembro de 2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito especial no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Itapiranga-SC, exercício de 2014, por conta do "Excesso de Arrecadação", fonte de recurso: 125 - Transf. de Conv. Estado - Programas de Assist. Social, no valor de até R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais) na seguinte dotação:

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0042.2018 - Manutenção das Atividades da Assistência Social Geral
33.90.00.00.00.00.00.0125 - Aplicações Diretas R\$ 19.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC., 11 de novembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

Itapoá

PREFEITURA

SECRETARIA DE SAÚDE: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2014 DO EDITAL Nº 010/2014 - TÉCNICO EM RADIOLOGIA

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2014

EDITAL DE CREDENCIAMENTO - EDITAL Nº 010/2014

TÉCNICO DE RADIOLOGIA

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata CLAUDIOMIRO RODRIGUES BATISTA para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

1. Cédula de Identidade (RG);
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF);
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet site do TRE);
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Duas foto recente;
8. Comprovante de residência;
9. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo;
10. Registro no CRTR/SC;
11. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
12. Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14 anos;
13. Certidão de Regularização do CPF (internet);
14. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
15. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece);
16. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
17. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
18. Tipagem sanguínea;
19. Laudo médico;
20. Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: _____;

Itapoá-SC, 10 de novembro de 2014.

Cristian Angelo Grassi

Secretário da Saúde

EXTRATO EDITAL CONVITE Nº 31-2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Preâmbulo (art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 21/11/2014 às 11h:30min, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até às 11h:00min receberá envelopes dos possíveis interessados em participar do certame em epigrafe, o que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, Licitação na modalidade CONVITE Nº 31/2014 - PROCESSO Nº 148/2014, para a Aquisição de material gráfico impresso para uso das Unidades Básicas de Saúde (PSF), NASF (Núcleo de Apoio a Saúde da Família), Pronto Atendimento 24 horas, Centro de Reabilitação, Departamento de Saúde, Vigilância Sanitária e Epidemiológica, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital. O Edital poderá ser retirado

através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h:00min às 14h:00min.

Itapoá, 10 de novembro de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 95/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 95/2014

Contratante: Município de Itapoá-SC;
Contratado: ERALDO JOSÉ GILIOLI, produtor rural residente e domiciliado à Estrada geral Primeiro de Julho, s/nº, na cidade de Itapoá/SC, portador do CNPF/MF sob nº 633.061.909-34, e do CI.RG nº 2165467 SSP/SC.

Licitação: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2014, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2014, PROC.ADM Nº136/2014/DLC; Objeto: CREDENCIAMENTO de Produtor Rural, Agricultor Familiar, Associações ou Cooperativas da Agricultura Familiar visando posterior aquisição de Gêneros e Produtos Alimentícios da agricultura familiar Rural para atender a alimentação escolar servida aos alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Valor total: R\$ 19.950,00 (dezenove mil novecentos e cinquenta reais).

Data da assinatura: 06/11/2014;

Data vigência contratual: O contrato iniciará na data da assinatura, e o seu término está condicionado a entrega do objeto ou até 31/12/2014.

Itapoá, 11 de novembro de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 96/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 96/2014

Contratante: Município de Itapoá-SC;
Contratado: NICOLAS GABRIEL CECCATO, produtor rural residente e domiciliado à Estrada Quiriri, s/nº, Bairro de Pirabeiraba, na cidade de Joinville/SC, portador do CNPF/MF sob nº 099.247.979-46, e do CI.RG nº 5448020- SSP/SC.

Licitação: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2014, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2014, PROC.ADM Nº136/2014/DLC; Objeto: CREDENCIAMENTO de Produtor Rural, Agricultor Familiar, Associações ou Cooperativas da Agricultura Familiar visando posterior aquisição de Gêneros e Produtos Alimentícios da agricultura familiar Rural para atender a alimentação escolar servida aos alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Valor total: R\$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais).

Data da assinatura: 06/11/2014;

Data vigência contratual: O contrato iniciará na data da assinatura, e o seu término está condicionado a entrega do objeto ou até 31/12/2014.

Itapoá, 11 de novembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO PREÂMBULO LEILÃO Nº01/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Preâmbulo (art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 28/11/2014 às 10h:00min, em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), n.º201, Licitação na modalidade Leilão nº 01/2014 - Processo nº133/2014, para a Alienação de bens móveis considerados inservíveis de 07 (sete) veículos, caracterizados por: Fiat/Siena ELX, Fiat Fiorino Flex, Fiat Uno Mille Fire, Fiat Fiorino IE, WV Masca Granmini W120, VW Gol CI 1.6, GM Corsa GL 1.6, GM Kadet GL, com objetivo de renovação da frota municipal e outros equipamentos que integram o patrimônio público municipal, conforme Anexo I deste edital. O Edital contendo especificações poderá ser retirado no site www.itapoa.sc.gov.br, e ou na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/Departamento de Licitações e Contratos entre os horários das 08h:00min às 14h:00min.

Itapoá, 11 de novembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE SAÚDE: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 012/2014 DO EDITAL Nº 022/2014 - TÉCNICO ENFERMAGEM

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 012/2014

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 022/2014

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata DILENE CELIA COELHO para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

1. Cédula de Identidade (RG) ;
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Uma foto recente ;
8. Comprovante de residência;
9. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo.
10. Registro no COREN/SC;
11. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
12. Certidão de Nascimento dos Filhos ;
13. Certidão de Regularização do CPF (internet) ;
14. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
15. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;
16. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
17. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
18. Tipagem sanguínea;
19. Laudo médico;

20. Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: _____;

Cristian Angelo Grassi
Secretário da Saúde
Itapoá, 11 de Novembro de 2014.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 054/2014

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO/VAGAS REMANESCENTES N.º 054/2014.

Terezinha Fávaro da Silveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 36 da Lei Municipal N.º 075/01 de 24 de dezembro de 2001 torna público pelo presente Edital às normas do procedimento que nortearão o Edital de processo seletivo de admitidos em caráter temporário/vagas remanescentes dos Editais 033/2014 para complementação do quadro de Professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental e ou Educação Infantil num período determinado de 35 dias, compreendidos entre 14/11/2014 a 19/12/2014.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos para contratação, em caráter temporário, para complementação do quadro de profissionais que atuarão na escola de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Itapoá.

1.2 - Os candidatos deverão atender as atribuições contidas na Lei 075/01 nos anexos II e III;

1.3 - As exigências para o desempenho das atribuições são: a) ter aptidão física e mental comprovada em avaliação realizada pelo médico do trabalho indicado pelo setor de Recursos Humanos; b) ter disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Secretaria Municipal de Educação;

1.4 - O contratado fará jus ao vale transporte para deslocar-se ao trabalho, desde que comprove a necessidade com comprovante de residência;

1.5 - O contratado fará jus a auxílio alimentação, férias e 13º salários proporcionais;

1.6 - A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, vinculando-se o mesmo ao regime geral de previdência social, ficando o contratado obrigado a cumprir as normas disciplinares constantes do Regulamento do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipal e Leis Municipais nº 075/2001; 076/2001 e 155/2003;

1.7 - Os contratados, durante a prestação de serviço temporário, serão avaliados continuamente, observados os seguintes fatores: assiduidade, cumprimento com prazos e produtividade.

2. DAS INSCRIÇÕES:

2.1 - As inscrições para entrega de currículo será dia 12 mês de novembro de 2014. Local: Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels Borges, n.º 201 - Itapema do Norte, em Itapoá.

Horário: das 8h00min às 13h30min.

3. QUADRO DE VAGAS:

1 vaga Artes 40hs

3.1 - Os candidatos classificados no presente processo seletivos e que momentaneamente não houver disponibilidade de vaga, aguardarão a consequente abertura das vagas e o respectivo (chamamento) ou (contato) na época própria por e-mail e ou telefone.

4. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO:

4.1 - Para inscrever-se é necessário apresentar o currículo constando formação acadêmica, experiência profissional, cursos de aperfeiçoamento na área (se houver), com nome, endereço, telefone e e-mail completo.

4.2 - A classificação ocorrerá com base nas informações do currículo apresentado, tendo como base a formação de acordo com a área pretendida.

4.3 - A classificação será publicada dia 13 de novembro 2014 às 12hs.

4.4 - Não havendo currículos para classificação e publicação na respectiva data citada, a mesma classificação poderá ser publicada posteriormente.

5. CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO (no ato da contratação, entregue ao RH).

1- Cédula de Identidade (RG)

2- Cadastro de Pessoa Física (CPF)

3- Título de Eleitor

4- Certidão de Quitação Eleitoral (internet)

5- Certidão de nascimento ou casamento

6- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep (contendo número, série e data de emissão)

7- Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação

8- Uma foto recente

9- Comprovante de residência

10- Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo. (Diploma)

11- Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC)

12- Certidão de Nascimento dos Filhos

13- Certidão de Regularização do CPF (internet)

14- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece)

15- Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece)

16- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece)

17- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (Termo de Responsabilidade)

18- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece)

19- Tipagem sanguínea

20- Laudo médico

21- Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: _____

22- Comprovante de quitação militar.

6 - DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

5.1 - A inscrição deverá ser realizada com a entrega de currículo na Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels Borges nº 201, Itapema do Norte, Itapoá;

5.2 - O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo;

5.3 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão da Secretaria Municipal de Educação.

Itapoá, 11 de novembro de 2014.

Terezinha Fávaro da Silveira
Secretaria de Educação

EXTRATO EDITAL PREGÃO Nº80/14

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2014

PROCESSO Nº 147/2014

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 11h:00min estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 11h:30min, do dia 24 de novembro de 2014, na sala do Departamento de Licitações e Contratos, Rua Mariana Michels Borges (960), n.º 201, a Pregoeira Oficial do Município, Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Aquisição de câmara de ar de 1ª linha, certificadas pelo INMETRO, para uso na manutenção da frota de máquinas pesadas e caminhões da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, conforme Anexo V do Edital. O Edital em partes poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/ Departamento de Licitações e Contratos. O horário disponível para retirada é das 8h:30min às 14h:00min.

Itapoá, 10 de novembro de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar

Prefeito Municipal

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2014
PROCESSO Nº 150/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2014

PROCESSO Nº 150/2014

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 10h:30min estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 11h:00min do dia 26 de novembro de 2014, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a aberturados envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a contratação de empresa com mão de obra especializada para prestação de serviços de instrutores técnicos para atendimento ao projeto Itapoá na modalidade futsal e vôlei, conforme especificações constantes no anexo V do edital. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h às 14h.

Itapoá, 11 de novembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Município de Itapoá/SC

Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 2308/2014 – EXONERA
ASSESSOR ESPECIAL DE COMÉRCIO.**

DECRETO MUNICIPAL NO2308/2014

Data: 10 de Novembro de 2014.

EXONERA ASSESSOR ESPECIAL DE COMÉRCIO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerado, o Sr. Alexandre Martinez, no cargo de Assessor Especial de Comércio, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 10 de Novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

**EDITAL Nº 51/2014 - PROCESSO SELETIVO
SIMPLIFICADO EDUCAÇÃO ESPECIAL - SEC.
EDUCAÇÃO**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 51/2014 - EDUCAÇÃO ESPECIAL

Terezinha Fávoro da Silveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 36 da Lei Municipal N.º 075/01 de 24 de dezembro de 2001 torna público, pelo presente Edital, as normas do procedimento que nortearão o Processo Seletivo de Profissionais da Educação Admitidos em Caráter Temporário (ACT) que atuarão na Educação Especial para complementação do quadro de professores da Educação Básica da Rede Municipal de Itapoá, num período compreendido entre 02/02/2015 a 18/12/2015, ou até o preenchimento da vaga por meio de Concurso Público.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos para serem contratados, em caráter temporário, para complementação do quadro de profissionais que atuarão na Educação Inclusiva nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Itapoá.

1.2 Os candidatos deverão atender as atribuições contidas na Lei 075/2001 nos anexos II e III e Resolução do CME de Normatização da Educação Especial vigente.

1.3 As exigências para o desempenho das atribuições são: a) ter aptidão física e mental, comprovada em avaliação realizada pelo médico do trabalho indicado pelo setor de Recursos Humanos; b) ter disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Secretaria Municipal de Educação.

1.4 O contratado fará jus:

- ao vale transporte para deslocar-se ao trabalho, desde que comprove a necessidade;
- ao auxílio alimentação;
- à férias e 13º salário, proporcionais.

1.5 A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, vinculando-se ao regime geral de previdência social, ficando o contratado obrigado a cumprir as normas disciplinares constantes do Regulamento do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais e Leis Municipais nº 075/2001, 155/2003,

044/2014 e 16/2007.

1.6 Os contratados, durante a prestação de serviço temporário, serão avaliados continuamente, observados os seguintes fatores: assiduidade, cumprimento com prazos, produtividade e atribuições. Caso seu aproveitamento não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido, com aviso antecipado de 30 dias conforme Lei Complementar Municipal nº 16/2007.

2. DAS INSCRIÇÕES:

2.1 As inscrições estarão abertas conforme especificado abaixo:
Data: 13 e 14 do mês novembro de 2014. Local: Secretaria Municipal de Educação, na Rua 960, nº 201, Itapema do Norte, em Itapoá, Sala 6-B (Primeiro Andar), das 08h30min às 13h30min.

2.2 O candidato poderá inscrever-se em todas as áreas em que tenha habilitação conforme especificações do item 3.

3. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO:

3.1 Os documentos e certificados apresentados poderão ser autenticados em Cartório ou na Secretaria de Educação, mediante apresentação dos originais e cópias, até 12 de novembro de 2014, das 08h00min às 14h00min.

3.2 Para realização da Inscrição serão necessários os documentos abaixo especificados, entregues em envelope identificado, lacrado, contendo todos os documentos solicitados na ordem descrita abaixo, juntamente com a ficha de inscrição fixada por fora do envelope.

3.3 Documentos Obrigatórios para Professor Auxiliar de Turma e ordem de contagem para classificação:

a. Cédula de identidade (cópia autenticada);
b. Cadastro de Pessoa Física – CPF (cópia autenticada);
c. Diploma do Curso Superior em Educação Especial ou;
d. Diploma do Curso de Pós-graduação em Educação Especial, para os habilitados que tenham concluído o Curso Superior de Pedagogia ou;
e. Diploma do Curso de Pós-graduação em Psicopedagogia, para os habilitados que tenham concluído o Curso Superior de Pedagogia ou;
f. Diploma do Curso de Pós-graduação em Educação Especial, para os habilitados que tenham concluído o Curso Superior em outra Licenciatura ou;
g. Diploma do Curso de Pós-graduação em Psicopedagogia, para os habilitados que tenham concluído o Curso Superior em outra Licenciatura ou;
h. Diploma de Licenciatura Plena em outra área e comprovante de experiência de trabalho na área de Educação Especial, emitida por órgão competente ou certificado de Formação Continuada em áreas de Educação Especial, com no mínimo 80 horas ou;
i. Para não habilitados, Declaração da instituição de ensino em que conste a área, ano, semestre ou período, que esteja cursando Graduação em Educação Especial ou Pedagogia, emitida com no máximo 30 dias de antecedência da data de inscrição (original).

3.3.1 Histórico Escolar e Certificado de Conclusão de Curso de Graduação ou Pós Graduação, com data não superior a 180 dias da data da conclusão, poderão substituir o diploma exigido nos itens: "c", "d", "e", "f", "g" e "h".

3.4 Documentos obrigatórios para Intérprete/Tradutor de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais /Língua Portuguesa e ordem de contagem para classificação:

a. Cédula de identidade (cópia autenticada);
b. Cadastro de Pessoa Física – CPF (cópia autenticada);

c. Diploma de Licenciatura em Letras: Libras ou Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua. Ser ouvinte e ter domínio e fluência em Libras ou;
d. Diploma de Curso Superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras – Língua Portuguesa. Ser ouvinte e ter domínio e fluência em Libras; ou;
e. Diploma de Curso Superior de Pedagogia com curso complementar de no mínimo 180 horas *(educação profissional, extensão universitária, formação, ou pós-graduação lato sensu) em Tradutor/Intérprete em Libras/Língua Portuguesa e/ou Libras/Língua Portuguesa ou Certificação do Prolibras. Ser ouvinte e ter domínio e fluência em Libras ou;
f. Diploma de Licenciatura Plena em outras áreas com Curso Complementar de no mínimo 180 horas *(educação profissional, extensão universitária, formação ou pós-graduação lato sensu) em Tradutor/Intérprete em Libras e/ou Libras/Língua Portuguesa ou Certificação do Prolibras. Ser ouvinte e ter domínio e fluência em Libras ou;
g. Diploma de Curso Superior de Pedagogia, acrescido de Declaração de Conclusão de no mínimo 120h em curso complementar com carga horária total mínima de 180h*(educação profissional, extensão universitária, formação ou pós-graduação lato sensu) em Tradutor/Intérprete em Libras e/ou Libras/Língua Portuguesa, juntamente com Declaração de Frequência em que conste área, ano, período, fase, semestre, que esteja cursando, emitida com no máximo 30 (trinta) dias de antecedência da data de inscrição (original). Ser ouvinte e ter fluência em Libras ou;
h. Diploma de Curso de Licenciatura Plena em outras áreas, acrescido de Declaração de Conclusão de no mínimo 120h em curso complementar com carga horária total mínima de 180 horas *(educação profissional, extensão universitária, formação ou pós-graduação lato sensu) em Tradutor/Intérprete em Libras e/ou Libras/Língua Portuguesa, juntamente com Declaração de Frequência em que conste área, ano, período, fase, semestre, que esteja cursando, emitida com no máximo 30 (trinta) dias de antecedência da data de inscrição (original). Ser ouvinte e ter fluência em Libras ou;
j. Para não habilitados, Declaração da instituição de ensino em que conste a área, ano, semestre ou período, que esteja cursando Licenciatura, emitida com no máximo 30 dias de antecedência da data de inscrição (original), com Curso Complementar de no mínimo 180 horas *(educação profissional, extensão universitária, formação ou pós-graduação lato sensu) em Tradutor/Intérprete em Libras e/ou Libras/Língua Portuguesa ou Certificação do Prolibras. Ser ouvinte e ter domínio e fluência em Libras.

3.4.1 Histórico Escolar e Certificado de Conclusão de Curso de Graduação ou Pós Graduação, com data não superior a 180 dias da data da conclusão, poderão substituir o diploma exigido nos itens: "c", "d", "e", "f", "g" e "h".

3.5 Documentos obrigatórios para Cuidador e ordem de contagem para classificação:

a. Cédula de identidade (cópia autenticada);
b. Cadastro de Pessoa Física – CPF (cópia autenticada);
c. Certificado e Histórico do Ensino Médio (cópia autenticada).

3.6 Documentos obrigatórios para Professor de Anos Iniciais Bilíngue e ordem de contagem para classificação:

a. Cédula de identidade (cópia autenticada);
b. Cadastro de Pessoa Física – CPF (cópia autenticada);
c. Diploma de Curso Superior de Pedagogia Bilíngue. Ser ouvinte, ter domínio, fluência em Libras ou;
d. Diploma de Curso Superior de Pedagogia Anos Iniciais com curso complementar de no mínimo 180 horas *(educação profissional, extensão universitária, formação, ou pós-graduação lato sensu) em Tradutor/Intérprete em Libras/Língua Portuguesa e/ou Libras/Língua Portuguesa ou Certificação do Prolibras. Ser ouvinte e ter domínio e fluência em Libras ou;

e. Diploma de Curso Superior de Pedagogia outras habilitações, com curso complementar de no mínimo 180 horas *(educação profissional, extensão universitária, formação, ou pós-graduação lato sensu) em Tradutor/Intérprete em Libras/Língua Portuguesa e/ou Libras/Língua Portuguesa ou Certificação do Prolibras. Ser ouvinte e ter domínio e fluência em Libras ou;

f. Para não habilitados, Declaração da instituição de ensino em que conste a área ou disciplina e ano, semestre ou período, que esteja cursando Pedagogia, emitida com no máximo 30 dias de antecedência da data de inscrição (original), com Curso Complementar de no mínimo 180 horas *(educação profissional, extensão universitária, formação ou pós-graduação lato sensu) em Tradutor/Intérprete em Libras e/ou Libras/Língua Portuguesa ou Certificação do Prolibras. Ser ouvinte e ter domínio e fluência em Libras.

3.6.1 Histórico Escolar e Certificado de Conclusão de Curso de Graduação ou Pós Graduação, com data não superior a 180 dias da data da conclusão, poderão substituir o diploma exigido nos itens: "c", "d" e "e".

3.7 Documentos obrigatórios para Professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e ordem de contagem para classificação:

- | |
|--|
| a. Cédula de identidade (cópia autenticada); |
| b. Cadastro de Pessoa Física – CPF (cópia autenticada); |
| c. Diploma do Curso Superior em Educação Especial ou; |
| d. Diploma de Curso Superior em Pedagogia com Pós-graduação em AEE ou; |
| e. Diploma de Curso Superior em Pedagogia com Pós-graduação em Educação Especial ou; |
| f. Diploma de Curso Superior em Pedagogia com Pós-graduação em Psicopedagogia ou; |
| g. Diploma de Curso Superior em outra Licenciatura com Pós-graduação em AEE ou; |
| h. Diploma de Curso Superior em outra Licenciatura com Pós-graduação em Educação Especial ou; |
| i. Diploma de Curso Superior em outra Licenciatura com Pós-graduação em Psicopedagogia ou; |
| j. Diploma de Curso Superior em Pedagogia com comprovante de experiência de trabalho de no mínimo 6 meses na área de AEE, emitida por órgão competente ou certificado de Formação Continuada em AEE, com no mínimo 60 horas ou; |
| k. Diploma de Curso Superior em Pedagogia, com comprovante de experiência de trabalho de no mínimo 6 meses em qualquer área de Educação Especial, emitida por órgão competente ou certificado de Formação Continuada em qualquer área de Educação Especial, com no mínimo 60 horas ou; |
| l. Diploma de Curso Superior em outras Licenciaturas, com comprovante de experiência de trabalho de no mínimo 6 meses na área de AEE, emitida por órgão competente ou certificado de Formação Continuada em AEE, com no mínimo 60 horas ou; |
| m. Diploma de Curso Superior em outras Licenciaturas, com comprovante de experiência de trabalho de no mínimo 6 meses na área de Educação Especial, emitida por órgão competente ou certificado de Formação Continuada em Educação Especial, com no mínimo 60 horas ou. |

3.7.1 Histórico Escolar e Certidão de Conclusão de Conclusão de Curso de Graduação ou Pós Graduação, com data não superior a 180 dias da data da conclusão, poderão substituir o diploma exigido nos itens: "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m".

3.8 Documentos Opcionais:

- | |
|--|
| a. Declaração de assiduidade expedida por órgãos oficiais de Recursos Humanos (original ou cópia autenticada); |
|--|

b. Certificados dos cursos de aperfeiçoamento e/ou capacitação (cópia autenticada);

c. Certificados dos cursos de especialização (cópia autenticada);

d. *Certificado de curso complementar de no mínimo 180 horas *(educação profissional, extensão universitária, formação, ou pós-graduação lato sensu) em Tradutor/Intérprete em Libras/Língua Portuguesa e/ou Libras/Língua Portuguesa ou Certificação do Prolibras. Ser ouvinte e ter domínio e fluência em Libras;

e. Atestado de Tempo de Serviço na área de atuação (original ou cópia autenticada);

f. Certidão de nascimento de filhos (para desempate).

*Curso de Educação Profissional de Tradução e Interpretação da Libras/Português/Libras reconhecido pelo sistema que o credenciou; Curso de Formação Continuada para Tradutor/Intérprete em Libras e/ou Libras/Língua Portuguesa promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação; Cursos de Formação promovidos por Organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições citadas anteriormente.

3.9 A falta de qualquer das informações citadas nos itens 3.3 a 3.7, de acordo com a área de inscrição, implicará na desconsideração dos documentos apresentados.

3.10 Não serão computados os Cursos de aperfeiçoamento e/ou atualização anteriores ao ano de 2010 e nem com carga horária inferior a 20 horas, referentes a letra "b" do item 3.8.

3.11 O atestado de tempo de serviço deverá ser original ou cópia autenticada, constando obrigatoriamente o período trabalhado, expresso em início e término da portaria ou do contrato administrativo, citando dia, mês e ano do início e dia mês e ano do término de cada portaria ou contrato.

3.12 O Atestado de tempo de serviço no magistério, expresso em anos, meses e dias deverá ser expedido pelos órgãos competentes, não sendo computado tempo de serviço paralelo.

3.12.1 São considerados órgãos competentes:

- Departamento de Recursos Humanos do Município, quando se tratar de magistério público municipal;
- Unidade Escolar, quando se tratar de magistério público estadual;
- Secretaria de Educação do Estado de origem, quando se tratar de magistério público de outros estados;
- Setor de recursos humanos do órgão federal ou de unidade escolar, quando se tratar de magistério público Federal ou Particular, respectivamente.

3.13 O atestado de tempo de serviço para professores já aposentados contará a partir da data de homologação da aposentadoria, não sendo considerado o período de trabalho anterior à aposentadoria.

3.14 Será designada pela Secretaria de Educação uma COMISSÃO para análise e cômputo de horas de curso, tempo de serviço, assiduidade e demais documentos para contagem de pontos.

4. CLASSIFICAÇÃO:

4.1 A Classificação acontecerá de acordo com as áreas abaixo relacionadas:

- | |
|--|
| a. Professor Auxiliar de Turma; |
| b. Intérprete/Tradutor de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais /Língua Portuguesa; |
| c. Cuidador; |
| d. Professor de Anos Iniciais Bilíngue; |
| e. Professor de Atendimento Educacional Especializado. |

4.2 A classificação ocorrerá de acordo com os seguintes critérios:

- a) Ordem discriminada nos itens 3.3 a 3.7 de acordo com a área de atuação;
- b) Somatório de pontos considerando: tempo de serviço na área em que pretende atuar, horas de cursos de aperfeiçoamento e/ou atualização, especialização, assiduidade e avaliação de desempenho.

4.3 Não caberá ao candidato classificado a escolha de vagas, ficando a critério da equipe da Secretaria de Educação a distribuição das mesmas.

4.4 A contagem dos pontos obedecerá aos seguintes critérios:

- a) Para cada mês de tempo de serviço no magistério computar-se-á 01(um) ponto, não será considerada fração para pontuação;
- b) para cada 20 (vinte) horas de curso de aperfeiçoamento e/ou atualização frequentado na área que pretende atuar computar-se-á 01 (um) ponto. Não será considerada fração para pontuação;
- c) Para os candidatos que não apresentaram faltas injustificadas no decorrer dos 3 (três) últimos anos e que comprovem com declarações emitidas por órgão oficial computar-se-á 20 pontos;
- d) Não serão computados valores referentes a somatória de pontos, descritos no item 4.2 letra "b", aos candidatos que comprovadamente receberam advertência da SME ou da chefia imediata nos últimos três anos, ficando automaticamente colocados no final da lista de classificados.
- e) Aos profissionais que apresentarem na avaliação de desempenho de 2014 o resultado "atende as expectativas" computar-se-á 20 pontos;
- f) Aos profissionais que apresentarem na avaliação de desempenho de 2014 o resultado "atende parcialmente as expectativas" computar-se-á 10 pontos.

5. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.1 Para os classificados:

- a) Maior número de dependentes;
- b) Maior idade.

5.1.1 Para os advertidos (4.4 "d"):

- a) menor número de advertência nos três últimos anos;
- b) menor proporção entre número de advertência e tempo de serviço prestado na Rede Municipal, considerando os três últimos anos;
- c) menor número de faltas injustificadas.

6. DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

6.1 A listagem classificatória será afixada na Secretaria Municipal de Educação no dia 05 de dezembro de 2014, a partir das 09h00min.

7. DA RECONSIDERAÇÃO (Recursos)

7.1 A contar da publicação da classificação pela Secretaria Municipal de Educação, o candidato terá 02 (dois) dias úteis para solicitar reconsideração, junto ao setor de protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá.

7.2 A reconsideração somente será analisada com base na documentação apresentada na data da inscrição, não sendo aceita a inclusão de nova documentação.

7.3 No quarto dia útil da publicação da classificação pela Secretaria Municipal de Educação será divulgada uma errata com as reconsiderações, se houverem.

8. DAS VAGAS EM GERAL

8.1 Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumirem a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

8.2 Ao candidato que se inscrever em mais de uma área, após assumir uma das vagas de 20 horas semanais, poderá assumir outra vaga de sua classificação, desde que haja compatibilidade de cargo, carga horária, regime de trabalho e turno de funcionamento das escolas.

8.3 Na hipótese de abrir vaga no decorrer do ano letivo e não havendo candidato classificado no processo seletivo a admissão ocorrerá por Novo Edital Publicado pela Secretaria de Educação.

8.4 O candidato graduando (estudante) ao desistir da frequência na graduação terá o seu contrato interrompido e perderá todos os direitos sobre a vaga, podendo, contudo ter o contrato mantido de acordo com as eventuais necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

8.5 Os candidatos que participarem e forem classificados no processo seletivo na área em que não houver momentaneamente disponibilidade de vagas, aguardarão a consequente abertura das mesmas, e o respectivo chamamento na época própria.

9 DAS VAGAS

9.1 O QUADRO DE VAGAS será afixado na Secretaria Municipal de Educação, no dia 12/01/2015, lembrando que no período de inscrição todas serão consideradas RESERVAS TÉCNICAS, de acordo com o artigo 2º, inciso VIII, Lei 016/2007.

9.2 A chamada para o preenchimento da vaga e o informe da unidade a qual o candidato irá atuar ocorrerá a partir do dia 12/01/2015 conforme contato telefônico e distribuição feita durante a convocação.

9.3 As vagas serão oferecidas em módulos de 20 ou 40 horas.

9.4 As Unidades Escolares Municipais funcionarão de acordo com o Calendário Escolar Municipal 2015, aprovado pelo Conselho Municipal de Educação.

10 CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

10.1 No ato da admissão o candidato deverá apresentar original e cópia abaixo relacionados ao setor de RH:

- | | |
|----|----------------------------|
| a) | Foto 3x4 (uma); |
| b) | Cédula de identidade (RG); |

c)	Cadastro de Pessoa Física (CPF);
d)	Certidão de regularização do CPF;
e)	Título de eleitor;
f)	Certidão de quitação eleitoral (emitido no site do TRE);
g)	Comprovante de quitação com as obrigações militares;
h)	Carteira de Trabalho;
i)	Número do PIS / PASEP;
j)	Número de conta corrente na CAIXA ECONÔMICA – agência 3364 (Itapoá);
k)	Certidão de nascimento ou casamento;
l)	Comprovante de residência;
m)	Certidão de nascimento dos filhos;
n)	Carteira de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
o)	Declaração de bens e/ou IRRF (imposto de renda);
p)	Declaração de dependentes;
q)	Declaração de não ter sofrido processo Disciplinar (fornecido pela Prefeitura);
r)	Declaração de dependentes para Imposto de renda (fornecido pela Prefeitura);
s)	Certidão negativa de antecedentes criminais, atualizada (original);
t)	Tipagem sanguínea;
u)	Laudo Médico;
v)	Comprovante de escolaridade (Diploma, certificado e histórico escolar, declaração de estudante ou histórico de ensino médio);
w)	Demais documentos solicitados pelo setor de RH.

11 DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

11.1 A inscrição deverá ser realizada pelo próprio candidato e constará do preenchimento de ficha própria à disposição do candidato na Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels Borges, nº 201, sala 6-B, 1º Andar, Itapema do Norte, em Itapoá e no Site da Prefeitura Municipal de Itapoá (<http://www.itapoa.sc.gov.br>).

11.2 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo.

11.3 O candidato deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se, após a assinatura, responsável pela mesma.

11.4 O candidato que, no ato da inscrição ou admissão, prestar declarações falsas ou inexatas, ou apresentar documentos adulterados ou falsos, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes.

11.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão da Secretaria Municipal de Educação.

Itapoá, 07 de novembro de 2014.
Terezinha Fávaro da Silveira
Secretária de Educação

FICHA DE INSCRIÇÃO Edital 051/ACTs - 2014
PROTOCOLO N.º _____/2014

Nome: _____
Data de Nascimento: ____/____/____ Sexo: () F () M - Formação Profissional: _____
Rua: _____
Bairro: _____
Cidade: _____
Telefone contato: _____ Celular: _____
Email: _____
Área de Inscrição:

- () Professor Auxiliar de Turma;
() Intérprete/Tradutor de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais /Língua Portuguesa;
() Cuidador;
() Professor de Anos Iniciais Bilíngue;
() Professor de Atendimento Educacional Especializado.

Assinale com "X" somente ao lado dos documentos que foram inseridos no envelope:

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS APRESENTADOS:		Sim
1.	Cédula de identidade (RG);	
2.	Cadastro de Pessoa Física (CPF);	
3.	Comprovante de escolaridade: Diploma de Graduação;	
4.	Comprovante de escolaridade: Certificado ou Histórico Escolar de Graduação;	
5.	Comprovante de escolaridade: Declaração de Estudante;	
6.	Diploma de Especialização;	
7.	Declaração de assiduidade expedida por órgãos oficiais de Recursos Humanos;	
8.	Certificados dos cursos de aperfeiçoamento e/ou capacitação (cópia autenticada);	
9.	Atestado de Tempo de Serviço na área de atuação (original ou cópia autenticada);	
10.	Certidão de nascimento dos filhos.	

Itapoá, ____/11/2014
(Assinatura do candidato)

COMPROVANTE DE PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO:
Edital nº 051 - Protocolo nº _____2014

Nome: _____
Área de Inscrição:

- () Professor Auxiliar de Turma;
() Intérprete/Tradutor de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais /Língua Portuguesa;
() Cuidador;

- () Professor de Anos Iniciais Bilíngue;
- () Professor de Atendimento Educacional Especializado.

Itapoá, ____/11/2014

Assinatura do candidato (Assinatura SME)

COMPROVANTE DE PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO:

Edital nº 051 - Protocolo nº _____ 2014

Nome: _____

Área de Inscrição:

- () Professor Auxiliar de Turma;
- () Intérprete/Tradutor de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais /Língua Portuguesa;
- () Cuidador;
- () Professor de Anos Iniciais Bilíngue;
- () Professor de Atendimento Educacional Especializado.

Itapoá, ____/11/2014

Assinatura do candidato (Assinatura SME)

ERRATA EDITAL Nº 42/2014 - PROCESSO SELETIVO PROFESSOR ACT - SEC. EDUCAÇÃO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 42/2014 - PROFESSORES ACT

Terezinha Fávoro da Silveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 36 da Lei Municipal N.º 075/01 de 24 de dezembro de 2001 torna público, pelo presente Edital, as normas do procedimento que nortearão o Processo Seletivo de Profissionais da Educação Admitidos em Caráter Temporário (ACT) para complementação do quadro de professores, especialistas e monitores para atuarem nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil, EJA e Jornada Ampliada da Rede Municipal de Itapoá, num período compreendido entre 02/02/2015 a 18/12/2015, ou até o preenchimento da vaga por meio de Concurso Público.

ERRATA

A Classificação acontecerá de acordo com a somatória de pontos obtidos no cômputo dos títulos incluindo os itens abaixo relacionados.

4.3 Critérios de Classificação para Especialistas (nível 4.1. "a"):

f) Avaliação de Desempenho realizada no ano de 2014.

4.4 A classificação para Habilitados (níveis 4.1. "b" a 4.1. "k") ocorrerá da seguinte forma:

f) Avaliação de Desempenho realizada no ano de 2014.

4.5 A classificação para candidatos Não Habilitados (níveis 4.1. "b" a 4.1. "k") ocorrerá da seguinte forma:

f) Avaliação de Desempenho realizada no ano de 2014.

...

4.7 A contagem dos pontos obedecerá aos seguintes critérios:

f) Aos profissionais que apresentarem na avaliação de desempenho de 2014 o resultado "atende as expectativas" computar-se-á 20 pontos;

g) Aos profissionais que apresentarem na avaliação de desempenho de 2014 o resultado "atende parcialmente as expectativas"

computar-se-á 10 pontos.

Itapoá, 10 de novembro de 2014

Terezinha Fávoro da Silveira

Secretária de Educação

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 42/2014 - PROFESSORES ACT

Terezinha Fávoro da Silveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 36 da Lei Municipal N.º 075/01 de 24 de dezembro de 2001 torna público, pelo presente Edital, as normas do procedimento que nortearão o Processo Seletivo de Profissionais da Educação Admitidos em Caráter Temporário (ACT) para complementação do quadro de professores, especialistas e monitores para atuarem nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil, EJA e Jornada Ampliada da Rede Municipal de Itapoá, num período compreendido entre 02/02/2015 a 18/12/2015, ou até o preenchimento da vaga por meio de Concurso Público.

ERRATA

A Classificação acontecerá de acordo com a somatória de pontos obtidos no cômputo dos títulos incluindo os itens abaixo relacionados.

4.3 Critérios de Classificação para Especialistas (nível 4.1. "a"):

4.3 letra "f" Aos profissionais que apresentarem na avaliação de desempenho de 2014 o resultado "atende as expectativas" computar-se-á 20 pontos;

4.3 letra "g" Aos profissionais que apresentarem na avaliação de desempenho de 2014 o resultado "atende parcialmente as expectativas" computar-se-á 10 pontos.

4.4 A classificação para Habilitados (níveis 4.1. "b" a 4.1. "k") ocorrerá da seguinte forma:

4.4 letra "f" Aos profissionais que apresentarem na avaliação de desempenho de 2014 o resultado "atende as expectativas" computar-se-á 20 pontos;

4.4 letra "g" Aos profissionais que apresentarem na avaliação de desempenho de 2014 o resultado "atende parcialmente as expectativas" computar-se-á 10 pontos.

4.5 A classificação para candidatos Não Habilitados (níveis 4.1. "b" a 4.1. "k") ocorrerá da seguinte forma:

4.5 letra "f" Aos profissionais que apresentarem na avaliação de desempenho de 2014 o resultado "atende as expectativas" computar-se-á 20 pontos;

4.5 letra "g" Aos profissionais que apresentarem na avaliação de desempenho de 2014 o resultado "atende parcialmente as expectativas" computar-se-á 10 pontos.

Itapoá, 10 de novembro de 2014

Terezinha Fávoro da Silveira

Secretária de Educação

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº. 82/2014**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 82/2014

DATA: 10 DE NOVEMBRO DE 2014

EMENTA: DESIGNA RESPONSÁVEL PELA SEGUNDA ASSINATURA DA CONTA BANCÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPOÁ.

Osni Ocker, Presidente da Câmara de Vereadores de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica designada a servidora Sheron Scholze Rosa, portadora do CPF nº 058.724.889-04, investida no cargo de Secretária Geral da Câmara Municipal de Vereadores de Itapoá/SC, conforme Decreto Legislativo nº 01/2013, como responsável pela segunda assinatura dos cheques da conta corrente 25.000-7, da agência 5439-9 do Banco do Brasil S.A., em nome da Câmara Municipal de Vereadores de Itapoá.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, em 10 de novembro de 2014.

Osni Ocker

Presidente

Ituporanga**PREFEITURA****ABERTURA DOS ENVELOPES DA PROPOSTA DA CONCORRÊNCIA 03/2014**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

O Município de Ituporanga/SC, através da Comissão Permanente de Licitação do Município - CPL, nomeada pela Portaria nº 1.594 de 10 de fevereiro de 2014, com sede à Rua Joaquim Boeing, 40, Centro, Ituporanga/SC, torna público para conhecimento dos interessados que ABRIRÁ as propostas da licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2014 com o objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO, EXPLORAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO MANUTENÇÃO DE ESTACIONAMENTO REGULAMENTADO (ER) DE VEÍCULOS EM ÁREAS, VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS, BEM COMO A IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE CONTROLE E OPERAÇÃO DO SERVIÇO NO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, no dia 13 de novembro de 2014, às 09:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura do município, situada Rua Joaquim Boeing, 40, centro. As empresas habilitadas deverão comparecer na sala de reuniões no endereço acima citado para abertura das propostas. Para maiores informações estaremos à disposição dos interessados no endereço supracitado de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 13:00.

Claudinei Eyng

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

EDITAL Nº 012/2014 DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

EDITAL Nº 012/2014 DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

"Dispõe sobre a convocação de candidatos classificados no Concurso Público Municipal - Edital nº. 003/2014"

ARNÓ ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere a legislação específica, dentro do interesse e conveniência da Administração e obedecendo a ordem de classificação no Concurso Público Municipal nº. 001/2014, CONVOCA o candidato relacionado no Anexos I, da presente, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, localizado na Rua Vereador Joaquim Boeing, n.º 40, Centro, Ituporanga, SC, do dia 10/11/2014 ao dia 09/12/2014, no horário das 7h às 13h, munidos dos documentos exigidos nos itens 1.4 do Edital nº. 003/2014, visando comprovar os requisitos para a investidura no cargo público.

Outrossim, fica desde já cientificado o candidato aprovado convocado que o não comparecimento até a data indicada, implicará na perda do direito à posse e a qualquer outro direito inerente ao Concurso, conforme os termos do Edital e disposições da Lei Complementar nº 017, de 03 de outubro de 2007.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura do Município de Ituporanga,
10 de novembro de 2014.

ARNÓ ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município de Ituporanga

ANEXO II

EDITAL Nº. 03/2014
CONVOCADOS
CARGO: CIRURGIÃO DENTISTA

Apresentarem Diploma de Graduação em nível superior em Odontologia e Registro no CRO, além dos demais documentos exigidos pelo Departamento de Recursos Humanos e os descritos nos itens 1.3 e 1.4 do Edital nº. 003/2014.

CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
05	FABIANA SEIDLER

Joaçaba

PREFEITURA

LEI Nº 4.538 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI Nº 4.538 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA PROCEDER A DOAÇÃO DE IMÓVEIS AO MUNICÍPIO DE IRANI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Joaçaba (SC)

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar doação ao Município de Irani, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.939.455/0001-31, os imóveis a seguir identificados:

1. Área, situada na Fazenda Irani, Anexo a Vila Distrito de Irani, com 6.766,50 m² (seis mil setecentos e sessenta e seis metros e cinquenta centímetros quadrados), sem benfeitorias, confrontando: Norte, com terras dos vendedores e pela Estrada de Rodagem, Sul e Leste, com terras de Fernando Galvan e Oeste com terras de Pedro Kades. Matrícula nº 8.129, fls 029, L.2 "E". Registro de Imóveis de Ponte Serrada.

2. Lote rural nº 76 "A", "B" e "C", situado na Fazenda Irani, Lajeado do Meio, Distrito de Irani SC, com área de 2.718 m² (dois mil setecentos e dezoito metros quadrados), sem benfeitorias, confrontando: Norte, com parte do mesmo lote, Sul com terras de Angelo Zenaro, Leste, com a Estrada de Rodagem e Oeste, com Lajeado do Meio. Matrícula nº 8.127, fls, 027, L.2 "EE". Registro de Imóveis de Ponte Serrada.

3. Parte de lote rural nº 46, situado na Fazenda Irani, Gleba Alto Engano, Distrito de Irani SC, com área de 3.196,13 m² (três mil cento e noventa e seis metros e treze centímetros quadrados), sem benfeitorias, confrontando: Norte, com Estrada de Rodagem, Sul, com Lajeado dos Marrecos, Leste, com Lajeado Narciso e Oeste, com Lajeado dos Marrecos. Matrícula nº 8.128, fls.028, L.2 "E". Registro de Imóveis de Ponte Serrada.

4. Parte de Lote 73B, situado na Colônia Concórdia, Propriedade Rio do Engano, Lajeado do Meio, Distrito de Irani, com área de 3.025 m² (três mil e vinte e cinco metros quadrados), sem benfeitorias, confrontando: Norte, Sul e Oeste, com a outra do mesmo lote n. 74B, Leste, com o lote n.75. Matrícula nº 8.130, fls.030, L.2 "EE". Registro de Imóveis de Ponte Serrada.

5. Parte do Lote rural n.54, situado na Colônia Concórdia, Propriedade Rio do Engano, Lajeado Procópio, Distrito de Irani SC, com área de 3.000 m² (três mil metros quadrados), sem benfeitorias, confrontando: Norte, com terras de herdeiros de Conrado Conti, Sul, Leste e Oeste, com parte do mesmo lote n.54. Matrícula nº 8.131, fls.031, L.2"EE". Registro de Imóveis de Ponte Serrada

6. Parte de lote rural n.50, situado na Fazenda Irani, Moinho Velho, Distrito de Irani, com área de 1.000 m² (um mil metros quadrados), sem benfeitorias, confrontando: Norte, Sul, Leste e Oeste, com parte do mesmo lote n.50. Matrícula nº 8.126, fls.026, L.2"EE". Registro de Imóveis de Ponte Serrada.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 10 de novembro de 2014.
RAFAEL LASKE
Prefeito

LEI Nº 4.539 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI Nº 4.539 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 86.314,97(oitenta e seis mil, trezentos e quatorze reais e noventa e sete centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS:

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Atividade: 2.100 - MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0052.0
Valor: R\$ 2.100,00

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Atividade: 2.112 - PISO FIXO DE MEDIA COMPLEXIDADE
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0052.0
Valor: R\$ 24.000,00

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Atividade: 2.113 - PISO DE ALTA COMPLEXIDADE - ABRIGO
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0052.0
Valor: R\$ 8.973,07

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Atividade: 2.101 - MANUT. DOS SERVIÇOS ASSISTENCIAIS A COMUNIDADE
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.0
Valor: R\$ 30.841,97

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Atividade: 2.119 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.0
Valor: R\$ 20.399,93

Art. 2º Os recursos necessários à suplementação das dotações apontadas no artigo 1º, são provenientes das anulações das seguintes dotações:

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

SOCIAL

Proj./Atividade: 2.073 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS/PAIF/IGD PBF/PBV II/SCFV
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0052.0
Valor: R\$ 35.073,07

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Atividade: 1.009 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - FMAS
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.000.0
Valor: R\$ 30.841,97

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Atividade: 1.013 - CONSTRUÇÃO DE ESPACOS P/ AÇOES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.000.0
Valor: R\$ 20.399,93

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 10 de novembro de 2014.
RAFAEL LASKE
Prefeito

LEI Nº 4.540 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI Nº 4.540 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir crédito adicional na importância de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais) destinado a suplementar as dotações abaixo descritas no Orçamento Municipal vigente:
ORGÃO 09: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
UNIDADE 01: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Proj./Ativ. 1.025 PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - 184 Aplicações Diretas
R\$ 200.000,00

ORGÃO 09: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTAVEL
UNIDADE 01: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTAVEL
Proj./Ativ. 1.073 MANUT. E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS DO INTERIOR
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - 160 Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

Art. 2º - O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com o recurso proveniente da anulação das dotações citadas na Lei nº 4.537 de 29 de outubro de 2014.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 10 de novembro de 2014.
RAFAEL LASKE
Prefeito

LEI Nº 4.541 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI Nº 4.541 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE FATURA DE ENERGIA DOMICILIAR PARA PACIENTE EM TRATAMENTO DE SAÚDE COM USO DE OXIGENIOTERAPIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover o pagamento da fatura de Energia Elétrica da residência da Srª. Maria Maciel da Rosa Silva, inscrita sob RG: 740.210 e CPF 824.418.539-34, domiciliada na Rua Olindo Bilibio, 123, Bairro Flor da Serra neste município em virtude da sua necessidade de uso de Oxigenioterapia Domiciliar indispensável para o tratamento de Doença Pulmonar Grave, enquanto perdurar a necessidade de uso do equipamento descrito no parágrafo único.

§ 1º As despesas descritas no caput deste artigo são decorrentes do consumo de energia elétrica do equipamento chamado de Concentrador de Oxigênio, cedido pela Secretaria de Estado da Saúde, cuja finalidade é fornecer diária e ininterruptamente o Oxigênio para a paciente enquanto perdurar o tratamento.

§ 2º O pagamento da fatura de energia elétrica descrita no caput deste artigo ficará limitada a cota parte das despesas decorrentes da utilização do equipamento denominado Concentrador de Oxigênio, que deverá ser calculado com base nos dados técnicos fornecidos pelo fabricante e a prescrição médica que definiu a necessidade de uso do paciente em questão, o qual deverá ser abatido do consumo total da residência.

Art. 2º As despesas provenientes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 10 de novembro de 2014.

RAFAEL LASKE
Prefeito

LEI Nº 4.542 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI Nº 4.542 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

"Altera dispositivo da Lei Municipal Nº 4.388 de 23/09/2013 que trata das Diretrizes para Elaboração da Lei Orçamentária para o Exercício de 2014, autoriza o chefe do poder executivo municipal a abrir crédito adicional especial e dá outras providências".

RAFAEL LASKE, Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, faz saber a todos habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

LEI:

Art. 1º Fica incluída na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014, a ação de governo abaixo indicada, conforme demonstrada no anexo de prioridades e metas constante desta Lei:

Nº Programa	Órgão Executor	Nova Ação	Especificação
02	02.01	2.127	Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Catarinense

Art. 2º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir crédito adicional especial na importância de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) destinados a criar as dotações abaixo descritas no Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária: 01 - Assessoria do Gabinete do Prefeito
Funcional-programática: 04.122.0002

Atividade: 2.127 - Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Catarinense

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.71.00.00.00.00.0.1.000
0.00 - Transferências a Consórcios Públicos

Valor: R\$ 9.000,00

Art. 3º Os recursos necessários para o crédito adicional especial citado no artigo anterior no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), será proveniente da anulação parcial da dotação abaixo identificada:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária: 01 - Assessoria do Gabinete do Prefeito
Funcional-programática: 04.122.0002

Atividade: 2.120 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000
0.00 - Aplicações Diretas

Valor: R\$ 9.000,00

Art. 4º Fica autorizado o Executivo Municipal a efetuar a inclusão da nova ação, conforme o art. 1º desta Lei no Plano Plurianual - PPA do Município de Joaçaba para o quadriênio 2014-2017, aprovado pela Lei nº 4.361 de 05 de outubro de 2013.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 10 de novembro de 2014.

RAFAEL LASKE
Prefeito

LEI Nº 4.543 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI Nº 4.543 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA TRANSFERÊNCIA/BAIXA DE BENS DO ATIVO IMOBILIZADO DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA, QUE ESPECIFICA

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica autorizada a BAIXA dos Bens Patrimoniais controlados pelo Poder Legislativo, bem como sua respectiva TRANSFERÊNCIA e controle ao Poder Executivo:

SEQ.	DESCRIÇÃO	Nº Patrim.
1	Aparelho de Telefonia, Terminal Inteligente (TI) Modelo TI730I - Intelbrás	000026
2	Cadeira Giratória estofada em Tecido Verde	007412

3	Cadeira Giratória estofada em Tecido Verde	007417
4	Suporte em Ferro para TV e Vídeo	007447
5	Mesa 1400 Cromada c/ Tampo de Vidro	007992
6	Mesa 900 Cromada c/ Tampo de Vidro	007993
7	Conexão Cromada c/ Tampo de Vidro	007994

Art. 2º Os bens acima relacionados deverão ser incorporados ao Patrimônio controlado pelo Executivo, ficando a disposição deste para a sua melhor destinação e utilização.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 10 de novembro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

LEI COMPLEMENTAR Nº 278 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI COMPLEMENTAR Nº 278 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

“ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 158/2007 - CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º - O parágrafo 2º, do Art. 1º; e o parágrafo 2º, do Art. 44 da Lei Complementar nº 158/2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º

(...)

§ 2º - O Conselho Tutelar, como órgão público administrativo especial está vinculado administrativamente à Secretaria de Assistência Social, que lhe assegura tutela administrativa de apoio institucional.

(...)

Art. 44.

(...)

§ 2º - O valor da gratificação natalina será apurado computando os 12 meses do ano.

Art. 2º - Fica inseridos o parágrafo 1º, e parágrafo 2º, no Art. 5º da Lei Complementar nº 158/2007, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º

(...)

§ 1º - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

§ 2º - No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar aos votantes bens ou vantagens pessoal de qualquer natureza.

Art. 3º - Os artigos 3º, 13, 16, 19 da Lei Complementar 158/2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º O Conselho Tutelar será composto por cinco membros, com dedicação exclusiva, escolhidos pela população local de acordo com processo organizado e coordenado pelo Conselho Municipal

dos Direitos da Criança e do Adolescente, com mandato de quatro anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

(...)

Art. 13 A escolha dos Conselheiros Tutelares dar-se-á pelo voto da população local do Município de Joaçaba (SC), sendo obrigatória a apresentação do Título de Eleitor e de documento de identificação com foto de cada um dos votantes.

Parágrafo único. Cada eleitor poderá votar em único candidato.

(...)

Art. 16 Os eleitos serão diplomados e tomarão posse perante o CMDCA no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao do processo de escolha.

(...)

Art. 19 O mandato do Conselheiro Tutelar é de quatro anos, permitida uma recondução por processo de escolha, e o exercício efetivo da função constituirá serviço público relevante.

Art. 4º Fica prorrogado o mandato dos Conselheiros Tutelares do Município de Joaçaba, diplomados e empossados pela Resolução nº 006/12 do CMDA, até o dia 10 de janeiro de 2016, data em que ocorrerá a posse dos novos membros do Conselho nos termos desta Lei Complementar.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 10 de novembro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

EXTRATO ALTERAÇÃO PP 55/2014/PMJ - PL 80/2014/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE ALTERAÇÃO Nº 1

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2014/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2014/PMJ

O Município de Joaçaba torna pública a ALTERAÇÃO efetuada no Edital do Pregão Presencial Nº 55/2014/PMJ, cujo extrato foi publicado no DOM em 28/10/2014, tendo por objeto a “contratação de instituição financeira autorizada pelo Banco Central, para operar os serviços de centralização, processamento e gerenciamento de créditos provenientes da folha de pagamento dos servidores da Prefeitura de Joaçaba, Fundos e Fundação, com a outorga de permissão para uso de espaço público para instalação de máquina de autoatendimento.”:

1) O item nº 6.1.12. do edital passa a vigorar com a seguinte redação:

“6.1.12. Declaração expressa pela proponente atestando que a mesma goza de boa situação financeira. Na referida declaração deverá constar a assinatura do administrador e do contador da licitante com a devida identificação.”;

2) A data e horário para o credenciamento e entrega dos envelopes, ficam alterados de até as 14h do dia 17/11/2014, para até as 14h do dia 26/11/2014;

3) A data e horário do processamento do Pregão ficam alterados do dia 17/11/2014, a partir das 14h, para o dia 26/11/2014, a partir das 14h.

As demais disposições do edital permanecem inalteradas.

O edital alterado, na íntegra, encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa do Município, Setor de Licitações, à

Avenida XV de Novembro, 378 - Telefones 0xx49 3527- 8828, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, pelo site www.joacaba.sc.gov.br ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 11 de novembro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA

IRIA FLÂMIA RODRIGUEZ TORRICO - Secretária

DECRETO Nº 4.667 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 4.667 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art.1º É considerado Ponto Facultativo nos dias 24, 26, 29, 30 e 31 do presente ano, e no dia 2 de janeiro de 2015, nas Repartições Públicas Municipais (órgãos e entidades da Administração Direta), ressalvados os serviços e as atividades considerados de natureza essencial, especialmente na área da Saúde e o Abrigo Frei Bruno.

§1º O Ponto Facultativo no âmbito das Autarquias Municipais SI-MAE e PLASS, será considerado para os dias 24, 26 e 31 de dezembro do presente ano, e no dia 02 de janeiro de 2015.

§2º Para os serviços de competência da Secretaria Municipal de Saúde, será considerado Ponto Facultativo nos dias 24, 26 e 31 do presente ano.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 10 em de novembro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

DECRETO Nº 4.668 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.668 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 86.314,97(oitenta e seis mil, trezentos e quatorze reais e noventa e sete centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS:

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Atividade: 2.100 - MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0052.0

Valor: R\$ 2.100,00

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Atividade: 2.112 - PISO FIXO DE MEDIA COMPLEXIDADE

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0052.0

Valor: R\$ 24.000,00

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Atividade: 2.113 - PISO DE ALTA COMPLEXIDADE - ABRIGO

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0052.0

Valor: R\$ 8.973,07

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Atividade: 2.101 - MANUT. DOS SERVIÇOS ASSISTENCIAIS A COMUNIDADE

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.0

Valor: R\$ 30.841,97

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Atividade: 2.119 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.0

Valor: R\$ 20.399,93

Art. 2º Os recursos necessários à suplementação das dotações apontadas no artigo 1º, são provenientes das anulações das seguintes dotações:

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Atividade: 2.073 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS/PAIF/IGD PBF/PBV II/SCFV

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0052.0

Valor: R\$ 35.073,07

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Atividade: 1.009 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - FMAS

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.000.0

Valor: R\$ 30.841,97

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Atividade: 1.013 - CONSTRUÇÃO DE ESPACOS P/ AÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.000.0

Valor: R\$ 20.399,93

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 10 de novembro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

DECRETO Nº 4.669 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.669 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir crédito adicional na importância de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais) destinado a suplementar as dotações abaixo descritas no Orçamento Municipal vigente:

ORGÃO 09: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
UNIDADE 01: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Proj./Ativ. 1.025 PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - 184 Aplicações Diretas
R\$ 200.000,00ORGÃO 09: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTAVEL
UNIDADE 01: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTAVEL
Proj./Ativ. 1.073 MANUT. E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS DO INTERIOR3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - 160 Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

Art. 2º O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com o recurso proveniente da anulação das dotações citadas na Lei nº 4.537 de 29 de outubro de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 10 de novembro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

DECRETO Nº 4.670 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.670 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

"Altera dispositivo da Lei Municipal Nº 4.388 de 23/09/2013 que trata das Diretrizes para Elaboração da Lei Orçamentária para o Exercício de 2014, autoriza o chefe do poder executivo municipal a abrir crédito adicional especial e dá outras providências".

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica incluída na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014, a ação de governo abaixo indicada, conforme demonstrada no anexo de prioridades e metas constante desta Lei:

Nº Programa	Órgão Executor	Nova Ação	Especificação
02	02.01	2.127	Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Catarinense

Art. 2º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir crédito adicional especial na importância de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) destinados a criar as dotações abaixo descritas no Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária: 01 - Assessoria do Gabinete do Prefeito

Funcional-programática: 04.122.0002

Atividade: 2.127 - Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Catarinense

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.71.00.00.00.00.0.1.000
0.00 - Transferências a Consórcios Públicos

Valor: R\$ 9.000,00

Art. 3º Os recursos necessários para o crédito adicional especial citado no artigo anterior no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), será proveniente da anulação parcial da dotação abaixo identificada:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária: 01 - Assessoria do Gabinete do Prefeito

Funcional-programática: 04.122.0002

Atividade: 2.120 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000
0.00 - Aplicações Diretas

Valor: R\$ 9.000,00

Art. 4º Fica autorizado o Executivo Municipal a efetuar a inclusão da nova ação, conforme o art. 1º desta Lei no Plano Plurianual - PPA do Município de Joaçaba para o quadriênio 2014-2017, aprovado pela Lei nº 4.361 de 05 de outubro de 2013.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 10 de novembro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

PORTARIA N.º 3328

PORTARIA Nº 3.328 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

"REVOGAR A PORTARIA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. REVOGAR A PORTARIA Nº 2.806 de 03 de fevereiro de 2011 que CONCEDE a(o) Servidor(a) TATIANE MARATEU BORGES, Fiscal de Tributos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, referente ao período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 03 de fevereiro de 2011 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003, em função de documento constante a ficha funcional da servidora que autorizava o afastam a título de compensação de dias trabalhados.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo nº 3 parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 11 de novembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3329

PORTARIA Nº 3.329 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014
"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR, o(a) Senhor(a) LEILA CEZAR, do cargo de Professor Nível II (pós Graduação), vinculado a Secretaria Municipal de Educação, em função do parecer da comissão de Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria n.º 2.730/2014, acatado pelo Sr. Prefeito Municipal, em acordo com o art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34, II da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 11 de novembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

SIMAE - JOAÇABA

TOMADA DE PREÇOS JHL 0013/2014 SIMAE

Licitação nº 0060/2014
Modalidade Tomada de Preços JHL nº 0013/2014
PROTOCOLO 2754/2014
Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Tomada de Preços JHL 0013/2014 - Licitação 0060/2014, tipo Menor Preço Global (Empreitada Integral), que trata do Objeto: Contratação De Empresa Especializada Para Execução De Novos Acessos Em Alvenaria E Tampas Em Fibra De Vidro Nos Reservatórios De Água Tratada De Propriedade Do SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 02/12/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba-SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 02/12/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC. Maiores esclarecimentos serão prestados junto a Comissão Permanente de Licitações do SIMAE na Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC.

Joaçaba (SC), 12 de Novembro de 2014.
Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente do SIMAE

PREGÃO PRESENCIAL PP 0045/2014 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0063/2014
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0045/2014
PROTOCOLO JHL 2889/2014
REGISTRO DE PREÇOS

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0045/2014 - Licitação 0063/2014, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE PRODUTOS QUÍMICOS A SEREM UTILIZADOS NO TRATAMENTO DA AGUA DISTRIBUÍDA PELO SIMAE.

Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 28/11/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 28/11/2014 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC. Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 12/11/2014 a 28/11/2014.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 12 de Novembro de 2014.
Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente do SIMAE.

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUCAO 028/14 - PROGRESSAO POR MERITO - BRUNO

RESOLUÇÃO Nº 028/2014 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO, QUE ESPECIFICA."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve:

Art. 1º - CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor Sr. BRUNO CIELLO PADILHA, Técnico em Informática (Nível Médio) - Classe A-01, para Técnico em Informática (Nível Médio) - Classe B-01, de acordo com a Lei Complementar nº 209/2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art.2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir 03 de novembro de 2014.

Joaçaba, 10 de novembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Presidente

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Lages**PREFEITURA****EXTRATO CONTRATO 292/2014 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 292/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: PORTO CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL E PÚBLICA LTDA ME inscrita no CNPJ sob nº 14.163.660/0001-06, estabelecida na Rua Tiradentesm 554 - Sala 207 - Centro- CEP 85960-000 - Marechal Cândido Rondon/PR.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Recuperação de Créditos Previdenciários Recolhidos a maior ou indevidos, nos últimos sessenta meses, arrecadados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 239.000,00 (duzentos e trinta e nove mil reais).

Lages, 11 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

RERRATIFICAÇÃO CC 07-2014 PML

Prefeitura do Município de Lages

Estado de Santa Catarina

Secretaria da Administração

Executivo de Licitações e Contratos

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO:EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 07/2014 PML

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE INICIAÇÃO AO ESPORTE - CIE.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento:

- No Item 16.5.3 do Edital, leia-se: "A(s) empresa(s) que apresentar (em) resultado igual ou menor que 1 (um) em qualquer dos Índices referidos no subitem 16.5.2, deverá(ão) comprovar que possui Patrimônio Líquido, equivalente ou superior a R\$ 350.209,52 (trezentos e cinquenta mil, duzentos e nove reais e cinquenta e dois centavos), correlato a 10% (dez por cento) do valor global estimado da presente licitação, ficando tecnicamente inabilitado o Licitante que não atender uma destas prerrogativas."

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 11 de novembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

EXTRATO CONTRATO 293/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 293/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: FRAMA CONSTRUÇÕES LTDA inscrita no CNPJ n.º 13.673.051/0001-26, com sede a Rua Otacilio Vieira da Costa, 190 - Sala 2 Praça Joca Neves - CEP 88501-050 - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 179/2014, correlato à Tomada de Preços nº 50/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Construção de Calçadas na Avenida Belizário Ramos, nesta cidade, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2015, a contar da data da assinatura da Ordem de Serviço

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 235.507,46 (duzentos e trinta e cinco mil, quinhentos e sete mil, e quarenta e seis centavos).

Lages, 11 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Lauro Muller**PREFEITURA****DECRETO Nº 150/2014**

DECRETO Nº 150/2014.

APROVA REGIMENTO INTERNO DO HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal

Considerando a importância de assegurar a organização e sistematização da assistência médico-hospitalar e estrutura administrativa do Hospital Municipal Henrique Lage, localizado na cidade de Lauro Müller - SC;

Considerando a necessidade do aprimoramento das ações de atenção à saúde prestada pelo Hospital Municipal Henrique Lage;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o Regimento Interno do Hospital Municipal Henrique Lage de Lauro Müller, parte integrante deste decreto (Anexo Único).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Sec. Adm., Fin. e Planej.

REGIMENTO INTERNO DO HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE
REGIMENTO INTERNO

DAIANE QUERINO
Secretária Municipal de Saúde

DIEGO JOSÉ CIFUENTES
Diretor Administrativo

RENATA ELIAS LEAL
Gerente de Enfermagem

DANIEL ZANATTA
Diretor Técnico Assistencial

Adriana Antunes Rita (Assistente Social)
Aline Cristina Bonadeo (Enfermeira)
Cleonice de Fátima de Águida(Enfermeira)
Denise Luciano Madeira (Psicóloga)
Gabriela Martinhago Fernandes(Enfermeira)
Inêz Maria Velho (Tecnóloga em Processos Gerenciais)
Jessica Sandrini (Farmacêutica)
Manuela Cardoso Zomer (Nutricionista)

Rosimere Terezinha Querino(Enfermeira)
Tanise Ronconi(Enfermeira)
Supervisoras Assistenciais dos Serviços

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Renata Elias Leal
GERENTE DOS SERVIÇOS DE ENFERMAGEM

Gabriela Martinhago Fernandes
ENFERMEIRA SUPERVISORA

Tanise Ronconi
ENFERMEIRA SUPERVISORA

Diego José Cifuentes
DIRETOR GERAL

APRESENTAÇÃO

Este Regimento Interno situa-se na perspectiva da organização e sistematização da assistência médico-hospitalar e área administrativa. O Regimento Interno do Hospital Municipal Henrique Lage tem como objetivo a regulamentação do processo de trabalho, adequado à estrutura organizacional.

O Regimento consta de 06 (seis) Capítulos, que tratam da constituição e das finalidades, da organização, da competência dos órgãos, das atribuições do pessoal, do funcionamento e das disposições gerais. Os Capítulos abordam sobre o tema, detalhando as competências e atribuições das Diretorias, Coordenações, Supervisões e Equipes de Trabalho que compõem o hospital. Esperamos que o desenvolvimento da gestão e do gerenciamento do hospital, com base neste Regimento Interno, possa produzir avanços significativos em direção à superação de dificuldades na administração do hospital.

É necessário, portanto, que se aprimorem os mecanismos de controle, avaliação e regulação de cada área de atuação, ao tempo em que se instrumentalizem todos os responsáveis para o cumprimento deste Regimento, visando o reordenamento da gestão da atenção hospitalar.

Sumário**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAURO MÜLLER****REGIMENTO INTERNO DO HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE****CAPÍTULO I****DA CONSTITUIÇÃO E DAS FINALIDADES**

Art. 1º O Hospital Municipal Henrique Lage (HML), Hospital Geral, mantido pela Prefeitura Municipal de Lauro Müller, tem por finalidades:

- a) Prestar assistência médico-hospitalar, assistencial de baixa complexidade e de emergência;
- b) Promover, prevenir, recuperar e reabilitar a saúde da população do município e Região;
- c) Servir de campo de pesquisa, extensão e treinamento na área de saúde;

CAPÍTULO II**DA ORGANIZAÇÃO**

Art. 2º O Hospital Municipal Henrique Lage tem a seguinte estrutura:

I. DIRETORIA GERAL

- 1.1 Diretor Administrativo e Financeiro;
- 1.2. Direção Administrativa adjunta (Coordenação);

1.2 Serviços de Apoio Interno:

- Supervisão dos Serviços Gerais
- Supervisão de Lavanderia, Rouparia e Costuraria.
- Supervisão de Manutenção Predial, Jardim e Horta.
- Supervisão de Faturamento
- Secretaria
- Arquivos Médicos

1.4 Serviços de Apoio Externo:

- Supervisão de Transportes
- Supervisão de Compras e Licitação
- Supervisão de Manutenção de Equipamentos
- Supervisão Jurídica
- Supervisão de Recursos Humanos
- Supervisão Contábil e Financeira

II- DIRETORIA TÉCNICO-ASSISTENCIAL

- 2.1. Equipe de Médicos Plantonistas e Especialistas
- 2.2. Supervisão do Laboratório de Análises Clínicas
- 2.3. Supervisão de Diagnóstico por Imagem
- 2.4. Supervisão da Anatomia Patológica
- 2.5. Supervisão do Serviço Social
- 2.6. Supervisão do Serviço de Nutrição e Dietética
- 2.7. Supervisão de Assistência Farmacêutica
- 2.8. Supervisão do Serviço de Psicologia
- 2.9. Grupo de Trabalho de Humanização
- 2.10. Comitê de Qualidade
- 2.11. Núcleo de Segurança do Paciente

III -GERÊNCIA DE ENFERMAGEM

- 3.1 Supervisões de Unidades de Internação
- 3.2 Supervisões do Centro Cirúrgico
- 3.3 Supervisões do Serviço de Pronto Socorro
- 3.4 Supervisões da Central de Material e Esterilização
- 3.5 Supervisões dos Serviços das Comissões;

CAPITULO III

DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

SEÇÃO I

DA DIRETORIA GERAL

Art. 3º - À Diretoria Administrativa e Financeira competem:

- a) Cumprir e fazer cumprir o regimento do hospital e as determinações da Prefeitura Municipal de Lauro Müller;
- b) Planejar, coordenar, estimular, acompanhar e avaliar as ações desenvolvidas através das seguintes Supervisões: Supervisão dos Serviços Gerais, Supervisão de Lavanderia, Rouparia e Costuraria, Supervisão de Manutenção Predial, Jardim e Horta, Secretaria, Arquivos Médicos, Supervisão de Compras e Licitação, Supervisão de Manutenção de Equipamentos, Supervisão Jurídica, Supervisão de Recursos Humanos, Supervisão de Transportes e Tecnologia da Informação.
- c) Examinar solicitações e sugestões do Comitê de Qualidade e

adotar as providências que julgar necessárias;

- d) Estudar e propor medidas que visem à melhoria administrativa dos serviços hospitalares;
- e) Fazer reuniões periódicas com toda a sua equipe, registrando em livro ata as atividades técnicas e administrativas de sua área;
- f) Estimular a prática profissional interdisciplinar no hospital;
- g) Colaborar na humanização do atendimento hospitalar;
- h) Manter contato com a Secretaria Municipal de Saúde objetivando a eficiência administrativa dos serviços hospitalares;
- i) Zelar pela guarda, controle, manutenção e conservação do equipamento e material utilizado.
- j) Coordenar, acompanhar e conduzir as diretrizes e os objetivos da política de saúde preconizada para o hospital;
- k) Coordenar, estimular e acompanhar as ações desenvolvidas através da Diretoria Técnica Assistencial, Gerência de Enfermagem, Grupo de Humanização, Núcleo de Segurança do Paciente e Comitê de Qualidade objetivando a eficiência e a eficácia da organização;
- l) Coordenar, estimular e acompanhar as ações desenvolvidas pelas Comissões Permanentes, como: Comissão de Controle de Infecção Hospitalar, Comissão Interna de Revisão Prontuários, Comissão de Farmácia, Comissão de Revisão de Óbitos.
- m) Coordenar e acompanhar as ações desenvolvidas, promovendo a articulação e bom desempenho aos órgãos integrantes da Instituição;
- n) Promover articulação com órgãos afins para o desenvolvimento de programas e parcerias da Instituição Hospitalar.
- o) Após um estudo da realidade e exame de perspectiva, sugerir definição de metas e prioridades para o planejamento da política de ação do Hospital;
- p) Analisar, permanentemente, os aspectos organizacionais e operacionais do Hospital e sugerir medidas para um adequado funcionamento;
- q) Elaborar planos, programas e projetos de trabalho do Hospital;
- r) Articular-se com o órgão de planejamento da Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina (DIPA), visando à integralidade das ações e serviços no âmbito do Estado;
- s) Zelar pela guarda, controle, manutenção e conservação do equipamento e material utilizado.
- t) Planejar, coordenar, executar, controlar e avaliar as atividades desenvolvidas através da Supervisão de Contabilidade e Supervisão de Faturamento;
- u) Executar as atividades relativas a faturamento, elaboração e execução orçamentária, registros contábeis, pagamentos e recebimentos;
- v) Fazer registro diário dos serviços prestados;
- w) Manter contato com o Setor Financeiro objetivando a eficiência administrativa dos serviços hospitalares;
- x) Elaborar procedimentos técnicos próprios, bem como mantê-lo atualizado.

DIREÇÃO ADMINISTRATIVA ADJUNTA

Art. 4º - À Direção Administrativa Adjunta compete:

- a) Planejar, supervisionar, estimular, acompanhar e avaliar as atividades administrativas desenvolvidas no Hospital, visando um melhor nível de assistência;
- b) Supervisionar, controlar, orientar e avaliar o desenvolvimento das atividades do pessoal administrativo e operacional;
- c) Fazer o registro diário dos serviços prestados;
- d) Defender a observância dos direitos e deveres dos usuários e profissionais, primando pelo respeito ao consagrado sistema da hierarquia em todas as atividades desenvolvidas no serviço;
- e) Supervisionar e controlar o suprimento, a distribuição e o consumo de materiais;
- f) Zelar pela guarda, controle, manutenção (preventiva e corretiva) e conservação do equipamento e material utilizado;
- g) Supervisionar a conservação da estrutura predial;

- h) Estimular a prática profissional interdisciplinar no hospital;
- i) Colaborar na humanização do atendimento ambulatorial;
- j) Elaborar manual de normas e rotinas próprio, bem como mantê-lo atualizado.
- k) Auxiliar e representar a Direção Geral sempre que solicitado e conveniente

SERVIÇO DE APOIO INTERNO

Art. 5º - À Supervisão de Serviços Gerais compete:

- a) Planejar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades desenvolvidas pelos Serviços de Portaria e Vigilância, Limpeza e Comunicação;
- b) Fazer registro diário dos serviços prestados;
- c) Zelar pela guarda, controle, manutenção e conservação do equipamento e material utilizado;
- d) Estimular a prática profissional interdisciplinar no hospital;
- e) Colaborar na humanização do atendimento hospitalar;
- f) Manter contato com a Diretoria Administrativa e Financeira objetivando a eficiência administrativa dos serviços hospitalares;
- g) Elaborar manual de normas e rotinas próprio, bem como mantê-lo atualizado.

Art.6º - Ao Serviço de Limpeza compete:

- a) Executar a limpeza, visando higiene, nas dependências do hospital, nos móveis e equipamentos em uso;
- b) Limpar as áreas externas e de circulação do hospital;
- c) Promover o combate a insetos e roedores nas dependências do Hospital, bem como da adoção de medidas práticas que evitem sua presença;
- d) Controlar o gasto de material de limpeza, mantendo registro de consumo médio para fins de apuração de custos;
- e) Efetuar mudanças e organizações, quando solicitado;
- f) Realizar serviços correlatos, quando autorizados pela Supervisão;
- g) Colaborar na humanização do atendimento hospitalar;
- h) Zelar pela guarda, controle, manutenção e conservação do equipamento e material utilizado;
- i) Manter contato com a Supervisão de Serviços Gerais objetivando a eficiência administrativa dos serviços hospitalares.

Art. 7º - À Supervisão de Lavanderia, Rouparia e Costuraria compete:

- a) Planejar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades desenvolvidas pelos Serviços de Lavanderia, Rouparia e Costuraria;
- b) Fazer registro diário dos serviços prestados;
- c) Requisitar ao Almoxarifado e receber todos os tecidos, aviaamentos, produtos de lavanderia e demais materiais necessários, bem como controlar sua utilização, além de manter atualizado o sistema de gerenciamento com as informações referentes ao processamento de roupas e seus custos;
- d) Colaborar na humanização do atendimento hospitalar;
- e) Zelar pela guarda, controle, manutenção e conservação do equipamento e o material utilizado;
- f) Estimular a prática profissional interdisciplinar no hospital;
- g) Manter contato com a Diretoria Administrativa e Financeira objetivando a eficiência administrativa dos serviços hospitalares;
- h) Elaborar manual de normas e rotinas próprio, bem como mantê-lo atualizado.

Art. 8º - Ao Serviço de Lavanderia compete:

- a) Planejar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades desenvolvidas pelo serviço;
- b) Coletar nas diversas dependências do Hospital roupas para

- lavagem, conferindo conforme mapa de distribuição;
- c) Proceder à lavagem, secagem e passagem da roupa, encaminhando-a, devidamente embalada, ao Serviço de Rouparia;
- d) Elaborar manual de normas e rotinas diária e encaminhá-lo à Supervisão;
- e) Colaborar na humanização do atendimento hospitalar;
- f) Zelar pela guarda, controle, manutenção e conservação do equipamento e material utilizado;
- g) Manter contato com a Supervisão de Lavanderia, Rouparia e Costuraria objetivando a eficiência administrativa dos serviços hospitalares.

Art. 9º - Ao Serviço de Rouparia compete:

- a) Planejar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades desenvolvidas pelo Serviço;
- b) Fazer registro diário dos serviços prestados;
- c) Receber do Serviço de Lavanderia a roupa lavada e passada, devidamente embalada, devidamente registrada e distribuí-la às unidades requisitantes, mediante recibo, encaminhando o mapa de controle à Supervisão;
- d) Controlar o tempo de vida útil das roupas em uso, para reposição;
- e) Fiscalizar e controlar a roupa em circulação, mantendo o número suficiente de peças que assegure o repouso das mesmas;
- f) Separar e encaminhar ao Serviço de Costura, para reparos, as roupas danificadas;
- g) Colaborar na humanização do atendimento hospitalar;
- h) Zelar pela guarda, controle, manutenção e conservação do equipamento e material utilizado;
- i) Manter contato com a Supervisão de Lavanderia, Rouparia e Costuraria objetivando a eficiência administrativa dos serviços hospitalares.

Art. 10º - Ao Serviço de Costura compete:

- a) Receber e consertar as roupas danificadas;
- b) Confeccionar peças para as diversas finalidades do Hospital;
- c) Elaborar manual de normas e rotinas e encaminhar à Supervisão;
- d) Colaborar na humanização do atendimento hospitalar;
- e) Zelar pela guarda, controle, manutenção e conservação do equipamento e material utilizado;
- f) Manter contato com a Supervisão de Lavanderia, Rouparia e Costuraria objetivando a eficiência administrativa dos serviços hospitalares.

Parágrafo Único - As atividades da Supervisão de Lavanderia, Rouparia e Costuraria serão disciplinadas, de modo complementar, pelo manual de normas e rotinas.

Art. 11º - À Supervisão de Manutenção Predial, Jardim e Horta compete:

- a) Planejar, coordenar, executar, controlar e avaliar as atividades desenvolvidas pelo Serviço;
- b) Fazer registro diário dos serviços prestados;
- c) Elaborar manual de normas e rotinas próprio, bem como mantê-lo atualizado.

Art. 12º - Ao Serviço de Manutenção, Jardim e Horta competem:

- a) Operar, manter e executar revisão periódica e conserto nas instalações elétricas, de água e esgotos do hospital, colocando-os em condições de operação contínua, confiável, segura e econômica;
- b) Proceder à limpeza, pintura e/ou recuperação da estrutura física e dos móveis do hospital, mantendo-os em condições de apresentação e funcionalidade;
- c) Manter plantão de atendimento de emergência nas 24 (vinte e quatro) horas para os serviços elétricos e hidráulicos;

- d) Manter o pátio, o jardim e a grama dos limites do Hospital conservados;
- e) Zelar, manter, plantar, cultivar e colher verduras e legumes na horta do Hospital;
- f) Realizar serviços correlatos, quando autorizados;
- g) Manter contato com a Diretoria Administrativa e Financeira objetivando a eficiência administrativa dos serviços hospitalares;
- h) Estimular a prática profissional interdisciplinar no hospital;
- i) Colaborar na humanização do atendimento hospitalar;
- j) Zelar pela guarda, controle, manutenção e conservação do equipamento e material utilizado;

Art. 13º Ao Serviço de Portaria e Vigilância competem:

- a) Planejar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades desenvolvidas pelo Serviço;
- b) Fazer registro diário dos serviços prestados;
- c) Controlar a entrada e saída dos pacientes, acompanhantes, visitantes e o público em geral no hospital;
- d) Prestar informações ao público sobre a localização das unidades hospitalares, seus pacientes e servidores;
- e) Exercer vigilância permanente das dependências de circulação do público, principalmente das entradas e saídas do hospital;
- f) Colaborar na humanização do atendimento hospitalar;
- g) Realizar serviços correlatos, quando autorizados pela Supervisão;
- h) Zelar pela guarda, controle, manutenção e conservação do equipamento e material utilizado;
- i) Manter contato com a Supervisão de Serviços Gerais objetivando a eficiência administrativa dos serviços hospitalares.

Art. 14º - À Supervisão de Faturamento compete:

- a) Planejar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades desenvolvidas pela Supervisão de Faturamento;
- b) Fazer registro diário dos serviços prestados;
- c) Classificar, conferir e apurar despesas por pacientes, de acordo com as comunicações das Unidades de Enfermagem;
- d) Classificar as contas por médico e por especialidade médica;
- e) Calcular as despesas de internação e de atendimento de pacientes externos;
- f) Calcular outras contas de despesas por clientela.
- g) Promover conferência dos cálculos de preços lançados nas contas;
- h) Enviar documentação de faturamento ao setor de Controle e Avaliação da Secretaria Estadual de Saúde;
- i) Zelar pela guarda, controle, manutenção e conservação do equipamento e material utilizado;
- j) Estimular a prática profissional interdisciplinar no hospital;
- k) Colaborar na humanização do atendimento hospitalar;
- l) Manter contato com a Coordenação Financeira objetivando a eficiência administrativa dos serviços hospitalares;
- m) Elaborar procedimentos técnicos próprios, bem como mantê-lo atualizado.

Parágrafo Único - As atividades da Supervisão de Faturamento serão disciplinadas, de modo complementar, pelo manual de normas e rotinas.

Art. 15º - À Secretaria compete:

- a) Prestar assistência à Diretoria Geral, participando de reuniões para elaboração de Atas e/ou Relatórios;
- b) Recepcionar as pessoas que procuram a Diretoria, esclarecendo-se sobre o assunto a tratar e encaminhá-las, se for o caso;
- c) Recepcionar e selecionar a documentação recebida para despacho com o Diretor Geral;
- d) Redigir, digitar, receber, encaminhar e arquivar correspondências e documentos da Diretoria Geral;

- e) Registrar as internações cujos pedidos foram feitos pela equipe médica;
- f) Manter atualizado o painel de leitos para controle de vagas e informações sobre os usuários internados;
- g) Atender solicitações do público e fornecer informações de acordo com a orientação do Hospital;
- h) Colaborar na humanização do atendimento hospitalar;
- i) Manter atualizado os prontuários médicos, catalogando-os;
- j) Receber, conferir e revisar os prontuários dos pacientes de alta e solicitar a complementação dos mesmos se for o caso, através da Comissão Interna de Revisão de Prontuários;
- k) Controlar a movimentação dos prontuários para fins de registro;
- l) Revisar diariamente os prontuários devolvidos pelo pronto atendimento e solicitar a complementação dos mesmos, se for o caso, através da Comissão Interna de Revisão de Prontuários;
- m) Zelar pela guarda, controle, manutenção e conservação do equipamento e material utilizado;
- n) Registrar as atividades para elaboração do relatório mensal;

- À Equipe de Matrícula compete:

- a) Registrar os pacientes novos e fornecer-lhes o cartão de matrícula;
- b) Proceder à abertura de prontuários de pacientes novos;
- c) Registrar o movimento de pacientes em livro próprio;
- d) Manter atualizado o fichário de vagas;
- e) Manter em ordem o fichário de registro de pacientes;
- f) Controlar o movimento diário das matrículas no Hospital, expedindo relatório;
- g) Orientar os pacientes na legalização de documentos pedidos para fim de matrícula;
- h) Colaborar na humanização do atendimento hospitalar;
- i) Zelar pela guarda, controle, manutenção e conservação do equipamento e material utilizado;
- j) Registrar as atividades para elaboração do relatório mensal para apresentação à Supervisão de Serviço de Arquivo Médico.

- À Equipe de Emergência compete:

- a) Registrar a entrada do paciente em sistema informatizado, encaminhando-o para atendimento;
- b) Colaborar na humanização do atendimento hospitalar;
- c) Elaborar estatística diária do movimento dos pacientes;
- d) Zelar pela guarda, controle, manutenção e conservação do equipamento e material utilizado;
- e) Registrar as atividades para elaboração do relatório diário.

Art. 16º - À Supervisão de Arquivos Médicos compete:

- a) Planejar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades desenvolvidas pela Supervisão de Arquivos Médicos;
- b) Fazer registro diário dos serviços prestados;
- c) Organizar e manter os arquivos catalogados para fácil acesso;
- d) Acessar e produzir cópia de arquivos quando solicitado;
- e) Elaborar procedimentos técnicos próprios, bem como mantê-lo atualizado.

Parágrafo Único - As atividades da Supervisão de Faturamento serão disciplinadas, de modo complementar, pelo manual de normas e rotinas.

SERVIÇO DE APOIO EXTERNO

Art. 17º - À Supervisão de Transportes compete:

- a) Planejar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades desenvolvidas pela Supervisão de Transportes;
- b) Manter os veículos do Hospital em boas condições de uso, de higiene e segurança;

- c) Manter atualizado os documentos veiculares;
- d) Manter contato com a Diretoria Administrativa e Financeira objetivando a eficiência dos serviços hospitalares de transporte;
- e) Elaborar procedimentos técnicos próprios, bem como mantê-lo atualizado.

Art. 18º - À Supervisão de Compras e Licitação compete:

- a) Planejar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades desenvolvidas pela Supervisão de Compras e Licitação;
- b) Planejar e programar as licitações para a aquisição dos materiais, equipamentos e serviços devidamente em articulação com a Direção Geral do Hospital, identificando no mercado as melhores condições;
- c) Fazer registro diário dos serviços prestados;
- d) Buscar novas fontes de fornecimento e descobrir novos produtos, visando o aprimoramento dos procedimentos e os métodos, através de uma política de compras dinâmica e eficaz;
- e) Manter boas relações comerciais com os fornecedores, assegurando o cumprimento dos prazos de entrega, através do cumprimento dos prazos de pagamento pela Diretoria;
- f) Certificar-se de que materiais adquiridos foram recebidos conforme quantidades e especificações constantes nos Pedidos de Fornecimento de Mercadorias e seus anexos, através do processo de diligenciamento;
- g) Manter atualizadas as informações cadastrais dos fornecedores;
- h) Manter contato com a Diretoria Administrativa e Financeira objetivando a eficiência administrativa dos serviços hospitalares;
- i) Elaborar procedimentos técnicos próprios, bem como mantê-lo atualizado.

Art. 19º - À Supervisão de Manutenção de Equipamentos compete:

- a) Planejar, coordenar, executar, controlar e avaliar as atividades desenvolvidas pelo Serviço;
- b) Realizar atividades referentes a consertos de materiais e equipamentos hospitalares, no próprio serviço ou terceirizados, solicitando autorização da Diretoria Administrativa;
- c) Fazer registro diário dos serviços prestados;
- d) Estabelecer cronograma de manutenção preventiva dos equipamentos;
- e) Operar e manter em regular funcionamento o equipamento gerador de energia elétrica; fazendo revisões periódicas do mesmo e de suas redes de distribuição;
- f) Realizar serviços correlatos, quando autorizados pela Coordenação;
- g) Manter contato com a Diretoria Administrativa e Financeira objetivando a eficiência administrativa dos serviços hospitalares;
- h) Estimular a prática profissional interdisciplinar no hospital;
- i) Zelar pela guarda, controle, manutenção e conservação do equipamento e material utilizado;
- j) Elaborar procedimentos técnicos próprios, bem como mantê-lo atualizado.

Parágrafo Único - As atividades da Coordenação de Manutenção serão disciplinadas, de modo complementar, pelo manual de normas e rotinas.

Art. 20º - À Supervisão Jurídica

- a) Planejar, coordenar, executar, controlar e avaliar as atividades desenvolvidas pelo Serviço;
- b) Realizar atividades referentes aos processos judiciais hospitalares;
- c) Fazer registro diário dos serviços prestados;
- d) Orientar e manter informado a Direção Administrativa quanto aos processos judiciais;
- e) Representar a Direção Administrativa nas audiências quando

necessário.

- f) Manter atualizada a coletânea de leis, decretos, jurisprudência e outros documentos de natureza jurídica de interesse do Hospital;
- g) Analisar e lavrar os instrumentos relativos a contratos, convênios, licitações e acordos;
- h) Desenvolver outras atividades de natureza jurídica determinadas pela Diretoria Administrativa;
- i) Elaborar procedimentos técnicos próprios, bem como mantê-lo atualizado.

Parágrafo Único - As atividades da Supervisão Jurídica serão disciplinadas, de modo complementar, pelo manual de normas e rotinas.

Art. 21º - À Supervisão de Recursos Humanos compete:

- a) Programar, organizar, orientar, coordenar e controlar as atividades de administração de recursos humanos do Hospital Municipal Henrique Lage;
- b) Examinar, estudar e emitir parecer prévio ou despacho final sobre matéria relacionada à gestão de recursos humanos, ressalvada a competência da Direção Administrativa;
- c) Revisar, elaborar, coordenar, consolidar e pronunciar-se sobre a legislação de pessoal, dentro da sua competência, a fim de atualizar os assuntos pertinentes aos benefícios, direitos e deveres dos servidores públicos, aprimorando a gestão de recursos humanos e assegurando tratamento igualitário aos servidores;
- d) Organizar, analisar, controlar e instruir as ações e atividades relacionadas aos benefícios, direitos, deveres, ingresso, movimentação, lotação, vantagens pecuniárias e vencimentos ou remuneração dos servidores, bem como outras competências delegadas, cumprindo e fazendo cumprir a legislação, regulamentos, normas e regras vigentes;
- e) Monitorar e gerenciar, contínua e permanentemente, os dados e informações de gestão de recursos humanos, para diagnóstico e proposição de melhorias e de inovações pela administração pública;
- f) Operacionalizar e controlar os procedimentos relativos ao Sistema Integrado de Recursos Humanos quanto à inclusão e atualização dos dados cadastrais, funcionais e financeiros dos servidores, bem como propor mudanças, visando à eficácia administrativa do Sistema;
- g) Manter o controle das despesas de gestão de recursos humanos, pela conferência mensal de relatórios de dados e informações cadastrais, funcionais e financeiras, disponibilizados no Sistema Integrado de Recursos Humanos;
- h) Apresentar dados e prestar informações para atender auditorias, diligências ou consultas, dentro do prazo estabelecido, à Direção Administrativa;
- i) Organizar, administrar e controlar a jornada de trabalho, as escalas de serviço, sobreaviso e de plantão, a frequência, as férias e demais afastamentos dos servidores de forma articulada com a Direção Administrativa;
- j) Expedir atestados, declarações e certidões de sua competência;
- k) Constituir, formalizar, participar e acompanhar os processos de sindicância e administrativos disciplinares, bem como participar de comissões de concurso e de avaliação do estágio probatório dos servidores lotados e em exercício no Hospital Municipal Henrique Lage;
- l) Elaborar, analisar e numerar os atos oficiais de sua competência, bem como controlar seu encaminhamento e publicação;
- m) Manter a guarda adequada da documentação funcional e cadastral de pessoal, em conformidade com o período de validade estabelecido em regulamento, normas e regras de temporalidade, promovendo a recuperação e manutenção dos assentamentos funcionais, bem como gerenciar o arquivo permanente do Hospital Municipal Henrique Lage;
- n) Informações, atendimento, assistência, esclarecimentos e instruções aos servidores ativos e inativos vinculados ao Hospital

Municipal Henrique Lage;

- o) Promover a admissão e nomeação de servidores efetivos, comissionados e temporários para o Hospital Municipal Henrique Lage, bem como a designação e dispensa de função de confiança, gratificação de função e função gratificada, controlando e analisando a acumulação de cargos, empregos e funções públicas;
- p) Normatizar, controlar, acompanhar e executar os procedimentos para operacionalização de concursos públicos e processos seletivos simplificados de forma articulada com a Direção do Hospital Municipal Henrique Lage;
- q) Supervisionar, orientar e efetuar o controle de usufruto de férias e demais afastamentos dos servidores, bem como emitir parecer referente à licença para tratamento de interesses particulares, afastamento para o exercício de mandato eletivo, afastamento do país e licença especial para exercício de cargo de direção de sindicato;
- r) Constituir, formalizar, analisar e promover a instrução dos procedimentos administrativos de sindicância e processos administrativos disciplinares, controlando a designação de membros para comporem as respectivas comissões e dando suporte para a execução dos respectivos procedimentos;
- s) Prestar informações, atender diligências e determinações do Tribunal de Contas, Procuradoria Geral do Município, Poder Judiciário, Ministério Público, órgãos de auditoria e Direção Administrativa, quando solicitado, relativo aos atos praticados na sua área de competência;
- t) Elaborar procedimentos técnicos próprios, bem como mantê-lo atualizado.

Parágrafo Único - As atividades da Supervisão Jurídica serão disciplinadas, de modo complementar, pelo manual de normas e rotinas.

Art. 22º - À Supervisão Contábil e Financeira compete:

- a) Promover à programação, a coordenação, a execução e o controle da contabilidade de todos os atos e fatos de natureza orçamentária, financeira e patrimonial do Hospital Municipal Henrique Lage;
- b) Desenvolver as atividades relativas à análise, fiscalização, orientação, controle e acompanhamento das prestações de contas dos recursos financeiros repassados ao Hospital Municipal Henrique Lage;
- c) Articular-se com a Direção Administrativa do Hospital, com vistas ao cumprimento de instruções e atos normativos dele emanados;
- d) Elaborar, na forma dos padrões estabelecidos em lei ou regulamentos, e remeter e/ou enviar por meio eletrônico a Direção Administrativa, os balancetes, balanços e outras documentações de natureza contábil exigidas por lei, visando assegurar que todos os relatórios e registros contábeis sejam feitos de acordo com os princípios e normas contábeis e legislação pertinente, dentro dos prazos e das normas e procedimentos estabelecidos;
- e) Atender e acompanhar os trabalhos da auditoria externa, prestando todos os esclarecimentos necessários, visando à agilidade e qualidade do trabalho da auditoria;
- f) Elaborar e encaminhar aos órgãos competentes, mensalmente as SEFIP/GFIP - Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social, semestralmente as Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF e anualmente a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte - DIRF.
- g) Encaminhar ou enviar através de correio eletrônico ao Tribunal de Contas do Estado, através do Órgão Central do Sistema, nos prazos estabelecidos, a documentação e/ou informações exigida pela legislação, bem como as informações relativas às prestações de contas e os documentos solicitados através das diligências instauradas;
- h) Remeter ao Tribunal de Contas do Estado os Relatórios de Gestão Fiscal, em cumprimento ao estabelecido em Lei Complementar,

mediante a alimentação de dados via informatizada, no Sistema e-Sfinge;

- i) Auxiliar nas respostas das diligências oriundas do Tribunal de Contas do Estado ou da União relacionadas com recursos repassados pelo Estado a título de convênio, subvenção, auxílio ou contribuição;
- j) Promover o registro, o empenho, o controle e o pagamento de todas as notas fiscais e documentos de natureza financeira concernente ao Hospital;
- k) Elaborar procedimentos técnicos próprios, bem como mantê-lo atualizado.

Parágrafo Único - As atividades da Supervisão Jurídica serão disciplinadas, de modo complementar, pelo manual de normas e rotinas.

SEÇÃO II

DA DIRETORIA TÉCNICO-ASSISTENCIAL

Art. 23º - À Diretoria Técnico-Assistencial compete:

- a) Cumprir e fazer cumprir o presente regimento e as determinações da Direção Geral do hospital;
- b) Planejar, coordenar, estimular, acompanhar e avaliar as ações desenvolvidas através das seguintes Coordenações e Supervisões: Coordenação da Clínica Cirúrgica do Pronto Socorro, Coordenação da Clínica Cirúrgica, Coordenação da Clínica Médica, Supervisão do Laboratório de Análises Clínicas, Supervisão de Diagnóstico por Imagem, Supervisão do Serviço Social, Supervisão do Serviço do Arquivo Médico, Coordenação de Nutrição e Dietética (Supervisão de Produção e Supervisão Dietética);
- c) Coordenar e supervisionar todas as atividades médicas, zelando pelo prestígio técnico, moral e profissional do corpo clínico;
- d) Coordenar a assistência médico-hospitalar prestada aos pacientes;
- e) Estabelecer, junto aos Coordenadores e Supervisores, critérios para o ingresso de profissionais de saúde, voluntários, nos serviços do hospital para que venham contribuir para a melhoria da assistência;
- f) Estudar e propor medidas que visam a melhoria técnica ou administrativa dos serviços médico-hospitalares nas Unidades, bem como examinar solicitações e sugestões do Corpo Clínico e adotar as providências que julgar necessárias;
- g) Estimular a prática profissional interdisciplinar no hospital;
- h) Colaborar na humanização do atendimento hospitalar;
- i) Desenvolver o espírito de crítica científica através do estímulo ao estudo e a pesquisa;
- j) Zelar pela guarda, controle, manutenção e conservação do equipamento e material utilizado;
- k) Fazer reuniões periódicas com toda a sua equipe, registrando em livro ata as atividades técnicas e administrativas de sua área;
- l) Manter contato com a Direção Geral do hospital objetivando a eficiência administrativa dos serviços hospitalares;
- m) Fazer cumprir as normas do Conselho Federal e Regional de Medicina, Conselho Federal e Regional de Nutrição; Conselho Federal e Regional de Farmácia e Bioquímica e Conselho Federal e Regional de Serviço Social.

Parágrafo Único - a função de Diretor Técnico-Assistencial deverá ser exercida por médico de reconhecida qualificação e experiência profissional.

PROFISSIONAIS MÉDICOS

Art. 24º- À Equipe de Médicos Plantonistas Especialistas compete:

- a) Atender as intercorrências nos pacientes internados no hospital

nas Clínicas Cirúrgica, Médica, Pediátrica, Psiquiátrica e do Serviço de Pronto Socorro e Maternidade, visando ao melhor nível de assistência e a integralidade da mesma;

b) Realizar todos os procedimentos especializados condizentes com a estrutura do Hospital;

c) Fazer registro diário dos serviços prestados;

d) Manter contato com a Diretoria Técnico-Assistencial do hospital objetivando a eficiência administrativa dos serviços hospitalares;

e) Preencher, adequadamente, o prontuário dos pacientes para efeito de estatística e pesquisa científica;

f) Estimular a prática profissional interdisciplinar no hospital;

g) Colaborar na humanização do atendimento hospitalar;

h) Primar pelo respeito ao consagrado sistema da hierarquia em todas as atividades desenvolvidas na clínica;

i) Zelar pela guarda, controle, manutenção e conservação do equipamento e material utilizado;

j) Elaborar procedimentos técnicos próprios, bem como mantê-lo atualizado.

Parágrafo Único - As atividades da Equipe de Médicos Plantonistas serão disciplinadas, de modo complementar, pelo manual de normas e rotinas.

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

Art. 25º - À Supervisão do Laboratório de Análises Clínicas compete:

a) Supervisionar, controlar e avaliar o desenvolvimento das atividades de Laboratório no Hospital, visando uma melhor qualidade dos exames complementares realizados;

b) Realizar todos os exames de análises clínicas para pacientes internados e ambulatoriais do Hospital;

c) Integrar-se com os profissionais da medicina para a elucidação eficiente dos diagnósticos;

d) Estabelecer plantão nas 24 (vinte e quatro) horas para realização de exames de urgência do Serviço de Pronto Socorro e de pacientes internados;

e) Fazer registro diário dos serviços prestados;

f) Manter contato com a Diretoria Técnico-Assistencial do Hospital objetivando a eficiência administrativa dos serviços Hospitalares;

g) Estimular a prática profissional interdisciplinar no Hospital;

h) Colaborar na humanização do atendimento hospitalar;

i) Primar pelo respeito ao consagrado sistema da hierarquia em todas as atividades desenvolvidas no Laboratório;

j) Zelar pela guarda, controle, manutenção e conservação do equipamento e material utilizado;

k) Elaborar procedimentos técnicos próprios, bem como mantê-lo atualizado.

Parágrafo Único - As atividades do Laboratório de Análises Clínicas serão disciplinadas, de modo complementar, pelo manual de normas e rotinas.

DA SUPERVISÃO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM

Art. 26º - À Supervisão de Diagnóstico por Imagem compete:

a) Supervisionar, controlar e avaliar o desenvolvimento das atividades do Serviço, visando uma melhor qualidade dos exames de diagnóstico por imagem realizada;

b) Observar rigorosamente as normas de proteção contra as radiações;

c) Integrar-se com os profissionais da medicina para a elucidação eficiente dos diagnósticos;

d) Estabelecer sistema de plantão nas 24 (vinte e quatro) horas para realização de exames de urgência do Serviço de Pronto Socorro e de pacientes internados;

e) Fazer registro diário dos serviços prestados;

f) Manter contato com a Diretoria Técnico-Assistencial do Hospital objetivando a eficiência administrativa dos serviços Hospitalares;

g) Estimular a prática profissional interdisciplinar no Hospital;

h) Colaborar na humanização do atendimento Hospitalar;

i) Primar pelo respeito ao consagrado sistema da hierarquia em todas as atividades desenvolvidas no serviço;

j) Zelar pela guarda, controle, manutenção e conservação do equipamento e material utilizado;

k) Elaborar procedimentos técnicos próprios, bem como mantê-lo atualizado.

Parágrafo Único - As atividades do Serviço de Diagnóstico por Imagem serão disciplinadas, de modo complementar, pelo manual de normas e rotinas.

DO SERVIÇO DE ANATOMIA PATOLÓGICA

Art. 27º - À Supervisão do Serviço de Anatomia Patológica compete:

a) Supervisionar, controlar e avaliar o desenvolvimento das atividades do Serviço, visando uma melhor qualidade dos exames de diagnóstico por anatomia patológica realizada;

b) Detectar moléculas; elucidar os tecidos; determinar o órgão; subtipar as neoplasias; pesquisar os fatores prognósticos; identificar as estruturas, organismos e materiais secretados pelas células; detectar células neoplásicas metastáticas;

c) Responsabilizar-se pela emissão de laudos descritivos e encaminhá-los adequadamente ao setor responsável;

d) Manter descrição no serviço;

e) Fazer contato com a administração do Hospital sempre que necessário;

f) Elaborar procedimentos técnicos próprios, bem como mantê-lo atualizado.

Parágrafo Único - As atividades do Serviço de Diagnóstico por Anatomia Patológica serão disciplinadas, de modo complementar, pelo manual de normas e rotinas.

DO SERVIÇO SOCIAL

Art. 28º - À Supervisão do Serviço Social compete:

a) Realizar estudo sobre as demandas do Serviço Social no setor saúde;

b) Planejar, supervisionar, controlar e avaliar o desenvolvimento das atividades do serviço social;

c) Fazer registro diário dos serviços prestados;

d) Defender a observância dos direitos e deveres dos pacientes e profissionais no Hospital;

e) Democratizar as informações e o acesso aos serviços de saúde disponíveis no Hospital e na rede;

f) Atuar de forma integrada com as políticas públicas e a rede assistencial de serviços objetivando atender as necessidades sociais dos pacientes;

g) Promover e participar dos programas de saúde desenvolvidos no Hospital;

h) Trabalhar a situação socioeconômica e cultural dos pacientes, relacionada ao processo saúde-doença;

i) Colaborar na agilização e racionalização dos leitos Hospitalares;

j) Participar de programas de atualização, aperfeiçoamento profissional, capacitação e desenvolvimento em Serviço Social;

k) Estimular a prática profissional interdisciplinar no Hospital;

l) Colaborar na humanização do atendimento Hospitalar;

m) Promover a participação do paciente na assistência Hospitalar;

n) Promover educação em saúde no Hospital;

o) Manter contato com a Diretoria Técnico-Assistencial do Hospital objetivando a eficiência administrativa dos serviços hospitalares;

p) Zelar pela guarda, controle, manutenção e conservação do

equipamento e material utilizado;

q) Elaborar procedimentos técnicos próprios e do direito e deveres dos usuários, bem como mantê-los atualizado.

Parágrafo Único - As atividades do Serviço Social serão disciplinadas, de modo complementar, pelo manual de normas e rotinas.

SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E DIETÉTICA

Art. 29º - À Supervisão de Nutrição e Dietética competem:

- a) Planejar, coordenar, executar, controlar e avaliar as ações desenvolvidas através da Supervisão de Produção e Supervisão de Dietética;
- b) Realizar o planejamento administrativo do S.N.D., coordenando, controlando e avaliando o sistema produtivo dos insumos, visando proporcionar aos comensais uma adequada assistência nutricional, embasada em fundamentos técnico-científicos;
- c) Fazer registro diário dos serviços prestados, e apurar custos;
- d) Planejar e supervisionar a execução e a distribuição de cardápios para funcionários e acompanhantes e de dietas para pacientes;
- e) Providenciar o abastecimento do setor dos insumos necessários à produção das refeições;
- f) Supervisionar a higienização das áreas de estocagem e produção de refeições para garantir a qualidade das mesmas;
- g) Definir, planejar, analisar, organizar, supervisionar e avaliar as atividades de assistência nutricional aos pacientes;
- h) Incentivar os pacientes e funcionários para a formação de hábitos alimentares sadios, promovendo educação alimentar aos mesmos;
- i) Estimular a prática profissional interdisciplinar no Hospital;
- j) Colaborar na humanização do atendimento Hospitalar;
- k) Manter contato com a Diretoria Técnico-Assistencial do Hospital objetivando a eficiência administrativa dos serviços Hospitalares;
- l) Zelar pela guarda, controle, manutenção e conservação do equipamento e material utilizado;
- m) Elaborar procedimentos técnicos próprios, bem como mantê-lo atualizado.

Parágrafo Único - As atividades do Serviço de Nutrição e Dietética serão disciplinadas, de modo complementar, pelo manual de normas e rotinas.

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Art. 30º - À Supervisão do Serviço de Farmácia compete:

- a) Estabelecer normas e procedimentos relacionados à seleção, distribuição, produção, utilização e administração de fármacos e agentes diagnósticos;
- b) Elaborar a padronização, promover e avaliar o uso seguro e racional dos medicamentos prescritos no Hospital;
- c) Planejar, coordenar, executar, controlar e avaliar as atividades desenvolvidas através da Supervisão de Dispensação Médica;
- d) Coordenar, executar, controlar e avaliar as atividades pertinentes à área farmacêutica, visando à melhoria de assistência ao paciente;
- e) Manter central de abastecimento farmacêutico e executar as atribuições e tarefas inerentes ao controle físico e contábil necessários à prestação de contas do Hospital;
- f) Elaborar pedidos de compras de medicamentos de acordo com a política administrativa do Hospital;
- g) Receber, armazenar, distribuir e controlar medicamentos, insumos farmacêuticos e produtos de laboratório;
- h) Controlar, de acordo com a legislação vigente, medicamentos que podem levar à dependência física e ou psíquica ou que provoquem efeitos colaterais importantes;
- i) Emitir pareceres técnico-científicos, quando solicitado, sobre

medicamentos e outros produtos farmacêuticos;

- j) Elaborar avaliações fármaco-econômicas e gerenciar programas de fármaco-vigilância e centro de informação de medicamentos;
- k) Desenvolver atividades de Farmácia Clínica / Atenção Farmacêutica;
- l) Manipular e preparar soluções desinfetantes e antissépticas distribuindo-as na diluição de uso para todas as unidades;
- m) Controlar a qualidade da matéria-prima e do material de envase adquiridos;
- n) Manter contato com a Diretoria Administrativa e Financeira objetivando a eficiência administrativa dos serviços Hospitalares;
- o) Fazer estudos clínicos controlados e/ou revisões bibliográficas sobre medicamentos, emitindo parecer técnico sob sua eficácia terapêutica como critério fundamental de escolha;
- p) Desenvolver programas de fármaco-vigilância;
- q) Estabelecer critérios e procedimentos que serão observados para a aquisição de medicamentos não padronizados;
- r) Capacitar os profissionais envolvidos, direta ou indiretamente, com fármacos e agentes diagnósticos, por meio de programas de educação continuada, devidamente registrados;
- s) Zelar pela guarda, controle, manutenção e conservação do equipamento e material utilizado;
- t) Fazer registro diário dos serviços prestados;
- u) Estimular a prática profissional interdisciplinar no Hospital;
- v) Colaborar na humanização do atendimento Hospitalar;
- w) Zelar pela guarda, controle, manutenção e conservação do equipamento e material utilizado;
- x) Elaborar procedimentos técnicos próprios, bem como mantê-lo atualizado.

Parágrafo Único - As atividades da Coordenação de Assistência Farmacêutica serão disciplinadas, de modo complementar, pelo manual de normas e rotinas.

SERVIÇO DE PSICOLOGIA

Art. 31º - À Supervisão do Serviço de Psicologia compete:

- a) Planejar, coordenar, executar e avaliar as atividades prestadas pelo serviço de psicologia;
- b) Atuar de maneira multidisciplinar com os demais profissionais de saúde;
- c) Participar das reuniões clínicas multidisciplinares e interdisciplinares;
- d) Fazer análise psicológica abordando os aspectos psicossomáticos, somato-psicológicos e de saúde mental dos pacientes internos, estudando os fatores que interferem no diagnóstico, no tratamento e na prevenção das enfermidades;
- e) Contribuir para o processo da assistência hospitalar;
- f) Avaliar e delinear programas de intervenção para pacientes com dificuldades para aderir ao tratamento proposto pela equipe de saúde;
- g) Participar das decisões com relação a conduta a ser adotada pela equipe, para oferecer maior apoio, equilíbrio e proteção aos pacientes terminais e seus familiares;
- h) Realizar atendimento aos pacientes e seus familiares em pronto-atendimento;
- i) Realizar aconselhamento psicológico;
- j) Realizar atendimento psicológico individual e em grupo nas especialidades;
- k) Realizar intervenções para diminuir o sofrimento gerado pela hospitalização;
- l) Realizar atendimento aos familiares objetivando minimizar e estruturar vínculos afetivos enfraquecidos pelo processo de adoecimento;
- m) Fazer registro diário dos serviços prestados;
- n) Participar da elaboração de eventos que visem a integração hospital, família-paciente e comunidade;
- o) Participar de programas de atualização, aperfeiçoamento

profissional, capacitação e desenvolvimento em Psicologia;
p) Estimular a prática profissional interdisciplinar no Hospital;
q) Promover educação em saúde no Hospital;
r) Distribuir e coordenar os estágios de Psicologia nas áreas específicas;
s) Exercer outras atribuições que lhe forem cometidas;
t) Elaborar procedimentos técnicos, bem como mantê-lo atualizado.

Parágrafo Único - As atividades do Grupo de Humanização disciplinadas, de modo complementar, pelo manual de normas e rotinas.

GRUPO DE TRABALHO DE HUMANIZAÇÃO

Art. 32º - À Supervisão do Grupo de Humanização compete:

- a) Estabelecer estratégias e mecanismos que tornem os serviços mais humanizados;
- b) Traçar diretrizes de elaboração e aprovar o plano operativo para a humanização;
- c) Examinar propostas e denúncias sobre assuntos pertinentes às relações interpessoais no estabelecimento;
- d) Liderar o processo de humanização;
- e) Buscar estratégias de comunicação e integração entre os diferentes setores;
- f) Promover o fluxo de propostas e deliberações;
- g) Apoiar e divulgar as iniciativas de humanização em desenvolvimento;
- h) Avaliar os projetos que já estão em desenvolvimento, e os que ainda vão ser desenvolvidos, de acordo com os parâmetros de humanização propostos;
- i) Estimular a participação da comunidade e de entidades da sociedade civil nas ações de humanização dos serviços.
- j) Elaborar procedimentos técnicos, bem como mantê-lo atualizado.

Parágrafo Único - As atividades do Grupo de Humanização disciplinadas, de modo complementar, pelo manual de normas e rotinas.

COMITÊ DE QUALIDADE

Art. 33º - À Supervisão do Comitê de Qualidade compete:

- a) Desenvolver mecanismos de compartilhamento, entre seus membros, das bases conceituais e das técnicas adquiridas através do Programa;
- b) Elaborar um cronograma de atividades a ser divulgado aos colaboradores da entidade;
- c) Promover assessoria na capacidade intelectual do Comitê, aos hospitais filantrópicos que apresentem necessidades específicas procurando, na medida do possível, respeitar as referências microrregionais;
- d) Estimular a realização da revisão do Planejamento Estratégico conforme calendário aprovado no Comitê Local e apoiar os hospitais da região que se proponham a realizá-lo e auxiliá-los na sua execução;
- e) Participar das atividades propostas pela coordenação do Programa e trazer seus conteúdos para divulgá-los na região e/ou hospital;
- f) Aprimorar as técnicas e conceitos do Programa e desenvolver outras ferramentas que possam ser compartilhadas e disseminadas pelos hospitais filantrópicos participantes do programa da região do sul de Santa Catarina;
- g) Elaborar procedimentos técnicos, bem como mantê-lo atualizado.

Parágrafo Único - As atividades do Comitê de Qualidade serão disciplinadas, de modo complementar, pelo manual de normas e rotinas.

NÚCLEO DE SEGURANÇA DO PACIENTE

Art. 34ºa) - Ao Núcleo de Segurança do Paciente compete:

- a) Promover ações para a gestão do risco no serviço de saúde
- b) Desenvolver ações para a integração e a articulação multiprofissional no serviço de saúde;
- c) Promover mecanismos para identificar e avaliar a existência de não conformidades nos processos e procedimentos realizados, incluindo aqueles envolvidos na utilização de equipamentos, medicamentos e insumos e propor ações preventivas e corretivas;
- d) Elaborar, implantar, divulgar e manter atualizado o PSP (Plano de Segurança do Paciente).
- e) Acompanhar as ações vinculadas ao PSP (Plano de Segurança do Paciente);
- f) Implantar os Protocolos de Segurança do Paciente e realizar o monitoramento dos seus indicadores;
- g) Estabelecer barreiras para a prevenção de incidentes nos serviços de saúde;
- h) Desenvolver, implantar e acompanhar programas de capacitação em segurança do paciente e qualidade em serviços de saúde;
- i) Analisar e avaliar os dados sobre incidentes e EAs decorrentes da prestação do serviço de saúde;
- j) Compartilhar e divulgar a direção e aos profissionais do serviço de saúde os resultados da análise e avaliação dos dados sobre incidentes e EAs decorrentes da prestação do serviço de saúde;
- k) Notificar ao SNVS (Sistema Nacional de Vigilância Sanitária) os EAs (Eventos Adversos em Saúde) decorrentes da prestação do serviço de saúde;
- l) Manter sob sua guarda e disponibilizar à autoridade sanitária, quando requisitado, as notificações de EAs (Eventos Adversos em Saúde);
- m) Acompanhar os alertas sanitários e outras comunicações de risco divulgadas pelas autoridades sanitárias.

SESSÃO III

DA GERÊNCIA DE ENFERMAGEM

Art. 34º - À Gerência de Enfermagem compete:

- a) Cumprir e fazer cumprir o regimento do hospital e as determinações da Direção Geral do Hospital;
- b) Planejar, gerenciar, estimular, acompanhar e avaliar as ações desenvolvidas pelas seguintes Supervisões: Supervisão das Unidades de Internação; Supervisão de Centro Cirúrgico; Supervisão do Serviço de Pronto Socorro; Supervisão da Central de Material e Esterilização.
- c) Desenvolver programas de assistência integral e contínua aos pacientes e de orientação e atualização de conhecimento à sua equipe;
- d) Notificar e comunicar a ocorrência das doenças ou agravos à saúde que compõem a lista de notificação compulsória suspeita ou confirmada do Ministério da Saúde e encaminhá-las ao Projeto Sentinela - Núcleo de Vigilância Epidemiológica;
- e) Notificar, em caráter reservado, eventuais suspeitas envolvendo produtos de uso hospitalar nas áreas de Fármaco-vigilância, Tecnovigilância e Hemovigilância;
- f) Organizar o serviço de enfermagem;
- g) Estimular a prática profissional interdisciplinar no Hospital;
- h) Colaborar na humanização do atendimento Hospitalar;
- i) Zelar pelas atividades privativas do Enfermeiro;
- j) Elaborar o diagnóstico do Serviço de Enfermagem e apresentar sua proposta de trabalho à Direção Geral do Hospital;
- k) Colaborar com a fiscalização do Conselho Regional de Enfermagem - COREN, sempre que solicitado e, no encaminhamento do pessoal notificado para regularização junto a este Órgão;
- l) Atender sempre às convocações do COREN, no prazo determinado;

- m) Fazer reuniões periódicas com toda a sua equipe, registrando em livro ata as atividades técnicas e administrativas de sua área;
- n) Zelar pela guarda, controle, manutenção e conservação do equipamento e material utilizado;
- o) Manter contato com a Direção Geral do Hospital objetivando a eficiência administrativa dos serviços hospitalares;
- p) Fazer cumprir as normas do Conselho Federal e Regional de Enfermagem.

Parágrafo Único - a função de Gerente de Enfermagem deverá ser exercida por Enfermeiro graduado em Escola reconhecida, qualificado e com experiência Hospitalar.

DA SUPERVISÃO DAS UNIDADES DE INTERNAÇÃO

Art. 35º - À Supervisão da Clínica Médica e Pediátrica compete:

- a) Coordenar, controlar e avaliar o desenvolvimento dos cuidados aos pacientes clínicos, hospitalizados, visando um melhor nível de assistência e à adequada média de permanência dos mesmos no Hospital;
- b) Emitir pareceres, quando solicitados por outra clínica, obedecendo escala médica pré-estabelecida;
- c) Coordenar, executar, controlar e avaliar as atividades pertinentes à área médica, visando à melhoria da assistência ao paciente e a integralidade da mesma;
- d) Fazer registro diário dos serviços prestados;
- e) Manter contato com a Diretoria Técnico-Assistencial do Hospital objetivando a eficiência administrativa dos serviços hospitalares;
- f) Zelar para que as visitas médicas sejam feitas diariamente aos pacientes hospitalizados e que sejam realizadas semanalmente reuniões científicas com todo o corpo clínico;
- g) Preencher adequadamente o prontuário dos pacientes para efeito de estatística e pesquisa científica;
- h) Preencher todos os itens de Declaração de Óbitos, com a devida clareza, no que se refere à parte médica;
- i) Estimular a prática profissional interdisciplinar no Hospital;
- j) Colaborar na humanização do atendimento hospitalar;
- k) Primar pelo respeito ao consagrado sistema da hierarquia em todas as atividades desenvolvidas na clínica;
- l) Zelar pela guarda, controle, manutenção e conservação do equipamento e material utilizado;
- m) Elaborar procedimentos técnicos próprios, bem como mantê-lo atualizado.

Parágrafo Único - As atividades da Clínica Médica serão disciplinadas, de modo complementar, pelo manual de normas e rotinas.

Art. 36º - À Supervisão da Clínica Cirúrgica compete:

- a) Coordenar, controlar e avaliar o desenvolvimento dos cuidados aos pacientes cirúrgicos, hospitalizados e de ambulatório de pequena e média complexidade, visando um melhor nível de assistência e à adequada média de permanência dos mesmos no Hospital;
- b) Emitir pareceres, quando solicitados por outra clínica, obedecendo escala médica pré-estabelecida;
- c) Coordenar, executar, controlar e avaliar as atividades pertinentes à área médica, visando à melhoria da assistência ao paciente e a integralidade da mesma;
- d) Fazer registro diário dos serviços prestados;
- e) Manter contato com a Diretoria Técnico-Assistencial do hospital objetivando a eficiência administrativa dos serviços hospitalares;
- f) Zelar para que as visitas médicas sejam feitas diariamente aos pacientes hospitalizados.
- g) Elaborar escala de cirurgias para todos os membros da Clínica;
- h) Preencher, adequadamente, o prontuário dos pacientes para efeito de estatística e pesquisa científica;
- i) Preencher todos os itens de Declaração de Óbitos, com a devida

- clareza, no que se refere à parte médica;
- j) Estimular a prática profissional interdisciplinar no hospital;
- k) Colaborar na humanização do atendimento hospitalar;
- l) Primar pelo respeito ao consagrado sistema da hierarquia em todas as atividades desenvolvidas na clínica;
- m) Zelar pela guarda, controle, manutenção e conservação do equipamento e material utilizado;
- n) Elaborar procedimentos técnicos próprios, bem como mantê-lo atualizado.

Parágrafo Único - As atividades da Clínica Cirúrgica serão disciplinadas, de modo complementar, pelo manual de normas e rotinas.

DA SUPERVISÃO DO CENTRO CIRÚRGICO

Art. 37º - À Supervisão do Centro Cirúrgico compete:

- a) Coordenar, controlar e avaliar o desenvolvimento dos cuidados aos pacientes cirúrgicos, visando ao melhor nível de assistência;
- b) Decidir sobre a alta, avaliando os pacientes previamente à transferência para as Unidades;
- c) Coordenar, executar, controlar e avaliar as atividades pertinentes à área médica, visando à melhoria da assistência ao paciente e a integralidade da mesma;
- d) Fazer registro diário dos serviços prestados;
- e) Manter contato com a Diretoria Técnico-Assistencial do Hospital objetivando a eficiência administrativa dos serviços hospitalares;
- f) Preencher adequadamente o prontuário dos pacientes para efeito de estatística e pesquisa científica;
- g) Estimular a prática profissional interdisciplinar no Hospital;
- h) Colaborar na humanização do atendimento hospitalar;
- i) Primar pelo respeito ao consagrado sistema da hierarquia em todas as atividades desenvolvidas na clínica;
- j) Zelar pela guarda, controle, manutenção e conservação do equipamento e material utilizado;
- k) Elaborar procedimentos técnicos próprios, bem como mantê-lo atualizado.

Parágrafo Único - As atividades do Serviço do Centro Cirúrgico serão disciplinadas, de modo complementar, pelo manual de normas e rotinas.

SERVIÇO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Art. 38º - À Supervisão do serviço de Urgência e Emergência:

- a) Planejar, supervisionar, executar, controlar e avaliar a Sistematização da Assistência de Enfermagem visando à adequada média de permanência dos pacientes no hospital;
- b) Formar uma equipe qualificada e integrada de modo a facilitar o tratamento realizado ao paciente;
- c) Notificar e comunicar a ocorrência das doenças ou agravos à saúde que compõem a lista de notificação compulsória suspeita ou confirmada do Ministério da Saúde e Núcleo de Vigilância Epidemiológica;
- d) Solicitar condutas junto à Comissão de Controle de Infecção Hospitalar com relação aos pacientes com infecção hospitalar;
- e) Estabelecer sistemas de prevenção de riscos ocupacionais.
- f) Requisitar, diariamente, medicamentos e materiais necessários para prestar assistência integral ao paciente, mantendo estoque para as emergências;
- g) Reunir periodicamente a equipe de enfermagem, para análise e solução dos problemas;
- h) Desenvolver educação continuada em serviço, para atualização de conhecimentos em Enfermagem;
- i) Estimular a prática profissional interdisciplinar no hospital;
- j) Colaborar na humanização do atendimento hospitalar;
- k) Reunir periodicamente a equipe de enfermagem, para análise e solução dos problemas;

- l) Manter contato com a Gerência de Enfermagem objetivando a eficiência administrativa dos serviços hospitalares;
- m) Fazer registro diário dos serviços prestados;
- n) Zelar pela guarda, controle, manutenção e conservação do equipamento e material utilizado;
- o) Elaborar procedimentos técnicos próprios, bem como mantê-lo atualizado.

Parágrafo Único - As atividades do Serviço de Enfermagem da Emergência serão disciplinadas, de modo complementar, pelo manual de normas e rotinas.

DA SUPERVISÃO DA CENTRAL DE MATERIAL E ESTERILIZAÇÃO

Art. 39º - A Supervisão da Central de Material e Esterilização compete:

- a) Planejar, supervisionar, executar, controlar e avaliar o desenvolvimento de todas as atividades relacionadas a sua área;
- b) Prever, requisitar e prover materiais necessários para as Unidades de Internação, Centros Cirúrgicos e Serviço de Pronto Socorro, mantendo estoque para as emergências;
- c) Preparar o instrumental para as cirurgias de acordo com a programação cirúrgica;
- d) Proceder ao controle de entrada e saída de material;
- e) Formar uma equipe qualificada e integrada de modo a facilitar o desempenho das atividades do serviço;
- f) Realizar os testes biológicos, emitir pareceres e encaminhá-los mensalmente à Comissão de Controle de Infecção Hospitalar;
- g) Estabelecer sistemas de prevenção de riscos ocupacionais;
- h) Desenvolver educação continuada em serviço, para atualização de conhecimentos em Enfermagem;
- i) Estimular a prática profissional interdisciplinar no hospital;
- j) Colaborar na humanização do atendimento hospitalar;
- k) Reunir periodicamente a equipe de enfermagem, para análise e solução dos problemas;
- l) Manter contato com a Gerência de Enfermagem objetivando a eficiência administrativa do serviço;
- m) Fazer registro diário dos serviços prestados;
- n) Zelar pela guarda, controle, manutenção e conservação do equipamento e material utilizado;
- o) Elaborar procedimentos técnicos próprios, bem como mantê-lo atualizado.

Parágrafo Único - As atividades do Serviço de Enfermagem da Central de Material e Esterilização serão disciplinadas, de modo complementar, pelo manual de normas e rotinas.

DA SUPERVISÃO DAS COMISSÕES:

As seguintes Comissões Permanentes serão:
Indicadas e nomeadas pelo Diretor - Comissão de Controle de Infecção Hospitalar, Comissão Interna de Revisão de Prontuários, Comissão de Revisão de Óbitos.

Art. 40º - As demais Diretorias e Gerências constituem a compartimentação do Hospital para fins assistenciais e administrativos, cada uma abrangendo atividades afins no contexto do Hospital.

Art. 41º - A Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) será constituída por membros:

- a) Consultores, representantes dos serviços médicos, de enfermagem, de farmácia, laboratório de microbiologia e administração;
 - b) Executores, com os seguintes representantes: 04 (quatro) profissionais da área de saúde, dos quais, preferencialmente, 02 (dois) devem ser da enfermagem.
- 1º A CCIH será composta por profissionais da área de saúde, de nível superior, formalmente designados pelo Diretor Geral do

Hospital.

2º O Presidente da CCIH será um dos membros, eleito por seus pares, para mandato de 02(um) ano, podendo ser reeleito para mais um mandato consecutivo de igual período.

Art. 42º - A Comissão Interna de Revisão de Prontuários será constituída por:

- a) 01 (um) representante médico;
- b) 01 (um) representante de nível superior da área de Enfermagem;
- c) 01 (um) representante do serviço administrativo;

1º O Presidente da Comissão será um dos membros, desde que portador de nível superior, eleito por seus pares, para mandato de 02 (um) ano, podendo ser reeleito para mais um mandato consecutivo de igual período.

2º Os membros da Comissão não deverão ser remunerados para o desempenho de suas tarefas.

Art. 43º - As Comissões do Hospital estão subordinadas administrativamente e tecnicamente ao Diretor Geral, que está subordinado diretamente ao Secretário de Saúde de Lauro Muller.

Art. 44º - As funções de Diretor Técnico Assistencial e Gerente de Enfermagem serão preenchidas por profissionais com a qualificação específica para cada área, por indicação do Diretor Geral.

Art. 45º - À Comissão de Controle de Infecção Hospitalar compete:

- a) Estudar e avaliar, permanentemente, as taxas de infecção hospitalar;
- b) Sugerir medidas para controle e diminuição de infecção hospitalar;
- c) Auxiliar a Diretoria Técnico-Assistencial no estudo, programação, avaliação e supervisão, assim como na coordenação de atividades relacionadas com o controle e/ou combate à infecção hospitalar.
- d) Verificar, do ponto de vista preventivo, os ambientes e as condições de trabalho no Hospital;
- e) Capacitar os profissionais envolvidos, direta ou indiretamente, com o controle da infecção hospitalar, por meio de programas de educação continuada, devidamente registrados;
- f) Zelar pela guarda, controle, manutenção e conservação do equipamento e material utilizado;
- g) Elaborar o regimento interno da Comissão, com aprovação da Diretoria;
- h) Realizar reuniões ordinárias e registrá-las em ata.

Art. 46º - À Comissão Interna de Revisão de Prontuários compete:

- a) Propor a atualização de impressos, formulários e modelos específicos do prontuário médico;
- b) Zelar pela qualidade do prontuário médico e pela clareza e exatidão dos registros médicos;
- c) Promover a avaliação qualitativa e quantitativa dos prontuários médicos, visando o cumprimento das normas do Sistema Único de Saúde;
- d) Sugerir à Diretoria Técnico-Assistencial ou adotar, quando oportuno, medidas corretivas de desvios do padrão do prontuário médico;
- e) Capacitar os profissionais envolvidos, direta ou indiretamente, com o prontuário médico, por meio de programas de educação continuada, devidamente registrados;
- f) Zelar pela guarda, controle, manutenção e conservação do equipamento e material utilizado;
- g) Elaborar regimento interno da Comissão, com aprovação da Diretoria;

h) Realizar reuniões ordinárias e registrá-las em ata.

Art. 47º - À Comissão de Revisão de Óbitos:

- a) Avaliação dos indicadores de mortalidade do hospital;
- b) Sugerir / adotar, quando oportuno, medidas corretivas, visando manter a taxa de mortalidade hospitalar dentro dos percentuais aceitos, compatíveis com a qualidade da assistência hospitalar;
- c) Zelar pela guarda, controle, manutenção e conservação do equipamento e material utilizado;
- d) Elaborar regimento interno da Comissão, com aprovação da Diretoria;
- e) Realizar reuniões ordinárias e registrá-las em ata.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO PESSOAL

Art. 48º - São atribuições do Diretor Geral:

- a) Dirigir o Hospital, orientando e controlando suas atividades, expedindo normas, instruções e ordens para execução das atividades;
- b) Participar do planejamento e programação dos acordos, convênios e projetos a serem implantados e desenvolvidos pelo Hospital;
- c) Submeter à aprovação superior o plano de ação e a proposta orçamentária do Hospital;
- d) Fornecer orientação técnica-administrativa aos subordinados diretos, garantindo um bom nível de desempenho, mantendo gerência participativa sobre o grupo;
- e) Designar os membros da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar, Interna de Revisão de Prontuários, de Farmácia e Terapêutica, de Análise de Óbitos, de Suporte Nutricional Enteral, de Serviço de Apropriação de Custos, Interna de Prevenção de Acidentes;
- f) Garantir um bom assessoramento técnico-profissional e administrativo;
- g) Autorizar a divulgação dos trabalhos técnicos do Hospital;
- h) Baixar portarias, instruções e ordens de serviço, bem como determinar a instauração de processos administrativos;
- i) Indicar os Diretores, Gerente, Assessoria, Coordenadores e Supervisores;
- j) Assinar com o Tesoureiro os cheques;
- k) Assinar os empenhos e as ordens bancárias;
- l) Programar e presidir reuniões com as Diretorias e Gerência;
- m) Homologar, revogar ou anular, conforme o caso, as licitações realizadas pelo Hospital;
- n) Elogiar e/ou aplicar penas disciplinares, inclusive, pena de suspensão aos servidores do Hospital;
- o) Submeter anualmente ao Secretário Estadual de Saúde o relatório das atividades realizadas.

Art. 49º - São atribuições do Diretor Técnico Assistencial:

- a) Dirigir, orientar, coordenar e controlar as atividades dos Serviços Técnicos Assistenciais, cumprindo e fazendo cumprir o presente Regimento e as Normas e Rotinas estabelecidas pela Direção do Hospital;
- b) Despachar com o Diretor Geral;
- c) Baixar instruções de serviço para as Coordenações e Supervisões a ele subordinadas;
- d) Assinar o expediente próprio e os que lhe forem atribuídos por delegação de competência;
- e) Distribuir e movimentar o pessoal subordinado, de acordo com as necessidades do serviço;
- f) Elogiar e propor ao Diretor Geral, penas disciplinares aos servidores;
- g) Zelar pela disciplina, ordem, regularidade e eficiência dos

trabalhos sob a sua direção;

- h) Proceder à apuração de qualquer irregularidade em sua área, propondo a instauração de processo administrativo, se for o caso;
- i) Comunicar ao Conselho Regional de Medicina - CRM quaisquer infrações ao Código de Ética, ficando, portanto, o médico responsável pelas suas omissões;
- j) Participar de reuniões promovidas pelo Diretor Geral;
- k) Convocar e presidir reuniões com sua equipe de trabalho;
- l) Elaborar relatório mensal de suas atividades para apresentação à Diretoria Geral;
- m) Requisitar material e equipamento para uso da Diretoria, controlando seu uso e sua conservação, bem como providenciando reposição, quando necessário.

Art. 50º - São atribuições do Diretor Administrativo Adjunto:

- a) Dirigir, orientar, coordenar e controlar as atividades dos Serviços Administrativos e Financeiros, cumprindo e fazendo cumprir o presente Regimento e as Normas e Rotinas estabelecidas pela Direção do Hospital;
- b) Aprovar requisições, especificações e pedidos de compra de equipamento, material e serviços, se for o caso;
- c) Despachar com o Diretor Geral;
- d) Baixar instruções de serviço para as Coordenações e Supervisões a ele subordinadas;
- e) Assinar o expediente próprio e os que lhe forem atribuídos por delegação de competência;
- f) Distribuir e movimentar o pessoal subordinado, de acordo com as necessidades do serviço;
- g) Elogiar e propor ao Diretor Geral, penas disciplinares aos servidores;
- h) Zelar pela disciplina, ordem, regularidade e eficiência dos trabalhos sob a sua direção;
- i) Proceder à apuração de qualquer irregularidade em sua área, propondo a instauração de processo administrativo, se for o caso;
- j) Participar de reuniões promovidas pelo Diretor Geral;
- k) Convocar e presidir reuniões com sua equipe de trabalho;
- l) Elaborar relatório mensal de suas atividades para apresentação à Diretoria Geral;
- m) Requisitar material e equipamento para uso da Diretoria, controlando seu uso e sua conservação bem como providenciando reposição, quando necessário.

Art. 51º - São atribuições do Gerente de Enfermagem:

- a) Dirigir, orientar, coordenar e controlar as atividades dos Serviços de Enfermagem, cumprindo e fazendo cumprir o presente Regimento e as Normas e Rotinas estabelecidas pela Direção do Hospital;
- b) Despachar com o Diretor Geral;
- c) Baixar instruções de serviço para as Supervisões a ele subordinadas;
- d) Assinar o expediente próprio e os que lhe forem atribuídos por delegação de competência;
- e) Distribuir e movimentar o pessoal subordinado, de acordo com as necessidades do serviço;
- f) Elogiar e propor ao Diretor Geral, penas disciplinares aos servidores;
- g) Zelar pela disciplina, ordem, regularidade e eficiência dos trabalhos sob a sua direção;
- h) Proceder à apuração de qualquer irregularidade em sua área, propondo a instauração de processo administrativo, se for o caso;
- i) Comunicar ao Conselho Regional de Enfermagem - COREN quaisquer infrações ao Código de Ética, ficando, portanto, o enfermeiro responsável pelas suas omissões;
- j) Participar de reuniões promovidas pelo Diretor Geral;
- k) Convocar e presidir reuniões com sua equipe de trabalho;
- l) Elaborar relatório mensal de suas atividades para apresentação à Diretoria Geral;
- m) Requisitar material e equipamento para uso da Diretoria,

controlando seu uso e sua conservação, bem como providenciando a reposição, quando necessário.

Art. 52º - São atribuições dos Coordenadores e Supervisores:

- a) Coordenar, supervisionar e controlar e avaliar as atividades dos Serviços, cumprindo e fazendo cumprir o presente Regimento e as Normas e Rotinas estabelecidas pela Direção do Hospital;
- b) Distribuir e movimentar o pessoal subordinado, de acordo com as necessidades do serviço;
- c) Assinar o expediente próprio e os que lhe forem atribuídos por delegação de competência;
- d) Zelar pela disciplina e fiscalizar as atividades sob sua responsabilidade;
- e) Organizar e submeter à aprovação do superior imediato a escala de férias dos servidores;
- f) Propor medidas adequadas à boa execução dos serviços;
- g) Proceder à apuração de qualquer irregularidade em sua área, propondo a instauração de processo administrativo, se for o caso;
- h) Propor ao superior imediato elogio ou aplicação de penalidade aos servidores subordinados;
- i) Participar de reuniões promovidas pelo Diretor/ Gerente/ Coordenador imediato;
- j) Promover reuniões com os seus colaboradores para apreciação de sugestões e aperfeiçoamento de métodos de trabalho;
- k) Coordenar / supervisionar o registro diário dos serviços prestados e elaborar relatório mensal de suas atividades para apresentar ao Diretor/ Gerente/ Coordenador imediato;
- l) Requisitar material e equipamento para uso do Serviço, controlando seu uso e sua conservação, bem como providenciando reposição, quando necessário.

Art.53º - São deveres do Servidor de qualquer categoria:

- a) Cumprir o horário e as obrigações contratuais e funcionais; Manter-se em seu local de trabalho, ausentando-se somente a objeto de serviço ou quando autorizado;
- b) Executar as tarefas que lhe forem determinadas;
- c) Tratar com humanidade os pacientes, colegas de trabalho e superiores hierárquicos, bem como as pessoas que procurem o Hospital, defendendo a observância dos Direitos e Deveres destes;
- d) Zelar pelo patrimônio do Hospital;
- e) Comunicar à chefia imediata irregularidades de serviços de que tiver conhecimento;
- f) Obedecer aos respectivos Códigos de Ética Profissional;
- g) Participar de comissões;
- h) Aguardar em serviço a chegada do substituto;
- i) Evitar a divulgação entre estranhos de assuntos internos dos serviços;
- j) Participar de reuniões, quando convocado;
- k) Executar as atribuições delegadas.

CAPÍTULO V DO FUNCIONAMENTO

SEÇÃO I DO PESSOAL

Art.54ºO Hospital Municipal Henrique Lage terá Quadro de Pessoal, estruturado em cargos e funções definidos e consoante composição e regime jurídico determinado pelo Poder Executivo.

Art. 55ºOs funcionários do Hospital estarão submetidos ao agasalho legal da Consolidação das Leis trabalhistas, os que não vinculados por este, ficarão na parte que concerne aos deveres, proibições e regime disciplinar quando não incompatível com a legislação que reza a espécie.

Art. 56ºO afastamento, as disposições e requisições de servidores do Hospital Municipal Henrique Lage, para serventia em outros órgãos, somente poderão ser atendidos sem ônus para o Hospital, exceto para o exercício de funções de confiança, respeitada a

necessidade do Serviço e após previa anuência da Direção Geral do Hospital Municipal Henrique Lage.

SEÇÃO II DO HORÁRIO

Art. 57ºO horário de trabalho em todo o Hospital é fixado pela Direção Geral do Hospital Municipal Henrique Lage, respeitada a legislação vigente.

Art. 58ºPor conveniência de serviço poderá ser proposto pelos ocupantes das funções de Coordenações, Supervisões e Assessoramento à Direção Geral do Hospital, horários especiais, respeitando-se o número de horas estabelecido na legislação.

Art. 59ºO trabalho extraordinário só poderá ser prestado, quando autorizado pelos ocupantes das funções de Coordenações, Supervisões e Assessoramentos, nos termos da legislação que reza a espécie.

SEÇÃO III DAS SUBSTITUIÇÕES

Art. 60ºO Diretor Geral do Hospital Municipal Henrique Lage será substituído em suas faltas ou impedimentos pelo Diretor Administrativo Adjunto.

Art. 61ºOs titulares das Diretorias e Gerência serão substituídos em suas faltas ou impedimentos por servidor indicado pelo Diretor Geral do hospital;

Art. 62ºO titular de qualquer Coordenação, Supervisão e Assessoria será substituído em suas faltas ou impedimentos por servidor indicado pelo Diretor Adjunto/ Gerente/ Coordenador e autorizado pelo Diretor Geral do Hospital.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 63ºOs atos relativos ao pessoal deverão gerar-se na Supervisão de Gestão de Pessoas, em cumprimento a determinação do Diretor Geral do Hospital.

Art. 64ºÉ obrigatório o registro de "ponto" de todo o pessoal do Hospital.

§ 1º São dispensados do "ponto" os Diretores, Gerente os quais deverão, entretanto, observar o horário normal de trabalho;

Art. 63ºO prontuário médico, bem como qualquer documento ou informação relacionados com a assistência prestada aos pacientes, só poderão ser retirados do Hospital mediante autorização expressa do Diretor Geral.

Art. 64ºCaberá ao Diretor Geral do Hospital estruturar o Corpo Clínico e aprovar os Manuais de Normas e Rotinas dos diversos Serviços do Hospital, onde se definirão suas relações com os órgãos da administração.

Art. 65ºAs notícias referentes a fatos ocorridos no âmbito do Hospital só poderão ser fornecidas para divulgação com autorização do Diretor Geral.

Art. 66ºO Diretor Geral do Hospital Municipal Henrique Lage tomará as medidas necessárias para implantação deste Regimento.

Art.67ºOs casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Direção do Hospital, respeitada a competência da autoridade superior.

Art. 68ºEste Regimento, aprovado pelo Prefeito Municipal de Lauro Müller, entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 69º Revogam-se as disposições em contrário.

Lauro Müller, 10 de Novembro de 2014.
Fabrício Kusmin Alves
Prefeito Municipal

Diego J. Cifuentes
Diretor Geral

EXTRATO 001/2014 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 70/2014 PMLM

Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Lauro Müller

EXTRATO 001/2014 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 70/2014 PMLM

Processo licitatório nº 49/2014 - Dispensa de licitação 49/2014
Objeto: MANUTENÇÃO DA REDE PÚBLICA DE ÁGUA DA COMUNIDADE DE PALERMO.

Locador: Antônio Spricigo
Locatário: Município de Lauro Müller

Prazo de vigência: 31/09/2014 à 31/12/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeitura Municipal

Leoberto Leal

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Divisão de Licitações e Compras
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2014
TIPO: Menor Preço por item.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de gêneros alimentícios, almoços e marmitas, para o Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, conforme Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 016/2014. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Decreto Municipal 23/2007, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 24 de novembro de 2014. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site www.leobertoleal.sc.gov.br. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 11/11/2014.
VITOR NORBERTO ALVES
Secretário Municipal da Saúde.

Luzerna

PREFEITURA

LEI 1310

LEI Nº 1310 de 11 de novembro de 2014.

“INSTITUI O ‘PROGRAMA CONSTRUIR’ NO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica instituído o “PROGRAMA CONSTRUIR”, destinado a viabilizar a doação de materiais de construção, até o valor máximo de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para possibilitar a melhoria e/ou reconstrução das unidades habitacionais da área urbana e rural do Município às famílias de baixa renda que se enquadram nos critérios do Programa.

Art.2º-O “PROGRAMA CONSTRUIR” doará, mediante prévia avaliação socioeconômica realizada por Assistência Social, conforme a dotação orçamentária disponível, e aprovação pelo Conselho Municipal de Habitação, os materiais de construção necessários à melhoria, ampliação e reconstrução das unidades habitacionais das famílias que se enquadrarem nos seguintes requisitos:

I. possuir renda familiar de até 2 (dois) salário mínimos mensais;

II. tenham a posse ou o domínio de um único imóvel sobre o qual residam por um período mínimo de um ano;

III. apresentem situação de risco aos moradores conforme laudo emitido pela Assessoria de Planejamento e Coordenadoria Municipal de Defesa Civil.

§1º- As famílias apresentarão documentos que comprovem a residência, a posse ou domínio do imóvel.

§2º- Não poderão acessar os benefícios da presente lei, famílias que residam sobre imóveis alugados.

Art.3º- Na concessão dos referidos materiais de construção, serão seguidos os seguintes critérios:

I. adequação quanto às necessidades da família, aferidas na avaliação socioeconômica efetuada por Assistente Social;

II. avaliação técnica do imóvel pela Assessoria de Planejamento e Coordenadoria Municipal de Defesa Civil;

III. avaliação dos materiais necessários para a melhoria e/ou reconstrução realizada por profissional habilitado pelo CREA;

Art.4º- Terão prioridade na concessão do benefício as famílias:

I. cujas unidades habitacionais estiverem em situação de risco de desabamento, com desgastes causados pelo tempo, construídas com materiais inadequados entre outros fatores que ofereçam perigo à família, destruídas por intempéries e calamidades públicas ou cujas habitações forem inadequadas para o convívio familiar;

II. que possuírem o maior número de integrantes;

III. que forem chefiadas por mulher;

IV. que possuírem em seu grupo familiar pessoa idosa ou com deficiência.

Parágrafo Único - Para os fins de que trata esta Lei, considera-se família toda união estável entre homem e mulher, e ainda a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e mantendo sua economia pela constituição de seus membros.

Art.5º - A Secretaria de Saúde e Bem Estar Social através do Setor de Habitação e Programas Sociais criará e manterá um sistema de arquivos e cadastros onde constarão informações relativas às famílias beneficiadas pelo PROGRAMA CONSTRUIR.

Art.6º- O beneficiário deverá assinar termo de recebimento e de responsabilidade de execução da obra (melhoria e/ou reconstrução) com o material disponibilizado pelo PROGRAMA CONSTRUIR.

§1º- O beneficiário que não executar a obra no prazo estipulado ou não apresentar justificativa plausível, deverá restituir à Administração Municipal os materiais doados, bem como não poderá acessar o Programa antes de transcorrido 03 (três) anos da data da concessão.

§2º- As famílias somente poderão acessar os benefícios do PROGRAMA CONSTRUIR uma vez.

Art.7º- Será de responsabilidade do Setor de Habitação e Programas Sociais:

I. estipular prazo para a execução da obra e fiscalizar o devido emprego dos materiais concedidos;

II. efetuar visitas domiciliares mensais realizadas pelos técnicos da Assessoria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Luzerna, visando acompanhar o processo de construção, melhoria e/ou ampliação da unidade habitacional;

III. aferir se houve melhoria na segurança e no convívio familiar das famílias beneficiadas pelo PROGRAMA CONSTRUIR;

IV. promover reuniões mensais entre a Assessoria de Planejamento, Setor de Habitação e Programas Sociais e Assistente Social, visando avaliar as melhorias efetuadas durante o período, utilizando-se, além de outros meios, de relatórios e fotografias obtidas nas intervenções realizadas nas unidades habitacionais.

Art.8º - Para atendimento do PROGRAMA CONSTRUIR, fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a:

I. adquirir e doar nos termos desta Lei, materiais de construção;

II. aplicar o instrumento jurídico que couber para proceder às doações previstas nesta Lei;

III. editar, normatizar, regulamentar ou emitir ato administrativo necessário ao fiel cumprimento desta Lei;

IV. Firmar convênios com entidades civis organizadas sem fins lucrativos, para desenvolvimento do PROGRAMA CONSTRUIR.

Art.9º- As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão a conta de dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Habitação, bem como outros oriundos do Governo Federal, Estadual, consignadas nos respectivos orçamentos anuais, e suplementadas se necessário.

Art.10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 11 de novembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

LEI 1311

LEI Nº 1311 de 11 de novembro de 2014.

“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015.”

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

I - DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art.1º- O ORÇAMENTO GERAL do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), referente aos PODERES EXECUTIVO e LEGISLATIVO, para o exercício de 2015 estima a receita em R\$ 17.630.000,00 (dezesete milhões, seiscentos e trinta mil reais) e fixa a despesa em igual valor, conforme discriminação abaixo:

1. RECEITA POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

1.1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	20.235.799,48
1.1.1.	RECEITA TRIBUTÁRIA	R\$	1.287.226,75
1.1.2.	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	R\$	270.000,00
1.1.3.	RECEITA PATRIMONIAL	R\$	140.863,93
1.1.4.	RECEITA DE SERVIÇOS	R\$	11.200,00
1.1.5.	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$	18.393.698,80
1.1.6.	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$	132.810,00
1.1.7.	DEDUÇÕES DA RECEITA	R\$	(2.785.799,48)
1.2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	180.000,00
1.2.1.	ALIENAÇÃO DE BENS	R\$	180.000,00
	TOTAL	R\$	17.630.000,00

Art.2º- A DESPESA será realizada com as discriminações apresentadas nos Anexos que integram a presente Lei, assim distribuída:

2. DESPESA POR ÓRGÃOS**2.1. PODER LEGISLATIVO****2.1.1. CÂMARA DE VEREADORES R\$ 590.000,00****2.2. PODER EXECUTIVO**

2.2.1.	GABINETE DO PREFEITO	R\$	475.762,00
2.2.2.	GABINETE DO VICE-PREFEITO	R\$	98.735,00
2.2.3.	ASSESSORIA JURÍDICA	R\$	274.116,00
2.2.4.	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	R\$	305.755,00
2.2.5.	COORDENADORIA DO CONTROLE INTERNO	R\$	66.030,00
2.2.6.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	R\$	1.978.073,00
2.2.7.	SECRETARIA DA SAÚDE EM BEM ESTAR SOCIAL	R\$	66.500,00
2.2.8.	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	R\$	6.082.511,00
2.2.9.	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	R\$	986.900,00
2.2.10.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS	R\$	2.492.965,20
2.2.11.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	R\$	200.562,00
2.2.12.	FUNDO DE HABITAÇÃO DE LUZERNA	R\$	102.002,00
2.2.13.	FUNDO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE DEFESA CIVIL	R\$	3,00
2.2.14.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$	3.239.651,80
2.2.15.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	597.308,00
2.2.16.	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LUZERNA	R\$	41.401,00

2.2.17.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	31.725,00
	TOTAL	R\$	17.630.000,00

3. DESPESA POR FUNÇÕES DE GOVERNO

3.1.	LEGISLATIVA	R\$	590.000,00
3.2.	ADMINISTRAÇÃO	R\$	2.827.871,00
3.3.	SEGURANÇA PÚBLICA	R\$	86.603,00
3.4.	ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	705.209,00
3.5.	SAÚDE	R\$	3.239.651,80
3.6.	TRABALHO	R\$	30.000,00
3.7.	EDUCAÇÃO	R\$	5.615.111,00
3.8.	CULTURA	R\$	224.500,00
3.9.	URBANISMO	R\$	1.576.407,10
3.10.	HABITAÇÃO	R\$	102.002,00
3.11.	SANEAMENTO	R\$	10.000,00
3.12.	AGRICULTURA	R\$	986.900,00
3.13.	INDÚSTRIA	R\$	135.562,00
3.14.	COMÉRCIO E SERVIÇOS	R\$	65.000,00
3.15.	TRANSPORTE	R\$	906.558,10
3.16.	DESPORTO E LAZER	R\$	242.900,00
3.17.	ENCARGOS ESPECIAIS	R\$	254.000,00
3.18.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	31.725,00

TOTAL R\$ 17.630.000,00

4. DESPESA POR GRUPOS DE NATUREZA

4.1.	DESPESAS CORRENTES	R\$	16.545.962,00
4.1.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	8.958.404,10
4.1.2.	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$	94.000,00
4.1.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	7.493.557,90
4.2.	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	1.052.313,00
4.2.1.	INVESTIMENTOS	R\$	1.023.313,00
4.2.2.	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$	29.000,00
4.3.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	31.725,00
	TOTAL	R\$	17.630.000,00

II - DO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA CENTRALIZADA**UNIDADE GESTORA CENTRAL: PREFEITURA**

Art.3º- O Orçamento da Unidade Gestora Central PREFEITURA, para o exercício de 2015, estima a RECEITA em R\$ 16.727.185,20 (dezesesseis milhões, setecentos e vinte e sete mil, cento e oitenta e cinco reais e vinte centavos) e fixa a DESPESA em R\$ 13.161.639,20 (treze milhões, cento e sessenta e um mil, seiscentos e trinta e nove reais e vinte centavos), conforme demonstram os Anexos constantes desta Lei.

Art.4º- A RECEITA será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, conforme está discriminada nos Anexos, partes integrantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITA POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

1.1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	19.332.984,68
1.1.1.	RECEITA TRIBUTÁRIA	R\$	1.273.226,75
1.1.2.	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	R\$	270.000,00

1.1.3.	RECEITA PATRIMONIAL	R\$	97.475,93
1.1.4.	RECEITA DE SERVIÇOS	R\$	11.200,00
1.1.5	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$	17.548.282,00
1.1.6. 1.1.7.	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$	132.800,00
	DEDUÇÕES DA RECEITA	R\$	(2.785.799,48)
1.2	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	180.000,00
1.2.1.	ALIENAÇÃO DE BENS	R\$	180.000,00
	TOTAL	R\$	16.727.185,20

Art.5º- A DESPESA será realizada com as discriminações apresentadas nos Anexos que integram a presente Lei, assim distribuída:

2. DESPESA POR ÓRGÃOS

2.1. PODER EXECUTIVO

	GABINETE DO PREFEITO	R\$	475.762,00
2.1.1.			
2.1.2.	GABINETE DO VICE-PREFEITO	R\$	98.735,00
2.1.3.	ASSESSORIA JURÍDICA	R\$	274.116,00
2.1.4.	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	R\$	305.755,00
2.1.5.	COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO	R\$	66.030,00
2.1.6.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	R\$	1.978.073,00
2.1.7.	SECRETARIA DA SAÚDE EM BEM ESTAR SOCIAL	R\$	66.500,00
2.1.8.	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	R\$	6.082.511,00
2.1.9.	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	R\$	986.900,00
2.1.10.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS	R\$	2.492.965,20
2.1.11.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	R\$	200.562,00
2.1.12.	FUNDO DE HABITAÇÃO DE LUZERNA	R\$	102.002,00
2.1.13.	FUNDO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE DEFESA CIVIL	R\$	3,00
2.1.14.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	31.725,00
	SOMA	R\$	13.161.639,20
2.1.15.	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA AO FMS	R\$	2.538.065,00
2.1.16.	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA AO FMAS	R\$	402.480,00
2.1.17.	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA AO FMDCA	R\$	35.001,00
2.1.18.	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA AO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL	R\$	590.000,00
	SOMA	R\$	3.565.546,00
	TOTAL	R\$	16.727.185,20

3. DESPESA POR FUNÇÕES DE GOVERNO

3.1.	ADMINISTRAÇÃO	R\$	2.827.871,00
3.2.	SEGURANÇA PÚBLICA	R\$	86.603,00
3.3.	SAÚDE	R\$	66.500,00

3.4.	TRABALHO	R\$	30.000,00
3.5.	EDUCAÇÃO	R\$	5.615.111,00
3.6.	CULTURA	R\$	224.500,00
3.7.	URBANISMO	R\$	1.576.407,10
3.8.	HABITAÇÃO	R\$	102.002,00
3.9.	SANEAMENTO	R\$	10.000,00
3.10.	AGRICULTURA	R\$	986.900,00
3.11.	INDÚSTRIA	R\$	135.562,00
3.12.	COMÉRCIO E SERVIÇOS	R\$	65.000,00
3.13.	TRANSPORTE	R\$	906.558,10
3.14.	DESPORTO E LAZER	R\$	242.900,00
3.15.	ENCARGOS ESPECIAIS	R\$	254.000,00
3.16.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	31.725,00
	SOMA	R\$	13.161.639,20
3.2.	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	3.565.546,00
	TOTAL	R\$	16.727.185,20

4. DESPESA POR GRUPOS DE NATUREZA

4.1.	DESPESAS CORRENTES	R\$	12.195.202,20
4.1.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	6.294.266,10
4.1.2.	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$	94.000,00
4.1.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	5.806.936,10
4.2.	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	934.712,00
4.2.1.	INVESTIMENTOS	R\$	905.712,00
4.2.2.	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$	29.000,00
4.3.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	31.725,00
	SOMA	R\$	13.161.639,20
4.4.	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	3.565.546,00
	TOTAL	R\$	16.727.185,20

III - DOS ORÇAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DESCENTRALIZADA

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

Art.6º- O Orçamento do Fundo Municipal Saúde - FMS, para o exercício 2015, estima a Receita em R\$ 701.586,80 (setecentos e um mil, quinhentos e oitenta e seis reais e oitenta centavos), mais as transferências financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 2.538.065,00 (dois milhões, quinhentos e trinta e oito mil e sessenta e cinco reais), e fixa a Despesa em R\$ 3.239.651,80 (três milhões, duzentos e trinta e nove mil, seiscentos e cinquenta e um reais e oitenta centavos).

Art.7º - A Receita será realizada mediante a arrecadação da receita tributária, receita patrimonial, transferências correntes e outras receitas correntes, mais as transferências financeiras do tesouro municipal, discriminada nos quadros Anexos, partes integrantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITA POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

1.1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	701.586,80
1.1.1.	RECEITA TRIBUTÁRIA	R\$	14.000,00
1.1.2.	RECEITA PATRIMONIAL	R\$	33.010,00
1.1.3.	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$	654.566,80
1.1.4.	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$	10,00

1.2.	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	2.538.065,00
	TOTAL	R\$	3.239.651,80

Art.8º - A Despesa do Fundo Municipal de Saúde - FMS será realizada segundo a apresentação dos Anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional-programática e grupos de natureza, assim distribuída:

2. DESPESA POR FUNÇÕES DE GOVERNO

2.1.	SAÚDE	R\$	3.239.651,80
	TOTAL	R\$	3.239.651,80

3. DESPESA POR GRUPOS DE NATUREZA

3.1.	DESPESAS CORRENTES	R\$	3.187.050,80
3.1.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	1.934.914,00
3.1.2.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	1.252.136,80
3.2.	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	52.601,00
3.2.1.	INVESTIMENTOS	R\$	52.601,00
	TOTAL	R\$	3.239.651,80

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

Art.9º- O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, para o exercício 2015, estima a Receita em R\$ 194.828,00 (cento e noventa e quatro mil, oitocentos e vinte e oito reais), mais as transferências financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 402.480,00 (quatrocentos e dois mil, quatrocentos e oitenta reais) e fixa a Despesa em R\$ 597.308,00 (quinhentos e noventa e sete mil, trezentos e oito reais).

Art.10 - A Receita será realizada mediante a arrecadação da receita patrimonial e das transferências correntes, mais as transferências financeiras do tesouro municipal, discriminada nos quadros Anexos, partes integrantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITA POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

1.1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	194.828,00
1.1.1.	RECEITA PATRIMONIAL	R\$	9.978,00
1.1.2.	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$	184.850,00
1.2	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	402.480,00
	TOTAL	R\$	597.308,00

Art.11- A Despesa do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, será realizada segundo a apresentação dos Anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional-programática e grupos de natureza, assim distribuída:

2.DESPESA POR FUNÇÕES DE GOVERNO

2.1	ASSISTÊNCIA	R\$	597.308,00
	TOTAL	R\$	597.308,00

3. DESPESA POR GRUPOS DE NATUREZA

3.1.	DESPESAS CORRENTES	R\$	567.308,00
3.1.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	319.223,00
3.1.2.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	248.085,00
3.2.	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	30.000,00
3.2.1.	INVESTIMENTOS	R\$	30.000,00
	TOTAL	R\$	597.308,00

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FMDCA

Art.12 - O Orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais), mais as transferências financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 35.001,00 (trinta e cinco mil e um real) e fixa a Despesa em R\$ 41.401,00 (quarenta e um mil, quatrocentos e um reais).

Art.13 - A Receita será realizada mediante a arrecadação da receita patrimonial, das transferências correntes e de outras receitas correntes, mais as transferências financeiras do tesouro municipal, discriminada nos quadros Anexos, partes integrantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITA POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

1.1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	6.400,00
1.1.1.	RECEITA PATRIMONIAL	R\$	400,00
1.1.2.	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$	6.000,00
1.2.	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	35.001,00
	TOTAL	R\$	41.401,00

Art.14 - A Despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA será realizada segundo a apresentação dos Anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional-programática e grupos de natureza, assim distribuída:

2. DESPESA POR FUNÇÕES DE GOVERNO

2.1.	ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	41.401,00
	TOTAL	R\$	41.401,00

3. DESPESA POR GRUPOS DE NATUREZA

3.1.	DESPESAS CORRENTES	R\$	36.401,00
3.1.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	1,00
3.1.2.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	36.400,00
3.2.	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	5.000,00
3.2.1.	INVESTIMENTOS	R\$	5.000,00
	TOTAL	R\$	41.401,00

V - DO ORÇAMENTO DO LEGISLATIVO

Art.15 - O Orçamento do Poder Legislativo Municipal para o exercício 2015 fixa a Despesa em R\$ 590.000,00 (quinhentos e noventa mil reais), que será custeada à conta de Transferências Financeiras

do Tesouro Municipal.

Art.16- A Despesa do Poder Legislativo Municipal, será realizada segundo a apresentação dos Anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional-programática e grupos de natureza, assim distribuída:

1. DESPESA POR FUNÇÕES DE GOVERNO

1.1. LEGISLATIVA R\$ 590.000,00

2. DESPESA POR GRUPOS DE NATUREZA

3.1.	DESPESAS CORRENTES	R\$	560.000,00
3.1.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	410.000,00
3.1.2.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	150.000,00
3.2.	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	30.000,00
3.2.1.	INVESTIMENTOS	R\$	30.000,00
	TOTAL	R\$	590.000,00

Art.17 - Os recursos da RESERVA DE CONTINGÊNCIA alocados nos Orçamentos das Unidades Gestoras abaixo relacionadas serão utilizados por atos do Poder Executivo, para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

1. UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

1.1.	PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS	R\$	31.725,00
	TOTAL	R\$	31.725,00

Art.18 - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial, poderá ser feita por Decretos do Poder Executivo. (art. 167, VI da CF)

Art.19 - No decorrer da execução orçamentária de 2015, ficam os Poderes Municipais autorizados a abrir créditos adicionais suplementares, por Decretos, nos termos do art. 89, da Lei Orgânica do Município e art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total do Orçamento da despesa orçamentária fixada para cada uma das Unidades Gestoras, utilizando os recursos, desde que não comprometidos:

I - do excesso ou o provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - do superávit financeiro do exercício anterior, apurado em cada uma das fontes de recursos, e,

III - o produto de operações de crédito autorizadas.

§1º- Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares e especiais decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no decorrer do exercício.

§2º- A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei Federal nº 4.320/64 será realizado em cada fonte de recursos e respectivos detalhamentos identificados nos orçamentos da Receita e da Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, Parágrafo Único e 50, I da LRF.

Art.20 - Os recursos oriundos de Convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos suplementares de Projetos, Atividades ou Operações Especiais.

Art.21 - Durante o exercício de 2015 o Poder Executivo Municipal poderá realizar operações de crédito para financiamento de Programas priorizados nesta Lei.

Art.22 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a assinar Convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2015.

Art.23 - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2015.

Luzerna(SC), 11 de novembro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

LEI 1312

LEI Nº 1312 de 11 de novembro de 2014.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DAR BAIXA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DOAR A POLICIA CIVIL, A POLICIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS, BENS MÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a dar baixa do Patrimônio Público e DOAR SEM ENCARGOS à POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA - PMSC, os bens constantes no Anexo I desta Lei.

Art.2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a dar baixa do Patrimônio Público e DOAR SEM ENCARGOS ao CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CBMSC, os bens constantes no Anexo II desta Lei.

Art.3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a dar baixa do Patrimônio Público e DOAR SEM ENCARGOS à POLICIA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - PCSC, os bens que forem adquiridos única e exclusivamente com recursos de Convênio estabelecido entre o Município e a Policia Civil.

Art.4º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a dar baixa do Patrimônio Público e DOAR SEM ENCARGOS à POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA - PMSC, os bens que forem adquiridos única e exclusivamente com recursos de Convênio estabelecido entre o Município e a Policia Militar.

Art.5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a dar baixa do Patrimônio Público e DOAR SEM ENCARGOS ao CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CBMSC, os bens que forem adquiridos única e exclusivamente com recursos de convênio estabelecido entre o Município e o Corpo de Bombeiros.

Art.6º - A autorização dos artigos 3º, 4º e 5º da presente Lei não dispensa a realização de lançamentos de incorporação e baixa nos sistemas patrimonial e contábil, conforme a legislação pertinente e vigorará enquanto existirem Convênios entre o Município e as respectivas Entidades.

Art.7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 11 de novembro de 2014.
 MOISÉS DIERSMANN
 Prefeito Municipal

ANEXO I
LISTA DE BENS ADQUIRIDOS COM RECURSOS DO
CONVENIO DA POLICIA MILITAR

Código	Valor
5521	100,00
5522	100,00
5523	60,00
5524	70,00
5525	70,00
5526	310,00
5527	270,00
5528	270,00
5529	320,00
5530	220,00
5531	310,00
5532	800,00
5533	270,00
5534	220,00
5535	310,00
5536	800,00
5537	270,00
5538	780,00
5539	210,00
5540	780,00
5541	60,00
5542	270,00
5543	60,00
5544	60,00
5545	150,00
5546	45,00
5547	235,00
5548	150,00
7054	1.850,00
TOTAL DE BENS:	9.420,00

ANEXO II
LISTA DE BENS ADQUIRIDOS COM RECURSOS DO
CONVENIO DOS BOMBEIROS

Código	Valor
6673	500,00
6674	340,00
6675	270,00
6676	1.800,00
6677	2.600,00
6678	1.150,00
6679	110,00
6680	110,00
6681	110,00
6682	110,00
6683	110,00
6684	110,00
6685	110,00
6686	120,00
6687	2.150,00
6688	1.260,00
6689	2.300,00
6690	2.300,00
6691	2.300,00
6692	900,00
6693	170,00
6694	170,00
6695	120,00
6696	120,00

6697	Descrição: ESTANTE EM AÇO 6 PRATELEIRAS 0.50 CM CINZA	120,00
6698	Descrição: CAIXA DE SOM AMPLIFICADA WATT-SOM POPLINE 160	350,00
6699	Descrição: CLIMATIZADOR DE AR SPRINGER 12000 BTUS	1.100,00
6700	Descrição: CLIMATIZADOR DE AR SPRINGER 12000 BTUS	1.100,00
6701	Descrição: CLIMATIZADOR DE AR SPRINGER 12000 BTUS	1.100,00
6702	Descrição: CLIMATIZADOR DE AR SPRINGER 12000 BTUS	1.100,00
6703	Descrição: RECEPTOR P/ ANTENA PARABOLICA DIGITAL CENTURY	160,00
6704	Descrição: TELA RETROPROJETOR VISOGRAF C/ TRIPE	135,00
6705	Descrição: IMPRESSORA MATRICIAL EPSON LX 300+	350,00
6706	Descrição: COMPRESSOR DE AR MOTOMIL C/ MOTOR A GASOLINA 8.5/25 120 PSI 1.5 KV 2HP	550,00
6707	Descrição: ESTABILIZADOR SMS	40,00
6708	Descrição: GERADOR DE ENERGIA C/ MOTOR A GASOLINA MARCA HONDA INVERTER EU 3015	5.600,00
6709	Descrição: SERRA SABRE MARCA DEWALT	600,00
6710	Descrição: MOTOBOMBA BRIGGS E STRATTON C/ MOTOR A GASOLINA WP3 -65	1.380,00
6711	Descrição: ESCADA MULTIFUNCIONAL 3 PARTES EM ALUMINIO	300,00
6712	Descrição: GONDOLA P/ ALIMENTOS C/ 3 PARTES 5 PRATELEIRAS CADA LADO E NA FRENTE EM AÇO COR BRANCO	870,00
6713	Descrição: CAMA DE SOLTEIRO EM MDF MARCA RABELO VENEZA	90,00
6714	Descrição: CAMA DE SOLTEIRO EM MDF MARCA RABELO VENEZA	90,00
7047	Descrição: EQUIPAMENTOS DE MERGULHO: 04 MACACAO STARK, 04 BOTAS, 02 SEGUNDO ESTAGIO, 02 OCTOPUS, 20 LASTRO/CHUMBO, 02 CONSOLE DUPLO SS, 02 KIT PRATA, 02 NADADEIRA FUSION, 02 COLETES, 04 NADADEIRA MAXIMA, 02 FLUTUADOR	6.340,00
7048	Descrição: LAVAJATO ELECTRA 2400	4.900,00
7049	Descrição: CAPACETE FISF AMARELO - MSA GALLET	1.690,00
7050	Descrição: CAPACETE FISF AMARELO - MSA GALLET	1.690,00
7051	Descrição: CAPACETE FISF AMARELO - MSA GALLET	1.690,00
7052	Descrição: CAPACETE FISF AMARELO - MSA GALLET	1.690,00
7053	Descrição: CENTRAL TELEFONICA BOMBEIROS	4.220,00
TOTAL:		56.595,00

LEI 1313

LEI Nº 1313 de 11 de novembro de 2014.

"INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO COMUNITÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º - Fica instituído o PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO COMUNITÁRIO consistente na concessão de auxílio financeiro no importe de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), às ASSOCIAÇÕES DE MORADORES legalmente organizadas e em pleno e regular funcionamento do meio rural e dos bairros da cidade de Luzerna, destinado à manutenção da entidade, construção, reforma, acessibilidade e melhorias em pavilhões e Centros Comunitários próprios ou cedidos em comodato.

Art.2º - Para o recebimento dos recursos a entidade deverá protocolizar requerimento, acompanhado além dos documentos constantes no art. 2º do Decreto nº 1889 de 18 de setembro de 2014, no caso de construção nova e de reformas estruturais de pavilhões e centros comunitários também o Projeto Técnico devidamente aprovado pela Assessoria de Planejamento da Prefeitura Municipal.

Art. 3º - As entidades beneficiadas deverão fazer a aplicação dos recursos recebidos e a respectiva prestação de contas nas condições estabelecidas no Decreto nº 1889 de 18 de setembro de 2014.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias de cada exercício financeiro.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 11 de novembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

LEI 1314

LEI Nº 1314 de 11 de novembro de 2014.

"INSTITUI A POLITICA DE ADMINISTRACÃO PATRIMONIAL E SEUS PROCEDIMENTOS DOS BENS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.1º. A presente lei aplica-se aos bens móveis e imóveis pertencentes aos Poderes Executivo e Legislativo, Fundos Municipais e demais órgãos da administração direta, estabelecendo normas e procedimentos no tocante à identificação, ao controle, a guarda, a baixa, a reavaliação, a redução ao valor recuperável, a depreciação, a amortização e a exaustão dos bens do ativo sob sua responsabilidade, a fim de:

I.Zelar pelos bens públicos;

II.Gerenciar administração do Patrimônio Público;

III.Designar responsáveis pela guarda e manutenção dos bens

públicos;

IV. Manter registros confiáveis dos bens públicos;

V. Garantir a manutenção do sistema de custos, conforme estabelece o inciso VI do § 3º do art. 50 da Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000, e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, bem como os Princípios de Contabilidade §1º. Ficam dispensados dos procedimentos a que se refere o caput os bens que não ultrapassem o prazo de vida útil de 2 (dois) anos; ou cujo custo de aquisição, valor recuperável ou valor reavaliado, seja inferior a R\$ 100,00 (cem reais) em se tratando de bens móveis classificados como mobiliário; ou cujo custo de aquisição, valor recuperável ou valor reavaliado, seja inferior a R\$ 400,00 (quatrocentos reais) em se tratando de bens não classificados como mobiliário.

§2º. A dispensa dos procedimentos aos bens que se refere o paragrafo primeiro deste artigo, não dispensa a Administração a proceder outros meios de controle patrimonial, nem tampouco a responsabilidade por danos aos referidos bens dispensados.

Art. 2º. Para os fins desta Lei, entende-se por:

I. patrimônio público: todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que, a qualquer Título, pertençam ao Município, conforme estabelece o artigo 8o da Lei Orgânica.

II. avaliação patrimonial: atribuição de valor monetário a itens do ativo e do passivo decorrentes de julgamento fundamentado em consenso entre as partes e que traduza, com razoabilidade, a evidência dos atos e dos fatos administrativos;

III. mensuração: a constatação de valor monetário para itens do ativo e do passivo decorrente da aplicação de procedimentos técnicos suportados em análises qualitativas e quantitativas;

IV. reavaliação: adoção do valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for superior ao valor líquido contábil;

V. redução ao valor recuperável (impairment): ajuste ao valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for inferior ao valor líquido contábil;

VI. valor da reavaliação ou valor da redução do ativo a valor recuperável: diferença entre o valor líquido contábil do bem e o valor de mercado ou de consenso, com base em laudo técnico;

VII. valor de aquisição: soma do preço de compra do bem com os gastos suportados direta ou indiretamente para colocá-lo em condição de uso;

VIII. valor de mercado ou valor justo (fair value): valor pelo qual um ativo pode ser intercambiado ou um passivo pode ser liquidado entre partes interessadas que atuam em condições independentes e isentas ou conhecedoras do mercado;

IX. valor bruto contábil: valor do bem registrado na contabilidade, em determinada data, sem a dedução da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada;

X. valor líquido contábil: o valor do bem registrado na contabilidade, em determinada data, deduzido da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada;

XI. valor recuperável: valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação, ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, o que for maior;

XII. amortização: redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado;

XIII. depreciação: redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência;

XIV. exaustão: redução do valor, decorrente da exploração, dos recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis;

XV. valor depreciável, amortizável e exaurível: valor original de um ativo deduzido do seu valor residual;

XVI. valor residual: montante líquido que a entidade espera, com

razoável segurança, obter por um ativo no fim de sua vida útil, deduzidos os gastos esperados para sua alienação;

XVII. vida útil: o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo;

XVIII. laudo técnico: documento hábil, conforme padrão definido pelo Setor de Contabilidade, com as informações necessárias ao registro contábil;

XIX. termo de responsabilidade: termo assinado pelo responsável por bens públicos o qual se compromete a cuidar, zelar e proteger os bens ali relacionados, sob pena de ressarcimento aos cofres municipais caso seja identificada mau uso, avaria dolosa ou perda do bem.

XX. termo de doação: termo pelo qual a entidade pública recebe ou transfere bens públicos em conformidade com a legislação pertinente.

XXI. termo de transferência: termo pelo qual o bem é transferido de responsável ou localização.

XXII. centro de custo patrimonial: classificação inferior do órgão e unidade orçamentária para melhor controle, apuração e separação dos bens públicos.

XXIII. Setor de Patrimônio: setor administrativo com servidores concursados e/ou comissionados que através de competente Portaria são os responsáveis pela administração e controle dos bens públicos. Na hipótese de que por qualquer motivo não exista servidores designados para este fim, compete ao Secretário da Fazenda e Administração todas as suas responsabilidades.

Art. 3º. Ficam os setores de Contabilidade do Executivo e do Legislativo autorizados a promover a revisão e a atualização das definições constantes, para atender às normas de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 4º. O Poder Executivo deverá nomear através de Portaria publicada no Diário Oficial dos Municípios, COMISSÃO PERMANENTE DE PATRIMÔNIO composta por no mínimo 05 (cinco) integrantes, sendo 50% (cinquenta por cento) servidores efetivos e composta por:

- um contador do Poder Executivo;
- um contador do Poder Legislativo;
- um Engenheiro Municipal;
- um servidor da Secretaria de Obras e Serviços;
- um servidor do Setor de Patrimônio

§1º. As atividades realizadas pela Comissão referida neste caput não serão remuneradas.

§2º. Caberá à Presidência da Comissão referida neste caput sempre ao servidor do Setor de Patrimônio.

§3º. Os membros do Poder Legislativo deliberarão e emitirão Parecer somente referente aos bens que pertençam ao Poder Legislativo, ficando dispensados de acompanhar todos os trabalhos no Poder Executivo.

CAPÍTULO II

DA AVALIAÇÃO, REAVALIAÇÃO E REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

Art. 5º. Os bens móveis e imóveis serão avaliados com base no valor de aquisição, produção ou construção.

Art. 6º. Independentemente do disposto no artigo anterior, os bens do ativo deverão ser reavaliados ou reduzidos ao valor recuperável na forma do art. 1º inciso V desta Lei.

§ 1º. A reavaliação de bens móveis poderá ser realizada por lotes, quando se referir a conjunto de bens similares, postos em operação com diferença de no máximo 60 (sessenta) dias, com vida útil idêntica e utilizados em condições semelhantes.

§ 2º. Uma vez realizada a reavaliação prevista no caput deste artigo, deve-se observar a periodicidade recomendada pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Art. 7º. Compete à Comissão descrita no artigo 4º desta Lei elaborar laudo técnico, que deve conter, ao menos, as seguintes informações:

I. descrição detalhada de cada bem avaliado.

a) Sendo bem imóvel a correspondente documentação, incluindo o número do registro no Cartório de Registro de Imóveis; e quando houver o número da inscrição imobiliária do bem imóvel no Cadastro Imobiliário Municipal, tratando-se de imóvel urbano ou no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, tratando-se de imóvel rural.

b) Sendo bem móvel a correspondente documentação, incluído a nota fiscal de compra e/ou termo de doação ou cessão.

II. critérios utilizados para a avaliação e sua respectiva fundamentação técnica, inclusive elementos de comparação adotados;

III. vida útil do bem;

IV. o valor residual; e

V. data de avaliação.

Art. 8º. Em atenção à data de aquisição dos bens já existentes no Município, nas situações em não for possível confirmar precisamente a sua data de aquisição ou data de conclusão, presumira-se como verdadeira a informação constante no sistema informatizado de controle patrimonial.

CAPÍTULO III

DA DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO

Art. 9º. O valor depreciado, amortizado ou exaurido, apurado mensalmente, deve ser reconhecido nas contas de resultado do exercício.

§1º. Deverá ser adotado para cálculo dos encargos de depreciação, amortização e exaustão o método das quotas constantes, bem como os critérios definidos pela Secretaria da Receita Federal, por meio da Instrução Normativa no 162, de 31 de dezembro de 1998, atualizada.

§2º. A Comissão descrita no artigo 4º desta Lei poderá elaborar laudo informando outras taxas de depreciação, amortização e exaustão diferentes das definidas pela Secretaria da Receita Federal, conforme a individualidade dos bens ou das classes dos bens no âmbito Municipal, prevalecendo o laudo sobre a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal.

§3º. A depreciação, a amortização ou a exaustão de um ativo começam no primeiro dia do mês subsequente daquele que o item estiver em condições de uso.

§4º. A depreciação e a amortização não cessam quando o ativo torna-se obsoleto ou é retirado temporariamente de operação.

§5º. A depreciação, a amortização e a exaustão devem ser reconhecidas até que o valor líquido contábil do ativo seja igual ao valor residual.

§6º. Para fins do cálculo da depreciação, da amortização e da exaustão de bens imóveis deve-se excluir o valor do terreno em que estão instalados.

Art. 10. Não estão sujeitos ao regime de depreciação, amortização ou exaustão:

I. bens móveis de natureza cultural, tais como obras de artes, antiguidades, documentos, bens com interesse histórico, bens integrados em coleções, entre outros;

II. bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos, considerados tecnicamente, de vida útil indeterminada;

III. bens imóveis que não estejam alugados e que não estejam em uso;

IV. terrenos rurais e urbanos.

Art. 11. A vida útil deve ser definida com base em parâmetros e índices admitidos em norma ou laudo técnico específico.

§1º. Os seguintes fatores devem ser considerados ao se estimar a vida útil de um ativo:

I. capacidade de geração de benefícios futuros;

II. o desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não;

III. a obsolescência tecnológica; e

IV. os limites legais ou contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo.

§2º. O valor residual e a vida útil de um ativo devem ser revisados, pelo menos, no final de cada exercício pela comissão descrita no artigo 4º desta Lei, promovendo-se as alterações quando as expectativas diferirem das estimativas anteriores.

§3º. Os órgãos e entidades informarão a vida útil de seus bens, de modo a aproximar os índices utilizados na depreciação, na amortização e na exaustão do efetivo consumo desses recursos ao longo do tempo.

Art. 12. Poderá ser adotado o procedimento de depreciação acelerada, conforme o caso, quando as circunstâncias de utilização do bem o justificar, sendo necessário laudo da comissão descrita no artigo 4º desta Lei, bem como o índice de depreciação a ser utilizado.

Art. 13. Nos casos de bens reavaliados, a depreciação, a amortização ou a exaustão devem ser calculadas e registradas sobre o novo valor, considerada a vida útil indicada no correspondente laudo.

CAPÍTULO IV

DA AQUISIÇÃO DE NOVOS ATIVOS

Art. 14. Em toda solicitação de compra de bens sujeitos a esta Lei, o setor de Compras, antes de proceder à aquisição de novos bens deverá consultar o Setor de Patrimônio sobre a existência de bens sem utilização e/ou mal utilizados que possam atender a solicitação do requerente, o qual deverá emitir Parecer no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.

§1º. Caso haja bem disponível o Setor de Compras comunicará o fato ao Setor requerente para que este proceda a transferência física do bem.

§2º. Na hipótese do Setor requerente não concordar com o Parecer do Setor de Patrimônio, caberá ao Gestor da Entidade definir sobre a compra de novo ativo e/ou utilização de outro, devendo expressar sua decisão em Parecer.

Art. 15. Os Setores de Compras e Almoxarifado deveram comunicar ao Setor de Patrimônio sobre todos os recebimentos de bens sujeitos a esta Lei no prazo máximo de dois dias úteis.

Art. 16. Na ocorrência de recebimentos de bens pelo Município sem o conhecimento do Setor de Compras, inclusive as cessões de uso e doações, compete ao Gestor da Entidade comunicar o fato ao Setor de Patrimônio.

CAPÍTULO V

DA UTILIZAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS

Art. 17. Compete ao Setor de Patrimônio identificar de maneira padronizada todos os bens públicos sujeitos a presente Lei, bem como atribuir a cada bem o seu responsável, emitindo o Termo de Responsabilidade.

§ 1º. Poderão ser responsáveis por patrimônio público apenas:

I. servidores concursados;

II. servidores em cargo de comissão;

III. agentes políticos.

§ 2º. No momento de assinatura do Termo de Responsabilidade, o Setor de Patrimônio deverá informar ao responsável do bem sobre todas as normas da presente Lei, e ao responsável aceitando todos os termos assinar o documento e conferir todos os bens ao qual deve zelar.

§ 3º. Qualquer pessoa é parte legítima para denunciar ao Setor de Patrimônio sobre qualquer irregularidade, mau uso, avaria dolosa ou perda do bem, o qual deverá apurar a denúncia. Se

confirmando a denuncia o Setor de Patrimônio deve imediatamente relatar o fato ao Controle Interno para dar início ao pertinente processo administrativo.

§ 4º. É permitido aos responsáveis por bens públicos, em especial aqueles com muitos bens em sua responsabilidade, desenvolver mecanismos e controles de responsabilidade quando os bens são utilizados por outras pessoas não descritas no paragrafo primeiro deste artigo.

§ 5º. Na ocorrência do parágrafo anterior, o controle adicional de bens não exime o responsável, respondendo este por todos os atos e fatos que ocorrem ao bem, inclusive ressarcimento no valor do dano, sendo lhe permitido ingressar com processo e/ou ação regressiva.

§ 6º. Uma vez apurada a irregularidade, mau uso, avaria dolosa ou perda do bem, cabe ao Controle Interno iniciar e encaminhar todos os procedimentos necessários para a recuperação do valor do bem aos cofres municipais.

Art. 18. O termo de responsabilidade devera ser impresso em 02 (duas) vias, sendo uma via do responsável, uma via arquivada junto ao Setor de Patrimônio.

Parágrafo Único: O Setor de Recursos Humanos deverá comunicar imediatamente ao Setor de Patrimônio sobre qualquer pedido de desligamento funcional, para que este verifique a situação dos bens sobre a responsabilidade da pessoa a ser desligada.

Art. 19. O Setor de Patrimônio deverá criar rotinas para verificação física periódica de todos os bens sujeitos a esta Lei.

Parágrafo Único - Verificando-se qualquer irregularidade o Setor de Patrimônio, deverá se possível sanar a irregularidade e notificar os responsáveis. Caso não seja possível deverá comunicar o fato imediatamente ao Controle Interno para que este faça-o.

CAPÍTULO VI

DA BAIXA DOS BENS

Art. 20. Uma vez identificada pelo Setor de Patrimônio, ou a este comunicado a obsolescência de bens, o Setor deverá verificar se há utilização dos referidos bens em Setor diverso daquele onde ele encontra-se, não se encontrando nova utilização o Setor de Patrimônio deve optar por:

I. Permanecer com bem para utilização futura, ou

II. Declarar conjuntamente com o Secretário da Fazenda e Administração como inservível o bem, para que a Administração possa alienar ou doar o bem respeitando a legislação pertinente.

Parágrafo Único - Ocorrendo as opções descritas nos incisos I e II deste Artigo, o Setor de Patrimônio deverá comunicar o fato ao Setor de Contabilidade para que este verifique se mantém o ativo nas contas patrimoniais ou se transfere o valor contábil para a conta estoques.

CAPÍTULO VII

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 21. Compete ao Controle Interno Municipal, o acompanhamento sistemático e permanente da execução das medidas constantes nesta Lei e dos resultados obtidos, com o objetivo de editar normas complementares, visando garantir o seu cumprimento.

Parágrafo Único - Havendo descumprimento do disposto nesta Lei por qualquer servidor ou Setor, deverá comunicar o fato ao Controle Interno.

Art. 22. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 11 de novembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

LEI 1315

LEI Nº 1315 de 11 de novembro de 2014.

"AUTORIZA A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente e/ou na sua totalidade as dotações atribuídas às Atividades, Encargos Especiais e Projetos abaixo discriminados:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade - 0601.04.124.0007.2007 - Manutenção da Coordenadoria do Controle Interno

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

Atividade - 0601.04.122.0007.2008 - Transferências Financeiras a Entidades de Assessoramento Administrativo

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 300 - Recursos Ordinários R\$ 5.252,63

Atividade - 0601.11.332.0007.2009 - Segurança do Trabalhador

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 300 - Recursos Ordinários R\$ 11.834,50

Encargos Especiais - 0601.28.843.000.0016 - Pagamento de Juros, Encargos e Amortização da Dívida Fundada Interna

Categoria Econômica - 3.2.90.00.00.00 - Juros e Encargos da Dívida

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 7.000,00

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Projeto - 0801.12.361.0031.1006 - Instalação de Sistema Preventivo contra Incêndios no Complexo Educacional São Francisco

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos Educação R\$ 2.000,00

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos Educação R\$ 3.000,00

Projeto - 0602.13.391.0046.1011 - Instalação de Sistema Preventivo contra Incêndios no Centro de Eventos São João Batista

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

Projeto - 0602.13.392.0046.1027 - Reforma do Centro de Eventos São João Batista - Unidade Cultura

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Atividade - 0802.13.391.0046.2037 - Resgate da Memória Cultural

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.860,00

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Projeto - 1101.15.451.0061.1054 - Manutenção e Obras em Praças e Jardins

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 4.000,00

Projeto - 1101.26.782.0067.1061 - Recuperação e Construção de Pontes, Pontilhões e Bueiros no Interior do Município

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

Projeto - 1101.26.782.0067.1062 - Construção de Abrigos de Passageiros de Ônibus no Interior do Município

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

Atividade - 15.452.0061.2055 - Manutenção da Capela Mortuária e do Cemitério Público Municipal

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 775,90

Atividade - 1101.452.0061.2057 - Segurança do Trânsito Urbano

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 1.554,48

Atividade - 1101.15.782.0061.2076 - Recuperação e Manutenção das Instalações do Terminal Rodoviário Municipal

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.500,00

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Projeto - 1501.22.661.0100.1050 - Infra-estrutura do Condomínio Industrial

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Projeto - 1501.22.661.0100.1051 - Aquisição de Terrenos para Ampliação do Condomínio Industrial

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Atividade - 1501.22.661.0100.2046 - Manutenção do Serviços de Incentivo a Indústria

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 37.575,38

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 29.467,33

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

Atividade - 1501.23.691.0100.2049 - Apoio a Feiras e Exposições

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 3.500,00

TOTAL ANULADO R\$ 204.320,22

Art.2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica autorizada a suplementação nas dotações atribuídas às Atividades abaixo discriminadas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

GABINETE DO PREFEITO

Atividade - 0201.04.122.0004.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 7.300,00

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade - 0201.04.122.0004.2004 - Manutenção da Assessoria Jurídica

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 300 - Recursos Ordinários R\$ 17.087,13

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção do Ensino Fundamental

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos Educação R\$ 14.553,09

Atividade - 0801.12.361..031.2031 - Manutenção do Transporte Escolar

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos Educação R\$ 9.700,00

Atividade - 12.306.0028.2029 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar do Ensino Infantil

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos Educação R\$ 780,00

Atividade - 12.306.0043.2036 - Programa da Merenda Escolar do Ensino Fundamental

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos Educação R\$ 1.900,00

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção

do Fundo Municipal de Saúde
 Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
 Fonte 02 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde R\$ 120.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO
 R\$ 204.320,22

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 11 de novembro de 2014.
 MOISES DIERSMANN
 Prefeito Municipal

LEI 1316

LEI Nº 1316 de 11 de novembro de 2014.
 "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR DESPESAS QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a despender recursos financeiros até o valor de R\$ 1.790,00 (hum mil, setecentos e noventa reais) para a realização do evento DUATHLON CAMINHOS DE FERRO.

Art.2º- As despesas provenientes da execução desta Lei correrão a conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 11 de novembro de 2014.
 MOISÉS DIERSMANN
 Prefeito Municipal

DECRETO 1924

DECRETO Nº 1924 de 11 de novembro de 2014.
 "ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1315 de 11 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º - Fica anulada parcialmente e/ou na sua totalidade as dotações atribuídas às Atividades, Encargos Especiais e Projetos abaixo discriminados:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
 Atividade - 0601.04.124.0007.2007 - Manutenção da Coordenadoria do Controle Interno
 Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

Atividade - 0601.04.122.0007.2008 - Transferências Financeiras a

Entidades de Assessoramento Administrativo
 Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 Fonte 300 - Recursos Ordinários R\$ 5.252,63

Atividade - 0601.11.332.0007.2009 - Segurança do Trabalhador
 Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 Fonte 300 - Recursos Ordinários R\$ 11.834,50

Encargos Especiais - 0601.28.843.000.0016 - Pagamento de Juros, Encargos e Amortização da Dívida Fundada Interna
 Categoria Econômica - 3.2.90.00.00.00 - Juros e Encargos da Dívida
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 7.000,00

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Projeto - 0801.12.361.0031.1006 - Instalação de Sistema Preventivo contra Incêndios no Complexo Educacional São Francisco
 Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos Educação R\$ 2.000,00

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos Educação R\$ 3.000,00

Projeto - 0602.13.391.0046.1011 - Instalação de Sistema Preventivo contra Incêndios no Centro de Eventos São João Batista
 Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

Projeto - 0602.13.392.0046.1027 - Reforma do Centro de Eventos São João Batista - Unidade Cultura
 Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Atividade - 0802.13.391.0046.2037 - Resgate da Memória Cultural
 Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.860,00

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Projeto - 1101.15.451.0061.1054 - Manutenção e Obras em Praças e Jardins

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 4.000,00

Projeto - 1101.26.782.0067.1061 - Recuperação e Construção de Pontes, Pontilhões e Bueiros no Interior do Município

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

Projeto - 1101.26.782.0067.1062 - Construção de Abrigos de Passageiros de Ônibus no Interior do Município
 Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 15.000,00
 Atividade - 15.452.0061.2055 - Manutenção da Capela Mortuária e do Cemitério Público Municipal
 Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 1.000,00
 Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 775,90
 Atividade - 1101.452.0061.2057 - Segurança do Trânsito Urbano
 Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 1.554,48
 Atividade - 1101.15.782.0061.2076 - Recuperação e Manutenção das Instalações do Terminal Rodoviário Municipal
 Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.500,00

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Projeto - 1501.22.661.0100.1050 - Infra-estrutura do Condomínio Industrial
 Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 30.000,00
 Projeto - 1501.22.661.0100.1051 - Aquisição de Terrenos para Ampliação do Condomínio Industrial
 Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00
 Atividade - 1501.22.661.0100.2046 - Manutenção do Serviços de Incentivo a Indústria
 Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 37.575,38
 Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 29.467,33
 Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 15.000,00
 Atividade - 1501.23.691.0100.2049 - Apoio a Feiras e Exposições
 Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 3.500,00

TOTAL ANULADO R\$ 204.320,22

Art. 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas as dotações atribuídas às Atividades abaixo discriminadas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 GABINETE DO PREFEITO
 Atividade - 0201.04.122.0004.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
 Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
 Fonte 00 - Recursos Ordinários

..... R\$ 7.300,00

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade - 0201.04.122.0004.2004 - Manutenção da Assessoria Jurídica
 Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 3.000,00
 Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
 Fonte 300 - Recursos Ordinários R\$ 17.087,13

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção do Ensino Fundamental
 Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
 Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos Educação R\$ 14.553,09

Atividade - 0801.12.361.031.2031 - Manutenção do Transporte Escolar
 Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
 Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos Educação R\$ 9.700,00
 Atividade - 12.306.0028.2029 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar do Ensino Infantil
 Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
 Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos Educação R\$ 780,00
 Atividade - 12.306.0043.2036 - Programa da Merenda Escolar do Ensino Fundamental
 Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
 Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos Educação R\$ 1.900,00

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos
 Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
 Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
 Fonte 02 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde R\$ 120.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 204.320,22

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 11 de novembro de 2014.
 MOISES DIERSMANN
 Prefeito Municipal

RECEITAS FEDERAIS DO DIA 10.11.2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 10/11/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		289.467,60
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	323.167,93
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	322.167,93
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	322.075,00
4.1.7.2.1.01.02.10.00	Cota-Parte do FPM CF, art. 159, I, alínea b	322.075,00
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do FPM 60%	193.245,00
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do FPM 25%	80.518,75
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do FPM 15%	48.311,25
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	92,93
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota-Parte do ITR 60%	55,76
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota-Parte do ITR 25%	23,23
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota-Parte do ITR 15%	13,94
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	1.000,00
4.1.7.2.1.34.08.00.00	Programa IGD - SUAS	1.000,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	30.733,24
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	30.733,24
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	18.439,94
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	12.293,30
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-64.433,57
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-64.433,57
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-64.414,99
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-64.414,99
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-18,58

Luzerna, 11/11/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Mafra**PREFEITURA****EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 470/2014**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 470/2014.

FORNECEDOR: MAXICAR DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA
CNPJ: 79.420.873/0001-03
OBJETO: Aquisição de peças para revisão dos 45.000 km do veículo Fiat Palio Weekend placas MLL - 4667, pertencente à Polícia Militar de Mafra, considerando o período de garantia do veículo.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso XVII, com alterações posteriores.
VALOR: R\$ 188,91 (Cento e oitenta e oito reais e noventa e um centavos).

Mafra, (SC) 11 de novembro de 2014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

NOVA DATA DE ABERTURA - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - Nº 174/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 174/2014
(NOVA DATA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de material de vestuário, destinado o pessoal da agência de inteligência da Polícia Militar, através do FUMMPOM, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 02/12/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 11 de novembro de 2014.
Roberto Agenor Scholze Diego Ricardo Krachinski
Prefeito Municipal Pregoeiro Municipal

NOVA DATA DE ABERTURA - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 151/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 151/2014
(NOVA DATA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS aquisição de um caminhão novo 0 km, aprovado pelo COMSAB, com recursos do FUMSAB, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 11h00min do dia 02/12/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 11 de novembro de 2014.
Roberto Agenor Scholze Fabiano Maurício Kalil
Prefeito Municipal Pregoeiro Municipal

NOVA DATA DE ABERTURA - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 177/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 177/2014
(NOVA DATA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de 3.000 litros de gasolina, com o abastecimento na cidade de Florianópolis, destinados aos veículos oficiais das Secretarias Municipais, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 03/12/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada à lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 11 de novembro de 2014.
Roberto Agenor Scholze Fabiano Maurício Kalil
Prefeito Municipal Pregoeiro Municipal

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 10.900.159/0001-16

EXCELÊNCIA CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA

Nota Fiscal nº 276 R\$ 3.349,00

Valor Total: R\$ 3.349,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa é a responsável pela prestação de serviços para elaborar, implementar e manter o PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), através da Secretaria Municipal de Administração. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafrá (SC), 12 de novembro de 2014

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSI GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

Maravilha**PREFEITURA****LEI Nº 3.805/2014**

LEI Nº 3.805, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.113.500,00 (um milhão, cento e treze mil e quinhentos reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

04.01 - Departamento de manutenção e Desenv. Do Ensino

12 - Educação

12.361 - Ensino Fundamental

12.361.0007 - Educação para a Cidadania

12.361.0007.2.013 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Destinação de Recursos: 0.1.01 - Rec. de Impostos para Ensino Básico

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 - Aplicações Diretas

R\$ 320.000,00

12.365 - Educação Infantil

12.365.0007 - Educação para a Cidadania

12.365.0007.2.012 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

Destinação de Recursos: 0.1.01 - Rec. de Impostos para Ensino Básico

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 - Aplicações Diretas

R\$ 200.000,00

05.00 - SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO

05.01 - Fundo Municipal de Saúde

10 - Saúde

10.301 - Atenção Básica

10.301.0010 - Saúde pra Todos

10.301.0010.2.030 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESF/ACS/NASF/EMAD

Destinação de Recursos: 0.1.02 - Rec. de Impostos para Ações na Saúde

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 - Aplicações Diretas

R\$ 283.500,00

06.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

06.01 - Departamento de Urbanismo

15 - Urbanismo

15.452 - Serviços Urbanos

15.452.0011 - Serviços Urbanos

15.452.0011.2.035 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 - Aplicações Diretas

R\$ 50.000,00

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

R\$ 120.000,00

09.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.01 - Fundo Mun. de Assistência Social

08 - Assistência Social

08.244 - Assistência Comunitária

08.244.0018 - Desenvolvendo a Cidadania

08.244.0018.2.060 - AÇÕES ASSISTENCIAIS DE CARÁTER EMERGENCIAL

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 - Aplicações Diretas

R\$ 140.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o artigo 1º desta Lei, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

05.00 - SECRETARIA DA SAUDE E SANEAMENTO

05.01 - Fundo Municipal de Saúde

10 - Saúde

10.301 - Atenção Básica

10.301.0010 - Saúde pra Todos

10.301.0010.2.111 - FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS

Destinação de Recursos: 0.1.02 - Rec. de Impostos para Ações na Saúde

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

R\$ 200.000,00

08.00 - SECRETARIA DA IND. COM. E TURISMO

08.01 - Depto. do Turismo

23 - Comércio e Serviços

23.695 - Turismo

23.695.0016 - Desenvolvimento do Turismo Municipal

23.695.0016.1.143 - CONSTRUÇÃO DE ÁREA COBERTA

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

R\$ 500.000,00

09.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.01 - Fundo Mun. de Assistência Social

08 - Assistência Social

08.244 - Assistência Comunitária

08.244.0018 - Desenvolvendo a Cidadania

08.244.0018.1.134 - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ABRIGO INSTITUCIONAL

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

R\$ 413.500,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 12 de novembro de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra.

Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Modelo

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 56/2014 - FMS

Extrato de Contrato
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório: 192/2014
Contrato n. 56/2014
Contratada: Posto Modelo LTDA
Valor: R\$ 8.420,76

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados que realizou contrato n. 56/2014, com o objetivo a aquisição de combustível para veículos da frota da Secretaria Municipal de Saúde do Município.

Modelo (SC), 11 de novembro de 2014
Márcia Teresinha Jacoby
Gestora FMS

EXTRATO DE CONTRATO 54/2014 - SEGURO FMS

Extrato de Contrato
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório: 278/2014
Contrato Administrativo n. 54/2014
Contratada: Porto Seguro CIA de Seguros Gerais
Valor: R\$15.314,00

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde Márcia Teresinha Jacoby, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato n. ao processo licitatório na modalidade pregão nº, objetivando a Aquisição de contratação de seguro total de veículos do Fundo Municipal de Saúde do Município de Modelo.

Modelo (SC), 19 de setembro 2014
Márcia Teresinha Jacoby.

EXTRATO DE CONTRATO 55/2014 FMS

Extrato de Contrato
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório: 326/2014
Contrato n. 55/2014
Contratada: Clínica Médica Schneider e Sangali S/S LTDA
Valor: R\$ 52.066,66

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados que realizou contrato n. 54/2014, tendo como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de consultas e atendimento ambulatoriais na área médica para atendimento à população na estratégia saúde da família (esf) do município de Modelo- SC, compreendendo ao atendimento ambulatorial de segunda a sexta-feira nos dias úteis, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 e atendimento de sobre aviso a população de modelo das 07:00 às 19:00 horas que será realizado no hospital conveniado Associação Hospitalar Beneficente de Modelo

Modelo (SC), 11 de novembro de 2014
Márcia Teresinha Jacoby
Gestora FMS

EXTRATO DE CONTRATO 53/2014 - FMS

Extrato de Contrato
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório: 226/2014
Contrato n. 53/2014
Contratada: COMOUTECH INFORMÁTICA LTDA ME
Valor: R\$ 2.200,00

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados que realizou contrato n. 54/2014, tendo como objeto a aquisição de computador para implantação do sistema de informação do programa nacional de imunizações (si-pni) e sistema de informação de agravos de notificação (sinan), de conformidade com anexo i do edital, e deliberação da CIB nº 243/14 e portaria nº 2964 de 21 de dezembro de 2012

Modelo (SC), 11 de novembro de 2014
Márcia Teresinha Jacoby
Gestora FMS

DECRETO Nº 288/2014

Decreto nº 288/2014 de 10/11/14
Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 1294/2014, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 1294/2014, Modalidade Pregão, objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO E CONCURSO PÚBLICO, NO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, na sua exata ordem de classificação.

Empresa	Valor Total Homologado
ICAP - Instituto de Consultoria em Administração Pública LTDA	84.000,00

ART. 2º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC,
Segunda-Feira, 10 de novembro de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN
Chefe do Depto. De Compras e Licitações

LEI MUNICIPAL Nº 2167/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2167/2014 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DAS NORMAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE MODELO SC, CONFORME ESPECIFICAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais e especialmente tendo em vista o disposto na Lei Federal n. 8842, de 04/01/94,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam aprovadas as normas para a Educação Especial do Sistema Municipal de Ensino de Modelo SC, de conformidade com as disposições da Resolução COMED (Conselho Municipal da Educação), nº 001 de 2014, anexo integrante desta Lei.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei estão consignadas no orçamento vigente e subsequente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de publicação desta Lei.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 06 de novembro de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

RESOLUÇÃO COMED Nº 001 de 2014

Fixa normas para a Educação Especial do Sistema Municipal de Ensino de Modelo.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE Modelo, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001, na Resolução CNE/CEB Nº 02, de 11 de setembro de 2001, Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002, Decreto 5296/08, Decreto Nº. 5.626 de 22 de dezembro 2005, Decreto Nº. 186 de 09 de julho de 2008, Decreto 6571/08, Decreto 6949/09, Resolução CNE/CEB Nº 4 de 02 de outubro de 2009, Decreto 7611/11, Lei 12796/13 Resolução CNE/CEB 04/10, Lei Municipal 1321/97 e Resolução Municipal 001/2000.
RESOLVE:

**CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS E FINALIDADES**

Art. 1º A Educação Especial integra o Sistema Municipal de Ensino de Modelo, caracterizada como modalidade que demanda um conjunto de procedimentos e recursos específicos que visam ao ensino, à prevenção e à reabilitação da pessoa com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e transtornos funcionais específicos.

Art. 2º As pessoas de que trata esta Resolução são aquelas diagnosticadas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e transtornos funcionais específicos.

§ 1º A pessoa com deficiência é aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que em interação com diversas barreiras podem restringir sua participação plena e efetiva nas instituições educativas e na sociedade. As deficiências podem ser:

I. Deficiência Sensorial:

a) Deficiência auditiva (surdez) - é a perda parcial ou total, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala através do ouvido. A mensuração é feita através de avaliações que comprovem perda bilateral de 25 decibéis (dB) ou mais, resultante da média aritmética do audiograma, aferida nas frequências de 500 Hertz (Hz), 1.000 Hz, 2.000 Hz, 3.000 Hz, 4.000 Hz; variando de acordo com o nível ou acuidade auditiva da seguinte forma:

- 1 Leve: perda auditiva de 25 a 40 dB;
- 2 Moderada: perda auditiva de 41 a 70 dB;
- 3 Severa: perda auditiva de 71 a 90 dB;
- 4 Profunda: perda auditiva acima de 91 dB.

b) Deficiência Visual - é a redução ou perda total da capacidade de ver com o melhor olho e após a melhor correção óptica. Classifica-se em:

- 1 cegueira é a perda total ou o resíduo mínimo de visão que leva a pessoa a necessitar do Sistema Braille como meio de leitura e escrita;
- 2 baixa visão é o comprometimento do funcionamento visual de ambos os olhos, mesmo após tratamento ou correção óptica, mantendo um resíduo visual.

c) Surdocegueira - É uma deficiência única, com graves perdas visual e auditiva combinadas. Essa condição leva a pessoa surdocegueira a ter necessidade de formas específicas de comunicação, para ter acesso a educação, lazer, trabalho, vida social, entre outros. A surdocegueira pode ser subdividida em quatro categorias:

- 1 Indivíduos que eram cegos e se tornaram surdos;
- 2 Indivíduos que eram surdos e se tornaram cegos;
- 3 Indivíduos que se tornaram surdocegos;
- 4 Indivíduos que nasceram ou adquiriram surdocegueira precocemente, ou seja, não tiveram a oportunidade de desenvolver linguagem, habilidades comunicativas ou cognitivas nem base conceitual sobre a qual possam construir uma compreensão de mundo.

II. Deficiência Física - é a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paresia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou a ausência de membros, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

III. Deficiência Intelectual (mental) - se caracteriza por comprometimento cognitivo relacionado com o intelecto teórico (capacidade para utilização das formas lógicas de pensamento conceitual) que também pode se manifestar no intelecto prático (capacidade para resolver problemas de ordem prática de modo racional) que ocorre no período de desenvolvimento, ou seja, até os 18 anos de idade.

IV. Deficiência Múltipla - é associação de duas ou mais deficiências primárias, sejam elas na área mental, visual, auditiva ou física.

§ 2º A pessoa com transtornos globais de desenvolvimento é aquela que apresenta alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesse e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Inclui-se nesse grupo pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo, Síndrome de Rett, Transtorno Desintegrativo da Infância (psicoses) e Transtornos Invasivos sem outra especificação.

§ 3º A pessoa com transtornos funcionais específicos é aquela que apresenta: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtornos de déficit de atenção e hiperatividade. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos.

Parágrafo único - Transtorno hipercinético ou do déficit de atenção por hiperatividade/impulsividade se caracteriza pela combinação

de comportamento hiperativo com desatenção marcante.

§ 4º A pessoa com altas habilidades/superdotação é aquela que demonstra potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresenta elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

Art. 3º A Educação Especial fundamenta-se no princípio básico da inclusão das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos funcionais específicos e altas habilidades, utilizando-se da contribuição de pesquisas científicas, de novas tecnologias e processos pedagógicos que favoreçam a participação na sociedade.

Art. 4º A Educação Especial, no âmbito do Sistema Municipal de Ensino, deve ser compreendida como uma modalidade transversalizada nos níveis de ensino, etapas e modalidades da Educação Básica, organizada para apoiar, complementar e suplementar a aprendizagem dos alunos de que trata essa Resolução.

CAPÍTULO II DOS RECURSOS E SERVIÇOS

Art. 5º As instituições de ensino disponibilizarão, quando necessário:

§ 1º Segundo Professor Bilíngüe - professor ouvinte com fluência em Língua Portuguesa e LIBRAS para atuar junto às turmas de;
I - Educação Infantil;

II - Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

§ 2º Professor bilíngüe - professor ouvinte com fluência em Língua Portuguesa e LIBRAS para atuar em:

I Sala de Recursos Multifuncional

§ 3º Professor Instrutor da Língua Brasileira de Sinais -preferencialmente surdo com fluência em LIBRAS para atuar no Atendimento Educacional Especializado, no ensino de LIBRAS para os alunos ouvintes e para atuar na formação de professores da Rede Regular de Ensino.

§ 4º Segundo Professor em Turma - professor com habilitação em Licenciatura Educação Especial ou Pedagogia Educação Especial ou Pedagogia com complementação em Educação Especial ou Pedagogia (Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental) que atuará com o professor regente nas turmas onde exista matrícula de alunos da Educação Especial considerando a funcionalidade do aluno, mediante diagnóstico clínico, psicológico e parecer pedagógico, nos casos de:

I. Transtornos globais de desenvolvimento;

II. Deficiência Múltipla;

III. Surdocegueira;

IV. Deficiência Mental Moderada a Severa com dependência em atividades de vida prática.

§ 5º Professor Estagiário - cursando Licenciatura Educação Especial ou cursando Pedagogia séries Iniciais ou Educação Infantil para atuar como apoio ao professor regente, após análise e deliberação da Secretaria de Educação considerando a funcionalidade do aluno, mediante diagnóstico clínico, psicológico e parecer pedagógico, nos casos de:

I TDAH - Transtornos de Déficit de Atenção e Hiperatividade com sintomatologia exacerbada;

II Deficiência Física com sérios comprometimentos motores e dependência em atividades de vida prática;

§ 6º Sala de Recursos Multifuncionais nos termos do Decreto Nº 6.571 de 17 de setembro de 2008 e da Resolução do CNE/CEB Nº 4 de 2 de outubro de 2009, oferecendo ao aluno Atendimento Educacional Especializado no contra turno do ensino comum e assessoramento sistemático às Instituições de Ensino, para atender a rede municipal de ensino, com previsão e provisão de recursos

para deslocamento do profissional entre as unidades escolares.

Parágrafo único - o aluno com TDAH também se beneficiará do Atendimento Educacional Especializado da sala de recursos multifuncional.

§ 7º Serviço de Atendimento Educacional Especializado através das instituições de Educação Especial conveniadas com o Município para atender os alunos com deficiência mental moderada a severa e autismo.

Art. 6º Nas turmas em que houver concentração de crianças com deficiências, comprovada por diagnóstico, e que não couber o segundo professor, a Secretaria de Educação avaliará e, se comprovada à necessidade, far-se-á redução do número de alunos.

Art. 7º Casos não previstos no Artigo 5º do Capítulo II, da presente Resolução serão analisados e encaminhados pela Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR, DA AVALIAÇÃO E TERMINALIDADE

SEÇÃO I DO CURRÍCULO

Art. 8º O Sistema Municipal de Ensino deve garantir adequações curriculares, previstas no Projeto Político Pedagógico das Instituições de Ensino, para contemplar a diversidade acadêmica dos alunos, entre eles o público alvo da educação especial, promovendo o acesso e permanência com qualidade dos alunos na rede regular de ensino.

§ 1º As adequações curriculares envolvem a utilização de recursos especializados, flexibilização das metodologias de ensino, dos planejamentos, da organização didática para atender a diversidade de todos os alunos.

§ 2º As adequações curriculares quanto à temporalidade, avaliação e terminalidade, para serem efetivadas pelas unidades educativas do Sistema Municipal de Ensino, dependem de legislação específica e parecer técnico da Secretaria Municipal da Educação.

I. A temporalidade refere-se ao ajuste de permanência do aluno na mesma série, sem que se caracterize retenção. No caso de alunos com altas habilidades/superdotação, poderá haver aceleração de estudos a fim de concluir o curso em menor tempo.

SEÇÃO II DA AVALIAÇÃO E TERMINALIDADE

Art. 9º A avaliação do processo ensino e aprendizagem deverão contemplar adequações de instrumentos e procedimentos que atendam a diversidade dos alunos.

Art. 10 Terminalidade Específica - as Instituições de Ensino devem assegurar a terminalidade específica, para os alunos que em virtude de suas deficiências ou transtornos não puderem atingir os níveis exigidos. Aplica-se a terminalidade específica para os alunos, mediante Declaração de Conclusão de Terminalidade Específica da série, nível ou modalidade, com relato descritivo das competências desenvolvidas durante sua permanência na Educação Básica.

§ 1º A Declaração de Conclusão de Terminalidade Específica da série, nível ou modalidade, para os referidos alunos, difere do Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental, uma vez que o mesmo destina-se a identificar o nível de conhecimento alcançado pelo aluno, possibilitando novas alternativas educacionais, tais como o encaminhamento para cursos de Educação Profissional de nível básico, independentemente de escolaridade prévia, além dos cursos de nível técnico e tecnológico e a possibilidade de serem beneficiados com a qualificação para o exercício de funções demandadas no mundo do trabalho.

§ 2º Aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os alunos com altas habilidades/superdotação.

CAPÍTULO IV DO ATENDIMENTO ESPECIALIZADO

Art. 11 A Educação Especial, no âmbito dos Centros de Atendimento Educacional Especializado em Educação Especial - CAESP deve ser compreendida como Programas Pedagógicos, Reabilitatório, Profissionalizante e de Assistência Sociais voltados ao atendimento das necessidades dos alunos.

Parágrafo Único. Para o atendimento nos CAESPs, dos alunos de que trata essa Resolução é necessária avaliação diagnóstica realizada pelas instituições.

Art. 12 O Município, através da Secretaria Municipal de Educação, disponibilizará, de forma indireta mediante os Centros de Atendimento Educacional Especializado em Educação Especial e diretamente na Rede Municipal de Ensino, serviços de educação especial para apoiar, complementar ou suplementar a aprendizagem dos alunos de que trata esta Resolução.

§ 1º Sala de Recursos Multifuncionais, que objetiva o Atendimento Educacional Especializado (AEE), com função complementar ou suplementar à formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para a sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Parágrafo único - para os alunos com transtornos funcionais específicos, os atendimentos especializados serão oferecidos pela Secretaria de Saúde.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13 A assessoria e supervisão das Salas de Recursos Multifuncionais serão efetuadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 14 Os serviços de Educação Especial não substituem o ensino obrigatório oferecido pela rede regular de ensino.

Art. 15 A implantação das Salas de Recursos Multifuncionais nas Instituições de Ensino da Rede Municipal de Ensino dependerá de autorização da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 16 A liberação do apoio na sala de aula e a inclusão na Sala de Recursos Multifuncional se darão mediante a análise de funcionalidade do educando X diagnóstico, feito pelos profissionais da Secretaria Municipal de Educação em parceria com os profissionais do CAESP.

Parágrafo único - entendem-se por funcionalidade, um termo que engloba todas as funções corporais e cognitivas, atividades e participação do aluno no espaço escolar em relação a aprendizagem, independente do diagnóstico atribuído a ele.

Art. 17 A Política de Educação Especial para o Município de Modelo, deverá contar com o compartilhamento de responsabilidades das áreas da saúde, assistência social e infra-estrutura.

Art. 18 O Poder Público para efetivar suas ações, na área da Educação Especial, através da Secretaria Municipal de Educação promoverá a articulação com as demais Secretarias Municipais, órgãos federais e empresas ou organismos nacionais e internacionais.

Art. 19 Os profissionais que atuam na Educação Especial deverão ter habilitação em Educação Especial e/ou Pedagogia (Educação Infantil e Ensino Fundamental) e estar qualificados para o exercício da função e permanentemente atualizados.

§ 1º Os profissionais que atuam na Sala de Recursos Multifuncionais deverão ter formação inicial que o habilite para o exercício

da docência e especialização em Atendimento Educacional Especializado.

§ 2º A Secretaria de Educação promoverá, na forma da legislação vigente, podendo ser em parceria com outras instituições, a capacitação dos recursos humanos para o exercício da Educação Especial.

Art. 20 As instituições educativas pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino deverão adequar-se para a acessibilidade e atendimento às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida nos termos da Norma Brasileira 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e Decreto Nº 5296 de 2 de dezembro de 2004.

Art. 21 As diretrizes de funcionamento de cada serviço de apoio à educação especial e o papel de cada profissional da educação especial estará definido em documento próprio.

Art. 22 Os casos omissos nesta Resolução serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação mediante consulta ao Conselho Municipal de Educação.

Art. 23 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

CONSELHEIROS: JANETE TOSETO

JUSSANE M. T. FRANDOLOSO

ELIANE F. .H. CHAVES

SIRLEI MARINS

SILVAINHA KREUTZ

ELIANA KOTHE

DULCE REINEHR

ILIANA CASAGRANDE

LUCIA FRANDOLOSO

DANIELA MARINS

LOVANI BARON

ROSANE FERRONATTO

SIMONE SPIER

HELENA WERLANG

NILVA FATIMA ALLEBRANDT

Presidente do Conselho Municipal de Educação
COMED/Modelo

Morro da Fumaça

PREFEITURA

LEI Nº 1672/2014

LEI nº 1672/2014

"DENOMINA RUA ADELÍCIO SORATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AGNALDO DAVID MACCARI, prefeito municipal de Morro da Fumaça. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Adelício Sorato, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua A, situada no Loteamento Floresta, localidade de Vila Rica, Distrito de Estação Cocal, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Prefeito Auzilio Frasson, 01 de Outubro de 2014.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI

Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

DECRETO Nº 049/2014

DECRETO Nº 049/2014, em 03 de Junho de 2014.

"NOMEIA A COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1.º Fica nomeada a Comissão para elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Morro da Fumaça, composta pelos servidores:

- CINARA DE ROCHI- Representante do CREAS
- ROSEI DA ROSA SILVA- Representante do CREAS
- MAYARA RUFINO COLLE- Representante do CMAS
- ZENIR BEZ FONTANA MARAGNO- Secretária da Família
- NEIZE BERTAN SEOLIN- Representante do CRAS
- TALITA BERTAN- Representante da Secretaria de Educação
- EVELIZE ZANATA DA ROSA- Representante da Secretaria de Saúde
- ANTÔNIO ARY DE LUCCA- Representante da Secretaria de Esportes
- MARINELZA MACCARI- Representante do Departamento Municipal de Cultura

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação ficando revogada toda e qualquer disposição em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 03 de Junho de 2014.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

DECRETO Nº 071/2014

DECRETO Nº 071/2014, em 01 de Agosto de 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2014, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, USANDO COMO RECURSO ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO."

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.572/2013, de 28 de Novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 29.590,00 (vinte e nove mil e quinhentos e noventa reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 08:	Fundo Municipal de Assistência Social
08.01	Fundo Municipal de Assistência Social
08.01.08.244.0012.2.016-3.3.50.00.00.00.00.00	Transf. a Inst. Privadas s/ fins lucrativos
	R\$ 29.590,00
Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentárias:	
Órgão 08:	Fundo Municipal de Assistência Social
08.01	Fundo Municipal de Assistência Social
08.01.08.244.0012.2.016-3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações diretas

R\$ 18.390,00

08.01.08.244.0012.2.016-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

R\$ 11.200,00

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 - Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2014 - Lei Municipal nº. 1.571/2013 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2014 - Lei nº. 1.572/2013, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 01 de Agosto de 2014.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

DECRETO Nº 071/2014, 1

DECRETO Nº 071/2014, em 01 de Agosto de 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2014, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA."

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.572/2013, de 28 de Novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 10:	Secretaria de Educação e Cultura
10.01	Secretaria de Educação e Cultura
10.01.12.361.0007.2.025-3.3.90.00.00.00.00.00	– Aplicações diretas
	R\$ 85.000,00
Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentárias:	
Órgão 10:	Secretaria de Educação e Cultura
10.01:	Secretaria de Educação e Cultura
10.01.12.361.0007.2.025-4.4.90.00.00.00.00.00	– Aplicações diretas

R\$ 85.000,00

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 - Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2014 - Lei Municipal nº. 1.571/2013 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2014 - Lei nº. 1.572/2013, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 01 de Agosto de 2014.
AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

DECRETO Nº 079/2014

DECRETO Nº 079/2014, em 29 de Agosto de 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2014, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, USANDO COMO RECURSO AUXÍLIOS E CONVÊNIOS."

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.572/2013, de 28 de Novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 297.800,00 (duzentos e noventa e sete mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 10:	Secretaria de Educação e Cultura
10.01	Secretaria de Educação e Cultura
10.01.12.368.0007.1.014-4.4.90.00.00.00.00.00	– Aplicações diretas
	R\$ 297.800,00
Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo serão utilizados recursos provenientes de:	
- Termo de Compromisso 201405111/2014- FNDE	

R\$ 297.800,00

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 - Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2014 - Lei Municipal nº. 1.571/2013 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2014 - Lei nº. 1.572/2013, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 29 de Agosto de 2014.
AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

DECRETO Nº 077/2014

DECRETO Nº 077/2014, em 29 de Agosto de 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2014, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA."

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.572/2013, de 28 de Novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 404.000,00 (quatrocentos e quatro mil reais), para as seguintes

dotações orçamentárias:

Órgão 10:	Secretaria de Educação e Cultura
10.01	Secretaria de Educação e Cultura
10.01.12.368.0007.2.061-3.3.90.00.00.00.00.00	– Aplicações diretas R\$ 250.000,00
Órgão 11:	Encargos Gerais do Município
11.01	Encargos Gerais do Município
11.01.28.846.0000.2.045-4.6.90.00.00.00.00.00	– Aplicações Diretas R\$ 154.000,00
Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentárias:	
Órgão 10:	Secretaria de Educação e Cultura
10.01:	Secretaria de Educação e Cultura
10.01.12.368.0007.2.061-4.4.90.00.00.00.00.00	– Aplicações diretas

R\$ 250.000,00

Órgão 11: Encargos Gerais do Município

11.01: Encargos Gerais do Município

11.01.28.846.0000.2.045-3.2.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

R\$ 154.000,00

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 - Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2014 - Lei Municipal nº. 1.571/2013 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2014 - Lei nº. 1.572/2013, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 29 de Agosto de 2014.
AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

DECRETO Nº 067/2014

DECRETO Nº 067/2014, em 31 de Julho de 2014.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2014, USANDO COMO RECURSO EXCESSO DE ARRECAÇÃO.”

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.572/2013, de 28 de Novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 02:	Gabinete do Prefeito
02.01	Gabinete do Prefeito
02.01.06.452.0008.2.049-3.3.90.00.00.00.00.00	– Aplicações diretas R\$ 28.000,00
02.01.06.452.0008.2.049-4.4.90.00.00.00.00.00	– Aplicações diretas R\$ 52.000,00
Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo serão utilizados recursos provenientes de: - Excesso de Arrecadação: Receita FUNREBOM (191)	

R\$ 80.000,00

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 - Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2014 - Lei Municipal nº. 1.571/2013 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2014 - Lei nº. 1.572/2013, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 31 de Julho de 2014.
AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Navegantes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 207/2014 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 207/2014 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT) DEVIDAMENTE INSTALADOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. Data da entrega dos envelopes: 24/11/2014 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 24/11/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 11 de novembro de 2014.
EMÍLIO VIEIRA
Prefeito em exercício.

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA Nº 943/2014

Portaria nº 943/2014

Substitui e Nomeia Membros do Conselho de Alimentação Escolar - CAE do Município de Nova Trento.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 94, item VIII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com a Lei nº 1.550 de 20/06/1997, alterada pela Lei Complementar nº 505, de 16 de março de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Substituir e Nomear os representantes abaixo relacionados para fazerem parte do Conselho de Alimentação Escolar - CAE (Portaria nº 279, de 15/03/2013) do município de Nova Trento, pelo período de 04 (quatro) anos conforme segue:

Representantes do Poder Executivo:

Secretaria Municipal da Educação e Esportes:

Titular - Eloiza Tridapalli Dalri Orsi, em substituição a Hindyanara Antunes dos Passos, nomeada pela Portaria nº 279/2013

Suplente - Isabel Cristiani Cipriani Tell, em substituição a Rosiane Melo Cordeiro, nomeada pela Portaria nº 279/2013

Representante de Pais de Alunos:

Representante da Escola de Ensino Fundamental Francisco João Valle:

Titular - Sílvia Orlandi, em substituição a Alexandra Botamelli, nomeada pela Portaria nº 279/2013

Fls. Portaria nº 943/2014

Representante de Entidades Cíveis Organizadas:

Associação de Preservação do Meio Ambiente de Nova Trento e Região - APREMANT:

Titular - Carla Marcolla (APREMANT), em substituição a Valentim Camilo Casett

Art 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 03 de novembro de 2014
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal de Nova Trento

Registrada em livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art. 1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário M. Administração e Finanças

PORTARIA Nº 959/2014

PORTARIA Nº 959 / 2014

Constitui Comissão para Avaliação Sensorial em Processos Licitatórios e/ou Processo de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VII e XII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

Art. 1º Constitui Comissão Municipal de Avaliação Sensorial em Processos Licitatórios e/ou Processo de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, no município de Nova Trento, atendendo exigência do Programa Nacional de Alimentação Escolar, ficando assim constituída:

I - Órgão Governamental:

Secretaria Municipal da Educação e Esportes:

- Juliamar Stuaní - Responsável Técnica - Nutricionista
- Adriana B. Gonçalves Santos - Nutricionista
- Ana Miria Cipriani - Supervisora de Educação Infantil
- Eloiza T. Dalri Orsi - Assistente Administrativo

II - Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE):

Presidente do Conselho de Alimentação Escolar:

- Hilisbeti Bottamedi Ruberti

III - Membro do Conselho de Alimentação Escolar:

- Sílvia Orlandi

IV - Centro de Educação Infantil Pe. Rossi:

- Zenaide V. Corsi Vanini: Diretora do Centro de Educação Infantil Pe. Rossi
- Daiane Fachin Till, Secretária
- Miria T. Cipriani Speranzini - Auxiliar de Serviços Gerais

Fls. 02. Port. Nº 959/2014

Creche Ciranda Cirandinha - Espreado:

- Sandra R. Dallabrida Battisti, Diretora

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1.038/2013

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 11 de novembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário M. Administração e Finanças

PORTARIA Nº 960/2014

Portaria nº 960/2014

Nomear Membros para comissão analisadora de material pedagógico.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 94, item VIII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com a Lei nº 1.550 de 20/06/1997, alterada pela Lei Complementar nº 505, de 16 de março de 2011;

Resolve:

Art. 1º - Indicar e Credenciar os servidores públicos municipais, Carla Marcolla com matrícula nº. 6171, Carlos Roberto Orsi com matrícula nº. 6052, Maria Aparecida Bittencourt nº. 288, para análise e teste do material pedagógico, a ser adquirido para a rede municipal de ensino de Nova Trento, quando da realização do certame licitatório, processo nº 110/2014 na modalidade tomada de preço nº 013/2014

Art 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 11 de novembro de 2014
Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal de Nova Trento

Registrada em livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art. 1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário M. Administração e Finanças

DECRETO Nº 211/2014

DECRETO nº 211/2014

convoca os aprovados no processo seletivo 08/2014 que nomina para comparecimento e apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo Único do presente Decreto para comparecerem ao setor de Recursos Humanos, no dia 12 de novembro de 2014, munidos da documentação abaixo relacionada observados o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - Cópia da Carteira de Identidade;

II - Cópia do CPF;

III - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

V - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

VI - 01 (uma) foto 3/4

VII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

VIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;

IX - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

X - Cópia dos Diplomas/Certificados dos cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação, se for o caso (os que foram apresentados na hora da inscrição);

XI - Inscrição no PIS/PASEP;

XII - Declaração de não ter sido dispensado em processo seletivo anterior nos últimos 03 (três) anos, por motivos de penalidades resultantes de processo administrativo disciplinar, por abandono ao serviço sem justificativa;

XII - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 10 de novembro de 2014.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único
(Decreto nº 211/2014)

CARGO: PROFESSOR (A) EDUCAÇÃO INFANTIL - (HABILITADO)

Classificação	Nome completo
02	Joze Emília Leite Orlandi
03	Flávia Marilda Silva

CARGO: PROFESSOR (A) ENSINO FUNDAMENTAL
EDUCAÇÃO INFANTIL - (NÃO HABILITADO)

Classificação	Nome completo
01	Maria A. Muraro Tell
02	Rafaela Berg

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL - PROCESSO SELETIVO Nº 09/2014

PROCESSO SELETIVO Nº 09/2014

"DIVULGA CLASSIFICAÇÃO PARCIAL DO PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFISSIONAIS PARA OCUPAREM OS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL QUE COMPÕE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, SC, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a classificação parcial do processo seletivo para contratação temporária de profissionais é a seguinte:

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS			NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conh. Específicos		
01	Elenice Ferrari	15.12.1987	04	02	05	5,4	5,4
02	Cristiane Silva Nunes	29.08.1989	04	02	05	5,4	5,4
03	Juliana Aparecida dos Santos	30.07.1989	02	02	06	5,2	5,2

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF (CENTRO)

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS			NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conh. Específicos		
01	Viviani de Lima	21.03.1980	03	04	07	7,0	7,0
02	Édina Rosalaine dos Santos Cavaleiro	29.08.1981	02	05	06	6,4	6,4
00	Rosemilda Perotoni Peixer	NÃO COMPARECEU					

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF (CLARAÍBA)

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS			NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conh. Específicos		
01	Neusa Maria Mariann Guarnieri	13.07.1987	02	02	07	5,8	5,8
02	Katiana da Silva	07.04.1982	01	02	04	3,6	3,6
00	Adriana Cristina Quaresma Manarin	NÃO COMPARECEU					

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS			NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conh. Específicos		
01	Rafael Hermes Junkes	16.07.1982	02	03	03	3,8	3,8
00	Cesar Rubleski	NÃO COMPARECEU					

CARGO: TÉCNICO (A) DE ENFERMAGEM - HIC

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS			NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conh. Específicos		
01	Aide Prado Alvares	25.03.1962	02	03	07	6,2	6,2
02	Lucimari Brizolla de Vargas Marques	06.07.1982	01	02	02	2,4	2,4

CARGO: ESTAGIÁRIO (INFORMÁTICA)

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS			NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conh. Específicos		
01	Tadeu Emanuel Scalvin	01.07.1998	02	04	09	7,8	7,8
02	Pablo Mafessoli	06.11.1995	02	04	06	6,0	6,0
03	Luiz Felipe Garcia de Vargas	17.09.1996	01	05	06	6,0	6,0
04	Flávio Olívio Giacomini	23.03.1998	01	04	04	4,4	4,4
00	Jackson Jacinto Mistura	NÃO COMPARECEU					

CARGO: ENFERMEIRO (A) - HIC

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS			NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conh. Específicos			
01	Vanderlita Trainotti	04.08.1969	02	03	05	4,0	0,5	4,5

CARGO: FARMACÊUTICO (A) - HIC

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS			NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conh. Específicos			
01	Indianara Waltrick Abreu	20.03.1991	02	04	05	4,2	00	4,2
02	Taiza Dell'Antonio	21.06.1991	03	03	04	3,6	00	3,6
03	Michely Zandoná	18.07.1981	01	03	03	2,6	00	2,6

CARGO: PSICÓLOGO (A) - NASF

CLASS.	NOME COM- PLETO	DATA DE NAS- CIMENTO	ACERTOS			NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conh. Especí- ficos			
01	Pollyanna Ru- berti Voltolini	25.04.1990	02	04	05	4,2	00	4,2
02	Catiane de Oliveira	01.02.1987	03	02	05	4,0	00	4,0

Com relação ao critério de desempate , proceder-se-á ao desempate usando os seguintes critérios:

- a) considerada com maior idade, para os que se enquadrarem nessa condição (art. 27, parágrafo único, da Lei 10.741/2003, Lei do Idoso, quando um dos candidatos tiver 60 anos ou mais);
- b) Maior idade;
- c) obtiver maior número de pontos na prova prática, quando couber;
- d) obtiver maior número de pontos na prova escrita de conhecimentos específicos;
- e) o que possuir maior número de dependentes;
- f) Sorteio.

Nova Trento, 12 de novembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

AVISO DE REVOGAÇÃO 165/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

NOTA DE REVOGAÇÃO DO CONVITE Nº 165/2014.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENCIA DE PROPAGANDA E/OU PUBLICIDADE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA A PREFEITURA DE ORLEANS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Orleans, 10 de Novembro de 2014.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Palhoça

PREFEITURA

ATO Nº. 529/2014.

ATO Nº. 529/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR GUILHERME DE MELO CHAVES, para ocupar o cargo de Provisório em Comissão de Assessor Especial, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Governo, com efeitos a contar de 04/06/2014.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2276/2014.

PORTARIA Nº. 2276/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, EDUARDO PEDRO DE SOUZA, titular do cargo de Colaborador, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/08/2014.

Palhoça, SC, em 25 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2457/2014.

PORTARIA Nº. 2457/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora ANA PAULA SIMIANO DE OLIVEIRA, matrícula nº. 802343-3, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de

Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.
A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 03.
Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 13/05/2014, de acordo com às folhas 12 e 13.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2460/2014.

PORTARIA Nº. 2460/2014.
DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DINEIA MARIA DA SILVA, matrícula nº. 800538-2, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 10/07/2009 a 10/07/2014, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/08/2014 à 04/09/2014.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2461/2014.

PORTARIA Nº. 2461/2014.
DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUZIVANI MARIA MARTINS DE SOUZA, matrícula nº. 800360-2, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 05/02/2004 a 05/02/2009, por 02 (dois) meses e referente ao quinquênio de 05/02/2009 a 05/02/2014, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/08/2014 à 04/11/2014.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2483/2014.

PORTARIA Nº. 2483/2014.
DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CELICINA DE SOUZA MENDONÇA HASSE, matrícula nº. 801104-1, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 14/06/2004 a 14/06/2009, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/08/2014 à 04/09/2014.

Palhoça, SC, em 14 de julho de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2509/2014.

PORTARIA Nº. 2509/2014.
DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO FABIANA DA SILVA DA ROSARIO, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/08/2014.

Palhoça, SC, em 14 de julho de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretária de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2513/2014.

PORTARIA Nº. 2513/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RODNEI ALVES, matrícula nº. 800444, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 12/02/2002 a 12/02/2007, por 03 (três) meses e referente ao quinquênio de 12/02/2007 a 12/02/2012, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 13/02/2014 à 13/08/2014.

Palhoça, SC, em 14 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2516/2014.

PORTARIA Nº. 2516/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIA CRISTINA GOU-LART, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 014/2013, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/08/2014 a 01/08/2015.

Palhoça, SC, em 14 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2517/2014.

PORTARIA Nº. 2517/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MICHELE ARIANA DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 014/2013, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CENTRI da Secretaria de Saúde, da

Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/08/2014 a 01/08/2015.

Palhoça, SC, em 14 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2519/2014.

PORTARIA Nº. 2519/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SEBASTIAN GABRIEL PERAZOLO PERA, de acordo com a Lei nº. 080, de 14 de dezembro de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 012/2014, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 10 (dez) horas/semanais, do Quadro de Pessoal Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/08/2014 a 01/08/2015.

Palhoça, SC, em 14 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretária de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2520/2014.

PORTARIA Nº. 2520/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO VILMAR ARI MARTINS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Motorista, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/08/2014 a 01/08/2015.

Palhoça, SC, em 14 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2525/2014.

PORTARIA Nº. 2525/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO HELLEN MARTINS GEREMIAS, titular do cargo de Farmacêutico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/08/2014.

Palhoça, SC, em 14 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretária de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2526/2014.

PORTARIA Nº. 2526/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO VOLNEI WALDOMIRO DE MARCO, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/08/2014.

Palhoça, SC, em 14 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretária de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

LEI COMPLEMENTAR Nº 174, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 174, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a criação de Função Gratificada de Responsabilidade Técnica aos Procuradores, Engenheiros e Arquitetos lotados no Poder Executivo Municipal e acrescenta Funções Executivas de Confiança ao Anexo IV da Lei Complementar nº 149, de 26 de novembro de 2013.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criada a Função Gratificada de Responsabilidade Técnica, a ser exercida por todos os servidores efetivos da Administração Direta, investidos nos cargos de Procurador do Município, Engenheiro e Arquiteto.

§ 1º O valor mensal da Responsabilidade Técnica prevista no presente artigo será de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento nível B do cargo efetivo no qual o servidor é investido, que será pago a partir de 01 de janeiro de 2015.

§ 2º A partir de 01 de janeiro de 2016 o valor mensal da Responsabilidade Técnica prevista no caput do presente artigo será de 100 % (cem por cento) sobre o vencimento nível B do cargo efetivo no qual o servidor é investido.

§3º A Responsabilidade Técnica mencionada no presente artigo, será automaticamente incorporada ao cargo na qual o servidor é investido para todos os fins e efeitos legais, podendo inclusive ser cumulada com função gratificada, cargo em comissão ou produtividade.

Art. 2º Fica acrescido ao Anexo IV, da Lei Complementar nº 149, de 26 de novembro de 2013, nove (09) Funções Executivas de Confiança, vinculadas à Secretaria Municipal de Finanças, Código FEC I, no valor de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais) cada uma.

Parágrafo único. A Função Executiva de que trata o caput deste artigo deverá ser ocupada por servidor de cargo efetivo, lotado na Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 3º As despesas com a execução da presente Lei Complementar correrão por conta do orçamento vigente, suplementado se necessário.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, estando revogadas, no que couberem eventuais disposições contrárias.

Palhoça, em 05 de novembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.732, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 1.732, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

COMISSÃO. Dá nova redação a dispositivo do Decreto nº 1.677, de 08 de julho de 2014, que institui a comissão intersectorial do programa bolsa família e nomeia membros.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, No uso das atribuições legais, resolve

DECRETAR:

Art. 1º A alínea "c" do artigo 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º (...)

c) Mariana Boianovsky" (NR)

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 07 de novembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 2932/2014.

PORTARIA Nº. 2932/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR LUCELI DA SILVA ESPINDOLA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 29/08/2014 a 20/09/2014, face ao impedimento da titular Roseli Lourdes Macário, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 615/2014.

ATO Nº. 615/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR TIAGO FRANÇA DOS ANJOS, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Gerente Geral, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 167, de 10 de julho de 2014, pelo período de 01/09/2014 à 05/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 616/2014.

ATO Nº. 616/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR RICARDO DE ANDRADE, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Gerente Geral, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 167, de 10 de julho de 2014, com efeitos a contar de 08/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

RESULTADO PREGÃO Nº 208/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL nº 208/2014

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 208/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de empresa jornalística para prestação de serviços de publicação e divulgação de atos e fatos administrativos em jornal impresso com circulação diária em todo o estado de Santa Catarina, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

W&M PUBLICIDADE LTDA EPP ficou classificada em 1º lugar totalizando R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais).

Palhoça, 11 de novembro de 2014.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA**PORTARIA 064/2014**

PORTARIA Nº 064/2014

Retifica a Portaria nº 060/2014, que Concedeu a aposentadoria por invalidez, em caráter integral, nos termos do inciso I do §1º do art. 40 da Constituição da República, observada a modificação determinada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01 e do art. 1º da Lei Federal nº 10887/04 e declara a vacância do cargo público da servidora Sibila Guimarães Massoco Poloni.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º - Retificar a Portaria nº 060/2014, ou seja, onde lê-se "(...) Sibila Maria Massoco Poloni. (...)", leia-se "(...)Sibila Guimarães Massoco Poloni (...)".

Art. 2º As demais disposições contidas na Portaria nº 060/2014 permanecem inalteradas.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 31/10/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 03 de novembro de 2014.

Camilo Nazareno Pagani Martins	Milton Luiz Espíndola
Prefeito Municipal	Presidente do IPPA

Maria Terezinha Broering Fernandes
Assistente Administrativo
Matrícula 300054-1

Papanduva**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº 002/2014 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014**

RESOLUÇÃO Nº 002/2014 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

APROVA O QUADRO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO, CONFORME DISPÕE O ARTIGO 19 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 008/2003 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva (SC), no uso das atribuições conferidas pelo artigo 27, inciso III; e artigo 45, inciso V, do seu Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva aprovou e a Mesa Diretora, promulga a seguinte:

RESOLUÇÃO

Art. 1º - O servidor nomeado para o exercício de cargo de provimento efetivo, pertencente ao Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Papanduva, fica sujeito a um período de 03 (três) da avaliação para passagem pelo período de estágio probatório, nos termos do artigo 41, § 4º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98.

Art. 2º - O Acompanhamento e Avaliação dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Papanduva em Estágio Probatório, serão realizados em conformidade com os Anexos I e II desta Resolução, os quais ficam aprovados através deste ato.

§ 1º - A avaliação será realizada semestralmente, pelo superior imediato, nominado supervisor, o qual deve observar as recomendações instituídas para este fim e as da Comissão responsável pelo acompanhamento das avaliações.

§ 2º - O servidor em estágio probatório não será avaliado durante o período de exercício de cargo em comissão, retomando-se a avaliação quando de seu retorno ao cargo efetivo.

§ 3º - Aplica-se a regra do parágrafo anterior ao servidor sujeito ao estágio probatório colocado à disposição de outros órgãos públicos.

Art. 3º - O período de abrangência do acompanhamento e avaliação ocorrerá, onde cada servidor nomeado será submetido a 05 (cinco) avaliações semestrais no decorrer do estágio probatório, devendo cada uma, ser realizada nos 02 (dois) meses posteriores a cada semestre de serviço prestado ao órgão, sendo que a primeira avaliação deverá ocorrer após o primeiro semestre de vínculo do servidor e assim sucessivamente.

Art. 4º - O servidor, em estágio probatório, será acompanhado e avaliado permanentemente, mediante o preenchimento do Questionário de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório - ANEXO I e Ficha de Resultados da Avaliação - ANEXO II, do que será dada ciência ao respectivo servidor, mediante assinatura.

Art. 5º - O questionário será submetido ao Presidente da Mesa Diretora, o qual responderá o questionário no que diz respeito aos trabalhos executados pelo avaliado.

Art. 6º - O processo de avaliação dos servidores nomeados deverá representar, além de uma rotina administrativa, um instrumento

capaz de possibilitar o crescimento e o desenvolvimento do servidor.

Art. 7º - O servidor que obter conceito NA - Não atende o desempenho esperado, por 02 (duas) avaliações, terá tido como ineficiente para o serviço público, devendo ser exonerado, assegurando-lhe o direito à ampla defesa e o contraditório administrativo; dando-se vista no estágio pelo prazo de 05 (cinco) dias a contar o dia da sua ciência do fato, para apresentar defesa, por si ou por procurador legalmente habilitado.

Parágrafo único - Para fins de apuração geral de todo o período avaliado, deverá ser utilizado a ficha geral de apuração de resultados - ANEXO III, onde após o preenchimento da mesma, será elaborada e publicada Portaria, homologando o resultado final das avaliações do estágio probatório, garantido o comunicação ao servidor, assegurado-lhe o direito à ampla defesa e o contraditório administrativo.

Art. 8º - A Comissão de Acompanhamento e de Avaliação será constituída por portaria, composta por 05 (cinco) servidores da Câmara Municipal, sendo que os 05 (cinco) nomeados na comissão deverão ser servidores ocupantes de cargo efetivo, onde 03 (três) serão titulares e 02 (dois) serão os suplentes.

Parágrafo Único - Na impossibilidade da constituição total da comissão por 05 servidores efetivos, 02 (duas) vagas da comissão poderão ser preenchidas por servidores comissionados.

Art. 9º - O servidor avaliado, em todas as etapas, tomará ciência do resultado de sua avaliação, datando e assinando o respectivo documento que será registrado em seus assentamentos funcionais.

Art. 10º - A Comissão Especial de Avaliação emitirá relatório circunstanciado com parecer conclusivo para fins de homologação dos resultados das avaliações por parte da Mesa Diretora da Câmara municipal de Papanduva, identificando inclusive os servidores que não atingiram o desempenho mínimo esperado.

Parágrafo Único - tais procedimentos serão realizados nos últimos 04 (quatro) meses dos 03 (três) primeiros anos de vínculo do servidor com o órgão.

Art. 11º - O servidor avaliado poderá interpor recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a publicação do Resultado Final homologado, que será examinado pela Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório no prazo de quinze dias e submetido à deliberação do Presidente dentro deste mesmo prazo.

Art. 12º - Os casos não previstos neste Quadro, serão apreciados e decididos pela Comissão de Avaliação e Acompanhamento de Estágio Probatório juntamente com o Presidente da Câmara, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 13º - A Comissão, quando julgar necessário, poderá solicitar da Procuradoria Jurídica pareceres sobre assuntos duvidosos na execução das tarefas em apreço.

Art. 14º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a RESOLUÇÃO 001/2014 de 13 de fevereiro de 2014.

Câmara Municipal de Papanduva (SC), em 20 de outubro de 2014.
Jacinta Mikalovicz
Presidente

Esta Resolução foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e será publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina.

Adeniz Humenhuka
Vice-Presidente

Djana Paula Matioski
1ª Secretária

Valdecir Vaneski
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 002/2014, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

ANEXO I - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO
DE SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO

ÓRGÃO: _____

NOME DO AVALIADO: _____

LOTAÇÃO: _____

NOME DO CHEFE IMEDIATO: _____

PERÍODO DE AVALIAÇÃO: _____

1. Assiduidade

1.1 - Frequência no local de trabalho

Avalie o grau de frequência com que o servidor se faz presente ao local de trabalho.

1 () Falta com muita frequência ao trabalho, sem apresentar justificativa;

2 () Falta com muita frequência ao trabalho, apresentando justificativa;

3 () Raramente falta ao trabalho, quando falta, não apresenta justificativa.

4 () Raramente falta ao trabalho, quando falta, apresenta justificativa.

5 () Não falta ao trabalho.

1.2 - Permanência no local de trabalho

Avalie a permanência do servidor em seu local de trabalho:

1 () Ausenta-se com frequência do local de trabalho, sem apresentar justificativa;

2 () Ausenta-se com frequência do local de trabalho, apresentando justificativa.

3 () Raramente ausenta-se do local de trabalho, quando se ausenta, não apresenta justificativa;

4 () Raramente ausenta-se do local de trabalho, quando se ausenta, apresenta justificativa;

5 () Não se ausenta do local de trabalho;

1.3- Observância de horário e comparecimentos

Avalie a capacidade de cumprir horários ou compromissos rotineiros do seu trabalho:

1 () Sempre chega atrasado ao trabalho ou a compromisso;

2 () Quase sempre chega atrasado ao trabalho ou compromissos;

3 () Raramente se atrasa na chegada ao trabalho ou a algum compromisso;

4 () Não se atrasa.

2-Disciplina

2.1 - Observância da hierarquia.

Avalie o grau em que o servidor observa e cumpre a hierarquia funcional:

1 () O servidor não observa, nem cumpre seu posicionamento hierárquico e seus limites de atribuições;

2 () O servidor observa a hierarquia funcional, porém em algumas ocasiões atropela a delegação de competência a ele atribuída.

3 () O servidor raramente observa e cumpre a hierarquia funcional;

4 () O servidor sempre observa a hierarquia;

2.2 - Relacionamento com o público

Avalie a maneira como o servidor trata o público externo:

- 1 () O servidor tem temperamento explosivo, demonstrando ser impaciente.
- 2 () O servidor demonstra educação porém, às vezes, tem um temperamento explosivo;
- 3 () O servidor trata a todos com educação, demonstrando moderação com as pessoas;
- 4 () O servidor demonstra ser uma pessoa educada e paciente, chegando muitas vezes a surpreender na forma positiva com que trata as pessoas;

2.3 - Receptividade a críticas

Avalie o nível de receptividade do servidor a críticas:

- 1 () O servidor não gosta de ser criticado e revolta-se quando isso ocorre;
- 2 () O servidor mostra-se indiferente às críticas;
- 3 () O servidor ouve as críticas, porém não as utiliza para progredir profissionalmente;
- 4 () O servidor, quando recebe críticas, analisa-as e adota aquelas que julga convenientes.
- 5 () O servidor é receptivo a críticas, discute-as, analisa-as e adota aquelas que proporcionam melhoria à instituição e ao seu local de trabalho;

2.4 - Zelo e dedicação as suas atribuições

Avalie em que nível o servidor exerce com zelo e dedicação as suas atribuições:

- 1 () Nunca;
- 2 () Raramente;
- 3 () Na maioria das vezes;
- 4 () Sempre.

2.5- Responsabilidade com o trabalho

Avalie o grau em que o servidor atende os prazos previstos e o nível de supervisão necessário:

- 1 () É impossível depender de seus serviços, necessitando de constante vigilância;
- 2 () Necessita ser alertado quanto ao cumprimento de suas tarefas;
- 3 () Merece confiança e raramente necessita de supervisão;
- 4 () Realiza todas as suas tarefas, cumprindo sempre os prazos determinados, dispensando supervisão.

3-Capacidade de Iniciativa**3.1 - Conhecimento na área**

Avalie o grau de conhecimento e domínio do trabalho realizado:

- 1 () Conhecimento insuficiente e ou ultrapassado.
- 2 () Possui algum conhecimento do trabalho, mas precisa melhorar;
- 3 () Familiarizado com o serviço, satisfazendo as exigências do cargo;
- 4 () Conhece bem e desempenha todas as fases e operações pertinentes ao seu serviço;

3.2 - Capacidade de decidir e inovar

Avalie a capacidade que o servidor possui para decidir e inovar diante de novas situações:

- 1 () Não apresenta idéias e nem procura tomar a frente diante de novas situações;
- 2 () Demonstra potencial para inovar e decidir, pondo em prática ocasionalmente;
- 3 () Seu nível de iniciativa é bem desenvolvido.
- 4 () Normalmente está a frente de novas situações, tomando decisões e resolvendo problemas;

3.3 - Aprimoramento/aperfeiçoamento e atualização

Avalie o grau em que o servidor aprimora e ou atualiza seus conhecimentos e aptidões:

- 1 () O servidor não demonstra interesse em atualizar-se.
- 2 () Eventualmente procura atualizar-se, para aprimorar seus conhecimentos;
- 3 () A atualização de conhecimentos raramente é procurada pelo servidor;
- 4 () Mantém-se sempre atualizado, aprimorando seus conhecimentos e aptidões;

3.4. - Colaboração com colegas de trabalho

Avalie a disponibilidade de colaborar com o grupo de trabalho:

- 1 () Não mostra disposição em colaborar com o grupo de trabalho;
- 2 () Regularmente mostra boa vontade em colaborar com o grupo de trabalho;
- 3 () Colabora com o grupo de trabalho quando solicitado;
- 4 () É prestativo, colaborando com a equipe de trabalho.

4- Produtividade**4.1 - Apresentação dos trabalhos realizados**

Avalie a exatidão, apresentação, ordem e o cuidado com que o trabalho é realizado:

- 1 () Comete muitos erros e o trabalho denota falta de cuidado;
- 2 () Geralmente satisfaz;
- 3 () O trabalho é bem feito;
- 4 () O trabalho é muito bem feito e organizado, demonstrando um cuidado excepcional.

4.2 - Informações e orientações

Avalie o nível em que o servidor presta informações no que diz respeito as suas atribuições:

- 1 () O servidor não é seguro nas informações e ou orientações que presta;
- 2 () O servidor nem sempre presta informações e ou orientações com clareza e objetividade necessária;
- 3 () O servidor quando não tem certeza das informações, procura-as para orientar com clareza;
- 4 () O servidor presta informações e ou orientações com clareza, segurança e objetividade;

4.3 -Quanto às metas de produtividade ou atividades determinadas:

- 1 () Poucas vezes atinge as metas e executa as atividades determinadas;
- 2 () Na maioria das vezes atinge as metas e executa as atividades determinadas;
- 3 () Atinge as metas e executa as atividades determinadas;
- 4 () Supera as expectativas.

5- Responsabilidade**5.1- Guarda sigilo quanto às informações da Instituição**

Avalie o comportamento do servidor quanto às informações confidenciais do seu trabalho, que lhe foram repassadas ou que teve acesso:

- 1 () Pela forma como o servidor age não é conveniente repassar-lhe informações sigilosas.
- 2 () O servidor, raramente, encara com seriedade sua responsabilidade sobre dados sigilosos;
- 3 () O servidor geralmente guarda sigilo sobre as informações de seu trabalho;
- 4 () O servidor mantém sempre em sigilo as informações do seu trabalho;

5.2 - Materiais de trabalho

Avalie o grau de interesse e de preocupação com a guarda e

economia do material de trabalho por parte do servidor:

- 1 () O servidor não é zeloso nem econômico com seus materiais;
 2 () O servidor é econômico e otimiza os seus insumos (materiais de trabalho), porém pouco zela por sua conservação.
 3 () O servidor é responsável com o zelo de seus materiais, mas não prima pela economia dos mesmos;
 4 () O servidor tem um grande senso de responsabilidade, mostrando-se zeloso e econômico com materiais de trabalho;

5.3- Patrimônio público

Avalie em que nível o servidor observa a conservação do patrimônio público:

- 1 () O servidor não demonstra respeito para com os bens públicos, utilizando-os de forma inadequada, provocando danos aos mesmos;
 2 () O servidor utiliza o patrimônio público sem no entanto se importar com sua conservação.
 3 () O servidor utiliza o bem público de maneira adequada;
 4 () O servidor demonstra interesse com o patrimônio público, utilizando-o de forma adequada, preocupando-se com sua manutenção e conservação;

CHEFE IMEDIATO	CIÊNCIA DO AVALIADO
Local e data	Papanduva, ___/___/___
Nome	Nome
Assinatura	Assinatura

Os quadros abaixo deverão ser preenchidos caso houver divergência da parte do avaliado em relação à pontuação e no caso do chefe imediato, poderá ser utilizado para fundamentar os conceitos atribuídos.

Considerações do avaliado:

Considerações do avaliador:

--

Comissão Especial de Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório

Local e data		
Nome Comissão	Nome Comissão	Nome Comissão

RESOLUÇÃO N. 002/2014, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

ANEXO II - FICHA DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

ÓRGÃO: _____
 NOME DO AVALIADO: _____
 LOTAÇÃO: _____
 NOME DO CHEFE IMEDIATO: _____
 PERÍODO DE AVALIAÇÃO: _____

GRUPO 1 – Assiduidade Nº da alternativa na questão <input type="checkbox"/>					
1	2	3	4	5	
ÍTENS	PONTOS				
1.1 Frequência no local de trabalho	1	2	3	4	5
1.2 Permanência no local de trabalho	1	2	3	4	5
1.3 Observância horária e comparecimentos	1	2	3	4	
01 A 03 - NA 04 a 07 - AP 08 a 11 - AD 12 a 14 - SD	TOTAL DE PONTOS DO GRUPO 1				
	CONCEITO OBTIDO NO GRUPO 1				

GRUPO 2 - Disciplina Nº da alternativa na questão <input type="checkbox"/>					
1	2	3	4	5	
ÍTENS	PONTOS				
2.1 Observância da hierarquia	1	2	3	4	
2.2 Relacionamento público	1	2	3	4	
2.3 Receptividade a críticas	1	2	3	4	5
2.4 Zelo e dedicação as suas atribuições	1	2	3	4	
2.5 Responsabilidade com o trabalho	1	2	3	4	
01 A 05 - NA 06 a 09 - AP 10 a 15 - AD 16 a 21 - SD	TOTAL DE PONTOS DO GRUPO 2				
	CONCEITO OBTIDO NO GRUPO 2				

GRUPO 3 - Capacidade de Iniciativa Nº da alternativa na questão <input type="checkbox"/>		1	2	3	4	5
ÍTENS		PONTOS				
3.1 Conhecimento na área		1	2	3	4	
3.2 Capacidade de decidir e inovar		1	2	3	4	
3.3 Aprimoram./aperfeiçoam.e atualização		1	2	3	4	
3.4 Colaboração com colegas de trabalho		1	2	3	4	
01 A 04 - NA 05 a 08 - AP	TOTAL DE PONTOS DO GRUPO 3					
09 a 12 - AD 13 a 16 - SD	CONCEITO OBTIDO NO GRUPO 3					

GRUPO 4 - Produtividade Nº da alternativa na questão <input type="checkbox"/>		1	2	3	4	5
ÍTENS		PONTOS				
4.1 Apresentação dos trabalhos realizados		1	2	3	4	
4.2 Informações e orientações		1	2	3	4	
4.3 Quanto às metas de produtividade ou atividades determinadas		1	2	3	4	
01 A 03 - NA 04 a 06 - AP	TOTAL DE PONTOS DO GRUPO 4					
07 a 09 - AD 10 a 12 - SD	CONCEITO OBTIDO NO GRUPO 4					

GRUPO 5 - Responsabilidade Nº da alternativa na questão <input type="checkbox"/>		1	2	3	4	5
ÍTENS		PONTOS				
5.1 Guarda sigilo quanto às informações		1	2	3	4	
5.2 Materiais de trabalho		1	2	3	4	
5.3 Patrimônio público		1	2	3	4	
01 A 03 - NA 04 a 06 - AP	TOTAL DE PONTOS DO GRUPO 5					
07 a 09 - AD 10 a 12 - SD	CONCEITO OBTIDO NO GRUPO 5					

PONTUAÇÃO E CONCEITO ALCANÇADA NOS GRUPOS					
Descrição	GRUPO 1	GRUPO 2	GRUPO 3	GRUPO 4	GRUPO 5
Total de pontos					
Conceito Obtido					

PONTUAÇÃO GERAL E CONCEITO FINAL DO PERÍODO	
TOTAL GERAL DE PONTOS	
CONCEITO GERAL OBTIDO	

PONTUAÇÃO ATINGIDA	CONCEITO	LEGENDA
61 a 75	SD	SD Supera o desempenho esperado
37 a 60	AD	AD Atende o desempenho esperado
19 a 36	AP	AP Atende parcialmente o desempenho esperado
Até 18	NA	NA Não atende o desempenho esperado

Local e data			
Nome Presidente	Nome Comissão	Nome Comissão	Nome Comissão

RESOLUÇÃO N. 002/2014, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

ANEXO III - FICHA GERAL DE APURAÇÃO DE RESULTADOS

ÓRGÃO: _____
NOME DO AVALIADO: _____
LOTAÇÃO: _____
NOME DO CHEFE IMEDIATO: _____
PERÍODO DE AVALIAÇÃO: _____

PONTUAÇÃO E CONCEITO ALCANÇADO EM TODOS OS PERÍODOS AVALIADOS					
Descrição	PERÍODO 1	PERÍODO 2	PERÍODO 3	PERÍODO 4	PERÍODO 5
Total de pontos					
Conceito Obtido					

PONTUAÇÃO ATINGIDA	CONCEITO	PONTUAÇÃO ATINGIDA	CONCEITO
61 a 75	SD	19 a 36	AP
37 a 60	AD	Até 18	NA

() - Ao servidor avaliado, fica garantida a estabilidade no serviço público, devido o mesmo não ter obtido o conceito "NA - Não atende o desempenho esperado", em até duas avaliações, em conformidade ao que dispõe o Art. 7º da Resolução nº 002/2014.

() - Ao servidor avaliado, fica impossibilitada a garantida a estabilidade no serviço público, devido o mesmo ter obtido o conceito "NA - Não atende o desempenho esperado", em duas ou avaliações, em conformidade ao que dispõe o Art. 7º da Resolução nº 002/2014, devendo ser exonerado, onde preliminarmente lhe assegura-se o direito à ampla defesa e o contraditório administrativo; dando-se vista no estágio pelo prazo de 05 (cinco) dias para apresentar defesa, por si ou por procurador legalmente habilitado.

Para concretização da estabilidade, aguarda-se publicação de Portaria, homologando o resultado das avaliações do estágio probatório.

Considerações da defesa do avaliado:

Considerações do avaliador:

Local e data			
Nome Presidente	Nome Comissão	Nome Comissão	Nome Comissão

Passo de Torres

PREFEITURA

EDITAL 001/2014 EDUCAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EDITAL DE MATRÍCULA E REMATRÍCULA, NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O ANO LETIVO DE 2015.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, SC, no uso das atribuições,
TORNA PÚBLICO a quem interessar possa, que encontram-se abertas as matrículas e rematrículas para alunos na Rede Pública Municipal de Ensino.

1: DO PRAZO:

1.1: Fica estabelecido o período de 17 de novembro de 2014 a 10 de dezembro de 2014, para os pais ou responsáveis efetuarem a matrícula ou rematrícula na rede pública municipal de ensino.

1.2: Fica estabelecido o período de 12 a 22 de dezembro de 2014, para os pais e responsáveis realizarem o ajuste de matrícula.

2: DAS VAGAS:

2.1: Para garantir a vaga do aluno na escola, os pais ou responsáveis devem efetivar a matrícula ou rematrícula, nas modalidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental;

2.2: As vagas serão distribuídas conforme a necessidade da Unidade Escolar de acordo com a disponibilidade, não havendo escolha de vaga.

2.3: A responsabilidade da Matrícula e Rematrícula é dos pais e/ou responsáveis pelos alunos em casos de menores de 18 anos.

3: DA OBRIGATORIEDADE DA MATRÍCULA:

3.1: No 1º ano do Ensino Fundamental de 09 (nove) anos de duração, será assegurado vaga para crianças nascidas até 31 de março de 2009, portanto, que completarão 06 (seis) anos de idade até 31 de março de 2015;

3.2: As matrículas para o ingresso de novos alunos na Educação Infantil para o ano letivo de 2015 deverão ser observadas as seguintes faixas etárias:

3.2.1: EDUCAÇÃO INFANTIL (CRECHE):

a) Creche I: 06(seis) meses de idade no ato da matrícula;

b) Creche II: 01(um) ano e 8(oito) meses de idade no ato da matrícula;

c) Creche III: 03 anos de idade no ato da matrícula;

3.2.2: EDUCAÇÃO INFANTIL (PRÉ-ESCOLA):

a) Pré-escolar I: Crianças com 04 (quatro) anos de idade completos até 31 de março de 2015;

b) Pré-escolar II: Crianças com 05 (cinco) anos de idade completos até 31 de março de 2015;

4: DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DA MATRÍCULA OU REMATRÍCULA:

4.1: Para efetivar a matrícula do aluno, é obrigatória a entrega dos seguintes documentos, conforme segue:

I - Certidão de nascimento para alunos da Educação Infantil;

II - Carteira de Identidade para alunos do Ensino Fundamental;

III - CPF para alunos da Educação de Jovens e Adultos;

IV - Histórico Escolar para alunos advindos de transferência;

V - Comprovante de domicílio de residência no município do Passo de Torres atualizado;

VI - Comprovante de Trabalho dos Pais, para alunos menores de 18 anos;

VII - CPF dos responsáveis;

VIII - Título Eleitoral dos responsáveis;

IX - Carteira de Vacinação para alunos da Educação Infantil e

Ensino Fundamental;

X - Certidão de Quitação Militar para alunos maiores de 18 anos;

XI - Comprovante de Votação para alunos maiores de 18 anos;

XII - Alunos com intolerância alimentar deverão apresentar atestado médico;

4.2: Os Pais ou responsáveis por crianças em idade escolar que não atenderem o chamamento do presente Edital serão responsabilizados na forma da Lei 8.069/90 (ECA).

5: ZONEAMENTO

5.1: O Zoneamento Escolar consta no anexo I, II, III, IV V, VI deste edital, e estes expressam o nome da Unidade Escolar, as localizações de sua abrangência e número de vagas.

5.2: O aluno deverá ser matriculado na Unidade Escolar determinada pelo zoneamento escolar detalhado nos anexos, para dispor do transporte escolar público, exceto no caso em que a escola não possua vaga ou encaminhado por órgão de proteção à criança e ao adolescente.

5.3: Os casos não previstos no presente Edital, no que tange as matrículas e rematrículas, serão resolvidos, junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

5.4: As matrículas e rematrículas do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos serão realizadas nas Unidades Escolares sob a supervisão da Secretária Municipal de Educação e cultura no horário normal de expediente.

5.5: As matrículas e rematrículas de Educação Infantil serão realizadas de forma centralizadas na Unidade Escolar Centro de Educação Infantil Mundo Feliz.

5.6: As vagas destinadas à Unidade Escolar de Educação Infantil do anexo V terão início do ano letivo de 2015 após a inauguração prevista para o término do 1º Semestre de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, SC, AOS 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

ANEXO I

Unidade Escola: Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Rodrigues da Silva

Endereço: Rua João Pedroso S/N, Centro, Passo de Torres, CEP: 88980-000

Fone: (48) 3548-0424

Ano Escolar	Matutino		Vespertino		Total de Vagas
	Nº Turma	Nº Vaga por turma	Nº Turma	Nº Vaga por turma	
1º Ano	1	20	2	20	60
2º Ano	1	25	2	25	75
3º Ano	2	25	2	25	100
4º Ano	2	25	2	25	100
5º Ano	2	25	2	25	100
6º Ano	2	25	2	25	100
7º Ano	2	25	1	25	75
8º Ano	2	25	1	25	75
9º Ano	2	25	1	25	75

Abrangência de Atendimento de acordo com o zoneamento Escolar e Bairros: Centro, Passárgada, Estaleiro, Silveira, Alto Feliz, Barra Velha, Praia Azul, Balneário Caravelle II, Mira Torres, Progresso, Costa do Rio Mampituba, Arraial.

ANEXO II

Unidade Escola: Escola Municipal de Ensino Fundamental Vila Nova

Endereço: Rua Onze Horas, Rosa do Mar, Passo de Torres, CEP: 88980-000

Fone: (48) 3538-1181

Ano Escolar	Matutino		Vespertino		Total de Vagas
	Nº Turma	Nº Vaga por turma	Nº Turma	Nº Vaga por turma	
1º Ano	0	0	1	20	20
2º Ano	0	0	1	25	25
3º Ano	1	25	1	25	50
4º Ano	1	25	1	25	50
5º Ano	1	25	1	25	50
6º Ano	1	25	0	0	25
7º Ano	1	25	1	25	50
8º Ano	1	25	0	0	25
9º Ano	1	25	0	0	75

Abrangência de Atendimento de acordo com o zoneamento Escolar e Bairros: Praia Bela, Mira Flores, Vila Ribeiro, Bela Torres II, Guaporema, Nova Bela Torres, Bela Torres, Rota do Sol, Rosa do Mar, União Aliança, Vilmar, Xangrilá, Luxemburgo, Sidarta, Tapera, Balneário Sumaré II, Valverde, Balneário Sumaré, Curralinhos, e São Francisco, Piritú.

ANEXO III

Unidade Escola: Centro de Educação Infantil Mundo Feliz
Endereço: Rua Luiz João Batista, S/N, Centro, Passo de Torres, CEP: 88980-000
Fone: (48) 3548-0035 ramal 619

Ano Escolar	Integral		Total de Vagas
	Nº Turma	Nº Vaga por turma	
Creche I	2	15	30
Creche II	2	15	30

Abrangência de Atendimento de acordo com o zoneamento Escolar e Bairros: Todo o Município de Passo de Torres.

Ano Escolar	Integral				Total de Vagas
	Nº Turma	Nº Vaga por turma			
Creche III	2	20			40
	Matutino		Vespertino		Total de Vagas
	Nº Turma	Nº Vaga por turma	Nº Turma	Nº Vaga por turma	
Pré-Escolar I	1	20	2	20	60
Pré-Escolar II	2	25	1	25	75

Abrangência de Atendimento de acordo com o zoneamento Escolar e Bairros: Centro, Passárgada, Silveira, Estaleiro, Progresso, Paraíso, Costa do Rio Mampituba, Arraial, Piritú.

ANEXO IV

Unidade Escola: Escola Municipal de Ensino Fundamental Vila Nova
Endereço: Rua Onze Horas, Rosa do Mar, Passo de Torres, CEP: 88980-000
Fone: (48) 3538-1181

Ano Escolar	Vespertino		Total de Vagas
	Nº Turma	Nº Vaga por turma	
Pré-Escolar II	1	25	25

Abrangência de Atendimento de acordo com o zoneamento Escolar e Bairros: Vila Ribeiro, Bela Torres II, Guaporema, Nova Bela Torres, Bela Torres, Rota do Sol, Rosa do Mar, União Aliança, Vilmar, Xangrilá, Luxemburgo, Sidarta, Tapera, Balneário Sumaré II, Valverde, Balneário Sumaré, Curralinhos, e São Francisco.

ANEXO V

Unidade Escola: Centro de Educação Infantil Barra Velha
Endereço: Rua Macario Elias Delfino, Barra Velha, Passo de Torres, CEP: 88980-000
Fone: (48) 3548-0290

Ano Escolar	Integral			Total de Vagas	
	Nº Turma	Nº Vaga por turma			
Creche III	2	20		40	
	Matutino		Vespertino		Total de Vagas
	Nº Turma	Nº Vaga por turma	Nº Turma	Nº Vaga por turma	
Pré-Escolar I	1	0	1	25	50

Abrangência de Atendimento de acordo com o zoneamento Escolar e Bairros:

Vila Ribeiro, Bela Torres II, Guaporema, Nova Bela Torres, Bela Torres, Rota do Sol, Rosa do Mar, União Aliança, Vilmar, Xangrilá, Luxemburgo, Sidarta, Tapera, Balneário Sumaré II, Valverde, Balneário Sumaré, Curralinhos, São Francisco, Barra Velha, Alto Feliz, Mira Torres, Praia Azul, Balneário Caravele II, Praia Bela, Mira Flores.

Ano Escolar	Matutino		Vespertino		Total de Vagas
	Nº Turma	Nº Vaga por turma	Nº Turma	Nº Vaga por turma	
Pré-Escolar II	1	25	1	25	50

Abrangência de Atendimento de acordo com o zoneamento Escolar e Bairros: Barra Velha, Alto Feliz, Mira Torres, Praia Azul, Balneário Caravele II, Praia Bela, Mira Flores.

ANEXO VI

Unidade Escola: Instituto de Educação Professora Norbertina Pereira da Silva
Endereço: Rua João Pedroso S/N, Centro, Passo de Torres, CEP: 88980-000
Fone: (48) 3548-0424

Ano Escolar	Noturno		Total de Vagas
	Nº Turma	Nº Vaga por turma	
Alfabetização	2	15	30
Ensino Fundamental Anos Finais	4	25	100

Abrangência de Atendimento de acordo com o zoneamento Escolar e Bairros: Todo o Município de Passo de Torres.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO PMPT Nº 4-11/2012

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 4-11/2012
PRORROGAÇÃO DE CONTRATO
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
CONTRATADA: CORESTRANS COLET. DE RESIDUOS E TRANSPORTE LTDA EPP
OBJETO: FICA ACRESCIDO O VALOR DE R\$ 102.212,81 (CENTO E DOIS MIL DUZENTOS E DOZE REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS) DO CONTRATO DE Nº 11/2012 PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA DE LIXO, CONFORME TP Nº 60/2011

PASSO DE TORRES, 01 DE OUTUBRO DE 2014.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO PMPT Nº 6-34/2011

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 6-34/2011
PRORROGAÇÃO DE CONTRATO
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA.
OBJETO: FICA ACRESCIDO NO OBJETO DO CONTRATO Nº 34/2011, MAIS 01 USUÁRIO AO SISTEMA DA PREFEITURA MUNICIPAL ESPECIFICADO ABAIXO, TOTALIZANDO UM ACRÉSCIMO MENSAL DE R\$ 126,50 (CENTO E VINTE E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), NOS TERMOS DO ART. 65, § 1º, DA LEI 8.666/93:

PASSO DE TORRES, 01 DE OUTUBRO DE 2014.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO PMPT Nº 1-40/2014

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 1-40/2014
PRORROGAÇÃO DE CONTRATO
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
CONTRATADA: HUMBERTO ROCHA RAMOS ME
OBJETO: FICA ACRESCIDO O VALOR DE R\$ 966,75 (NOVECIENTOS E SESENTA E SEIS REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS) PARA O ITEM DE Nº 39 (PALETA - MIOLO SEM MÚSCULO) DO CONTRATO DE Nº 40/2014 PELA AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR (DE BOA QUALIDADE) PARA OS ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MANOEL RODRIGUES DA SILVA E ESCOLA MUNICIPAL VILA NOVA DO MUNICIPIO DE PASSO DE TORRES/SC., CONFORME PR Nº 16/2014.

PASSO DE TORRES, 09 DE OUTUBRO DE 2014.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO FMS Nº 03/2014

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 03/2014
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE AMESC.
OBJETO:FICA RESCINDIDO DE COMUM ACORDO ENTRE AS PARTES O CONTRATO Nº 03/2014, PROCESSO LICITATORIO DL 03/2014, O MONTANTE DE DE R\$ 26.593,00 (VINTE E SEIS MIL QUINHENTOS E NOVENTA E TRES REAIS) A CONTAR COM A DATA DE 01/09/2014. ANULANDO-SE O SALDO DO EMPENHO Nº 34/2014.
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93

PASSO DE TORRES, 29 DE AGOSTO DE 2014.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO FMS Nº 19/2014

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 19/2014
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES
CONTRATADO: ROMEU DE OLIVEIRA
OBJETO:FICA RESCINDIDO DE COMUM ACORDO ENTRE AS PARTES O CONTRATO Nº 19/2014, O MONTANTE DE R\$ 2.100,00 (DOIS MIL E CEM REAIS) A CONTAR COM A DATA DE 02/10/2014. ANULANDO-SE O SALDO DO EMPENHO Nº 253/2014.
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93

PASSO DE TORRES,02 DE OUTUBRO DE 2014.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
PREFEITO MUNICIPAL

Passos Maia

PREFEITURA

PORTARIA Nº 475, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 475, de 11 de novembro de 2014.
"CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito do servidor ao gozo de férias e o pedido do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art.72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor LUIZ DE JESUS PADILHA, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, matrícula n. 5005, lotado na Secretaria Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento, referentes ao período aquisitivo de 01/11/2012 a 31/10/2013, para serem gozadas de 03/11/2014 a 02/12/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 03/11/2014.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 11 de novembro de 2014.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 476, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 476, de 11 de novembro de 2014.
"CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 79, da Lei Complementar n. 002, de 14 de setembro de 1998,

Considerando o direito da servidora ao gozo de férias e o pedido da servidora;

Considerando o encerramento do período de gozo de Licença Prêmio da servidora, conforme Portaria nº 431, de 15 de agosto de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, à servidora DIRCE DILEMA BONATTO MEOTTI, ocupante do cargo de Professor, matrícula n. 8001, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, referentes ao período aquisitivo de 01/02/2013 a 31/01/2014, para serem gozadas de 10/11/2014 a 09/12/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 11 de novembro de 2014.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

Paulo Lopes**PREFEITURA****CHAMAMENTO PÚBLICO 003/2014**

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
CHAMAMENTO PÚBLICO 003/2014

O Município de Paulo Lopes torna público para conhecimento dos interessados o Chamamento Público 003/2014, que visa à contratação de 01 (um) Médico para atuar no Programa Estratégia da Saúde da Família. O candidato interessado a assumir a respectiva vaga deverá comparecer à sede da Secretaria Municipal de Saúde (Rua José Pereira da Silva, s/n, Centro de Paulo Lopes - anexado ao Ginásio Municipal de Esportes), no dia 21 de novembro de 2014 (sexta-feira), às 10:00h, obrigatoriamente munido de documento pessoal com foto atualizada (RG, CNH ou CTPS) e comprovação de sua habilitação junto ao CRM. EDITAL COMPLETO: encontra-se à disposição no Mural da Secretaria de Saúde e no site www.paulolopes.sc.gov.br. Maiores informações pelo telefone (48) 3253-0211.

Paulo Lopes (SC), 12 de novembro de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Penha**PREFEITURA****LEI Nº 2729**

LEI Nº 2729/2014

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A RECEBER BENS MÓVEIS DOADOS POR TERCEIROS E INCORPORÁ-LOS AO PATRIMÔNIO MUNICIPAL."

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Penha, através do Poder Executivo, autorizado a receber bens móveis doados por terceiros e incorporá-los a Patrimônio Municipal.

Art. 2º. Uma vez realizada a doação, os bens móveis serão incorporados ao patrimônio público do Município de Penha e, serão destinados ao uso da Administração Municipal direta e indireta.

§1º A partir da sanção desta Lei, somente será aceito a doação de bens móveis novos ou em perfeito estado de funcionamento e condição de uso.

§2º Para fins do disposto no §1º, o responsável do departamento, secretaria, autarquia ou fundação deverá emitir atestado, no corpo do termo de doação, de perfeito estado de funcionamento e condição de uso do bem móvel sujeito a doação.

Art. 3º. A doação deve ser acompanhada do termo em anexo desta Lei, no qual esteja especificado o sujeito doador, as características e o estado físico do bem doado, bem como o órgão ou instituição recebedor da doação.

Art. 4º Ficam automaticamente incorporados ao Patrimônio Municipal todos bem móveis doados anteriormente a aplicação desta Lei.

Art. 5º. As despesas para cumprimento do disposto nesta Lei correrão por conta do orçamento do Município de Penha.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Penha, 10 de novembro de 2014.

Evandro Eredos dos Navegantes
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

Rafael Celestino
Secretário da Administração

TERMO DE DOAÇÃO DE BEM MÓVEL
DOADOR:

Eu _____

RG: _____

CPF: _____ Residente: _____

nº _____ Bairro: _____ Município: _____

CEP _____,

declaro estar doando o objeto abaixo discriminado.

Firmam o presente Termo de Doação de Bem Móvel, nas condições

expressas nas
cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo corresponde a _____

_____ que servirá para _____
no estabelecimento _____.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS CONDIÇÕES

A presente doação é em caráter gratuito e irrevogável, não podendo o doador dispor, solicitar ou reaver, qualquer poder inerente ao objeto doado. Sendo que neste ato o bem parará a integrar o patrimônio deste Município, recebendo sua devida identificação patrimonial.

E por estarem de acordo, assinam o presente Termo de Doação de Bem Móvel, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas, que a tudo assistiram.

Penha, ____ de _____ de 201____

Doador

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ Nome: _____

CPF: _____ CPF: _____

LEI Nº 2730

LEI Nº 2730/2014

“AUTORIZA RECEBER EM DOAÇÃO, ÁREA DE TERRA PARA ALONGAMENTO DA RUA SALVADOR MATEUS”.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a receber, em doação, área de terra com 44,40 m², de uma área total de 2.263,92 m², de propriedade de: Domingos dos Santos e Outros, matrícula nº 41.455; e área de terra com 45,60 m², de uma área total 2.331,00 m², de propriedade de: João Batista Mateus e Outros, matrícula nº 34.886, localizadas no Bairro Praia de Armação do Itapocorói, neste município, conforme descrito abaixo:

a) UM TERRENO sem benfeitorias, situado no lugar Armação, zona urbana da sede do Município de Penha, Comarca de Balneário de Piçarras, Estado de Santa Catarina, com a área de 44,40 metros quadrados e as seguintes medidas e confrontações: Fazendo frente ao Oeste com a Rua Salvador Mateus (denominada pela Lei Municipal nº 2288/2009), onde mede 2,96 metros; fundos ao Leste com terras dos proprietários, com a mesma medida da frente; estrema ao Norte com terras dos proprietários onde mede 15,00 metros e ao Sul, com terras de João Batista Mateus e Outros, também medindo 15,00 metros; localizado no final da Rua Salvador Mateus, distante 130,00 metros da esquina com a Avenida São João, ao oeste. Fazendo parte de uma área total de 2.263,92 metros quadrados, devidamente matriculada sob nº 41.455, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Balneário de Piçarras/SC.

b) UM TERRENO sem benfeitorias, situado no lugar Armação, zona urbana da sede do Município de Penha, Comarca de Balneário de Piçarras, Estado de Santa Catarina, com a área de 45,60 metros quadrados e as seguintes medidas e confrontações:

Fazendo frente ao Oeste com a Rua Salvador Mateus (denominada pela Lei Municipal nº 2288/2009), onde mede 3,04 metros; fundos ao Leste com terras dos proprietários, com a mesma medida da frente; estrema ao Norte com terras de Domingos dos Santos e Outros onde mede 15,00 metros e ao Sul, com terras dos proprietários, também medindo 15,00 metros; localizado no final da Rua Salvador Mateus, distante 130,00 metros da esquina com a Avenida São João, ao oeste. Fazendo parte de uma área total de 2.331,00 metros quadrados, devidamente matriculada sob nº 34.886, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Balneário de Piçarras/SC.

Art.2º - As áreas objeto da doação serão utilizadas para prolongamento da extensão da Rua Salvador Mateus, passando a mesma a ter 904,82 m².

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha, 10 de novembro de 2014.

Evandro Eredos dos Navegantes

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

Rafael Celestino

Secretário da Administração

LEI Nº 2731

LEI Nº 2731/2014

“MODIFICA DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 2702/2014.”

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Revoga o artigo 2º da Lei nº 2702 de dois de junho de dois mil e quatorze.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Penha, 10 de novembro de 2014.

Evandro Eredos dos Navegantes

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

Rafael Celestino

Secretário da Administração

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2014**

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2014

A CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA, no uso de suas atribuições, torna público o presente Edital de Chamamento Público Nº 01/2014 de procura de imóvel para locação, destinado a atender as necessidades deste Legislativo.

JUSTIFICATIVA

O presente Edital de Chamamento Público tem por objetivo identificar imóveis aptos ao atendimento do interesse do Poder Legislativo de Penha, disponíveis para imediata locação, em razão do eminente término do contrato atualmente em vigor.

1. DO OBJETO:

1.1 Um imóvel localizado no centro urbano do Município de Penha, conforme Artigo 16 da Lei Orgânica Municipal e Artigo 3º do Regimento Interno desta Câmara, e que atenda aos seguintes requisitos mínimos necessários:

- a) área construída não inferior a 250,00 (duzentos e cinquenta) m², podendo esta ser dividida em mais de um pavimento;
- b) possuir uma área não dividida de no mínimo 100,00 (cem) m² já contemplados no item anterior, para que seja instalado um plenário;
- c) conter no mínimo 2 banheiros, sendo 1 junto à área destinada a instalação do plenário.
- d) estar em perfeitas condições de pintura de paredes e fachadas, pisos e revestimentos, telhados, além dos sistemas elétrico e hidráulico, todas as portas com fechaduras e chaves, pronto para imediata utilização.
- e) que haja manifestação do proprietário em realizar as adaptações necessárias as demandas da Câmara de Vereadores de Penha, ou deve possibilitar eventuais adequações do imóvel às mesmas;
- f) o imóvel deverá estar localizado em rua ou avenida que contenha paradas de ônibus em suas imediações.

2. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:

2.1 A proposta deverá conter o valor mensal de locação do imóvel, incluído despesas de IPTU, seguros, lixo, condomínios (se houver); e excluídas as taxas de água e luz, em papel assinado pelo proprietário do imóvel ou seu representante legal, com firma reconhecida em cartório.

2.2 Juntamente com a proposta, deverão estar os seguintes documentos:

2.2.1 - PESSOA FÍSICA

- a) Cópia da Cédula de Identidade do proprietário do imóvel;
- b) Cópia do CPF do proprietário do imóvel;
- c) Procuração do representante legal, se houver, e cópia da Cédula de Identidade e CPF do representante legal;
- d) Cópia do Título de Propriedade do Imóvel.

2.2.2 - PESSOA JURÍDICA

- a) Cópia do Contrato Social;
- b) Cópia Cédula de identidade dos proprietários ou sócios da empresa;
- c) Procuração do representante legal, se houver, e cópia da Cédula de Identidade e CPF do representante legal;
- d) Cópia do Título de Propriedade do Imóvel.

2.3 A validade da proposta deverá ser de, no mínimo 60 (sessenta) dias contados a partir da data de entrega da mesma.

2.4 A Câmara de Vereadores de Penha reserva-se o direito de visitar os imóveis ofertados ou solicitar informações complementares, e, para tanto, os interessados deverão fazer constar da proposta, telefone(s) e nome (nomes) da(s) pessoa(s) para contato.

3. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DAS PROPOSTAS

3.1 As propostas deverão ser entregues em envelopes fechados na atual sede da Câmara de Vereadores de Penha, situada à Avenida Antônio Joaquim Tavares, 101 - Centro; a partir do dia 17 de novembro de 2014 até o dia 21 de novembro de 2014, das 08:00h as 17:00h.

4. DO RESULTADO

4.1 O resultado desta procura de imóveis será divulgado no site da Câmara de Vereadores de Penha (www.camaradepenha.com.br) e, oportunamente, será convocado o seu proprietário/procurador, para a formalização do contrato.

4.2 O presente Edital não implica em obrigatoriedade de locação do imóvel ou de aceite de quaisquer das propostas apresentadas, reservando-se a Câmara de Vereadores de Penha o direito de optar pelo imóvel que melhor atenda as suas necessidades.

5. DO CONTRATO

5.1 O contrato de locação do imóvel escolhido, atendidos os requisitos estabelecidos neste Edital e previstos na legislação aplicável, será celebrado com a Câmara de Vereadores de Penha.

5.2 As despesas decorrentes da presente pretensão de locação correrão por conta da seguinte dotação:

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

2.001 - Manutenção e Funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores

3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

3.3.90.36.15 - Aluguéis

5.3 O pagamento do valor do aluguel será pago até o dia 10 (dez) de cada mês, contra recibo.

5.4 O aluguel será reajustado anualmente, conforme o índice Geral de Preços do Mercado - IGPM.

5.5 O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado pelas partes, na forma da lei.

6. MAIORES INFORMAÇÕES

6.1 Mais informações poderão ser obtidas através do e-mail atendimento@camaradepenha.com.br.

Penha, 10 de novembro de 2014.

JESUEL FRANCISCO CAPELA

Presidente da Câmara de Vereadores de Penha

Petrolândia**PREFEITURA****CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 51

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2014

O Município de Petrolândia, SC, torna público para conhecimento dos interessados que até às 09 horas do dia 15/12/2014, estará selecionando a melhor proposta por preço global para PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS HEXAGONAIS, DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE VIAS URBANAS, NO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA/SC, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários à completa e perfeita implantação de todos os elementos definidos, em conformidade com os anexos do Edital, objetivando a execução de ações relativas ao Programa FUNDAM, vinculado a Proposta SIGEF n. 9997, celebrado entre o Governo de Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Fazenda e o Município de Petrolândia. Maiores informações serão fornecidas pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, fone 47 3536-1151 ou no e-mail: licita@petrolandia.sc.gov.br.

Petrolândia, em 12 de novembro de 2014.

Joel Longen

Prefeito Municipal.

Pinheiro Preto**PREFEITURA****AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 042/2014**

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 042/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O Município de Pinheiro Preto, através do Prefeito Municipal, faz saber a todos os interessados, que o edital de licitação nº 042/2014, modalidade Pregão Presencial, passou a vigorar com as seguintes alterações:

1- DO OBJETO:

AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, PEDRISCO E PÓ DE PEDRA PARA PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS "B", "C", "G", "H", "I" e "J" DO LOTEAMENTO TRANQUILO BENJAMIN GUZZI, estimado nas seguintes quantidades a serem adquiridas:

ITEM	Estimativa de Quantidade a ser adquirida
Pedrisco	607,84 T
Pó de pedra	137,54 T
Tubos de 30 cm	300 un
Tubos de 40 cm	436 un

2- O item 6.4 do edital passa a vigorar com a seguinte redação.

6.4 - Qualificação Técnica:

6.4.1 - Declaração de que recebeu todos os documentos e que tomou conhecimento das informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

6.4.2 - Declaração assinada pelo representante legal da licitante de que não possui Fatos Impeditivos para participar de Licitação Pública.

6.4.3 - Declaração de idoneidade.

6.4.4 - Licença Ambiental com prazo de validade em vigor. (No caso de empresa fornecedora dos itens pedra 1, pedrisco e pó de pedra).

6.4.5 - Comprovante de registro da empresa junto ao CREA, com apresentação de Certidão de Pessoa Jurídica.

6.4.6 - Certidão de Pessoa Física - Engº Responsável junto ao CREA.

3- Fica acrescido o seguinte anexo ao edital:

ANEXO VIII - Orçamento

4 - Órgão Participante: Município

Desta forma, em razão das alterações promovidas, fica redesignada a data de 24/11/2014 para recebimento dos documentos até às 10:00 hs e abertura das propostas às 10:15hs. Os demais termos e cláusulas do edital nº 42/2014, modalidade Pregão Presencial, permanecem inalteradas.

Pinheiro Preto, 10 de novembro de 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito

TERMO ADITIVO 042/2014

(Ementa)

TERMO ADITIVO 042/2014

CONTRATO: Nº 123/2014

OBJETO: "FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM DE PNEUS.

LICITAÇÃO: CONVITE. nº 01/2014

EMPRESA CONTRATADA: RECAUCHUTADORA RODA LTDA

1. VALOR DO CONTRATO: Recapagem de Pneu 1400 x 24 - 25 unidades - recapagem normal;

Marca do material utilizado: VIPAL

Valor unitário R\$ 1.150,00

Valor Total R\$ 28.750,00

2. Recapagem de Pneu 1000 x 20 - 55 unidades - recapagem borrachudo;

Marca do material utilizado: VIPAL

Valor unitário R\$ 433,00

Valor Total R\$ 23.815,00

3. Recapagem de Pneu 900 x 20 - 8 unidades - recapagem borrachudo;

Marca do material utilizado: VIPAL

Valor unitário R\$ 349,00

Valor Total R\$ 2.792,00

4. Recapagem de Pneu 18,4 x 34 - 2 unidades - recapagem normal;

Marca do material utilizado: VIPAL

Valor unitário R\$ 1.400,00

Valor Total R\$ 2.800,00

5. Recapagem de Pneu 12,4 x 24 - 2 unidades- recapagem normal;

Marca do material utilizado: VIPAL

Valor unitário R\$ 669,00

Valor Total R\$ 1.338,00

6. Recapagem de Pneu 750 x 16- 4 unidades - recapagem normal;

Marca do material utilizado: VIPAL

Valor unitário R\$ 215,00

Valor Total R\$ 860,00

7. Recapagem pneu 14,9 x 24 = 4 unidades - recapagem mista;

Marca do material utilizado: VIPAL

Valor unitário R\$ 845,00

Valor Total R\$ 3.380,00

8. Recapagem pneu 18,4 x 30 = 2 unidades- recapagem normal

Marca do material utilizado: VIPAL

Valor unitário R\$ 1.491,00

Valor Total R\$ 2.982,00

9. Recapagem pneu 23,1 x 30= 2 unidades- recapagem normal

Marca do material utilizado: VIPAL

Valor unitário R\$ 2.495,00

Valor Total R\$ 4.990,00

10. Vulcanização (em razão de cortes) de pneu 1.400 x 24 = 20 unidades

Marca do material utilizado: VIPAL

Valor unitário R\$ 275,00

Valor Total R\$ 5.500,00

11. Vulcanização (em razão de cortes) de pneu 1.000 x 20 = 20 unidades

Marca do material utilizado: VIPAL

Valor unitário R\$ 65,00

Valor Total R\$ 1.300,00

12. Conserto simples pneu 1000 x 20 = 40 unidades

Marca do material utilizado: VIPAL

Valor unitário R\$ 16,00

Valor Total R\$ 640,00

.

DATA DO CONTRATO: 10 de novembro de 2014

PREFEITO: Euzebio Vieceli

RESOLUÇÃO N.º 06/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Av. ARTHUR COSTA E SILVA FONE/FAX: 49 35621556

email: besocial@pinheiropreto.sc.gov.br

RESOLUÇÃO N.º 06/2014 Pinheiro Preto, 10 de novembro de 2014.

DISCIPLINA A APROVAÇÃO DO DEMONSTRATIVO SINTÉTICO ANUAL DA EXECUÇÃO FÍSICO FINANCEIRA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS DO ANO 2013.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal N.º 758/96 de 12 de março de 1996 e Decreto Executivo Municipal N.º 3859 de 05 de agosto de 2013.

Considerando a decisão do Conselho Municipal de Assistência Social devidamente nomeado através do Decreto executivo Municipal N.º 3.859 de 05 de agosto de 2013 de cuja decisão está consignada em ata;

Considerando que o Conselho Municipal de Assistência Social, visa deliberar, fiscalizar e regulamentar as ações sociais desenvolvidas na área da assistência social no município de Pinheiro Preto.

RESOLVE

Art.º 1º. Aprovar o Demonstrativo Sintético Anual Da Execução Físico Financeira Do Sistema Único De Assistência Social - Suas Do Ano 2013.

Art.º 2º. As metas de atendimento do referido Demonstrativo, são 2.500 famílias referenciadas para o atendimento no PAIF (Piso Básico Fixo) e 74 famílias cadastradas no CADÚNICO atendimento no Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos (SCFV).

Art.º 3º. No ano de 2013, os recursos financeiros recebidos do FNAS foram no valor de R\$ 43.259,97, os recursos financeiros recebidos pelo FEAS foram no valor de R\$9.873,68. Os recursos próprios executados foram no valor de R\$ 117.964,31.

Art.º 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pinheiro Preto - SC, 10 de novembro de 2014.

Elaine Timm Duarte

Presidente CMAS

Pomerode**PREFEITURA****EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 314/2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 314/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFA1952	54487016A	05/04/2006	66100	230 * VII
LWX9157	55601556A	08/05/2006	69120	232
LXL3860	55600986A	02/04/2006	50450	162 * V
LYQ2253	55600985A	02/04/2006	65800	230 * IV
LZP2665	55600984A	01/04/2006	52740	175
LZX2060	55600495A	08/04/2006	50100	162 * I
MBC9974	55600741A	26/11/2005	50100	162 * I
MBD7204	55600072A	19/04/2006	69630	237
MFG2471	55600543A	21/03/2006	73400	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 1569/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 1569/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AOR3015	54985700E	30/07/2014	52070	169	53.20
ARB0920	54883351E	07/07/2014	60501	208	191.53
ARK8474	54985638E	30/06/2014	54100	181 * IV	85.12
CPP7724	54882838E	06/07/2014	57380	186 * II	191.53
MEJ2280	54883361E	14/07/2014	52070	169	53.20
MII7752	54985637E	30/06/2014	51852	167	127.69
MLY6124	54450286E	17/07/2014	51851	167	127.69
MLY6124	54450287E	17/07/2014	73662	252 * VI	85.12
MUW4472	54985636E	28/06/2014	54521	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 161/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 161/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXL5003	54488074A	23/01/2003	57380	186 * II	191.53
LYQ5768	54488073A	12/01/2003	51690	165	957.69
LYQ5768	54488072A	12/01/2003	52740	175	191.53
LYR0205	54487877A	11/01/2003	52070	169	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 151/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 151/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAN1122	54487968A	08/11/2002	60500	208	191.53
MBF0377	54487967A	02/11/2002	60500	208	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 240/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 240/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXH5205	54486988A	04/08/2004	65990	230 * V
MAE3849	54487496A	23/09/2004	55680	181 * XIX
MAM4102	55600103A	26/09/2004	57380	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 421/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 421/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIB9356	55601688A	10/04/2007	65990	230 * V
AJS0809	55600447A	22/03/2007	69120	232
ANA0548	55191215B	16/04/2007	65560	230 * I
DFG0114	55190334B	15/04/2007	73580	252 * V
JYD0184	55190871B	28/03/2007	69200	233
LXS7902	55601689A	10/04/2007	65990	230 * V
LYF9720	55190872B	28/03/2007	73400	252 * IV
LYY3056	55190870B	28/03/2007	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 261/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 261/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IFX1080	55599748A	01/02/2005	65990	230 * V

LYY0933	54487348A	06/02/2005	50450	162	*	V
LYY0933	54487349A	06/02/2005	66020	230	*	VI
MBT6564	55600331A	14/02/2005	50100	162	*	I
MBT6564	55600332A	14/02/2005	70480	244	*	II
MBT6564	55600333A	14/02/2005	69120	232		
MCO0235	55600022A	05/02/2005	70300	244	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 88/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 88/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IIH0305	55542033	12/06/2001	51850	167	127.69
LXR3380	55558998	24/06/2001	66100	230 * VII	127.69
MAE2492	55542039	28/06/2001	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 53/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 53/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACB5183	55542319	26/11/1999	54100	181 * IV	85.12
LWZ4580	55541905	25/11/1999	52070	169	53.20
LYW4022	55541953	17/11/1999	62460	218 * II * b	574.61
LYW8674	55542272	25/11/1999	66370	230 * IX	127.69
LZJ0757	55542315	19/11/1999	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LZN2815	55541856	14/10/1999	67690	230 * XXII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 210/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 210/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXI2213	54487066A	18/01/2004	66100	230 * VII	127.69
LYZ3548	54488449A	21/01/2004	55410	181 * XVII	53.20
MAN3496	55599677A	22/01/2004	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 83/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 83/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CWD8334	54486061A	20/03/2001	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 356/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 356/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZL0391 55601094A 20/09/2006 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 109/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 109/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXI8241	54486672A	08/01/2002	57380	186 * II	191.53
LZL1637	54486824A	02/01/2002	58350	195	127.69
MAF7823	54486877A	06/01/2002	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 288/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 288/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZQ0999	55600568A	09/07/2005	65990	230 * V
LZQ0999	55600569A	09/07/2005	66020	230 * VI
LZQ0999	55600569A	09/07/2005	66370	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 287/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 287/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWT6244	55600719A	01/07/2005	66100	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 318/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 318/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXB5967 55601563A 16/05/2006 66370 230 * IX
LZU8051 55601464A 07/06/2006 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 271/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 271/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

MCA4687 55600157A 04/02/2005 55680 181 * XIX 127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.762 432/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - ELETRONICO - 282

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.762 432/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAK9233	8762043795	26/07/2014	74550	218 * I	85.12
ACZ2707	8762041229	13/05/2014	74550	218 * I	85.12
AIL5767	8762043086	03/07/2014	56732	183	85.12
ARG6055	8762041926	01/06/2014	74550	218 * I	85.12
ASF0935	8762041002	14/05/2014	74550	218 * I	85.12
BNO0746	8762042980	02/07/2014	74550	218 * I	85.12
BPK9216	8762042737	25/06/2014	74550	218 * I	85.12
BSU5419	8762043048	04/07/2014	74550	218 * I	85.12
DJE1112	8762042993	29/06/2014	74550	218 * I	85.12
GSF7239	8762042643	24/06/2014	74550	218 * I	85.12
IBC1928	8762042491	20/06/2014	56732	183	85.12
LTH0119	8762042957	03/07/2014	74550	218 * I	85.12
LXQ6316	8762042671	24/06/2014	74550	218 * I	85.12
LYW4330	8762043827	21/07/2014	74550	218 * I	85.12
LZG9751	8762042858	24/06/2014	74550	218 * I	85.12
MAE6409	8762042039	10/06/2014	74550	218 * I	85.12
MBA5678	8762042871	27/06/2014	74550	218 * I	85.12
MBY4529	8762041816	01/06/2014	74550	218 * I	85.12
MCB2682	8762038763	20/03/2014	74550	218 * I	85.12
MCF6263	8762040355	27/04/2014	74550	218 * I	85.12
MCM7798	8762043061	29/06/2014	74630	218 * II	127.69
MCO1387	8762042911	25/06/2014	56732	183	85.12
MDO7441	8762043921	21/07/2014	56732	183	85.12
MEH6692	8762042766	22/06/2014	74550	218 * I	85.12
MER7897	8762042944	30/06/2014	74550	218 * I	85.12
MER9096	8762042908	23/06/2014	56732	183	85.12
MEW2991	8762042879	23/06/2014	74550	218 * I	85.12
MFK9817	8762042673	24/06/2014	74550	218 * I	85.12
MFO9535	8762042953	02/07/2014	74550	218 * I	85.12

MGF2511	8762043053	30/06/2014	74630	218	*	II	127.69
MGV5148	8762041955	06/06/2014	60503	208			191.53
MGY5974	8762041053	14/05/2014	74550	218	*	I	85.12
MHK1139	8762043108	04/07/2014	60503	208			191.53
MHK3880	8762041223	17/05/2014	74550	218	*	I	85.12
MHL3169	8762043032	01/07/2014	74550	218	*	I	85.12
MHN4266	8762043104	03/07/2014	74550	218	*	I	85.12
MHY4249	8762042972	05/07/2014	74550	218	*	I	85.12
MHZ4201	8762042892	23/06/2014	74550	218	*	I	85.12
MIT0461	8762041138	14/05/2014	74630	218	*	II	127.69
MIT0461	8762040496	06/05/2014	74550	218	*	I	85.12
MIX4011	8762042770	22/06/2014	74550	218	*	I	85.12
MJG0006	8762042757	21/06/2014	74550	218	*	I	85.12
MJV1332	8762040509	07/05/2014	74550	218	*	I	85.12
MKC4316	8762042841	21/06/2014	74550	218	*	I	85.12
MKN1736	8762041450	18/05/2014	74630	218	*	II	127.69
MLI3403	8762043759	20/07/2014	74550	218	*	I	85.12
MLN5703	8762042934	28/06/2014	74550	218	*	I	85.12
MLW4415	8762043730	22/07/2014	74550	218	*	I	85.12
MOS6835	8762043573	16/07/2014	74550	218	*	I	85.12
MQC0011	8762043289	11/07/2014	74550	218	*	I	85.12
QHO5555	8762042723	24/06/2014	74550	218	*	I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 92/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 92/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEZ5630	54486555A	17/08/2001	60500	208	191.53

LZV8730 54486554A 17/08/2001 69200 233 127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 195/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 195/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACJ7162	55601118A	13/09/2003	65990	230 * V	191.53
AFH8424	55601120A	23/09/2003	65990	230 * V	191.53
AFH8424	55601121A	23/09/2003	69120	232	53.20
LXV4384	55601131A	07/10/2003	65990	230 * V	191.53
MAR4958	55599653A	10/10/2003	73660	252 * VI	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 1578/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 1578/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXL3045	54882633E	10/09/2014	51262	164 c/c 162 * II
LXL3045	54882632E	10/09/2014	50292	162 * II
LXL3045	54882630E	10/09/2014	66372	230 * IX
MFV1908	54881528E	11/09/2014	66372	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

Porto Belo

PREFEITURA

EDITAL Nº 008/2014 - RETIFICAÇÃO

EDITAL Nº 008/2014 - RETIFICAÇÃO

O MUNICIPIO DE PORTO BELO, através da Secretaria Municipal de Educação, vem RETIFICAR o item 1.3 para incluir no Edital nº 008/2014, referente ao Processo Seletivo Simplificado e em caráter temporário de Profissionais da Educação o que segue:

Item	Cargo	Habilitação Profissional	Carga Horária Semanal	Salário R\$	Previsão do Nº. de Vagas
15	Professor(a) História	Licenciatura Plena em história	20 h	Nível II R\$ 1.018,43 Nível III R\$ 1.120,27	01

Os demais itens do Edital 008/2014 permanecem inalterados.

Porto Belo (SC), 06 de novembro de 2014.

Dóris Helena Serpa Ferreira

Secretária Municipal de Educação

EDITAL Nº 009/2014 PROGRAMA CRECHE DE VERÃO- 2º RETIFICAÇÃO

EDITAL Nº 009/2014 Programa Creche de verão- 1º RETIFICAÇÃO

O MUNICIPIO DE PORTO BELO, através da Secretaria Municipal de Educação, vem RETIFICAR os seguintes itens do Edital nº 009/2014, referente ao Processo Seletivo Simplificado e em caráter temporário de Profissionais da Educação para atender o Programa Creche de Verão.

3 - DA INSCRIÇÃO

3.2.1 Para ser homologada a inscrição, o candidato deverá entregar a documentação exigida (em cópia autenticada ou cópia simples acompanhada dos originais para conferência) para comprovação da habilitação mínima exigida em edital, na Secretaria Municipal de Educação, por intermédio responsável pela empresa contratada, sito a Rua Leopoldo José Guerreiro nº 183, Centro, Município de Porto Belo/SC, juntamente com os títulos, entre os dias 20 e 26 de novembro de 2014.

3.4.4 - O candidato que não tiver acesso à internet ou tenha dificuldade para realizar sua inscrição, terá a seu dispor terminal com internet, no período acima compreendido, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 08h30min às 11h30min e das 14h00min às 16h30min, junto a Secretaria Municipal de Educação de Porto Belo, sito a Rua Leopoldo José Guerreiro nº 183, Centro, Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina.

5- DAS PROVAS

5.12 - Os candidatos deverão entregar pessoalmente na Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua Leopoldo José Guerreiro nº 183, Centro, Município de Porto Belo/SC - CEP: 88210-000, entre os dias 01 á 04 de dezembro de 2014, fotocópias de eventuais títulos que possuam. Não serão considerados títulos apresentados, por qualquer outra forma, fora do prazo determinado e estes deverão ser enviados ou entregues em envelope identificado com

nome, cargo e número da inscrição.

11- DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

11.1 - O processo terá validade até 28 de fevereiro de 2015, contados da homologação do resultado, podendo ser prorrogado por igual período.

Os demais itens do Edital 009/2014 permanecem inalterados.

Porto Belo (SC), 06 de novembro de 2014.

Dóris Helena Serpa Ferreira

Secretária Municipal de Educação

Porto União

PREFEITURA

ALTERAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 013/2014

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

REFERENTE PROCESSO LICITATORIO 096/2014
TOMADA DE PREÇOS 013/2014

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna pública a Retificação do Edital do Processo Licitatório nº 096/2014, alterando a redação dos subitens do Item 5.1.3. A data de abertura dos envelopes e as demais informações permanecem inalteradas.

Porto União SC, 10 de novembro de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 014/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 097/2014 - PREFEITURA

Extrato de Edital de Tomada de Preços 014/2014 - PREFEITURA

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, do tipo menor preço por empreitada global, para a Execução da Obra de Pavimentação em Lajota de Concreto Intertravado (Paver) com Acessibilidade dos Passeios na Esquina das Ruas Dr. Leoberto Leal e Wenceslau Braz (em frente ao Colégio Germano Wagenfur, Bairro São Pedro), incluindo material e mão de obra. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 28 de novembro de 2014, na Prefeitura Municipal. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 11 de novembro de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 025/2014 - FAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 029/2014- FAS

Extrato de Edital de Pregão Presencial 025/2014 - FAS

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para Aquisição de móveis para Escritório e Utensílios de Cozinha para o CRAS - Bela Vista O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 25 de Novembro de 2014 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta,

126, email liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 11 de novembro de 2014
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 004/2014 - FAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 030/2014 - FAS

Extrato de Edital de Tomada de Preços 004/2014 - FAS

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, do tipo menor preço global, para a Contratação de Serviço Especializado para Implantação do Sistema de Gestão Política da Assistência Social. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 01 de dezembro de 2014, na Prefeitura Municipal. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 11 de novembro de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

PROCESSO SELETIVO Nº 010/2014 - ASSISTENTE SOCIAL E PSICÓLOGO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 010/2014

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Lei Complementar 207/2010 e alterações posteriores, Lei Complementar 208/2010 e alterações posteriores, Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002 e alterações e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO pelo presente Edital, as normas para realização do PROCESSO SELETIVO, destinado ao preenchimento de vagas para as funções de Assistente Social e Psicólogo, em caráter temporário, para atuação na Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente Processo Seletivo será realizado pela Comissão Especial instituída por meio do Decreto n. 4377, de 23 de outubro de 2014.

1.2. Qualquer candidato poderá impugnar o Edital, em petição escrita e fundamentada, devidamente protocolada no Departamento de Protocolo da Secretaria Municipal da Fazenda de Rio do Sul, dirigida ao Presidente da Comissão Especial do Processo Seletivo, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados do término do período para inscrição.

1.3. O Edital e todos os demais atos relativos ao presente processo seletivo serão publicados nos seguintes endereços eletrônicos: www.riodosul.sc.gov.br/rh e/ou www.diariomunicipal.sc.gov.br

1.4. É responsabilidade exclusiva do candidato o acompanhamento dos atos e decisões publicados via on-line, nos sites supra citados.

1.5. A aprovação do candidato neste processo seletivo, no que excede ao número de vagas previsto neste edital, não gera direito à contratação. As convocações serão realizadas de acordo com a necessidade do município e disponibilidade orçamentária.

2. DO OBJETO

2.1. O presente Processo Seletivo tem por objeto o recrutamento, a seleção e a contratação, por tempo determinado, de Assistente Social e Psicólogo para atuação nas unidades de Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação.

3 - DOS REQUISITOS PARA A FUNÇÃO

3.1 Para o exercício da função, o candidato deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

- Nacionalidade brasileira ou estrangeira, na forma da lei;
- Idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- Quitação com as obrigações militar e eleitoral;
- Aptidão física e mental para o exercício das atribuições a que concorre;
- Habilitação para a função (conforme item 4 deste edital);
- Não possuir acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública, conforme prevê a Constituição Federal;
- Não haver sofrido as penalidades previstas no Art. 173, conforme dispõe o Art. 176 e Parágrafo Único, da Lei nº 207/2010 e suas alterações posteriores;
- Não estar em licença, ainda que não remunerada, de cargo, função ou emprego público que exerça na administração direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste edital.

3.2 No ato da inscrição não será solicitado comprovantes das

exigências contidas nos subitens anteriores. No entanto, o candidato que não as satisfaça no ato da contratação, mesmo tendo sido aprovado, será automaticamente eliminado deste Processo Seletivo.

4. DAS VAGAS

4.1 Da função, número de vagas, carga horária, habilitação, atuação e salário base são os estabelecidos no quadro abaixo:

FUNÇÃO	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REQUISITOS MÍNIMOS NECES-SÁRIOS A SEREM COMPROVADOS NO ATO DA CONTRATAÇÃO	ATUAÇÃO	SALÁRIO BASE
Assistente Social	03	40h	Graduação em Serviço Social e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	CRAS Santa Clara CREAS CASC	R\$ 3.402,03 + R\$ 9,83 de Auxílio Alimentação
Psicólogo	01	40h	Graduação em Psicologia e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	CASC	R\$ 3.402,03 + R\$ 9,83 de Auxílio Alimentação

4.2 As vagas oferecidas neste edital estão em conformidade com o Art. 2º, da Lei nº 3.796 de 26/06/2002 e suas alterações posteriores e

4.3 As ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO são constantes do ANEXO I, deste edital.

5 DAS INSCRIÇÕES

5.1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1.1 As inscrições serão efetuadas exclusivamente na forma descrita neste edital, da qual o candidato deverá tomar conhecimento e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

5.1.2 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital e as decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial do Processo Seletivo.

5.1.3 Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional, extemporânea ou fora dos procedimentos dispostos neste edital.

5.1.4 As informações constantes do formulário eletrônico de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, eximindo-se o Município de Rio do Sul de quaisquer atos ou fatos decorrentes de informação incorreta, endereço inexato ou incompleto.

5.1.5 O município de Rio do Sul não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

5.1.6 Não se exigirá do candidato cópia de documento que comprovem as informações prestadas no formulário de inscrição, sendo de sua exclusiva responsabilidade a veracidade dos dados

informados. O município de Rio do Sul dispõe do direito de excluir do processo seletivo aquele que não preencher a solicitação de forma completa e/ou correta, bem como, fornecer dados inverídicos.

5.1.7 É de exclusiva responsabilidade do candidato o correto preenchimento do Formulário Eletrônico de Inscrição.

5.1.8 É de responsabilidade do candidato a atualização do endereço/telefone/e-mail (s) constante(s) da inscrição. Sua eventual alteração deve ser comunicada por carta encaminhada ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

5.1.9 O descumprimento das instruções para inscrição implicará na sua não efetivação.

5.2 DOS PROCEDIMENTOS PARA A INSCRIÇÃO

5.2.1 As inscrições estarão abertas no período de 10/11/2014 até 21/11/2014.

5.2.2 Será admitida a inscrição somente via Internet, no endereço eletrônico <http://www.riodosul.sc.gov.br/rh>, solicitada no período entre 8h do dia 10/11/2014 e 11h30min do dia 21/11/2014, observado o horário oficial de Brasília/DF.

5.2.3 Serão tornadas sem efeito as solicitações de inscrição efetuadas após a data e horário estabelecidos neste Edital.

5.2.4 Havendo mais de um número de inscrição para o mesmo candidato, será considerada válida, apenas a inscrição de número maior.

5.3 DA ASSINATURA NO FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

5.3.1 O candidato, ao clicar em "Declaro" após o preenchimento do Formulário Eletrônico de Inscrição, está confirmando que LEU, ACEITA e CONCORDA com as normas do Edital e com as decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial do Processo Seletivo, nos casos omissos e não previstos. Declara, ainda, preencher todos os requisitos mínimos exigidos para a contratação, conforme disposto no item 3 deste Edital.

5.4 DO INDEFERIMENTO DA INSCRIÇÃO

5.4.1 Será indeferida a inscrição:

- Efetuada fora dos prazos, horários e procedimentos fixados neste Edital;
- Não preencher todas as condições previstas neste edital.

5.5 DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

5.5.1 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico www.riodosul.sc.gov.br/rh, a partir do dia 24/11/2014, as inscrições deferidas e indeferidas.

5.5.2 O candidato que tiver qualquer discordância referente a inscrição indeferida poderá interpor recurso, nos termos do item 12 deste edital.

5.5.3 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico: <http://www.riodosul.sc.gov.br/rh>, a partir do dia 26/11/2014, as inscrições homologadas.

6. DO CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA

6.1 Ao candidato com deficiência é assegurado o direito de se inscrever neste Processo Seletivo, devendo assinalar sua condição no item específico do Formulário de Inscrição.

6.2 Será reservada vaga para candidato com deficiência, para a função cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que seja portador, na proporção de um para cada vinte candidatos, equivalente a 5% das vagas a serem ofertadas, conforme Art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações.

6.3 Considera-se pessoa com deficiência aquela que se enquadra nas categorias discriminadas no Art. 4º, do Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações.

6.4 O candidato com deficiência ou seu representante legal (portando procuração com assinatura reconhecida em cartório) deverá entregar no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura

Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho n. 01, Centro, Rio do Sul - SC, no horário das 7h30min às 11h30min, nos dias úteis do período previsto para inscrição, cópia do comprovante de inscrição e laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, a provável causa da deficiência e a indicação de que ela não impede ao candidato o exercício da função para qual se inscreveu, cuja data de expedição seja igual ou posterior à data de publicação deste Edital.

6.5 No ato de entrega da documentação, o candidato receberá um comprovante de recebimento dos documentos entregues.

6.6 O candidato inscrito para a vaga reservada a pessoa com deficiência que deixar de atender, no prazo editalício, as determinações do disposto no item 6 deste edital, terá sua inscrição invalidada, passando a concorrer unicamente como candidato não portador de deficiência.

6.7 O candidato com deficiência participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere aos critérios de classificação.

6.8 Não havendo candidatos aprovados e classificados para as vagas reservadas para pessoa com deficiência, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos classificados neste Processo Seletivo.

6.9 O candidato com deficiência submeter-se-á, quando convocado, à avaliação do Médico Perito do Município de Rio do Sul, conforme Decreto Federal nº 3.298/99 e alterações, que terá a decisão terminativa sobre:

- a) a qualificação do candidato como deficiente ou não; e
- b) o grau de deficiência, capacitante ou não, para o exercício da função.

6.10 Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

6.11 O laudo médico apresentado pelo candidato terá validade somente para este Processo Seletivo e não será devolvido.

7. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

7.1 O Processo Seletivo constará de duas etapas:

- Primeira etapa: Prova Escrita, com questões objetivas de caráter eliminatório e classificatório;
- Segunda etapa: Prova de Títulos, de caráter classificatório.

7.2 A nota final dos candidatos será obtida por meio da soma da Nota da Prova Escrita com a Nota da Prova de Títulos.

8. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1 Em caso de empate, será utilizado como critério de desempate:

8.1.1 Para os candidatos com 60 (sessenta) anos ou mais, completados até o último dia do prazo de inscrição, nos termos do Art. 27 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), considerando-se o ano, o mês e o dia do nascimento:

- 1º) Maior idade;
 - 2º) Maior nota na prova escrita;
 - 3º) Maior pontuação na prova de títulos.
- 8.1.2 Para os demais candidatos:
- 1º) Maior nota na prova escrita;
 - 2º) Maior pontuação na prova de títulos;
 - 3º) Maior idade;
 - 4º) Maior número de dependentes.

8.2 Persistindo o empate, em ambas as situações acima, proceder-se-á a sorteio público, em sessão com data, horário e local a ser divulgados com 2 (dois) dias de antecedência, no endereço eletrônico: www.riodosul.sc.gov.br/rh

8.3 Para comprovação da idade, o Candidato deverá entregar, juntamente com a documentação comprobatória para a Prova de Títulos, original da Carteira de Identidade.

8.4 Para comprovação do número de dependentes, o Candidato deverá entregar, juntamente com a documentação comprobatória para a Prova de Títulos, original e fotocópia da Certidão de Nascimento.

8.5 Para o desempate, serão considerados os títulos já analisados e tornados válidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo.

9. DAS PROVAS**9.1 DA PROVA ESCRITA****9.1.1 DO CALENDÁRIO DA PROVA ESCRITA**

9.1.1.1 A prova escrita será realizada no dia 02/12/2014, das 9h às 12h, em local a ser divulgado no dia 27/11/2014, no endereço eletrônico: www.riodosul.sc.gov.br/rh

9.1.1.2 Em hipótese alguma será realizada prova fora de local, data e horário determinados.

9.1.1.3 Ao Município de Rio do Sul, reserva-se o direito de transferir a data de aplicação das provas ou de atrasar o horário de início, por motivos fortuitos ou de força maior.

9.1.1.4 Poderá ocorrer alteração na data prevista para a realização da prova escrita, dependendo da disponibilidade de locais adequados à sua realização.

9.1.1.5 Havendo alteração da data prevista, a prova escrita poderá ocorrer em dias de semana, sábados, domingos ou feriados nacionais.

9.1.2 DAS QUESTÕES E PONTUAÇÃO DA PROVA ESCRITA

9.1.2.1 A prova escrita será composta por 15 (quinze) questões objetivas, de Conhecimentos Específicos, do tipo Múltipla Escolha, com 4 (quatro) alternativas de resposta, de "A" a "D", das quais somente 1 (uma) deverá ser assinalada como correta.

9.1.2.2 O Conteúdo Programático encontra-se no Anexo II deste Edital.

9.1.2.3 Atribuir-se-á à prova escrita nota de 0 (zero) a 10 (dez), permitidas as frações, conforme tabela abaixo:

	Número de Questões	Peso por Questão	Total de Pontos
Conhecimentos Específicos	15	0,67	10
TOTAL PROVA			10

9.1.2.4 Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que obter nota na prova escrita inferior a 5,0 (cinco).

9.1.3 DA FORMA DE REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA

9.1.3.1 Para a realização da prova escrita, o candidato receberá o caderno de questões e a folha de resposta.

9.1.3.2 O candidato deverá ler e conferir todos os dados, informações e instruções, bem como verificar se o caderno contém todas as questões e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a leitura e resolução da prova.

9.1.3.3 O candidato deverá assinar a folha de resposta. A não assinatura implicará na nulidade das questões e eliminação do candidato do processo seletivo.

9.1.3.4 A avaliação das provas far-se-á, exclusivamente, por meio da folha de resposta, o que anula qualquer outra forma de avaliação.

9.1.3.5 A folha de resposta é o único documento oficial para dirimir toda e qualquer dúvida acerca das respostas assinaladas pelo candidato.

9.1.3.6 Será de inteira responsabilidade do candidato a correta interpretação das orientações para preenchimento da folha de resposta.

9.1.3.7 Em hipótese alguma haverá substituição da folha de resposta em caso de marcação errada ou rasura.

9.1.3.8 Não será computada questão com emenda ou rasura, ainda que legível, nem questão não respondida ou que contenha mais de uma resposta, mesmo que uma delas esteja correta.

9.1.3.9 Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas.

9.1.3.10 Terminada a prova, o candidato deverá entregar a folha de resposta devidamente preenchida e assinada e retirar-se da sala de prova.

9.1.3.11 Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão retirar-se da sala de prova, simultaneamente e após a assinatura da Ata

de Sala.

9.1.3.11.1 O candidato que negar-se a fazê-lo fica ciente, desde já, que será penalizado com a exclusão do Processo Seletivo, sendo lavrado termo de ocorrência, testemunhado pelos outros dois candidatos e pelo Fiscal de Sala.

9.1.4. DA ANULAÇÃO DE QUESTÃO

9.1.4.1 Caberá à Comissão Especial do Processo Seletivo, anular questões das provas, quando for o caso. A decisão final será soberana e definitiva.

9.1.4.2 Na hipótese de anulação de questão, a mesma será considerada como respondida corretamente por todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

9.1.4.3 Será considerada nula a resposta do candidato quando:

- a) A folha de resposta apresentar emendas e/ou rasuras;
- b) A folha de resposta apresentar mais de uma opção assinalada para a mesma questão;
- c) A questão não estiver assinalada na folha de resposta;
- d) A folha de resposta for preenchida fora das especificações e da delimitação do espaço fornecido para tal procedimento;
- e) A folha de resposta não estiver assinada;
- f) A resposta assinalada não coincida com o gabarito oficial.

9.1.5 DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA ACESSO AO LOCAL DA PROVA

9.1.5.1 Para fins de acesso à sala de realização da prova, o candidato deverá apresentar, obrigatoriamente, Documento de Identificação.

9.1.5.2 Somente será aceito como Documento de Identificação, ORIGINAL da Carteira de Identidade expedida pelas Secretarias de Segurança Pública (RG), pelas Forças Armadas ou pela Polícia Militar; Cédula de Identidade de Estrangeiros (RNE) dentro da validade; Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com foto dentro do prazo de validade; Passaporte Brasileiro e Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

9.1.5.3 Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins: Protocolo de segunda via; Certidão de Nascimento; Título Eleitoral; Carteira Nacional de Habilitação (emitida antes da Lei n.º 9.503/97); Carteira de Estudante; Crachás e Identidade Funcional de natureza pública ou privada.

9.1.5.4 Não será aceito cópia do documento de identificação, ainda que autenticado, bem como protocolo do pedido deste.

9.1.5.5 O documento apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

9.1.5.6 Caso o documento apresentado gere dúvidas quanto à identificação do candidato, este poderá ser submetido a impressão digital.

9.1.5.6.1 Negando-se a coleta de impressão digital o candidato deverá assinar declaração em que assume a responsabilidade por esta decisão. A recusa de tais procedimentos acarretará a sua eliminação do certame, sendo lavrado termo de ocorrência em ata da sala de prova, testemunhado por dois candidatos e pelos fiscais de sala.

9.1.5.7 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova escrita, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido por órgão policial há no máximo 30 (trinta) dias anteriores à realização da prova e será submetido à coleta de impressão digital.

9.1.5.8 O candidato será, então, submetido à identificação especial, compreendidas a coleta de assinaturas e a impressão digital em formulário específico.

9.1.6 DO MATERIAL PERMITIDO

9.1.6.1 Para realização da prova escrita, somente será permitido ao candidato o uso de caneta de material transparente, com tinta azul ou preta.

9.1.6.2 O candidato que, durante a realização da prova escrita,

for encontrado de posse, de qualquer tipo de relógio, telefone celular, pager, beep, calculadora, controle remoto, alarme de carro ou quaisquer outros componentes ou equipamentos eletrônicos, em funcionamento ou não, terá sua prova anulada e, com isso, será automaticamente eliminado do Processo Seletivo. Também não será permitido a nenhum candidato o porte de qualquer arma.

9.1.6.3 Durante a realização das provas será vedado, também, o uso de carteiras, bolsas, bonés, chapéus e similares, livros, revistas, apostilas, resumos, dicionários, cadernos, etc.

9.1.7 DO ACESSO AO LOCAL DA PROVA ESCRITA

9.1.7.1 As salas onde serão realizadas as provas escritas serão fechadas, impreterivelmente, no horário marcado para o início da prova. Recomenda-se ao candidato chegar ao local da prova escrita com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário estabelecido.

9.1.7.2 O candidato que chegar ao local da prova escrita após o fechamento da sala terá sua entrada vedada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

9.1.7.3 É vedado o acesso a sala de provas de pessoas estranhas durante a realização das provas.

9.1.8 DA SAÍDA DA SALA

9.1.8.1 Por razões de segurança, somente é permitido ao candidato retirar-se da sala de prova, mesmo que desistente ou excluído do Processo Seletivo, após 30 (trinta) minutos do início da prova.

9.1.8.2 O candidato que necessitar ausentar-se da sala de provas durante sua realização somente poderá fazê-lo acompanhado de um fiscal.

9.1.8.3 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento do candidato da sala de provas.

9.1.8.4 O candidato não poderá ausentar-se da sala de provas, a qualquer tempo, portando a folha de resposta nem o caderno de questões.

9.1.8.5 Terminada a prova, o candidato deverá entregar a folha de resposta devidamente preenchida e assinada e retirar-se da sala de prova.

9.1.8.6 Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão retirar-se da sala de prova, simultaneamente e após a assinatura da Ata de Sala.

9.1.8.6.1 O candidato que negar-se a fazê-lo fica ciente, desde já, que será penalizado com a exclusão do Processo Seletivo, sendo lavrado termo de ocorrência, testemunhado pelos outros dois candidatos e pelo Fiscal de Sala.

9.1.9 DA ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO

9.1.9.1 Motivará a eliminação do candidato, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste edital ou a outras relativas ao Processo Seletivo, aos comunicados, às instruções ao candidato ou às instruções constantes do caderno de questões e folha de resposta.

9.1.9.2 Será eliminado do processo seletivo o candidato que:

- apresentar-se após o horário estabelecido para a realização da prova, inadmitindo-se qualquer tolerância;
- não comparecer à prova, qualquer que seja o motivo alegado;
- não apresentar documento que bem o identifique, conforme dispõe o item 9.1.5 deste Edital;
- negar-se a realizar a prova;
- ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal ou antes de trinta minutos do início da prova;
- fizer anotação de informações relativas às suas respostas por qualquer outro meio, que não o fornecido pela Coordenação no dia da prova;
- ausentar-se da sala de prova levando a folha de resposta ou outros materiais não permitidos, sem autorização;
- estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;

- utilizar-se de meios ilícitos para a execução das provas;
- não devolver a folha de resposta;
- for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outros candidatos, fazendo qualquer espécie de consulta em livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, ou utilizando máquina calculadora;
- estiver fazendo uso ou for encontrado de posse de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, pager, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, calculadora, controle remoto, alarme de carro) ou quaisquer outros componentes ou equipamentos eletrônicos em funcionamento ou não, bem como protetores auriculares;
- Tratar com incorreção ou descortesia para com qualquer dos fiscais ou a qualquer outra pessoa envolvida na aplicação das provas;
- Recusar-se, sendo um dos três últimos candidatos a permanecer na sala de prova, a assinar a Ata de Sala, conforme item 9.1.3.11.

9.1.10 DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA

9.1.10.1 O candidato que precisar de condições especiais, decorrentes de exigência médica, para acessar o local das provas ou para realizá-la, deverá indicar sua condição no Formulário de Inscrição e entregar, pessoalmente ou por meio de seu representante legal (mediante procuração com assinatura reconhecida em cartório), no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho n. 01, Centro, Rio do Sul - SC, no horário das 7h30min às 11h30min, nos dias úteis do período previsto para inscrição, requerimento constando as condições que julgar necessárias, laudo médico que justifique a condição especial e fotocópia do formulário de inscrição.

9.1.10.2 O candidato que solicitar prova ampliada deverá indicar o tamanho da fonte de sua prova ampliada, entre 24, 26 ou 28. Não havendo indicação do tamanho de fonte, o candidato receberá todo material de prova (caderno de provas e folha de resposta) ampliado com fonte Arial, tamanho 26.

9.1.10.3 O candidato, com deficiência ou não, que não atender as normas acima estabelecidas, não terá atendimento ou condição especial para a realização das provas, não podendo impetrar recurso em favor de sua condição.

9.1.10.4 O laudo médico apresentado pelo candidato terá validade somente para este Processo Seletivo e não será devolvido.

9.1.10.5 O candidato que, por impedimento grave de saúde verificado às vésperas do dia de realização da prova escrita, tiver que realizá-la em hospital, deverá requerer, por escrito, à Comissão Especial do Processo Seletivo, por meio de seu representante legal, com no mínimo meia hora de antecedência do início da prova, sob pena de não ser atendido. O Documento de Identidade do candidato, juntamente com atestado médico que comprove sua enfermidade deverá, obrigatoriamente, ser apresentado a Comissão Especial de Processo Seletivo.

9.1.10.6 Não será realizado atendimento domiciliar, em nenhuma hipótese. Também não será permitido o atendimento em hospital fora da cidade sede de realização da prova.

9.1.10.7 Os pedidos de condições especiais serão atendidos, respeitadas a viabilidade e a razoabilidade das petições.

9.1.10.8 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além dos procedimentos dispostos no item 9.1.10.1 deste edital, deverá levar no dia da prova, um acompanhante maior de 18 anos. A criança ficará sob a sua guarda e responsabilidade em sala reservada para essa finalidade. No momento da amamentação a candidata poderá ausentar-se da sala em companhia de um fiscal. O tempo dispensado para a amamentação não será acrescido ao tempo normal da duração da prova.

9.1.10.9 Os candidatos serão comunicados, por meio do endereço eletrônico www.riodosul.sc.gov.br/rh, no dia 24/11/2014, do deferimento ou não dos pedidos de condições especiais.

9.1.11 DA PUBLICAÇÃO DO GABARITO PROVISÓRIO E CADERNO DE QUESTÕES

9.1.11.1 O Município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico: www.riodosul.sc.gov.br/rh, a partir do dia 03/12/2014, o Caderno de Questões e o Gabarito Provisório.

9.1.11.2 O candidato que tiver qualquer discordância em relação às questões da prova ou ao gabarito provisório, poderá interpor recurso até às 13h do dia 05/12/2014, nos termos do item 12 deste edital.

9.1.11.3 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico: www.riodosul.sc.gov.br/rh, a partir do dia 08/12/2014, o Gabarito Oficial.

10. DA PROVA DE TÍTULOS

10.1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1.1 A Prova de Títulos, de caráter classificatório e não eliminatório, tem por objetivo avaliar os conhecimentos adquiridos por meio da conclusão de cursos de formação e de aperfeiçoamento profissionais.

10.1.2 Para participar da Prova de Títulos o candidato ou seu representante legal (mediante procuração assinada em cartório) deverá entregar a documentação no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho n. 01, Centro, Rio do Sul - SC.

10.1.3 Os documentos deverão ser entregues, nos dias úteis do período previsto para inscrição, no horário das 7h30min às 11h30min, juntamente com a Tabela de Títulos constante do Anexo IV deste edital.

10.1.4 A entrega do título não gera direito garantido a pontuação. O mesmo será objeto de análise pela Comissão Especial do Processo Seletivo, seguindo-se os critérios dispostos neste edital, para posterior validação ou não.

10.1.5 É responsabilidade do candidato ou de seu representante legal a entrega dos documentos para a Prova de Títulos conforme as normas previstas neste Edital.

10.2 DOS TÍTULOS

10.2.1 Será considerado como título:

a) Original e fotocópia do Diploma de Doutorado ou do Certificado de Conclusão de Curso de Doutorado ou Certidão/Declaração de Conclusão emitida por Instituição de Ensino reconhecida pelo MEC.

b) Original e fotocópia do Diploma de Mestrado ou do Certificado de Conclusão de Curso de Pós-Graduação, em nível de especialização, com carga horária mínima de 360 horas ou Certidão/Declaração de Conclusão emitida por Instituição de Ensino reconhecida pelo MEC.

10.2.1.2 Os documentos entregues deverão ser paginados e conter numeração condizente com a tabela de títulos.

10.2.1.3 O candidato declara, para fins de direito, que é titular dos documentos protocolados emitidos com grafia diferente do nome que consta no formulário de inscrição e que apresentará se solicitada, a retificação de registro civil, sentença judicial ou outro documento legalmente emitido que fundamente a alteração ou divergência existente. A não comprovação implicará no cancelamento da inscrição e exclusão automática do Processo Seletivo, sem prejuízo das sanções legais.

10.2.1.4 Somente serão avaliados os documentos apresentados em papel com timbre do órgão emissor e respectivos registros e se deles constarem todos os dados necessários à identificação das instituições e dos órgãos expedidores e à perfeita avaliação do documento.

10.2.1.5 Será atribuída pontuação 0 (zero) ao candidato que não efetuar a entrega do título no prazo estabelecido e/ou enviá-los de forma não compatível com este Edital.

10.2.1.6 Os comprovantes dos títulos não serão devolvidos ao candidato nem serão fornecidas cópias desses títulos. Por esse motivo, não devem ser entregues ou encaminhados documentos originais.

10.2.1.7 Não serão aceitos títulos encaminhados por qualquer outro meio, inclusive via correio, a não ser o descrito neste edital.

10.2.1.8 Concluído o prazo estabelecido para entrega dos títulos, não serão aceitos acréscimos de outros documentos. Por ocasião de recurso, poderão ser encaminhados somente documentos que sirvam para esclarecer dados de documentos apresentados ou encaminhados no período determinado para a entrega dos títulos.

10.2.1.9 Não serão pontuados:

a) Títulos não entregues no prazo e local determinados;
b) Títulos não relacionados na Tabela de Títulos constante do Anexo IV deste edital;

10.2.1.10 O Prazo de Recurso para esta fase se dará juntamente com o prazo de recurso aberto para o Resultado Final, conforme item 12 deste edital.

10.3 DA PONTUAÇÃO

10.3.1 A avaliação dos referidos títulos obedecerá aos seguintes critérios de Pontuação:

a) Doutorado na área de atuação: 10,0 pontos;
b) Mestrado na área de atuação: 9,0 pontos;
c) Especialização na área de atuação: 4,0 pontos;

10.3.1.1 O candidato poderá alcançar, no somatório total, o máximo de 10,0 pontos.

10.3.1.2 Caso o candidato apresente mais de um título referente a formação, a qual dispõe as alíneas "a", "b" e "c", será considerado apenas a de maior pontuação.

10.3.1.3 Caso o candidato apresente mais de um título referente a especialização, a qual dispõe a alínea "c", será considerado o somatório total, limitando-se a duas.

11. DO RESULTADO FINAL PROVISÓRIO

11.1 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico: www.riodosul.sc.gov.br/rh, a partir do dia 10 de dezembro de 2014, o Resultado Final Provisório do Processo Seletivo.

11.2 O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao Resultado Final Provisório, poderá interpor recurso nos termos do item 13 deste edital.

12. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

12.1 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico: www.riodosul.sc.gov.br/rh, a partir do dia 16 de dezembro de 2014, o Decreto que homologa o Resultado Final deste Processo Seletivo.

13. DOS RECURSOS

13.1 Será admitido recurso do Indeferimento de Inscrição e do Resultado Final, que deverão ser interpostos, desde que devidamente fundamentados, de acordo com o cronograma do quadro abaixo:

ATO/EVENTO	PRAZO RECURSAL
Inscrições Indeferidas	Até às 13 horas do segundo dia subsequente à publicação das Inscrições Indeferidas.
Resultado Final Provisório	Até às 13 horas do segundo dia subsequente à publicação do Resultado Final Provisório.

13.2 Para interposição do recurso o candidato deverá encaminhar via e-mail, o requerimento disposto no Anexo II deste edital, para o seguinte endereço: adm.rh01@riodosul.sc.gov.br

13.3 Somente será aceito recurso efetuado via e-mail, até a data e horário dispostos no item 12 deste edital.

13.4 Não será aceito recurso encaminhado pessoalmente, via postal, via fax, ou ainda, fora do prazo.

13.5 Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente

indeferido.

13.6 Todos os recursos regulares serão analisados e, caso providos, serão efetuadas as alterações, podendo neste caso, haver alteração da pontuação e/ou classificação do candidato.

13.7 O município de Rio do Sul não se responsabilizará por recursos não recebidos por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

13.8 Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente no endereço: www.riodosul.sc.gov.br/rh.

13.9 A decisão exarada nos recursos é irrecorrível na esfera administrativa.

13.10 A Comissão Especial de Processo Seletivo constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão recursos ou revisões adicionais.

14. DA CONVOCAÇÃO

14.1 O candidato aprovado dentro do número de vagas previsto neste edital, será convocado imediatamente após a homologação do Processo Seletivo - seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação, por meio da publicação do Termo de Convocação no Portal do Servidor Público do Município de Rio do Sul (www.riodosul.sc.gov.br/rh) e/ou Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

14.2 É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento das convocações efetuadas pelos sites acima citados.

14.3 O Departamento de Recursos Humanos poderá, eventualmente, entrar em contato com o candidato convocado por meio do número de telefone, endereço e/ou e-mail informados no formulário de inscrição, portanto, é de inteira responsabilidade do candidato a atualização de seu endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC, quando houver alteração dos dados informados no formulário de inscrição.

14.4 Ao ser convocado, o candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis (contados da data de publicação do termo de convocação), munido de documento de identidade, para dar início ao processo de contratação.

14.5 O candidato que deixar de comparecer no prazo previsto no item anterior, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte da listagem de classificação.

14.6 Ao candidato que não tiver interesse na vaga ofertada, não será apresentada outra, sendo neste caso, eliminado do processo seletivo.

15. DA CONTRATAÇÃO

15.1 A contratação prevista neste edital tem caráter emergencial e deve ocorrer imediatamente após a convocação, podendo o contrato ser prorrogado ou não, de acordo com o motivo da contratação, conforme Parágrafo Único, do Art. 4º, da Lei Municipal nº 3.796/2002 e alterações posteriores.

15.2 O candidato contratado estará em permanente avaliação. Caso seu desempenho não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido antes do término previsto, nos termos da Lei Municipal nº 3.796/2002 e alterações posteriores.

15.3 Previamente a contratação, mediante convocação, serão exigidos dos candidatos classificados os seguintes documentos:

Fotocópia legível:

- CPF
- Registro de Identidade
- Carteira de reservista (se homem)
- Comprovante Inscrição PIS/PASEP
- Certidão nascimento ou casamento
- Certidão nascimento filhos (menores de 21 anos)
- Título eleitoral e certidão de quitação com as obrigações eleitorais

h) Comprovante dos requisitos exigidos para a função

i) Endereço completo, telefone e e-mail para contato

j) Declaração Acúmulo Cargo (fornecida pelo RH)

l) Declaração Dependentes Imposto de Renda (fornecida pelo Dep. RH)

m) Declaração Dependentes Salário Família (fornecida pelo Dep. RH)

n) Nº de conta Bradesco (autorização para abertura fornecida pelo RH)

o) Carteira comprovando grupo sanguíneo (se tiver)

p) Atestado Médico Admissional (previamente agendado pelo RH)

q) Outros documentos que lhe forem solicitados no ato da convocação.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 As contratações relativas a este processo seletivo serão efetuadas com base na Lei nº 3.796/02, sendo assegurado aos contratados os direitos estabelecidos no Art. 11 da lei supra citada.

16.2 A contribuição previdenciária dos contratados por este processo seletivo, será vinculada ao Regime Geral de Previdência Social (INSS).

16.3 Eventuais alterações na legislação municipal, relativas a normas inerentes aos Servidores Públicos Municipais, com reflexo nas contratações de caráter temporário de excepcional interesse público, serão automaticamente incorporadas a partir de sua vigência.

16.4 Os anexos I, II, III, e IV são partes integrantes deste edital.

16.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo.

16.6 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul (SC), 07 de novembro de 2014.

CLAUDIA MARA FRONZA DA SILVA	GIVANILDO SILVA
Secretária Municipal de Assistência Social e de Habitação	Secretário Municipal de Administração
GARIBALDI ANTONIO AYROSO	
Prefeito Municipal	

ANEXO I

DAS ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO

ASSISTENTE SOCIAL

Descrição Sumária:

Elaborar planos, programas, projetos, bem como ações voltadas ao monitoramento e avaliação das políticas sociais na esfera municipal. Coordenar e participar de equipes de pesquisa sócio-econômica. Disseminar e disponibilizar informações e dados.

Principais Atribuições:

Coordenar e executar programas, projetos sociais desenvolvidos pela administração pública, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com a Lei Orgânica da Assistência Social, Política Nacional de Assistência Social-PNAS e Sistema Único de Assistência -SUAS, Sistema Único da Saúde, Estatuto da Criança e do Adolescente, legislação Municipal visando auxiliar na promoção da qualidade de vida da população. Elaborar planos, programas, projetos na área de educação, atendimento à criança e ao adolescente, administração, cultura, saúde, economia e estrutura urbana, bem como, ações voltadas ao monitoramento e avaliação, com vistas a subsidiar a implementação de políticas sociais de âmbito municipal. Contribuir com planos e programas para a gestão de pessoas, de bens e serviços, visando à promoção humana, a racionalização e a modernização administrativa. Integrar equipes multiprofissionais de planejamento urbano, interrelacionando questões sócio-econômicas e físico-territoriais de

projeto e implantação. Elaborar e executar programas e projetos de geração de renda, orientar os usuários quanto à importância da qualificação e reinserção ao mundo do trabalho. Desenvolver pesquisas científicas próprias da área, propor medidas para reformulação de políticas sociais vigentes e/ou apresentar e fundamentar a definição de novas políticas sociais. Disseminar e disponibilizar informações e dados, através de publicações. Integrar equipes multidisciplinares para a elaboração de propostas de intervenção integrada entre diferentes unidades administrativas. Elaborar pareceres sobre a área de atuação, para subsidiar as decisões de órgãos superiores. Participar, quando designado, de comissões, conselhos e grupos de trabalho para análise e emissão de pareceres técnicos. Buscar a solução de problemas identificados pelo estudo da realidade social, desenvolvendo ações educativas e sócio-educativas nas unidades de saúde, administração, educação e assistência social. Elaborar pareceres, perícias, relatórios e registros das atividades desenvolvidas. Colaborar com a efetividade da aplicação dos direitos dos cidadãos e das políticas sociais, por meio da promoção social junto a entidades da comunidade e Conselhos Municipais, através de reuniões, orientações, campanhas, palestras, levantamento sócio econômico, visitas domiciliares e outros. Analisar e interpretar os dados obtidos na investigação social realizada, propondo alternativas de ação na área social. Proceder estudo individualizado, utilizando instrumentos e técnicas próprias de serviço social, buscando a participação de indivíduos e grupos na definição de alternativas para o problema identificado. Possibilitar ao Ministério Público e ao Poder Judiciário o entendimento global das aplicações e execuções de programas projetos e serviços por meio de elaboração de relatórios e pareceres sociais. Realizar visitas domiciliares, elaborar pareceres sociais, e acompanhamento temporário ao servidor público Municipal afastado do trabalho, ou quando se fizer necessário, e elaborar relatório nos processos de doença em pessoa da família. Proceder à cooperação técnica mediante assessoria, consultoria, supervisão e orientação que implicam na mobilização, acompanhamento e articulação de recursos sociais e proposição de novas medidas de ação. Participar na melhoria e aperfeiçoamento das equipes profissionais e multiprofissionais. Realizar atividades de suporte e acompanhamento de programas sociais e dos indivíduos ou famílias atendidas. Fazer o cadastramento de indivíduos ou famílias para inclusão em programas sociais. Executar outras atividades compatíveis com a formação profissional.

PSICÓLOGO

Descrição Sumária:

Estudar, pesquisar e avaliar o desenvolvimento emocional, os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições. Diagnosticar e avaliar distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social. Planejar estratégias no contexto de gestão de pessoas. Acompanhar cliente durante o processo de tratamento ou cura. Desenvolver pesquisas experimentais, teóricas e clínicas e coordenar equipes e atividades da área e afins.

Principais Atribuições:

Realizar avaliação e diagnóstico psicológicos por meio de entrevistas, observação, testes e dinâmica de grupo, com vistas à prevenção e tratamento de problemas psíquicos. Realizar atendimento psicoterapêutico individual ou em grupo, adequado às diversas faixas etárias. Realizar atendimento familiar e/ou de casal para orientação ou acompanhamento psicoterapêutico. Realizar atendimento a crianças com problemas emocionais, psicomotores e psicopedagógico, bem como os encaminhados do Conselho Tutelar. Participar da elaboração de programas de pesquisa sobre a saúde mental da população, bem como sobre a adequação das estratégias diagnósticas e terapêuticas a realidade psicossocial da clientela. Criar, coordenar e acompanhar, individualmente ou em equipe multiprofissional, tecnologias próprias ao treinamento em saúde, particularmente em saúde mental, com o objetivo de

qualificar o desempenho de várias equipes. Participar e acompanhar a elaboração de programas educativos e de treinamento em saúde mental, em nível de atenção primária, em instituições formais e informais como: creches, asilos, sindicatos, associações, instituições de menores, penitenciárias, entidades religiosas e etc. Colaborar, em equipe multiprofissional, no planejamento das políticas de saúde, em nível de macro e micro sistemas. Coordenar e supervisionar as atividades de Psicologia em instituições e estabelecimentos de ensino e/ou de estágio, que incluam o tratamento psicológico em suas atividades. Realizar pesquisas visando a construção e a ampliação do conhecimento teórico e aplicado, no campo da saúde mental. Atuar junto à equipe multiprofissionais no sentido de levá-las a identificar e compreender os fatores emocionais que intervêm na saúde geral do indivíduo, em unidades básicas, ambulatórios de especialidades, hospitais gerais, pronto-socorros e demais instituições. Atuar como facilitador no processo de integração e adaptação do indivíduo à instituição. Orientar e acompanhar a clientela, familiares, técnicos e demais agentes que participam, diretamente ou indiretamente dos atendimentos. Participar dos planejamentos e realizar atividades culturais, terapêuticas e de lazer com o objetivo de propiciar a reinserção social da clientela egressa de instituições. Participar de programas de atenção primária em Centros e Postos de Saúde ou na comunidade; organizando grupos específicos, visando a prevenção de doenças ou do agravamento de fatores emocionais que comprometam o espaço psicológico. Realizar triagem e encaminhamentos para recursos da comunidade, sempre que necessário. Participar da elaboração, execução e análise na instituição, realizando programas, projetos e planos de atendimentos, em equipes multiprofissionais, com o objetivo de detectar necessidades, perceber limitações, desenvolver potencialidades do pessoal envolvido no trabalho da instituição, tanto nas atividades fim, quanto nas atividades meio. Promover e realizar ações em recrutamento e seleção, aplicação de testes psicológicos, treinamento, descrição de cargos, acompanhamento funcional, avaliação de Desempenho, organização de eventos, política de plano de cargos e salários e diagnóstico organizacional. Realizar atendimento e visitas domiciliares mediante solicitação. Elaborar pareceres, laudos e perícias psicológicas, quando solicitado pelo poder judiciário e/ou outras instâncias. Participar, conforme a política interna do poder executivo municipal, de projetos, cursos, eventos, convênios e programas. Elaborar relatórios e outros documentos necessários. Executar outras atividades compatíveis com a formação profissional.

ANEXO II

DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ASSISTENTE SOCIAL

1. Conhecimentos Gerais:
2. Tópicos relevantes e atuais das áreas de política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e ambiental. Atualidades referentes ao Município de Rio do Sul, ao estado de Santa Catarina e ao Brasil.
3. Conhecimentos Específicos:
4. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/1993);
5. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990);
6. Estatuto do Idoso;
7. Código de Ética Profissional do Assistente Social;
8. Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004);
9. Política Nacional do Idoso (PNI/1994);
10. Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB SUAS/2005);
11. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS);
12. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009);

13. Lei da Adoção (LEI 12.010/2009);

PSICÓLOGO

1. Conhecimentos Gerais;
2. Tópicos relevantes e atuais das áreas de política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e ambiental. Atualidades referentes ao Município de Rio do Sul, ao estado de Santa Catarina e ao Brasil.
3. Conhecimentos Específicos;
4. Psicologia do Desenvolvimento;
5. Psicologia da Aprendizagem;
6. Psicologia Educacional e Psicopatologia;
7. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/1993);
8. Programas sociais do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;
9. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990);
10. Lei da Adoção (LEI 12.010/2009);
11. Plano Nacional de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e outras normativas de defesa e garantia de direitos;
12. Sistema Nacional de atendimento Socioeducativo - SINASE
13. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI;
14. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução Nº 109 de 11 de novembro de 2009);
15. Estatuto do Idoso;
16. Código de Ética do Psicólogo;
17. Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004);
18. Política Nacional do Idoso (PNI/1994);
19. Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB SUAS/2005);
20. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS)

ANEXO III

MODELO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECURSO

AO SENHOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO):

Processo Seletivo nº 010/2014 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Nome: _____

CPF: _____

RG: _____

Endereço: _____

Função a que concorre: _____

Número de Inscrição: _____

Motivo do recurso:

Fundamentação e argumentação lógica:

Data: __/__/2014

Assinatura: _____

ANEXO IV

DO CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

PERÍODO INSCRIÇÃO	10/11/2014 até 21/11/2014
PUBLICAÇÃO INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS/RESP. CONDIÇÃO ESPECIAL PROVA	A partir de 24/11/2014
RECURSO INSCRIÇÕES INDEFERIDAS	Até 13h do dia 26/11/2014

PUBLICAÇÃO INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS/DIVULGAÇÃO LOCAL PROVA	A partir de 27/11/2014
PROVA ESCRITA	02/12/2014
GABARITO PROVISÓRIO	03/12/2014
RECURSO GABARITO PROVISÓRIO	Até 13h do dia 05/12/2014
GABARITO OFICIAL	A partir de 08/12/2014
PUBLICAÇÃO RESULTADO FINAL PROVISÓRIO	A partir de 10/12/2014
RECURSO RESULTADO FINAL PROVISÓRIO	Até 13h do dia 12/12/2014
PUBLICAÇÃO RESULTADO FINAL HOMOLOGADO	A partir de 16/12/2014

ANEXO IV

TABELA TÍTULOS PROCESSO SELETIVO Nº 010/2014

	Nome:			
	Função:			
Número Título	Tipo Título (certificado, declaração)	Data do Título	Instituição	Confirmação recebimento título

Declaro que entreguei na data de _____, os títulos acima especificados, ciente de que os mesmos serão objetos de análise da Comissão Especial de Processo Seletivo, bem como de que não serão aceitos títulos em outra data que não a do ato de inscrição.

Assinatura Candidato

Assinatura recebedor

PRIMEIRO TERMO DE RETIFICAÇÃO - PROCESSO SELETIVO Nº 010/2014

PRIMEIRO TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 010/2014

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO, a RETIFICAÇÃO nº 001 do Edital do Processo Seletivo n. 010/2014, nos seguintes termos:

Onde se lê:

9.1.2.1 A prova escrita será composta por 15 (quinze) questões objetivas, de Conhecimentos Específicos, do tipo Múltipla Escolha, com 4 (quatro) alternativas de resposta, de "A" a "D", das quais somente 1 (uma) deverá ser assinalada como correta.

9.1.2.2 O Conteúdo Programático encontra-se no Anexo II deste Edital.

9.1.2.3 Atribuir-se-á à prova escrita nota de 0 (zero) a 10 (dez), permitidas as frações, conforme tabela abaixo:

	Número de Questões	Peso por Questão	Total de Pontos
Conhecimentos Específicos	15	0,67	10
TOTAL PROVA			10

Leia-se:

9.1.2.1 A prova objetiva constará de 20 questões, sendo 15 de Conhecimentos Específicos e 05 sobre Conhecimentos Gerais, com 4 (quatro) alternativas de resposta, de "A" a "D", das quais somente 1 (uma) deverá ser assinalada como correta.

9.1.2.2 O Conteúdo Programático encontra-se no Anexo II deste Edital.

9.1.2.3 Atribuir-se-á à prova escrita nota de 0 (zero) a 10 (dez), permitidas as frações, conforme tabela abaixo:

	Número de Questões	Peso por Questão	Total de Pontos
Conhecimentos Gerais	05	0,20	1,0
Conhecimentos Específicos	15	0,36	09
TOTAL PROVA			10

Art. 1º Permanecem inalterados os demais itens e subitens do referido edital.

Art. 2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 10 de novembro de 2014.

CLAUDIA MARA FRONZA DA SILVA	CARLOS ALBERTO LUITHARDT
Secretária Municipal de Assistência Social e de Habitação	Secretário Municipal de Administração Interno
GARIBALDI ANTONIO AYROSO	
Prefeito Municipal	

PORTARIA N. 1166/RH

PORTARIA Nº 1166/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino, da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 254 e 255, da Lei Complementar Nº 207/2010 e requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal □ SIMM), Licença Especial à Gestante, no período de 02/12/2014 a 30/01/2015, a servidora municipal ERIKA RIBEIRO SCHMOEGEL DE ALCANTARA, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de novembro de 2014.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT
Secretário Municipal de Administração Interino
Cfr

DECRETO Nº 4406, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4406, de 11 de novembro de 2014.

"CONCEDE VEÍCULO E MOTORISTA POR TEMPO DETERMINADO À FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º- Fica concedido por tempo determinado à Fundação Cultural de Rio do Sul o veículo e o motorista, conforme segue:

- O veículo Chevrolet Spin - Placa MJV 9827 - Cor Branca - Frota 378 - Chassi nº 9BGJB75Z0DB170307 - Ano 2012/2013 - Renavam nº 492659249 - Patrimônio nº 20472, da Secretaria Municipal de Administração, pelo prazo determinado entre: o dia 11 a 12 de novembro de 2014. O referido veículo poderá retornar a Secretaria Municipal de Administração, antes do prazo determinado por solicitação do Prefeito ou do Secretário;

- O Motorista de Veículo Leve lotado na Secretaria Municipal de Administração - Adriano Mendes - Matrícula 100730, pelo prazo determinado entre: o dia 11 a 12 de novembro de 2014. O referido motorista poderá retornar a Secretaria Municipal de Administração, antes do prazo determinado por solicitação do Prefeito ou da Secretária;

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do veículo cedido por este Decreto, ou da cessão do motorista, ocorrerão a conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

11 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CONCURSO PÚBLICO 002/2014 - PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE POSSE - JOÃO ADÃO MUNIZ

PORTARIA Nº. 1156/RH

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder prorrogação do prazo para posse, nos termos do Parágrafo 3º, Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, a JOÃO ADÃO MUNIZ, nomeado pela Portaria nº 1017/RH de 11 de setembro de 2014, publicada em 23 de setembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, 40h, vinculado ao quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor em 23 de outubro de 2014.

Rio do Sul, 05 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Vmb

DECRETO Nº 4407, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4407, de 11 de novembro de 2014.

"CONCEDE VEÍCULO E MOTORISTA POR TEMPO DETERMINADO À FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º- Fica concedido por tempo determinado à Fundação Cultural de Rio do Sul o veículo e o motorista, conforme segue:

- O veículo Chevrolet Celta - Placa MJV 7727 - Cor Branca - Frota 376 - Chassi nº 9BGRP48F0DG162242 - Ano 2012/2013 - Renavam nº 492662517 - Patrimônio nº 20470, da Secretaria Municipal de Administração, pelo prazo determinado entre: o dia 11 a 12 de novembro de 2014. O referido veículo poderá retornar a Secretaria Municipal de Administração, antes do prazo determinado por solicitação do Prefeito ou do Secretário;

- O Motorista de Veículo Leve lotado na Secretaria Municipal de Administração - Adriano Mendes - Matrícula 100730, pelo prazo determinado entre: o dia 11 a 12 de novembro de 2014. O referido motorista poderá retornar a Secretaria Municipal de Administração, antes do prazo determinado por solicitação do Prefeito ou da Secretária;

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do veículo cedido por este Decreto, ou da cessão do motorista, ocorrerão a conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

11 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL**CORREÇÃO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE

SETOR DE LICITAÇÕES

Correção Edital Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 55/2014

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, através da Comissão de Licitação, torna pública a correção:

Onde Lê:

1 - PREÂMBULO

1.1 - O Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul/SC, torna público e faz saber que, por determinação de seu Prefeito Municipal, Sr. GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO, em 03 de novembro de 2014, acha-se aberto o PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2014 FMS, tipo de licitação a de "MENOR PREÇO POR ITEM", que será processado em conformidade com a

Lei Federal nr. 10.520/2002, Decreto 237/06 e subsidiariamente com a Lei 8.666/93 com suas modificações.

1.2 -ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: até o dia 13/11/2014,

às 08:30 horas.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 08:30 horas do dia

13/11/2014.

Leia - se:

1 - PREÂMBULO

1.1 - O Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul/SC, torna público e faz saber que, por

determinação de seu Prefeito Municipal, Sr. GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO, em 03 de

novembro de 2014, acha-se aberto o PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2014 FMS, tipo de

licitação a de "MENOR PREÇO POR ITEM", que será processado em conformidade com a

Lei Federal nr. 10.520/2002, Decreto 237/06 e subsidiariamente com a Lei 8.666/93 com suas

modificações.

1.2 -ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: até o dia 13/11/2014,

às 08:30 horas.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 08:30 horas do dia

14/11/2014.

As demais condições do Edital permanecem inalteradas.

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.362 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.362, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

Outorga Título de "Cidadão Rio-sulense" ao senhor Hélio Salvador.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica outorgado o Título de "Cidadão Rio-sulense" ao senhor Hélio Salvador pelos relevantes serviços prestados ao município de Rio do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 11 de novembro de 2014.

JAIME SBORZ

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.363 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.363, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

Outorga Título de "Cidadão Rio-sulense" ao senhor Jean Pier Xavier de Liz.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica outorgado o Título de "Cidadão Rio-sulense" ao senhor Jean Pier Xavier de Liz pelos relevantes serviços prestados ao município de Rio do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 11 de novembro de 2014.
JAIME SBORZ

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.364 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.364, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.
Outorga Título de "Cidadão Rio-sulense" ao senhor Erison Janke.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica outorgado o Título de "Cidadão Rio-sulense" ao senhor Erison Janke pelos relevantes serviços prestados ao município de Rio do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 11 de novembro de 2014.
JAIME SBORZ

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.365 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.365, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.
Outorga Título de "Cidadão Rio-sulense" ao senhor Rubem Stahnke.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica outorgado o Título de "Cidadão Rio-sulense" ao senhor Rubem Stahnke pelos relevantes serviços prestados ao município de Rio do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 11 de novembro de 2014.
JAIME SBORZ

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.366 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.366, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.
Outorga Título de "Cidadão Rio-sulense" ao senhor Anselmo Reginatto.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica outorgado o Título de "Cidadão Rio-sulense" ao senhor Anselmo Reginatto pelos relevantes serviços prestados ao município de Rio do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 11 de novembro de 2014.
JAIME SBORZ

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.367 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.367, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.
Outorga Título de "Cidadão Rio-sulense" ao senhor Ivando Gondim Lossio.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica outorgado o Título de "Cidadão Rio-sulense" ao senhor Ivando Gondim Lossio pelos relevantes serviços prestados ao município de Rio do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 11 de novembro de 2014.
JAIME SBORZ

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.368 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.368, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.
Outorga Título de "Cidadão Rio-sulense" ao senhor Ilson Silvio Zimmermann.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica outorgado o Título de "Cidadão Rio-sulense" ao senhor Ilson Silvio Zimmermann, pelos relevantes serviços prestados ao município de Rio do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 11 de novembro de 2014.
JAIME SBORZ

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.369 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.369, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.
Outorga Título de "Cidadão Rio-sulense" ao senhor Eugenio Vicenzi.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica outorgado o Título de "Cidadão Rio-sulense" ao senhor Eugenio Vicenzi pelos relevantes serviços prestados ao município de Rio do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 11 de novembro de 2014.
JAIME SBORZ

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.370 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.370, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014. Outorga Título de "Cidadão Rio-sulense" ao senhor Divanor Antonio Bortolozzo.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica outorgado o Título de "Cidadão Rio-sulense" ao senhor Divanor Antonio Bortolozzo pelos relevantes serviços prestados ao município de Rio do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 11 de novembro de 2014.
JAIME SBORZ

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.371 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.371, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014. Outorga Título de "Cidadão Rio-sulense" à senhora Eliane Dalfovo Paupitz.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica outorgado o Título de "Cidadão Rio-sulense" à senhora Eliane Dalfovo Paupitz, pelos relevantes serviços prestados ao município de Rio do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 11 de novembro de 2014.
JAIME SBORZ

Salto Veloso

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2014

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 36/2014, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Aquisição de Botijão de sêmen, colhedora de forragens, distribuidor de dejetos e carretão agrícola para a Secretaria de Agricultura,
Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 24/11/2014 até as 09h00min.

Abertura: 24/11/2014, às 09h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 06 de novembro de 2014.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 44/2014 D.L. Nº 04/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO
JUSTIFICATIVA DE DISPENSA
PROCESSO Nº 44/2014 D.L. Nº 04/2014

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se efetuou o processo de compra na modalidade de DISPENSA nº 04/2014 que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Locação de casa para Instalação do Conselho Tutelar
Contratado: Adelino Sebastião Da Silva
Valor: R\$ 600,00 (Seiscentos reais mensais)

Salto Veloso (SC), 10 de novembro de 2014.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

ATA DE PROPOSTA DE PREÇOS PL Nº 84/2014

ATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS DE PREÇOS

Licitação nº 84/2014 - Concorrência Pública

Às 14:00(quinze) horas do dia 10 de novembro dois mil e quatorze, após desistência da interposição de recurso da fase de habilitação das empresas participantes, a Comissão Permanente da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, conforme designada pelo decreto Nº 02/2014 de 02 de janeiro de 2014, reuniu-se com o objetivo de abrir, analisar e julgar as propostas de preço ofertada pelas Licitantes habilitadas no processo licitatório nº 84/2014 - Concorrência Pública. Abertos os trabalhos, constatou-se a ausência dos representantes das empresas abaixo relacionados:

EMPRESA	REPRESENTANTE CREDENCIADO
BRAMAC CONSTRUÇÕES EIRELI EPP	Ausente

1. O envelope contendo a proposta de preços circulou entre os presentes, para averiguação da inviolabilidade.
2. Na sequência o Presidente da Comissão Permanente de Licitação deu prosseguimento aos trabalhos, passando a abertura do envelope, já devidamente rubricado, contendo a proposta de preços, haja vista a desistência da interposição de recursos da fase habilitação.
3. A proposta de preços circulou entre a comissão de Licitação, para análise e rubrica.
4. Analisando-se a Proposta de Preços, constatou-se que restou classificada, uma vez que cumpriu com os requisitos editalícios, resultando na seguinte no valor global:

ORDEM	PROPONENTE	VALOR R\$
01	BRAMAC CONSTRUÇÕES EIRELI EPP	R\$ 2.526.008,80

5. A comissão decidiu por classificar a proposta da proponente por estar de acordo com o requerido no Edital.
6. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão determinou o encerramento da Sessão e ordenou a lavratura da presente Ata que depois de lida e achada conforme vai assinada pelos membros da Comissão e representante da Licitante presente.

Santa Rosa do Sul, 10 de novembro de 2014.

Joelson Farias Pereira
Presidente

Ana Regina Paulo de Borba
Membro

Wilfried Hemmer
Membro

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 312/2014

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 312/2014

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 27 de novembro de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NAS UNIDADES EDUCACIONAIS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 03 de novembro de 2014.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração - Autoridade Competente

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA

Pregoeira

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 2014TR003567

EXTRATO DO CONVÊNIO DE PAVIMENTAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - CONVÊNIO Nº 2014TR003567

Objeto

O presente Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros para a execução de obra de pavimentação das ruas Moema, com 927,38 metros (Bairro Cruzeiro), João Linzmeyer, com 381,95 metros, Berta Linzmeyer, com 225,00 metros, Raimundo Roesler, com 248,34 metros (Bairro Oxford), no município de São Bento do Sul, conforme proposta de trabalho nº 10226.

Finalidade

Dar melhores condições de trafegabilidade e segurança, ofertando aos transeuntes - veículos automotores, ciclistas, pedestres e comunidade local, via dotada de infraestrutura adequada, com acessibilidade, sinalização, transporte coletivo e demais condições, que possam fazer interligação adequada da rede viária do município.

Data de Liberação

A data de previsão para liberação está prevista a 1ª parcela para o mês de janeiro e a 2ª parcela para o mês de fevereiro de 2015.

Valores

Serão destinados recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio o montante de R\$ 1.874.238,67 (hum milhão, oitocentos e setenta e quatro mil, duzentos e trinta e oito reais, sessenta e sete centavos), transferido pelo Concedente, conforme Proposta de Trabalho.

Detalhamento da Aplicação de Recursos

Serão destinados recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio no montante de R\$ 1.874.238,67 (hum milhão, oitocentos e setenta e quatro mil, duzentos e trinta e oito reais,

sessenta e sete centavos), composto por terraplanagem, placa de obra, drenagem pluvial, pavimentação asfáltica, obras complementares - passeio, sinalização viária, conforme planilha orçamentária.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 2014TR003570

EXTRATO DO CONVÊNIO DE PAVIMENTAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - CONVÊNIO Nº 2014TR003570

Objeto

O presente Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros para a execução de obra de pavimentação da rua Alberto Torres, Bairro Centenário, no município de São Bento do Sul, numa extensão aprox. de 1.362 metros lineares da rua, conforme proposta de trabalho nº 10798.

Finalidade

Dar melhores condições de trafegabilidade e segurança, ofertando aos transeuntes - veículos automotores, ciclistas, pedestres e comunidade local, via dotada de infraestrutura adequada, com acessibilidade, sinalização, transporte coletivo e demais condições, que possam fazer interligação adequada da rede viária do município.

Data de Liberação

A data de previsão para liberação está prevista a 1ª parcela para o mês de janeiro e a 2ª parcela para o mês de fevereiro de 2015.

Valores

Serão destinados recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio o montante de R\$ 1.711.267,95 (hum milhão, setecentos e onze mil, duzentos e sessenta e sete reais e noventa e cinco centavos), transferido pelo Concedente, conforme Proposta de Trabalho.

Detalhamento da Aplicação de Recursos

Serão destinados recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio no montante de R\$ 1.711.267,95 (hum milhão, setecentos e onze mil, duzentos e sessenta e sete reais e noventa e cinco centavos), composto pelos serviços iniciais, drenagem, pavimentação, sinalização vertical e horizontal, conforme planilha orçamentária.

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 85/2014

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Contrato Nº: 85/2014

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: TRANSRESÍDUOS TRANSP. INDUSTRIAIS. LTDA

Vigência: Início: 27/10/2014 - Término: 27/11/2015

Licitação: 70/2014

Recursos: Dotação:

(61) -3.3.90.39.00 - Setor de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário, exercício vigente.

Objeto: Locação de caçambas com motoristas habilitados para a prestação dos serviços de coleta e transporte de resíduos do tipo lodo proveniente de rosca desaguadora, lodo de leito de secagem e resíduos de caixa de areia/desarenador e gradeamento, provenientes das Estações de Tratamento de Esgoto do SAMAE de São Bento do Sul.

São Bento do Sul, 11 de novembro de 2014.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N.113/2014

No dia 11 de novembro de 2014, às 08:30 horas, a Comissão Permanente de Licitações reuniu-se para realização de Sessão Pública de Licitação referente ao Processo Licitatório PREFE N.113/2014, Modalidade Concorrência PREFE n. 003/2014 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE PEDRAS POLIÉDRICAS E MACADAME SECO, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL DAS RUAS: AMAZONAS, GERSI VALGÓI, SANTA MARIA, MAJOR AZAMBUJA, BENJAMIN CONSTANT, CURITIBA, SÃO DOMINGOS, DUQUE DE CAXIAS, BARÃO DO RIO BRANCO E SETE DE SETEMBRO DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC, OBJETO DO TERMO DE COMPROMISSO N. 1013905-18/2013/MCIDADES/CAIXA. Realizaram visita técnica para participar do certame as empresas: Britter Rodovias Ltda, CNPJ n. 95.849.279/0001-99; Terramax Construções e Obras Ltda, CNPJ n. 04.406.660/0001-28 e; Setep Construções S. A, CNPJ n. 83.665.141/0001-50, conforme atestados de visita constantes no processo. Participaram do certame, entregando envelopes n. 01 e n. 02 as empresas: Setep Construções S. A, CNPJ n. 83.665.141/0001-50, a qual deixou de apresentar aos documentos de credenciamento, Declaração de Cumprimento e Aceitação de todas as normas contidas no edital (item 5.8 do instrumento convocatório), restando seu representante, Sr. Vonei Jorvani Fabrício descredenciado; Terramax Construções e Obras Ltda, CNPJ n. 04.406.660/0001-28, credenciado o Sr. Anderson Colombo, CPF n. 043.828.859-90 e; Britter Rodovias Ltda, CNPJ n. 95.849.279/0001-99, credenciado o Sr. Bruno Márcio Rodrigues, CPF n. 008.440.869-32, com envelopes protocolados sob os números 396 a 398/2014, respectivamente. Nenhuma das proponentes comprovou sua condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (item 5.9 do edital). Inicialmente, verificou-se a inviolabilidade dos envelopes de n. 01 - Documentos de Habilitação e Envelopes n. 02 - Proposta de Preços. Os envelopes foram rubricados pela Presidente, membros da Comissão de Licitações e credenciados. Realizou-se a abertura do envelope n. 01 - Documentos de Habilitação, sendo que os mesmos foram igualmente rubricados pela Presidente, membros da Comissão e pelos representantes das empresas. Ato contínuo, foi constatado pela Presidente da Comissão de Licitação que a proponente Britter Rodovias Ltda, CNPJ n. 95.849.279/0001-99 anexou aos documentos habilitatórios Declaração de Compromisso de participação do pessoal técnico qualificado, assinada pelo representante legal da empresa. Todavia, a alínea "e" do item 6.2.1.4 do edital exige que a aludida declaração seja assinada pelos profissionais técnicos indicados pela proponente. Desta feita, a licitante Britter Rodovias Ltda, fora INABILITADA para apresentação de sua proposta de preços. Tendo em vista que as demais participantes cumpriram com os requisitos exigidos no edital, estas restaram HABILITADAS para apresentação da proposta de preços. Assim, fica aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109 da Lei n. 8.666/93, sendo designada pela Comissão de Licitações o dia 19 de novembro de 2014, às 09:00, para a abertura dos envelopes de n. 02. Em caso de interposição de recurso, as participantes serão comunicadas via e-mail, cancelando-se, assim, a data já designada. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM). Os envelopes de n. 02 - Proposta de Preço - permanecerão em poder da Comissão de Licitações e serão mantidos intactos. Nada mais.

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 128/2014

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 128/2014

PREGÃO PRESENCIAL PREFE N. 044/2014

O Pregoeiro Oficial do Município TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 24 de novembro de 2014, estará recebendo as propostas dos interessados visando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E PINTURA DO PRÉDIO UTILIZADO PELO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos, SC, 06 de novembro de 2014.

Flávio Celeste Lorenzi

Pregoeiro Oficial.

POR 1617 DE 02 O 14 DESIGNA E CONCEDE FG EDILIO

PORTARIA Nº 1617, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

Designa Servidor Público Municipal como responsável pela lavagem, lubrificação, abastecimento de máquinas e veículos deste Município.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica do Municipal, de 28/09/90, atualizada; na Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 0045 de 06/11/12 e pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12; e:

- Considerando a instalação da bomba de combustível (óleo diesel), na garagem municipal;
- Considerando a necessidade de abastecimento, lubrificação, lavagem, troca de óleos, engraxamentos e manutenção diversas em todas as máquinas e veículos de propriedade do município;
- Considerando a necessidade de controle do recebimento do combustível;
- Considerando a necessidade de controle das entradas e saídas do combustível de todas as máquinas e veículos;
- Considerando a necessidade de supervisão geral no que se refere aos serviços acima elencados, nas máquinas e veículos do município.
- Considerando o princípio da legalidade e do interesse público, dos atos da Administração Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado o servidor Edilio Styburski, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, como responsável pela lavagem, lubrificação, engraxamento, troca de óleos, abastecimento, controle do recebimento do combustível, bem como a entrada e saída do combustível de todas as máquinas e veículos, manutenção diversas em todas as máquinas e veículos de propriedade do município. Parágrafo único. Em vista ao disposto acima fica concedida a Função Gratificada FG - 3, Código 57, do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada a partir do dia 01 de maio de 2014.

Art. 2º Fica revogada a portaria nº 637 de 19 de março de 2009.

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento desta portaria, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 02 de junho de 2014.
Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 1748 DE 29 10 14 EXONERA A PEDIDO AGDA REMUS

DECRETO Nº 1748, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.
Dispõe sobre a exoneração de servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº. 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº. 042, de 04/04/12 atualizada e pela Lei Complementar 045, de 06/11/12 atualizada; e:

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora pública municipal Agda Remus, do cargo de Assistente Social deste Município de São Domingos (SC), a partir do dia 31 de outubro de 2014.

Art. 2º Ficam revogadas as Portarias nºs 944, de 31 de agosto 2010, 836, de 05 de março de 2010, 776, de 13 de outubro de 2009, 618, 25 de fevereiro de 2009 todas no que diz respeito a servidora e nºs 1469, de 05 de julho de 2014, 1613 de 26 de maio de 2014 891, de 01 de junho de 2010.

Art. 3º Ficam revogados os decretos nºs 1087 de 29 de junho de 2012, 286, de 05 de agosto de 2009, 224, de 01 de julho 2009, 225, de 01 de julho de 2009 e 199, de 16 de abril de 2009 todos no que diz respeito a servidora.

Art. 4º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 31 de outubro de 2014.

São Domingos (SC), 29 de outubro de 2014.
Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

DEC 1752 DE 03 11 14 ADMITE PROFESSORA ACT GLAUCIA ROANI

DECRETO Nº 1752, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.
Admite servidora aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas:

1. Pelo Inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal;
2. Pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/1990;
3. Pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada;
4. Pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada;
5. Pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/2012, atualizada;
6. Pela Lei Complementar nº 043 de 26/07/2012;

7. De conformidade com a Lei Complementar nº 045, de 06/11/2012 atualizada;

- Considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2013, visando à contratação de pessoal, por prazo determinado, para desempenhar funções dos cargos do Magistério Público Municipal;

- Considerando o Edital n. 007, de 07 de fevereiro de 2014, que homologou o resultado do Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital nº 003/2013;

- Considerando o Décimo Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 003/2013;

- Considerando que não há mais candidatos na lista de espera dos aprovados no concurso público 001/2013 para o cargo de Professor de Ensino Fundamental - Artes;

- Considerando que o Processo Seletivo Simplificado de 003/2013, não contemplava o cargo de Professor de Ensino Fundamental - Artes, sendo que há candidatos aprovados na lista de espera para o cargo de Professor de Séries Iniciais, com qualificação abrangente, possibilitando ministrar aulas na disciplina de Artes;

- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Glaucia Filippini Roani, para exercer o cargo de Professor PD/B-II (Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais, com atuação na disciplina de Artes), Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será durante o ano letivo de 2014, conforme o que estabelece a Lei Complementar nº 043 de 26 de julho de 2012.

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 03 de novembro de 2014.
Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 1753 DE 03 11 14 ADMITE PROFESSORA ACT LUCINEIA FERREIRA DA LUZ MARQUES

DECRETO Nº 1753, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.
Admite servidora aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas:

1. Pelo Inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal;
 2. Pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/1990;
 3. Pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada;
 4. Pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada;
 5. Pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/2012, atualizada;
 6. Pela Lei Complementar nº 043 de 26/07/2012;
 7. De conformidade com a Lei Complementar nº 045, de 06/11/2012 atualizada;
- Considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº

003/2013, visando à contratação de pessoal, por prazo determinado, para desempenhar funções dos cargos do Magistério Público Municipal;

- Considerando o Edital n. 007, de 07 de fevereiro de 2014, que homologou o resultado do Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital nº 003/2013;

- Considerando o Décimo Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 003/2013;

- Considerando que não há mais candidatos na lista de espera dos aprovados no concurso público 001/2013 para o cargo de Professor de Ensino Fundamental - Artes;

- Considerando que o Processo Seletivo Simplificado de 003/2013, não contemplava o cargo de Professor de Ensino Fundamental - Artes, sendo que há candidatos aprovados na lista de espera para o cargo de Professor de Séries Iniciais, com qualificação abrangente, possibilitando ministrar aulas na disciplina de Artes;

- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Lucinéia Ferreira da Luz Marques, para exercer o cargo de Professor PD/C-III (Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais, com atuação na disciplina de Artes), Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será durante o ano letivo de 2014, conforme o que estabelece a Lei Complementar nº 043 de 26 de julho de 2012.

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 03 de novembro de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 1754 DE 03 11 14 VACANCIA DO CARGO LEONELIO HELT

DECRETO Nº 1754, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a vacância de cargo público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar 042 de 04/04/12 atualizada; e pela Lei Complementar Municipal nº 045, de 06/11/12 atualizada e:

- Considerando que o servidor público municipal Leonélio Helt, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, 40 horas semanais, obteve a concessão de aposentadoria (NB 42/164.870.966-1), pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS;

- Considerando o disposto no inciso V do art. 34 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que explicita que a aposentadoria é uma forma de vacância de cargo público;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado vago 01 (um) cargo de Operador de

Máquinas, integrante do quadro de cargos do município de São Domingos, em função da concessão de aposentadoria ao servidor público municipal Leonélio Helt, com a extinção do vínculo de trabalho respectivo com o município, a partir do dia 01 de novembro de 2014.

Art. 2º Ficam revogadas as portarias nºs 1077, de 01 de junho de 2011, 1066, de 11 de maio de 2011 e portarias nºs 944, de 31 de agosto de 2010, 131, de 08 de abril de 2008 no que diz respeito ao servidor.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de novembro de 2014.

São Domingos (SC), 03 de novembro de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 1755 DE 04 11 14 EXONERA A PEDIDO ARLINDO ANTONIO PAZ

DECRETO Nº 1755, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº. 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº. 042, de 04/04/12 atualizada e pela Lei Complementar 045, de 06/11/12 atualizada; e:

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a pedido o servidor público municipal Arlindo Antonio Paz, do cargo de Agente de Construção e Conservação deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

De Brasília (DF), para São Domingos (SC), 04 de novembro de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

DEC 1756 DE 05 11 14 VACANCIA DO CARGO IZIDIO BIGOLIN

DECRETO Nº 1756, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a vacância de cargo público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar 042 de 04/04/12 atualizada; e pela Lei Complementar Municipal nº 045, de 06/11/12 atualizada e:

- Considerando que o servidor público municipal Izidio Bigolin, ocupante do cargo de Fiscal do DMER, 40 horas semanais, obteve a concessão de aposentadoria (NB 1648708843 espécie 42), pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS;

- Considerando o disposto no inciso V do art. 34 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que explicita que a aposentadoria é uma forma de vacância de cargo público;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado vago 01 (um) cargo de Fiscal do DMER, integrante do quadro de cargos do município de São Domingos, em função da concessão de aposentadoria ao servidor público municipal Izidio Bigolin, com a extinção do vínculo de trabalho respectivo com o município, a partir desta data.

Art. 2º Fica revogado o decreto nº 3.450, de 13 de dezembro de 2000.

Art. 3º Ficam revogadas as portarias nºs, 944, de 31 de agosto de 2010 no que diz respeito ao servidor, 836, de 05 de março de 2010 no que diz respeito ao servidor, 131, de 08 de abril de 2008 no que diz respeito ao servidor e LB 1.175 de 04 de dezembro de 1992.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

De Brasília (DF), para São Domingos (SC), 05 de novembro de 2014.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 1758 DE 10 11 14 NOMEIA FRANCISMARA APARECIDA MARIANI COORDENADORA DE POLITICAS PUBLICAS PARA AS MULHERES

DECRETO Nº 1758, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 045, de 06/11/12 atualizada, pela Lei Complementar 042 de 04/04/12 atualizada; e:

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Francismara Aparecida Mariani, para exercer o cargo de Coordenadora de Políticas Públicas para as Mulheres, neste Município de São Domingos (SC), enquadrado no Anexo III, - Quadro Geral de Cargos Comissionados, Código 71.12, Nível CC-03, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12, a partir desta data ficando vinculada diretamente ao Gabinete do Prefeito Municipal conforme o disposto no art. 3º da Lei Complementar 044 de 06/11/12.

Art. 2º Fica revogada a portaria nº 1664 de 26 de setembro de 2014, que designou servidora pública municipal para responder pela Coordenadoria Municipal de políticas Públicas para as Mulheres

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 10 de novembro de 2014.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

DEC 1760 DE 11 11 14 TORNA SEM EFEITO O DECRETO Nº 1750 DE 29 10 14 DE 2014, O QUAL ADMITIU ANA CRISTINA LATREILLE

DECRETO Nº 1760, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

Torna sem efeito o Decreto nº 1750, de 29 de outubro de 2014, o qual admitiu a empregada pública aprovada em Processo Seletivo Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90; Leis Complementares Municipais nº 0018, de 28/01/08 atualizada, Lei Complementar nº 042 de 04/04/12, atualizada, Lei Complementar n. 0045, de 06 de novembro de 2012, com base no Edital do Processo Seletivo Público n. 006/2013, no qual homologou o resultado final do Processo n. 001/2013; e:

- Considerando que a empregada pública admitida pelo Decreto nº 1750, de 29 de outubro de 2014, apresentou pedido de desistência conforme protocolo nº 2310/2014, de 10/11/2014;

- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Torna-se sem efeito o Decreto nº. 1750, de 29 de outubro de 2014, que admitiu Ana Cristina Latreille, para exercer o emprego de Odontólogo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 11 de novembro de 2014.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

POR 1678 DE 27 10 14 CONCEDE INSALUBRIDADE A ADRIANE APARECIDA DOS SANTOS

PORTARIA Nº 1678, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre a concessão de adicional de insalubridade a empregada pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90; na Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar 042 de 04/04/12 atualizada, pela Lei Complementar Municipal nº 0045 de 06/11/12 atualizada, e;

- Considerando o requerimento protocolado sob o nº 2152/2014;

- Considerando o disposto no Código 5.22 do Anexo I do Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho para os servidores públicos municipais de São Domingos;

- Considerando os princípios da legalidade e dos atos públicos da administração;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade, na ordem de 40% (quarenta por cento), incidente sobre o salário mínimo nacional, a empregada pública municipal Adriane Aparecida Dos Santos, ocupante do emprego público de Técnico em Enfermagem, a partir do dia 14 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 14 de outubro de 2014.

São Domingos (SC), 27 de outubro de 2014.
Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

POR 1680 DE 27 10 14 CONCEDE ABONO PECUNIARIO ARI PERTILLE

PORTARIA Nº 1680, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.
Concede Férias e abono pecuniário ao servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada, pela Lei Complementar 042 de 04/04/12, atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12 atualizada e:

- Considerando requerimento protocolado no Setor de Pessoal, solicitando a transformação em abono pecuniário de 10 dias;
- Considerando que o servidor Ari Pertille possui 30 (trinta dias) de férias vencidas a ser gozada;
- Considerando o contido no artigo 65 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, principalmente em seu § 1º, que assim disciplina:

- Art. 65.

§ 1º A critério do servidor poderá ser convertido em abono pecuniário até dez dias das férias anuais.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido abono pecuniário de 10 dias, das férias vencidas referente ao período aquisitivo 10/02/13 a 09/02/14, ao servidor público municipal Ari Pertille, ocupante do cargo de Agente de Construção e Conservação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 27 de outubro de 2014.
Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

POR 1681 DE 27 10 14 AUTORIZA A CONDUIZIR VEICULOS JULIANE E MARIA

PORTARIA Nº 1681, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.
Autoriza servidoras a conduzir veículos públicos municipais.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90.

*Considerando a necessidade de manutenção contínua dos serviços no Município;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam autorizadas a conduzir veículos de propriedade deste município a servidora pública municipal Juliane Belle Vieira, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, portadora da Carteira Nacional de Habilitação com registro sob o nº 03587650712, e a servidora pública municipal Maria de Lourdes Anghinoni Camargo,

ocupante do cargo de Coordenador de Programas, portadora da Carteira de Habilitação com Registro sob o nº 04519329000.

Art. 2º As servidoras ora autorizadas a conduzir os veículos públicos municipais ficam responsáveis pelo seu uso, manutenção, abastecimento, zelo, preenchimento do diário de bordo e por eventuais sinistros.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 27 de outubro de 2014.
Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

POR 1682 DE 03 11 14 COMISSAO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001 E 002 2014

PORTARIA Nº 1682, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

Designa Comissão de Acompanhamento de Processo Seletivo Simplificado - para Emprego Público e Processo Seletivo Simplificado - para Cargo Público do Município de São Domingos (SC).

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada, pela Lei Complementar 042 de 04/04/12, atualizada, Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12 atualizada, Lei Complementar Municipal nº 0017, de 21/12/07, Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98 atualizada e pela Lei Complementar Municipal nº 043, de 26/07/12; e:

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada Comissão para Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado n. 001/2014 - para Cargo Público e Processo Seletivo Simplificado n. 002/2014 - para o Emprego Público, para provimento de vagas no quadro específico de servidores e empregados públicos municipais de São Domingos (SC), nos termos da legislação vigente, sendo:

I. Ana Claudia Barizon Fontana da Luz (presidente)

II. Luiza Teixeira (membro)

III. Ari Pertille (membro)

IV. Iraci Inês Marmentini Walendorff (membro)

V. Gilmar Antonio Brandalize (membro)

Art. 2º Compete à Comissão ora nomeada acompanhar e fiscalizar todos os atos dos Processos Seletivos Simplificados até a homologação do resultado final.

Art. 3º Os trabalhos prestados pela comissão não serão remunerados.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. De Brasília (DF) para São Domingos (SC), 03 de novembro de 2014.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

POR 1683 DE 03 11 14 CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARI LUCIA CENCI RIBEIRO

PORTARIA Nº 1683, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede férias a servidora pública municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 017 de 21 de dezembro de 2007, pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12 atualizada e:

- Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS a servidora pública municipal, conforme segue:

SERVIDOR (A)	CARGO/EMPREGO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Mari Lucia Cenci Ribeiro	Auxiliar de Serviços Gerais	24/06/13-14	10	03/11/2014 a 12/11/2014

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. De Brasília (DF) para São Domingos (SC), 03 de novembro de 2014.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

POR 1684 DE 03 11 14 LICENÇA SAÚDE PRIMO BRUNETTO

PORTARIA Nº 1684, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor público municipal.

O Prefeito Municipal em exercício de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 100 e 299 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90; Lei Complementar Municipal nº 0018 de 28/01/08 atualizada, pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12 atualizada; e:

* Considerando documento apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença para tratamento de saúde ao servidor público municipal Primo Brunetto, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir do dia 03 de novembro de 2014, até perdurar o benefício de auxílio-doença a ser concedido pelo INSS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. De Brasília (DF) para São Domingos (SC), 03 de novembro de 2014.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretário de Administração e Fazenda

DEC 1761 DE 11 11 14 ALTERA MEMBROS DO COMDIM

DECRETO Nº 1761, de 11 de novembro de 2014.

Altera a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM).

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90, pela Lei Municipal nº 1.594 de 29/06/09, pelo artigo 58 da Lei Complementar Municipal nº 0018 de 28/01/08; e:

- Considerando a exoneração da servidora Marioni Lammel;
- Considerando a nomeação da servidora pública municipal Francismara Aparecida Mariani para exercer o cargo de Coordenadora de Políticas Públicas para as Mulheres;
- Considerando a solicitação da servidora Sandra Maria Fiorese, designada para responder temporariamente pela Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM), que passa a ter os seguintes membros:

I - Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres:

Efetiva: Francismara Aparecida Mariani; Suplente: Ana Claudia Barizon Fontana da Luz;

II - Secretaria Municipal de Assistência Social:

Efetiva: Sandra Maria Fiorese; Suplente: Jussara Nunes;

III - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

Efetiva: Rosângela Salete Bampi Bortolini; Suplente: Rozani Fátima Guidini;

IV - Secretaria Municipal de Saúde:

Efetiva: Elieze Comachio; Suplente: Luci Aparecida Tonin;

V - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

Efetiva: Juscivete Fátima Fávero; Suplente: Fernanda Picoli;

VI - Delegacia de Polícia Civil:

Efetivo: Eva Rosenice Santetti Gitrone; Suplente: Josevana Camila Schina;

VII - Movimento das Mulheres Camponesas:

Efetivo: Simone Orzekovski Zarembski; Suplente: Erecilda Zamboni Câmara.

VIII - Cooperativas:

Efetivo: Delfina Meotti Araldi; Suplente: Fabiane Wallendorff;

IX - Grupos de Mulheres Organizadas da área rural:

Efetivo: Thaisa Grazielle Invitti Niedzielkoski; Suplente: Simoni Maria Leite;

X - Grupos de Mulheres Organizadas da área urbana:

Efetivo: Veronica Fátima Lorentz; Suplente: Simone Caveglion;

XI - Sindicatos:

Efetivo: Juçara Meotti Araldi; Suplente: Idanir de Fátima Chimello;

§ 1º O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, sendo permitida a recondução.

§ 2º Os membros do conselho não receberão qualquer remuneração, sendo considerado serviço de interesse público relevante.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 1387, de 16 de dezembro de 2013.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 11 de novembro de 2014.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

POR 1685 DE 10 11 14 CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

PORTARIA Nº 1685, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede férias aos servidores públicos municipais, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 017 de 21 de dezembro de 2007, pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12 atualizada e:

- Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS aos servidores públicos municipais, conforme segue:

SERVIDOR (A)	CARGO/EM-PREGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Sergio Roque Zappani	Operador de Máquinas	11/10/12-13	15	10/11/14 a 24/11/14
Naide Janete Klafke da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	01/04/13-14	30	15/11/14 a 14/12/14
Tânia Aparecida Busato Sales de Lima	Agente Administrativo	28/06/12-13	15	14/11/14 a 28/11/14

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 10 de novembro de 2014.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

São João do Sul**PREFEITURA****LICITAÇÃO Nº 080/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº 080/2014

Modalidade - Pregão Presencial nº 033/2014

Objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10) E ARLA PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO SUL/SC. Os envelopes de Habilitação e Propostas: Poderão ser entregues até às 08h 45 min do dia 25/11/2014, com abertura dos envelopes prevista para as 09 h do dia 25/11/2014. A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 07:00 às 13:00, ou pelo e-mail licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br

São João do Sul - SC, em 11 de Novembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

PROCESSO 101/2014 AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS PARA COZINHA SAMA E CRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 101/2014

Pregão Presencial 58/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS PARA COZINHA CRAS E SAMA

Tipo: Menor Preço por item

Abertura: 26/11/2014 14:00 horas

Valor estimado: R\$ 17.694,82

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 12 de novembro de 2014

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇO 06/2014 FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº133/2014

Tomada de Preço 06/2014

Objeto: Contratação de Empresa para Construção de Quadra Coberta da Escola Municipal Jurema Hugem Palma

Tipo: Menor Preço Total

Abertura: 01/12/2014 09:30 horas

Valor estimado: R\$ 239.434,35

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com ou ainda pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 11 de novembro de 2014

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

PROCESSO 37/2014 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE ESCADA DE ACESSO AO PRÉDIO DO CREAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOAQUIM
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 37/2014

Pregão Presencial 27/2014

Objeto: Contratação de empresa para construção de escada de acesso ao prédio do CREAS.

Tipo: Menor preço total

Abertura: 24/11/2014 14:00 horas

Valor estimado: R\$ 7.235,04

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 11 de novembro de 2014

MIRIAN CHIOCA VALTRICK

Secretária Municipal de Assistência Social

São José

PREFEITURA

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 016/2014 - PROPOSTA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 016/2014 - PROPOSTA - Processo nº 180/2014 Objeto: Contratação de empresa para construção de quadra coberta com vestiário do CEM Santa Terezinha do Município de São José/SC. EMPRESAS CLASSIFICADAS: 1ª MUNDIAL SERVIÇOS LTDA - EPP; e 2ª ASTECA CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Site: www.pmsj.sc.gov.br. Carlos Alfredo Schmidt, Presidente/CPL.

PREGÃO PRESENCIAL 081/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 081/2014 - Processo nº 231/2014: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual aquisição de preservativos masculinos e gel lubrificante para serem distribuídos pelo Programa DST/AIDS e Hepatites Virais do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 27/11/2014 às 13h15min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 27/11/2014 às 13h30min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

PREGÃO PRESENCIAL 090/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 090/2014 - Processo nº 245/2014: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para eventual aquisição de mobiliário em MDF com finalidade de atender as unidades escolares da rede municipal de ensino de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 25/11/2014 às 15h15min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 25/11/2014 às 15h30min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

PREGÃO PRESENCIAL 103/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 103/2014 - Processo nº 268/2014: Objeto: Contratação de empresa(s) para fornecimento de materiais permanentes e de consumo para atender os centros de educação infantil e ensino fundamental da rede municipal de ensino de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 25/11/2014 às 13h15min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 25/11/2014 às 13h30min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

CÂMARA MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL N.º 012/2014

PREGÃO PRESENCIAL N.º 012/2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 067/2014
AVISO E RESULTADO DE IMPUGNAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa de informática para Cessão de Direito de Uso Permanente de Solução informatizada para Gestão Pública, composto pelos dos sistemas de Contabilidade Tesouraria e Orçamento Público, Compras, Licitações e Contratos, Almoxarifado, Patrimônio Público, Frotas, Gestão de Pessoas, Ponto Eletrônico, para Câmara Municipal de São José/SC, conforme descrito no TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital, bem como suporte técnico na operacionalização destes sistemas, instalação, conversão dos dados, parametrização, e treinamento dos usuários nos sistemas licitados, conforme Anexos I e II.

Após, análise a Impugnação apresentada pela Empresa Betha Sistemas Ltda. o Pregoeiro confere deferimento parcial, decidindo:

a) Pelo não reconhecimento da nulidade do Edital, pois subscrito por servidor (autoridade) competente para tal, nos termos do art. 13, VII, "c" da Lei Municipal m.º 4.696/2009, art. 2º, §1º da Resolução n.º 254/2009, e art. 4º, XII da Lei n.º 10.520/2002;

b) Pela legalidade do edital e respectiva minuta contratual, diante das previsões de sanções e penalidades para os casos que ensejem rescisão contratual, nos termos, do art. 55, IX e art. 77, ambos da Lei de Licitações, sem prejuízo das aplicáveis pela Lei n.º 10.520/2002 (art. 7º), pois lançado na modalidade pregão;

c) Ratificar o item 6.1.2 da minuta contratual prevendo o prazo de até 120 (cento e vinte) dias, para a contratada dispor, instalar e treinar pessoal em todos os sistemas e todas as funcionalidade, diante do erro formal de divergência aos nos subitens 3.2.1 e 7.1 do Anexo II do edital, conforme o inc. XI do art. 55 da Lei de Licitações que constitui condição necessária a ser observada no instrumento do contrato a vinculação ao edital de licitação .

d) Ratificar o item 4.5 da minuta contratual prevendo o prazo de no mínimo 60 (sessenta) dias, para corrigir, para a garantia de correção de eventuais falhas, a contar do termo de aceite, apurado o erro formal, pela divergência no prazo previsto nos subitens 3.2.5 e 4.1 do Anexo II do edital, conforme o inc. XI do art. 55 da Lei de Licitações que constitui condição necessária a ser observada no instrumento do contrato a "vinculação ao edital de licitação".

e) Manter a previsão do objeto em cessão de uso permanente, e as disposições correlatas, diante das considerações subjetivas da Impugnante, até mesmo de assuntos inerentes a gestão administrativa, sem fundamentação legal, que não se referem às previsões editalícias, que pudessem ensejar prejuízo a licitação e os participantes, não sendo a via da Impugnação adequada para tal, e por estar a licitação baseada no menor preço praticado no mercado, prevendo os serviços e produtos necessários a execução do objeto.

f) Alterar a redação do item 10.4.1 para constar a previsão de atestado de capacidade técnica de Cessão de Direito de Uso, licença de uso, manutenção e suporte técnico de sistemas de gestão pública, não ensejando óbice ou prejuízo ao interesse público, atendendo ao art.3º e 30 da Lei de Licitações.

g) Manter a redação do item 2.6.3 do Anexo II do Edital, vez que não caracteriza qualquer direcionamento da licitação, ou situação que altere as condições do edital ou seja capaz ainda de restringir a competitividade, pois fundados em argumentos sem prova e sem fundamentação legal do Impugnante.

A íntegra da resposta está disponível ao Impugnante e aos interessados na Diretoria de Administração junto ao Processo do Pregão Presencial n.º 012/2014.

O edital com as alterações e adequações, decorrentes do deferimento parcial estará disponível para acesso no Portal Eletrônico da CMSJ e/ou fotocópia obtida na Diretoria de Administração, com designação de nova data de abertura da sessão pública de licitação a ser divulgada no Diário Oficial do Município, jornal e Portal da CMSJ.

São José/SC, 10 de novembro de 2014.
VALMOR JOSÉ HEBERLE
PREGOEIRO

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 012/2014 REABERTURA

AVISO DE NOVA DATA DE REABERTURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 012/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 067/2014

A presente licitação tem como objeto a Contratação de empresa de informática para Cessão de Direito de Uso Permanente de Solução informatizada para Gestão Pública, composto pelos dos sistemas de Contabilidade Tesouraria e Orçamento Público, Compras, Licitações e Contratos, Almoxarifado, Patrimônio Público, Frotas, Gestão de Pessoas e Ponto Eletrônico, para Câmara Municipal de São José/SC, conforme descrito no TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital, bem como suporte técnico na operacionalização destes sistemas, instalação, conversão dos dados, parametrização, e treinamento dos usuários nos sistemas licitados, conforme Anexos I e II.

Concluída a análise da Impugnação, pelo deferimento parcial, a Câmara Municipal de São José torna público aos interessados, em especial, ao Impugnante e as empresas que retiraram o instrumento convocatório, da REABERTURA do Pregão Presencial n.º 012/2014.

O edital com as alterações e adequações realizadas estará disponível para acesso no Portal Eletrônico da Câmara Municipal de São José, e/ou fotocópia obtida na Diretoria de Administração.

Reabre-se o presente edital com data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 24/11/2014 às 8h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 24/11/2014 às 09h00min. Maiores informações: Diretoria de Administração da Câmara de Vereadores das 13h00min às 19h00min. Fone: (48) 3029-1321.

São José, 11 de novembro de 2014.
VALMOR JOSÉ HEBERLE
DIRETOR ADMINISTRATIVO

São José do Cedro

PREFEITURA

LEI Nº 4.306, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.306, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 105.675,64 (cento e cinco mil, seiscentos e setenta e cinco reais com sessenta e quatro centavos) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
0.001 MANUTENÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA - DFI
"32" 4.6.90.71.00.00.1.0000 Principal da Dívida Contratual Resgatado R\$ 45.000,00

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
2.008 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
"62" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros-Pessoa JurídicaR\$20.000,00

2.014 CONTR.P/ENTIDADES CULT. ESP. ASSIST. E SOCIAIS
"67" 3.3.50.41.00.00.1.0000 Contribuições
..... R\$ 5.000,00

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS
02 DEPTO. DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS
2.040 DEPARTAMENTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS
"209" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica...R\$25.000,00

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIAS SOCIAL - F.M.A.S
02 COORDENADORIA DE HABITAÇÃO
2.109 MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE HABITAÇÃO
"345" 3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas -Pessoal Civil...R\$ 8.794,92
"346" 3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais
..... R\$1.880,72

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos da anulação das seguintes rubricas orçamentárias, no valor de R\$ 105.675,64 (cento e cinco mil, seiscentos e setenta e cinco reais com sessenta e quatro centavos).

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
01 DEPTO. DE RECURSOS HUMANOS
2.005 DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
"20" 3.3.90.14.00.00.1.0000 Diárias Civil
..... R\$ 500,00

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
02 DEPTO. DE PATRIMÔNIO, MATERIAL E LICITAÇÃO
2.006 DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO, CONTRATOS E LICITAÇÕES

"29" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica ...R\$1.000,00

05 SECRETARIA DA FAZENDA
01 DEPTO. FINANC. CONTÁBIL E C.I
1.005 AQUISIÇÃO DE EQUIP. DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO
"85" 4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$ 995,00
2.015 DEPARTAMENTO FINANCEIRO, CONTADORIA E CONTROLE INTERNO
"90" 3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo
..... R\$ 500,00

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
06 DEPTO. DE CULTURA
2.027 DIFUSÃO CULTURAL EM GERAL
"165" 3.3.90.14.00.00.1.0000 Diárias Civil
..... R\$ 675,00
"167" 3.3.90.36.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa FísicaR\$ 105,00

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA
01 DEPTO. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
2.029 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
"190" 3.3.90.36.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 2.540,00

13 FUNDO DE INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA - F.I.A
01 DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
2.053 ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
"255" 3.3.90.36.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa FísicaR\$ 854,00

15 FUNDO DE REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM
01 DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA
1.056 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS ESTRATÉGICOS
"267" 4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$ 73.031,30

17 SECRETARIA DO PLANEJ. E DESENV. ECONÔMICO
01 DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS
2.098 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO PLANEJ. E DESENV. ECONÔMICO
"283" 3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo
..... R\$1.400,00

17 SECRETARIA DO PLANEJ. E DESENV. ECONÔMICO
03 DEPARTAMENTO DE PROJETOS E EDIFICAÇÕES
2.039 DEPARTAMENTO DE PROJETOS E EDIFICAÇÕES
"291" 3.3.90.14.00.00.1.0000 Diárias - Civil
..... R\$ 1.000,00
"292" 3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo
..... R\$ 1.000,00
"293" 3.3.90.33.00.00.1.0000 Passagens e Despesas com Locomoção R\$ 1.295,00
"294" 3.3.90.36.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 500,00
"296" 4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$ 3.850,00

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - F.M.A.S
01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.099 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL E HABITAÇÃO
"306" 3.3.90.47.00.00.1.0000 Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 733,34

2.100 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA A INFÂNCIA

"308" 3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo
 R\$ 3.500,00
 "309" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pes-
 soa Jurídica..R\$ 3.115,00

2.101 PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL -
 PETI
 "310" 3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo
 R\$ 3.300,00
 "314" 3.3.90.47.00.00.1.0000 Obrigações Tributárias e Contributi-
 vas R\$1.752,00

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - F.M.A.S
 02 COORDENADORIA DE HABITAÇÃO
 2.109 MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE HABITAÇÃO
 "347" 3.3.90.14.00.00.1.0000 Diárias - Civil
 R\$ 400,00
 "348" 3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo
 R\$ 1.500,00

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - F.M.A.S
 03 COORDENADORIA DE APOIO A TERCEIRA IDADE
 2.049 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AO IDOSO - API
 "358" 4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Perma-
 nente R\$2.130,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
 ESTADO DE SANTA CATARINA, 11, de novembro de 2014.
 ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
 Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,
 Secretária Municipal da Educação e Cultura.

FERNANDO JÚLIO WILL,
 Secretário Municipal da Fazenda.

JOANA ANZOLIN
 Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econô-
 mico.

VOLNEI LUIZ DALLO,
 Secretário Municipal da Agricultura.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,
 Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,
 Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,
 Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
 Diretora de Secretaria.

LEI Nº 4.307, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.307, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

"APROVA PLANO DE LOTEAMENTO E AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO
 DAS OBRAS."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São
 José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de
 Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica aprovado o loteamento denominado "LOTEA-
 MENTO HABITACIONAL SANTA RITA I", a ser executado sobre
 a PARTE DO LOTE RURAL NÚMERO 13 (treze), com a área de
 42.522,68m²(quarenta e dois mil, quinhentos e vinte e dois me-
 tros e sessenta e oito decímetros quadrados), da matrícula 11.997,
 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Ce-
 dro - SC, situado no perímetro urbano do Município de São José do
 Cedro, sem acessões, com a seguinte descrição: ao NORTE, com
 parte do lote rural 13 (treze), por linha seca; ao LESTE, com o lote
 rural 13 (treze), por linha seca; ao SUL, com parte do lote rural
 13 (treze), por linha seca; ao OESTE, com parte do lote rural 14
 (quatorze), por linha seca, fechando assim perímetro.

§1º. O loteamento possui área total de 42.522,68m²(quarenta e
 dois mil, quinhentos e vinte e dois metros e sessenta e oito de-
 címetros quadrados), da matrícula 11.997, do Ofício de Registro
 de Imóveis da Comarca de São José do Cedro - SC, dos quais
 3.400,12m² destinam-se à área verde, 2.040,80m² de área ins-
 titucional, 11.575,76m², de áreas de circulação/ruas e restando
 uma área líquida de 25.506,00m², transformando-se em lotes
 vendáveis (84 lotes).

§2º. A área loteada situa-se na Zona Residencial Urbana da cidade
 de São José do Cedro, e terá os usos previstos para aquela região,
 conforme o Plano Diretor do Município.

Art. 2º. O presente loteamento será interceptado por 06 (seis)
 ruas que serão prolongadas das vias de circulação existentes no
 loteamento habitacional Santa Rita, bem como a abertura de uma
 via de acesso, denominada Rua Jacob Lebens. As demais ruas
 já estão denominadas com os seguintes nomes: Rua Domingos
 Turani, Rua Octávio João Potrich, Rua João Gregianin, Rua Nelcino
 Della Vecchia e Rua Leopoldo Sewald, que farão parte do presente
 loteamento.

Art. 3º. Fazem parte da presente Lei os seguintes documentos:

- a) Capa do Loteamento;
- b) Cópia da licença ambiental prévia e de instalação;
- c) Consulta de viabilidade técnica - CASAN;
- d) Consulta de viabilidade técnica CELESC;
- e) Consulta de viabilidade, localização e resíduos do município;
- f) Declaração de profissional habilitado sobre as condições do lo-
 teamento;
- g) Título de propriedade do imóvel;
- h) Procuração dos proprietários;
- i) Cópia CPF e RG do proprietário representante;
- j) Termo de compromisso de execução da infraestrutura;
- k) Cronograma físico de implantação/execução das obras;
- l) Memorial descritivo do loteamento;
- m) Memorial descritivo dos lotes;
- n) Memorial descritivo das ruas;
- o) ART/CAU dos profissionais;
- p) Prancha do projeto executivo com área verde georeferenciada;
- q) Prancha das curvas de nível;
- r) Prancha perfis das ruas;
- s) Prancha drenagem pluvial com detalhes e memorial;

t) Declaração de responsabilidade sobre a drenagem pluvial;
u) Prancha do tratamento de efluentes com memorial;
v) Prancha do projeto de pavimentação em pedras irregulares;
w) Prancha do projeto de distribuição de energia com fluxograma embutido;
x) Prancha do projeto de distribuição de água com memorial;
y) Prancha do levantamento da área primitiva do loteamento, com as confrontações;
z) Cópia do termo de compromisso de área verde;
aa) Cópia da lei que ampliou o perímetro urbano;
bb) Croqui de localização e entorno da área de loteamento;
cc) Parecer técnico da Comissão de Análise.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 11, de novembro de 2014.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal da Fazenda.

JOANA ANZOLIN
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal da Agricultura.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

LEI Nº 4.308, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.308, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014
"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTÔNIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar despesas no valor de até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), com o pagamento do transporte dos integrantes do Coral Luz e Alegria da Terceira Idade de nosso Município para participação do 10º Encontro de Corais da Terceira Idade que acontecerá dia 23 de novembro de 2014, na cidade de Chapada/RS, com a participação

de diversos corais.

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos consignados nas seguintes dotações orçamentárias:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
2.008 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
62 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica..R\$ 4.000,00

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 11, de novembro de 2014.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal da Fazenda.

JOANA ANZOLIN
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal da Agricultura.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

LEI Nº 4.309, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.309, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014
DISPÕE SOBRE AS FESTIVIDADES RELATIVAS À 13ª EDIÇÃO DO NATAL LUZ, AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR DESPESAS, ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar despesas no valor de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) com as festividades relativas ao "13º NATAL LUZ", edição 2014, constituindo-se da aquisição, pagamento e distribuição da premiação do Concurso Natal Luz mediante regulamento,

aquisição e distribuição de doces, aquisição de materiais elétricos e ornamentais, serviços técnicos especializados e demais despesas gerais visando o embelezamento e a caracterização natalina do Município.

Parágrafo primeiro. A organização das festividades ficará a cargo da Secretaria Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Secretaria Municipal de Educação e Cultura e de Comissão Especial a ser designada.

Art. 2º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais), destinados à execução da presente Lei:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
06.06 DEPTO.DE CULTURA
2.028 MAN. DAS FESTIVIDADES OFICIAIS DE SJCEDRO
"170"3.3.90.30.00.0.1.0000 Material de Consumo
.....R\$6.500,00
"171"3.3.90.31.00.0.1.0000 Premiações Culturais,Artist..Despor.e
Out R\$3.200,00
"172"3.3.90.36.00.0.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa
Física R\$ 800,00
"173"3.3.90.39.00.0.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa
Jurídica...R\$4.500,00

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS
10.02 DEPTO.DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS
2.043 MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
"214"3.3.90.30.00.0.1.0017 Material de Consumo
.....R\$3.000,00
"215"3.3.90.39.00.0.1.0017 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa
Jurídica...R\$7.000,00

Art. 3º. Para cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais), das verbas a seguir discriminadas:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS
10.02 DEPTO.DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS
2.042 CONSERVAÇÃO DE PRAÇAS, JARDINS, ACESSOS E CEMIT.
"213"3.3.90.39.00.0.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa
Jurídica...R\$5.000,00

10.03 DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR
2.041 DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E DO INTERIOR
"234"3.3.90.39.00.0.1.0000 Outros Serviços de Terceiros-Pessoa
Jurídica...R\$5.000,00

15 FUNDO DE REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS-FUNREBOM
15.01 DEPTO.DE SEGURANÇA PÚBLICA
1.056 AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. ESTRATÉGICOS
"267"4.4.90.52.00.0.1.0000 Equipamentos e Material Permanente
..... R\$5.000,00

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 11, de novembro de 2014.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal da Fazenda.

JOANA ANZOLIN
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal da Agricultura.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

LEI Nº 4.310, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.310, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar, no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 2.996,30 (dois mil novecentos e noventa e seis reais e trinta centavos) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
2.008 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
"410" 3.3.30.93.00.00.1.0024 Indenizações e Restituições
..... R\$ 2.996,30

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos da anulação das seguintes rubricas orçamentárias, no valor de R\$ 2.996,30 (dois mil novecentos e noventa e seis reais e trinta centavos).

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
2.088 INCLUSÃO DIGITAL/INTERNET PARA TODOS
"385" 4.4.90.51.00.00.3.0024 Obras e Instalações
.....R\$ 2.802,43
"386" 4.4.90.52.00.00.3.0024 Equipamentos e Material Permanente R\$193,87

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 11, de novembro de 2014.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal da Fazenda.

JOANA ANZOLIN
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal da Agricultura.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº 5.486, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 5.486, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

"NOMEIA MEMBROS DA CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CAISAN MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990, e a Lei Municipal Nº. 3.605, de 31 de março de 2009,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os Membros e suas funções da Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN do Município de São José do Cedro, a seguir elencados:

- I - Alexandre Vogt - Presidente; Secretario Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação;
- II - Volnei Luiz Dallo - Secretário Executivo; Secretario Municipal da Agricultura e Meio Ambiente;
- III - Rosimar Zanchett Angeli - Membro; Secretaria Municipal da Educação e Cultura;
- IV - Joana Anzolin; Membro; Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico;
- V - Fernando Júlio Will - Membro; Secretario Municipal da Saúde interino;

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 11 de novembro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 11 de novembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº5.487, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº5.487, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

"REGULAMENTA A PROVA PRÁTICA PARA AS FUNÇÕES DE MOTORISTA, OPERADOR DE EQUIPAMENTO E MECÂNICO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no Artigo 69, IX da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º As provas práticas do Concurso Público nº 01/2014, serão aplicadas pela AMEOSC, no dia 15 de novembro de 2014, logo após o término das provas objetivas, tendo como local de encontro a Garagem da Prefeitura Municipal, junto a Secretaria Municipal de Transportes e Obras, sito a Rua Padre Aurélio, nº 130, Centro, no Município de São José do Cedro (SC), para demonstração de habilidades práticas com equipamentos, veículos e ferramentas, quando proceder-se-á entre os candidatos classificados presentes, a ordem de início do teste prático, obedecido ao disposto no item 6 do referido Edital, sendo a mesma realizada para:

I - Operador de Equipamentos - o candidato será avaliado em 10 (dez) itens, tendo como critérios seu desempenho na condução da máquina, sendo avaliados: habilidade/conhecimento (partida/paradas, equipamentos obrigatórios), postura, sinalização (regras de trânsito, de preferência, de mudança de direção, de percurso e de ultrapassagem), manobras (estacionar, frente e marcha a ré, na estrada), câmbio, aceleração, uso do freio (freio motor), retrovisor, direção defensiva, realização de tarefa solicitada. Os conceitos utilizados são: Ótimo, Muito Bom, Bom, Satisfatório, Regular e Péssimo com os veículos conforme segue:

- Trator agrícola de pneu Jhondier, modelo 4x4, 6110, ano 2011, PM13361;

II - Motorista - o candidato será avaliado em 10 (dez) itens, tendo como critérios seu desempenho na condução da máquina, sendo avaliados: habilidade/conhecimento (partida/paradas, equipamentos obrigatórios), postura, sinalização (regras de trânsito, de preferência, de mudança de direção, de percurso e de ultrapassagem), manobras (estacionar, frente e marcha a ré, na estrada), câmbio, aceleração, uso do freio (freio motor), retrovisor, direção defensiva, realização de tarefa solicitada. Os conceitos utilizados são: Ótimo, Muito Bom, Bom, Satisfatório, Regular, e Péssimo com o veículo conforme segue:

- Caminhão, M.Benz, c/caçamba, modelo 2726, Placa MKI2553, ano 2011, modelo 2012, PM 14020;

III - Mecânico - (ver descrição)

- Diferencial

- Bomba injetora

- Cabeçotes

- Caixa

(de caminhões e máquinas)

Parágrafo único - Em caso de mau tempo que inviabilize a sua realização, as provas serão realizadas em outra data previamente marcada e comunicada aos candidatos através da imprensa,

rádio e no endereço eletrônico www.prefcedro.sc.gov.br e www.ameosc.org.br.

Art. 2º Fica convocado e designado o servidor público municipal, João Aloísio Linck para fiscalizar e acompanhar e dar suporte aos administradores na aplicação das provas práticas, no dia, hora e local fixados.

Art. 3º Somente os candidatos munidos de Carteira de Identidade, Ficha de Inscrição e Carteira Nacional de Habilitação terão acesso à prova prática.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente as contidas no Decreto 5.464 de 19 de setembro de 2014.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 11 de novembro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 11 de novembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº 5.488, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 5.488, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

ALTERA O ARTIGO 2º, INCISO IV DO DECRETO Nº 5.456, DE 18 DE AGOSTO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos XI e XXIII, do Art. 69 da Lei Orgânica do Município, mais o contido na Lei nº 669, de 15 de outubro de 1982;

DECRETA:

Art. 1º. O Art. 2º do Decreto nº 5.456, de 18 de agosto de 2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º. Integram a CTAAPS:

I - Sr. Rudimar César Winter - Controlador Interno do Município;
II - Srs. Mariel Perin e Camila Daiane Cancelier - Engenheiros Civis da Prefeitura;

III - Sr. Luiz Carlos Battaglin e Sta. Elizandra Simone Santin Canton - Fiscais de Obras da Prefeitura;

IV - Sra. Joana Anzolin - Secretária do Desenvolvimento e Planejamento Econômico;

V - Sr. Adelar Antônio Brescovici - Assessor Jurídico da Prefeitura;

VI - Sr. Volnei Luiz Dallo - Secretário da Agricultura e Meio Ambiente.

§1º - A CTAAPS será presidida pelo Secretário da Agricultura e Meio Ambiente.

§2º - As reuniões serão secretariadas pelo membro que o Presidente designar.”

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente as contidas no Decreto 5.456 de 18 de agosto de 2014.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 11 de novembro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 11 de novembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº 5.489, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 5.489, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

“INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica interrompido o período de férias da funcionária pública municipal JUCELI SOLDÁ FRANCO, ocupante do cargo de Assistente Social, Matrícula nº 2393, Grupo ANS, Nível 08, a partir de 12 de novembro de 2014, por motivo de superior interesse público.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto correm por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 11 de novembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 237/2014 - SF

DECRETO Nº. 237/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 7º e inciso II do art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 1.381,63 (um mil, trezentos e oitenta e um reais e sessenta e três centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DEPARTAMENTO DOS ESPORTES

2.045 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DOS ESPORTES

“247” 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica...R\$1.381,63

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 1.381,63 (um mil, trezentos e oitenta e um reais e sessenta e três centavos), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DEPARTAMENTO DOS ESPORTES
2.045 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DOS ESPORTES
"245" 3.3.90.14.00.00.1.0000 Diárias Civil
..... R\$1.381,63

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 05 de novembro de 2014.
ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 05 de novembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 238/2014 - SF

DECRETO Nº. 238/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - F.M.A.S
01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.099 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E HABITAÇÃO
"305" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 5.600,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Ordinários, Fonte 1.0000 no valor R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 06 de novembro de 2014.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 06 de novembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 239/2014 - SF

DECRETO Nº. 239/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

15 FUNDO DE REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM
01 DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA
2.064 MANUTENÇÃO DO FUNREBOM
"483" 3.3.90.30.00.00.3.0000 Material de Consumo
..... R\$ 10.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, será utilizados os recurso relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recurso Ordinário, Fonte 3.0000, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 06 de novembro de 2014.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 06 de novembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 240/2014 - SF

DECRETO Nº. 240/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.302 de 05 de novembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 14.095,00 (quatorze mil e noventa e cinco reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S
01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR
2.055 PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS
"4" 3.1.90.11.00.00.1.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 14.095,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos da anulação das seguintes rubricas orçamentárias, no valor de R\$ 14.095,00 (quatorze mil e noventa e cinco reais).

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S
02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA
1.051 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE PACIENTES
"16" 4.4.90.52.00.00.1.0002 Equipamentos e Material PermanenteR\$9.996,00

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S
02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA
2.059 MANUTENÇÃO DE SAÚDE AMBULATORIAL
"35" 3.3.90.39.00.00.1.0002 Outros Serviços de Terceiros-Pessoa
Jurídica...R\$2.400,00

2.077 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE USUÁRIOS DE ENTOR-
PECENTES
"41" 3.3.90.39.00.00.1.0002 Outros Serviços de Terceiros-Pessoa
Jurídica..R\$1.699,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 05 de Novembro de 2014.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 05 de novembro
de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 241/2014 - SF

DECRETO Nº. 241/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Cata-
rina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal
4.305 de 05 de novembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a
efetuar despesas no valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais),
com o pagamento do transporte, hospedagem e alimentação dos
integrantes e dirigentes do Grupo da Terceira Idade de nosso Mu-
nicípio para participação do Festival de Dança da Terceira idade,
que acontecerá de 09 a 14 de novembro de 2014, na cidade de
Piratuba/SC.

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo
anterior serão utilizados os recursos consignados nas seguintes
dotações orçamentárias:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
18.03 COORDENADORIA DE APOIO A TERCEIRA IDADE
2.049 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AO IDOSO
"355"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo
..... R\$3.000,00
"357"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serv. de 3º - Pessoa Jurídica
..... R\$2.000,00

Art. 3º. Para cobertura das despesas mencionadas no artigo an-
terior, fica reduzido o valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais) das
verbas a seguir discriminadas:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS
10.03 DEPTO DOS TRANSPORTES E DO INTERIOR
2.041 DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E DO INTERIOR
"234"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serv. de 3º - Pessoa Jurídica
..... R\$5.000,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 05 de Novembro de 2014.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 05 de novembro
de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 242/2014 - SF

DECRETO Nº. 242/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Ca-
tarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 7º e
inciso II do art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral
da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$
500,00 (quinhentos reais), destinados ao programa e verba a se-
guir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
2.008 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
"62" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa
Jurídica R\$ 500,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo
anterior, fica reduzido o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais),
Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discrimi-
nadas:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
2.008 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
"60" 3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo
..... R\$ 500,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 07 de novembro de 2014.
ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 07 de novembro
de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 243/2014 - SF

DECRETO Nº. 243/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Ca-
tarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 7º e
inciso II do art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral

da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - F.M.A.S
03 COORDENADORIA DE APOIO A TERCEIRA IDADE
2.049 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AO IDOSO - API
"357" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica .R\$ 1.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - F.M.A.S
03 COORDENADORIA DE APOIO A TERCEIRA IDADE
2.049 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AO IDOSO - API
"355" 3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo
..... R\$ 1.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 07 de novembro de 2014.
ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 07 de novembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 244/2014 - SF

DECRETO Nº. 244/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 7º e inciso II do art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL
2.017 DEPTO. DE ADMIN. E PLANEJ. EDUCACIONAL
"107" 3.1.90.11.00.00.1.0001 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoa Civil R\$ 500,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), Recursos de Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação, Fonte 1.0001, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL
2.017 DEPTO. DE ADMIN. E PLANEJ., EDUCACIONAL
"112" 3.3.90.39.00.00.1.0001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 500,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 de novembro de 2014.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 10 de novembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 245/2014 - SF

DECRETO Nº. 245/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 7º e inciso II do art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
2.008 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
"62" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 500,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
2.008 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
"60" 3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo
..... R\$ 500,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 07 de novembro de 2014.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 07 de novembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 138/2014, PR 089/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 24/11/2014, às 09:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 138/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 089/2014, OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO EM EQUIPAMENTOS SENDO, PÁ CARREGADEIRA, RETROESCAVADEIRA E MOTONIVELADORA, DE PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2014 - FMS

1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2014 - FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 11.359.214/0001-75, com sede à Rua Rui Barbosa, nº 291, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, brasileiro, casado, portador do RG nº 12/R-1.272.260, inscrito no CPF sob o nº 460.328.009-20; e Secretário Municipal de Saúde, Sr. Sérgio Hentz, brasileiro, casado, portador do RG nº 17/R 1.693.579 e inscrito no CPF sob nº 492.474.509-00, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Itacolomi, nº 377, Bairro Centro, no Município de Pato Branco - PR, CEP: 85.505-050, inscrita no CNPJ sob o nº 04.470.877/0001-05, neste ato representada por seu representante legal, Adolfo Frederico Grams, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 025.663.419-07 e portador da Cédula de Identidade sob nº 3.088.369-1, residente e domiciliado no Município de Pato Branco - PR, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem:

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 009/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 007/2014 - FMS, expedida pela Secretaria Municipal de Saúde, para que se faça o acréscimo de aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) ao valor total contratado para o fornecedor, referente ao Processo supracitado, pois se faz necessário para que se possa atender a necessidade das crianças inscritas no programa do serviço social da Secretaria Municipal de Saúde.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é de R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais) o que perfaz aproximadamente 25%

(vinte e cinco por cento) do valor total contratado.

Considerando que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 009/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 007/2014 - FMS, que trata da AQUISIÇÃO DE LEITE EM PÓ PARA DISTRIBUIÇÃO AOS PACIENTES MENORES DE 01 (UM) ANO E ALIMENTO NUTRICIONAL ENTERAL, PARA DISTRIBUIÇÃO A PACIENTES CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA E ESTUDO SÓCIO ECONÔMICO.

Contratada: MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	LEITE EM PÓ PARA ALIMENTAÇÃO DE LACTANTES MENORES DE 06 MESES, ADICIONADA DE PREBIOTICOS, NUCLEOTIDEOS, APRESENTAÇÃO LATA DE 400 GR.	75	R\$ 11,20	R\$ 840,00
TOTAL				R\$ 840,00

O valor do presente Termo aditivo é de R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais).

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de outubro de 2014.

GERALDINO CARDOSO Prefeito Municipal	ADOLFO FREDERICO GRAMS Medigram Distribuidora de Medicamentos Ltda	SÉRGIO HENTZ Secretário Municipal de Saúde
---	---	---

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

LEI 6.872-ALTERA PPA-R\$ 250.000,00-PRAÇA BELARMINO ANONI

LEI Nº 6.872/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 250.000,00 (DUZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias para execução de Banheiros, Playground e Quadras Poliesportivas na Praça Belarmino Annoni no perímetro urbano da Cidade, com recursos provenientes do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/FUNDO ESTADUAL DE APOIO AOS MUNICÍPIOS/BRDE.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), em conformidade com o disposto a seguir:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
01 - DESENVOLVIMENTO URBANO
15.451.0328.1.903 - Execução de Banheiros, Playground e Quadras Poliesportivas
Junto a Praça Belarmino Annoni.
4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 49.630,56
4.4.90.00.00.00.00.00667 - Aplicações Diversas R\$ 200.369,44
TOTAL R\$ 250.000,00

Art. 3º Para o atendimento parcial do crédito ora autorizado nesta Lei fica promovida a redução total e/ou parcial da seguinte dotação orçamentária em execução abaixo discriminada:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
01 - DESENVOLVIMENTO URBANO
15.452.0021.2.045 - Administração geral dos bens e serviços de desenvolvimento urbano.
130 - 3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 49.630,56
TOTAL R\$ 49.630,56

Art. 4º Para o atendimento complementar do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do provável excesso de arrecadação, constante do Recurso sob código nº. 667 - CONVÊNIOS COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, provenientes do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/FUNDO ESTADUAL DE APOIO AOS MUNICÍPIOS/BRDE, na importância de R\$ 200.369,44 (duzentos mil, trezentos e sessenta e nove reais e quarenta e quatro centavos) em conformidade com o

disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias para execução de Banheiros, Playground e Quadras Poliesportivas na Praça Belarmino Annoni no perímetro urbano da Cidade, segundo determinantes deste ato, com recursos provenientes do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/FUNDO ESTADUAL DE APOIO AOS MUNICÍPIOS/BRDE.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2012 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), com o intuito de instituir dotações orçamentárias para execução de Banheiros, Playground e Quadras Poliesportivas na Praça Belarmino Annoni no perímetro urbano da Cidade, segundo especificações desta Lei, com recursos transferidos do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/FUNDO ESTADUAL DE APOIO AOS MUNICÍPIOS/BRDE.

Art. 7º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio e demais documentos necessários a efetiva concretização do objeto proposto e aprovado entre as partes, mormente no que concerne a execução de Banheiros, Playground e Quadras Poliesportivas na Praça Belarmino Annoni, nesta Cidade.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE -SC,
Em 07 de fevereiro de 2014
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

ADAIR LUIZ ORSO
Secretário Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR
Assistente de Administração I

LEI Nº 6.873-ALTERAPPA-R\$ 12.000.000,00-PROPAV

LEI Nº 6.873/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 12.200.000,00 (DOZE MILHÕES E DUZENTOS MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais

precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 12.200.000,00 (doze milhões e duzentos mil reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias para execução de Pavimentação da Rodovia Municipal SMO-290, com extensão de 9,68 Km; Pavimentação da Rua Itaberaba com extensão de 305,06 metros; Pavimentação da Rua Lázaro da Costa com extensão de 468,14 metros; Pavimentação da Rua Salgado Filho com extensão de 108,11 metros; e, Pavimentação da Rua Sete de Setembro com extensão de 965,83 metros neste ente Federado, com recursos provenientes do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/FUNDO ESTADUAL DE APOIO AOS MUNICÍPIOS/BRDE.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 12.200.000,00 (doze milhões e duzentos mil reais), em conformidade com o disposto a seguir:

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

01 - INFRAESTRUTURA

26.782.0534.1.904 - Pavimentação asfáltica - Projeto FUNDAM.

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 400.543,68

4.4.90.00.00.00.00.00.0667 - Aplicações Diversas R\$ 11.799.456,32

TOTAL R\$ 12.200.000,00

Art. 3º Para o atendimento parcial do crédito ora autorizado nesta Lei fica promovida a redução total e/ou parcial da seguinte dotação orçamentária em execução abaixo discriminada:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

01 - DESENVOLVIMENTO URBANO

15.451.0537.1.040 - Aquisição de imóveis, construção e pavimentação de Ruas e Av. da Cidade e Bairros.

127 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 400.543,68

TOTAL R\$ 400.543,68

Art. 4º Para o atendimento complementar do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do provável excesso de arrecadação, constante do Recurso sob código nº. 667 - CONVÊNIOS COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, provenientes do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/FUNDO ESTADUAL DE APOIO AOS MUNICÍPIOS/BRDE, na importância de R\$ 11.799.456,32 (onze milhões, setecentos e noventa e nove mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e trinta e dois centavos) em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 12.200.000,00 (doze milhões e duzentos mil reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias para execução de Pavimentação da Rodovia Municipal SMO-290, com extensão de 9,68 Km; Pavimentação da Rua Itaberaba com extensão de 305,06 metros; Pavimentação da Rua Lázaro da Costa com extensão de 468,14 metros; Pavimentação da Rua Salgado Filho com extensão de 108,11 metros; e, Pavimentação da Rua Sete de Setembro com extensão de 965,83 metros conforme projeto aprovado entre as partes ajustadas, com transferências financeiras advindas do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/FUNDO ESTADUAL DE APOIO AOS MUNICÍPIOS/BRDE.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2012-LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 12.200.000,00 (doze milhões e duzentos mil reais), com o intuito de instituir dotações orçamentárias para execução de Pavimentação da Rodovia Municipal SMO-290, com extensão de 9,68 Km; Pavimentação da Rua Itaberaba com extensão de 305,06 metros; Pavimentação da Rua Lázaro da Costa com extensão de 468,14 metros; Pavimentação da Rua Salgado Filho com extensão de 108,11 metros; e, Pavimentação da Rua Sete de Setembro com extensão de 965,83 metros neste Ente Federado, com recursos oriundos do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/FUNDO ESTADUAL DE APOIO AOS MUNICÍPIOS/BRDE.

Art. 7º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio e demais documentos necessários a efetiva concretização do objeto proposto e aprovado entre as partes, mormente no que concerne a execução de Pavimentação em diversos locais deste Município.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE -SC,
Em 07 de fevereiro de 2014

JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

ADAIR LUIZ ORSO

Secretário Municipal de Administração

Esta lei foi publicada na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Assistente de Administração I

LEI Nº 6.874- RECONHECER DÍVIDAS CONSAD

LEI Nº 6.874/2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL EM NOME DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC., A RECONHECER E PAGAR DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES EM FAVOR DO CONSÓRCIO-CONSAD, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer despesas de exercícios anteriores 2010, 2011 e 2012, no valor total de R\$ 76.848,23 (setenta e seis mil, oitocentos e quarenta e oito reais e vinte e três centavos), em nome do Município de São Miguel do Oeste/SC, procedendo ao seu regular empenhamento, liquidação e pagamento, em conformidade com as disponibilidades orçamentárias financeiras do Erário Municipal no presente exercício financeiro em favor do CONSÓRCIO - CONSAD.

Art. 2º Os valores são saldos concernentes ao Contrato de Rateio Custeio Administrativo, Convênio Nº 04/2010 e Contrato Aditivo de Rateio Suasa I, a serem pagos até 31 de dezembro de 2013.

Art. 3º As Contribuições ao CONSÓRCIO-CONSAD tem como intento ao atendimento das despesas relativas ao custeio administrativo, pessoal e encargos.

Art. 4º Ao atendimento das despesas ora reconhecidas, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar as seguintes dotações orçamentárias abaixo especificadas em execução no presente ano financeiro, em conformidade com as despesas devidas ao CONSÓRCIO-CONSAD, conforme segue:

Órgão: 17 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Unidade: 01 Fundo Municipal de Desenvolvimento Agrícola
Funcional: 20.604.0021.2.074-Transferência ao Consórcio -CON-SAD

11 - 3.1.71.00.00.00.00.00 0080 Transferências a Consórcios Públicos R\$ 69.163,41

12 - 3.3.71.00.00.00.00.00 0080 Transferências a Consórcios Públicos R\$ 7.684,82

TOTAL _R\$_ 76.848,23

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE -SC,
Em 07 de fevereiro de 2014
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

ADAIR LUIZ ORSO
Secretário Municipal de Administração

Esta lei foi publicada na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR
Técnico Administrativo

LEI Nº 6.875- CESSÃO DE USO CLUBE DE MÃES UNIÃO

LEI Nº 6.875/2014

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONTRATO DE CESSÃO DE USO DE BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC COM O CLUBE DE MÃES UNIÃO E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Contrato de Cessão de Uso de Bens Imóveis de propriedade do MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC com o CLUBE DE MÃES UNIÃO, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Linha Sete de Setembro, Zona Rural de São Miguel do Oeste, inscrita no CNPJ/MF sob n. 80.622.426/0001-16, declarado de utilidade pública pela Lei Municipal n. 3.722, de 15 de agosto de 1995, objetivando a cessão de uso de bens imóveis de propriedade do Município, com as seguintes características:

I - Parte do Lote Rural n. 27, com a área de 5.915m², Linha Sete de Setembro, objeto da matrícula do Ofício de Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste n. 26.387.

Art. 2º O prazo da presente cessão de uso será de dez anos, contados da data da vigência desta Lei, podendo ser prorrogado por igual período, mediante conveniência das partes.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão a conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE -SC,
Em 07 de fevereiro de 2014
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

ADAIR LUIZ ORSO
Secretário Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR
Técnico Administrativo

CONTRATO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL.
CONTRATO DE CESSÃO DE USO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E O CLUBE DE MÃES UNIÃO, COM SEDE NA LINHA SETE DE SETEMBRO, NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Aos sete dias do mês de fevereiro de dois mil e quatorze, de um lado o MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita na CNPJ sob n. 82.821.174/0001-80, designada CONCEDENTE, estabelecida à Rua Marcilio Dias 1199, Município de São Miguel do Oeste - SC, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. JOÃO CARLOS VALAR, brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF n. 196.059.609-82, residente e domiciliado na Rua Felinto Muller, 199, Bairro São Gotardo, São Miguel do Oeste, SC, doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado o CLUBE DE MÃES UNIÃO, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Linha Sete de Setembro, Zona Rural de São Miguel do Oeste, inscrita no CNPJ/MF sob n. 80.622.426/0001-16, declarado de utilidade pública pela Lei Municipal n. 3.722, de 15 de agosto de 1995, neste ato representado por sua presidente, Senhora RAQUEL CALESCURA, brasileira, inscrita no CPF/MF sob n. 081.028.479-05, residente e domiciliada na Linha Sete de Setembro, doravante denominado de CESSIONÁRIO.

Celebraram entre si Contrato de Cessão de Uso, que se regerá pelas cláusulas que seguem e, subsidiariamente, pela legislação atinente.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O MUNICÍPIO na qualidade de proprietário e possuidor de direitos, presentes e futuros, dos bens imóveis, objeto deste, com as seguintes características:

I - Parte do Lote Rural n. 27, com a área de 5.915m², Linha Sete de Setembro, objeto da matrícula do Ofício de Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste n. 26.387.

O MUNICÍPIO cede gratuitamente ao CESSIONÁRIO o imóvel acima descrito.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RESTITUIÇÃO

Em caso de rescisão ao término do contrato o CESSIONÁRIO deverá entregar ao MUNICÍPIO o imóvel nas mesmas condições em que recebeu, sob pena de ressarcimento aos cofres municipais do bem deteriorado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

O Presente Contrato de cessão de Uso tem o prazo de dez anos, contados da data da vigência da Lei, podendo ser prorrogado por igual período, mediante conveniência das partes.

Parágrafo Único - Caso ocorra à extinção do CESSIONÁRIO, o bem objeto deste contrato e direitos retornarão imediatamente ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

I - Promover a conservação do bem, e proceder sempre que necessário às obras para a regular utilização;

II - Obedecer as normas ambientais e as de Vigilância Sanitária.

III - responsabilizar-se pelo pagamento das taxas de energia elétrica, água e afins pelo uso dos bens imóveis, ora cedidos.

IV - Eventuais edificações que a cessionária que desejar executar nos imóveis ora cedidos, somente será permitida mediante autorização expressa do cedente.

V - As edificações executadas pela cessionária, após o término do presente reverterão ao Patrimônio Público Municipal sem direito à indenização a cessionária.

CLÁUSULA QUINTA - DA CEDÊNCIA

O Presente Contrato não poderá ser transferido ou cedido no todo ou em parte.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O não cumprimento das cláusulas ora pactuadas ou o desvio da finalidade pela qual se institui o presente Contrato de Cessão de uso implicará rescisão automática do mesmo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DOS SUCESSORES

O Presente Contrato obriga, não somente os signatários, mas também os seus sucessores.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel do Oeste - SC para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato de Cessão de Uso.

E por estarem acordados, assinam as partes o presente Contrato de Cessão de uso, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

São Miguel do Oeste, SC, em 07 de fevereiro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR RAQUEL CALESCURA
Prefeito Municipal Presidente CESSIONÁRIO

TESTEMUNHAS:

LEI Nº 6.876-ALTERA PPA - R\$ 107.037,61

LEI Nº 6.876/2014.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 107.037,61 (CENTO E SETE MIL, TRINTA E SETE REAIS E SESSENTA E UM CENTAVOS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 107.037,61 (Cento e sete mil, trinta e sete reais e sessenta e um centavos), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento dos determinantes do Contrato de Repasse nº. 0297913-08/2009/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, para execução de pavimentação em ruas do Município em conformidade com o disposto no Plano aprovado entre as partes avençantes.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder por ato próprio, à abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 107.037,61 (Cento e sete mil, trinta e sete reais e sessenta e um centavos), em conformidade com o disposto a seguir:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
01 - DESENVOLVIMENTO URBANO
15.451.0537.1.954 - Contrato de Repasse nº. 0297913-08/2009/
MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA
4.4.90.00.00.00.00.00.00.00.01.0080.0 - Aplicações Diretas
R\$ 13.003,45
4.4.90.00.00.00.00.00.00.00.01.1036.0 - Aplicações Diretas
R\$ 94.034,16
TOTAL R\$ 107.037,61

Art. 3º Para o atendimento parcial do crédito ora autorizado nesta Lei fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a redução total e/ou parcial da seguinte dotação orçamentária em execução abaixo discriminada:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
01 - DESENVOLVIMENTO URBANO
15.452.0021.2.045 - Administração geral dos bens e serviços de desenv.urbano
130- 3.3.90.00.00.00.00.00.00.00.01.0080.0 - Aplicações Diretas
R\$ 13.003,45

Art. 4º Para o atendimento do crédito de que trata a presente Lei ficam utilizados os recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior, na importância de R\$ 25.633,33 (vinte e cinco mil, seiscentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, conforme abaixo especificados:

Nº. CONTA BANCO	BANCO	Nº. DO RE- CURSO	NOME DO RECURSO	VALOR
647.191-4	CEF	1036	MINISTÉRIO DAS CIDA- DES	94.034,16
TOTAL				94.034,16

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.871/13, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 107.037,61 (Cento e sete mil, trinta e sete reais e sessenta e um centavos), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente

ao atendimento dos determinantes do Contrato de Repasse nº. 0297913-08/2009/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, para execução de pavimentação em ruas do Município em conformidade com o disposto no Plano aprovado entre as partes.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente no que tange a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 107.037,61 (Cento e sete mil, trinta e sete reais e sessenta e um centavos), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento dos determinantes do Contrato de Repasse nº. 0297913-08/2009/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, para execução de pavimentação em ruas do Município em conformidade com o disposto no Plano aprovado entre as partes contratadas.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a Lei Municipal nº. 6.858/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE -SC,
Em 21 de fevereiro de 2014
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

ADAIR LUIZ ORSO
Secretário Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR
Técnico Administrativo

LEI Nº 6.877-ALTERA PPA - R\$ 260.000,00-UBS SALETE-ESTRELA

LEI Nº 6.877/2014.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 260.000,00 (DUZENTOS E SESENTA MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias para ampliação e reforma das Unidades de Saúde do Município mais especificadamente as dos Bairros Estrela e Salete.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), em conformidade com o disposto a seguir:

18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0428.1.901 - Construção, ampliação e reforma da UBS Estrela.
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0050 - Aplicações Diversas (Superavit) R\$ 100.000,00
10.301.0428.1.902 - Construção, ampliação e reforma da UBS Salete.
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0050 - Aplicações Diversas (Superavit) R\$ 100.000,00
TOTAL R\$ 260.000,00

Art. 3º Para o atendimento parcial do crédito ora autorizado nesta Lei fica promovida a redução total e/ou parcial da seguinte dotação orçamentária em execução abaixo discriminada:

18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0428.2.101 - Administração dos bens e serviços da Assistência Médica e Sanitária.
56 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 60.000,00
TOTAL R\$ 60.000,00

Art. 4º Para o atendimento complementar do crédito de que trata a presente Lei ficam utilizados os recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior, na importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, conforme abaixo especificados:

Nº. CONTA BANCO	BANCO	Nº. DO RECURSO	NOME DO RECURSO	VALOR
10.119-8	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	50	PMAQ	200.000,00
TOTAL				200.000,00

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias para ampliação e reforma das Unidades de Saúde do Município mais especificadamente as dos Bairros Estrela e Salete, em conformidade com os prescritos desta Lei.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2012 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), com o intuito de criar dotações orçamentárias para ampliação e reforma das Unidades de Saúde do Município mais especificadamente

as dos Bairros Estrela e Salete, em conformidade com os prescritos deste Ato.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE -SC,

Em 26 de fevereiro de 2014

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

ADAIR LUIZ ORSO

Secretário Municipal de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

LEI Nº 6.878-ALTERA LEI CONSELHO SAÚDE

LEI Nº 6.878

ALTERA O ARTIGO 1º, DA LEI MUNICIPAL 2.883, DE 08 DE ABRIL DE 1991, JÁ ALTERADO PELAS LEIS MUNICIPAIS N. 3.014, DE 30 DE JANEIRO DE 1992, N. 3.038, DE 17 DE MARÇO DE 1992, N. 3.812, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1995, N. 4.126, DE 30 DE MAIO DE 1997, N. 4.279, DE 25 DE JUNHO DE 1998, N. 4.814, DE 03 DE JULHO DE 2001 E N. 6.487, DE 31 DE MAIO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O artigo 1º da Lei Municipal 2.883, de 08 de abril de 1991, alterado pelas Leis Municipais n. 3.014, de 30 de janeiro de 1992, n. 3.038, de 17 de março de 1992, n. 3.812, de 28 de novembro de 1995, n. 4.126, de 30 de maio de 1997, n. 4.279, de 25 de junho de 1998, n. 4.814, de 03 de julho de 2001 e n. 6.487, de 31 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º

I - REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

- a) Representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- b) Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- c) Representante da Secretaria Municipal de Educação;
- d) Representante da Secretaria Fundação Municipal de Desportos de São Miguel do Oeste;
- e) Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;
- f) Representante da Secretaria Municipal de Administração.

II - REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE:

- a) Representante do Hospital Regional Teresinha Gaio Basso;
- b) Representante da Clínica Renal do Extremo Oeste;
- c) Representante da Clínica de Diagnóstico de Imagem - CDI/Vision.

III - REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE:

- a) Representante do Conselho Regional de Medicina - CRM;
- b) Representante do Conselho Regional de Enfermagem - COREN;
- c) Representante do Conselho Regional de Psicologia - CRP.

VI - REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS:

- a) Representante da Pastoral da Saúde;
- b) Representante dos Clubes de Serviços;

- c) Representante do Sindicato Rural;
- d) Representante do Sindicato dos Empregados da Indústria de Alimentação;
- e) Representante da União das Associações de Moradores;
- f) Representante da Associação dos Pais e Amigos dos Surdos;
- g) Representante dos Idosos;
- h) Representante do Conselho das Igrejas;
- i) Representante da ACOMAR;
- j) Representante da Rede Feminina de Combate ao Câncer;
- l) Representante da Pastoral da Criança;
- m) Representante do Sindicato dos Empregados no Comércio.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE -SC,

Em 28 de fevereiro de 2014

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

ADAIR LUIZ ORSO

Secretário Municipal de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

LEI Nº 6.879-REPASSE RECURSOS APAS

LEI Nº 6.879

AUTORIZA A CONCESSÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC - APAS, COM SEDE E FORO NESTE MUNICÍPIO E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transferir à ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC - APAS, pessoa jurídica de direito de privado, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o nº 00.680.364/0001-60, com sede e foro neste Município, declarada de utilidade pública pela Lei Municipal n. 3.724, de 15 de agosto de 1995, a importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), destinados à manutenção, coordenação e desenvolvimento de suas atividades estatutárias.

Parágrafo único. O repasse será feito em 10 (dez) parcelas, assim distribuídas:

- a) R\$ 6.000,00 (seis mil reais) até o dia 20/03/2014;
- b) R\$ 6.000,00 (seis mil reais) até o dia 20/04/2014;
- c) R\$ 6.000,00 (seis mil reais) até o dia 20/05/2014;
- d) R\$ 6.000,00 (seis mil reais) até o dia 20/06/2014;
- e) R\$ 6.000,00 (seis mil reais) até o dia 20/07/2014;
- f) R\$ 6.000,00 (seis mil reais) até o dia 20/08/2014;
- g) R\$ 6.000,00 (seis mil reais) até o dia 20/09/2014;
- h) R\$ 6.000,00 (seis mil reais) até o dia 20/10/2014;
- i) R\$ 6.000,00 (seis mil reais) até o dia 20/11/2014; e,
- j) R\$ 6.000,00 (seis mil reais) até o dia 20/12/2014.

Art. 2º É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em instituição bancária oficial, movimentados por cheques nominais e individuais por credor.

Art. 3º A Entidade terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da

data do recebimento dos recursos, para proceder à boa e regular aplicação e comprovação dos mesmos, junto a Contadoria Geral do Município.

Parágrafo Único. Não se fará à transferência do recurso financeiro a entidade em alcance nem a responsável por duas parcelas recebidas e não prestado contas.

Art. 4º A não obediência das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral dos valores atualizados monetariamente em favor do erário Público Municipal.

Art. 5º As despesas impugnadas pela Contadoria Geral do Município à luz da legislação vigente, serão recolhidas e atualizadas monetariamente em última instância, a favor dos cofres da Municipalidade.

Art. 6º Os saldos não aplicados nos prazos previstos na presente lei, serão também obrigatoriamente recolhidos à conta do erário Público Municipal.

Art. 7º São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos o Ordenador Primário (Presidente) e o Ordenador Secundário (Tesorero).

Art. 8º A prestação de contas dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via e nos prazos previstos nesta lei, instruída com os seguintes documentos:

I- Ofício encaminhando a prestação de contas;

II- Balancete modelo conforme padrão;

III- Extrato bancário de conta Especial e conciliação do saldo se for o caso;

IV- Fotocópia dos documentos suportes de despesas bem legíveis e sem rasuras e/ou entrelinhas; e,

V- Declaração de lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na receita orçamentária da Entidade.

Parágrafo único. A prestação de contas e demais documentos que comprovarem a boa e regular aplicação dos recursos deverão obrigatoriamente ser assinados pelo Ordenador Primário e Secundário.

Art. 9º Fica alterada a Lei nº 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), objetivando reforçar dotação orçamentária para o cumprimento dos determinantes desta Lei.

Art. 10. Em conformidade com o disposto nesta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder por ato próprio, à abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), em conformidade com o disposto a seguir:

15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

08.244.0031.2.065 - Transferência a Instituições Privadas s/Fins Lucrativos.

3.3.50.00.00.00.00.0080 - Transfer.a Instit.Privadas s/Fins Lucr. R\$ 60.000,00

Art. 11. Para o atendimento do crédito autorizado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à redução da seguinte dotação orçamentária, constante do mesmo orçamento em execução:

15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

08.122.0021.2.026 - Administração geral dos bens e serv. da Assist.Social

3 - 3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Art. 12. Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2013 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente no que tange a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), destinado ao custeio complementar das despesas originadas com a presente matéria.

Art. 13. Da mesma forma fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013 - PPA - para execução no exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente no que tange a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), objetivando a fazer face às despesas instituídas por esta Lei.

Art. 14. As despesas decorrentes da presente correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 15. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE -SC,

Em 28 de fevereiro de 2014

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

ADAIR LUIZ ORSO

Secretário Municipal de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

LEI Nº 6.880-ALTERA PPA - R\$ 700.000,00-BOMBEIROS

LEI Nº 6.880

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 700.000,00 (SETECENTOS MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para os exercícios financeiros de 2014/2017, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 700.000,00 (Setecentos mil reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento dos serviços do Corpo de Bombeiros neste Ente Federado, em conformidade com o disposto em instrumento convenial estabelecido entre as partes e prescritos nesta Lei.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância

de R\$ 700.000,00 (Setecentos mil reais), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

09 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

01 - ENCARGOS GERAIS

06.182.0178.2.052 - Administração dos bens e serviços do Corpo de Bombeiros

3.3.90.00.00.00.00.00.0179 - Aplicações Diversas (Superavit) R\$ 150.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0179 - Aplicações Diversas (Excesso) R\$ 110.000,00

06.182.0178.1.048 - Dotar a Guarnição do Corpo de Bombeiros.

4.4.90.00.00.00.00.00.0179 - Aplicações Diversas (Superavit) R\$ 30.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0179 - Aplicações Diversas (Excesso) R\$ 410.000,00

TOTAL R\$ 700.000,00

Art. 3º Para o atendimento parcial do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do provável excesso de arrecadação, constante do Recurso sob código nº. 179 - Taxa de Bombeiros - TB, na importância de R\$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais) em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

Art. 4º Para o atendimento complementar do crédito de que trata a presente Lei ficam utilizados os recursos provenientes do Superavit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior, na importância de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, conforme abaixo especificados:

Nº. CONTA BANCO	BANCO	Nº. DO RE- CURSO	NOME DO RECURSO	VALOR
43404 e 43405	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	179	Taxa de Bom- beiros TB	180.000,00
TOTAL				180.000,00

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para os exercícios financeiros de 2014/2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 700.000,00 (Setecentos mil reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento dos serviços do Corpo de Bombeiros neste Ente Federado, em conformidade com o disposto em instrumento convenial estabelecido entre as partes segundo prescritos nesta Lei.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2013 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para os exercícios financeiros de 2014/2017, bem como, no que concerne a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 700.000,00 (Setecentos mil reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias para os serviços do Corpo de Bombeiros neste Ente Federado, em conformidade com o disposto em instrumento convenial estabelecido entre as partes segundo prescritos neste ato.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE -SC,
Em 28 de fevereiro de 2014
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

ADAIR LUIZ ORSO

Secretário Municipal de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

LEI Nº 6.881-ALTERA PPA-R\$ 43.126,61-AMPLIAÇÃO CENTRO DE CONVIVÊNCIAS

LEI Nº 6.881

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 43.126,61 (QUARENTA E TRÊS MIL, CENTO E VINTE E SEIS REAIS E SESENTA E UM CENTAVOS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para os exercícios financeiros de 2014/2017, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 43.126,61 (Quarenta e três mil, cento e vinte e seis reais e sessenta e um centavos), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas das obras de reforma e ampliação do centro de Convivência Cultural dos idosos de São Miguel do Oeste/SC, localizado no Bairro Agostini.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 43.126,61 (Quarenta e três mil, cento e vinte e seis reais e sessenta e um centavos), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

08.241.0485.1.906 - Reforma e ampliação do centro de Convivência Cultural

dos idosos de São Miguel do Oeste/SC, localizado no Bairro Agostini.

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 43.126,61

TOTAL R\$ 43.126,61

Art. 3º Para o atendimento do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a proceder da mesma matéria orçamentária em execução a seguinte dotação abaixo discriminada:

15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

08.122.0021.2.026 - Administr. Geral dos bens e serv. da Assist. Social

3 - 3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 43.126,61

TOTAL R\$ 43.126,61

CAPÍTULO III**DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para os exercícios financeiros de 2014/2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 43.126,61 (Quarenta e três mil, cento e vinte e seis reais e sessenta e um centavos), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas das obras de reforma e ampliação do centro de Convivência Cultural dos idosos de São Miguel do Oeste/SC, localizado no Bairro Agostini.

CAPÍTULO IV**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2013-LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para os exercícios financeiros de 2014/2017, bem como, no que concerne a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 43.126,61 (Quarenta e três mil, cento e vinte e seis reais e sessenta e um centavos), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas das obras de reforma e ampliação do centro de Convivência Cultural dos idosos de São Miguel do Oeste/SC, localizado no Bairro Agostini.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE -SC,

Em 10 de março de 2014

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

ADAIR LUIZ ORSO

Secretário Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

LEI Nº 6.882-DESAFETAMENTO IMÓVEIS DO MUNICÍPIO

LEI Nº 6.882

"DISPÕE SOBRE O DESDOBRAMENTO, REMEMBRAMENTO, DESAFETAMENTO E AFETAMENTO DOS IMÓVEIS OBJETOS DAS MATRÍCULAS DO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS NS. 18.094, 37.736 E 37.737, TODOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica desafetada, uma área de 912,60m², do Lote Urbano n. 24, do Loteamento Martini, Bairro São Sebastião, com área total de 2.878,20m² objeto da Matrícula n. 18.094, do Ofício do Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste, de sua destinação de área verde para área de uso institucional.

Art. 2º Fica aprovado o desdobramento do Lote Urbano n. 24, do Loteamento Martini, Bairro São Sebastião, com área total de 2.878,20m² objeto da Matrícula n. 18.094, que passarão a ter as seguintes áreas, descrições e destinações:

I - Lote Urbano n. 24-A, com área de 912,60m², destinado à Uso Institucional e Equipamentos Comunitários, confrontando: ao norte: com os lotes urbanos ns. 23, 21 e 20, medindo 70,20m; ao leste com a Rua Marcelino Fortunato Ecker, medindo 13,00m; ao sul com o lote urbano 24-B, medindo 70,20m; ao oeste com Rua Jose Martini, medindo 13,00m;

II - Lote Urbano n. 24-B, com área de 1.965,60m², destinado à Área Verde, confrontando: ao norte com o lote urbano n. 24-A, medindo 70,20m; ao leste com a Rua Marcelino Fortunado Ecker, medindo 28,00m; ao sul com parte do lote rural n. 85-E, medindo 70,20m; ao oeste com a Rua José Martini, medindo 28,00m.

Art. 3º Como medida compensatória a desafetação da área descrita no art. no art. 1º, fica afetado como área verde a área de 912,60m², do Lote Urbano n. 48, do Loteamento Recanto dos Angicos, com área total 3.215,62m², Bairro São Sebastião, objeto da Matrícula n. 37.736 do Ofício do Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste.

Art. 4º Fica aprovado o desdobramento do Lote Urbano n. 48, do Loteamento Recanto dos Angicos, com área total 3.215,62m², Bairro São Sebastião, objeto da Matrícula n. 37.736 do Ofício do Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste, passando a ter as seguintes áreas, descrições e destinações:

I - Parte do Lote Urbano n. 48, com área de 912,60m², destinado à Área Verde, confrontando: ao norte, com parte do lote urbano n. 49, medindo 12,25m; ao leste, com os lotes rurais ns. 61 e 61-A, medindo 75,15m; ao sul com parte do lote rural n. 61, medindo 12,25; ao oeste, com Parte do Lote Urbano n. 48, medindo 75,15m, que será lembrado com o lote urbano n. 49, do mesmo loteamento;

II - Parte do Lote Urbano n. 48 (remanescente), com área 2.303,02, destinado à Uso Institucional e Equipamentos Urbanos, confrontando: ao norte, com parte do lote urbano n. 49, medindo 52,64m; ao leste com parte do mesmo lote urbano n. 48 (inciso I), medindo 75,15m; ao sul com parte do lote rural n. 61 e parte do lote urbano n. 61-10, medindo 17,75m; ao oeste com os lotes urbanos ns

44, 45, 46 e 47, medindo 50,00m; novamente ao sul com o lote urbano n. 47, medindo 25,00m; novamente ao oeste com a rua do Angicos, medindo 24,50m.

Art. 5º Fica aprovado o remembramento de parte do lote n. 48, com área de 912,60m², descrito no inciso I, do art. 4º, com o lote urbano n. 49, com área de 1.557,45m², objeto da Matrícula n. 37.737, do Ofício de Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste, passando a ser um único imóvel, destinado à Área Verde, com área de 2.470,05m², passando a ter a seguinte área, descrição e destinação:

I - Lote urbano n. 49, com área de 1.557,45m² e Parte do Lote Urbano n. 48, com área de 912,60m², perfazendo um total de 2.470,05m², destinado à Área Verde, confrontando em conjunto: ao norte com o lote urbano n. 43 e parte dos lotes rurais ns. 61 e 61-A, medindo 68,00m; ao leste com parte dos lotes rurais 61 e 61-A, medindo 98,80m; o sul com parte do lote rural n. 61, medindo 12,25m; ao oeste com o Parte do Lote Urbano n. 48, medindo 75,15m; novamente ao sul, com Parte do Lote Urbano n. 48, medindo 52,64m; novamente ao oeste com a Rua dos Angicos, medindo 23,44m.

Art. 6º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a praticar os atos administrativos necessários ao fiel cumprimento da presente Lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE -SC,
Em 10 de março de 2014
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

ADAIR LUIZ ORSO
Secretário Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR
Técnico Administrativo

LEI Nº 6.883-ALTERA PPA R\$ 508.000,00-UNIDADE BÁSICA SAÚDE SÃO GOTARDO

LEI Nº 6.883

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 508.000,00 (QUINHENTOS E OITO MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 508.000,00 (quinhentos e oito mil reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias para as obras de construção da Unidade Básica de Saúde do Bairro São Gotardo em nosso Município.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 508.000,00 (quinhentos e oito mil reais), em conformidade com o disposto a seguir:

18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.1.909 - Construção da Unidade Básica de Saúde do Bairro

São Gotardo

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 100.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1567 - Aplicações Diversas (Superavit) R\$ 408.000,00

TOTAL R\$ 508.000,00

Art. 3º Para o atendimento parcial do crédito ora autorizado nesta Lei fica promovida a redução total e/ou parcial da seguinte dotação orçamentária em execução abaixo discriminada:

18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.2.101 - Administração dos bens e serviços da Assistência Médica e Sanitária.

45 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 100.000,00
TOTAL R\$ 100.000,00

Art. 4º Para o atendimento complementar do crédito de que trata a presente Lei ficam utilizados os recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior, na importância de R\$ 408.000,00 (quatrocentos e oito mil reais), em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, conforme abaixo especificados:

Nº. CONTA BANCO	BANCO	Nº. DO RECURSO	NOME DO RECURSO	VALOR
00624071-8	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	1567	PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-UBS	408.000,00
TOTAL				408.000,00

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 508.000,00 (quinhentos e oito mil reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias para as obras de construção da Unidade Básica de Saúde do Bairro São Gotardo em nosso Município, em conformidade com os prescritos desta Lei.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2012 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 508.000,00 (quinhentos e oito mil reais), com o intuito de criar dotações orçamentárias para as obras de construção da Unidade Básica de Saúde do Bairro São Gotardo neste Ente Federado.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE -SC,
Em 10 de março de 2014
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

ADAIR LUIZ ORSO
Secretário Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR
Técnico Administrativo

LEI Nº 6.884-RATIFICA DOAÇÃO BENS CONSELHO TUTELAR

LEI Nº 6.884/2014

RATIFICA TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E A SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam ratificados os Termos de Doação de Bens Móveis com Encargos nº 0886/2013 (objeto: FIAT/PÁLIO WEEKEND) e nº 0887/2013 (objeto: EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA) para uso do Conselho Tutelar do Município de São Miguel do Oeste.

Art. 2º As despesas da aplicação desta Lei correrão a conta das rubricas orçamentárias vigentes.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE -SC,

Em 13 de março de 2014

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

ADAIR LUIZ ORSO

Secretário Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

LEI Nº 6.885-INSTITUIÇÃO FUNDO MUNICIPAL BENS LESADOS

LEI Nº 6.885/2014

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL PARA A RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS - FMRBL E DO CONSELHO GESTOR DO FMRBL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º. Ficam instituídos no Município de São Miguel do Oeste, o Fundo Municipal para a Reconstituição de Bens Lesados - FMRBL e o Conselho Gestor do FMRBL.

Parágrafo único. O Fundo Municipal para Reconstituição de Bens Lesados - FMRBL atuará em conformidade com o disposto na Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 e será gerido por um Conselho Gestor, constituído na forma estabelecida nesta Lei.

CAPÍTULO II**DOS OBJETIVOS DO FUNDO**

Art. 2º. O FMRBL tem por objetivos reparar e prevenir danos causados à coletividade, relativos ao meio ambiente, ao consumidor, à

economia popular, a bens e direitos de valores artísticos, estéticos, históricos, turísticos e paisagísticos, à ordem urbanística, à ordem econômica, ao patrimônio público ou a qualquer outro interesse difuso ou coletivo no âmbito do Município.

CAPÍTULO III**DAS RECEITAS**

Art. 3º. Constituem receitas do FMRBL:

I - os rendimentos decorrentes de depósitos bancários e aplicações financeiras, observadas as disposições legais;

II - aqueles provenientes da aplicação do § 2º, do art. 3º, da Lei Estadual nº 15.694 de 21 de dezembro de 2011;

III - os valores estabelecidos em acordos judiciais decorrentes de Ação Civil Pública;

IV - as contribuições e doações de pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou estrangeiras;

V - as transferências orçamentárias provenientes de outras entidades públicas;

VI - as multas administrativas, inclusive as previstas no § 1º do art. 5 desta Lei;

VII - os valores decorrentes de sanções administrativas aplicadas pelo órgão municipal de defesa do consumidor, meio ambiente ou de outros interesses difusos e coletivos;

VIII - outras receitas que vierem a ser destinadas ao FMRBL.

Parágrafo único. É facultado ao respectivo Órgão Gestor, dispor do percentual de 50% sobre os valores decorrentes de medidas compensatórias estabelecidas em acordo extrajudicial ou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrados por quaisquer dos entes públicos legalmente legitimados e de multas pelo descumprimento de cláusulas estabelecidas naqueles instrumentos.

CAPÍTULO IV**DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

Art. 4º. Os recursos do FMRBL serão aplicados:

I - na restauração ou recuperação dos bens;

II - na promoção de eventos educativos e científicos, bem como a edição de material informativo de cunho pedagógico, cuja finalidade seja o fomento de cultura ou práticas protetivas dos bens, interesses e valores mencionados no art. 2º desta Lei e buscar tratar nestes materiais a natureza da infração ou do dano causado;

III - no custeio de exames periciais, estudos e trabalhos técnicos necessários à instrução de inquérito civil ou procedimento investigatório preliminar, instaurados para a apuração de fato ofensivo a interesse difuso ou coletivo;

IV - na aquisição de equipamentos e material permanente para utilização de órgãos de fiscalização das áreas do meio ambiente, de proteção do consumidor, de bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e da ordem urbanística;

V - na aquisição de veículo de pequeno porte para o exercício da fiscalização;

VI - em projetos relativos à reconstituição, reparação, preservação e prevenção dos bens, interesses ou valores mencionados no art. 2º desta Lei;

VII - para equipar salas de educação ambiental;

VIII - em investimentos necessários à modernização tecnológica, capacitação e aparelhamento finalístico aos órgãos municipais que possuem atribuição para proteger e preservar os bens, interesses e valores mencionados no art. 2º desta Lei.

Parágrafo único. Poderão pleitear recursos do Fundo, para fins de execução de projetos voltados à tutela e preservação dos bens, interesses e valores mencionados no art. 2º desta Lei, os órgãos da Administração Direta ou Indireta do Município, assim como as organizações não governamentais sem fins lucrativos regularmente

constituídas e em funcionamento há mais de 02 (dois) anos, cujas finalidades institucionais e atuação, comprovadamente, estiverem harmonizadas com as finalidades do Fundo.

Art. 5º. Os recursos do FMRBL serão depositados em contas especiais de instituições financeiras, à disposição do Conselho Gestor.

§ 1º O FMRBL acordará com as instituições financeiras, para que no prazo de 10 (dez) dias, comuniquem ao Conselho Gestor os depósitos realizados a crédito do Fundo, com especificação da origem, sob pena de multa contratual.

§ 2º Fica autorizada a aplicação financeira das disponibilidades do FMRBL em operações ativas, de modo a preservá-la contra eventual perda do poder aquisitivo da moeda.

§ 3º O saldo credor do FMRBL, apurado em balanço no término de cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte.

CAPÍTULO V

DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL PARA RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS

Art. 6º. O Conselho Gestor do FMRBL será composto por:

I - 01 (um) representante do Poder Executivo Municipal, designado pelo Chefe do Poder Executivo;

II - 01 (um) representante do Conselho de Planejamento Municipal;

III - 01 (um) representante do órgão de proteção ao consumidor - PROCON;

IV - 01 (um) representante da Fundação Municipal do Meio Ambiente e, enquanto esta não for criada no Município, da FATMA (Fundação Estadual do Meio Ambiente);

V - 01 (um) representante da Polícia Militar Ambiental;

VI - 01 (um) representante do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Antas;

VII - 01 (um) representante do Fundo Municipal de Saúde - FMS;

VIII - 01 (um) representante do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

IX - 01 (um) representante das organizações não governamentais sem fins lucrativos regularmente constituídas e em funcionamento há mais de 2 (dois) anos no Município, cujas finalidades institucionais e atuação, comprovadamente, estiverem harmonizadas com as finalidades do Fundo.

X - 01 (um) membro da Fundação Municipal de Cultura, até que seja criado o Conselho Municipal de Cultura.

§ 1º Para cada membro efetivo será indicado um suplente que assumirá, com direito a voto, na ausência ou impedimento do titular.

§ 2º É facultado ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina, participar de todas as reuniões.

§ 3º O Conselho Gestor será presidido por representante indicado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, o qual terá por incumbência direta, gerir o orçamento do FMRBL.

§ 4º Os membros do Conselho Gestor do FMRBL, bem como o correspondente suplente, serão indicados pelos órgãos e entidades que representam, na forma de seus estatutos ou legislação interna e serão investidos na, por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 5º No caso do inciso IX, caso exista mais de uma organização não governamental sem fins lucrativos no Município, o representante será aquele indicado pela maioria das organizações.

§ 6º O mandato da direção e dos membros do Conselho Gestor do FMRBL será de 02 (dois) anos, podendo haver recondução para igual período.

§ 7º Será dispensado do Conselho Gestor do FMRBL, o Conselheiro que sem motivo justificado, deixar de comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 06 (seis) alternadas, no período de 01 (um) ano.

§ 8º Os órgãos e entidades relacionadas neste artigo poderão, a qualquer tempo, propor a substituição de seus respectivos representantes, obedecendo ao disposto no parágrafo 2º deste artigo.

Art. 7º. As reuniões ordinárias do Conselho Gestor do FMRBL serão públicas e mensais e, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou da maioria simples do Conselho Gestor, sempre que algum fato assim exigir.

§ 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá convocar os Conselheiros para reuniões extraordinárias, em havendo descumprimento ao art. 8º desta Lei.

§ 2º As sessões plenárias instalar-se-ão com a maioria de seus membros, que deliberarão pela maioria dos votos dos presentes.

§ 3º Ocorrendo falta de quorum mínimo para instalação do plenário, automaticamente será convocada nova reunião, que acontecerá após 48 (quarenta e oito) horas, com qualquer número de participantes.

§ 4º O Presidente do Conselho Gestor do FMRBL publicará mensalmente os demonstrativos da receita e da despesa gravadas nos recursos do Fundo.

§ 5º O Conselho Gestor do FMRBL poderá rever e criar novas contas, sempre respeitando os objetivos descritos no art. 2º desta Lei.

Art. 8º. São atribuições do Conselho Gestor do FMRBL:

I - zelar pela boa e regular aplicação dos recursos do FMRBL visando para a consecução dos fins previstos no art. 2º desta Lei;

II - aprovar e firmar convênios e contratos, objetivando elaborar, acompanhar e executar projetos compatíveis ao disposto no inciso I deste artigo;

III - examinar e decidir acerca dos projetos de reconstituição de bens lesados, objetivando aplicar os recursos do FMRBL, inclusive os de caráter científico e de pesquisa;

IV - definir a aplicação dos recursos do FMRBL;

V - elaborar seu Regimento Interno, que, dentre outras atribuições, versará acerca da organização dos votos do Conselho Gestor;

VI - fazer editar, inclusive com a colaboração de órgãos da Administração Pública do Município e de entidades civis interessadas, a promoção de eventos educativos ou científicos cuja temática tenha pertinência com as finalidades do Fundo;

VII - prestar contas aos órgãos competentes, na forma legal;

IX - aprovar o projeto de orçamento anual e o plurianual do fundo;

e

X - aprovar a liberação de recursos dos projetos submetidos para análise.

Parágrafo único. O Regimento Interno referido no inciso V, após aprovação pelo Conselho Gestor, será objeto de ad referendum do Prefeito Municipal, que poderá aprova-lo, ou mesmo, vetá-lo, no todo, ou em parte, mediante decreto.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º. O exercício da função de membro do Conselho Gestor do FMRBL não será remunerado, sendo considerado de relevante interesse público municipal.

Art. 10. Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer apoio

administrativo, recursos humanos e materiais necessários para o funcionamento dos órgãos instituídos por esta Lei.

Art. 11. As atribuições e competências dos órgãos de que trata esta Lei serão fixadas por ato próprio.

Art. 12. Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE -SC,
Em 13 de março de 2014
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

ADAIR LUIZ ORSO
Secretário Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR
Técnico Administrativo

LEI Nº 6.886-CESSÃO USO BEM MÓVEL FIAT UNO

LEI Nº 6.886/2014

RATIFICA TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E O ESTADO DE SANTA CATARINA, REPRESENTADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica ratificado o Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel n. 077/2014, firmado entre o Município de São Miguel do Oeste e o Estado de Santa Catarina, devidamente representado pela Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Art. 2º O presente Termo tem por objeto, a cessão de uso de veículo automotor correspondente a um FIAT/UNO VIVACE 1.0, ano 2014, Placa MLN 8232, Chassi 9BD195102E0551475.

Parágrafo único. O referido bem será destinado para uso exclusivo nas atividades do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS do Município.

Art. 3º As despesas da aplicação desta Lei correrão a conta das rubricas orçamentárias vigentes.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE -SC,
Em 13 de março de 2014
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

ADAIR LUIZ ORSO
Secretário Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR
Técnico Administrativo

LEI Nº 6.887-RECURSOS FINANCEIROS ALUGUEL COOPAFESMO

LEI Nº 6.887/2014

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, A LOCAR IMÓVEL NA SEDE DESTA MUNICÍPIO, COM O OBJETIVO DA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA COOPAFESMO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, com fundamento no art. 3º, I, 'j' da Lei Municipal n. 5.526 de 15 de agosto de 2005, autorizado a locar de Pedro Gilberto Giani, residente e domiciliado, neste Município, um galpão de 336,970m² (trezentos e trinta e seis metros quadrados) edificado sobre o imóvel matriculado no CRISMO sob n. 41.349, em alvenaria, localizado na Rua Santo Molin, Centro, o qual será destinado à instalação e funcionamento da Cooperativa de Produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária São Miguel do Oeste - COOPAFESMO, inscrito no CNPJ nº 10.667.890/0001-43, NIRE 42400021999, com sede neste município, no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) mensais, pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir de 1º de novembro de 2013.

Parágrafo único. O prazo de locação poderá ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, desde que o beneficiário cumpra a proposta efetuada ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável.

Art. 2º A empresa beneficiada, na forma do art. 15, da Lei Municipal n. 5.526 de 15 de agosto de 2005, no período compreendido entre 1º de novembro de 2015 a 1º de novembro de 2017, deverá restituir ao FUMDEC, os valores concedido à título de incentivo econômico, devidamente corrigidos pelo IGP-M/FGV.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução dos incentivos de que trata o presente ato, ocorrerão a conta do orçamento geral do Município, em conta apropriada para tal fim, mais especificamente no FUMDEC.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE -SC,
Em 21 de março de 2014
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

ADAIR LUIZ ORSO
Secretário Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR
Técnico Administrativo

LEI Nº 6.888-ALTERA PPA R\$ 1.205.908,27-AMPLIAÇÃO EMMA BALKE

LEI Nº 6.888/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 1.205.908,27 (UM MILHÃO, DUZENTOS E CINCO MIL, NOVECENTOS E OITO REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**TÍTULO I
CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para os exercícios financeiros de 2014/2017, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 1.205.908,27 (Um milhão, duzentos e cinco mil, novecentos e oito reais e vinte e sete centavos), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas das obras de ampliação da Escola Municipal Emma Balke neste Ente Federado.

**CAPÍTULO II
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 1.205.908,27 (Um milhão, duzentos e cinco mil, novecentos e oito reais e vinte e sete centavos), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

02 - SETOR DE ENSINO

12.361.0188.1.905 - Obras de ampliação da Escola Municipal Emma Balke

4.4.90.00.00.00.00.00.0006 - Aplicações Diversas (Superavit) R\$ 900.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0006 - Aplicações Diversas (Redução) R\$ 305.908,27

TOTAL R\$1.205.908,27

Art. 3º Para o atendimento parcial do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a proceder da mesma matéria orçamentária em execução a seguinte dotação abaixo discriminada:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

02 - SETOR DE ENSINO

12.361.0188.2.029 - Administração dos bens e serviços do Ensino Fundamental

82 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0006 - Aplicações Diversas (Redução) R\$ 305.908,27

TOTAL R\$ 305.908,27

Art. 4º Para o atendimento complementar do crédito de que trata a presente Lei ficam utilizados os recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior, na importância de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, conforme abaixo especificados:

Nº. CONTA BANCO	BANCO	Nº. DO RE- CURSO	NOME DO RECURSO	VALOR
16.314-7	BANCO DO BRASIL S/A	006	Salário Edu- cação	900.000,00
TOTAL				900.000,00

**CAPÍTULO III
DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para os exercícios financeiros de 2014/2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 1.205.908,27 (Um milhão, duzentos e cinco mil, novecentos e oito reais e vinte e sete centavos), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas das obras de ampliação da Escola Municipal Emma Balke neste Município.

**CAPÍTULO IV
DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 6º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2013- LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para os exercícios financeiros de 2014/2017, bem como, no que concerne a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 1.205.908,27 (Um milhão, duzentos e cinco mil, novecentos e oito reais e vinte e sete centavos), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas das obras de ampliação da Escola Municipal Emma Balke neste Ente Federado.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE -SC,
Em 21 de março de 2014

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

ADAIR LUIZ ORSO

Secretário Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

LEI Nº 6.889-RECURSOS FINANCEIROS APAE

LEI Nº 6.889/2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CON-CEDER EM NOME DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/ SC, RECURSOS FINANCEIROS A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SEDIADA NESTE ENTE FEDERADO, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina,

autorizado a transferir a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO MIGUEL DO OESTE - APAE, inscrita no CGC sob o nº 83.691.055/0001-12, com sede na Rua Márcilio Dias, 3200, Bairro São Luiz, neste Município, a importância de R\$ 5.850,00 (cinco mil e oitocentos e cinquenta reais) por mês, destinados ao atendimento de despesas decorrentes da frequência de alunos portadores de necessidades especiais do Município na Escola Especial mantida pela APAE, pelo prazo de um ano, contados da data de publicação da presente lei.

Parágrafo único. O presente repasse poderá ser prorrogado por mais um ano, mediante conveniência das partes.

Art. 2º É obrigatório o depósito do recurso financeiro em conta individualizada e vinculada em Instituição bancária oficial, movimentados por cheques nominais e individuais por credor.

Art. 3º A Entidade terá o prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data do recebimento dos recursos, para proceder à boa e regular aplicação e comprovação dos mesmos, junto a Contadoria Geral do Município.

Art. 4º A não obediência das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente em favor do Erário Público Municipal.

Art. 5º As despesas impugnadas pela Contadoria Geral do Município à luz da legislação vigente, serão recolhidas e atualizadas monetariamente em última instância, a favor dos cofres da Municipalidade.

Art. 6º Os saldos não aplicados nos prazos previstos na presente Lei, serão também obrigatoriamente recolhidos à conta do erário Público Municipal.

Art. 7º São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos o Ordenador Primário (Presidente) e o Ordenador Secundário (Tesorero).

Art. 8º A prestação de contas do recurso financeiro recebido será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via e nos prazos previstos nesta lei, instruída com os seguintes documentos:

- a) ofício encaminhando a prestação de contas;
- b) balancete modelo conforme padrão;
- c) extrato bancário de conta Suplementar e conciliação do saldo se for o caso;
- d) fotocópia dos documentos suportes de despesas bem legíveis e sem rasuras e/ou entrelinhas; e,
- e) declaração de lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na receita orçamentária da Entidade.

Parágrafo único. A prestação de contas e demais documentos que comprovarem a boa e regular aplicação do recurso deverá obrigatoriamente ser assinada pelos Ordenadores Primários e Secundários.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta da dotação orçamentária sob código n. 15.01.08.244.0031.2.065-23-3350, constante da Lei Municipal nº. 6.719/2012 - LOA.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o que estabelece a lei nº 6.725, de 21 de março de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE -SC,
Em 21 de março de 2014
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

ADAIR LUIZ ORSO
Secretário Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR
Técnico Administrativo

LEI Nº 6.890-DOAÇÃO EQUIPAMENTOS CIRETRAN

LEI Nº 6.890/2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, PROCEDER EM NOME DO MUNICÍPIO A DOAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA AO ESTADO DE SANTA CATARINA, PRECISAMENTE A 13º CIRETRAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar ao Estado de Santa Catarina, precisamente a 13ª Ciretran, os seguintes equipamentos de informática:

I- 07 (sete) unidades de Tablet Galaxy 5100 Wi-fi 3G Bluetooth, com carregador de energia veicular;

II- 15 (quinze) unidades de Microcomputador Intel Core I3, 2120, 3.3 GHZ 3MB.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal, da mesma forma, autorizado, após o processamento da doação, a realizar todos os registros contábeis e patrimoniais necessários ao cumprimento desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE -SC,
Em 21 de março de 2014
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

ADAIR LUIZ ORSO
Secretário Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR
Técnico Administrativo

LEI Nº 6.891-AUMENTO SERVIDORES MUNICIPAIS

LEI Nº 6.891/2014

PROMOVE A REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES E AGENTES POLÍTICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica promovida a reposição inflacionária nos vencimentos

dos Servidores do Município de São Miguel do Oeste - SC, a contar do mês de março de 2014, referente ao período de 1º de março de 2013 a 28 de fevereiro de 2014, tendo como índice de correção o INPC (índice nacional de preços ao consumidor) na ordem de 5.6% (cinco vírgula seis por cento), a todos os Servidores da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo deste Ente Federado.

§ 1º Ficam autorizados os Poderes do Município, a proceder à atualização das Tabelas e/ou Anexos de Vencimentos e Remunerações dos Servidores Públicos Municipais.

§ 2º Fica concedido aos agentes políticos à reposição inflacionária pelo INPC (índice nacional de preços ao consumidor) no importe de 5.6% (cinco vírgula seis por cento), referente ao período de 1º de março de 2013 a 28 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Fica estendida a presente revisão, ao pessoal contratado para todos os Programas do Município, inclusive para os Membros efetivos do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e Adolescente.

Art. 3º Para o cumprimento da presente lei fica igualmente ajustada a matéria orçamentária constante da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), em execução, cujos os recursos advêm do superávit financeiro do exercício anterior, para atender as disposições da Lei Complementar 101/2000.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente lei, correrão à conta dos orçamentos legais vigentes de cada Órgão, em cada rubrica específica.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE -SC,

Em 31 de março de 2014

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

ADAIR LUIZ ORSO

Secretário Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

LEI Nº 6.892-ACORDO JUDICIAL

LEI Nº 6.892/2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CELEBRAR ACORDOS JUDICIAIS E DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES PARA ESTE FIM NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-ESTADO DE SANTA CATARINA, COM A FORÇA DO INC. III DO § 8º DO ART. 97 DO ADCT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo no âmbito da Administração Pública do Município de São Miguel do Oeste, a celebrar acordos judiciais em Ações de Execução de Sentença de verbas alimentares em curso na Justiça Comum, na Justiça do Trabalho ou na Justiça Federal, em qualquer de suas instâncias, desde o respectivo cálculo receba aval judicial, além de proteção ao indispensável Interesse Público e com a satisfação dos seguintes requisitos:

§ 1º Para pagamento a vista, deverá ser aplicada dedução ou desconto de, no mínimo, 20% (vinte por cento) sobre o valor total

da execução.

§ 2º Para pagamento parcelado será aplicada:

I - dedução ou desconto de no mínimo 10% (dez por cento), sobre o valor total da execução.

II - parcelamento em no mínimo 05 (cinco) parcelas mensais e sucessivas que deverão ser acrescidas de correção monetária através do IGPM sem a influência de juros.

§ 3º Em qualquer caso, o acordo deverá ser homologado em Juízo podendo ser acompanhado pelo representante do Ministério Público Estadual.

§ 4º As partes poderão celebrar o acordo de que trata esta lei em outras condições que não estabelecidas, desde que sejam respeitadas as regras alhures estabelecidas.

§ 5º O Termo de acordo passado ou futuro que não atender aos requisitos e regras estabelecidas nesta lei, será nulo de pleno direito, sujeitando o agente público a responsabilização funcional, civil e criminal pelo ato.

Art. 2º - O Chefe do Poder Executivo também fica autorizado a celebrar acordos judiciais em Ações de Execução de Sentença em face da fazenda pública que não tenham caráter alimentar, desde que o cálculo tenha aval do Poder Judiciário e proteja o indispensável Interesse Público.

Parágrafo Único: No caso do caput deste artigo, o acordo judicial impreterivelmente deverá estabelecer parcelamento mínimo de 24 (vinte e quatro) meses sucessivos sem influência de juros, além do obrigatório desconto ou dedução de 30% (trinta por cento) do valor da execução.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do orçamento próprio ou de eventual Fundo de Reserva criado pela força da EC 62.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE -SC,

Em 07 de abril de 2014

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

LEI Nº 6.893-CRIA PROGRAMA ESTÁGIO ESTUDANTES

LEI Nº 6.893/2014

CRIA O PROGRAMA ESTÁGIO PARA ESTUDANTES DE ENSINO SUPERIOR, MÉDIO, TÉCNICO, SUPLETIVO E DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Poder Executivo Municipal o programa estágio, para estudantes de ensino Superior, Médio, Técnicos, Supletivo, e cursos Profissionalizantes, que poderá dar-se por meio de convênio com instituições de ensino público ou particular, ou por meio de entidade sem fins lucrativos especializadas em gerenciamento de programas de estágio.

Parágrafo único. O programa tem como objetivo fornecer aos estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino, a experiência prática e o desenvolvimento de aptidões que permitam a adaptação ao trabalho na formação do estagiário.

Art. 2º O Programa de Estágio de que trata esta Lei é de caráter não obrigatório, exigindo convênio firmado com a Instituição de Ensino.

Art. 3º As vagas destinadas ao Programa de Estágio, ficam limitadas em 10% (dez por cento) do total de servidores da Administração Direta.

Parágrafo único. Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10%(dez por cento) das vagas oferecidas.

Art. 4º O Chefe do Poder Executivo Municipal, estabelecerá, por decreto, respeitado o limite estabelecido no art. 3º, o número de vagas de estágio, de nível superior e de nível médio, a que órgão da administração estará vinculado.

Art. 5º O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza.

Art. 6º Os convênios elaborados pelo Poder Executivo do Município de São Miguel do Oeste e firmados com Instituições de Ensino terão validade de 05(cinco) anos, cabível a renovação, se for do interesse da Administração.

Parágrafo único. Os convênios poderão ser firmados, também, com entidades especializadas, sem fins lucrativos, para operacionalizar o Programa de Estágio Popular, assumindo as seguintes obrigações:

I - manter os convênios com as instituições de ensino, respeitadas as normas estabelecidas nesta lei;

II - prestar os serviços administrativos;

III - selecionar os estudantes e encaminhá-los ao Poder Executivo Municipal;

IV - acompanhar a realização do estágio junto ao Poder Executivo Municipal;

V - efetuar o pagamento da bolsa de estudos ao estudante;

VI - contratar apólice de seguro contra acidentes pessoais em favor do estudante.

Art. 7º O Termo de Compromisso será elaborado pelo Poder Executivo do Município de São Miguel do Oeste, cabendo à Instituição de Ensino ou entidade especializada sem fins lucrativos, além das obrigações constante do parágrafo único do art. 6º, somente a indicação das atividades que poderão ser realizadas pelo estudante na sua linha de formação, em complemento ao ensino e à aprendizagem, de acordo com as normas estabelecidas pela Justiça do Trabalho.

Art. 8º O estágio dar-se-á mediante preenchimento dos requisitos à sua formalização, previamente à assinatura do Termo de Compromisso, por parte do Poder Executivo do Município de São Miguel do Oeste, representado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, do estudante ou de seu representante legal, quando relativamente incapaz, e da Instituição de Ensino.

Parágrafo único. A não aceitação, por qualquer das partes, das condições estabelecidas no Termo de Compromisso implicará a não efetivação do estágio.

Art. 9º O estudante deverá cumprir os seguintes requisitos:

I - Residir no âmbito do Município de São Miguel do Oeste, SC;

II - Fornecer os dados pessoais solicitados;

III - Ter, no mínimo, 16(dezesseis) anos de idade à época da inscrição para o preenchimento da vaga;

IV - Ter, no máximo, 21(vinte e um) anos de idade, no caso de estudante de Ensino Médio;

V - Ter sido recrutado e selecionado conforme o disposto no art. 3º desta Lei;

VI - Estar matriculado e frequentando regularmente as aulas em Instituição de Ensino conveniada com o Poder Executivo do Município de São Miguel do Oeste, SC;

VII - Firmar declaração de que não exerce atividade remunerada junto a outros órgãos públicos, ou entidades privadas e nos casos dos estagiários de direito, em escritórios de advocacia;

VIII - Firmar declaração de que não é cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau civil, inclusive, de Agente Político ocupante de cargo de primeiro escalão do Poder Executivo do Município de São Miguel do Oeste.

Art. 10. São atribuições da Instituição de Ensino ou de entidade especializada sem fins lucrativos:

I - Aderir ao convênio proposto pelo Poder Executivo do Município de São Miguel do Oeste;

II - Celebrar Termo de Compromisso com o estudante, ou com seu representante legal quando relativamente incapaz e com o Poder Executivo do Município de São Miguel do Oeste, representado pelo Chefe do Poder Executivo do Município de São Miguel do Oeste;

III - Indicar, no Termo de Compromisso, as tarefas a serem realizadas pelo estagiário, que deverão ser compatíveis com a proposta pedagógica do curso;

IV - Indicar professor orientador, no Termo de Compromisso, que se responsabilizará pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

V - Exigir do estagiário, a cada 6(seis) meses, relatório das atividades desenvolvidas;

VI - Zelar pela observância das condições estabelecidas no Termo de Compromisso, rescindindo o contrato de estágio em caso de seu descumprimento;

VII - Comunicar, no início do período letivo, ao servidor do Poder Executivo do Município de São Miguel do Oeste indicado como supervisor do estagiário, as datas de realização das avaliações escolares ou acadêmicas;

VIII - Elaborar normas de avaliação do estágio;

IX - Encaminhar periodicamente comprovante de matrícula e de frequência do estagiário ao Poder Executivo do Município de São Miguel do Oeste, por intermédio do Departamento de Recursos Humanos;

X - Comunicar a data do término do curso ao Poder Executivo do Município de São Miguel do Oeste, por intermédio da Departamento de Recursos Humanos;

XI - Comunicar a data do trancamento do curso ao Poder Executivo do Município de São Miguel do Oeste, por intermédio do Departamento de Recursos Humanos;

XII - Comunicar a data do abandono do curso ao Poder Executivo do Município de São Miguel do Oeste, por intermédio do Departamento de Recursos Humanos.

Art.11. São atribuições do Poder Executivo do Município de São Miguel do Oeste:

I - Celebrar convênio com a Instituição de Ensino ou com entidade especializada sem fins lucrativos;

II - Celebrar Termo de Compromisso com o estudante, ou com seu representante legal, quando relativamente incapaz, e com a Instituição de Ensino ou com entidade especializada sem fins lucrativos;

III - Analisar se as tarefas que serão desenvolvidas pelo estagiário, indicadas pela Instituição de Ensino, são compatíveis com os interesses dos órgãos da administração do Poder Executivo do Município de São Miguel do Oeste;

IV - Indicar, no Termo de Compromisso, o nome do servidor que atuará como supervisor do estágio;

V - Providenciar, por intermédio do Departamento de Recursos Humanos, com o auxílio do Departamento de Compras, seguro contra acidentes pessoais para os estagiários;

VI - Expedir Instrução Normativa, por intermédio do Departamento de Recursos Humanos, quando necessária a normatização de procedimentos;

Art. 12. São atribuições do supervisor de estágio:

I - Responsabilizar-se pelo envio à Instituição de Ensino, a cada 6(seis) meses, de relatório das atividades desenvolvidas pelo estagiário, com ciência expressa deste;

II - Fiscalizar o cumprimento das atividades indicadas no Termo de Compromisso;

III - Controlar da situação funcional do estagiário;

IV - Comunicar, imediata e formalmente, ao Poder Executivo do Município de São Miguel do Oeste, por intermédio do Departamento de Recursos Humanos, os casos de rescisão do estágio.

V - impedir o início das atividades pelo estudante, sem prévia e expressa autorização do Poder Executivo do Município de São Miguel do Oeste, por intermédio do Departamento de Recursos Humanos.

Art. 13. É atribuição do Departamento de Recursos Humanos o controle do prazo de vigência dos convênios.

Art. 14. O estágio terá duração máxima de 2(dois) anos, vedada a prorrogação, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência, quando então poderá ser estendido por mais 1(um) ano.

Art. 15. O estagiário somente poderá iniciar suas atividades 30(trinta) dias após a confecção do Termo de Compromisso e autorização expressa do Poder Executivo do Município de São Miguel do Oeste, por intermédio do Departamento de Recursos Humanos.

Parágrafo único. Cabe ao Poder Executivo do Município de São Miguel do Oeste analisar as atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário, definidas pela Instituição de Ensino, podendo concluir pelo desinteresse do órgão administrativo naquelas tarefas e, conseqüentemente, pela não contratação.

Art. 16. Decorrido o prazo de que trata o caput do art. 15, sem

que o Poder Executivo do Município de São Miguel do Oeste, por intermédio do Departamento de Recursos Humanos, tenha autorizado o início das atividades, deverá ser providenciado novo Termo de Compromisso, observado o interstício de 30(trinta) dias para o início do estágio.

Art. 17. É vedado ao supervisor permitir que o estudante inicie suas atividades sem autorização expressa do Poder Executivo do Município de São Miguel do Oeste, por intermédio da Departamento de Recursos Humanos, sob pena de responsabilidade.

Art. 18. Não será creditado qualquer valor em favor do estudante se ocorrer o início do estágio sem a autorização expressa do Poder Executivo do Município de São Miguel do Oeste, por intermédio do Departamento de Recursos Humanos, mesmo que autorizado pelo órgão administrativo ao qual ficará vinculado.

Art. 19. A jornada de trabalho a ser cumprida pelo estagiário será de 4(quatro) horas diárias e 20(vinte) horas semanais, sempre compatíveis com o horário escolar e de expediente do Poder Executivo do Município de São Miguel do Oeste.

Art. 20. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1(um) ano, período de recesso remunerado, a ser usufruído preferencialmente durante as férias escolares.

Parágrafo único. Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos proporcionalmente nos casos em que o estágio tiver duração inferior a 1(um) ano.

Art. 21. Ao estagiário de nível superior será concedida contraprestação pecuniária no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Art. 22. Ao estagiário de nível médio será concedida contraprestação pecuniária no valor de R\$ 400 (quatrocentos reais).

§ 1º Os valores serão reajustados a critério da Administração, considerando-se a disponibilidade orçamentário- financeira.

§ 2º Caso seja firmado convenio com entidade especializada sem fins lucrativos, para gerir o programa os pagamentos da contraprestação pecuniária dar-se-ão por meio da entidade, sendo que os valores serão repassados pelo Poder Executivo à entidade conveniada.

Art. 23. Poderão ser justificadas as seguintes faltas do estagiário:

I - Por motivo de saúde, mediante apresentação de atestado médico, a ser visado pela Junta Médica Oficial do Poder Executivo do Município de São Miguel do Oeste, quando superior a 3 (três) dias;

II - A critério da chefia, até no máximo 3(três)dias por mês, mediante compensação de horário.

III - Para cumprir, comprovadamente, atividade discente fora de seu horário normal de aula, devendo neste caso compensar o período de afastamento na forma estabelecida pelo supervisor do estágio.

Art. 24. Findo o contrato de estágio sem que tenha sido efetivada a compensação de horário de que trata o art. 23, II e III desta Lei, serão descontados dos valores a receber, os dias de ausência ao trabalho, ou calculados os valores a restituir ao Poder Executivo do Município de São Miguel do Oeste.

Art. 25. Fica vedado a qualquer das partes suspender temporariamente o contrato de estágio.

Art. 26. O contrato de estágio poderá ser rescindido a qualquer tempo, por interesse de qualquer das partes, ou nas seguintes

hipóteses:

I - Reprovação do estudante de ensino médio;

II - Não comprovação da matrícula e da frequência escolar/acadêmica;

III - Conclusão do curso;

IV - Transferência do estagiário para outro curso;

V - Transferência do estagiário para Instituição de Ensino não conveniada com o Poder Executivo do Município de São Miguel do Oeste;

VI - Comunicar ao Poder Executivo Municipal, por intermédio da Diretoria de Recursos Humanos, a data do trancamento do curso;

VII - Comunicar ao Poder Executivo do Município de São Miguel do Oeste, por intermédio do Departamento de Recursos Humanos, a data do término do curso.

VIII - Não observância, pelo estagiário, do disposto nesta Lei;

IX - Comprovação de falsidade ou de omissão de informações por parte do estagiário.

Art. 27. As despesas decorrentes da aplicação da presente lei, correrão à conta em rubrica específica do orçamento, que deverá prever anualmente rubrica para o cumprimento da presente lei.

Art. 28. O chefe do Poder Executivo Municipal regulamentará a presente lei por ato próprio.

Art. 29. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 07 de abril de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

LEI Nº 6.894-ALTERA PPA R\$ 75.000,00-INTERNET RURAL

LEI Nº 6.894/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 75.000,00 (SETENTA E CINCO MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais

precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias para a Instalação de Antenas de Internet Rural em parceria com o Governo do Estado de Santa Catarina/Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional/SMOESTE/Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, através do aporte de recursos constantes do Processo nº. SAR 797/2014, segundo plano de aplicação aprovado pelas partes avençantes.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais), em conformidade com o disposto a seguir:

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

01 - INFRAESTRUTURA

04.122.0021. 1.909 - Instalação de Antenas de Internet Rural.
4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 75.000,00
TOTAL R\$ 75.000,00

Art. 3º Para o atendimento complementar do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do provável excesso de arrecadação, constante do Recurso sob código nº. 667 - CONVÊNIOS COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, provenientes do Governo do Estado de Santa Catarina/Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional/SMOESTE/Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, através do aporte de recursos constantes do Processo nº. SAR 797/2014, para a Instalação de Antenas de Internet Rural, na importância de 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais) em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias para a Instalação de Antenas de Internet Rural em parceria com o Governo do Estado de Santa Catarina/Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional/SMOESTE/Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, através do aporte de recursos constantes do Processo nº. SAR 797/2014, segundo plano de aplicação aprovado pelas partes avençantes.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2012 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais), com o intuito de instituir dotações orçamentárias para a Instalação de Antenas de Internet Rural em parceria com o Governo do Estado de Santa Catarina/Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional/SMOESTE/Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, através do aporte de recursos constantes do Processo nº. SAR 797/2014, segundo plano de aplicação aprovado pelas partes ajustadas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 09 de abril de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

LEI Nº 6.895-ALTERA PPA R\$ 88.000,00-CONSTRUÇÃO PONTES

LEI Nº 6.895/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 88.000,00 (Oitenta e oito mil reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias para a construção de pontes no interior do Município em parceria com o Governo do Estado de Santa Catarina/Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional/SMOESTE/Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, através do aporte de recursos constantes do Processo nº. SAR 700/2014, segundo plano de aplicação aprovado pelas partes avençantes.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 88.000,00 (Oitenta e oito mil reais), em conformidade com o disposto a seguir:

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

01 - INFRAESTRUTURA

26.782.0534. 1.908 - Construção de Pontes no interior do Município. 4.4.90.00.00.00.00.0667 - Aplicações Diversas R\$ 88.000,00

TOTAL R\$ 88.000,00

Art. 3º Para o atendimento complementar do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do provável excesso de arrecadação, constante do Recurso sob código nº. 667 - CONVÊNIOS COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, provenientes do Governo do Estado de Santa Catarina/Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional/SMOESTE/Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, através do aporte de recursos

constantes do Processo nº. SAR 700/2014, para construção de pontes no interior do Município, na importância de R\$ 88.000,00 (Oitenta e oito mil

reais) em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 88.000,00 (Oitenta e oito mil reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias para a construção de pontes no interior do Município em parceria com o Governo do Estado de Santa Catarina/Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional/SMOESTE/Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, através do aporte de recursos constantes do Processo nº. SAR 700/2014, segundo plano de aplicação aprovado pelas partes avençantes.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2012 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 88.000,00 (Oitenta e oito mil reais), com o intuito de instituir dotações orçamentárias para a construção de pontes no interior do Município em parceria com o Governo do Estado de Santa Catarina/Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional/SMOESTE/Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, através do aporte de recursos constantes do Processo nº. SAR 700/2014, segundo plano de aplicação aprovado pelas partes ajustadas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 09 de abril de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

LEI Nº 6.896-ALTERA PPA R\$ 206.333,00-AQUISIÇÃO CAMINHÃO AGRICULTURA

LEI Nº 6.896/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 206.333,00 (DUZENTOS E SEIS MIL, TREZENTOS E TRINTA E TRÊS REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I
CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 206.333,00 (Duzentos e seis mil, trezentos e trinta e três reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias para aquisição de um caminhão novo conforme Contrato de Repasse nº. 790517/2013/MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/CAIXA, PROCESSO Nº. 2623.1008486-35/2013 e demais documentos avençados e aprovados pelas partes.

CAPÍTULO II
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 206.333,00 (Duzentos e seis mil, trezentos e trinta e seis reais), em conformidade com o disposto a seguir:

17 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRIC. PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
01 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA
20.608.0078.1.911 - Contrato de Repasse nº. 790517/2013/MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/CAIXA, PROCESSO Nº. 2623.1008486-35/2013 - Aquisição de um caminhão basculante.
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 12.333,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1068 - Aplicações Diversas R\$ 194.000,00
TOTAL R\$ 206.333,00

Art. 3º Para o atendimento parcial do crédito ora autorizado nesta Lei fica promovida a redução total e/ou parcial da seguinte dotação orçamentária em execução abaixo discriminada:

17 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRIC. PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
01 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENV. AGRÍCOLA
20.608.0078.1.077 - Construção, ampl.e equipto.para agricultura.
8 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 12.333,00
TOTAL R\$ 12.333,00

Art. 4º Para o atendimento complementar do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do provável excesso de arrecadação, constante do Recurso sob código nº. 1068, conforme Contrato de Repasse nº. 790517/2013/MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/CAIXA, PROCESSO Nº. 2623.1008486-35/2013, na importância de R\$ 194.000,00 (cento e noventa e quatro mil reais) em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

CAPÍTULO III
DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 206.333,00 (Duzentos e seis mil, trezentos e trinta e três reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias para aquisição de um caminhão novo conforme Contrato de Repasse nº. 790517/2013/MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/CAIXA,

PROCESSO Nº. 2623.1008486-35/2013 e demais documentos avençados e aprovados pelas partes.

CAPÍTULO IV
DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2012-LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 206.333,00 (Duzentos e seis mil, trezentos e trinta e três reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias para aquisição de um caminhão novo conforme Contrato de Repasse nº 790517/2013/MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/CAIXA, PROCESSO Nº. 2623.1008486-35/2013 e demais documentos avençados e aprovados pelas partes.
Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 11 de abril de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR
Técnico Administrativo

LEI Nº 6.897-ALTERA PPA R\$ 521.872,25-RECAPEAMENTO VIAS URBANAS

LEI Nº 6.897/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 521.872,25 (QUINHENTOS E VINTE E UM MIL, OITOCENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I
CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 521.872,25 (Quinhentos e vinte e um mil, oitocentos e setenta e dois reais e vinte e cinco centavos), objetivando a instituir dotações orçamentárias para execução de recapeamento em CBUQ em vias urbanas segundo Anexo ao Termo de Compromisso nº. 789515/2013/MICADES/CAIXA, Processo nº. 2623.1007832-71 e demais documentos aprovados pelas partes avençantes.

CAPÍTULO II
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 521.872,25 (Quinhentos e vinte e um mil, oitocentos e setenta e dois reais e vinte e cinco centavos), em conformidade com o disposto a seguir:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
01 - DESENVOLVIMENTO URBANO
15.451.0537.1.910 - Execução de recapeamento em CBUQ em vias urbanas
segundo Anexo ao Termo de Compromisso nº. 789515/
2013/MICADES/CAIXA, Processo nº. 2623.1007832-71 .
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 28.772,25
4.4.90.00.00.00.00.00.1036 - Aplicações Diversas R\$ 493.100,00
TOTAL R\$ 521.872,25

Art. 3º Para o atendimento parcial do crédito ora autorizado nesta Lei fica promovida a redução total e/ou parcial da seguinte dotação orçamentária em execução abaixo discriminada:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
01 - DESENVOLVIMENTO URBANO
15.452.0021.2.045 - Administração geral dos bens e serviços de desenvolvimento urbano.
130 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 28.772,25
TOTAL R\$ 28.772,25

Art. 4º Para o atendimento complementar do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do provável excesso de arrecadação, constante do Recurso sob código nº. 1036, Anexo ao Termo de Compromisso nº. 789515/2013/MICADES/CAIXA, Processo nº. 2623.1007832-71, na importância de R\$ 493.100,00 (quatrocentos e noventa e três mil e cem reais) em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 521.872,25 (Quinhentos e vinte e um mil, oitocentos e setenta e dois reais e vinte e cinco centavos), objetivando a instituir dotações orçamentárias para execução de recapeamento em CBUQ em vias urbanas segundo Anexo ao Termo de Compromisso nº. 789515/2013/MICADES/CAIXA, Processo nº. 2623.1007832-71 e demais documentos aprovados pelas partes avençantes.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2012-LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 521.872,25 (Quinhentos e vinte e um mil, oitocentos e setenta e dois reais e vinte e cinco centavos), com o intuito de instituir dotações orçamentárias para execução de recapeamento em CBUQ em vias urbanas segundo Anexo ao Termo de Compromisso nº. 789515/2013/MICADES/CAIXA, Processo nº. 2623.1007832-71 e demais documentos aprovados pelas partes avençantes.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 11 de abril de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR
Técnico Administrativo

LEI Nº 6.898-CONCEDE PRAZO LOTEAMENTO RUDOLFO SPIER

LEI Nº 6.898/2014

CONCEDE PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA DIAS) PARA O TÉRMINO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DA RETIFICAÇÃO DOS LOTES 41, 42, 43, 44 E 45 DO LOTEAMENTO RUDOLFO SPIER, APROVADO PELA LEI MUNICIPAL N. 6.553, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica concedido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação da presente lei, para o término das obras de implantação da retificação dos lotes urbanos 41, 42, 43, 44 e 45 do "LOTEAMENTO RUDOLFO SPIER" aprovado e instituído pela Lei Municipal n. 6.553, de 23 de setembro de 2011.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 11 de abril de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR
Técnico Administrativo

LEI Nº 6.899-ALTERA PPA R\$ 153.849,00-IMPLANTAÇÃO DEPARTAMENTO MULHER

LEI Nº 6.899/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 153.849,00 (CENTO E CINQUENTA E TRÊS MIL E OITOCENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I
CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 153.849,00 (cento e cinquenta e três mil e oitocentos e quarenta e nove reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias para implantação e estruturação do Departamento de Assuntos para a Mulher, em conformidade com o disposto em Convênio nº. 216/2011 com a Secretaria de Políticas para as Mulheres e demais documentos aprovados entre as partes avençantes.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 153.849,00 (cento e cinquenta e três mil e oitocentos e quarenta e nove reais), em conformidade com o disposto a seguir:

15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

05 - DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS DA MULHER

08.122.0021.2.454 - Administração geral do Departamento.

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 3.849,00

3.3.90.00.00.00.00.00.1097 - Aplicações Diversas R\$ 65.751,00

08.122.0021.1.913 - Implantação e estruturação do Departamento.

4.4.90.00.00.00.00.00.1097 - Aplicações Diversas R\$ 84.249,00

TOTAL R\$ 153.849,00

Art. 3º Para o atendimento parcial do crédito ora autorizado nesta Lei fica promovida a redução total e/ou parcial da seguinte dotação orçamentária em execução abaixo discriminada:

15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

08.122.0021.2.026 - Adm.geral dos bens e serv. de assist.social

3 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 3.849,00

TOTAL R\$ 3.849,00

Art. 4º Para o atendimento complementar do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do Superavit Financeiro, constante do Recurso sob código nº. 49 (1097), Convênio nº. 216/2011 com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, na importância de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) em conformidade com o disposto no Artigo 43, § 2º, I, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 153.849,00 (cento e cinquenta e três mil e oitocentos e quarenta e nove reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias para implantação e estruturação do Departamento de Assuntos para a Mulher, em conformidade com o disposto em Convênio nº. 216/2011 com a Secretaria de Políticas para as Mulheres e demais documentos aprovados entre as partes avençantes.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2012-LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 153.849,00 (cento e cinquenta e três mil e oitocentos e quarenta e nove reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias para implantação e estruturação do Departamento de Assuntos para a Mulher, em conformidade com o disposto

em Convênio nº. 216/2011 com a Secretaria de Políticas para as Mulheres e demais documentos aprovados entre as partes avençantes.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 11 de abril de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

LEI Nº 6.900-RATIFICA CONVÊNIO SDR-REVITALIZAÇÃO XV DE NOVEMBRO

LEI Nº 6.900/2014

RATIFICA CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - SÃO MIGUEL DO OESTE E O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica ratificado o Convênio nº 2014TR000541 celebrado entre o Estado de Santa Catarina, representado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - São Miguel do Oeste e o Município de São Miguel do Oeste.

Art. 2º O referido convênio tem por objeto, "a revitalização da via e a construção de passeios" na Rua XV de Novembro, Cidade de São Miguel do Oeste.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 11 de abril de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

LEI Nº 6.901- INCENTIVOS ECONÔMICOS MECÂNICA DIESEL SIGNOR LTDA

LEI Nº 6.901/2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS ECONÔMICOS À EMPRESA MECÂNICA DIESEL SIGNOR LTDA- EPP, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município, de acordo com a faculdade que lhe foi conferida pela lei municipal nº 5.526, de 15 de agosto de 2005, autorizado a conceder à empresa MECÂNICA DIESEL SIGNOR LTDA- EPP, inscrito no CNPJ/MF n. 85.368.769/0001-10, Inscrição Estadual n. 252.517.512, com sede Rua Willy Barth nº 1356- Bloco B, Bairro Progresso, Município de São Miguel do Oeste - SC, o seguinte incentivo econômico: 50 (cinquenta) horas de máquina para realizar terraplanagem e cascalhamento no terreno adquirido pela empresa, para construção de sua sede própria.

§ 1º O mencionado se refere à Chácara nº 165, localizada no Bairro Santa Rita, nesta cidade.

§ 2º O benefício ora concedido, fica sujeito às disposições do "caput" do artigo 1º da Lei mencionada, a qual disciplina os incentivos econômicos e as isenções fiscais para as empresas se instalarem ou ampliarem suas atividades no Município.

§ 3º Os incentivos ora concedidos no que tange aos custos estão de acordo com os dispositivos do "caput" do art. 3º, da Lei Municipal nº 5.526, de 15 de agosto de 2005.

§ 4º A efetivação dos incentivos ora concedidos ficam vinculados à disponibilidade financeira, de equipamento, recursos humanos e materiais.

Art. 2º A execução dos serviços que trata a presente Lei, fica condicionada a definição e implantação do projeto de construção, sob pena de devolução dos custos dos serviços promovidos pela administração.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução dos incentivos de que trata o presente ato, correrão a conta do orçamento geral do Município.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 11 de abril de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

LEI Nº 6.902- INCENTIVOS ECONÔMICOS J.A IND MAQUINAS LTDA

LEI Nº 6.902/2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS ECONÔMICOS À EMPRESA J.A INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA EPP, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município, de acordo com a faculdade que lhe foi conferida pela Lei municipal nº 5.526, de 15 de agosto de 2005, autorizado a conceder à empresa J.A INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº. 04.347.077/0001.93, Inscrição Estadual n. 254.187.501, com sede na Rodovia SC 492, Km 71, acesso a Bandeirante, São Miguel do Oeste- SC, os seguintes incentivos econômicos:

I- 50 (cinquenta) horas de serviço de caminhão caçamba;

II- 50 (cinquenta) horas de serviço de retroescavadeira.

§1º As horas de serviços referidos nos incisos I e II deste artigo, serão destinadas para a retirada de cascalho no terreno da empresa, que ampliará o seu parque fabril.

§ 2º Os benefícios ora concedidos, ficam sujeitos às disposições do "caput" do art. 1º da Lei mencionada, a qual disciplina os incentivos econômicos e as isenções fiscais para as empresas que se instalarem ou ampliarem suas atividades no Município.

§ 3º Os incentivos ora concedidos, no que tange aos custos, estão de acordo com os dispositivos do "caput" do art 3º da Lei Municipal nº 5.526, de 15 de agosto de 2005.

§ 4º A efetivação dos incentivos ora concedidos ficam vinculados a disponibilidade financeira, de equipamento, recursos humanos e materiais.

Art. 2º Os incentivos presentes estarão condicionados a capacidade de produção industrial, sem prejuízo ao desenvolvimento dos serviços de interesse do Município.

Art. 3º A execução dos serviços de que trata a presente Lei fica condicionada à definição e implantação do projeto de construção.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução dos incentivos de que trata a presente Lei, ocorrerão a conta do orçamento geral do Município, em conta apropriada para tal fim.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 11 de abril de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

LEI Nº 6.903-ALTERA PPA R\$ 35.000,00-CAPETTI

LEI Nº 6.903/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 35.000,00 (TRINTA E CINCO MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I**CAPÍTULO I****DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), objetivando ao atendimento das despesas autorizadas pela Lei Municipal nº. 6.753/2013, mais precisamente para reembolsar o CLUBE DE CAÇA, PESCA E TIRO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - CAPETI, correspondente às despesas realizadas pela entidade, uma vez que a entidade promoveu a doação de área de terras para implantação de uma Reserva Ecológica Urbana de Lazer, Estudos e Pesquisas Científicas denominada RESERVA AMBIENTAL CAPETI, conforme escritura pública de doação lavrada no Livro nº. 140, Folhas nºs. 266, Protocolo: 12205, em data de 01/08/2013 na Comarca de São Miguel do Oeste - SC, no Tabelionato de Emma Marquardt Mafinski, neste Ente Federado.

CAPÍTULO II**DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), em conformidade com o disposto a seguir:

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

01 - SECRETARIA DA FAZENDA

04.122.0021.2.456 - Atendimento despesa com o CAPETI.

3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas

R\$ 35.000,00

Art. 3º Para o atendimento parcial do crédito ora autorizado nesta Lei fica promovida a redução total e/ou parcial da seguinte dotação orçamentária em execução abaixo discriminada:

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

05 - FISCALIZAÇÃO

04.123.0021.2.024 - Administração geral dos bens e serviços da Unidade.

70 - 3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 35.000,00

CAPÍTULO III**DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), objetivando ao atendimento das despesas autorizadas pela Lei Municipal nº. 6.753/2013, mais precisamente para reembolsar o CLUBE DE CAÇA, PESCA E TIRO DE SÃO MIGUEL

DO OESTE - CAPETI, correspondente às despesas realizadas pela entidade, uma vez que a entidade promoveu a doação de área de terras para implantação de uma Reserva Ecológica Urbana de Lazer, Estudos e Pesquisas Científicas denominada RESERVA AMBIENTAL CAPETI.

CAPÍTULO IV**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2013 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), objetivando ao atendimento das despesas autorizadas pela Lei Municipal nº. 6.753/2013, mais precisamente para reembolsar o CLUBE DE CAÇA, PESCA E TIRO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - CAPETI, correspondente às despesas realizadas pela entidade, uma vez que a entidade promoveu a doação de área de terras para implantação de uma Reserva Ecológica Urbana de Lazer, Estudos e Pesquisas Científicas denominada RESERVA AMBIENTAL CAPETI.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 22 de abril de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

LEI Nº 6.904-CEMITÉRIO SÃO MIGUEL E ALMAS

LEI Nº 6.904/ 2014

DISPÕE SOBRE A CONSTRUÇÃO, O FUNCIONAMENTO, A UTILIZAÇÃO, A ADMINISTRAÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DOS CEMITÉRIOS PÚBLICOS E PARTICULARES E A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º A presente Lei regulará a construção, o funcionamento, a utilização, a administração e a fiscalização dos cemitérios, públicos ou particulares, e a execução dos serviços funerários no âmbito do município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Os cemitérios públicos ou particulares de São Miguel do Oeste são áreas públicas, invioláveis, de utilização reservada e de caráter secular.

§ 1º O recinto dos cemitérios é livre a todos os cultos religiosos para a prática dos respectivos ritos, desde que não ofendam a moral pública e as leis do país.

§ 2º A prática dos ritos religiosos, a que se refere este artigo, limitar-se-á ao interior das capelas ou à beira das sepulturas.

Art. 3º Os cemitérios públicos de São Miguel do Oeste serão mantidos pelo Poder Executivo, vinculados à Secretaria de Assistência Social de São Miguel do Oeste ou sob o regime de concessão através de licitação.

Art. 4º Os cemitérios particulares, serão mantidos pelos proprietários, respeitando as normas ambientais, sanitárias e municipais aplicáveis à espécie.

Art. 5º O município de São Miguel do Oeste, no interesse da Administração Pública, poderá destinar áreas públicas para a construção de cemitérios, por concessão, mediante concorrência pública, nos termos da Legislação federal e por regulamentação posterior, combinados com as disposições da Lei Orgânica de São Miguel do Oeste.

Art. 6º Os sepultamentos de pessoas somente serão efetuados após apresentação da declaração de óbito, outorgado em formulário oficial devidamente registrado.

Art. 7º Todos os responsáveis por sepultamento, embalsamamento, exumação e cremação devem cumprir normas regulamentares, entre as quais as referentes ao prazo de enterro, traslado e transporte de cadáveres, técnicas, substâncias e métodos empregados.

CAPITULO II DOS CEMITÉRIOS

Subseção I Das normas gerais

Art. 8º Os serviços de cemitério constituem-se de:

- I - sepultamentos;
- II - exumações;
- III - construção de sepulturas e túmulos;
- IV - manutenção de ossários e cinzários;
- V - organização, escrituras e controle de serviços;
- VI - vigilância;
- VII - ajardinamento, limpeza e conservação;
- VII - construção e montagem de canteiros;
- IX - manutenção e jardinagem de túmulos e jazigos;
- X - utilização de capelas;
- XI - velórios;
- XII - cremação;
- XIII - demais serviços afins autorizados pelo órgão concedente.

Parágrafo único. Os serviços de cremação serão regulamentados em legislação específica.

Art. 9º As taxas devidas pela prestação de serviços de sepultamento, exumação, ocupação de ossário, concessão de perpetuidade, licença para colocação de lápides e emblemas de sepulturas, nos cemitérios sejam eles públicos, públicos sob concessão, são estabelecidas na presente lei, conforme Anexo I.

Subseção II Dos Aspectos Construtivos

Art. 10. Os cemitérios serão construídos em pontos elevados na contravertente das águas que tenham que alimentar cisternas e deverão ficar isolados por logradouros públicos com largura mínima de 14,00 (catorze) metros em zonas abastecidas pela rede de água, ou de 30,00 (trinta) metros em zonas não providas da mesma, observando, ainda, as seguintes normas:

I - o lençol de água dos cemitérios deve ficar a, pelo menos, dois

metros de profundidade;

II - o nível dos cemitérios em relação aos cursos de água vizinhos deverá ser suficientemente elevado, de modo que atenda ao disposto no item anterior;

III - os vasos ornamentais devem ser preparados de modo a não se converterem em repositórios de água que permita a procriação de mosquitos.

Parágrafo único. Em caráter excepcional, serão tolerados, a juízo da autoridade sanitária, cemitérios em regiões planas.

Art. 11. Os cemitérios serão convenientemente cercados ou murados, obedecendo as normas e projetos aprovados pelo Departamento de Engenharia do Poder Executivo Municipal.

Art. 12. Os projetos para a construção de jazigos em cemitérios deverão obedecer às normas técnicas de edificação, devendo ser em caso de concessão previamente aprovados pelo órgão concedente.

§ 1º Cada sepultura deverá ter o número de gavetas determinado no respectivo projeto, não podendo sua construção prejudicar interesse de terceiros, nem alterar o padrão da superfície;

§ 2º Para os cemitérios, a serem construídos após a vigência desta lei, as dimensões dos jazigos, sistema construtivo e colocação de lápides indicadoras obedecerão o que for disposto nesta lei e nos respectivos editais;

§ 3º Para os cemitérios já existentes, poderão ser observadas técnicas de modernização de acordo com as adotadas no Cemitério São Miguel e Almas II e a legislação ambiental.

Art. 13. A construção, conservação ou reforma de túmulos é da competência do responsável pela manutenção dos cemitérios, mediante requerimento e pagamento das taxas pela parte interessada.

Parágrafo único. Cada cemitério deverá ter um depósito para materiais necessários à construção de jazigos.

Art. 14. Os executores de obras nos cemitérios serão responsabilizados pelos eventuais danos que causarem aos jazigos, às áreas comuns ou aos arruamentos.

Art. 15. É proibido, dentro das quadras dos cemitérios, o trabalho de preparo de pedras ou materiais destinados à construção de lápides ou jazigos.

§ 1º Os materiais remanescentes de obras deverão ser imediatamente removidos pelos responsáveis, bem como, recomposto o gramado sobre as áreas de utilização para sepulturas ou túmulos.

Art. 16. Em cada cemitério, seja ele público, público sob concessão ou particular serão reservadas 10% (dez por cento) da área, destinada a sepultamentos para pessoas economicamente carentes e indigentes, observados o disposto na legislação municipal, estadual e federal.

Art. 17. Os cadáveres serão enterrados em caixão e sepulturas individuais.

§ 1º As sepulturas deverão possuir as seguintes dimensões:

a) 2,50m de comprimento, 1,10m de largura, 1,55m de profundidade.

§ 2º Entre as sepulturas, nos quadros, deverá medir, ao mínimo, entre uma e outra 0,30m, e entre os pés de uma e a cabeceira de outra 1,50m.

§ 3º As sepulturas perpétuas e as construções sobre sepulturas obedecerão as seguintes dimensões:

a) adultos: 2m20 de comprimento e 1m10 de largura;

b) menores de 12 anos: 1m70 de comprimento e 0m90 de largura;
c) ossário 0,50m de comprimento x 0,40m de largura x 1,00m de profundidade.

§ 4º Para efeito de sepultamento, maiores de 11 anos são considerados adultos.

Art. 18. Fica vedado as sepulturas sem carneira.

Art. 19. Os concessionários de terrenos, ou seus representantes, são obrigados a fazer os serviços de limpeza, obras de conservação e reparação no que tiverem construído e que forem necessárias para a estética, segurança e salubridade dos cemitérios.

§ 1º As sepulturas, nas quais não forem feitos serviços de limpeza, obra de conservação e separação julgados necessários, serão considerados em abandono e em ruína.

§ 2º As sepulturas consideradas em ruínas terão seus arrendatários convocados pessoalmente ou por edital e se, no prazo de 90 dias, não comparecerem, as construções em ruína serão demolidas, conservando-se até o término dos respectivos arrendamentos as sepulturas rasas.

§ 3º Terminados os arrendamentos, após a tolerância de 30 dias, não se manifestando os interessados, as sepulturas serão abertas e transladados os restos mortais para o ossário.

§ 4º O material retirado das sepulturas abertas para fins de depósito em ossário, pertencem ao cemitério, não cabendo aos interessados reclamação.

Art. 20. Nenhuma exumação poderá ser feita antes de decorrido o prazo de 5 anos, contados da data do sepultamento, salvo por determinação judicial.

Parágrafo único. Decorrido o prazo de 5 anos da data do sepultamento, a pedido da família, as sepulturas poderão ser abertas e os restos mortais removidos para outro local, respeitadas as prescrições da Lei vigente.

Art. 21. Exceto as pequenas construções sobre sepulturas, ou colocação de lápides, nenhuma construção poderá ser feita, nem mesmo iniciadas, nos cemitérios, sem que a planta tenha sido previamente aprovada pela municipalidade.

§1º Para a construção de monumentos ou jazigos, os interessados deverão entender-se com o Administrador, que lhes fornecerá os alinhamentos de acordo com a planta geral do cemitério.

§2º Sobre sepulturas perpétuas só se permitirão construções com granito, mármore ou pedra.

§3º As construções referidas no §2º deverão serem executadas no prazo de de 1 ano, a contar da data do arrendamento.

§ 4º As construções deverão ser calçadas ao redor.

§5º A fim de que a limpeza dos cemitérios para as celebrações de finados não fiquem prejudicadas, as construções, nos cemitérios, ficam suspensas no período de 20 de outubro a 02 de novembro de cada ano.

Art. 22. Os cemitérios conterão, no mínimo, os seguintes equipamentos:

I - núcleo administrativo composto de:

- a)câmaras mortuárias, compostas por câmara ardente, sala de estar para familiares e sanitário;
- b)sala para visitantes, gabinetes para oficiais, portaria, pequeno depósito, copa e sanitários para ambos os sexos;
- c)Conjunto de dependências para escritório da administração compreendendo:

- 1)local para atendimento ao público;
- 2)local para sanitários para ambos os sexos e para portadores de deficiência física;
- 3)dependências para zelador;
- 4) local para informações;
- 5) área para estacionamento.

II - Núcleo de serviços com as seguintes dependências:

- a) depósito de materiais de construção e de ajardinamento;
- b)sanitários e vestiários para operários e guarda;
- c) local de estacionamento de veículos de carga;

§ 1º As áreas externas de circulação do núcleo administrativo, bem como a área de estacionamento, deverão ser pavimentadas e iluminadas.

§ 2º Os cemitérios e suas edificações administrativas devem cumprir as normas de acessibilidade na forma estabelecida na legislação municipal.

Art. 23. Os jazigos perpétuos adquiridos deverão conter espaços para a preservação de ossuário familiar, sem custos adicionais.

Parágrafo Único - As empresas concessionárias de serviços funerários deverão disponibilizar embalagem feita de polietileno de baixa densidade pigmentado branco, espessura de 250 (duzentas e cinquenta) micras para as pessoas que quiserem adquiri-la, de forma onerosa, para a preservação do ossuário.

Subseção III

Dos Cemitérios Públicos

Art. 24. São considerados públicos os cemitérios implantados e mantidos pelo Poder Público Municipal, e os administrados sob concessão.

Art. 25. Os cemitérios públicos mantidos pelo Poder Público Municipal são:

I - Cemitério São Miguel e Almas;

II - Cemitério Municipal do Bairro Santa Rita;

III - Cemitério São Miguel e Almas II, a ser implantado.

Art. 26. Os cemitérios públicos municipais deverão possuir nas suas entradas, portões com fechaduras, cujas chaves ficarão com o Administrador, que é responsável direto no que diz respeito a permissibilidade de ingresso de pessoas nos cemitérios.

Art. 27. Os cemitérios públicos municipais terão, através de funcionário, vigilância diurna e plantão noturno, devendo ficar, nas horas de expediente, a disposição do Administrador.

Art. 28. Nos cemitérios públicos municipais, nas horas de expediente, que será diário, das 8 as 12 e das 14 às 18 horas, inclusive em domingos e feriados, é vedada a entrada de ébrios, crianças e escolares em passeio não acompanhadas e pessoas acompanhadas de animais.

§ 1º Mediante conveniência da Administração Pública o horário de expediente dos cemitérios públicos municipais poderão ser estendidos até às 20:00 horas.

§ 2º Fora das horas do expediente, é vedada entrada indistintamente a qualquer pessoa.

Art. 29. Nos cemitérios públicos, é proibido:

I - pisar nas sepulturas;

II - subir nas árvores, ou nos mausoléus;

III - rabiscar nos monumentos, ou nas lápides tumulares; arrancar plantas, ou colher flores;

IV - Praticar atos de depredação de qualquer espécie nos túmulos, ou dependências do campo santo;

V - Fazer depósitos de qualquer espécie de material, funerário ou não;

VI - pregar cartazes, ou fazer anúncios, nos muros ou portões;

VII - efetuar atos públicos que não sejam de culto religioso ou cívico;

VIII - fazer instalações para venda seja do que for;

IX - fazer trabalhos de construções ou plantação, nos domingos, salvo em casos devidamente justificados;

X - prejudicar, danificar ou sujar as sepulturas;

XI - gravar inscrições ou colocar epitáfios, sem o visto da administração;

XII - fazer operações fotográficas, geodésicas, ou outras sem licença da Municipalidade;

XIII - jogar lixo em qualquer parte do recinto;

XIV - deixar velas acesas após as horas de expediente.

Art. 30. Os cadáveres de indigentes, ou de pessoas não reclamados, ou remetidos pelas autoridades policiais, serão sepultados gratuitamente nas sepulturas gerais.

Parágrafo Único. Poderão, também, ser sepultados gratuitamente cadáveres de pessoas sem condições econômicas para pagar as despesas funerárias, devidamente atestadas pela SMAS (Secretaria Municipal de Assistência Social).

Subseção IV

Dos Cemitérios sob concessão ou permissão

Art. 31. Para a outorga da exploração de serviços de cemitérios a terceiros, o Poder Executivo Municipal exigirá condições e documentação estabelecidas em normas regulamentares, dando-se especial ênfase à exigência de projeto técnico completo.

Art. 32. A localização do cemitério é determinada pelo Poder Executivo de São Miguel do Oeste, mediante consulta prévia e escrita, respeitada a legislação, observando-se independentemente de qualquer dispositivo legal ou diretriz urbanística a vedação de instalação em zonas comerciais ou na proximidade de hospitais, casas de saúde e estabelecimentos de ensino.

Art. 33. O concessionário ou permissionário é responsável pela construção, administração, conservação e funcionamento do cemitério, nos termos da legislação vigente, sempre sob a supervisão e fiscalização do Poder Executivo Municipal de São Miguel do Oeste.

Art. 34. O concessionário ou permissionário dentro de sua competência, deve promover e executar:

I - aquisição de área de terra destinada a construção do cemitério;

II - a construção do cemitério de acordo com o projeto aprovado pelo Poder Executivo Municipal de São Miguel do Oeste;

III - a administração e conservação do cemitério, de acordo com

as normas fixadas pelo Poder Executivo Municipal de São Miguel do Oeste;

IV - a promoção de vendas de lotes, jazigos, túmulos e similares, devendo a tabela de preços ser submetida à aprovação da Poder Executivo Municipal de São Miguel do Oeste;

V - manutenção de administração e zeladoria, as quais se encarregarão de manter a ordem e limpeza do cemitério.

Art. 35. O concessionário ou permissionário do serviço de utilidade pública municipal de cemitério, obriga-se a manter em bom estado de conservação, primando pelo asseio, higiene e apresentação, acatando de pronto as orientações e determinações emanadas do Poder Executivo Municipal de São Miguel do Oeste, que visem a melhora da qualidade das instalações e aprimoramento dos serviços;

Art. 36. O serviço de utilidade pública municipal de cemitério, deve ser prestado com observância aos princípios éticos, legais, com urbanidade e o que estabelece a seguir:

I - fica expressamente vedada a permanência do concessionário ou permissionário de cemitério, por seus agentes ou equipamentos, nos hospitais, casas de saúde e similares, com a finalidade de contratação de serviços funerários, efetivos ou em potencial;

II - o concessionário ou permissionário fica responsabilizado pelo sepultamento de todos os indigentes ou pessoas carentes encaminhadas pelo Poder Executivo Municipal de São Miguel do Oeste, às suas exclusivas expensas, vedada a recusa;

III - no caso de cadáveres cujo óbito se deu em decorrência de doença infecto-contagiosa, devem ser tomadas todas as providências e precauções estabelecidas pelas normas de saúde pública;

IV - em caso de calamidade ou eventos similares, os serviços devem ser prestados com escopo estritamente social;

V - o concessionário ou permissionário fará a exploração dos serviços sob única e exclusiva responsabilidade, respondendo integralmente pelos encargos trabalhistas, sociais, tributários e comerciais inerentes ao empreendimento;

VI - o concessionário ou permissionário do serviço de utilidade pública municipal de cemitério, somente executará sepultamento de cadáveres, após a expedição da respectiva certidão de óbito, ou excepcionalmente, do Atestado Médico de Óbito, além de outros instrumentos legais exigíveis, à sua exclusiva responsabilidade;

VII - fica assegurado o sepultamento de pessoas de todas as classes sociais e de todas as crenças religiosas, sendo vedada a recusa por motivo de raça, cor, crença religiosa ou convicção política, salvo quando se tratar de cemitério exclusivo, expressamente autorizado pela Prefeitura.

Art. 37. O Prefeito Municipal, considerando petição escrita do Permissionário, enviará periódica e circunstancialmente as tarifas de exploração do serviço de utilidade pública municipal de cemitério.

Art. 38. Os serviços de exploração e utilização de cemitério permitidos ou concedidos no Município de São Miguel do Oeste, serão permanentemente fiscalizados pelo Poder Executivo Municipal, que em caso de inobservância das suas normas regulamentares ou reguladoras aplicará penalidade aos infratores.

Art. 39. O sepultamento processar-se-á, observando o seguinte:

I - apresentação de requerimento, por escrito, do responsável legal, observando a ordem de descendência ou parentesco pelo sepultamento, podendo esta responsabilidade ser delegada por

escrito, mediante a comunicação à Prefeitura Municipal, à empresa funerária credenciada, solicitando o sepultamento, a modalidade e identificando, expressamente, as características físicas e civis do sepultando;

II - o recolhimento ao erário municipal dos tributos incidentes;

III - apresentação no ato do requerimento, do atestado de óbito fornecido por autoridade competente;

IV - fornecimento de alvará pela Prefeitura Municipal, definindo o local, horário, tipo de cerimônia, de sepultura e outras espécies de pompas e aparatos;

V - a Poder Executivo Municipal poderá extinguir, incorporar, reformar, transferir ou recuperar cemitérios mediante autorização da parte responsável legal e na falta desta, por autorização judicial;

VI - na impossibilidade de identificação do sepultado, por carência ou inexistência de informações ou de responsáveis, a Poder Executivo Municipal procederá à exumação e o traslado após a anuência do Poder Judiciário e dos órgãos responsáveis pela saúde pública;

VII - a regulamentação e fiscalização dos cemitérios privados serão exercidos pelo Poder Executivo Municipal na forma prevista nesta Lei, ressalvada a parte estritamente administrativa, ficando proibida a recusa de sepultura.

Art. 40. A utilização do cemitério para sepultamento, exumação e visitação obedecerá o seguinte:

I - é proibido o comércio no interior do cemitério, devendo este ser realizado em locais definidos pelo Poder Executivo Municipal;

II - os atos deverão respeitar os preceitos morais, éticos e religiosos da comunidade;

III - a limpeza, a reforma, a pintura ou a construção não deverá prejudicar a circulação nas vias, a estética do local e as sepulturas circundantes.

Art. 41. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a construir qualquer modalidade de sepultura e comercializá-la inclusive previamente, nos cemitérios públicos municipais.

Parágrafo único - Poderá o Poder Executivo construir Casa de Velório nos Cemitérios Públicos Municipais, cuja utilização será onerosa para os usuários, conforme tabela constante do Anexo I da presente lei, tendo em vista a remuneração do patrimônio utilizado e a manutenção dos serviços.

Subseção V Dos Cemitérios Particulares

Art. 42. São considerados particulares os cemitérios implantados, por particulares, sejam os cemitérios de irmandades, confrarias, ordens, congregações religiosas, hospitais ou de associação comunitária.

Parágrafo único. Os cemitérios particulares estão sujeitas à fiscalização municipal.

Art. 43. Os cemitérios particulares somente poderão ser implantados mediante autorização expressa do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. Os cemitérios particulares deverão cumprir os requisitos da presente lei, mormente os estabelecidos na subseção II e IV.

CAPITULO III DOS SERVIÇOS DE FUNERÁRIAS

Art. 44. A execução dos serviços funerários no Município de São Miguel do Oeste é considerado serviço público e poderá ser realizado por concessão através de Licitação, na modalidade de Concorrência, e prazo estipulado de 10 (dez) anos, através do edital, a critério do poder concedente, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 45. Os serviços funerários constituem-se de:

I - fornecimento de urna mortuária;

II - transporte funerário;

III - embalsamamento e formolização de cadáver;

IV - retirada de certidão de óbito e guia de sepultamento;

V - recolhimento de taxas relativas a sepultamento;

VI - ornamentação de cadáver em urna mortuária;

VII - despachos aéreos ou terrestres, nacionais ou internacionais de cadáveres;

VIII - representação da família no encaminhamento de requerimento e outros papéis junto aos órgãos competentes, bem como para remoção nacional ou internacional e traslado do corpo;

IX - disponibilização de planos de assistência funerária desde que autorizados pelo Ministério da Justiça, nos termos da Legislação federal vigente que regula a matéria;

X - utilização obrigatória de INVOL no cadáver quando do sepultamento;

XI - demais serviços afins autorizados pelo órgão permitente.

Parágrafo Único - O Poder Executivo Municipal regulamentará, através de Decreto, a forma de execução do serviço funerário obrigatório, definindo e fiscalizando outros serviços considerados como facultativos que poderão, também, ser prestados pelas empresas permissionárias.

Art. 46. Não haverá perímetro determinado para a ação de cada concessionária que estarão subordinadas as escalas baixadas por ato da concedente, abrangendo todo o território do Município.

Art. 47. As concessionárias fornecerão urnas gratuitamente aos indigentes e pessoas carentes, mediante requisição da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 48. Em todos os óbitos em que a "causa mortis" apontarem doenças infecto-contagiosas com risco a saúde pública, os sepultamentos dar-se-ão obrigatoriamente em urnas do tipo zincado ou invólucro em material impermeável e lacrado, conforme determinação do médico legista.

Art. 49. Os preços dos serviços funerários e das urnas terão tipos e descrições aprovados pela concedente, sendo equivalente para todas as concessionárias, inclusive para os cemitérios particulares, existentes na jurisdição.

Parágrafo único. Os preços dos serviços funerários, ficam a critério de cada concessionário e de acordo com os preços de mercado e respeitada a tabela brasileira de valores de funeral e outros serviços editada pela Associação Brasileira e Diretores Funerários - ABREDIF.

Art. 50. A exposição e comercialização de artigos fúnebres somente poderão ocorrer na área permitida às concessionárias sendo vedada a exibição ostensiva destes artigos em qualquer outro local, inclusive nos salões previstos para a realização de velórios.

Art. 51. É expressamente vedada às concessionárias manter pessoal nos nosocomios ou em suas proximidades com o fito de angariar negócios.

Art. 52. É vedado às empresas permissionárias, qualquer atividade estranha ao serviço funerário, sendo expressamente proibido efetuar, acobertar ou remunerar o agenciamento de funerais e cadáveres, sob pena de imediata revogação do instrumento de permissão.

Parágrafo Único - O agenciamento e suas formas serão especificados no regulamento da presente lei.

Art. 53. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder o credenciamento e seleção de pessoas físicas ou empresas de construção civil para a exploração dos serviços civis de confecção de carneiras e de lápides para os cemitérios públicos do Município.

Art. 54. É expressamente vedado a venda de urnas fúnebres por empresa não concessionária de serviço funerário, em local diverso do prédio das funerárias aprovado pelo Poder Concedente, podendo ser permitido somente a venda de urnas em cemitérios particulares existentes, desde que o sepultamento venha ser localizado no local do mesmo.

§ 1º Cada empresa funerária deverá ter exposto tabela de preços, em local visível a todos com número de telefones dos órgãos fiscalizadores.

§ 2º É expressamente proibido os serviços de traslado por empresas de cemitérios particulares, exceto aquelas credenciadas para à atividade.

Art. 55. Somente empresas permissionárias do município de São Miguel do Oeste, obedecendo a forma estabelecida em Decreto do Poder Executivo, poderão prestar serviço de atendimento funerário.

Parágrafo Único - É vedada a prestação de serviços funerários por empresas com base em outros municípios, inclusive aquelas que realizam atividades de seguro funeral ou a estas assemelhadas, salvo disposições contidas nesta Lei.

Art. 56. O usuário do Serviço Funerário do Município de São Miguel do Oeste, definido nesta Lei, poderá optar pela contratação de empresas prestadoras de serviço funerário sediadas em outras cidades, apenas nas seguintes hipóteses:

I - quando o domicílio do falecido for em outra cidade e o óbito tenha ocorrido em São Miguel do Oeste, desde que o velório e o sepultamento não se realizem nesta cidade;

II - quando o óbito e velório se derem na cidade do domicílio do falecido, desde que a família opte em sepultá-lo em São Miguel do Oeste, com prévia autorização do Poder Executivo Municipal.

§ 1º O usuário declarante deverá comprovar com documentos idôneos que o falecido tinha domicílio em outra cidade.

§ 2º Para as contratações excepcionais previstas nos incisos deste artigo, a funerária, estranha ao sistema permissionado do Município de São Miguel do Oeste, deverá estar devidamente cadastrada junto ao Poder Executivo de São Miguel do Oeste e, com sua documentação atualizada, conforme estabelece o regulamento da presente lei.

Art. 57. As empresas funerárias de outros municípios, quando prestando serviço de transporte para inumação de corpos oriundos de outras localidades, no propósito de concluir o sepultamento em cemitério local, deverão recolher à permissionária da escala, o valor fixado pelo Poder Executivo Municipal, ficando a referida

permissionária encarregada de efetuar a complementação do sepultamento.

§ 1º A complementação do sepultamento inclui a montagem do velório em capelas ou residências e transporte do corpo humano sem vida até o cemitério em que será efetuado o sepultamento.

§ 2º A fixação do valor da quilometragem excedente ao perímetro urbano será fixada por Decreto.

Art. 58. A transladação de corpos para sepultamento em outro município só será permitida mediante a emissão de nota fiscal de todos os serviços efetivamente prestados e autorização do Poder Executivo Municipal.

§ 1º O transporte de corpos humanos sem vida dentro do Município de São Miguel do Oeste será realizado somente por veículos fúnebres, devidamente autorizados e veículos do Instituto Médico Legal, no exercício de suas atividades.

§ 2º Quando o corpo humano sem vida for trasladado para município localizado a uma distância superior a 250 km (duzentos e cinquenta quilômetros), exigir-se-á sua devida preparação, visando assegurar condições mínimas ao transporte, preservando questões ambientais e de saúde.

§ 3º Nos casos de transporte por via aérea, observar-se-ão as normas procedimentais específicas.

Art. 59. Para efeitos desta lei, usuário do serviço funerário é o familiar da pessoa falecida ou seu representante legalmente constituído, desde que, em qualquer das circunstâncias, encontre-se em pleno exercício de sua capacidade civil.

Parágrafo Único - Fica proibida a representação do usuário junto ao Poder Público Municipal por pessoas que possuam vinculação societária ou funcional com empresas permissionárias do serviço funerário, ou empresas que realizam atividades de seguro funeral ou a estas assemelhadas.

Art. 60. Constituem direitos do usuário do serviço funerário, sem prejuízo do disposto na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990:

I - receber o serviço adequado;

II - receber informações relativas ao Serviço Funerário Municipal e sua forma de execução;

III - exercer o direito de petição perante o Poder Público e perante as empresas permissionárias, prestadoras do serviço público;

IV - receber as orientações necessárias sobre os tipos de serviços disponíveis e informações sobre os preços praticados, que devem constar em tabela fixada em local visível e de fácil acesso, com a descrição objetiva do serviço ou produto e o valor correspondente claramente identificado.

V - garantia da oferta dos diversos padrões de produtos e materiais, conforme estabelecido em regulamento.

Art. 61. São obrigações do usuário:

I - zelar pelo patrimônio público ou particular colocado à sua disposição ou utilizado na prestação do serviço;

II - atender aos pedidos de informações dos órgãos competentes em quaisquer esferas de Governo, para esclarecimentos de questões relativas ao serviço prestado;

III - firmar, quando solicitado, declarações e fornecer documentos relativos ao funeral, assumindo a responsabilidade civil e criminal pelo conteúdo dos mesmos.

Art. 62. Constituem obrigações das concessionárias:

I - sujeitar-se às normas e regulamentos expedidos pelo Poder Executivo Municipal e às exigências da fiscalização do serviço funerário;

II - assegurar aos agentes fiscalizadores do município o livre acesso às dependências da empresa;

III - manter os documentos contábeis e despesas operacionais a disposição do permitente;

IV - manter instalações adequadas à prestação dos serviços;

V - manter estoques com todos os tipos e valores de urnas para atendimento de todas as classes sociais, conforme estabelecido em Decreto;

VI - prestar os serviços adequadamente, de forma a satisfazer as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação;

VII - realizar gratuitamente os funerais de pessoas indigentes e carentes, segundo os critérios estabelecidos em Decreto do Poder Executivo Municipal;

VIII - orientar os usuários quanto à documentação exigida pelos cemitérios, cartórios, registros, e demais órgãos, necessários para o sepultamento.

Parágrafo Único - No caso da falta de um dos tipos de urnas ou serviços tabelados pelo Poder Executivo Municipal, fica a concessionária obrigada a fornecer ao usuário, urna ou serviço de padrão imediatamente superior, pelo preço daquele não disponível.

Art. 63. Os titulares sócios ou acionistas de empresa ou sociedade concessionária, não poderão fazer ou vir a fazer parte de outra empresa ou sociedade que preste o mesmo serviço dentro do município de São Miguel do Oeste.

Art. 64. Toda alteração do contrato social das empresas concessionárias deverão ser submetidos à análise do Poder Público Municipal, sob pena de revogação do Termo de Concessão.

Art. 65. É vedado ao concessionário, a instalação de filiais da empresa no município de São Miguel do Oeste.

Art. 66. O Poder Executivo Municipal, em razão da não observância das exigências contidas nesta lei, sujeitará o infrator à aplicação, separada ou cumulativamente, das seguintes sanções:

I - advertência por escrito;

II - aplicação de multa;

III - suspensão da atividade por até 15 (quinze) dias;

IV - suspensão da atividade até a correção da irregularidade verificada pela fiscalização;

V - revogação da permissão.

Parágrafo Único - Na hipótese do infrator ser empregado da empresa permissionária, esta sofrerá as sanções previstas neste artigo.

Art. 67. Nos casos em que a infração exigir a pronta ação da autoridade municipal, serão efetuados de imediato, como Medida Cautelar, ação de apreensão, inutilização ou interdição de produtos, substâncias, estabelecimento e veículos.

Art. 68. Independentemente de outras sanções administrativas,

o Poder Público Municipal, através de seus órgãos competentes, aplicará a penalidade de multa na ocorrência das seguintes infrações:

I - induzir, ou de qualquer outra forma, influenciar o usuário do serviço funerário, para tirar vantagem, quer pelo(s) proprietário(s) ou funcionário(s) de empresa permissionária, ou ainda, por terceiros, no sentido da indicação da empresa funerária para prestação dos serviços;

Penalidade: Multa de R\$ 500,00;

II - coagir ou intimidar o usuário, na tentativa de vender ou fazer utilizar serviço mais oneroso;

Penalidade: Multa de R\$ 500,00;

III - exercer na sede da empresa permissionária, atividade estranha ao serviço funerário;

Penalidade: Multa de R\$ 300,00;

IV - faltar, o funcionário, preposto ou representante legal da permissionária, com o dever de polidez e urbanidade ao usuário do serviço público;

Penalidade: Multa de R\$ 300,00;

V - prestar serviço diverso daqueles previstos na Tabela de Tarifas fixada pelo Poder Executivo Municipal,

Penalidade: Multa de R\$ 300,00;

VI - desacatar, desrespeitar ou obstar, atuação da fiscalização do serviço funerário;

Penalidade: Multa de R\$ 300,00;

VII - deixar de fornecer documentos ou elementos contábeis à fiscalização;

Penalidade: Multa de R\$ 300,00;

VIII - deixar de apresentar, para vistoria, qualquer veículo usado no serviço funerário,

Penalidade: Multa de R\$ 300,00;

IX - utilizar no serviço funerário, veículo que não apresente excelentes condições de uso na parte mecânica, elétrica, hidráulica e estética, conforme estabelecido no regulamento do Serviço Funerário;

Penalidade: Multa de R\$ 300,00;

X - utilizar no serviço funerário, veículo sem a sigla, marca ou denominação que identifique a empresa permissionária,

Penalidade: Multa de R\$ 300,00;

XI - utilizar veículo auxiliar que não apresente perfeitas condições de higiene e segurança,

Penalidade: Multa de R\$ 300,00;

XII - mudar o local da sede do estabelecimento da permissionária, sem a prévia aprovação do Poder Executivo Municipal;

Penalidade: Multa de R\$ 300,00;

XIII - transportar urna com mais de um corpo,

Penalidade: Multa de R\$ 300,00;

XIV - executar atividade diversa daquela estabelecida no Contrato Social e Alvará de Funcionamento,

Penalidade: Multa de R\$ 300,00;

XV - preparar cadáver, ornamentar urna ou exhibir mostruário, diretamente voltados para via pública,

Penalidade: Multa de R\$ 300,00;

XVI - dificultar a visibilidade ou ocultar do público, a Tabela de

Tarifas dos Serviços;

Penalidade: Multa de R\$ 200,00;

XVII - negar a prestação de serviço de menor valor, previamente tabelado;

Penalidade: Multa de R\$ 200,00;

XVIII - deixar de discriminar na nota fiscal todos os serviços prestados ou valores cobrados, conforme estabelecido em regulamento;

Penalidade: Multa de R\$ 200,00;

XIX - deixar de prestar serviço funerário de pessoas indigentes e carentes, segundo os critérios estabelecidos no regulamento desta lei,

Penalidade: Multa de R\$ 200,00;

XX - deixar de remeter ao Poder Executivo Municipal, dentro do prazo estabelecido em regulamento, a relação de notas fiscais emitidas, bem como, o boletim de informações,

Penalidade: Multa de R\$ 200,00;

Parágrafo único. O valor das multas serão reajustados no mesmo percentuais e na mesma data do reajuste dos tributos municipais.

Art. 69. A cada reincidência das infrações acima capituladas, a multa aplicada terá o valor igual ao dobro da multa anterior.

Art. 70. Independentemente das penalidades pecuniárias impostas à concessionária o Termo de Concessão poderá, a qualquer tempo, ser revogado e, conseqüentemente, cassado o Alvará de Localização e Funcionamento, sem quaisquer indenizações, na ocorrência das seguintes situações:

I - por infração a presente lei;

II - pela interrupção do serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e aprovado pelo Poder Executivo Municipal;

III - pela perda da capacidade financeira, técnica ou administrativa;

IV - pela decretação de falência ou dissolução da empresa;

V - pela subcontratação ou transferência a terceiros, no todo ou em parte, dos serviços objeto da permissão, exceto os serviços facultativos, que poderão ser subcontratados sob inteira responsabilidade do permissionário;

VI - pela reiterada desobediência à legislação e regulamentos pertinentes a prestação do serviço;

VII - pela cobrança de valores acima da Tabela de Preços fixada pelo Poder Público;

VIII - pelo cometimento de fraudes ou irregularidades devidamente comprovadas em processo de sindicância.

Art. 71. O agente público responsável pelo serviço funerário, que tiver ciência ou notícia de ocorrência de qualquer irregularidade praticada por empresa permissionária ou seus agentes, é obrigado, sob as penas da lei, a promover sua apuração imediata, mediante Processo Administrativo próprio, que será instruído com os seguintes elementos:

I - cópia da notificação ou do auto de infração;

II - documentos de defesa apresentados pela infratora;

III - outros elementos indispensáveis à apuração e julgamento do

processo;

IV- decisão;

V - despacho de aplicação de pena.

§ 1º Da notificação ou auto de infração, a concessionária poderá apresentar defesa endereçada à Secretaria Municipal de Assistência Social, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias.

§ 2º Da ciência do despacho de aplicação de pena proferido pelo/a Secretário/a Municipal de Assistência Social, no prazo de 05 (cinco) dias, caberá, em última instância, recurso ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 3º O Processo Administrativo também poderá ser iniciado através de denúncia expressa e identificada, seguindo o trâmite estabelecido nos parágrafos anteriores.

Art. 72. O auto de infração será lavrado pela autoridade municipal em 02 (duas) vias, contendo os seguintes elementos:

I - nome e o endereço da autuada;

II - local e data;

III - fatos e fundamentos da infração;

IV - assinatura do atuante;

V - assinatura do atuado ou seu representante legal, ou ainda, no caso de recusa, a assinatura de duas testemunhas.

Art. 73. A defesa prevista no artigo 71, § 1º possui efeito suspensivo, cabendo ao infrator instruí-la com todos os documentos que entender pertinentes, devendo ainda, estar assinada pelo infrator, responsável legal ou por representante legalmente constituído.

Art. 74. As multas deverão ser pagas pelo infrator no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento do auto de infração, ou do indeferimento do recurso previsto no art. 71, § 2º.

Parágrafo Único - Findo os prazos estabelecidos no "caput" deste artigo, será determinada a remessa do Processo Administrativo para inscrição do débito em Dívida Ativa, sem prejuízo da instauração de outras medidas eventualmente cabíveis.

Art. 75. A contagem dos prazos previstos nesta lei terá como termo inicial o primeiro dia útil subsequente ao da ciência do ato.

CAPITULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 76. No caso dos Cemitérios particulares, as prestações de serviços que excedem ao previsto nesta lei, correm por conta da relação mercantil, anteriormente pactuadas, em contrato específico.

Art. 77. Todos os cemitérios deverão estar adequados com equipamentos e estruturas adaptadas: banheiros, rampas, corrimão e outros itens que se façam necessários, ao conforto e deslocamento dos portadores de necessidades especiais e deficiência física.

Art. 78. A Secretaria Municipal de Assistência Social baixará normas complementares relativas ao funcionamento e serviços dos cemitérios e serviços funerários, bem como a forma, duração e funcionamento dos plantões funerários.

Art. 79. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, por ato próprio, no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 80. Os cemitérios públicos ou particulares que já estiverem em pleno funcionamento, na data de publicação da presente lei, ficam dispensados de cumprir os aspectos construtivos constantes

da subseção II desta Lei.

Art.81. As empresas funerárias, que na data da publicação da presente lei estejam em atividade de fato e de direito no ramo correspondente aos serviços funerários no município de São Miguel do Oeste, fica outorgada a concessão dos serviços de funerárias pelo prazo de 10 anos, renováveis por igual período.

Parágrafo único - Os serviços funerários do município de São Miguel do Oeste obedecerão as normas municipais, sanitárias e ambientais relacionadas às atividades e ainda:

I - O número de empresas funerárias para atividades no município será estabelecido por concessão pública regular na proporção de uma empresa para cada 10.000 (dez mil habitantes);

II - Não serão admitidas a instalação de filiais, escritórios ou pontos de atividades das empresas funerários no município, mantendo-se apenas a matriz da respectiva empresa.

III - Os valores estabelecidos devem ser afixados na entrada dos cemitérios e os valores pagos devem ser aplicados exclusivamente nos cemitérios.

Art. 82. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 83. Fica revogada a Lei Municipal n. 1.477/83 e as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 22 de abril de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

ANEXO I

TABELA DAS TAXAS DE SERVIÇOS DE CEMITÉRIO

DISCRIMINAÇÃO		VALOR EM R\$
I	Sepultamento	50,00
II	Exumação	35,57
III	Renovação quinquenal de sepultura, para cinco anos	50,00
IV	Construção de carneiras	29,04
V	Ocupação de ossário para cinco anos	22,50
VI	Jazigo perpetuo	81,16

LEI Nº 6.905-FUNDO BENS LESADOS

LEI Nº 6.905/2014

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL PARA A RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS - FMRBL E DO CONSELHO GESTOR DO FMRBL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Ficam instituídos no Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, o Fundo Municipal para a Reconstituição de Bens Lesados - FMRBL e o Conselho Gestor do FMRBL.

Parágrafo único. O Fundo Municipal para Reconstituição de Bens Lesados - FMRBL atuará em conformidade com o disposto na Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 e será gerido por um Conselho Gestor, constituído na forma estabelecida nesta Lei.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS DO FUNDO

Art. 2º. O FMRBL tem por objetivo reparar e prevenir danos causados à coletividade, relativos ao meio ambiente, ao consumidor, à economia popular, a bens e direitos de valores artísticos, estéticos, históricos, turísticos e paisagísticos, à ordem urbanística, à ordem econômica, ao patrimônio público ou a qualquer outro interesse difuso ou coletivo no âmbito do Município.

CAPÍTULO III

DAS RECEITAS

Art. 3º. Constituem receitas do FMRBL:

I - os rendimentos decorrentes de depósitos bancários e aplicações financeiras, observadas as disposições legais;

II - aqueles provenientes da aplicação do § 2º, do art. 3º, da Lei Estadual nº 15.694 de 21 de dezembro de 2011;

III - os valores estabelecidos em acordos judiciais decorrentes de Ação Civil Pública;

IV - as contribuições e doações de pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou estrangeiras;

V - as transferências orçamentárias provenientes de outras entidades públicas;

VI - as multas administrativas, inclusive as previstas no § 1º do art. 5 desta Lei;

VII - os valores decorrentes de sanções administrativas aplicadas pelo órgão municipal de defesa do consumidor, meio ambiente ou de outros interesses difusos e coletivos;

VIII - outras receitas que vierem a ser destinadas ao FMRBL.

Parágrafo único. É facultado ao respectivo Órgão Gestor, dispor do percentual de 50% sobre os valores decorrentes de medidas compensatórias estabelecidas em acordo extrajudicial ou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrados por quaisquer dos entes públicos legalmente legitimados e de multas pelo descumprimento de cláusulas estabelecidas naqueles instrumentos.

CAPÍTULO IV

DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 4º. Os recursos do FMRBL serão aplicados:

I - na restauração ou recuperação dos bens;

II - na promoção de eventos educativos e científicos, bem como a edição de material informativo de cunho pedagógico, cuja finalidade seja o fomento de cultura ou práticas protetivas dos bens, interesses e valores mencionados no art. 2º desta Lei e buscar tratar nestes materiais a natureza da infração ou do dano causado;

III - no custeio de exames periciais, estudos e trabalhos técnicos necessários à instrução de inquérito civil ou procedimento investigatório preliminar, instaurados para a apuração de fato ofensivo a interesse difuso ou coletivo;

IV - na aquisição de equipamentos e material permanente para utilização de órgãos de fiscalização das áreas do meio ambiente, de proteção do consumidor, de bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e da ordem urbanística;

V - na aquisição de veículo de pequeno porte para o exercício da fiscalização;

VI - em projetos relativos à reconstituição, reparação, preservação e prevenção dos bens, interesses ou valores mencionados no art. 2º desta Lei;

VII - para equipar salas de educação ambiental;

VIII - em investimentos necessários à modernização tecnológica,

capacitação e aparelhamento finalístico aos órgãos municipais que possuem atribuição para proteger e preservar os bens, interesses e valores mencionados no art. 2º desta Lei.

Parágrafo único. Poderão pleitear recursos do Fundo, para fins de execução de projetos voltados à tutela e preservação dos bens, interesses e valores mencionados no art. 2º desta Lei, os órgãos da Administração Direta ou Indireta do Município, assim como as organizações não governamentais sem fins lucrativos regularmente constituídas e em funcionamento há mais de 02 (dois) anos, cujas finalidades institucionais e atuação, comprovadamente, estiverem harmonizadas com as finalidades do Fundo.

Art. 5º. Os recursos do FMRBL serão depositados em contas especiais de instituições financeiras, à disposição do Conselho Gestor.

§ 1º O FMRBL acordará com as instituições financeiras, para que no prazo de 10 (dez) dias, comuniquem ao Conselho Gestor os depósitos realizados a crédito do Fundo, com especificação da origem, sob pena de multa contratual.

§ 2º Fica autorizada a aplicação financeira das disponibilidades do FMRBL em operações ativas, de modo a preservá-la contra eventual perda do poder aquisitivo da moeda.

§ 3º O saldo credor do FMRBL, apurado em balanço no término de cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte.

CAPÍTULO V

DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL PARA RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS

Art. 6º. São atribuições do Conselho Gestor do FMRBL:

I - zelar pela boa e regular aplicação dos recursos do FMRBL velando para a consecução dos fins previstos no art. 2º desta Lei;

II - aprovar e firmar convênios e contratos, objetivando elaborar, acompanhar e executar projetos compatíveis ao disposto no inciso I deste artigo;

III - examinar e decidir acerca dos projetos de reconstituição de bens lesados, objetivando aplicar os recursos do FMRBL, inclusive os de caráter científico e de pesquisa;

IV - definir a aplicação dos recursos do FMRBL;

V - elaborar seu Regimento Interno, que, dentre outras atribuições, versará acerca da organização dos votos do Conselho Gestor;

VI - fazer editar, inclusive com a colaboração de órgãos da Administração Pública do Município e de entidades civis interessadas, a promoção de eventos educativos ou científicos cuja temática tenha pertinência com as finalidades do Fundo;

VII - prestar contas aos órgãos competentes, na forma legal;

IX - aprovar o projeto de orçamento anual e o plurianual do fundo;

X - aprovar a liberação de recursos dos projetos submetidos para análise.

Art. 7º. O Conselho Gestor do FMRBL será composto por:

I - 01 (um) representante do Poder Executivo Municipal, designado pelo Chefe do Poder Executivo;

II - 01 (um) representante do Conselho de Planejamento Municipal;

III - 01 (um) representante do órgão de proteção ao consumidor - PROCON;

IV - 01 (um) representante da Fundação Municipal do Meio Ambiente e, enquanto esta não for criada no Município, da FATMA (Fundação Estadual do Meio Ambiente);

V - 01 (um) representante da Polícia Militar Ambiental;

VI - 01 (um) representante do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Antas;

VII - 01 (um) representante do Fundo Municipal de Saúde - FMS;

VIII - 01 (um) representante do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

IX - 01 (um) representante das organizações não governamentais sem fins lucrativos regularmente constituídas e em funcionamento há mais de 2 (dois) anos no Município, cujas finalidades institucionais e atuação, comprovadamente, estiverem harmonizadas com as finalidades do Fundo.

§ 1º Para cada membro efetivo será indicado um suplente que assumirá, com direito a voto, na ausência ou impedimento do titular.

§ 2º É facultado ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina, participar de todas as reuniões.

§ 3º O Conselho Gestor será presidido por representante indicado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 4º Os membros do Conselho Gestor do FMRBL, bem como o correspondente suplente, serão indicados pelos órgãos e entidades que representam, na forma de seus estatutos ou legislação interna e serão investidos na, por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 5º No caso do inciso IX, caso exista mais de uma organização não governamental sem fins lucrativos no Município, o representante será aquele indicado pela maioria das organizações.

§ 6º O mandato da direção e dos membros do Conselho Gestor do FMRBL será de 02 (dois) anos, sendo vedada a recondução total de seus membros e permitida 01 (uma) recondução por igual período.

§ 7º Será dispensado do Conselho Gestor do FMRBL o Conselheiro que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 06 (seis) alternadas, no período de 01 (um) ano.

§ 8º Os órgãos e entidades relacionadas neste artigo poderão, a qualquer tempo, propor a substituição de seus respectivos representantes, obedecendo ao disposto no parágrafo 2º deste artigo.

Art. 8º. As reuniões ordinárias do Conselho Gestor do FMRBL serão públicas e mensais e, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou da maioria simples do Conselho Gestor, sempre que algum fato assim exigir.

§ 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá convocar os Conselheiros para reuniões extraordinárias, em havendo descumprimento ao art. 8º desta Lei.

§ 2º As sessões plenárias instalar-se-ão com a maioria de seus membros, que deliberarão pela maioria dos votos dos presentes.

§ 3º Ocorrendo falta de quorum mínimo para instalação do plenário, automaticamente será convocada nova reunião, que acontecerá após 48 (quarenta e oito) horas, com qualquer número de participantes.

§ 4º O Presidente do Conselho Gestor do FMRBL publicará mensalmente os demonstrativos da receita e da despesa gravadas nos recursos do Fundo.

§ 5º O Conselho Gestor do FMRBL poderá rever e criar novas contas, sempre respeitando os objetivos descritos no art. 2º desta Lei.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º. O exercício da função de membro do Conselho Gestor do FMRBL não será remunerado, sendo considerado de relevante interesse público municipal.

Art. 10. Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer apoio administrativo, recursos humanos e materiais necessários para o funcionamento dos órgãos instituídos por esta Lei.

Art. 11. As atribuições e competências dos órgãos de que trata esta Lei serão fixadas por ato próprio.

Art. 12. Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para os exercícios financeiros de 2014/2017, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), instituindo dotações orçamentárias suficientes ao atendimento dos serviços desenvolvidos pelo Fundo Municipal para a Reconstituição de Bens Lesados - FMRBL, neste Ente Federado, segundo prescritos neste ato.

Art. 13. Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no Orçamento Geral do Município no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

23 - FUNDO MUNICIPAL PARA A RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS - FMRBL

01 - Fundo Municipal para a Reconstituição de Bens Lesados - FMRBL

04.122.0021.2.453 - Administração geral dos bens e serviços desenvolvidos pelo FMRBL.

3.3.90.00.00.00.00.00.0189 - Aplicações Diversas (Excesso) R\$ 85.000,00

04.122.0021.1.907 - Aquisição de equipamento e material permanente para a implantação e desenvolvimento dos bens e serviços do FMRBL.

4.4.90.00.00.00.00.00.0189 - Aplicações Diversas (Excesso) R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 100.000,00

Art. 14. Para o atendimento do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do provável excesso de arrecadação, constante do Recurso sob código nº. 189 - Receitas do FMRBL, na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

Art. 15. Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para os exercícios financeiros de 2014/2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), instituindo dotações orçamentárias suficientes ao atendimento dos serviços desenvolvidos pelo Fundo Municipal para a Reconstituição de Bens Lesados - FMRBL, neste Ente Federado, segundo prescritos neste ato.

Art. 16. Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2013-LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para os exercícios financeiros de 2014/2017, bem como, no que concerne a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), instituindo dotações orçamentárias suficientes ao atendimento dos serviços desenvolvidos pelo Fundo Municipal para a Reconstituição de Bens Lesados - FMRBL, neste Ente Federado, segundo prescritos nesta Lei.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições da Lei Municipal 6.885 de 13 de março de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 30 de abril de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR
Técnico Administrativo

LEI Nº 6.906-ALTERA PPA R\$ 8.910,10-REGIN

LEI Nº 6.906/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 8.910,00 (OITO MIL, NOVECIENTOS E DEZ REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 8.910,00 (Oito mil, novecentos e dez reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, conforme contrato de rateio, com o intuito de manutenção dos serviços do REGIN.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder por ato próprio, à abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 8.910,00 (Oito mil, novecentos e dez reais), em conformidade com o disposto a seguir:

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

01 - SECRETARIA DA FAZENDA

04.129.0030.2.455 - Transferências a Consórcios Públicos - CIGA.

3.3.7.1.70.00.00.00.00.0080 - Transferências a Consórcios Públicos R\$ 7.128,00

4.4.7.1.70.00.00.00.00.0080 - Transferências a Consórcios Públicos R\$ 1.782,00

TOTAL R\$ 8.910,10

Art. 3º Para o atendimento do crédito ora autorizado nesta Lei fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a redução total e/ou parcial da seguinte dotação orçamentária em execução abaixo discriminada:

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

01 - SECRETARIA DA FAZENDA

04.123.0021.2.024 - Admin.geral dos bens e serv.da Unidade.

70 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 8.910,00

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 6.871/13, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 8.910,00 (Oito mil, novecentos e dez reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, conforme contrato de rateio, com o intuito de manutenção dos serviços do REGIN.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente no que tange a abertura de um Crédito Adicional

Especial na importância de R\$ 8.910,00 (Oito mil, novecentos e dez reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, conforme contrato de rateio, com o intuito de manutenção dos serviços do REGIN.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 30 de abril de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

LEI Nº 6.907-INCENTIVOS ECONÔMICOS ZOOM IND.COMÉRCIO

LEI Nº 6.907/2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS ECONÔMICOS À EMPRESA ZOOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município, de acordo com a faculdade que lhe foi conferida pela Lei Municipal nº 5.526, de 15 de agosto de 2005, autorizado a conceder à empresa ZOOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF nº. 10.590.496/0001-54 e Inscrição Estadual nº. 255.782.489, com sede na Rua XV de Novembro, 1877, Centro, São Miguel do Oeste, SC, o seguinte incentivo econômico: Pagamento de locação de imóvel no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), pelo período de 12 (doze) meses.

§ 1º O benefício ora concedido, fica sujeito à disposição do "caput" do artigo 1º da Lei mencionada, a qual disciplina os incentivos econômicos e as isenções fiscais para as Empresas se instalarem ou ampliarem suas atividades no Município.

§ 2º Os incentivos ora concedidos, no que tange aos custos, estão de acordo com os dispositivos do "caput" do art. 3º, da Lei Municipal nº 5.526, de 15 de agosto de 2005.

§ 3º A efetivação dos incentivos ora concedidos fica vinculada a disponibilidade financeira, de equipamento, recursos humanos e materiais.

Art. 2º Os incentivos presentes, estarão condicionados a capacidade de produção industrial, sem prejuízo ao desenvolvimento dos serviços de interesse do Município. Bem ainda à geração de 40 (quarenta) empregos diretos e outros 60 (sessenta) indiretos.

Art. 3º Em caso de descumprimento, a beneficiária será obrigada a restituir o que recebeu da municipalidade a título de incentivo.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução dos incentivos de que trata esta Lei, correrão a conta do orçamento geral do Município.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 30 de abril de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

LEI Nº 6.908-ALTERA ART. DA LEI Nº 6.343-SAÚDE HOMEM E MULHER

LEI Nº 6.908/2014

ALTERA OS ARTIGOS 1º, 2º, 3º E 4º, DA LEI Nº 6.343, DE 25 DE MAIO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os arts. 1º, 2º, 3º e 4º da Lei nº 6.343, de 25 de maio de 2010, passaram a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica instituído o "Dia Municipal de Atenção Integral à Saúde do Homem" no âmbito do Município de São Miguel do Oeste, definido como o dia de prevenção e conscientização da saúde masculina (Campanha Novembro Azul), que acontecerá todos os anos no mês de NOVEMBRO, em data a ser designada pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Fica instituído o "Dia Municipal de Atenção Integral à Saúde da Mulher" no âmbito do Município de São Miguel do Oeste, definido como o dia de prevenção e conscientização da saúde feminina (Campanha Outubro Rosa) que acontecerá todos os anos, no mês de OUTUBRO, em data a ser designada pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º No Mês de NOVEMBRO, através da Secretaria Municipal de Saúde será oferecido especialmente aos Homens com idade acima de 50 anos, o exame PSA, além de orientações sobre a saúde do homem, entrega de materiais informativos, conferência do cartão de vacina; entre outras ações a serem definidas conforme houver necessidade.

Art. 4º No mês de OUTUBRO, através da Secretaria Municipal de Saúde, será oferecido especialmente às mulheres com idade acima de 50 anos, o exame citopatológico, exame clínico de mamas, conferência do cartão de vacina, dentre outros a serem definidos conforme houver necessidade.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 30 de abril de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR
Técnico Administrativo

LEI Nº 6.909-ALTERA ART.DA LEI Nº 6.395-DIA MUNDIAL CRACK

LEI Nº 6.909/2014

ALTERA OS ARTIGOS 1º E 3º DA LEI Nº 6.395, DE 11 DE OUTUBRO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º Os artigos 1º e 3º da lei 6.395 de 11 de outubro de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do município de São Miguel do Oeste, o dia 1º de outubro como o "Dia Municipal de combate ao CRACK".

Art. 2º O Poder Público promoverá nesta data, com a participação da Secretaria Municipal de Saúde (Centro de Atenção Psicossocial-CAPS e Núcleo de Atendimento da Saúde da Família-NASF) da Secretaria Municipal de Assistência Social (Centro de Referência de Assistência Social-CRAS e do Centro de Referência Especializada de Assistência Social-CREAS), da Secretaria de Estado da Educação (GERED) e instituições e entidades afins, a promoção com foco na prevenção do CRACK e consumo de outras drogas, com algumas atividades lúdicas e distribuição de brindes timbrados com a campanha.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 30 de abril de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR
Técnico Administrativo

LEI Nº 6.910-ALTERA ART.DA LEI Nº 6.394-SAÚDE DO ADOLESCENTE

LEI Nº 6.910/2014

ALTERA OS ARTIGOS 1º, 2º, 3º E 4º DA LEI 6.394, DE 11 DE OUTUBRO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os arts. 1º, 2º, 3º e 4º da lei nº 6.394, de 11 de outubro de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de São Miguel do

Oeste, durante o mês de agosto, a "CAMPAINHA SAÚDE DO ADOLESCENTE", para a prevenção de doenças dos adolescentes.

Art. 2º Nos meses de Abril a Julho, através da Secretaria Municipal de Saúde, será oferecido, especialmente aos adolescentes, palestras nos Colégios Particulares e Públicos à respeito das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's).

Art. 3º Na última quarta-feira do mês de agosto, por meio da Secretaria Municipal da Saúde, serão realizados testes de HIV, hepatite B/C e Sífilis, conferência do cartão de vacina aos adolescentes, bem como orientação dos métodos anticoncepcionais, apresentação de teatro, paródias, música relacionados às DST's e outras atividades, com o objetivo de promover esclarecimentos ao adolescente.

Art. 4º O evento constituído passará a constar no calendário oficial da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Miguel do Oeste e contará com a participação de entidades filantrópicas, clubes de serviços e outras declaradas de utilidade pública, que desempenhem atividades afins ao tema tratado na presente Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 30 de abril de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR
Técnico Administrativo

LEI Nº 6.911-DISTRIBUIÇÃO DE LEITE

LEI Nº 6.911/2014

DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE LEITE ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE LEITE ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO, é uma ação em nível de Governo Municipal, cujo objeto é o atendimento das Famílias incluídas nos serviços socioassistenciais ofertados pelos equipamentos CRAS e CREAS do Município e que visa proporcionar auxílio alimentar, desde que estas estejam cadastradas na forma desta lei, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Consideram-se aptas a se integrar ao presente Programa e receber os benefícios do mesmo, mensalmente, às famílias em situação de vulnerabilidade social e que sejam desprovidas de acesso às condições básicas de cidadania no que tange à questão da suplementação alimentar e estejam participando dos serviços socioassistenciais ofertados: PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral a família, SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à famílias e indivíduos que estejam cadastrados no Setor de Benefícios da Secretaria Municipal de Assistência Social

do Município.

Art. 3º Serão atendidas as famílias cuja renda mensal per capita seja a utilizada pelo Programa Bolsa Família, com filhos de 06 (seis) meses a 05 (cinco) anos, as quais residam no Município de São Miguel do Oeste.

Art. 4º Para serem incluídas no referido Programa, as famílias deverão preencher os seguintes requisitos:

I - Possuir filhos com idade entre 06 (seis) meses a 05 (cinco) anos;

II - Apresentar a carteira de saúde dos filhos com vacinação em dia;

III - Encontrar-se em situação de vulnerabilidade social e econômica;

IV - Participarem ativamente dos serviços socioassistenciais ofertados pelos equipamentos CRAS e CREAS.

Art.5º O benefício mensal será de 30 (trinta) litros de LEITE UHT INTEGRAL LONGA VIDA, por família, distribuídos pelo fornecedor vencedor do processo licitatório no Município, sendo a entrega efetuada mediante apresentação do vale-leite, que será fornecido mensalmente pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 6º Ao fornecedor participante deste Programa caberá:

I - Distribuir o leite mediante a apresentação do vale-leite;

II - Informar ao setor de Serviço Social da Secretaria Municipal de Assistência Social, acerca do funcionamento do Programa;

III - Distribuir apenas leite da qualidade mencionada, conforme menção no "caput" deste artigo, sendo expressamente proibida a troca por qualquer outra mercadoria.

IV - Solicitar documentação pessoal ao entregar o leite.

Parágrafo único. O fornecedor que infringir a norma insculpida no inciso III deste artigo será excluído do Programa.

Art. 7º As famílias inseridas no Programa receberão o benefício pelo período em que mantiverem a situação de vulnerabilidade social e/ou econômica ou que estejam cumprindo os preceitos desta lei.

Parágrafo único. Será de competência do Assistente Social responsável pelo Setor de Benefícios, o acompanhamento das famílias que participam do presente Programa, tendo autonomia para realizar as exclusões necessárias, desde que não estejam em conformidade com os critérios da presente lei.

Art. 8º As famílias beneficiárias do Programa de Distribuição de Leite, sob pena de exclusão automática e injustificável, deverão:

I - Cumprir as normas do presente Programa sob pena de serem excluídas do mesmo, perdendo o direito à nova inclusão pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias;

II - Participar das atividades propostas junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, CRAS e CREAS, mensalmente, ou quando solicitado;

III - Manter seus filhos ou dependentes com idade entre 07 (sete) a 16 (dezesesseis) anos, matriculados e frequentando escola da rede pública, com frequência mínima de 85% das aulas em cada trimestre;

IV - Manter seus filhos sob cuidados especiais que a eles é de direito, bem como zelar por sua segurança e bem-estar;

V - Não efetuar a troca do vale-leite por outro produto e nem vendê-lo a terceiros;

VI - Apresentar identificação pessoal ao efetuar a troca do vale pelo produto;

VII - Retirar o vale-leite na data estipulada pela Secretaria afeta ao Programa;

VIII - Utilizar o leite exclusivamente para a alimentação das

crianças.

Art. 9º O Poder Público Municipal poderá firmar convênios, acordos e outros ajustes, com organizações governamentais e não governamentais, bem como com pessoas jurídicas de direito privado, objetivando constituir parcerias no desenvolvimento e sucesso do Programa.

Art. 10. O Programa será financiado com recursos próprios através do Fundo Municipal de Assistência Social, mediante transferências intergovernamentais, bem como, por outras fontes de arrecadação à disposição do Fundo, em consonância às disponibilidades orçamentárias vigentes.

Parágrafo único. Desde que exista disponibilidade financeira do Erário Público Municipal, poderão ser atendidas até o máximo de 400 (quatrocentas) famílias mensalmente e que cumpram os preceitos desta lei.

Art. 11. O Programa será coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social em parceria com o CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social e das Secretarias Municipais de Saúde e Educação, visando o acompanhamento de peso, condições de saúde e frequência escolar.

Art. 12. O Programa será fiscalizado e acompanhado pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 13. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a regulamentar por ato próprio a presente lei, visando à adequação da mesma, bem como o fiel cumprimento desta.

Art. 14. As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão à conta do Orçamento Municipal específico para tal fim.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições da Lei Municipal nº 5.426, de 18 de novembro de 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 30 de abril de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

LEI Nº 6.912-RECEBER DOAÇÃO ÁREA TERRA RUA ELPIDIO WUNSCH

LEI Nº 6.912/2014

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, A RECEBER EM DOAÇÃO ÁREA DE TERRAS, DESTINADAS A ABERTURA DA RUA ELPÍDIO WÜNSCH E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação em nome do Município de São Miguel do Oeste, as seguintes áreas de terras:

I - 888,83m² de Parte da Chácara n. 37-A, registrado no Ofício de Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste, sob n. 18.941, de propriedade de Leocádia Sibila Wunsch;

II - 459,286m² da Gleba n. 02-J, registrado no Ofício de Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste, sob n. 34.715, de propriedade de Elci Sandini, Antenor Luiz Sandini, Leomar João de Ross Scherer, Neusa Scherer, Vicente Scherer, Roberto Ivan Scherer, José Luiz Scherer, Maria Célia Scherer, Edmar Paulo Scherer e Marilda do Socorro Andrade Scherer, Enoir Guilherme Scherer, Selanira Silva Scherer e Elizabet Márcia Scherer.

Parágrafo único. As áreas doadas destinam-se a abertura da Rua Elpidio Wunsch (antiga estrada Elpidio Wunsch).

Art. 2º As áreas constantes do "caput" do artigo 1º desta lei, passarão a integrar o Patrimônio Público Municipal, ficando o Setor competente da Municipalidade, encarregado de proceder a sua legalização e registros necessários para o cumprimento fiel da presente lei.

Parágrafo único. A implantação de iluminação pública, rede de energia elétrica e drenagem e rede pluvial, caso necessário, serão realizadas por conta dos doadores.

Art. 3º As áreas doadas, objetos da presente lei, quando de eventual loteamento dos imóveis, objeto da Matrícula do Ofício de Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste, sob n. 18.941 e 34.715, farão parte dos 35% (trinta e cinco por cento) destinados a área pública, sob pena de reversão ou indenização, na forma legislação vigente.

Parágrafo único. O parcelamento do imóvel Matriculado no Ofício de Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste, sob n. 18.941 e 34.715, dar-se-á somente por meio de loteamento.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 30 de abril de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

LEI Nº 6.913-DOAÇÃO ÀREA MAIRA TOMAZEL

LEI Nº 6.913/2014

ALTERA O ARTIGO 4º DA LEI 6.370/2010 E AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, RECEBER POR DOAÇÃO, EM NOME DO MUNICÍPIO, E INCLUIR NO PATRIMÔNIO MUNICIPAL, BEM IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE MAIRA TOMAZEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 6.370, de 09 de julho de 2010 passará

a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º Os referidos lotes passarão a ter as seguintes áreas: lote urbano nº 01-A com área de 1.136,971m², lote urbano 1-B, com área de 272,244m² (não edificável), lote urbano nº 02, com área de 704,222m², sendo, 685,014m² (edificável) e 19.208m² (não edificável); lote urbano nº 03, com área de 448,403 m², (área de uso institucional), correspondendo 6%; lote urbano nº 04, com área de 748,635m², lote urbano nº 05, com área de 297,00m²; lote urbano nº 06, com área de 696,694m², sendo, 674,188m² (edificável) e 22,506m² (não edificável), destinado à drenagem pluvial; lote urbano nº 07, com área de 619,575m², sendo, 564,158m² (edificável) e 55,417m² (não edificável), destinado a drenagem pluvial; lote urbano nº 08, com área de 670,635m², sendo, 625,05m² (edificável) e 45,585m² (não edificável), destinado a drenagem pluvial; lote urbano nº 09, com área de 407,756m², área verde, correspondendo 4%, sendo, 78,191m², destinado a drenagem pluvial; lote urbano nº 10, com área de 1.038,176 m², sendo, 1.033,217m² (edificável) e 4,959m² (não edificável), destinado a drenagem pluvial; Perfazendo, assim, a área total em lotes de 7.040,311m², correspondente a 69,03% e a área atingida pelas ruas com 3.157,199m², correspondente a 30,97% do loteamento, conforme memorial descritivo que acompanha o referido projeto.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município de São Miguel do Oeste, autorizado a receber em doação, o imóvel Lote Urbano nº 01-B, subscrito acima, com área de 272,244m² (não edificável), confrontando ao Norte com a Chácara "J" na extensão de 48,89 metros; ao Leste com a chácara "J" na extensão de 1,31m; ao sul com o lote urbano 1-A na extensão de 44,05m; novamente ao Leste com o lote urbano 1-A na extensão de 25,94 m; ao Sudoeste com a Rua Antônio Gonçalves Dias num raio de 5,0 m; e ao Oeste com o lote urbano nº 48 do Loteamento João Batista Benetti na extensão de 24,70m.

Parágrafo único. O imóvel descrito neste artigo, terá destinação para a constituição de área verde adicional no loteamento Tomazzel, que esta matriculado no Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste, sob o nº 36.089.

Art. 2º Fica ainda o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a tomar todas as medidas necessárias para a inclusão da mesma no patrimônio público municipal.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente o art. 4º da Lei nº 6.370, de 09 de julho 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 02 de maio de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

LEI Nº 6.914-PRORROGAÇÃO LOTEAMENTO SOL NASCENTE

LEI Nº 6.914/2014

CONCEDE PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS PARA O TÉRMINO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DO LOTEAMENTO SOL NASCENTE APROVADO E INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL N. 6.712, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica concedido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação da presente lei, para o término das obras de implantação do "Loteamento Sol Nascente" aprovado e instituído pela Lei Municipal n. 6.712, de 21 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 12 de maio de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

LEI Nº 6.915-ALTERA PPA-R\$ 501.341,43-PAVIMENTAÇÃO RUAS MUNICÍPIO

LEI Nº 6.914/2014

CONCEDE PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS PARA O TÉRMINO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DO LOTEAMENTO SOL NASCENTE APROVADO E INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL N. 6.712, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica concedido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação da presente lei, para o término das obras de implantação do "Loteamento Sol Nascente" aprovado e instituído pela Lei Municipal n. 6.712, de 21 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 12 de maio de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR
Técnico Administrativo

LEI Nº 6.916-ALTERA PPA-R\$200.000,00-REVITALIZAÇÃO XV DE NOVEMBRO

LEI Nº 6.916/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária para a revitalização da via e a construção de passeios na Rua XV de Novembro perímetro urbano da Cidade, segundo Convênio nº. 2014TR000541 de 20 de março de 2013, em conformidade com o disposto em Plano de Trabalho anexo ao Processo nº. SDR0100003362/2013 (ERO012915138), aprovado entre as partes.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), em conformidade com o disposto a seguir:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

01 - DESENVOLVIMENTO URBANO

15.451.0537.1.914 - Revitalização da via e a construção de passeios na Rua

XV de Novembro perímetro urbano da Cidade,

segundo Convênio nº. 2014TR000541.

4.4.90.00.00.00.00.00.0667 - Aplicações Diversas - Excesso Arrecadação R\$ 200.000,00

TOTAL R\$ 200.000,00

Art. 3º Para o atendimento do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do provável excesso de arrecadação, constante do Recurso sob Código nº. 0667 - CONVÊNIOS COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, referente ao Convênio nº. 2014TR000541 de 20 de março de 2013, em conformidade com o disposto em Plano de Trabalho anexo ao Processo nº. SDR0100003362/2013

(ERO012915138), do GOVERNO DO ESTADO/SDR/SMOESTE, em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013,

Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária para a revitalização da via e a construção de passeios na Rua XV de Novembro perímetro urbano da Cidade, segundo Convênio nº. 2014TR000541 de 20 de março de 2013, em conformidade com o disposto em Plano de Trabalho anexo ao Processo nº. SDR0100003362/2013 (ERO012915138), aprovado entre as partes ajustadas.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2012-LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), com o intuito de instituir dotação orçamentária para a revitalização da via e a construção de passeios na Rua XV de Novembro perímetro urbano da Cidade, segundo Convênio nº. 2014TR000541 de 20 de março de 2013, em conformidade com o disposto em Plano de Trabalho anexo ao Processo nº. SDR0100003362/2013 (ERO012915138), aprovado entre as partes avençantes.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 12 de maio de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

LEI Nº 6.917-REFORMULAÇÃO CONSELHO ASSISTÊNCIA SOCIAL

LEI Nº 6.917/2014

DISPÕE SOBRE A REFORMULAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E DA FINALIDADE

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a reformulação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), criado pela Lei Municipal n. 3.889/1996, de acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social, instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Política da Assistência Social do Município de São Miguel do Oeste, de caráter permanente e de composição paritária entre o governo e a sociedade civil.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Assistência Social de São Miguel do Oeste é vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, que proverá a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, e

arcando com despesas referentes a passagens, traslados, alimentação, hospedagens de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício das suas atribuições.

Art. 2º O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social, nos limites de sua competência.

§ 1º As ações deliberativas e reguladoras são aquelas que estabelecem, por meio de resoluções, as ações da assistência social.

§ 2º As ações de acompanhamento e avaliação são àquelas direcionadas à execução dos serviços prestados pela Política Municipal de Assistência Social e pelas entidades e organizações de assistência social privadas, e advêm da competência de formular recomendações e orientações aos integrantes do sistema descentralizado de assistência social.

§ 3º O controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da Política de Assistência Social e do Plano Municipal de Assistência Social, bem como os recursos financeiros aplicados na Política de Assistência Social e no Plano Municipal de Assistência Social.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA E DO EXERCÍCIO

Art. 3º Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS):

I - elaborar seu Regimento Interno, conjunto de normas administrativas definidas pelo Conselho, com o objetivo de orientar o seu funcionamento;

II - aprovar a Política Municipal, elaborada em consonância com a PNAS - Política Nacional de Assistência Social e do SUAS - Sistema Único de Assistência Social e com as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, podendo contribuir nos diferentes estágios de sua formulação;

III - convocar, num processo articulado com a Conferência Nacional e Estadual, a Conferência Municipal de Assistência Social, bem como aprovar as normas de funcionamento das mesmas e constituir a comissão organizadora e o respectivo Regimento Interno;

IV - encaminhar as deliberações da conferência aos órgãos competentes e monitorar seus desdobramentos;

V - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços socioassistenciais, programas e projetos aprovados na Política Municipal de Assistência Social;

VI - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, exercendo essas funções num relacionamento ativo e dinâmico com os órgãos gestores, resguardando-se as respectivas competências;

VII - zelar pela implementação do SUAS, buscando suas especificidades no âmbito do governo municipal e efetiva participação dos segmentos de representação dos conselhos;

VIII - aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social no município, tanto os recursos próprios quanto os oriundos de outras esferas de governo, alocados no respectivo fundo municipal de assistência social;

IX - propor ações que favoreçam a interface e superem a sobreposição de programas, projetos, benefícios, rendas e serviços;

X - inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social no município;
XI - informar ao CNAS sobre o cancelamento de inscrição de entidades e organizações de assistência social, para que este adote as medidas cabíveis;

XII - acompanhar o processo do pacto de gestão entre as esferas nacional, estadual e municipal, efetivado na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e Comissão Intergestores Bipartite - CIB;

XIII - divulgar e promover a defesa dos direitos socioassistenciais.

Art. 4º Para o exercício de suas competências, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) poderá solicitar documentos e informações junto aos seguintes órgãos de Assistência Social:

I - Secretaria Municipal de Assistência Social:

- a) Plano municipal de assistência social;
- b) Plano de ação;
- c) Proposta orçamentária da Secretaria de Assistência Social;
- d) Plano de inserção e acompanhamento de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família (PBF);
- e) Plano de aplicação do fundo municipal;
- f) Informações relativas ao montante de recursos transferidos para o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), oriundos do Fundo Nacional de Assistência

Social (FNAS) e do Fundo Estadual de Assistência Social, quando for o caso;

- g) Informações relativas aos recursos repassados pelo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) às entidades e organizações de assistência social;
- h) Relatório anual da gestão e demonstrativo sintético da execução física e financeira.

II - Entidades e Organizações de assistência social:

- a) Estatuto social;
- b) Plano de trabalho;
- c) Relatório anual de execução do plano de trabalho;
- d) Documentos contábeis.

III - Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS):

- a) para conhecimento, os documentos deliberados em Assembleia Geral;
- b) quando necessário, o assessoramento na aplicação de normas e resoluções fixadas pelo CNAS.

IV - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a senha de acesso ao Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social (Rede Suas).

V - da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), para conhecimento, os documentos de pactuações publicadas no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único. Além dos documentos elencados nos incisos de I a V, o CMAS poderá requisitar outros que se fizerem necessários para o exercício de suas competências.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

Seção I

Da Composição

Art. 5º O Conselho Municipal de Assistência Social é composto de forma paritária entre representantes do Poder Executivo e representantes da Sociedade Civil, da seguinte maneira:

I - Representantes do Poder Executivo:

- a) um da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- b) um da Secretaria Municipal de Educação;

- c) um da Secretaria Municipal da Saúde;
- d) um da Secretaria Municipal de Agricultura;
- e) um da Secretaria Municipal de Administração.

II - Representantes da Sociedade Civil:

- a) dois representantes dos usuários ou organizações e usuários da assistência social;
- b) um representante de entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS;
- c) dois representantes de entidades de trabalhadores do setor.

§ 1º O CMAS será composto de um titular e um suplente de cada representação.

§ 2º O mandato dos conselheiros titulares e suplentes será de dois anos, permitida uma única recondução por igual período.

§ 3º Os representantes do Poder Executivo será indicados pelo Prefeito Municipal.

§ 4º Os representantes da sociedade civil será escolhidos por meio de eleição em foro próprio, coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, sob a supervisão do Ministério Público, podendo ser candidatos e eleitores os descritos no II, observando o seguinte:

I - Ampla divulgação por meio dos meios de comunicação e publicação na imprensa oficial, o ato de convocação do foro;

II - a nomeação e posse dos membros dos CMAS dar-se-á por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal;

III - o processo de eleição dos representantes da sociedade civil será regulamentado no regimento interno do CMAS.

Art. 6º São consideradas organizações de usuários aquelas juridicamente constituídas que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos, a defesa dos direitos dos indivíduos e grupos vinculados à Política Municipal de Assistência Social.

Art. 7º São consideradas entidades de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos usuários das políticas de assistência social.

Parágrafo único. A classificação das entidades de assistência, são as definidas na lei que regula as políticas de assistência social, no âmbito do Município de São Miguel do Oeste.

Art. 8º São consideradas entidades de trabalhadores do setor as associações de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos federais de profissões regulamentadas que organizam, defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na Política de Assistência Social.

Art. 9º Os conselheiros não receberão qualquer remuneração por sua participação no colegiado e seus serviços prestados serão considerados, para todos os efeitos, como de interesse público e relevante valor social.

Art. 10. Fica vedada a participação como membro do CMAS, representantes do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Seção II

Do Funcionamento

Art. 11. O CMAS reunir-se-á em sede ordinária, obrigatoriamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, e funcionará de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei e no Regimento Interno.

Parágrafo único. Os Conselhos têm autonomia de se autoconvocar, devendo esta previsão constar do Regimento Interno, e suas reuniões devem ser abertas ao público, com pauta e datas

previamente divulgadas.

Art. 12. O CMAS, poderá, sempre que necessário, criar comissões temáticas, sendo que ficam desde já criadas as Comissões Temáticas Permanentes:

I - de Normas, Regulamentos e Inscrições;

II - de Financiamento e Orçamento;

III - de Políticas;

IV - de Divulgação e Comunicação.

Art. 13. O CMAS elaborará seu Planejamento Estratégico com o objetivo de definir metas, ações, estratégias e prazos, que será revisado e alterado cada início de nova gestão do CMAS.

Seção III

Da Organização

Art. 14. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) compor-se-á dos seguintes órgãos:

I - Assembleia Geral;

II - Mesa Diretora;

III - Comissões.

§ 1º A Assembleia Geral é órgão deliberativo e soberano do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

§ 2º A Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), eleita pela maioria absoluta dos votos da Assembleia Geral para mandato de no mínimo dois anos, permitida uma única recondução, é composta pelos seguintes cargos:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - 1º Secretário;

IV - 2º Secretário.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Será emitida declaração a todos os Conselheiros regularmente nomeados, no ato de sua posse e ao término do respectivo mandato, em reconhecimento aos serviços de relevante interesse público e social prestados.

Art. 16. As Assembleias Gerais do CMAS são abertas à participação de todos os cidadãos.

Art. 17. O Regimento Interno do CMAS complementarà a estruturação, competências e atribuições definidas nesta Lei, aprovado pela maioria absoluta dos membros do CMAS, submetendo-o ao Chefe do Poder Executivo para homologação mediante Decreto.

Parágrafo único. Qualquer alteração posterior ao Regimento Interno dependerá da deliberação de maioria absoluta dos membros CMAS e homologação, por Decreto, do Chefe do Poder Executivo.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Ficando revogadas as Leis nº 3.889, 03 de abril de 1996, nº 4.000, 11 de novembro de 1996, nº 5.208, 11 de agosto de 2003, nº 5960, 05 de dezembro de 2007 e nº 6.518, 20 de julho

de 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 12 de maio de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

LEI Nº 6.918-APROVA LOTEAMENTO SANTA MARTA

LEI Nº 6.918/2014

APROVA O PROJETO DA SUBDIVISÃO DE ÁREA DE TERRAS, SITUADA NO PERÍMETRO URBANO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC, DE PROPRIEDADE DE MOACIR JOÃO DUTRA, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica aprovado o projeto da subdivisão da Gleba n. 02-I, com área de 7.000,00 m² (sete mil metros quadrados), localizado na Macrozona Urbana Consolidada (MZUC), Bairro Progresso, perímetro urbano desta cidade, matriculado no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste - SC, sob nº 34.724, de propriedade Moacir João Dutra, ficando subdividido o referido imóvel em forma de loteamento.

Art. 2º O projeto de subdivisão de que trata o art. 1º, com área total de 7.000,00m², passa vigorar com o seguinte fracionamento:

I - 641,00m², de área não edificante;

II - 6.359,00m² de área útil, assim distribuída:

a) 2.684,60m², referente a área de ruas, correspondendo à 38,35% da área;

b) 3.424,92m²., referente a 14 lotes urbanos correspondendo a 49,90% da área, lotes vendáveis;

c) 330,48m², lote urbano n. 12, para fins de uso Institucional, correspondendo a 4,75% da área;

d) 560,00m², lote n. 11, para área Verde, correspondendo a 7,00% da área.

Art. 3º A subdivisão de que trata a presente lei, passa a denominar-se de "LOTEAMENTO SANTA MARTA".

Art. 4º Os lotes, ora criados, passarão a ter as seguintes áreas e descrições:

I - Lote nº 01 com área de 269,35m², Confrontando-se: Ao Norte, com parte do lote nº 03, por linha seca de 12,86m; Ao Leste, com o lote nº 02, por linha seca de 18,03m; Ao Sul, pela Rua Elpidio Wunsch, numa extensão de 16,29m; Ao Oeste, com parte da gleba 02-H, por linha seca de 19,13m;

II - Lote nº 02 com área de 286,92m², Confrontando-se: Ao Norte, com parte do lote nº 03, por linha seca de 17,34m; Ao Leste, com a rua "A", numa extensão de 12,00m; Ao Sudeste, pela estrada e

pela Rua "A", por uma linha curva, num raio de 5,00m; Ao Sul, pela Rua Elpídio Wunsch, numa extensão de 11,37m; Ao Oeste, com o lote 01, por linha seca de 18,03m;

III - Lote nº 03 com área de 298,74m², Confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 04, por linha seca de 28,99m; Ao Leste, com a rua "A", numa extensão de 10,00m; Ao Sul, com os lotes nºs 02 e 01, por linha seca de 30,21 m; Ao Oeste, com parte da gleba 02-H, por linha seca de 10,23m;

IV - Lote nº 04, com área de 286,65m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 05, por linha seca de 27,78m; Ao Leste, com a rua "A", numa extensão de 10,00m; Ao Sul, com o lote nº 03, por linha seca de 28,99m; Ao Oeste, com parte da gleba 02-H, por linha seca de 10,23 m;

V - Lote nº 05, com área de 282,48m², confrontando-se: Ao Norte, com a rua "B", numa extensão de 21,63m; Ao Nordeste, pelas ruas, "A" e "B", por uma linha curva, num raio de 5,00m. Ao Leste, com a rua "A", numa extensão de 6,10m; Ao Sul, com o lote nº 04, por linha seca de 27,78m; Ao Oeste, com parte da gleba 02-H, por linha seca de 10,23m;

VI - Lote nº 06, com área de 235,75m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do lote nº 08, por linha seca de 10,59m; Ao Leste, com o lote nº 07 por linha seca de 20,12m; Ao Sul, com a rua "B", numa extensão de 12,98m; Ao Oeste, com parte da gleba 02-H, por linha seca de 20,01 m;

VII - Lote nº 07, com área de 234,39m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do lote nº 08, por linha seca de 11,87 m; Ao Leste, com a rua "A", numa extensão de 15,24m; Ao Sudeste, pelas ruas, "A" e "B", por uma linha curva, num raio de 5,00m. Ao Sul, com a rua "B", numa extensão de 6,77m; Ao Oeste, com o lote 06, por linha seca de 20,12m;

VIII - Lote nº 08, com área de 223,50m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 09, por linha seca de 21,24m; Ao Leste, com a rua "A", numa extensão de 10,35m; Ao Sul, com os lotes nºs 06 e 07, por linha seca de 22,45m; Ao Oeste, com parte da gleba 02-H, por linha seca de 10,19m;

IX - Lote nº 09, com área de 206,53m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 10, por linha seca de 20,05m; Ao Leste, com a rua "A", numa extensão de 10,10m; Ao Sul, com o lote nº 08, por linha seca de 21,24m; Ao Oeste, com parte da gleba 02-H, por linha seca de 10,00m;

X - Lote nº 10, com área de 218,97m², Confrontando-se: Ao Norte, com parte do lote rural nº 02, por linha seca de 18,65m; Ao Leste, com a rua "A", numa extensão de 10,10m; Ao Sul, com o lote nº 09, por linha seca de 20,05m; Ao Oeste, com parte da gleba 02-H, por linha seca de 12,63m;

XI - Lote nº 11, com área de 560,00m², (Área Verde) confrontando-se: Ao Norte, com parte do lote rural nº 02, por linha seca de 18,16m; Ao Leste, com parte da gleba nº 2-J, por linha seca de 29,89m; Ao Sul, com o lote nº 12, por linha seca de 18,45m; Ao Oeste, com a rua "A", numa extensão de 31,53m;

XII - Lote nº 12, com área de 330,48m², (Área Institucional), confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 11, (Área Verde), por linha seca de 18,45m; Ao Leste, com parte da gleba nº 2-J, por linha seca de 18,09m; Ao Sul, com a rua "A", numa extensão de 13,78m; Ao Sudeste, pelas ruas, "A" e "B", por uma linha curva, num raio de 5,00m; Ao Oeste, com a rua "A", numa extensão de 13,18m;

XIII - Lote nº 13, com área de 217,65m², confrontando-se: Ao

Norte, com a rua "B", numa extensão de 13,77m; Ao Leste, com parte da gleba nº 2-J, por linha seca de 11,79m; Ao Sul, com o lote nº 14, por linha seca de 19,03m; Ao Oeste, com a rua "A", numa extensão de 6,69m; Ao Noroeste, pelas ruas, "A" e "B", por uma linha curva, num raio de 5,00m;

XIV - Lote nº 14, com área de 223,26m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 13, por linha seca de 19,03m; Ao Leste, com parte da gleba 02-J, por linha seca de 11,18m; Ao Sul, o lote nº 15, por linha seca de 19,18m; Ao Oeste, com a rua "A", numa extensão de 12,20m;

XV - Lote nº 15, com área de 223,27m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 14, por linha seca de 19,18m; Ao Leste, com parte da gleba 02-J, por linha seca de 11,59m; Ao Sul, com o lote nº 16, por linha seca de 19,34m; Ao Oeste, com a rua "A", numa extensão de 11,60m;

XVI - Lote nº 16, com área de 217,46m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 15, por linha seca de 19,34m; Ao Leste, com parte da gleba 02-J, por linha seca de 11,50m; Ao Sul, pela Rua

Elpídio Wunsch, numa extensão de 14,32m; Ao Sudoeste, Rua Elpídio Wunsch e pela rua "A", por uma linha curva, num raio de 5,00m; Ao Oeste, com a rua "A", numa extensão de 6,33m.

Art. 5º A área destinada às ruas, passarão ao domínio público após o devido registro do loteamento junto ao Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste, ficando, porém, o proprietário do loteamento responsável perante o Município, se por ventura houver falta de área nas ruas, conforme planta apresentada e anexa ao projeto, isentando o Município de qualquer indenização de qualquer natureza, inclusive perante á terceiros compradores.

Art. 6º Ficam a cargo do proprietário a execução da abertura de ruas, terraplenagem e pavimentação asfáltica ou com pedras irregulares, demarcação de lotes, logradouros, execução de obras de escoamento de águas pluviais, instalação de rede de energia elétrica e iluminação publicação, água potável, com ligação de ramais de espera de água em todos os lotes e recomposição de área verde, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, obedecendo às normas estabelecidas pela Prefeitura, CASAN, CELESC e FATMA.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 12 de maio de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR
Técnico Administrativo

LEI Nº 6.919-ALTERA PPA-R\$ 100.000,00-ACADEMIAS

LEI Nº 6.919/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS),

E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I
CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias para execução de duas academias ao ar livre sendo uma no Bairro São Luiz e outra no Bairro São Jorge segundo Contrato de Repasse nº. 795142/2013/MINISTÉRIO DO ESPORTE/CAIXA, Processo nº. 2623.1011304-31/2013 e demais documentos aprovados pelas partes avençantes.

CAPÍTULO II
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em conformidade com o disposto a seguir:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
01 - DESENVOLVIMENTO URBANO
15.451.0328.1.912 -Academias ao ar livre sendo uma no Bairro São Luiz
e outra no Bairro São Jorge segundo Contrato de Repasse nº. 795142/2013/MINISTÉRIO DO ESPORTE/CAIXA, Processo nº. 2623.1011304-31/2013.
4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 2.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1091 - Aplicações Diversas R\$ 97.500,00
TOTAL R\$ 100.000,00

Art. 3º Para o atendimento parcial do crédito ora autorizado nesta Lei fica promovida a redução total e/ou parcial da seguinte dotação orçamentária em execução abaixo discriminada:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
01 - DESENVOLVIMENTO URBANO
15.452.0021.2.045 - Administração geral dos bens e serviços de desenvolvimento urbano.
130 - 3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 2.500,00 TOTAL R\$ 2.500,00

Art. 4º Para o atendimento complementar do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do provável excesso de arrecadação, constante do Recurso sob código nº. 1091, Contrato de Repasse nº. 795142/2013/MINISTÉRIO DO ESPORTE/CAIXA, Processo nº. 2623.1011304-31/2013, na importância de R\$ 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais) em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

CAPÍTULO III
DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias

para execução de duas academias ao ar livre sendo uma no Bairro São Luiz e outra no Bairro São Jorge segundo Contrato de Repasse nº. 795142/2013/MINISTÉRIO DO ESPORTE/CAIXA, Processo nº. 2623.1011304-31/2013 e demais documentos aprovados pelas partes avençantes.

CAPÍTULO IV
DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2012-LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias para execução de duas academias ao ar livre sendo uma no Bairro São Luiz e outra no Bairro São Jorge segundo Contrato de Repasse nº. 795142/2013/MINISTÉRIO DO ESPORTE/CAIXA, Processo nº. 2623.1011304-31/2013 e demais documentos aprovados pelas partes avençantes.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 12 de maio de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR
Técnico Administrativo

**LEI Nº 6.920-APROVA DESMEMBRAMENTO IMÓVEL
MUNICÍPIO-BAIRRO ANDREATTA**

LEI Nº 6.920/2014

APROVA O DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS, SITUADA NO PERÍMETRO URBANO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento do lote urbano n. 32, com área de 6.155,00m², do loteamento Zorzo, situado no Bairro Andreatta, perímetro urbano, objeto da matrícula do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste - SC, n. 29.011, de propriedade do Município de São Miguel do Oeste.

Art. 2º Os lotes, ora criados, passarão a ter as seguintes áreas, destinação e descrições:

I - Lote urbano nº 32-A, destinado a área verde, com área 2.678,42m², confrontando: ao norte: com o lote urbano n. 32-B, por linha seca medindo 17,83m; ao nordeste: com parte do lote rural n. 84, por linha seca medindo 70,45m; ao sul: com parte do lote rural n. 84, por linha seca medindo 70,81m; ao noroeste com o lote urbano n. 32-C, por linha seca medindo 11,64m; ao oeste: com o lote urbano n. 32-C, por linha seca medindo 21,39m; novamente ao noroeste: com o lote 32-C, por linha seca medindo 2,90m; ao sudoeste: com o lote urbano 32-C, por linha seca de 15,82m; novamente ao noroeste: com a Rua Antenor Antonioli,

medindo 6,00m; novamente ao nordeste: com parte do lote urbano n. 32-B, por linha seca medindo 11,12m; novamente ao noroeste: com parte do lote urbano n. 32-B, por linha seca medindo 19,94m;

II - Lote urbano nº 32-B, destinado a uso institucional, edificação de um prédio para o Abrigo Institucional, com área de 2.032,18, sendo 1.492,11m² de área edificável e 540,07m², de área não edificável, confrontando: ao norte: com parte do lote rural n. 84, por linha seca medindo 21,14m; ao nordeste: com parte do lote rural n. 84, por linha seca medindo 60,01m; ao sul: com o lote 32-A, por linha seca medindo 17,83; ao sudeste: com o lote urbano n. 32-A, por linha seca medindo 19,94m; ao sudoeste: com parte do lote urbano n. 32-A e com a Rua Antenor Antonioli, medindo 32,11m; ao sul: com a Rua Antenor Antonioli, medindo 9,50m; ao oeste: com o parte do lote urbano n. 33, do loteamento Zorzo, por linha seca medindo 45,73m.

III - Lote urbano nº 32-C, destinado a uso institucional, edificação de um prédio para o Abrigo Institucional, com área de 1.109,62m², confrontando: ao norte: com a Rua Antenor Antonioli, medindo 17,46m; ao nordeste: com parte do lote urbano n. 32-A, por linha seca medindo 15,82m; ao sudeste: com parte do lote urbano n. 32-A, por linha seca medindo 2,90m; ao leste: com parte do lote urbano n. 32-A, por linha seca medindo 21,39m; novamente ao sudeste: com o lote urbano n. 32-A, por linha seca medindo 11,64m; ao sul: com parte do lote rural n. 84, por linha seca medindo 18,33m; ao oeste: com o lote urbano n. 31 do loteamento Zorzo, por linha seca medindo 45,69m;

IV - Área destinada ao prolongamento da Rua Antenor Antonioli, com área de 334,78m², confrontando: ao norte com o lote urbano n. 32-B, medindo

9,50m; ao nordeste, com parte do lote urbano n. 32-B, por linha seca de 20,99m; ao sudeste: com parte do lote urbano n. 32-A, por linha seca medindo de 6,00m; ao sul: com parte do lote urbano n. 32-C, por linha seca medindo 17,46m; ao oeste: com a Rua Antenor Antonioli e com parte do lote urbano n. 33, do loteamento Zorzo, medindo 20,28m.

Art. 3º As áreas, ora desmembradas, são afetadas para as seguintes destinações:

I - Lote Urbano n. 32-A, para área verde;

II - Lotes Urbanos ns. 32-B e 32-C, para uso institucional, para a edificação de um prédio para o Abrigo Institucional Municipal;

III - Área para prolongamento da Rua Antenor Antonioli.

Art. 4º Fica os órgãos da Administração Pública Municipal autorizados a tomarem providências necessárias para execução das obras necessárias para a implantação e registro do presente desmembramento.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 12 de maio de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR
Técnico Administrativo

LEI Nº 6.921-ALTERAPPA-R\$424.500,00-FUNDAÇÃO CULTURA

LEI Nº 6.921/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTARNA IMPORTÂNCIA DE R\$ 424.500,00 (QUATROCENTOS E VINTE E QUATRO MIL E QUINHENTOS REAIS), E CONTEM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 424.500,00 (Quatrocentos e vinte e quatro mil e quinhentos reais), objetivando a reforçar dotações orçamentárias que se julgaram insuficientes no decorrer da execução orçamentária no presente ano financeiro.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 424.500,00 (Quatrocentos e vinte e quatro mil e quinhentos reais), em conformidade com o disposto a seguir:

21 - FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA, LAZER E TURISMO DE SMOESTE

01 - FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA, LAZER E TURISMO DE SMOESTE

13.391.0246.2.037 - Administração geral dos bens e serviços do Museu

2 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

R\$ 40.000,00

13.392.0247.2.040 - Administração geral dos bens e serviços da Biblioteca Pública

8 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

R\$ 25.000,00

13.392.0247.2.141 - Programa de desenv.de atividades ligadas a Cultura, Lazer e Turismo.

9 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

R\$ 359.500,00

Total R\$ 424.500,00

Art. 3º Para o atendimento do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à redução da seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

01 - INFRAESTRUTURA

26.782.0534.1.067 - Reequipamento do Parque Municipal de Máquinas

156 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

R\$ 424.500,00

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Suplementar na ordem de R\$ 424.500,00 (Quatrocentos e vinte e quatro mil e quinhentos reais), objetivando a reforçar dotações orçamentárias que se julgaram insuficientes no decorrer da execução orçamentária no presente ano financeiro.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2012-LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 424.500,00 (Quatrocentos e vinte e quatro mil e quinhentos reais), objetivando a reforçar dotações orçamentárias que se julgaram insuficientes no decorrer da execução orçamentária no presente ano financeiro.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 12 de maio de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR
Técnico Administrativo

LEI Nº 6.922-PERMUTA IMÓVEL UNIDADE BÁSICA SAÚDE-PROGRESSO

LEI Nº 6.922/2014

AUTORIZA A PERMUTA DE BENS IMÓVEIS COM O FIM DE REALIZAR A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DO BAIRRO PROGRESSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a permutar o imóvel de propriedade do Município, descrito como sendo o "Lote Urbano nº 24-A, com área de 599,95m², sito na Rua Marcelino Fortunato Ecker, Bairro São Sebastião, em São Miguel do Oeste, SC, inscrito na Matrícula nº 18.094, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste (Lei Municipal 6.882)", por imóvel de propriedade de Cláudio Deresz, descrito como sendo o "Lote Urbano nº 20, com área de 672,25m², sito na Rua Tomé de Souza, Loteamento Sergio Vicari, Bairro Progresso, em São Miguel do Oeste, SC, inscrito na Matrícula nº 23.397, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste".

Art. 2º O imóvel adquirido pelo Município mediante a presente permuta será destinado à construção da Unidade de Saúde do Bairro Progresso.

Art. 3º A permuta será feita por equivalência, ao preço unitário de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), sendo que da escritura pública deverá constar, obrigatoriamente, o valor dos bens imóveis permutados, ressaltando-se que não haverá pagamento ou compensação entre os permutantes.

Art. 4º A permuta objeto desta Lei será precedida de laudo de avaliação prévia, elaborado por Comissão Técnica a ser nomeada para tal fim pela Municipalidade.

Art. 5º Fica dispensa a licitação em razão do interesse público devidamente justificado nos termos do art. 17, I, "c" c/c art. 24, X, ambos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 12 de maio de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR
Técnico Administrativo

LEI Nº 6.923-DOAÇÃO MEDICAMENTOS HOSPITAL PÚBLICO

LEI Nº 6.923/2014

DISPÕE SOBRE A POSSIBILIDADE DE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS COM VISTAS À DOAÇÃO DE MEDICAMENTOS A HOSPITAIS PÚBLICOS DA REGIÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo, por intermédio da Secretária Municipal de Saúde, autorizado a celebrar convênios com hospitais públicos da região.

Art. 2º. Os convênios referidos no artigo anterior têm por objeto a cooperação mútua entre as partes para aprimorar o uso racionalizado de medicamentos com vistas ao atendimento da população, promovendo, para isso, ações internas entre o Município e as unidades de saúde.

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal, por meio do órgão mencionado no art. 1º, autorizado a doar medicamentos relacionados no Anexo 01 desta Lei, aos hospitais públicos da região.

Art. 4º. As despesas com a presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 12 de maio de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR
Técnico Administrativo

Anexo I- Lista de medicamentos para doação

Nome	Lote	Validade	Laboratório	Quantidade total	Quantidade para doação
Amoxicilina 250 mg/5 ml suspensão	12H68B	06/08/2014	Pratidona-duzzi	6.035	6.000
Amoxicilina 250 mg/5 ml suspensão	12J6B4	30/10/2014	Pratidona-duzzi	9.750	2.000
Dimenidrato 25 mg/ml + Piridoxina 5mg/ml gotas	022665	30/05/2014	Vitapan	780	500
Hidro-cortisona 500 mg Ampolas	2596321	30/05/2014	Teuto	4.313	3.000
Metoclopramid a 4% 10 ml gotas	120888	30/07/2014	Mariol	4.780	3.000
Metoclopramid a 10 mg/2ml Ampolas	22284103	30/07/2014	Isofarma	28.800	22.000
Omeprazol 40mg/2ml Ampolas	12075174	30/07/2014	Cristália	3.890	2.000
Prednisona 3mg/ml solução oral	12G74B	11/07/2014	Prati- Donaduzzi	10.000	8.000
Sinvastatina 10 mg comprimidos	AR314	30/05/2014	Sanval	16.000	8.000

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 12 de maio de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração
Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR
Técnico Administrativo

LEI Nº 6.924-ALTERA PPA R\$ 40.000,00-ASME

LEI Nº 6.924/2014

AUTORIZA O REPASSE FINANCEIRO A ENTIDADE ESPORTIVA, COM SEDE E FORO NESTE MUNICÍPIO, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar repasse financeiro em nome do Município de São Miguel do Oeste/SC., destinado a manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades do desporto amador, bem como, na representação do Município em competições oficiais, à ASSOCIAÇÃO SÃO MIGUEL DE ESPORTE - ASME, inscrito no CNPJ/MF sob n. 80.640.527/0001-10, com sede e foro neste Ente Federado, declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº. 3.075, de 11 de maio de 1992, a importância de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), em 08 (oito) parcelas.

Parágrafo Único: A liberação dos recursos objeto da presente Lei fica condicionada a apresentação das negativas municipal, estadual e federal junto a Entidade Repassadora.

Art. 2º É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição bancária oficial, movimentados por cheques nominais e individuais por credor.

Art. 3º A Entidade terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento do recurso, para proceder à boa e regular aplicação e comprovação dos mesmos, junto a Controladoria Interna do Município.

Parágrafo Único. Não se fará à transferência do recurso financeiro a entidade em alcance nem a responsável por duas parcelas recebidas e não prestado contas.

Art. 4º A não obediência das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral dos valores atualizados monetariamente em favor do erário Público Municipal.

Art. 5º As despesas impugnadas pela Contadoria Geral do Município à luz da legislação vigente, serão recolhidas e atualizadas monetariamente em última instância, a favor dos cofres da Municipalidade.

Art. 6º Os saldos não aplicados nos prazos previstos na presente Lei, serão obrigatoriamente recolhidos à conta do Erário da Fundação Repassadora.

Art. 7º São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos o Ordenador Primário (Presidente) e o Ordenador Secundário (Tesorero).

Art. 8º A prestação de contas dos recursos recebidos será apresentada à Contadoria Geral do Município, em uma via e nos prazos previstos nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- a) ofício encaminhando a prestação de contas;
- b) balancete modelo conforme padrão;
- c) extrato bancário de conta Suplementar e conciliação do saldo se for o caso;
- d) fotocópia dos documentos suportes de despesas bem legíveis e sem rasuras e/ou entrelinhas; e,
- e) declaração de lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na receita orçamentária da Entidade.

Parágrafo único. A prestação de contas e demais documentos que comprovarem a boa e regular aplicação dos recursos deverão obrigatoriamente ser assinados pelo Ordenador Primário e Secundário.

Art. 9º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a regulamentar por ato próprio se necessário for, o processo de aplicação e tomada de contas dos recursos transferidos, visando à averiguação do emprego do dinheiro público.

Art. 10. As despesas realizadas a conta dos recursos ora autorizados, quando cabível ao caso, obedecerão aos princípios regimentais do processo licitatório, em consonância com a legislação em vigor.

Art. 11. Fica alterada a Lei nº 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), objetivando reforçar dotação orçamentária para o cumprimento dos determinantes desta Lei.

Art. 12. Em conformidade com o disposto nesta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder por ato próprio, à abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), objetivando a reforçar a dotação abaixo especificada em conformidade com o disposto a seguir:

22 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

27.812.0031.2.093 - Transferência a Instituições Privadas s/Fins Lucrativos.

6 - 3.3.50.00.00.00.00.0080 - Transfer.a Instit.Privadas s/Fins Lucr. R\$ 40.000,00

Art. 13. Para o atendimento do crédito autorizado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à redução da seguinte dotação orçamentária, constante do mesmo orçamento em execução:

22 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

27.812.0224.1.055 - Construção e equipamentno de Ginásios de Esportes

1 - 4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 14. Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2013 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente no que tange a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), destinado ao custeio complementar das despesas originadas com a presente matéria.

Art. 15. Da mesma forma fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013 - PPA - para execução no exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente no que tange a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), objetivando a fazer face às despesas instituídas por esta Lei.

Art. 16. As despesas decorrentes da presente correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 17. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 14 de maio de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR
Técnico Administrativo

LEI Nº 6.925-PRORROGA LOTEAMENTO KUNTZER

LEI Nº 6.925/2014

CONCEDE PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS PARA O TÉRMINO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DO LOTEAMENTO KUNTZER APROVADO E INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL N. 6.659, DE 23 DE JULHO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica concedido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação da presente lei, para o término das obras de implantação do "Loteamento Kuntzer" aprovado e instituído pela Lei Municipal n. 6.659, de 23 de julho de 2012.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 14 de maio de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR
Técnico Administrativo

LEI Nº 6.926-DOAÇÃO BANDEIRA CEDUP

LEI Nº 6.926/2014

AUTORIZA A DOAÇÃO DE BANDEIRA AO CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL GETÚLIO VARGAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a proceder à doação de uma bandeira do Município de São Miguel do Oeste, em tamanho original, ao CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL GETÚLIO VARGAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC;

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei, correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 20 de maio de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

LEI Nº 6.927-ALTERA PPA R\$ 152.019,21-XV DE NOVEMBRO

LEI Nº 6.927/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 152.019,21 (CENTO E CINQUENTA E DOIS MIL, DEZENOVE REAIS E VINTE E UM CENTAVOS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 152.019,21 (cento e cinquenta e dois mil, dezenove reais e vinte e um centavos), objetivando a instituir dotação orçamentária para a revitalização da via e a construção de passeios na Rua XV de Novembro perímetro urbano da Cidade, com a participação financeira do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR/SMOESTE, em conformidade com as

planificações aprovadas pelas partes.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 152.019,21 (cento e cinquenta mil, dezenove reais e vinte e um centavos), em conformidade com o disposto a seguir:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

01 - DESENVOLVIMENTO URBANO

15.451.0537.1.914 - Revitalização da via e a construção de passeios na Rua

XV de Novembro perímetro urbano da Cidade.

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 2.021,86

4.4.90.00.00.00.00.00.0667 - Aplicações Diversas - Excesso Arrecadação R\$ 149.997,35

TOTAL R\$ 152.019,21

Art. 3º Para o atendimento parcial do crédito ora autorizado nesta Lei fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a redução total e/ou parcial da seguinte dotação orçamentária em execução abaixo discriminada:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

01 - DESENVOLVIMENTO URBANO

15.451.0537.1.040 - Aquis.imóveis, constr. e pavi.de ruas e av.da Cidade e Bairros.

127- 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 2.021,86

Art. 4º Para o atendimento complementar do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do provável excesso de arrecadação, constante do Recurso sob Código nº. 0667 - CONVÊNIOS COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, participação financeira do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR/SMOESTE, na ordem de R\$ 149.997,35 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e sete reais e trinta e cinco centavos), em conformidade com as planificações aprovadas pelas partes, em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 152.019,21 (cento e cinquenta e dois mil, dezenove reais e vinte e um centavos), objetivando a instituir dotação orçamentária para a revitalização da via e a construção de passeios na Rua XV de Novembro perímetro urbano da Cidade, segundo Convênio nº. 2014TR000541 de 20 de março de 2013, em conformidade com o disposto em Plano de Trabalho anexo ao Processo nº. SDR010003362/2013 (ERO012915138), aprovado entre as partes ajustadas.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2012 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 152.019,21 (cento e cinquenta e dois mil, dezenove reais e vinte e um centavos), com o intuito de instituir dotação orçamentária para a revitalização da via e a construção de passeios na Rua XV de Novembro perímetro urbano da Cidade, segundo Convênio nº. 2014TR000541 de 20 de março de 2013, em conformidade com o disposto em Plano de Trabalho anexo ao

Processo nº. SDR0100003362/2013 (ERO012915138), aprovado entre as partes avençantes.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 20 de maio de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR
Técnico Administrativo

LEI Nº 6.928-ALTERA PPA R\$ 54.420,00-IMPLANTAÇÃO REDES ABASTECIMENTO DE ÁGUA

LEI Nº 6.928/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTARNA IMPORTÂNCIA DE R\$ 54.420,00 (CINQUENTA E QUATRO MIL, QUATROCENTOS E VINTE REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**TÍTULO I
CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 54.420,00 (Cinquenta e quatro mil, quatrocentos e vinte reais), objetivando a reforçar dotação orçamentária para implantação de redes de abastecimento de água com a colaboração financeira do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR/SMOESTE/SC, segundo planificação aprovada entre as partes avençantes.

**CAPÍTULO II
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementarna importância de R\$ 54.420,00 (Cinquenta e quatro mil, quatrocentos e vinte reais), em conformidade com o disposto a seguir:

17 - SECRETARIA MUNIC.AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
01 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA
17.511.0447.1.078 - Perfuração e instalação de poços tubular profundo.
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 4.424,35
4.4.90.00.00.00.00.00.00667 - Aplicações Diversas - Excesso Arrecadação R\$ 49.995,65
TOTAL R\$ 54.420,00

Art. 3º Art. 3º Para o atendimento parcial do crédito ora autorizado nesta Lei fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a redução total e/ou parcial da seguinte dotação orçamentária em execução abaixo discriminada:

17 - SECRETARIA MUNIC.AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
01 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA
20.608.0088.2.087 - Administr.dos bens e serv. de produção e desenvolv.animal
11- 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 4.424,35

Art. 4º Para o atendimento complementar do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do provável excesso de arrecadação, constante do Recurso sob Código nº. 0667 - CONVÊNIOS COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, participação financeira do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR/SMOESTE, na ordem de R\$ 49.995,65 (Quarenta e nove mil, novecentos e noventa e cinco reais e sessenta e cinco centavos), em conformidade com as planificações aprovadas pelas partes, em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

**CAPÍTULO III
DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Suplementarna ordem de R\$ 54.420,00 (Cinquenta e quatro mil, quatrocentos e vinte reais), objetivando a reforçar dotação orçamentária para implantação de redes de abastecimento de água com a colaboração financeira do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR/SMOESTE/SC, nas Comunidades de Linha Aparecida e Filomena, Linhas Caxias e Waldemar e Linha Jacutinga, segundo planificação aprovada entre as partes avençantes.

**CAPÍTULO IV
DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 6º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2012- LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 através da abertura de um Crédito Adicional Suplementarna importância de R\$ 54.420,00 (Cinquenta e quatro mil, quatrocentos e vinte reais), objetivando a reforçar dotação orçamentária para implantação de redes de abastecimento de água com a colaboração financeira do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR/SMOESTE/SC, segundo planificação aprovada entre as partes avençantes.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 20 de maio de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR
Técnico Administrativo

LEI Nº 6.929-ALTERA PPA R\$ 137.300,00-AQUISIÇÃO AMBULÂNCIA UTI

LEI Nº 6.929/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 137.300,00 (CENTO E TRINTA E SETE MIL E TREZENTOS REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I**CAPÍTULO I****DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 137.300,00 (Cento e trinta e sete mil e trezentos reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias para aquisição de uma Ambulância semi UTI, com a participação de recursos financeiros providos do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL/SMOESTE/SC, para os serviços de Saúde do Município.

CAPÍTULO II**DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 137.300,00 (Cento e trinta e sete mil e trezentos reais), em conformidade com o disposto a seguir:

18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.1.920 - Aquisição de uma Ambulância semi UTI .

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 49.304,43

4.4.90.00.00.00.00.00.0667 - Aplicações Diversas (excesso) R\$ 87.995,57

TOTAL R\$ 137.300,00

Art. 3º Para o atendimento parcial do crédito ora autorizado nesta Lei fica promovida a redução total e/ou parcial da seguinte dotação orçamentária em execução abaixo discriminada:

18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.2.101 - Administração dos bens e serviços da Assistência Médica e Sanitária.

56 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 49.304,43

TOTAL R\$ 49.304,43

Art. 4º Para o atendimento complementar do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do provável excesso de arrecadação, constante do Recurso sob Código nº. 0667 - CONVÊNIOS COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL/SMOESTE/SC, em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

CAPÍTULO III**DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 137.300,00 (Cento e trinta e sete mil e trezentos reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias para aquisição de uma Ambulância semi UTI, com a participação de recursos financeiros providos do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL/SMOESTE/SC, para os serviços de Saúde do Ente Federado.

CAPÍTULO IV**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 6º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2012 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 137.300,00 (Cento e trinta e sete mil e trezentos reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias para aquisição de uma Ambulância semi UTI, com a participação de recursos financeiros providos do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL/SMOESTE/SC, para os serviços de Saúde do Município.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 20 de maio de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

LEI Nº 6.930-ALTERA PPA R\$ 159.951,02-ILUMINAÇÃO CAMPO FUTEBOL LINHA CANELA GAÚCHA

LEI Nº 6.930/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 159.951,02 (CENTO E CINQUENTA E NOVE MIL, NOVECIENTOS E CINQUENTA E UM REAIS E DOIS CENTAVOS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I**CAPÍTULO I****DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para os exercícios financeiros de 2014/2017, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 159.951,02

(Cento e cinquenta e nove mil, novecentos e cinquenta e um reais e dois centavos), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas das obras de execução de Iluminação do campo de futebol da Linha Canela Gaúcha com a participação financeira do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR/SMO/SC.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 159.951,02 (Cento e cinquenta e nove mil, novecentos e cinquenta e um reais e dois centavos), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

22 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

27.812.0224.1.922 - Iluminação do Campo de Futebol d Linha Canela Gaúcha.

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 39.955,76

4.4.90.00.00.00.00.00.0667 - Aplicações Diversas (excesso) R\$ 119.995,26

TOTAL R\$ 159.951,02

Art. 3º Para o atendimento parcial do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a proceder da mesma matéria orçamentária em execução a seguinte dotação abaixo discriminada:

22 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

27.812.0224.1.055 - Construção e equipamentno de Ginásios de Esportes

1 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 39.955,76

Art. 4º Para o atendimento complementar do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do provável excesso de arrecadação, constante do Recurso Código nº. 0667 - CONVÊNIOS COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, participação financeira do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR/SMOESTE, na ordem de R\$ 119.995,26 (cento e dezenove mil, novecentos e noventa e cinco reais e vinte e seis centavos), em conformidade com as planificações aprovadas pelas partes, em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para os exercícios financeiros de 2014/2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 159.951,02 (Cento e cinquenta e nove mil, novecentos e cinquenta e um reais e dois centavos), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas das obras de execução de Iluminação do campo de futebol da Linha Canela Gaúcha com a participação financeira do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR/SMO/SC.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de

2013- LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para os exercícios financeiros de 2014/2017, bem como, no que concerne a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 159.951,02 objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas das obras de execução de Iluminação do campo de futebol da Linha Canela Gaúcha com a participação financeira do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR/SMO/SC., neste Ente Federado.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 20 de maio de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

LEI Nº 6.931-ALTERA PPA R\$ 35.000,00-CRAS

LEI Nº 6.931/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 35.000,00 (TRINTA E CINCO MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para os exercícios financeiros de 2014/2017, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), objetivando a reforçar dotação orçamentária que se evidenciou insuficiente no decorrer do ano financeiro.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

08.244.0487.2.187 - Centro de Referência de Assist.Social - CRAS

27 - 3.3.90.00.00.00.00.00.1172 - Aplicações Diversas R\$ 35.000,00

TOTAL R\$ 35.000,00

Art. 3º Para o atendimento parcial do crédito ora autorizado nesta Lei fica promovida a redução total e/ou parcial da seguinte dotação orçamentária em execução abaixo discriminada:

15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
01 - FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
08.244.0055.1.061 - Constr.e aquis.de euip.to.mtl.perm. para a unidade do CRAS
29 - 4.4.90.00.00.00.00.00.1172 - Aplicações Diversas R\$ 35.000,00
TOTAL R\$ 35.000,00

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para os exercícios financeiros de 2014/2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Suplementar na ordem de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), objetivando a reforçar dotação orçamentária que se evidenciou insuficiente no decorrer do ano financeiro.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2013-LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para os exercícios financeiros de 2014/2017, bem como, no que concerne a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), objetivando a reforçar dotação orçamentária que se evidenciou insuficiente no decorrer do ano financeiro.
Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 20 de maio de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR
Técnico Administrativo

LEI Nº 6.932-ALTERA PPA R\$ 45.000,00-PAC I LEI Nº 6.932/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para os exercícios financeiros de 2014/2017, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), objetivando a instituir dotações

orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas de manutenção e desenvolvimento das atividades voltadas aos serviços de acolhimento de Criança, Adolescente e Jovem, com recursos do cofinanciamento por meio do Piso de Alta Complexidade I - (PAC I), provindos do FNAS/MDS/UNIÃO.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
03 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL
08.243.0483.2.457 - Serviços de Acolhimento de Crianças, Adolescentes
E Jovens - PAC I
3.3.90.00.00.00.00.00.0998 - Aplicações Diversas (excesso) R\$ 45.000,00
TOTAL R\$ 45.000,00

Art. 3º Para o atendimento complementar do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do provável excesso de arrecadação, constante do Recurso Código nº. 0998 - Piso de Alta Complexidade I - (PAC I), participação financeira do FNAS/MDS/UNIÃO, na ordem de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), em conformidade com as planificações aprovadas pelas partes, em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para os exercícios financeiros de 2014/2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas de manutenção e desenvolvimento das atividades voltadas aos serviços de acolhimento de Criança, Adolescente e Jovem, com recursos do cofinanciamento por meio do Piso de Alta Complexidade I - (PAC I), provindos do FNAS/MDS/UNIÃO, neste Município.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2013-LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para os exercícios financeiros de 2014/2017, bem como, no que concerne a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas de manutenção e desenvolvimento das atividades voltadas aos serviços de acolhimento de Criança, Adolescente e Jovem, com recursos do cofinanciamento por meio do Piso de Alta Complexidade I - (PAC I), provindos do FNAS/MDS/UNIÃO, neste Ente Federado.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 20 de maio de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR
Técnico Administrativo

LEI Nº 6.933-ALTERA PPA R\$ 498.300,00-PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA PARQUE EXPOSIÇÕES-FAISMO

LEI Nº 6.933/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 498.300,00 (QUATROCENTOS E NOVENTA E OITO MIL E TREZENTOS REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**TÍTULO I
CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para os exercícios financeiros de 2014/2017, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 498.300,00 (quatrocentos e noventa e oito mil e trezentos reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas das obras de execução da pavimentação asfáltica com drenagem no Parque de Exposições - FAISMO, com a participação financeira do Ministério do Turismo, em conformidade com o disposto nas planificações aprovadas pelas partes avençantes.

**CAPÍTULO II
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 498.300,00 (quatrocentos e noventa e oito mil e trezentos reais), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
01 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
04.122.00537.1.925 - Execução da Pavimentação Asfáltica com Drenagem no Parque de Exposições - FAISMO.
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 10.800,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1128 - Aplicações Diversas (excesso) R\$ 487.500,00
TOTAL R\$ 498.300,00

Art. 3º Para o atendimento parcial do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a proceder da mesma matéria orçamentária em execução a seguinte dotação abaixo discriminada:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
01 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
04.122.0021.2.042 - Adminsitr.dos bens e serv. de Dsenv.Econômico.
114 - 3.3.90.00.00.00.00.00080 - Aplicações Diversas (Redução) R\$ 10.800,00

Art. 4º Para o atendimento complementar do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do provável excesso de arrecadação, constante do Recurso Código nº. 1128 - MINISTÉRIO DO TURISMO, participação financeira do GOVERNO DA UNIÃO/MINISTÉRIO DO TURISMO, na ordem de R\$ 487.500,00 (Quatrocentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais), em conformidade com as planificações aprovadas pelas partes, em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

**CAPÍTULO III
DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para os exercícios financeiros de 2014/2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 498.300,00 (quatrocentos e noventa e oito mil e trezentos reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas das obras de execução da pavimentação asfáltica com drenagem no Parque de Exposições - FAISMO, com a participação financeira do Ministério do Turismo, em conformidade com o disposto nas planificações aprovadas pelas partes ajustadas.

**CAPÍTULO IV
DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 6º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2013- LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para os exercícios financeiros de 2014/2017, bem como, no que concerne a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 498.300,00 (quatrocentos e noventa e oito mil e trezentos reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas das obras de execução da pavimentação asfáltica com drenagem no Parque de Exposições - FAISMO, com a participação financeira do Ministério do Turismo, em conformidade com o disposto nas planificações aprovadas pelas partes contratadas.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 20 de maio de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR
Técnico Administrativo

LEI Nº 6.934-ALTERA PPA R\$ 503.350,00-PAVIMENTAÇÃO PEDRAS IRREGULARES

LEI Nº 6.934/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 503.350,00 (QUINHENTOS E TRÊS MIL, TREZENTOS E CINQUENTA REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para os exercícios financeiros de 2014/2017, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 503.350,00 (Quinhentos e três mil, trezentos e cinquenta reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas com as obras de Pavimentação com Pedras Irregulares, com a participação financeira do Ministério das Cidades conforme planificações aprovadas pelas partes avençantes.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 503.350,00 (Quinhentos e três mil, trezentos e cinquenta reais), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
01 - DESENVOLVIMENTO URBANO
15.451.0537.1.926 - Drenagem Pluvial no Perímetro Urbano da Cidade.
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 10.250,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1036 - Aplicações Diversas (excesso) R\$ 493.100,00
TOTAL R\$ 503.350,00

Art. 3º Para o atendimento parcial do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a proceder da mesma matéria orçamentária em execução a seguinte dotação abaixo discriminada:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
01 - DESENVOLVIMENTO URBANO
15.451.0537.1.040 - Aquis.imóveis, constr. e pavi.de ruas e av.da Cidade e Bairros.
127- 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 10.250,00

Art. 4º Para o atendimento complementar do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do provável excesso de arrecadação, constante do Recurso Código nº. 1036 - MINISTÉRIO DAS CIDADES, participação financeira do GOVERNO DA UNIÃO/MINISTÉRIO DAS CIDADES, na ordem de R\$ 493.100,00 (Quatrocentos e noventa e três mil e cem reais), em conformidade com as planificações aprovadas pelas partes, em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei

Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para os exercícios financeiros de 2014/2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 503.350,00 (Quinhentos e três mil, trezentos e cinquenta reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas com as obras de Pavimentação com Pedras Irregulares, com a participação financeira do Ministério das Cidades conforme planificações aprovadas pelas partes ajustadas.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2013- LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para os exercícios financeiros de 2014/2017, bem como, no que concerne a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 503.350,00 (Quinhentos e três mil, trezentos e cinquenta reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas com as obras de Pavimentação com Pedras Irregulares, com a participação financeira do Ministério das Cidades conforme planificações aprovadas pelas partes contratadas.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 20 de maio de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

LEI Nº 6.935-ALTERA PPA R\$ 298.500,00-IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO INFRAESTRUTURA ESPORTIVA

LEI Nº 6.935/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 298.500,00 (DUZENTOS E NOVENTA E OITO MIL E QUINHENTOS REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para os exercícios financeiros de

2014/2017, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 298.500,00 (Duzentos e noventa e oito mil e quinhentos reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas com as obras de Implantação e Modernização de Infraestrutura Esportiva com a participação financeira do MINISTÉRIO DO ESPORTE, segundo planificações aprovadas pelas partes avençadas.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 298.500,00 (Duzentos e noventa e oito mil e quinhentos reais), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

22 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

27.812.0225.1.927 - Implantação e Modernização de Infraestrutura Esportiva .

4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 6.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0177 - Aplicações Diversas (excesso) R\$ 292.500,00

TOTAL R\$ 298.500,00

Art. 3º Para o atendimento parcial do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a proceder da mesma matéria orçamentária em execução a seguinte dotação abaixo discriminada:

22 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

27.812.0224.1.055 - Construção e equipamentno de Ginásios de Esportes

1 - 4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Art. 4º Para o atendimento complementar do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do provável excesso de arrecadação, constante do Recurso Código nº. 0177 - MINISTÉRIO DO ESPORTE, participação financeira do GOVERNO DA UNIÃO/MINISTÉRIO DO ESPORTE, na ordem de R\$ 292.500,00 (Duzentos e noventa e dois mil e quinhentos reais), em conformidade com as planificações aprovadas pelas partes, em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para os exercícios financeiros de 2014/2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 298.500,00 (Duzentos e noventa e oito mil e quinhentos reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas com as obras de Implantação e Modernização de Infraestrutura Esportiva com a participação financeira do MINISTÉRIO DO ESPORTE, segundo planificações aprovadas pelas partes ajustadas.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de

2013- LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para os exercícios financeiros de 2014/2017, bem como, no que concerne a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 298.500,00 (Duzentos e noventa e oito mil e quinhentos reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas com as obras de Implantação e Modernização de Infraestrutura Esportiva com a participação financeira do MINISTÉRIO DO ESPORTE, segundo planificações aprovadas pelas partes instrumentalizadas.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 20 de maio de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

LEI Nº 6.936-ALTERA PPA R\$ 250.766,00-OBRA DRENAGEM PLUVIAL PERIMETRO URBANO

LEI Nº 6.936/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 250.766,00 (DUZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS E SETECENTOS E SESENTA E SEIS REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para os exercícios financeiros de 2014/2017, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 250.766,00 (duzentos e cinquenta mil reais e setecentos e sessenta e seis reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas com as obras de Implantação de Pavimentação em Ruas da Cidade, com a participação financeira do Ministério das Cidades conforme planificações aprovadas pelas partes avençantes.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 250.766,00 (duzentos e cinquenta mil reais e setecentos e sessenta e seis reais), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
01 - DESENVOLVIMENTO URBANO
15.451.0537.1.928 - Drenagem Pluvial no Perímetro Urbano da Cidade.
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 4.916,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1036 - Aplicações Diversas (excesso) R\$ 245.850,00
TOTAL R\$ 250.766,00

Art. 3º Para o atendimento parcial do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a proceder da mesma matéria orçamentária em execução a seguinte dotação abaixo discriminada:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
01 - DESENVOLVIMENTO URBANO
15.451.0537.1.040 - Aquis.imóveis, constr. e pavi.de ruas e av.da Cidade e Bairros.
127- 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 4.916,00

Art. 4º Para o atendimento complementar do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do provável excesso de arrecadação, constante do Recurso Código nº. 1036 - MINISTÉRIO DAS CIDADES, participação financeira do GOVERNO DA UNIÃO/MINISTÉRIO DAS CIDADES, na ordem de R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais), em conformidade com as planificações aprovadas pelas partes, em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para os exercícios financeiros de 2014/2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 250.766,00 (duzentos e cinquenta mil reais e setecentos e sessenta e seis reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas com as obras de Implantação de Pavimentação em Ruas da Cidade, com a participação financeira do Ministério das Cidades conforme planificações aprovadas pelas partes ajustadas.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2013-LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para os exercícios financeiros de 2014/2017, bem como, no que concerne a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 250.766,00 (duzentos e cinquenta mil reais e setecentos e sessenta e seis reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas com as obras de Implantação de Pavimentação em Ruas da Cidade, com a participação financeira do Ministério das Cidades conforme planificações aprovadas pelas partes avençantes.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 20 de maio de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR
Técnico Administrativo

LEI Nº 6.937-ALTERA PPA R\$ 175.497,17-CONSTRUÇÃO CENTRO COMUNITÁRIO MORADA DO SOL

LEI Nº 6.937/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 175.497,17 (CENTO E SETENTA E CINCO MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E DEZESSETE CENTAVOS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para os exercícios financeiros de 2014/2017, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 175.497,17 (Cento e setenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e sete reais e dezessete centavos), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas com as obras de Construção de um Centro Comunitário na Morada do Sol, com a participação do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR/SMOESTE, segundo planificações aprovadas pelas partes avençadas.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 175.497,17 (Cento e setenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e sete reais e dezessete centavos), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

22 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
27.812.0225.1.930 - Construção de um Centro Comunitário na Morada do Sol.
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 25.499,74
4.4.90.00.00.00.00.00.00667 - Aplicações Diversas (excesso) R\$ 149.997,43
TOTAL R\$ 175.497,17

Art. 3º Para o atendimento parcial do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a proceder da mesma matéria orçamentária em execução a seguinte dotação abaixo discriminada:

22 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO

OESTE

27.812.0224.1.055 - Construção e equipamento de Ginásios de Esportes

1 - 4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 25.499,74

Art. 4º Para o atendimento complementar do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do provável excesso de arrecadação, constante do Recurso Código nº. 0667 - CONVÊNIOS COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, participação financeira do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR/SMOESTE, na ordem de R\$ 149.997,43 (Cento e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e sete reais e quarenta e três centavos), em conformidade com as planificações aprovadas pelas partes, em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

CAPÍTULO III**DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para os exercícios financeiros de 2014/2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 175.497,17 (Cento e setenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e sete reais e dezessete centavos), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas com as obras de Construção de um Centro Comunitário na Morada do Sol, com a participação do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR/SMOESTE, segundo planificações aprovadas pelas partes ajustadas.

CAPÍTULO IV**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 6º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2013-LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para os exercícios financeiros de 2014/2017, bem como, no que concerne a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 175.497,17 (Cento e setenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e sete reais e dezessete centavos), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas com as obras de Construção de um Centro Comunitário na Morada do Sol, com a participação do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR/SMOESTE, segundo planificações aprovadas pelas partes instrumentalizadas.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 20 de maio de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

LEI Nº 6.938-ALTERA PPA R\$ 435.000,00-AÇÃO SOCIAL

LEI Nº 6.938/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTARNA IMPORTÂNCIA DE R\$ 435.000,00 (QUATROCENTOS E TRINTA E CINCO MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,
FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I**CAPÍTULO I****DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 435.000,00 (quatrocentos e trinta e cinco mil reais), objetivando a reforçar dotações orçamentárias que se julgaram insuficientes no decorrer da execução orçamentária no presente ano financeiro.

CAPÍTULO II**DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 435.000,00 (quatrocentos e trinta e cinco mil reais), em conformidade com o disposto a seguir:

02 - PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**01 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**

04.122.0021.2.005 - Administr.geral dos bens e serviços do Gabinete do Prefeito

2 - 3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas
R\$ 25.000,00

06 - ASSESSORIA DE IMPRENSA

04.122.0050.2.010 - Adeministr.geral dos bens e serv. da Assessoria de Imprensa

18- 3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas
R\$ 260.000,00

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**01 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO**

04.122.0021.2.013 - Administração geral dos bens e serv.de respns. do Órgão

26 - 3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas
R\$ 50.000,00

04.122.0021.2.014 - Conservação e manut.do Centro Administrativo Municipal

27 - 3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas
R\$ 30.000,00

15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL**03 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

08.243.0483.2.079 - Adm. dos bens e serv.de Acolhimento Institucional

41 - 3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas
R\$ 70.000,00

Total R\$ 435.000,00

Art. 3º Para o atendimento do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à redução da seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

02 - PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**01 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**

04.122.0043.1.002 - Aquis.de equipto.e matl.perm. p/o Gabinete
3 - 4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas
R\$ 50.000,00
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
02 - TRIBUTAÇÃO
04.129.0043.1.022 - Aquis.equipto.mtl.perm. p/os serv.da unida-
de.
62- 4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas
R\$ 25.000,00
05 - FISCALIZAÇÃO
04.123.0043.1.020 - Aquis.equipto.mtl.perm. p/os serv.da unida-
de.
71- 4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas
R\$ 50.000,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
02 - SETOR DE ENSINO
12.365.0185.1.024 - Construção, ampliação e aquis.de equipto.
mtl.permanente.
99 - 4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas
R\$ 65.000,00
12.361.0188.1.025 - Constr.ampl.e aquis.de área de terra, bem
como equipto. material permanente
79 - 4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas
R\$ 125.000,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
01 - DESENVOLVIMENTO URBANO
15.452.0043.1.037 - Aquis. máquinas, veículos e dem.equipto.p/
serv.do Órgão
134 - 4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas
R\$ 50.000,00
15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
08.244.0244.2.068 - Centro de Referência Espec.de Assist.Social
- CREAS
11 - 3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas
R\$ 70.000,00
Total R\$ 435.000,00

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Suplementarna ordem de R\$ 435.000,00 (quatrocentos e trinta e cinco mil reais), objetivando a reforçar dotações orçamentárias que se julgaram insuficientes no decorrer da execução orçamentária no presente ano financeiro.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2012-LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 através da abertura de um Crédito Adicional Suplemen-
tarna importância de R\$ 435.000,00 (quatrocentos e trinta e cinco mil reais), objetivando a reforçar dotações orçamentárias que se julgaram insuficientes no decorrer da execução orçamentária no presente ano financeiro.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 04 de junho de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

SUINARA MARIA LUCCA FOLMER
Diretora de Gestão

LEI Nº 6.939-DOAÇÃO DE ÁREA DE 97,10 M MARIA DA GRAÇA WASUM MARQUES

LEI Nº 6.939/2014

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE A RECEBER EM DOAÇÃO ÁREA DE 97,10M², DE PROPRIEDADE DE MARIA DA GRAÇA WASUM MARQUES, DESTINADA À RUA 1º DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação em nome do Município de São Miguel do Oeste, parte ideal de 97,10 m² do imóvel matrícula n. 16.209, descrito como lote urbano nº 161, com área de 2.254m², sito à Rua Chui, Município de São Miguel do Oeste/SC, de propriedade de Maria da Graça Wasum Marques, destinada à Rua 1º de Janeiro, conforme planta anexa, que constitui parte integrante da presente Lei.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei serão suportadas pelo orçamento municipal vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 04 de junho de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

SUINARA MARIA LUCCA FOLMER
Diretora de Gestão

LEI Nº 6.940-DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE RESGATE E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS

LEI Nº 6.940/2014

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO CIDADÃ DE RESGATE E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS (ACREDH) E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO CIDADÃ DE RESGATE E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS (ACREDH), com sede na Rua ADOLFO KONDER, nº 1404, no Bairro São Jorge, nesta cidade de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, registrado como pessoa jurídica no Cartório de Registro Civil Títulos e Documentos, protocolado sob o número 2824

e registrado sob o número 4129, folhas 185 no livro A-12, em 16/12/2013, Município de São Miguel do Oeste, inscrito no CNPJ nº 19.858.896/0001-72.

Art. 2º Ficam, igualmente, asseguradas todas as vantagens, prerrogativas e direitos da legislação específica Municipal à Entidade ora declarada de utilidade pública.

Art. 3º Ficam os Setores competentes da Municipalidade autorizados a realizarem todos os procedimentos necessários ao cumprimento da presente Lei.

Art. 4º As despesas decorrentes de aplicação da presente Lei correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 04 de junho de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

SUINARA MARIA LUCCA FOLMER
Diretora de Gestão

LEI Nº 6.941-RUA GUIDO DALLA PORTA

LEI Nº 6.941/2014

DENOMINA DE "RUA GUIDO DALLA PORTA" A ESTRADA ELPÍDIO WUNSCH, LOCALIZADA ENTRE AS RUAS ARNO ERIC SCHWANBACH E CAMPO SALES, NO BAIRRO SÃO JORGE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada de "RUA GUIDO DALLA PORTA", a estrada Elpidio Wunsch, localizada no Bairro São Jorge, Município de São Miguel do Oeste.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão à conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º Ficam os setores competentes da municipalidade autorizados a procederem todos os registros necessários ao fiel cumprimento da presente Lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 04 de junho de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

SUINARA MARIA LUCCA FOLMER
Diretora de Gestão

LEI Nº 6.942-DOAÇÃO ÁREA 441,50 DE CELESTINA, CLAUDIROGER, LEANDRO...

LEI Nº 6.942/2014

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE A RECEBER EM DOAÇÃO ÁREA DE 441,50M², DE PROPRIEDADE DE CELESTINA DOMINGA ROMBALDI, CLAUDIROGER ROMBALDI, LEANDRO LUIZ ROMBALDI, MÁRCIO ROMBALDI E CHARLENE ELIZABETE ROMBALDI HILÁRIO, DESTINADA À RUA JOÃO A. SIMIONI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação em nome do Município de São Miguel do Oeste, parte ideal de 441,50m² do imóvel matrícula n. 27.618, descrito como chácara urbana n. 12, com área de 3.680,00m², sito à Rua São Cristovão, Bairro São Gotardo, Município de São Miguel do Oeste/SC, de propriedade de Celestina Dominga Rombaldi, Claudiroger Rombaldi, Leandro Luiz Rombaldi, Márcio Rombaldi e Charlene Elizabete Rombaldi Hilario, destinada à Rua João A. Simioni, conforme planta anexa, que constitui parte integrante da presente Lei.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei serão suportadas pelo orçamento municipal vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 04 de junho de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

SUINARA MARIA LUCCA FOLMER
Diretora de Gestão

LEI Nº 6.943-DOAÇÃO ÁREA 1536,31 DE CLAUDIR, CLEUSA CLEIDE...

LEI Nº 6.943/2014

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE A RECEBER EM DOAÇÃO ÁREA DE 1.536,31M², DE PROPRIEDADE DE CLAUDIR RODRIGUES DA SILVA, CLEUSA RODRIGUES DA SILVA FRAIDER, CLEIDE RODRIGUES DA SILVA, CLEDI RODRIGUES DA SILVA, CLAUDETE RODRIGUES DA SILVA, MARLICE RODRIGUES DA SILVA, EDSON RODRIGUES DA SILVA, CLARICE RODRIGUES DA SILVA E VICTÓRIO RODRIGUES DA SILVA, DESTINADA À RUA PADRE AURÉLIO CANZI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação em nome do Município de São Miguel do Oeste,

parte ideal de 1.536,31 m² do imóvel urbano matrícula n. 27.014, descrito como parte da área E da subdivisão do Lote Rural n. 85, com área de 18.500m², sito à Rua Willy Barth, Município de São Miguel do Oeste/SC, de propriedade de Claudir Rodrigues da Silva, Cleusa Rodrigues da Silva Fraider, Cleide Rodrigues da Silva, Cleci Rodrigues da Silva, Claudete Rodrigues da Silva, Marlice Rodrigues da Silva, Edson Rodrigues da Silva, Clarice Rodrigues da Silva e Victório Rodrigues da Silva, destinada à Rua Padre Aurélio Canzi, conforme planta anexa, que constitui parte integrante da presente Lei.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei serão suportadas pelo orçamento municipal vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 04 de junho de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração
Esta lei foi publicada
na presente data

SUINARA MARIA LUCCA FOLMER
Diretora de Gestão

LEI Nº 6.944-CREDITO LOA - 7.071.486,42

LEI Nº 6.944/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 7.071.486,42 (SETE MILHÕES, SETENTA E UM MIL, QUATROCENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 7.071.486,42 (sete milhões, setenta e um mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e quarenta e dois centavos), objetivando a instituir dotações orçamentárias para implantação e estruturação de Habitações Populares através do respectivo Órgão.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 7.071.486,42 (sete milhões, setenta e um mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e quarenta e dois centavos), em conformidade com o disposto a seguir:

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

10 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

16.482.0316.1.924 - Aquisição de área, construção e equipamento de Habitações Populares.

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas
R\$ 640.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0128 - Aplicações Diversas
R\$ 300.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1015 - Aplicações Diversas
R\$ 6.000.000,00

16.482.0316.2.260 - Administração geral dos bens e serviços de Habitação Popular

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas
R\$ 66.486,42

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas
R\$ 65.000,00

TOTAL R\$ 7.071.486,42

Art. 3º Para o atendimento parcial do crédito ora autorizado nesta Lei fica promovida a redução total e/ou parcial das seguintes dotações orçamentárias em execução abaixo discriminadas:

15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

04 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

16.482.0316.1.272 - Aquisição de área, construção e equipamento de Habitações Populares.

47 - 4.90.00.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 640.000,00

48 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0128 - Aplicações Diversas
R\$ 300.000,00

49 - 4.4.90.00.00.00.00.00.1015 - Aplicações Diversas
R\$ 6.000.000,00

16.482.0316.2.260 - Administração geral dos bens e serviços de Habitação Popular

50 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas
R\$ 66.486,4251 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 65.000,00

TOTAL R\$ 7.071.486,42

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 7.071.486,42 (sete milhões, setenta e um mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e quarenta e dois centavos), objetivando a instituir dotações orçamentárias para implantação e estruturação de Habitações Populares através do respectivo Órgão.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2012 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 7.071.486,42 (sete milhões, setenta e um mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e quarenta e dois centavos), objetivando a instituir dotações orçamentárias para implantação e estruturação de Habitações Populares através do respectivo Órgão.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 04 de junho de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

SUINARA MARIA LUCCA FOLMER
Diretora de Gestão

LEI Nº 6.945-ALTERA PPA R\$ 77.101,00-LOA

LEI Nº 6.945/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 77.101,00 (SETENTA E SETE MIL, CENTO E UM REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,
FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para os exercícios financeiros de 2014/2017, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 77.101,00 (setenta e sete mil, cento e um reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas das obras de execução da iluminação de pista e recuperação asfáltica junto a pista de kart de propriedade deste Ente Federado, através da colaboração financeira do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR/SMO/SC.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 77.101,00 (setenta e sete mil, cento e um reais), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

02 - SETOR DE ENSINO

04.122.0021.1.921 - Iluminação de Pista de Kart e Recuperação Asfáltica.

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 7.101,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0667 - Aplicações Diversas (excesso) R\$ 70.000,00

TOTAL R\$ 77.101,00

Art. 3º Para o atendimento parcial do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder da mesma matéria orçamentária em execução a seguinte dotação abaixo discriminada:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

01 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

04.122.0021.2.042 - Administ. dos bens e serv. de Desenv. Econômico.

114 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas (Redução) R\$ 7.101,00

Art. 4º Para o atendimento complementar do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do

provável excesso de arrecadação, constante do Recurso Código nº. 0667 - CONVÊNIOS COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, participação financeira do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR/SMOESTE, na ordem de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), em conformidade com as planificações aprovadas pelas partes, em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para os exercícios financeiros de 2014/2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 77.101,00 (setenta e sete mil, cento e um reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas das obras de execução da iluminação de pista e recuperação asfáltica junto a pista de kart de propriedade deste Município.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2013 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para os exercícios financeiros de 2014/2017, bem como, no que concerne a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 77.101,00 (setenta e sete mil, cento e um reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas das obras de execução da iluminação de pista e recuperação asfáltica junto a pista de kart de propriedade deste Ente Federado.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 04 de junho de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

SUINARA MARIA LUCCA FOLMER
Diretora de Gestão

LEI Nº 6.946-CREDITO LOA - 250.766,00

LEI Nº 6.946/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 250.766,00 (DUZENTOS E CINQUENTA MIL, SETECENTOS E SESENTA E SEIS REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,
FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para os exercícios financeiros de 2014/2017, mais precisamente o Orçamento Geral do Município

de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 250.766,00 (duzentos e cinquenta mil, setecentos e sessenta e seis reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas com as obras de Drenagem Pluvial no Perímetro Urbano da Cidade, com a participação financeira do Ministério das Cidades conforme planificações aprovadas pelas partes avençantes.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 250.766,00 (duzentos e cinquenta mil, setecentos e sessenta e seis reais), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
01 - DESENVOLVIMENTO URBANO
17.512.0448.1.926 - Drenagem Pluvial no Perímetro Urbano da Cidade.
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 4.916,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1036 - Aplicações Diversas (excesso) R\$ 245.850,00
TOTAL R\$ 250.766,00

Art. 3º Para o atendimento parcial do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a proceder da mesma matéria orçamentária em execução a seguinte dotação abaixo discriminada:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
01 - DESENVOLVIMENTO URBANO
15.451.0537.1.040 - Aquis.imóveis, constr. e pavi.de ruas e av.da Cidade e Bairros.
127- 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 4.916,00

Art. 4º Para o atendimento complementar do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do provável excesso de arrecadação, constante do Recurso Código nº. 1036 - MINISTÉRIO DAS CIDADES, participação financeira do GOVERNO DA UNIÃO/MINISTÉRIO DAS CIDADES, na ordem de R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais), em conformidade com as planificações aprovadas pelas partes, em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para os exercícios financeiros de 2014/2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 250.766,00 (duzentos e cinquenta mil, setecentos e sessenta e seis reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas com as obras de Drenagem Pluvial no Perímetro Urbano da Cidade, com a participação financeira do Ministério das Cidades conforme planificações aprovadas pelas partes ajustadas.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2013-LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para os exercícios financeiros de 2014/2017, bem como, no que concerne a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 250.766,00 (duzentos e cinquenta mil, setecentos e sessenta e seis reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao

atendimento das despesas com as obras de Drenagem Pluvial no Perímetro Urbano da Cidade, com a participação financeira do Ministério das Cidades conforme planificações aprovadas pelas partes contratadas.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 04 de junho de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

SUINARA MARIA LUCCA FOLMER
Diretora de Gestão

LEI Nº 6.947-RATIFICA TERMO DE CONVÊNIO -SDR LEI Nº 6.947/2014

RATIFICA CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - SÃO MIGUEL DO OESTE E O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,
FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica ratificado o Convênio nº 2014TN001028 celebrado entre o Estado de Santa Catarina, representado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - São Miguel do Oeste e o Município de São Miguel do Oeste.

Art. 2º O referido convênio tem por objeto, "o fornecimento de pedra britada graduada para a melhoria viária das estradas municipais".

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 04 de junho de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

SUINARA MARIA LUCCA FOLMER
Diretora de Gestão

LEI Nº 6948-REGULA POLITICA M. DE ASSIS.SOCIAL
LEI Nº 6948/2014

DEFINE E REGULA OS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO ÂMBITO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido pelo art. 22 da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, denominada Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, consolidada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011.

Art. 2º Benefícios eventuais são as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias residentes no Município de São Miguel do Oeste, em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública.

§ 1º O benefício eventual deve integrar à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas das famílias em situação de vulnerabilidade social.

§ 2º O Município deve garantir igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual.

§ 3º É proibida à exigência de comprovações complexas e vexatórias de pobreza.

§ 4º Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a criança, a pessoa idosa, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e as famílias envolvidas em situações de calamidade pública.

§ 5º Os benefícios eventuais somente serão concedidos mediante estudo socioeconômico ou parecer social, elaborado por:

- I - técnicos que compõem as equipes de referência dos equipamentos sociais - CRAS, CREAS e de alta complexidade;
- II - responsável pela concessão dos benefícios eventuais, vinculado ao órgão gestor.

Art. 3º O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de situações de vulnerabilidade e risco social, cuja ocorrência provoca riscos ou fragiliza a unidade da família.

Art. 4º O critério de renda mensal per capita familiar para acesso aos benefícios eventuais é igual ou inferior a 1/2 (meio) salário mínimo e será concedido conforme dicção do § 5º do Art. 2º.

§ 1º Nos casos em que as famílias não se enquadram no critério de renda mensal per capita familiar, a equipe de referência ou o responsável pelo atendimento dos benefícios eventuais, terá autonomia para a concessão do benefício, por meio de justificativa por escrito, a qual deverá ser juntada ao estudo socioeconômico ou parecer social.

§ 2º Os benefícios de transferência de renda não serão contabilizados para a concessão de benefício eventual.

§ 3º Os benefícios eventuais poderão ser concedidos cumulativamente.

Art. 5º São formas de benefícios eventuais:

- I - o auxílio natalidade;
- II - o auxílio funeral;
- III - as situações de vulnerabilidade temporária;
- IV - a calamidade pública.

Art. 6º O auxílio natalidade atenderá aos seguintes aspectos:

- I - necessidades do recém-nascido;
- II - apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido;
- III - apoio à família no caso de morte da mãe.

§ 1º São documentos essenciais para a concessão do auxílio natalidade:

- I - se o benefício for solicitado antes do nascimento, o responsável

poderá apresentar declaração médica comprovando o tempo gestacional;

II - se for após o nascimento, o responsável deverá apresentar a certidão de nascimento;

III - no caso de natimorto, deverá apresentar certidão de óbito;

IV - comprovante de residência;

V - comprovante de renda de todos os membros familiares;

VI - carteira de identidade e CPF do beneficiado;

§ 2º O benefício pode ser solicitado a partir do 7º (sétimo) mês de gestação até o 30º (trigésimo) dia após o nascimento.

§ 3º O valor conferido ao auxílio natalidade será concedido, respeitando-se critério estabelecidos § 5º, do art. 2º, desta Lei, em bens materiais, podendo ser no valor de:

I - 1/2 (meio) salário mínimo vigente; ou

II - 1 (um) salário mínimo vigente.

§ 4º É vedada a concessão de auxílio natalidade para a família que estiver segurada pelo salário-maternidade, previsto no art. 18, I, "g", da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 7º O auxílio funeral atenderá:

I - despesas de urna funerária, velório e sepultamento;

II - necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de seus provedores ou membros;

III - ressarcimento, no caso de ausência do benefício eventual no momento em que este se fez necessário.

§ 1º São documentos essenciais para o auxílio funeral:

I - atestado de óbito;

II - comprovante de residência;

III - comprovante de renda de todos os membros familiares;

IV - carteira de identidade e CPF do beneficiado.

§ 2º O auxílio funeral será concedido até 30 (trinta) dias após o óbito.

§ 3º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inseridos nos serviços de alta complexidade o responsável pela entidade poderá solicitar o auxílio funeral.

§ 4º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou morador de rua, a Secretaria de Assistência Social será responsável pela concessão do benefício uma vez que não haverá familiar ou instituição para requerer.

§ 5º O valor conferido ao auxílio funeral será de 1 (um) salário mínimo vigente.

Art. 8º A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I - riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II - perdas: privação de bens e de segurança material;

III - danos: agravos sociais.

§ 1º Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I - da falta de alimentação;

II - da falta de documentação;

III - da falta de domicílio, quando:

a) da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;

b) da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

c) de desastres e de calamidade pública;

d) de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

§ 2º São documentos essenciais para o auxílio em situações de vulnerabilidade temporária:

- I - comprovante de residência;
- II - comprovante de renda de todos os membros familiares;
- III - carteira de identidade e CPF do beneficiado.

§ 3º O auxílio em situação de vulnerabilidade temporária será concedido em bens materiais, de forma imediata, ou de acordo com as demandas da família, a partir do estudo socioeconômico ou parecer social realizado por assistente social.

§ 4º Consideram-se bens materiais para efeitos de concessão:

- I - alimentação;
- II - vestuário de cama, mesa e banho;
- III - fotos para documentos pessoais;
- IV - utensílios para a cozinha;
- V - quaisquer outros bens identificados pelas equipes de referência.

§ 5º O valor conferido ao auxílio em situação de vulnerabilidade temporárias (alimentação) será de 1/4 (um quarto) do salário mínimo vigente.

Art. 9º A situação de calamidade pública é reconhecida pelo poder público como sendo uma situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, entre outros eventos da natureza, bem como desabamentos, incêndios, epidemias, ocasionando sérios danos à família ou à comunidade.

§ 1º Poderá ser concedido para atendimento das famílias em situação decorrente de calamidade pública:

- a) alimentação;
- b) vestuário de cama, mesa e banho;
- c) fotos para documentos pessoais;
- d) utensílios para a cozinha;
- e) quaisquer outros bens identificados pelas equipes de referência.

§ 2º São documentos essenciais para o auxílio em situações de calamidade pública, salvo em caso da perda de todos os pertences pessoais:

- I - comprovante de residência;
- II - comprovante de renda de todos os membros familiares;
- III - carteira de identidade e CPF do beneficiado.

Art. 10. Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município:

- I - a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da concessão dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;
- II - a realização de diagnóstico e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais;
- III - a expedição de instruções e a criação de formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

Art. 11. Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social estabelecer critérios e prazos para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social.

Art. 12. Não são provisões da política de assistência social os itens referentes às órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do Município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso.

Art. 13. As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, habitação e demais políticas setoriais não se incluem na

modalidade de benefícios eventuais da assistência social.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Leis nº 5.426, de 18 de novembro de 2004, nº 5.427, de 18 de novembro de 2004 e nº 6.868, de 23 de dezembro de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 13 de junho de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

SUINARA MARIA LUCCA FOLMER

Diretora de Gestão

LEI Nº 6.949 - LOA 210.000,00

LEI Nº 6949/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 210.000,00 (DUZENTOS E DEZ MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 210.000,00 (Duzentos e dez mil reais), objetivando a reforçar dotação orçamentária que se evidenciou insuficiente no transcorrer do presente ano financeiro..

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 210.000,00 (Duzentos e dez mil reais), em conformidade com o disposto a seguir:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

01 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

04.122.0021.2.013 - Administr.geral dos bens e serv.de resp.do Órgão

26 - 3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Direta R\$ 210.000,00

Art. 3º Para o atendimento do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à redução da seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

01 - DESENVOLVIMENTO URBANO

18.541.0326.1.045- Recuperação do antigo lixão, cfe.decisão judicial

138 - 4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

R\$ 210.000,00

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Suplementar na ordem de R\$ 210.000,00 (Duzentos e dez mil reais), objetivando a reforçar dotação orçamentária que se evidenciou insuficiente no transcorrer do presente ano financeiro.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2012-LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 210.000,00 (Duzentos e dez mil reais), objetivando a reforçar dotação orçamentária que se evidenciou insuficiente no transcorrer do ano financeiro.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 13 de junho de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

SUINARA MARIA LUCCA FOLMER

Diretora de Gestão

LEI Nº 6.950 - PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL - OESTEBIO

LEI Nº 6950/2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL A TÍTULO PRECÁRIO A COOPERATIVA MISTA DE PRODUÇÃO, INDUSTRIALIZAÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E PRODUTOS AGROPECUÁRIOS DO SUL DO BRASIL - OESTEBIO COM SEDE EM SÃO MIGUEL DO OESTE, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,
FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar contrato de permissão de uso gratuito, a título precário, com a COOPERATIVA MISTA DE PRODUÇÃO, INDUSTRIALIZAÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E PRODUTOS AGROPECUÁRIOS DO SUL DO BRASIL - OESTEBIO, sediada em São Miguel do Oeste, dos seguintes bens imóveis:

I - 01 (um) Galpão em Alvenaria com área de 1.650,00 m² (Hum mil, seiscentos e cinquenta metros quadrados), localizado na Linha Bela Vista das Flores, São Miguel do Oeste, junto à edificação da Unidade de Beneficiamento de Sementes;

II - 01 (um) Galpão em Alvenaria com área de 524,00m² (quinhentos e vinte e quatro metros quadrados), localizado na Linha Bela Vista das Flores, São Miguel do Oeste, junto à edificação da Unidade de Beneficiamento de Sementes;

III - 01 (um) prédio em alvenaria para escritório com área de 331,36m² (trezentos e trinta e um metros e trinta e seis centímetros quadrados), localizado na Linha Bela Vista das Flores, São Miguel do Oeste, junto à edificação da Unidade de Beneficiamento de Sementes;

IV - 06 (seis) unidades de silos de 129,68m² (cento e vinte e nove metros e sessenta e oito centímetros quadrados) cada unidade, perfazendo um total de 778,08m² (setecentos e setenta e oito metros e oito centímetros quadrados), localizado na Linha Bela Vista das Flores, São Miguel do Oeste, junto à edificação da Unidade de Beneficiamento de Sementes.

§ 1º As edificações, constantes dos incisos I, II, III e IV, encontram-se edificadas no imóvel objeto da Matrícula nº 19.451, do CRISMO.

§ 2º Os bens cedidos se destinam a secagem e armazenagem de cereais a granel ou ensacados dos produtores sócios da cessionária.

Art. 2º A permissão de uso precária será de 36 (trinta) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 3º As ações decorrentes da execução do objeto da presente lei ocorrerão sem ônus ao Município.

Parágrafo Único: A permissionária será responsável pelo pagamento dos valores referentes a despesas com iluminação e água, bem como as despesas com manutenção e reparos dos equipamentos, durante a vigência do contrato.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 6.590/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.

Em 13 de junho de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

SUINARA MARIA LUCCA FOLMER

Diretora de Gestão

LEI Nº 6951-LOA 150.000,00 FUNDAÇÃO DESPORTOL LEI Nº 6951/2014.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,
FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito

Adicional Suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), objetivando a reforçar dotação orçamentária que se julgou insuficiente no decorrer da execução orçamentária no presente ano financeiro.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), em conformidade com o disposto a seguir:

22 - FUNDAÇÃO MUN. DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
01 - FUNDAÇÃO MUN. DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
27.812.0031.2.093 - Transf.a instituições privadas sem fins lucrativos

6 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0080 - Transf.a instituições privadas sem fins lucr.R\$ 150.000,00

Art. 3º Para o atendimento do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à redução da seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

22 - FUNDAÇÃO MUN. DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
01 - FUNDAÇÃO MUN. DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
27.812.0224.1.055 - Construção e equipamento de Ginásios de Esportes

1 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas
R\$ 150.000,00

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Suplementar na ordem de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), objetivando a reforçar dotação orçamentária que se julgou insuficiente no decorrer da execução orçamentária do exercício financeiro corrente.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2012-LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), objetivando a reforçar dotação orçamentária que se julgou insuficiente no decorrer da execução orçamentária no presente ano financeiro.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 13 de junho de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

SUINARA MARIA LUCCA FOLMER
Diretora de Gestão

LEI Nº 6952 - DESMEMBRAMENTO ANTONIO PICHETTI

LEI Nº 6952/2014

ALTERA OS ARTIGOS 1º, 2º E 3º DA LEI Nº 6.746, DE 10 DE MAIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os artigos 1º 2º e 3º da lei 6.746 de 10 de maio de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de parte da Chácara n. 94, com área de 6.664,06 m², situado na Rua Waldemar Rangrab, Bairro São Jorge, perímetro urbano, objeto da matrícula do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste/SC, n. 39.970, de propriedade de Antonio Pichetti.

Art. 2º O projeto de subdivisão de que trata o artigo anterior, com área total de 6.664,06 m², passa a vigorar com o seguinte fracionamento:

I - 3.910,95m², referente a 02 (dois) lotes urbanos;

II - 2.753,11m², área remanescente.

Art. 3º Os lotes, ora criados, passarão a ter as seguintes áreas e descrições:

I - Lote urbano nº 01, com 1.495,58m² de área edificável, confrontando ao Nordeste com parte da mesma chácara nº 94, por linha seca de 59,42m; Ao Sudeste com a Rua Marques do Herval, por linha de 28,80m; Ao Sudoeste com a Rua Waldemar Rangrab, por linha de 37,98m; Ao Oeste com parte da chácara nº 93, por linha seca de 40,10m.

II - Lote urbano nº 02, com área de 2.415,37m² edificáveis, confrontando ao Nordeste com o lote urbano nº 03, por linha seca de 57,63m; Ao Sudeste com a Rua Marques do Herval, por linha de 37,42m; Ao Sudoeste com lote urbano nº 01, por linha seca de 59,42m; Ao Oeste com parte da chácara nº 93, por linha seca de 24,00m; Ao Norte com parte da mesma chácara nº 94, por linha seca de 18,94m; Ao Noroeste com parte da mesma chácara nº 94, por linha seca de 8,14m.

III - Área Remanescente: Lote Urbano nº 03, com área de 2.753,11m², sendo 1.353,00m² de área não edificável APP e 1.400,11 de área edificável, confrontando ao Nordeste com parte da chácara nº 99 e com parte do Lote Rural nº 01, pela Sanga Barro Preto; Ao Sudeste com a Rua Marques do Herval, por linha de 45,18m; Ao Sudoeste com o lote urbano nº 02, por linha seca de 57,63m; Ao Noroeste com parte da chácara nº 93, por linha seca de 4,71m; Ao Oeste com parte da mesma chácara nº 94, por linha seca de 34, 81m.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 13 de junho de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

SUINARA MARIA LUCCA FOLMER
Diretora de Gestão

LEI Nº 6953 - LOTEAMENTO ESPLENDOR - CONCEDE 180 DIAS

LEI Nº 6953/2014

CONCEDE PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS PARA O TÉRMINO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DO LOTEAMENTO ESPLENDOR, APROVADO E INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL N. 6.849, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica concedido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação da presente lei, para o término das obras de implantação do "Loteamento Esplendor", aprovado e instituído pela Lei Municipal n. 6.849, de 29 de novembro de 2013.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 13 de junho de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

SUINARA MARIA LUCCA FOLMER

Diretora de Gestão

LEI Nº 6954 - REPASSE FINANCEIRO GRUPO AMIGO BICHO

LEI Nº 6954/2014

AUTORIZA O REPASSE FINANCEIRO AO GRUPO AMIGO BICHO, COM SEDE E FORO NESTE MUNICÍPIO, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar repasse financeiro em nome do Município de São Miguel do Oeste/SC., ao GRUPO AMIGO BICHO, inscrito no CNPJ/MF sob n. 11.442.474/0001-00, com sede e foro neste Ente Federado, a importância de R\$ 6.950,00 (seis mil novecentos e cinquenta reais), destinado as obras e serviços de cercamento das instalações do Centro de Reabilitação de Animais "THAIS ZIMERMANN DARIFF".

Parágrafo Único: A liberação dos recursos objeto da presente Lei fica condicionada a apresentação das negativas municipal, estadual e federal junto a Entidade Repassadora.

Art. 2º É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição bancária oficial, movimentados por cheques nominais e individuais por credor.

Art. 3º A Entidade terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento do recurso, para proceder à boa e regular aplicação e comprovação dos mesmos, junto a Controladoria Interna do Município.

Parágrafo Único. Não ser fará à transferência do recurso financeiro a entidade em alcance nem a responsável por duas parcelas recebidas e não prestado contas.

Art. 4º A não obediência das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral dos valores atualizados monetariamente em favor do erário Público Municipal.

Art. 5º As despesas impugnadas pela Contadoria Geral do Município à luz da legislação vigente, serão recolhidas e atualizadas monetariamente em última instância, a favor dos cofres da Municipalidade.

Art. 6º Os saldos não aplicados nos prazos previstos na presente Lei, serão obrigatoriamente recolhidos à conta do Erário da Fundação Repassadora.

Art. 7º São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos o Ordenador Primário (Presidente) e o Ordenador Secundário (Tessoureiro).

Art. 8º A prestação de contas dos recursos recebidos será apresentada à Contadoria Geral do Município, em uma via e nos prazos previstos nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- a) ofício encaminhando a prestação de contas;
- b) balancete modelo conforme padrão; extrato bancário de conta Especial e conciliação do saldo se for o caso;
- c) fotocópia dos documentos suportes de despesas bem legíveis e sem rasuras e/ou entrelinhas; e,
- d) declaração de lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na receita orçamentária da Entidade.

Parágrafo único. A prestação de contas e demais documentos que comprovarem a boa e regular aplicação dos recursos deverão obrigatoriamente ser assinados pelo Ordenador Primário e Secundário.

Art. 9º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a regulamentar por ato próprio se necessário for, o processo de aplicação e tomada de contas dos recursos transferidos, visando à averiguação do emprego do dinheiro público.

Art. 10. As despesas realizadas a conta dos recursos ora autorizados, quando cabível ao caso, obedecerão aos princípios regimentais do processo licitatório, em consonância com a legislação em vigor.

Art. 11. Fica alterada a Lei nº 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 6.950,00 (seis mil, novecentos e cinquenta reais), objetivando instituir dotação orçamentária para o cumprimento dos determinantes desta Lei.

Art. 12. Em conformidade com o disposto nesta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder por ato próprio, à abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 6.950,00 (seis mil, novecentos e cinquenta reais), objetivando a instituir a dotação abaixo especificada em conformidade com o disposto a seguir:

09 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

01 - ENCARGOS GERAIS

04.122.0031.2.458 - Transferência a Instituições Privadas s/Fins Lucrativos.

4.4.50.00.00.00.00.00.0080 - Transfer.a Instit.Privadas s/Fins Lucr. R\$ 6.950,00

Art. 13. Para o atendimento do crédito autorizado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à redução da seguinte dotação orçamentária, constante do mesmo orçamento em execução:

02 - PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

07 - CHEFIA DE GABINETE

04.122.0021.2.011 - Admin.geral dos bens e serv.da Assessoria de Gab.

20 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 6.950,00

Art. 14. Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2013 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente no que tange a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 6.950,00 (seis mil, novecentos e cinquenta reais), destinado ao repasse instituído por esta Lei.

Art. 15. Da mesma forma fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013 - PPA - para execução no exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente no que tange a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 6.950,00 (seis mil, novecentos e cinquenta reais), objetivando a fazer face às despesas criadas por esta Lei.

Art. 16. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 13 de junho de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

SUINARA MARIA LUCCA FOLMER
Diretora de Gestão

LEI Nº 6955 – ALTERA PPA R\$ 250.719,00 ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL- EDUCAÇÃO

LEI Nº 6955/2014

ALTERA O PLANO PLURIANUAL - PPA, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E A LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, EM EXECUÇÃO, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 250.719,27 (DUZENTOS E CINQUENTA MIL, SETECENTOS E DEZENOVE REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,
FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2013, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 250.719,27 (duzentos e cinquenta mil, setecentos e dezenove reais e vinte e sete centavos), objetivando a reforçar dotação orçamentária no decorrer do ano financeiro.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 250.719,27 (duzentos e cinquenta mil, setecentos e dezenove reais e vinte e sete centavos), em conformidade com o disposto a seguir:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

02 - SETOR DE ENSINO

12.361.0188.2.029 - Administr. dos bens e serv. do Ens. Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.1018 - Aplicações Diretas R\$ 250.719,27

Art. 3º Para o atendimento do Crédito determinado no artigo anterior deste ato, fica utilizado a utilização dos recursos oriundos do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2013, da fonte de recursos do FUNDEB, na importância de R\$ 250.719,27 (duzentos e cinquenta mil, setecentos e dezenove reais e vinte e sete centavos), em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º e 3º, I, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2013, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Suplementar na ordem de R\$ 250.719,27 (duzentos e cinquenta mil, setecentos e dezenove reais e vinte e sete centavos), objetivando a reforçar dotação orçamentária no presente ano financeiro.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2013 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2013, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente no que tange a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 250.719,27 (duzentos e cinquenta mil, setecentos e dezenove reais e vinte e sete centavos), objetivando a reforçar dotação orçamentária no exercício financeiro.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 13 de junho de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

SUINARA MARIA LUCCA FOLMER
Diretora de Gestão

LEI Nº 6956-REFORMULAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

LEI nº6956/2014

DISPOE SOBRE A REFORMULAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO-CMH, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,
FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO-CMH, criado pela Lei Municipal n. 5.562/2005, fica reformulado na forma da presente lei.

Parágrafo único. O CMH é órgão de caráter consultivo, de assessoramento e deliberativo, vinculado diretamente ao Gabinete do Prefeito Municipal, que tem como objetivo a elaboração, implementação, acompanhamento e fiscalização dos programas de habitação popular e regularização fundiária, no âmbito do Município de São Miguel do Oeste e outros objetivos relacionados ao Fundo Municipal de Habitação.

Art. 2º O CMH tem sua sede junto à Prefeitura Municipal, podendo a mesma ser transferida, a qualquer tempo, por deliberação de seus membros e aprovação do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º Compete ao CMH:

I - propor, deliberar e fiscalizar diretrizes, planos e programas da política habitacional de interesse social do Município;

II - aprovar programas anuais e plurianuais de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Habitação-FMH;

III - propor convênios e demais ações destinadas à execução de projetos habitacionais, de urbanização e de regularização fundiária;

IV - apreciar e emitir pareceres sobre projetos de lei referente à política habitacional do Município e regularização fundiária;

V - aprovar as diretrizes e normas para a gestão do Fundo Municipal de Habitação;

VI - propor e participar da deliberação, junto ao processo de elaboração do PPA, LDO e LOA, sobre a execução de projetos e programas de urbanização, construção de moradias e de regularização fundiária, nos termos da legislação vigente;

VII - estabelecer limites máximos de financiamento, a título oneroso ou a fundo perdido, para as modalidades de atendimento;

VIII - definir política de subsídios na área de financiamento habitacional;

IX - definir a forma de repasse a terceiros dos recursos sob a responsabilidade do Fundo Municipal de Habitação;

X - definir as condições de retorno dos investimentos;

XI - definir os critérios e as formas para a transferência dos imóveis vinculados ao Fundo, aos beneficiários dos programas habitacionais;

XII - definir normas para a gestão do patrimônio vinculado ao Fundo Municipal de Habitação;

XIII - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo, solicitando, se necessário, o auxílio da Secretaria Municipal de Fazenda e Administração;

XIV - acompanhar a execução dos programas sociais de habitação, cabendo-lhe inclusive suspender o desembolso de recursos caso sejam constatadas irregularidades na aplicação;

XV - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentais relativas ao Fundo, nas matérias de sua competência;

XVI - propor medidas de aprimoramento do desempenho do Fundo, bem como outras formas de atuação visando à consecução da política habitacional do Município;

XVII - elaborar seu regimento interno, a ser aprovado pela maioria absoluta de seus conselheiros e homologado por ato do Chefe do Poder Executivo.

XVIII - assessorar os órgãos municipais de execução da políticas

públicas habitacionais, no que for necessário para a implementação das políticas habitacionais e regularização fundiária;

XIX - estabelecer elos de ligação com o Conselho Estadual de Habitação e o Conselho Nacional de Habitação ou similares;

XX - convocar os fóruns municipais de habitação e regularização fundiária.

XXI - convocar a Conferência Municipal de Habitação e Regularização Fundiária;

XXII - demais atividades ligadas às políticas habitacionais municipais.

Art. 4º O CMH, será regido por estatuto próprio e composto pelos seguintes membros:

I- Representantes governamentais:

- a) O diretor de Departamento de Habitação;
- b) O diretor de Departamento de Regularização Fundiária;
- c) Um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- d) Um representante da Secretaria Municipal de Planejamento;
- e) Um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

II - Representantes não governamentais:

- a) Um representante da União das Associações de Moradores de Bairros - UAMB;
- b) Um representante do Sindicato da Construção Civil - SINDUSCON;
- c) Um representante do Coletivo Sindical;
- d) Um representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Extremo Oeste de Santa Catarina - ASSENAR
- e) Um representante das Cooperativas de Crédito.

§ 1º Para cada representante titular, as entidades, órgãos governamentais e comunidades indicarão um suplente.

§ 2º O mandato dos membros do Conselho Municipal de habitação será exercido gratuitamente, ficando expressamente vedada a concessão de qualquer remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária.

§ 3º O Conselho Municipal de Habitação poderá solicitar a colaboração de servidores do Poder Executivo para assessoramento em suas reuniões e atividades.

§ 4º O mandato dos Conselheiros será de dois anos, permitida a recondução mediante a indicação dos seus órgãos representativos.

Art. 5º É dever dos membros do Conselho Municipal de Habitação participar efetivamente das reuniões, ordinárias ou extraordinárias, tendo amplo direito de voto e de discussão.

Art. 6º O membro Conselho Municipal de Habitação que deixar de comparecer em três reuniões consecutivas, ou cinco intercaladas, será excluído do Conselho, assumindo a vaga seu suplente, devendo o órgão ou entidade, no prazo de 30 (trinta) dias subseqüentes da notificação expedida pelo Presidente, indicar novo suplente.

Art. 7º O Presidente do Conselho Municipal de Habitação - CMH, será eleito por seus membros, por um período de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido mais uma vez.

§ 1º Além do presidente o conselho terá uma diretoria que será composta por um Vice-presidente, Secretário e Secretário adjunto, eleitos entre os conselheiros.

§ 2º Na ausência dos titulares, votarão os suplentes.

§ 3º A eleição dar-se-á mediante a participação da maioria absoluta dos membros do conselho.

Art. 8º O Conselho Municipal de Habitação terá seu funcionamento regido por regimento interno próprio e obedecendo as seguintes normas:

I- plenária, como órgão de deliberação;

II- as sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada mês e extraordinariamente quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria dos seus membros.

Art. 9º Os órgãos da Administração Municipal prestarão apoio técnico e administrativo necessários ao funcionamento do Conselho Municipal de Habitação.

Art. 10. As Resoluções do Conselho Municipal de Habitação, após a sua homologação serão objeto de ampla divulgação.

Art. 11. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta dos respectivos Créditos Orçamentários.

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Ficam revogadas as Leis Municipais ns. 5.562/2005, 5.887/2007 e 6.108/2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 13 de junho de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

SUINARA MARIA LUCCA FOLMER

Diretora de Gestão

LEI Nº 6957 –AUTORIZA O MUNICÍPIO RECEBER EM DOAÇÃO DE JANETE FATIMA DE PIZZOL

LEI Nº 6957/2014

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE A RECEBER EM DOAÇÃO ÁREA DE 95,58M², DE PROPRIEDADE DE JANETE FÁTIMA DE PIZZOL, DESTINADA À RUA JOSÉ BERNARDI E À OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação em nome do Município de São Miguel do Oeste, parte ideal do imóvel lote urbano nº 01-A, constante da subdivisão do lote nº 01, com área de 95,58m², confrontando ao Norte com a Rua José Bernardi, numa extensão de 6,10m; ao Leste com os lotes urbanos nº 01-B e 01-A, por linha seca de 17,24m; ao Sul com a Rua José Bernardi, numa extensão de 5,53m; ao Oeste com a Rua José Bernardi, numa extensão de 16,49m, de propriedade de Janete Fátima de Pizzol, destinada à Rua José Bernardi, conforme planta anexa, que constitui parte integrante da presente Lei.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei serão suportadas pelo orçamento municipal vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 13 de junho de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

SUINARA MARIA LUCCA FOLMER

Diretora de Gestão

LEI Nº 6958 –ALTERAPPAR\$491.700,00-SECRETARIA DESENVOLVIMENTO URBANO

LEI Nº 6958/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 491.700,00 (QUATROCENTOS E NOVENTA E UM MIL E SETECENTOS REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para os exercícios financeiros de 2014/2017, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 491.700,00 (quatrocentos e noventa e um mil e setecentos reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas com as obras de Pavimentação com Pedras Irregulares, com a participação financeira do Ministério das Cidades conforme planificações aprovadas pelas partes avençantes.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 491.700,00 (quatrocentos e noventa e um mil e setecentos reais), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

01 - DESENVOLVIMENTO URBANO

15.451.0537.1.931 - Pavimentação com Pedras Irregulares -

4.4.90.00.00.00.00.1036 - Aplicações Diversas (excesso) R\$ 491.700,00

TOTAL R\$ 491.700,00

Art. 3º Para o atendimento complementar do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do provável excesso de arrecadação, constante do Recurso Código nº. 1036 - MINISTÉRIO DAS CIDADES, participação financeira do GOVERNO DA UNIÃO/MINISTÉRIO DAS CIDADES, na ordem de R\$ 491.700,00 (quatrocentos e noventa e um mil e setecentos reais), em conformidade com as planificações aprovadas pelas partes, em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e

3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para os exercícios financeiros de 2014/2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 491.700,00 (quatrocentos e noventa e um mil e setecentos reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas com as obras de Pavimentação com Pedras Irregulares, com a participação financeira do Ministério das Cidades conforme planificações aprovadas pelas partes ajustadas.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2013-LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para os exercícios financeiros de 2014/2017, bem como, no que concerne a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 491.700,00 (quatrocentos e noventa e um mil e setecentos reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas com as obras de Pavimentação com Pedras Irregulares, com a participação financeira do Ministério das Cidades conforme planificações aprovadas pelas partes contratadas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 13 de junho de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

SUINARA MARIA LUCCA FOLMER
Diretora de Gestão

LEI Nº 6959- AUTORIZA PAGAMENTO DE TAXA DE CONDOMÍNIO - SALA COMERCIAL 203-PORTELA CENTER

LEI Nº 6959/2014
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO RECONHECER DÉBITO E EFETUAR O PAGAMENTO DE TAXA DE CONDOMÍNIO E FUNDO RESERVA REFERENTE À SALA COMERCIAL N. 203 LOCALIZADA JUNTO AO CONDOMÍNIO PORTELA CENTER, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a reconhecer o débito e liquidá-lo junto ao Condomínio Portela Center, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF n. 80.626.203/0001-27, no valor de R\$ 12.221,25 (doze mil, duzentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos), referente ao período de junho de 2005 à abril de 2014 do condomínio da Sala Comercial n. 203, junto ao prédio Portela Center, imóvel objeto da Matrícula do CRISMO n. 26.549, de propriedade do Município de

São Miguel do Oeste, SC.

Parágrafo único. O pagamento do valor constante do caput dar-se-á em até 30 dias após a publicação da presente lei.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão a conta do orçamento vigente para o exercício de 2014, na seguinte rubrica orçamentária: 03.03-04.122.0021.2.017-35-3390.000080.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 13 de junho de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

SUINARA MARIA LUCCA FOLMER
Diretora de Gestão

LEI Nº 6960- ALTERA PPA R\$ 185.000,00- ABERTURA DE UM DRÉDITO ADICIONAL- SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

LEI Nº 6960/2014
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 185.000,00 (CENTO E OITENTA E CINCO MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,
FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para os exercícios financeiros de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com as obras de Construção da Cobertura da Quadra Escolar no Bairro São Jorge, mais propriamente para servir a Escola Municipal José Veronese, em conformidade com o projeto aprovado pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e nosso Município.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
02 - SETOR DE ENSINO
27.361.0188.1.932 - Construção da Cobertura de Quadra Escolar.
4.4.90.00.00.00.00.1017 - Aplicações Diversas (excesso)

R\$ 185.000,00

TOTAL

R\$ 185.000,00

Art. 3º Para o atendimento ao crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do provável excesso de arrecadação, constante do Recurso Código nº. 1017 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - EDUCAÇÃO, oriundo do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, na ordem de R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais), em conformidade com as planificações aprovadas pelas partes, em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

CAPÍTULO III**DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para os exercícios financeiros de 2014/2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com as obras de construção da Cobertura de Quadra Escolar no Bairro São Jorge, mais propriamente para servir a Escola Municipal José Veronese, em conformidade com o projeto aprovado pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e nosso Município.

CAPÍTULO IV**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2013 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para os exercícios financeiros de 2014/2017, bem como, no que concerne a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com as obras de construção da Cobertura de Quadra Escolar no Bairro São Jorge, mais propriamente para servir a Escola Municipal José Veronese, em conformidade com o projeto aprovado pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e nosso Município.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 13 de junho de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

SUINARA MARIA LUCCA FOLMER
Diretora de Gestão

LEI Nº 6961-PARCELAMENTO E REPARCELAMENTO FAZENDA

LEI Nº 6961/2014

DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO E REPARCELAMENTO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E EXTRAORÇAMENTÁRIOS DA FAZENDA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica estabelecido o parcelamento e reparcelamento dos créditos orçamentários e extra-orçamentários vencidos junto a Fazenda Municipal, inscritos em dívida ativa ou não, ajuizados ou não, bem como os encargos decorrentes do seu inadimplemento, poderão ser parcelados e reparcelados de acordo com os critérios estabelecidos nesta Lei.

§ 1º Os parcelamentos ficam limitados em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, e sucessivas, com valores expressos em reais.

§ 2º o pedido de ingresso no parcelamento e reparcelamentos serão efetivados com o recolhimento da primeira parcela, exigível até o último dia do mês do requerimento,

§ 3º caso o pagamento da primeira parcela não for efetuado até a data do vencimento, o pedido será cancelado e arquivado.

§ 4º Os créditos objeto de parcelamento ou reparcelamento, compreendem o valor principal, a atualização monetária, os juros e multas incidentes até a data da concessão do benefício.

§ 5º No caso de parcelamento ou reparcelamento serão aplicados, a partir da data da assinatura do termo de adesão, atualização monetária prefixada conforme IGPM e juros a razão de 1% (um por cento) ao mês.

§ 6º O atraso no pagamento de qualquer parcela do parcelamento ou reparcelamento importará no acréscimo de multa de 0,20% ao dia, até o limite de 4% sobre o valor atualizado da parcela, e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir do vencimento, computando-se como mês completo qualquer fração dele.

§ 7º o parcelamento ou reparcelamento serão em parcelas mensais exigíveis até o último dia de cada mês, a contar da formalização do pedido, sendo que a parcela mínima não poderá ser inferior a R\$ 70,00 (setenta reais) mensais.

§ 8º as parcelas corrigidas do parcelamento ou reparcelamento, deverão ser retiradas pelo contribuinte junto a o setor de tributação.

§ 9º Independente de prévia notificação, será automaticamente cancelado o parcelamento ou reparcelamento inadimplido por 02 (dois) meses, sucessivos ou não.

Art. 2º O cancelamento do parcelamento ou reparcelamento implicará:

I - a exigibilidade imediata da totalidade dos créditos parcelados ainda não pagos, na forma da legislação aplicável;

II - a retomada do curso do processo, nos casos de parcelamentos de créditos objeto de execução fiscal, na forma das Leis aplicáveis a espécie.

Art. 3º Em caso de inadimplemento do parcelamento já inscrito na Dívida Ativa ou não, ajuizada ou não, será permitido à Fazenda Municipal conceder até 02 (dois) novos processos de reparcelamento da seguinte forma:

I - O primeiro reparcelamento em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, com valores expressos em reais, com entrada mínima no ato do reparcelamento de 10% (dez por cento) do total do débito reparcelado.

II- O segundo reparcelamento em até 24 (vinte e quatro) prestações mensais e sucessivas com valores expressos em reais, com entrada mínima no ato do reparcelamento de 20% (vinte por cento) do total do débito reparcelado.

Art. 4º Ao requerer o parcelamento o contribuinte deverá desistir expressamente da discussão administrativa ou judicial do respectivo crédito, assumindo as custas judiciais, caso em que a eficácia da desistência fica vinculada ao deferimento do pedido.

Art. 5º A adesão do contribuinte ao parcelamento ou reparcelamento, interrompe a contagem dos prazos prescricionais e

decadenciais dos créditos tributários.

Art. 6º Nas transferências de imóveis, os débitos a que eles se referirem, mesmo parcelados ou reparcelados, deverão ser quitados na sua totalidade.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 13 de junho de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

SUINARA MARIA LUCCA FOLMER

Diretora de Gestão

LEI Nº 6962- ALTERA PPA R\$ 560.000,00 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

LEI Nº 6962/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTARNA IMPORTÂNCIA DE R\$ 560.000,00 (QUINHENTOS E SESSENTA MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais), objetivando a reforçar dotações orçamentárias que se julgaram insuficientes no decorrer da execução orçamentária no presente ano financeiro.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais), em conformidade com o disposto a seguir:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

01 - DESENVOLVIMENTO URBANO

15.452.0021.2.045 - Administração geral dos bens e serv.de desenv.urbano

130 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

15.452.0329.2.046 - Adm.geral dos bens e serv.de arboriz.e ajardin.

133 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 160.000,00

Total R\$ 560.000,00

Art. 3º Para o atendimento do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

01 - DESENVOLVIMENTO URBANO

15.451.0537.1.040 - Aquis.imóv.constr. e pavim.de ruas e av. da Cidade e Bairros

127 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

18.541.0326.1.045- Recuperação do Antigo Lixão, cfe.Decisão Judicial

138 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

R\$ 160.000,00

Total R\$ 560.000,00

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Suplementar na ordem de R\$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais), objetivando a reforçar dotações orçamentárias que se julgaram insuficientes no decorrer da execução orçamentária no presente ano financeiro.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2012 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais), objetivando a reforçar dotações orçamentárias que se julgaram insuficientes no decorrer da execução orçamentária no presente ano financeiro.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 13 de junho de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

SUINARA MARIA LUCCA FOLMER

Diretora de Gestão

LEI Nº 6963-CRIAÇÃO DE ÁREA ESPECIAL DE INTERESSE DE MINERAÇÃO

LEI Nº 6963/2014

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE ÁREA ESPECIAL DE INTERESSE DE MINERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica criada junto ao lote nº 12, localizado na Linha Veado, Interior do Município de São Miguel do Oeste, nos termos do § 2º, do art. 91, da Lei Complementar Municipal nº 02/2011, área

especial de interesse de Mineração - AEM para exploração das atividades de extração e beneficiamento de pedras.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 13 de junho de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

SUINARA MARIA LUCCA FOLMER
Diretora de Gestão

LEI Nº 6964-DOAÇÃO ÁREA DE TERRA AO ESTADO DE SANTA CATARINA - DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL

LEI Nº 6964/2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, PROCEDER EM NOME DO MUNICÍPIO, A DOAÇÃO, COM ENCARGOS, DE ÁREA DE TERRA AO ESTADO DE SANTA CATARINA, ESPECIFICAMENTE À DELEGACIA-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,
FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município de São Miguel do Oeste, a doar ao ESTADO DE SANTA CATARINA, especificamente à DELEGACIA-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA, área de terra registrada sob a matrícula nº 9.316, Lote n. 39, com área de 9.529,05m², sito no Loteamento Rodolfo Spier, neste Município, confrontando ao norte com a Avenida Getúlio Vargas, medindo 119,10 metros; ao oeste com a Rua Salgado Filho, medindo 90,53 metros; ao sul com a Rua "E", medindo 95,70 metros; ao leste com o lote urbano nº 40, por duas linhas secas, medindo 60 metros e 23,80 metros, respectivamente; novamente ao leste com a rua "C", com a finalidade específica de construção das Delegacias da Comarca, da Mulher e de Trânsito.

Art. 2º A área de terra a ser doada destina-se exclusivamente para a Delegacia-Geral de Polícia Civil de Santa Catarina proceder a construção das Delegacias da Comarca, da Mulher e de Trânsito, no prazo de 02 (dois) anos, prorrogáveis por igual período, vedado o seu desvio de finalidade, sob pena de imediata reversão do bem ao patrimônio público municipal.

Art. 3º Fica autorizado o Executivo Municipal, após processada a doação, a realizar todos os registros contábeis e patrimoniais necessários ao cumprimento da presente lei.

Art. 4º Em caso de reversão dos bens móveis descritos na presente lei ao patrimônio público municipal, esta ocorrerá sem ônus ao Erário Público Municipal.

Art. 5º Todas as despesas oriundas do bem doado, correrão a partir da sua transferência, à conta da Delegacia-Geral da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 13 de junho de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

SUINARA MARIA LUCCA FOLMER
Diretora de Gestão

LEI Nº 6965-UTILIDADE PÚBLICA-ASSOCIAÇÃO MIGUELOESTINA AMIGO DO HANDEBOL (AMAHAND)

LEI Nº 6965/2014

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO MIGUELOESTINA AMIGOS DO HANDEBOL (AMAHAND), LOCALIZADO NA RUA DOUTOR GUILHERME JOSÉ MISSEN, COM SEDE E FORO NESTE MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública A ASSOCIAÇÃO MIGUELOESTINA AMIGOS DO HANDEBOL (AMAHAND), com sede na Rua Doutor Guilherme José Missen, número 288, apartamento 404, Edifício Vila Oeste, foro e comarca neste Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, registrado como Associação Privada no Cartório de Registros Civil, Títulos e Documentos, no livro A-2, às fls. 022, sob o nº 719, em 26/03/1996, na Comarca do Município de São Miguel do Oeste, inscrita no CNPJ nº 19.491.160/0001-09.

Art. 2º Ficam os Setores competentes da Prefeitura Municipal, autorizados a procederem todos os atos necessários ao cumprimento fiel da presente Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes de aplicação da presente Lei, correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 13 de junho de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

SUINARA MARIA LUCCA FOLMER
Diretora de Gestão

LEI Nº 6966- ALTERA PPAR\$ 510.000,00- ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL- SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

LEI Nº 6966/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 510.000,00 (QUINHENTOS E DEZ MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para os exercícios financeiros de 2014/2017, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 510.000,00 (Quinhentos e dez mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com as obras de construção da Quadra Escolar Coberta com Vestiário no Bairro Agostini, mais propriamente para servir a Escola Municipal Amália Daltoé Agostini, em conformidade com o projeto aprovado pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e nosso Município.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 510.000,00 (Quinhentos e dez mil reais), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	
02 - SETOR DE ENSINO	
27.361.0188.1.933 - Construção da Quadra Escolar Coberta com Vestiário.	
4.4.90.00.00.00.00.1017 - Aplicações Diversas (excesso)	
R\$ 510.000,00	
TOTAL	R\$ 510.000,00

Art. 3º Para o atendimento ao crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do provável excesso de arrecadação, constante do Recurso Código nº. 1017 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - EDUCAÇÃO, oriundo do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, na ordem de R\$ 510.000,00 (Quinhentos e dez mil reais), em conformidade com as planificações aprovadas pelas partes, em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para os exercícios financeiros de 2014/2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 510.000,00 (Quinhentos e dez mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com as obras de construção da Quadra Escolar Coberta com Vestiário no Bairro Agostini, mais propriamente para servir a Escola Municipal Amália Daltoé Agostini, em conformidade com o projeto aprovado pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e nosso Município.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2013- LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para os exercícios financeiros de 2014/2017, bem como, no que concerne a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 510.000,00 (Quinhentos e dez mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com as obras de construção da Quadra Escolar Coberta com Vestiário no Bairro Agostini, mais propriamente para servir a Escola Municipal Amália Daltoé Agostini, em conformidade com o projeto aprovado pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e nosso Município.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 13 de junho de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

SUINARA MARIA LUCCA FOLMER
Diretora de Gestão

LEI Nº 6967 - ALTERA CONSELHO DEFESA DO CONSUMIDOR

LEI Nº 6967/2014

ALTERA O INCISO IV DO ARTIGO 4º DA LEI MUNICIPAL Nº 4.908 DE 27 DE JUNHO DE 2002, ALTERADO PELAS LEIS MUNICIPAIS N. 5.563, DE 31 DE OUTUBRO DE 2005, 6.235, DE 05 DE OUTUBRO DE 2009, 6.267 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2009 E 6.467, DE 25 DE MARÇO DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O inciso IV do artigo 4º da Lei Municipal nº 4.908 de 27 de junho de 2002, alterado pelas Leis Municipais n. 5.563, de 31 de outubro de 2005, 6.235, de 05 de outubro de 2009, 6.267 de 14 de dezembro de 2009 e 6.467, de 25 de março de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º O Conselho Municipal de Defesa do Consumidor -CMDC, é composto, por representantes do Poder Público e de Entidades representativas, ficando assim representado:

[...]

IV - um representante da Secretaria Municipal de Saúde;

[...]

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 13 de junho de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

SUINARA MARIA LUCCA FOLMER
Diretora de Gestão

LEI Nº 6968 – AUTORIZA O MUNICÍPIO CELEBRAR TERMO DE ADESÃO AO PROGRAMA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

LEI Nº 6968/2014

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE A CELEBRAR TERMO DE ADESÃO AO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS COM PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO E DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,
FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar termo de adesão ao Programa de Aquisição de Alimentos, com participação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Estado de Santa Catarina, para a execução do programa.

Art. 2º Ficam os setores competentes da Municipalidade autorizados a proceder todos os atos necessários a celebração do termo de adesão nº 0900/2013, referente ao Programa de Aquisição de Alimentos.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta das rubricas orçamentárias vigentes.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 13 de junho de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

SUINARA MARIA LUCCA FOLMER
Diretora de Gestão

LEI Nº 6969 ALTERA PPA R\$ 52.650,00-SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

LEI Nº 6969/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 52.650,00 (CINQUENTA E DOIS MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,
FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 52.650,00 (cinquenta e dois mil, seiscientos e cinquenta reais), objetivando a instituir dotação orçamentária destinada ao pagamento de repasses financeiros à APAE, no transcorrer do presente ano financeiro.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 52.650,00 (cinquenta e dois mil, seiscientos e cinquenta reais), em conformidade com o disposto a seguir:

15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
01 -FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
08.242.0031.2.065 - Transferências a inst. Privadas s/fins lucrativos
52 - 3.3.50.00.00.00.00.0080 - Transfer. a inst. Privadas s/fins lucrativos R\$ 52.650,00

Art. 3º Para o atendimento do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à redução da seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
01 -FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
08.241.0485.1.064 - Constr.do Centro e aquis.de equipto. Móv.e utens.
5 - 4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 52.650,00

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 52.650,00 (cinquenta e dois mil, seiscientos e cinquenta reais), objetivando a instituir dotação orçamentária destinada ao pagamento de repasses financeiros à APAE, no transcorrer do ano financeiro.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2012- LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 52.650,00 (cinquenta e dois mil, seiscientos e cinquenta reais), objetivando a instituir dotação orçamentária destinada ao pagamento de repasses financeiros à APAE, no transcorrer do ano financeiro.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em, 13 de junho de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

SUINARA MARIA LUCCA FOLMER
Diretora de Gestão

LEI Nº 6970-ALTERAPPAR\$ 185.000,00-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

LEI Nº 6.970/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 185.000,00 (CENTO E OITENTA E CINCO MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,
FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para os exercícios financeiros de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com as obras de Construção da Cobertura da Quadra Escolar no Bairro São Jorge, mais propriamente para servir a Escola Municipal José Veronese, em conformidade com o projeto aprovado pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e nosso Município.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	
02 - SETOR DE ENSINO	
27.361.0188.1.932 - Construção da Cobertura de Quadra Escolar.	
4.4.90.00.00.00.00.1017 - Aplicações Diversas (excesso)	
R\$ 185.000,00	
TOTAL	R\$ 185.000,00

Art. 3º Para o atendimento ao crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do provável excesso de arrecadação, constante do Recurso Código nº. 1017 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - EDUCAÇÃO, oriundo do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, na ordem de R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais), em conformidade com as planificações aprovadas pelas partes, em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para os exercícios financeiros de 2014/2017, em conformidade com o disposto neste ato,

relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com as obras de construção da Cobertura de Quadra Escolar no Bairro São Jorge, mais propriamente para servir a Escola Municipal José Veronese, em conformidade com o projeto aprovado pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e nosso Município.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2013 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para os exercícios financeiros de 2014/2017, bem como, no que concerne a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com as obras de construção da Cobertura de Quadra Escolar no Bairro São Jorge, mais propriamente para servir a Escola Municipal José Veronese, em conformidade com o projeto aprovado pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e nosso Município.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 13 de junho de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração
Esta lei foi publicada
na presente data

SUINARA MARIA LUCCA FOLMER
Diretora de Gestão

LEI Nº 6971-LOTEAMENTO VALE VERDE-JAIRO IZÉ

LEI Nº 6.971/2014

APROVA O PROJETO DE SUBDIVISÃO DE ÁREA DE TERRAS SITUADA NO PERÍMETRO URBANO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, DE PROPRIEDADE DE JAIRO IZÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,
FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica aprovado o projeto da subdivisão de parte da chácara nº 12, com área de 28.758,29m², localizada na Zona Residencial Dois, Setor C (ZR-2), situada no Bairro São Gotardo, perímetro urbano desta cidade, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste/SC, sob o nº 18.784, de propriedade de Jairo Izé, ficando subdividido o referido imóvel na forma de loteamento.

Art. 2º O projeto de subdivisão de que trata o artigo anterior, passa a vigorar com o seguinte fracionamento e distribuição de áreas:

- I - 15.331,71m², referente a 39 (trinta e nove) lotes urbanos vendáveis;
- II - 6.538,96m², referente a área de ruas;
- III - 3.370,06m², destinados para área verde;
- IV - 2.537,45m², de Área de Preservação Permanente;
- V - 980,11m², referente aos lotes de n. 40 e 41, para fins de uso institucional;

Art. 3º A subdivisão de que trata a presente lei, passa a se denominar de "LOTEAMENTO VALE VERDE".

Art. 4º Os lotes, ora criados, passarão a ter as seguintes áreas e descrições:

I- Lote Urbano nº 01 do Loteamento Vale Verde, com área de 462,00m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote urbano nº 02, medindo 19,30m; Ao Leste, com parte do lote urbano nº 01, do Loteamento Venorino Bedin, medindo 32,73m; Ao Sul, com a Rua João A. Simioni, medindo 3,85m; Ao Oeste, com a Rua Projetada nº 01, medindo em linha reta 27,47m e por arco de circunferência de raio 5,00m, medindo 9,08m.

II - Lote Urbano nº 02 do Loteamento Vale Verde, com área de 423,11m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote urbano nº 03, medindo 25,00m; Ao Leste, com parte dos lotes urbanos nº 01 e 02, do Loteamento Venorino Bedin, medindo 19,93m; Ao Sul, com o lote urbano nº 01, medindo 19,30m; Ao Oeste, com a Rua Projetada nº 01, medindo 19,10m.

III - Lote Urbano nº 03 do Loteamento Vale Verde, com área de 408,55m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote urbano nº 04, medindo 29,47m; Ao Leste, com parte do lote urbano nº 02, do Loteamento Venorino Bedin, e com parte da chácara nº 13, medindo 15,65m; Ao Sul, com o lote urbano nº 02, medindo 25,00m; Ao Oeste, com a Rua Projetada nº 01, medindo 15,00m.

IV - Lote Urbano nº 04 do Loteamento Vale Verde, com área de 475,64m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote urbano nº 05, medindo 33,95m; Ao Leste, com parte da chácara nº 13, medindo 15,65m; Ao Sul, com o lote urbano nº 03, medindo 29,47m; Ao Oeste, com a Rua Projetada nº 01, medindo 15,00m.

V - Lote Urbano nº 05 do Loteamento Vale Verde, com área de 504,47m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote urbano nº 06, medindo 38,12m; Ao Leste, com parte da chácara nº 13, medindo 14,61m; Ao Sul, com o lote urbano nº 04, medindo 33,95m; Ao Oeste, com a Rua Projetada nº 01, medindo 14,00m.

VI - Lote Urbano nº 06 do Loteamento Vale Verde, com área de 557,86m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 07, medindo 39,30m; Ao Nordeste, com parte da chácara nº 12 (Área Verde), medindo 3,92m; Ao Leste, com parte da chácara nº 13, medindo 11,09m; Ao Sul, com o lote urbano nº 05, medindo 38,12m; Ao Oeste, com a Rua Projetada nº 01, medindo 14,00m.

VII - Lote Urbano nº 07 do Loteamento Vale Verde, com área de 470,45m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 08, medindo 31,45m; Ao Nordeste, com parte da chácara nº 12 (Área Verde), medindo 15,45m; Ao Sul, com o lote urbano nº 06, medindo 39,30m; Ao Oeste, com a Rua Projetada nº 01, medindo 13,30m.

VIII - Lote Urbano nº 08 do Loteamento Vale Verde, com área de 458,40m², confrontando-se: Ao Noroeste, com parte da chácara nº 12 (Área Verde), medindo 20,37; Ao Nordeste, com parte da chácara nº 12 (Área Verde), medindo 23,67m; Ao Sul, com o lote urbano nº 07, medindo 31,45m; Ao Oeste, com a Rua Projetada nº 01, medindo 14,21m.

IV - Lote Urbano nº 09 do Loteamento Vale Verde, com área de 431,84m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada nº 04, medindo em linha reta 13,00m e por um arco de circunferência de raio 5,00m, medindo 3,53m; Ao Leste, com a Rua Projetada nº 01, medindo em linha reta 17,21m e por um arco de circunferência de raio 5,00m, medindo 3,53m; Ao Sul, com parte do lote urbano nº 11, medindo 20,88m; Ao Oeste, com o lote urbano nº 10, medindo 25,48m.

X - Lote Urbano nº 10 do Loteamento Vale Verde, com área de 516,24m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada nº 04, medindo em linha reta 10,58m e por um arco de circunferência de raio 5,00m, medindo 2,91m; Ao Leste, com o lote urbano nº 09, medindo 25,48m; Ao Sul, com o lote urbano nº 12 e parte

do lote urbano nº 11, medindo 26,47m; Ao Noroeste, com a Rua Projetada nº 04, medindo em linha reta 27,81m e por um arco de circunferência de raio 5,00m, medindo 2,91m.

XI - Lote Urbano nº 11 do Loteamento Vale Verde, com área de 386,76m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote urbano nº 09 e parte do lote urbano nº 10, medindo 26,40m; Ao Leste, com a Rua Projetada nº 01, medindo 14,65m; Ao Sul, com o lote urbano nº 13, medindo 26,40m; Ao Oeste, com o lote urbano nº 12, medindo 14,65m.

XII - Lote Urbano nº 12 do Loteamento Vale Verde, com área de 363,00m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do lote urbano nº 10, medindo 20,95m; Ao Leste, com o lote urbano nº 11, medindo 14,65m; Ao Sul, com o lote urbano nº 14, medindo 26,40m; Ao Oeste, com a Rua Projetada nº 02, medindo em linha reta 4,56m; Ao Noroeste, com a Rua Projetada nº 04, medindo em linha reta 8,77m e por arco de circunferência de raio 5,00m, medindo 1,45m e com a Rua Projetada nº 02 por um arco de circunferência de raio 5,00m, medindo 1,37m.

XIII - Lote Urbano nº 13 do Loteamento Vale Verde, com área de 360,36m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote urbano nº 11, medindo 26,40m; Ao Leste, com a Rua Projetada nº 01, medindo 13,65m; Ao Sul, com o lote urbano nº 15, medindo 26,40m; Ao Oeste, com o lote urbano nº 14, medindo 13,65m.

XIV - Lote Urbano nº 14 do Loteamento Vale Verde, com área de 360,36m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote urbano nº 12, medindo 26,40m; Ao Leste, com o lote urbano nº 13, medindo 13,65m; Ao Sul, com o lote urbano nº 16, medindo 26,40m; Ao Oeste, com a Rua Projetada nº 02, medindo 13,65m.

XV - Lote Urbano nº 15 do Loteamento Vale Verde, com área de 360,36m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote urbano nº 13, medindo 26,40m; Ao Leste, com a Rua Projetada nº 01, medindo 13,65m; Ao Sul, com o lote urbano nº 17, medindo 26,40m; Ao Oeste, com o lote urbano nº 16, medindo 13,65m.

XVI - Lote Urbano nº 16 do Loteamento Vale Verde, com área de 360,36m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote urbano nº 14, medindo 26,40m; Ao Leste, com o lote urbano nº 15, medindo 13,65m; Ao Sul, com o lote urbano nº 18, medindo 26,40m; Ao Oeste, com a Rua Projetada nº 02, medindo 13,65m.

XVII - Lote Urbano nº 17 do Loteamento Vale Verde, com área de 360,36m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote urbano nº 15, medindo 26,40m; Ao Leste, com a Rua Projetada nº 01, medindo 13,65m; Ao Sul, com o lote urbano nº 19, medindo 26,40m; Ao Oeste, com o lote urbano nº 18, medindo 13,65m.

XVIII - Lote Urbano nº 18 do Loteamento Vale Verde, com área de 360,36m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote urbano nº 16, medindo 26,40m; Ao Leste, com o lote urbano nº 17, medindo 13,65m; Ao Sul, com o lote urbano nº 20, medindo 26,40m; Ao Oeste, com a Rua Projetada nº 02, medindo 13,65m.

XIX - Lote Urbano nº 19 do Loteamento Vale Verde, com área de 360,36m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote urbano nº 17, medindo 26,40m; Ao Leste, com a Rua Projetada nº 01, medindo 13,65m; Ao Sul, com o lote urbano nº 21, medindo 26,40m; Ao Oeste, com o lote urbano nº 20, medindo 13,65m.

XX - Lote Urbano nº 20 do Loteamento Vale Verde, com área de 360,36m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote urbano nº 18, medindo 26,40m; Ao Leste, com o lote urbano nº 19, medindo 13,65m; Ao Sul, com o lote urbano nº 22, medindo 26,40m; Ao Oeste, com a Rua Projetada nº 02, medindo 13,65m.

XXI - Lote Urbano nº 21 do Loteamento Vale Verde, com área de 360,36m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote urbano nº 19, medindo 26,40m; Ao Leste, com a Rua Projetada nº 01, medindo 13,65m; Ao Sul, com o lote urbano nº 23, medindo 26,40m; Ao Oeste, com o lote urbano nº 22, medindo 13,65m.

XXII - Lote Urbano nº 22 do Loteamento Vale Verde, com área de 360,36m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote urbano nº 20, medindo 26,40m; Ao Leste, com o lote urbano nº 21, medindo 13,65m; Ao Sul, com o lote urbano nº 24, medindo 26,40m; Ao Oeste, com a Rua Projetada nº 02, medindo 13,65m.

XXIII - Lote Urbano nº 23 do Loteamento Vale Verde, com área de 360,36m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote urbano nº 21, medindo 26,40m; Ao Leste, com a Rua Projetada nº 01, medindo 13,65m; Ao Sul, com o lote urbano nº 25, medindo 26,40m; Ao Oeste, com o lote urbano nº 24, medindo 13,65m.

XXIV - Lote Urbano nº 24 do Loteamento Vale Verde, com área de 360,36m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote urbano nº 22, medindo 26,40m; Ao Leste, com o lote urbano nº 23, medindo 13,65m; Ao Sul, com o lote urbano nº 26, medindo 26,40m; Ao Oeste, com a Rua Projetada nº 02, medindo 13,65m.

XXV - Lote Urbano nº 25 do Loteamento Vale Verde, com área de 360,36m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote urbano nº 23, medindo 26,40m; Ao Leste, com a Rua Projetada nº 01, medindo 13,65m; Ao Sul, com o lote urbano nº 27, medindo 26,40m; Ao Oeste, com o lote urbano nº 26, medindo 13,65m.

XXVI - Lote Urbano nº 26 do Loteamento Vale Verde, com área de 360,36m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote urbano nº 24, medindo 26,40m; Ao Leste, com o lote urbano nº 25, medindo 13,65m; Ao Sul, com o lote urbano nº 28, medindo 26,40m; Ao Oeste, com a Rua Projetada nº 02, medindo 13,65m.

XXVII - Lote Urbano nº 27 do Loteamento Vale Verde, com área de 360,36m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote urbano nº 25, medindo 26,40m; Ao Leste, com a Rua Projetada nº 01, medindo 13,65m; Ao Sul, com o lote urbano nº 29 e parte do lote urbano nº 30, medindo 26,40m; Ao Oeste, com o lote urbano nº 28, medindo 13,65m.

XXVIII - Lote Urbano nº 28 do Loteamento Vale Verde, com área de 360,36m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote urbano nº 26, medindo 26,40m; Ao Leste, com o lote urbano nº 27, medindo 13,65m; Ao Sul, com o lote urbano nº 31 e parte do lote urbano nº 30, medindo 26,40m; Ao Oeste, com a Rua Projetada nº 02, medindo 13,65m.

XXIX - Lote Urbano nº 29 do Loteamento Vale Verde, com área de 388,14m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do lote nº 27, medindo 21,30m; Ao Leste, com a Rua Projetada nº 01, medindo em linha reta 11,78m e por um arco de circunferência de raio 5,00m, medindo 6,63m; Ao Sul, com a Rua Projetada nº 03, medindo 18,05m; Ao Oeste, com o lote urbano nº 30, medindo 21,03m.

XXX - Lote Urbano nº 30 do Loteamento Vale Verde, com área de 381,25m², confrontando-se: Ao Norte, com parte dos lotes urbano nº 27 e nº 28, medindo 16,50m; Ao Leste, com o lote urbano nº 29, medindo 21,03m; Ao Sul, com a Rua Projetada nº 03, medindo 17,00m; Ao Oeste, com o lote urbano nº 31, medindo 25,18m.

XXXI - Lote Urbano nº 31 do Loteamento Vale Verde, com área de 396,58m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do lote urbano nº 28, medindo 15,00m; Ao Leste, com o lote urbano nº 30, medindo 25,18m; Ao Sul, com a Rua Projetada nº 03, medindo 9,05m e por um arco de circunferência de raio 5,00m, medindo 9,08m;

Ao Oeste, com a Rua Projetada nº 02, medindo 22,54m.

XXXII - Lote Urbano nº 32 do Loteamento Vale Verde, com área de 420,40m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote urbano nº 33, medindo 27,00m; Ao Leste, com a Rua Projetada nº 02, medindo 8,32m e por um arco de circunferência de raio 5,00m, medindo 6,63m; Ao Sul, com a Rua Projetada nº 03, medindo 23,93m; Ao Oeste, com parte da chácara nº 09, medindo 19,07m.

XXXIII - Lote Urbano nº 33 do Loteamento Vale Verde, com área de 360,18m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote urbano nº 34, medindo 27,00m; Ao Leste, com a Rua Projetada nº 02, medindo 13,34m; Ao Sul, com o lote urbano nº 32, medindo 27,00m; Ao Oeste, com parte da chácara nº 09, medindo 13,34m.

XXXIV - Lote Urbano nº 34 do Loteamento Vale Verde, com área de 360,18m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote urbano nº 35, medindo 27,00m; Ao Leste, com a Rua Projetada nº 02, medindo 13,34m; Ao Sul, com o lote urbano nº 33, medindo 27,00m; Ao Oeste, com parte da chácara nº 09, medindo 13,34m.

XXXV - Lote Urbano nº 35 do Loteamento Vale Verde, com área de 360,18m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote urbano nº 36, medindo 27,00m; Ao Leste, com a Rua Projetada nº 02, medindo 13,34m; Ao Sul, com o lote urbano nº 34, medindo 27,00m; Ao Oeste, com parte da chácara nº 09, medindo 13,34m.

XXXVI - Lote Urbano nº 36 do Loteamento Vale Verde, com área de 360,18m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote urbano nº 37, medindo 27,00m; Ao Leste, com a Rua Projetada nº 02, medindo 13,34m; Ao Sul, com o lote urbano nº 35, medindo 27,00m; Ao Oeste, com parte da chácara nº 09, medindo 13,34m.

XXXVII - Lote Urbano nº 37 do Loteamento Vale Verde, com área de 360,18m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote urbano nº 38, medindo 27,00m; Ao Leste, com a Rua Projetada nº 02, medindo 13,34m; Ao Sul, com o lote urbano nº 36, medindo 27,00m; Ao Oeste, com parte da chácara nº 09, medindo 13,34m.

XXXVIII - Lote Urbano nº 38 do Loteamento Vale Verde, com área de 360,18m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote urbano nº 39, medindo 27,00m; Ao Leste, com a Rua Projetada nº 02, medindo 13,34m; Ao Sul, com o lote urbano nº 37, medindo 27,00m; Ao Oeste, com parte da chácara nº 09, medindo 13,34m.

XXXIX - Lote Urbano nº 39 do Loteamento Vale Verde, com área de 360,18m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote urbano nº 40, medindo 27,00m; Ao Leste, com a Rua Projetada nº 02, medindo 13,34m; Ao Sul, com o lote urbano nº 38, medindo 27,00m; Ao Oeste, com parte da chácara nº 09, medindo 13,34m.

XXXX - Lote Urbano nº 40 do Loteamento Vale Verde, destinado à área institucional, com área de 500,27m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote urbano nº 41, medindo 27,00m; Ao Leste, com a Rua Projetada nº 02, medindo 18,53m; Ao Sul, com o lote urbano nº 39, medindo 27,00m; Ao Oeste, com parte da chácara nº 09, medindo 18,53m.

XXXXI - Lote Urbano nº 41 do Loteamento Vale Verde, destinado à área institucional, com área de 479,84m², confrontando-se: Ao Noroeste, com parte da chácara nº 12 (Área de Preservação Permanente), medindo 31,08m; Ao Leste, com a Rua Projetada nº 02, medindo 25,47m; Ao Sul, com o lote urbano nº 40, medindo 27,00m; Ao Oeste, com parte da chácara nº 09, medindo 10,07m.

Art. 5º Fica destinada à Área Verde, a área total de 3.370,07m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do lote rural nº 83, medindo 136,06m; Ao Leste, com parte da chácara nº 13, medindo 65,12m; Ao Sudoeste, com os lotes urbanos nº 06, 07 e 08, medindo 43,04m; Ao Sudeste, com o lote urbano nº 08, medindo 20,37m; Ao Oeste, com parte da chácara nº 12 (APP), por um

arco de circunferência de raio 50,00m e com a Rua Projetada nº 01, medindo 26,68m; Ao Sul, com a Rua Projetada nº 04, medindo em linha reta 43,44m e por um arco de circunferência de raio 5,00m, medindo 7,07m; Ao Sudeste, com a Rua Projetada nº 04, medindo em linha reta 39,73m e por um arco de circunferência de raio 5,00m, medindo 3,52m.

Art. 6º Fica destinada à Área de Preservação Permanente, a área total de 2.537,45m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do lote rural nº 83, medindo 33,74m; Ao Leste, com as Ruas Projetadas nº 02 e 04, medindo em linha reta 10,12m e por um arco de circunferência de raio 5,00m, medindo 2,81m e com parte da chácara nº 12 (área verde), por um arco de circunferência de raio 50,00m, medindo 52,47m; Ao Sul, com o lote nº 41, medindo 31,08m; Ao Oeste, com parte da chácara nº 09, medindo 82,60m.

Art. 7º A área destinada às ruas, passará ao domínio público após o devido registro do loteamento junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste, ficando, porém, o proprietário do loteamento responsável perante o Município, se por ventura houver falta de área às ruas, conforme planta apresentada e anexa ao projeto, isentando o Município de qualquer indenização de qualquer natureza, inclusive perante aos terceiros compradores.

Art. 8º Com referência a abertura de ruas, terraplenagem e compactação das vias e cascalhamento, incluindo passeios, demarcação de lotes, logradouros, execução de obras de escoamento de águas pluviais, instalação de rede de energia elétrica, água potável e recomposição de área verde, fica a cargo do proprietário, que tem o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para regularizar, obedecendo as normas estabelecidas pela Prefeitura, CASAN, CELESC e FATMA.

Art. 9. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 07 de julho de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária Municipal de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

RÚBIA MARA WIEDERKEHR
Técnica Administrativa

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

PORTARIA N.º 426/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 426/2014

Concede licença para tratamento de saúde a servidora KARINA SCHMITT LOHN, ocupante do cargo de Professora III, lotada na Secretaria de Educação.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora KARINA SCHMITT LOHN, pelo período de 05 (cinco) dias a contar da data de 20/10/2014, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20/10/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de novembro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 427/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 427/2014

Concede licença para tratamento de saúde a servidora KARINA SCHMITT LOHN, ocupante do cargo de Professora III, lotada na Secretaria de Educação.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora KARINA SCHMITT LOHN, pelo período de 08 (oito) dias a contar da data de 28/10/2014, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 28/10/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de novembro de 2014.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 428/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 428/2014

Admite em Caráter Temporário MILTON MIDIO EHARDT para o cargo de Operador de Máquina II.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, MILTON MIDIO EHARDT para o cargo de Operador de Máquina II, contrato de trabalho nº. 077/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de novembro de 2014.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 429/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 429/2014

CONCEDE AJUDA DE CUSTO AO SERVIDOR MILTON MIDIO EHARDT.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na lei Complementar 95/2014,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor MILTON MIDIO EHARDT ocupante do cargo de Operador de Máquina II, ajuda de custo de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de novembro de 2014.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 430/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 430/2014

Homologa a estabilidade funcional do servidor admitido em 01/11/2011 por Concurso Público.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município de acordo com o art. 45, Inciso XVI, e Artigo 20 da Lei Complementar 05/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Considerar-se-á estável o servidor abaixo mencionado, admitido em 01/11/2011, por Concurso Público nº. 001/2007, tendo este completado o período de 03 (três) anos de estágio probatório sem qualquer ação desabonadora de sua conduta:

- LUCIANO FRANCISCO DA BOAVENTURA.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de novembro de 2014.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

CONTRATO N.º 077/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 077/2014

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor MILTON MIDIO EHARDT, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 771.040.999-72, residente e domiciliado a Rua Geral

Rio Forquilha, s/nº, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2013, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal nº 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de OPERADOR DE MÁQUINA II, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 10/11/2014, findando no dia 19/12/2014, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal nº 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal nº 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas

praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal nº 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA - DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal nº 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal nº 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de novembro de 2014.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

MILTON MIDIO EHARDT

CONTRATADO

Testemunhas:

RESOLUÇÃO Nº 01/2014

RESOLUÇÃO Nº 01/2014

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso XI do art. 12, do Regimento Interno deste Conselho, Resolve:

Art. 1º O Ensino Fundamental terá duração de 9 (nove) anos, com matrícula obrigatória a toda criança a partir dos 6 (seis) anos de idade.

§1º Para o ingresso no primeiro ano do Ensino Fundamental, a criança deverá ter 6 (seis) anos completos até 31 de março do ano em curso, como limite para a obrigatoriedade da matrícula (Resolução CNE/CEB nº. 01/2010);

§2º Mediante autorização, por escrito, de acordo com o ANEXO I, os pais ou responsáveis poderão matricular seu filho (a) no primeiro ano do Ensino Fundamental, desde que a criança venha a completar 6 (seis) anos até 31 de dezembro do ano em curso.

Art. 2º A Pré-escola será organizada, de acordo com as seguintes regras (Lei Federal nº 12.796, de 04 de abril de 2013):

§1º Para ingresso na Pré-escola, a criança deverá ter 4 (quatro) anos de idade completos até 31 de março do ano em curso, como limite para obrigatoriedade da matrícula;

§2º Mediante autorização, por escrito, de acordo com o ANEXO II, os pais ou responsáveis poderão matricular seu filho (a) na Pré-escola, desde que a criança venha a completar 4 (quatro) anos até 31 de dezembro do ano em curso;

§3º Carga horária mínima anual de 800h, distribuída por um mínimo de 200 dias de trabalho educacional;

§4º O atendimento à criança será de 4 (quatro) horas para o Pré-escolar II, e de 6 (seis) horas para o Pré-escolar I;

§5º Haverá o controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;

§6º Expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Art. 3º O pai ou responsável pela criança que completar 4 (quatro) anos após 31 de março do ano em curso, que optar pela retenção de seu filho (a), terá ciência da Lei Federal nº 12.796, de 04 de abril de 2013, mediante autorização de retenção de acordo com o Anexo III.

São Pedro de Alcântara, 11 de novembro de 2014.

PAULO HENRIQUE LOHN

Presidente do Conselho Municipal de Educação

ANEXO I

AUTORIZAÇÃO DE ANTECIPAÇÃO DE MATRÍCULA

Eu, _____, portador do CPF nº _____ e RG nº _____, residente em _____, responsável pelo aluno (a) _____, nascido (a) em _____ AUTORIZO a realização da matrícula no Primeiro Ano do Ensino Fundamental da Rede Pública de Ensino do Município de São Pedro de Alcântara. Diante do exposto, declaro minha inteira responsabilidade pela presente autorização.

São Pedro de Alcântara, ____/____/201____.

Assinatura do responsável.

ANEXO II

AUTORIZAÇÃO DE ANTECIPAÇÃO DE MATRÍCULA

Eu, _____, portador do CPF nº _____ e RG nº _____, residente em _____, responsável pela criança _____, nascida em _____ AUTORIZO a realização da matrícula no _____ na Educação Infantil do Município de São Pedro de Alcântara. Diante do exposto, declaro minha inteira responsabilidade pela presente autorização.

São Pedro de Alcântara, ____/____/201____.

Assinatura do responsável.

ANEXO III

AUTORIZAÇÃO DE RETENÇÃO DE TURMA

Eu, _____, portador do CPF nº _____ e RG nº _____, residente em _____, responsável pela criança _____, nascida em _____ AUTORIZO a RETENÇÃO Da criança no (a) _____ no Centro de Educação Infantil _____. Demonstro ciência, de que meu/minha filho (a) irá cursar, antes de adentrar ao ensino fundamental, o pré-escolar I e II, de acordo com a Lei Federal nº 12.796, de 04 de abril de 2013. Diante do exposto, declaro minha inteira responsabilidade pela presente autorização.

São Pedro de Alcântara, ____/____/201____.

Assinatura do responsável.

RESOLUÇÃO Nº 02/2014

RESOLUÇÃO Nº 02/2014

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso XI do art. 12, do Regimento Interno deste Conselho, Resolve:

Art. 1º É de objeto das autoridades responsáveis alcançar a relação adequada entre o número de alunos e/o professor, as condições materiais no estabelecimento (Art. 25. Lei Federal nº 9394).

Art. 2º Fica definido para o ensino fundamental e pré-escolar II:

§1º O espaço de 1,5 m² por aluno, considerando o espaço livre; e/ou

§2º Tendo no máximo o número de alunos por sala, de acordo com a tabela abaixo e admitindo-se um limite de até 20%, com relação ao número de alunos;

Pré-escolar II	20 educandos por turma
1ºs Ano	20 educandos por turma
2ºs Anos	20 educandos por turma
3ºs Ano	20 educandos por turma
4ºs Ano	25 educandos por turma
5ºs Ano	25 educandos por turma
6ºs Ano	25 educandos por turma

7ºs Ano	25 educandos por turma
8ºs Ano	25 educandos por turma
9ºs Ano	25 educandos por turma

§3º O desdobrando de turma ocorrerá quando ultrapassar o disposto no §2º, do Art. 2º.

Art. 3º Fica definido para a educação infantil:

§1º O espaço de 1,00 m² por criança, considerando o espaço livre; e

§2º Respeitando o número de crianças por professor, da seguinte forma:

I - Berçário - 4 meses a 1 ano: 7 crianças por professor;

II - Maternal I - 1 ano a 2 anos: 10 crianças por professor;

III - Maternal II - 2 anos a 3 anos: 15 crianças por professor;

IV - Pré - escolar I: 20 crianças por professor;

§3º A solicitação de um segundo professor deverá ser feita na Secretaria de Educação, mediante a um acréscimo de 20% no número de crianças por professor, sendo que a matrícula desta criança só será aceita após a confirmação da contratação do profissional. Exceto para o inciso I, do §2º, do Art. 3º.

§3º A solicitação de um segundo professor, para o inciso I, do §2º, do Art. 3º deverá ser feita na Secretaria de Educação, mediante o acréscimo de uma criança por professor, sendo que a matrícula desta criança só será aceita após a confirmação da contratação do profissional.

São Pedro de Alcântara, 11 de novembro de 2014.

PAULO HENRIQUE LOHN

Presidente do Conselho Municipal de Educação

RESOLUÇÃO Nº03/2014

RESOLUÇÃO Nº03/2014

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso XI do art. 12, do Regimento Interno deste Conselho, Resolve:

Art. 1º O ingresso na Educação Infantil e no Ensino Fundamental será permitido somente para crianças que os pais ou responsáveis residam no município, comprovando sua residência, mediante apresentação de talão atualizado de luz, telefone, contrato de aluguel.

Art. 2º Será permitido o ingresso da criança na Educação Infantil e/ou no Ensino Fundamental, de pais, que trabalham na Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

Art. 3º Não será permitido o ingresso de crianças, na Escola Básica Municipal Dr. Adalberto Tolentino de Carvalho, oriundas dos Centros de Educação Infantil, cujos pais não comprovarem residência no município.

São Pedro de Alcântara, 11 de novembro de 2014.

PAULO HENRIQUE LOHN

Presidente do Conselho Municipal de Educação

RESOLUÇÃO Nº04/2014

RESOLUÇÃO Nº04/2014

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso XI do art. 12, do Regimento Interno deste Conselho, Resolve:

Art. 1º O uso de medicamentos, só será permitido no ambiente escolar:

§1º Mediante autorização assinada pelos pais ou responsáveis, a qual deverá ser de acordo com o anexo I desta resolução.

§2º Mediante receita médica, a qual deverá estar dentro do prazo de validade, de acordo, com o anexo II desta resolução.

§3º Uma cópia da receita deverá ser arquivada juntamente ao anexo I.

Art. 2º Caso ocorra algum problema de saúde e/ou algum acidente com o aluno no ambiente escolar:

§1º O pai ou responsável será comunicado sobre o ocorrido;

§2º Se houver necessidade de encaminhamento à unidade de saúde, os pais ou responsáveis deverão acompanhá-los;

§3º Não é de responsabilidade da unidade escolar acompanhar o aluno até a unidade de saúde;

§4º No caso de necessidade e/ou urgência, a unidade escolar poderá solicitar a ambulância ou carro da saúde para transporte do aluno, com autorização dos pais e/ou responsáveis.

São Pedro de Alcântara, 11 de novembro de 2014.

PAULO HENRIQUE LOHN

Presidente do Conselho Municipal de Educação

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador do CPF nº _____ e do RG nº _____ responsável pelo aluno (a)/criança _____, matriculado (a) na (o) _____, autorizo a medicar o aluno (a)/criança mencionada acima de acordo com a receita médica em anexo.

São Pedro de Alcântara, ____/____/201__.

Assinatura do responsável.

ANEXO II

Uso de medicamentos nas Escolas-
Orientações sobre Prescrições.

I - Prescrição de Antibióticos

Receita válida por 10 dias e, se estiver prescrito uso contínuo na receita, a validade é de 90 dias.

II - Prescrição de USO CONTÍNUO

Ex.: Bombinhas de uso oral para asma, bronquite e de uso nasal para rinite.

A receita tem validade de 6 meses (180 dias).

III - Prescrições de medicamentos Controle especial
Validade de 30 dias e tratamento 60 dias.

IV - Prescrições de Outros Medicamentos

Ex.: Analgésicos, antiinflamatórios, antialérgicos, xaropes, medicamentos utilizados em nebulização e demais que não estejam prescritos como uso contínuo.

Validade é de 30 dias.

Atentar sempre sobre a via de administração, forma farmacêutica e dose prescrita.

Não administrar medicamentos sem prescrição médica.

Tel útil: 0800 643 52 52

Centro de Informações toxicológicas

CIT SC

Fonte: RDC nº 44/10, da ANVISA

Ana Paula Egert

CRF/SC 7719

Farmacêutica Secretária Municipal de Saúde SPA - NASF

São Pedro de Alcântara, 30 de setembro de 2014.

RESOLUÇÃO Nº05/2014

RESOLUÇÃO Nº05/2014

EDITAL DE MATRÍCULA Nº 01/2014

O Presidente do Conselho Municipal de Educação e o Secretário de Educação Cultura e Desporto DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS e com fundamento na Constituição Federal/88, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9.394/96; nas Leis Federais nº 11.114/05, nº11.274/06 e Normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação; Resolução CNE/CEB nº 4 de 13 de julho de 2010; Resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2009/Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil; Resolução CNE/CEB nº 1/2010 e na Resolução nº 6/2010; na Lei nº 8069/90 que dispõe sobre o ECA; Lei Federal nº 12796, de 04 de abril de 2013, Regimento Interno do Conselho Municipal de São Pedro de Alcântara, a partir do presente Edital:

REGULAMENTAM O PLANO DE MATRÍCULAS PARA O ANO LETIVO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 1º - Fica regulamentado no município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, para as escolas da Rede Municipal de Ensino, Educação Infantil e Ensino Fundamental, o Plano de Matrículas para o ano letivo de 2015.

2. DA APRESENTAÇÃO

Art. 2º - O Conselho e a Secretaria de Educação Municipal de Educação, como parte integrante das atividades programadas, estabelecem por meio do presente edital as diretrizes gerais para a execução da matrícula para o ano letivo de 2015, conforme Resolução nº 01/2014 do Conselho Municipal de Educação:

I - Com o processo de matrícula para o ano de 2015, espera-se garantir a oferta do Ensino Fundamental, priorizando o acesso à escola para as crianças do município, na faixa etária a partir dos 6 (seis) anos completos ou a completar até o dia 31 de março de 2015. Sendo que mediante autorização, por escrito, de acordo com o ANEXO I da Resolução nº 01/2014 do Conselho Municipal de Educação, os pais ou responsáveis poderão matricular seu filho (a), no primeiro ano do Ensino Fundamental, desde que a criança venha a completar 6 (seis) anos até 31 de dezembro do ano em curso;

II - Matrículas nos Centros de Educação Infantil em período integral ou parcial, para crianças de 04 (quatro) meses até as crianças que completarem 05 (cinco) anos de idade;

III - Os pais e/ou responsáveis legais das crianças matriculadas na Educação Infantil, na etapa compreendida creche, deverão comprovar vínculo empregatício;

IV- As matrículas nas turmas dos Centros de Educação Infantil estão destinadas somente para crianças que residam no município;

V - As crianças na faixa etária a partir de 04 (quatro) anos completos ou a completar até o dia 31 de março de 2015 serão matriculadas no Pré-Escolar I, no período de 6 (seis) horas). Sendo que mediante autorização, por escrito, de acordo com o ANEXO II da Resolução nº 01/2014 do Conselho Municipal de Educação, os pais ou responsáveis poderão matricular seu filho (a) na Pré-escola, desde que a criança venha a completar 4 (quatro) anos até 31 de

dezembro do ano em curso;

VI - As crianças na faixa etária a partir de 05 (cinco) anos completos ou a completar até o dia 31 de março de 2015 serão matriculadas no Pré-Escolar II, no período de 4 (quatro) horas). Sendo que mediante autorização, por escrito, de acordo com o ANEXO II da Resolução nº 01/2014 do Conselho Municipal de Educação, os pais ou responsáveis poderão matricular seu filho (a), no primeiro ano do Ensino Fundamental, desde que a criança venha a completar 5 (cinco) anos até 31 de dezembro do ano em curso;

3. DOS OBJETIVOS

Art. 3º - O Plano de Regulamentação de Matrículas tem por objetivo:

§1º - GERAL

Assegurar o direito a matrícula na Educação Infantil (Creche e Pré-Escola) e Ensino Fundamental a todas as crianças e adolescentes na Rede Municipal de Ensino, para crianças que residam no município.

§2º - ESPECÍFICOS

I - Efetuar a rematrícula automática dos educandos que já frequentam o Ensino Fundamental;

II - Renovar a matrícula das crianças que frequentam a Educação Infantil, nos Centros de Educação Infantil;

III - Classificar por zoneamento e matricular todas as crianças que completam seis anos até o dia 31 de março de 2015 no primeiro ano do ensino fundamental, e matricular todas as crianças que completam quatro anos até o dia 31 de março de 2015 no pré-escolar I;

IV - Efetuar a matrícula de alunos novos, cumprindo os critérios deste Edital;

V - Garantir matrícula à criança/educando que comprove residência próxima ao Centro de Educação Infantil e à Escola;

VI - Efetuar a matrícula em qualquer época do ano letivo, atendidas as disposições legais;

VII - Reconduzir à Escola o aluno evadido;

VIII - Organizar a distribuição de vagas disponíveis nos Centros de Educação Infantil e nas Escolas, de acordo com o número de crianças/alunos previsto neste Edital.

4. DAS CARACTERÍSTICAS

4.1 ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 4º - A prioridade de matrícula será para os educandos do Ensino Fundamental que residam no município, inclusive aos que não tiveram acesso na idade própria, garantindo a inclusão de todos.

Art. 5º - Para o ingresso no 1º ano do Ensino Fundamental de nove anos, serão realizada as matrículas dos educandos que completem 6 (seis) até o dia 31 de março de 2015, respeitando o critério de classificação pelo zoneamento. Sendo que mediante autorização, por escrito, de acordo com o ANEXO I da Resolução nº 01/2014 do Conselho Municipal de Educação, os pais ou responsáveis poderão matricular seu filho (a), no primeiro ano do Ensino Fundamental, desde que a criança venha a completar 6 (seis) anos até 31 de dezembro do ano em curso;

4.1.1 CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO PELO ZONEAMENTO

I - Para o primeiro ano do Ensino Fundamental, terão preferência pela vaga as crianças que estiverem matriculadas e frequentando a Educação Infantil na mesma unidade escolar, no ano letivo de 2014.

II - Terá preferência o educando que tiver residência mais próxima da Unidade Escolar, e proximidade da escola com o local de trabalho dos pais ou responsáveis.

4.2 EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 6º - O ingresso de crianças, independente das condições físicas, mentais e sensoriais, nas classes de creche e pré-escola, constituir-se-á de:

4.2.1 CRECHES

a) Berçário - 04 meses a 01 ano

b) Maternal I - 01 ano a 02 anos

c) Maternal II - 02 anos a 03 anos

I - Observar-se-ão os seguintes critérios no processo de matrícula das crianças para creches:

- Serão oferecidas vagas às crianças que não estiverem matriculadas em outra unidade escolar da rede de ensino pública ou privada;
- filhos de famílias hipossuficientes economicamente, ou que estejam recebendo o Bolsa Família, ou que sejam acompanhados e encaminhados por técnicos sociais e educacionais que possuem residência no município (respeitando o zoneamento);
- filhos de funcionários que possuem vínculo empregatício na prefeitura municipal de São Pedro de Alcântara, caso haja vaga;
- filhos de mães que comprovem vínculo empregatício e que possuem residência no município (respeitando o zoneamento).

II - Durante o ano letivo, se houver necessidade, nas turmas da Educação Infantil, (Berçário, Maternal I, Maternal II, Pré I e Pré-Escolar), quando houver vaga, poderá haver o ingresso de crianças, respeitando a idade correspondente da turma.

4.2.2 PRÉ-ESCOLA

- Pré - Escolar I - 04 (quatro) anos completos ou a completar até o dia 31 de março de 2015. Sendo que mediante autorização, por escrito, de acordo com o ANEXO II da Resolução nº 01/2014 do Conselho Municipal de Educação, os pais ou responsáveis poderão matricular seu filho (a) na Pré-escola, desde que a criança venha a completar 4 (quatro) anos até 31 de dezembro do ano em curso;
- Pré-Escolar II - 05 (cinco) anos completos ou a completar até o dia 31 de março de 2015. Sendo que mediante autorização, por escrito, de acordo com o ANEXO II da Resolução nº 01/2014 do Conselho Municipal de Educação, os pais ou responsáveis poderão matricular seu filho (a), no primeiro ano do Ensino Fundamental, desde que a criança venha a completar 5 (cinco) anos até 31 de dezembro do ano em curso;

I - As crianças que completarem 04 anos até o dia 31 de março de 2015, sendo que mediante autorização, por escrito, de acordo com o ANEXO II da Resolução nº 01/2014 do Conselho Municipal de Educação, os pais ou responsáveis poderão matricular seu filho (a) na Pré-escola, desde que a criança venha a completar 4 (quatro) anos até 31 de dezembro do ano em curso, serão atendidas nos Centros de Educação Infantil.

II - As crianças do Centro de Educação Infantil Frei Ático, que completarem cinco anos até 31 de março de 2015, sendo que mediante autorização, por escrito, de acordo com o ANEXO II da Resolução nº 01/2014 do Conselho Municipal de Educação, os pais ou responsáveis poderão matricular seu filho (a), no primeiro ano do Ensino Fundamental, desde que a criança venha a completar 5 (cinco) anos até 31 de dezembro do ano em curso, serão atendidas em turmas de Pré-Escolar II, na Unidade Escolar de Ensino mais próxima de sua residência.

III - As crianças do Centro de Educação Infantil Professora Leonida Vieira Francener, que completarem 5 (cinco) anos até 31 de março de 2015, sendo que mediante autorização, por escrito, de acordo com o ANEXO II da Resolução nº 01/2014 do Conselho Municipal de Educação, os pais ou responsáveis poderão matricular seu filho (a), no primeiro ano do Ensino Fundamental, desde que a criança venha a completar 5 (cinco) anos até 31 de dezembro do ano em curso, serão atendidas em turmas de Pré-Escolar II, existente na mesma Instituição.

5. DIRETRIZES BÁSICAS PARA EXECUÇÃO DO PLANO DE MATRÍCULAS

Art. 7º - As diretrizes básicas para a execução do plano de matrículas são as seguintes:

5.1 DA MATRÍCULA AUTOMÁTICA DO ENSINO FUNDAMENTAL

- O sistema de matrícula automática destina-se a garantir vaga ao educando regularmente matriculado no Ensino Fundamental de nove anos, mediante a confirmação dos pais ou responsável pelo educando.
- Matrículas automáticas para o Ensino Fundamental de nove anos serão efetuadas no ano indicado, conforme o resultado do processo de avaliação em vigor.

c) Cabe a escola efetuar a matrícula automática de todos os seus educandos já matriculados no Ensino Fundamental de nove anos, de acordo com a ficha de confirmação de matrícula para o ano letivo de 2015

d) Será de compromisso da família, enviar a documentação complementar solicitada pela escola.

5.2 DA MATRÍCULA DE NOVOS ALUNOS NO ENSINO FUNDAMENTAL

a) A matrícula de alunos novos somente será permitida se houver vaga na respectiva turma.

b) A matrícula deverá ser realizada pelos pais ou responsáveis legais do educando, por meio do preenchimento da ficha de matrícula.

c) O educando evadido, que não possuir documentos comprobatórios de seu grau de escolarização, será submetido a teste de verificação de aprendizagem e será matriculado no Ensino Fundamental, de acordo com o seu desempenho na verificação (Lei nº 9.394/96, art. 24, inciso II, alínea C).

d) Em caso de não existência de vaga na unidade escolar, os pais ou responsáveis serão orientados a buscar vaga em outro estabelecimento de ensino mais próximo.

6. DA ORGANIZAÇÃO DAS CLASSES

As classes/turmas ficarão assim constituídas:

A) ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS

Pré-escolar II	20 educandos por turma
1ºs Ano	20 educandos por turma
2ºs Ano	20 educandos por turma
3ºs Ano	20 educandos por turma
4ºs Ano	25 educandos por turma
5ºs Ano	25 educandos por turma
6ºs Ano	25 educandos por turma
7ºs Ano	25 educandos por turma
8ºs Ano	25 educandos por turma
9ºs Ano	25 educandos por turma

I - Será criada uma nova classe quando o número de educandos matriculados exceder, observando-se os critérios acima estabelecidos, havendo a existência de espaço físico adequado e avaliação da equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.

B) ESCOLA MUNICIPAL MULTISERIADA

Turma de 15 educandos por sala.

Sendo que o atendimento será para alunos do 1º ano ao 5º ano do Ensino Fundamental.

C) EDUCAÇÃO INFANTIL

C.1) Centro de Educação Infantil Frei Ático

Berçário – 14 crianças

Maternal I – 20 crianças

Maternal II – 25 crianças

Pré escolar I – 24 educandos

C.2) Centro de Educação Infantil Professora Leonida Vieira Francener

Berçário – 14 crianças

Maternal I – 24 crianças

Maternal II – 36 crianças

Pré escolar I – 24 educandos

Pré-escolar II – 20 educandos

7. DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 8º - A documentação exigida no ato da matrícula será a

seguinte:

7.1 EDUCAÇÃO INFANTIL

7.1.1 CRECHE

- carteira de vacinação da criança (cópia);
- cartão nacional do SUS;
- cópia da certidão de nascimento da criança;
- comprovante de residência mês de outubro de 2014 (luz, telefone);
- Comprovante de renda dos pais do último mês (outubro/2014) e/ou comprovante de recebimento do Bolsa Família; atestado de trabalho da mãe, e/ou responsável, fornecido pelo empregador, ou declaração acompanhada de alvará, comprovando a atividade como autônomo;

7.1.2 PRÉ-ESCOLAR I e II

- carteira de vacinação da criança (cópia);
 - cartão nacional do SUS;
 - cópia da certidão de nascimento da criança;
 - comprovante de residência (mês de outubro de 2014);
 - 2 fotos 3x4
- #### 7.2 ENSINO FUNDAMENTAL
- atestado de frequência;
 - histórico escolar;
 - cópia da certidão de nascimento;
 - carteira de vacinação;
 - cartão nacional do SUS;
 - comprovante de residência (do mês de outubro de 2014).
 - cópia de Identidade (RG) para os que já possuem;
 - 2 fotos 3x4.

§1º - No caso de alunos em transferência durante o ano letivo, o responsável deverá encaminhar à escola toda a documentação acima citada e mais toda documentação complementar, julgada necessária pela Secretária Escolar.

§2º - A Escola deverá manter o registro da vida escolar do educando, porém se, no ato da matrícula, o educando não apresentar a documentação exigida, terá o prazo de 30 (trinta) dias para fazê-lo.

§3º - Se o educando não possuir documentação, a unidade escolar o encaminhará aos órgãos competentes, objetivando auxiliar aos pais ou responsáveis na regularização de sua documentação.

8. DO CRONOGRAMA E DO LOCAL

8.1 EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 9º - De 17 de Novembro a 21 de Novembro de 2014, será feita a rematricula de todas as crianças que já frequentam o Centro de Educação Infantil, no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Art. 10 - De 24 de Novembro a 28 de Novembro de 2014, serão realizadas as matrículas de crianças que ainda não frequentam a Educação Infantil, para o ano letivo 09 de fevereiro de 2015, no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h, e das normas estabelecidas neste Edital.

Art. 11 - De 26 de Janeiro a 30 de janeiro de 2015, serão realizadas as matrículas de crianças que ainda não frequentam a Educação Infantil, para o ano letivo 09 de fevereiro de 2015, no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h, e das normas estabelecidas neste Edital.

8.2 ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 12 - De 17 de Novembro a 21 de Novembro de 2014, ocorrerá a confirmação de matrículas dos educandos que estão frequentando, para o ano letivo de 2015.

Art. 13 - De 24 de Novembro a 28 de Novembro de 2014, serão realizadas as matrículas de novos alunos, para o ano letivo de 2015, das 8h às 11h e das 13h30min às 16h30min.

Art.14 - De 26 de Janeiro a 30 de janeiro de 2015, serão realizadas as matrículas de novos alunos, para o ano letivo de 2015, das 8h às 11h e das 13h30min às 16h30min.

9.DA DIVULGAÇÃO

Art. 15 - A ampla divulgação do período destinado à realização da matrícula deve ser o suporte para atingir o objetivo proposto pelo

Conselho Municipal de Educação e a Secretaria de Educação.

I - O Conselho Municipal de Educação e a Secretaria de Educação e as unidades de ensino serão responsáveis pela divulgação da Campanha de Matrícula.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16- As unidades de ensino deverão envolver todas as entidades organizadas das comunidades para a divulgação, com o objetivo de maior êxito na efetivação das matrículas.

Art. 17 - Em função da demanda de matrículas o Conselho Municipal de Educação e Secretaria de Educação, reservam-se o direito de aplicar o critério de matrículas pelo zoneamento nas unidades escolares da zona urbana e rural.

Parágrafo único - Para a definição do espaço geográfico para o zoneamento, será observada a orientação do mapa geográfico, priorizando a maior proximidade.

Art. 18- Ficam sujeitas às presentes diretrizes, todos os estabelecimentos de ensino mantidos pelo Município de São Pedro de Alcântara.

Art. 19 - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 11 de novembro de 2014.

PAULO HENRIQUE LOHN

Presidente do Conselho Municipal de Educação

FLÁVIO MÜNICH

Secretário de Educação, Cultura e Desporto

ANEXO I - Educação Infantil

Turmas para 2015, obedecendo a data corte - março de 2015.

Berçário	Maternal I	Maternal II	Pré I	Pré II
10/14 12/13	03/13	03/12	03/11	03/10
09/14 11/13	02/13	02/12	02/11	02/10
08/14 10/13	01/13	01/12	01/11	01/10
07/14 09/13	12/12	12/11	12/10	12/09
06/14 08/13	11/12	11/11	11/10	11/09
05/14 07/13	10/12	10/11	10/10	10/09
04/14 06/13	09/12	09/11	09/10	09/09
03/14 05/13	08/12	08/11	08/10	08/09
02/14 04/13	07/12	07/11	07/10	07/09
01/14	06/12	06/11	06/10	06/09
	05/12	05/11	05/10	05/09
	04/12	04/11	04/10	04/09

RESOLUÇÃO Nº06/2014

RESOLUÇÃO Nº06/2014

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso XI do art. 12, do Regimento Interno deste Conselho, Resolve:

Art. 1º Fica instituído para o ano de 2015, a Colônia de Férias.

§1º No período de 05 de janeiro a 30 de janeiro de 2015;

§2º Serão atendidas as crianças que estão frequentando os Centros de Educação Infantil no ano de 2014;

Art. 2º Serão atendidas as crianças cujas mães comprovem vínculo empregatício no período.

Parágrafo Único - A mãe deverá entregar uma declaração, da empresa onde possui vínculo empregatício, como estará trabalhando no período em que será ofertada a colônia de férias.

Art. 3º O período das entregas das declarações e solicitação de vaga na colônia de férias será: de 17 de Novembro a 21 de Novembro de 2014.

Art. 4º A criança que estiver matriculada na colônia de férias e não comparecer, não terá direito a vaga na colônia de férias do próximo ano. Conforme termo de compromisso no anexo I.

Art. 5º O atendimento da Colônia de Férias será realizado no Centro de Educação Infantil Professora Leonida Vieira Francener.

São Pedro de Alcântara, 11 de novembro de 2014.

Paulo Henrique Lohn
Presidente do Conselho Municipal de Educação

ANEXO I

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, _____
, portador (a) do CPF nº _____ e RG nº _____
, residente em _____
, responsável pela criança _____
, nascida em _____
, assumo o compromisso com o Art. 4 da Resolução 06/2014 do Conselho Municipal de Educação: "A criança que estiver matriculada na colônia de férias e não comparecer, não terá direito a vaga na colônia de férias do próximo ano".
Diante do exposto, declaro minha inteira responsabilidade pelo presente termo.

São Pedro de Alcântara, ____/____/201__.

Assinatura do responsável.

RESOLUÇÃO Nº07/2014

RESOLUÇÃO Nº07/2014

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso XI do art. 12, do Regimento Interno deste Conselho, Resolve:

Art. 1º Ficam aprovados os presentes critérios para a aprovação ou a retenção dos educandos do 3º ano ao 9º ano do Ensino Fundamental da rede municipal de São Pedro de Alcântara:

§1º Considerar-se-á aprovado o aluno que obtiver média anual igual ou superior a 7,0 (sete);

§2º O estudante que não alcançar média anual igual ou superior a 7,0 (sete) realizará exame final e deverá obter média final igual ou superior a 5,0 (cinco), conforme a fórmula:

Média final = (média anual x 7) + (exame final x 3)

10

§3º Considerar-se-á retido o educando que, após o exame final, não alcançar média final igual ou superior a 5,0 (cinco);

§4º Considerar-se-á retido automaticamente o educando que obtiver média anual menor ou igual a 2,8.

São Pedro de Alcântara, 11 de novembro de 2014.

Paulo Henrique Lohn
Presidente do Conselho Municipal de Educação

RESOLUÇÃO Nº08/2014

RESOLUÇÃO Nº08/2014

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso XI do art. 12, do Regimento Interno deste Conselho, Resolve:

Art. 1º Considerar-se-ão os seguintes critérios para escolha de turma, para os membros efetivos do magistério público municipal de São Pedro de Alcântara:

I - Tempo de serviço no magistério público do município; havendo empate

II - Classificação no concurso prestado; havendo empate

§1º Havendo empate em todos os critérios acima, será utilizado para desempate a maior idade do candidato.

Art. 2º O professor escolhendo a sua vaga deverá assinar a sua escolha, demonstrando ciência.

Art. 3º Após a escolha não será permitida a permuta entre professores.

São Pedro de Alcântara, 11 de novembro de 2014.

PAULO HENRIQUE LOHN
Presidente do Conselho Municipal de Educação

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO 100.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R-223

www.pmspa.sc.gov.br - licitacoes@pmspa.sc.gov.br

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial n.º 100/2014, que tem como objeto, aquisição, transporte e instalação de equipamentos de ginástica (academia de rua) para ser instalada nas praças Municipais, conforme especificações com a seguinte configuração mínima (Anexo I) do Edital: CONSIDERANDO o poder discricionário que é o poder concedido, explícita ou implicitamente, à administração para a prática de determinado ato com liberdade de escolha da sua conveniência ou oportunidade pública;

RESOLVE o Poder Executivo juntamente com a Pregoeira e sua Equipe de Apoio, REVOGAR o processo licitatório nº 100/2014 que se realizaria no dia 21 de novembro de 2014, às 08:45h.

Publique-se; registre-se; cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de novembro de 2014.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**TERMO DE POSSE**

Termo de Posse da Senhora Terezinha Rodrigues Muller. Filha de Elesbão Rodrigues e Luzia Guesser Rodrigues. Vereadora eleita no pleito de 07 de outubro de 2012 que assumiu em substituição do Vereador titular Amarildo Nazareno Stähelin, tendo em vista pedido de afastamento por 30 (trinta) dias. Tomou Posse no Cargo de Vereador nesta Casa, prestando o seguinte compromisso legal: "Por minha honra e pela Pátria, prometo solenemente, manter, defender, cumprir a Constituição Federal, a Constituição do Estado de Santa Catarina e a Lei Orgânica do Município de São Pedro de Alcântara, observar as Leis e promover o bem geral do Município". E por nada mais constar, eu, João Aloísio Zimmermann, Primeiro Secretário da Câmara de Vereadores lavrei o presente Termo de Posse, que vai assinada pelo senhor Presidente, por mim e pela empossada.

São Pedro de Alcântara, 03 de novembro de 2014.
 Marcelo Stähelin João Aloísio Zimmermann
 Presidente da Câmara Primeiro Secretário

Terezinha Rodrigues Muller
 Empossada

Schroeder**PREFEITURA****EXTRATO DO CONTRATO Nº. 253/2014-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 253/2014-PMS

Dispensa de Licitação nº. 102/2014-PMS

Processo nº. 230/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.666.159/0001-89, estabelecida na Rua Venâncio da Silva, nº 353, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.252-230.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de quadro branco para manutenção de estrutura em sala de aula de unidade no Ensino Fundamental da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC., conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	QUADRO BRANCO EM MATERIAL ACRÍLICO CO EUCATEX, NAS MEDI-DAS DE 3,00 METROS X 1,20 METROS, COM FIXADORES E PARAFUSOS	03	Unidade	360,00	1.080,00
TOTAL R\$					1.080,00

Valor do contrato: R\$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais)

Data da Assinatura: 11/11/2014 - Vigência: 31/12/2014

Moacir Zamboni
 Prefeito Municipal em Exercício

TERMO ADITIVO Nº. A55/2014 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A55/2014 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 294/2013-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal em exercício, o Senhor Moacir Zamboni, e,

CONTRATADA: CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE

INFORMAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 04.072.953/0001-16, estabelecida na Rua Major Navarro Lins, nº 692, Bairro Anita Garibaldi, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.203-500, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pela Senhora Karla Janz, inscrita no CPF sob o nº 773.570.609-00, portadora da Carteira de Identidade nº 5.552.294-7-SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 294/2013-PMS, celebrado em 16 de dezembro de 2013, proveniente do Processo de licitação nº. 228/2013 - PMS, Modalidade Pregão Presencial nº. 105/2013-PMS, para a contratação de empresa especializada para cessão de uso de sistemas informatizados integrados para gestão escolar para a rede Municipal de Ensino para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO X - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando o pedido de aditivo feito pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer para prorrogação de prazo para o período 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015, no valor total R\$ 8.643,24 (Oito mil, seiscentos e quarenta e três reais e vinte e quatro centavos).

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como especificada na cláusula 14ª do contrato original, conforme parecer da Procuradoria Municipal

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição" no item 01, aditivada a quantidade de 12, no valor mensal de R\$ 720,27 (setecentos e vinte reais e vinte e sete centavos), totalizando o valor total R\$ 8.643,24 (Oito mil, seiscentos e quarenta e três reais e vinte e quatro centavos) e na Cláusula Quarta "do valor do contrato", item 4.1, alterando o valor total do contrato para R\$ 16.740,24 (dezesseis mil, setecentos e quarenta reais e vinte e quatro centavos), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Licença de uso e implantação de sistema informatizado integrado para todas as unidades escolares para gestão escolar na rede Municipal de Ensino para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC com vigência de 01/01/2014 a 31/12/2014 e capacitação dos servidores das unidades escolares e Secretaria de Educação, 2 servidores por unidade e mais 2 da Secretaria de Educação. Conforme Anexo 01 e 02.	12	UNID.	720,27	8.643,24
VALOR TOTAL R\$					8.643,24

Cláusula 2ª - Fica alterada a Cláusula Décima Quarta "da vigência" no item 14.1, prorrogando-se para o período de 1º. de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015 a vigência do contrato.

Cláusula 3ª- Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 293/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 11 de novembro de 2014.

CONTRATADA:

CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA

Karla Janz

CPF nº 773.570.609-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Moacir Zamboni

Prefeito Municipal em exercício

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

2ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

ATA PREGÃO PRESENCIAL 99/2014-PMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 99/2014 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 214/2014 Data do Processo: 17/10/2014

Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 152/2014 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para atendimento veterinário para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com o representante da empresa para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa VETERINÁRIA SUL CATARINENSE LTDA. - EPP, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que o representante da empresa VETERINÁRIA SUL CATARINENSE LTDA. - EPP apresentou certidão simplificada emitida pela junta comercial sem autenticação e sem código de autenticação digital para que a mesma possa ter sua autenticidade verificada através da internet, este documento é exigido no edital no item 4.1.3 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados (alterações contratuais), bem como para comprovação do porte empresarial da participante, conforme disposto no artigo 8º, da Instrução Normativa DNRC nº 103/07", este documento deverá vir de acordo com o edital no item 4.1.3.1 "Os documentos descritos nos itens 4.1.1, 4.1.2 e 4.1.3, supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório, ou por servidor da Administração Pública no Setor de Recursos Materiais do Município de Schroeder ou através de autenticação digital, desde que os mesmos respeitem o prazo de validade e/ou o período de disponibilidade para verificação de sua validade." sendo assim o representante da empresa VETERINÁRIA SUL CATARINENSE LTDA. - EPP não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. Foi aberto o envelope da proposta comercial da empresa VETERINÁRIA SUL CATARINENSE LTDA. - EPP. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultaram vencedoras as empresas conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa VETERINÁRIA SUL CATARINENSE LTDA. - EPP sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa VETERINÁRIA SUL CATARINENSE LTDA. - EPP não apresentou a Certidão Simplificada documento exigido no edital no item 7.1.12 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados (alterações contratuais) (Dispensada no caso de apresentação durante a fase de Credenciamento);" sendo que este documento não foi apresentando corretamente na fase do credenciamento, sendo assim a empresa VETERINÁRIA SUL CATARINENSE LTDA. - EPP não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. De acordo com o edital no item 9.21. "Se todas as empresas na fase de habilitação forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes novo prazo para reapresentação das mesmas de acordo com artigo 48 § 3º da Lei Federal nº. 8.666 de junho de 1993", no artigo 48 §3º traz que "Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis". Diante do exposto será concedido o prazo de 08 dias úteis, sendo até dia 21 de novembro de 2014, as 17h, para apresentação de nova documentação de habilitação, dentro de novo envelope com toda a documentação de habilitação constante no item VII do edital, de acordo com as exigências do edital, caso contrário será considerada inabilitada. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata ao participante presente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 99/2014 - PR**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 214/2014
Data do Processo: 17/10/2014

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 152/2014 (Sequência: 1)**

Schroeder, 11 de Novembro de 2014

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane klitzke	- - Equipe de Apoio

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

FABIANO TITONI - - Representante

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 99/2014 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 214/2014 Data do Processo: 17/10/2014

Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 152/2014 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para atendimento veterinário para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com o representante da empresa para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa VETERINÁRIA SUL CATARINENSE LTDA. - EPP, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que o representante da empresa VETERINÁRIA SUL CATARINENSE LTDA. - EPP apresentou certidão simplificada emitida pela junta comercial sem autenticação e sem código de autenticação digital para que a mesma possa ter sua autenticidade verificada através da internet, este documento é exigido no edital no item 4.1.3 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados (alterações contratuais), bem como para comprovação do porte empresarial da participante, conforme disposto no artigo 8º, da Instrução Normativa DNRC nº 103/07", este documento deverá vir de acordo com o edital no item 4.1.3.1 "Os documentos descritos nos itens 4.1.1, 4.1.2 e 4.1.3, supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório, ou por servidor da Administração Pública no Setor de Recursos Materiais do Município de Schroeder ou através de autenticação digital, desde que os mesmos respeitem o prazo de validade e/ou o período de disponibilidade para verificação de sua validade." sendo assim o representante da empresa VETERINÁRIA SUL CATARINENSE LTDA. - EPP não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. Foi aberto o envelope da proposta comercial da empresa VETERINÁRIA SUL CATARINENSE LTDA. - EPP. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultaram vencedoras as empresas conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa VETERINÁRIA SUL CATARINENSE LTDA. - EPP sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa VETERINÁRIA SUL CATARINENSE LTDA. - EPP não apresentou a Certidão Simplificada documento exigido no edital no item 7.1.12 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados (alterações contratuais) (Dispensada no caso de apresentação durante a fase de Credenciamento);" sendo que este documento não foi apresentando corretamente na fase do credenciamento, sendo assim a empresa VETERINÁRIA SUL CATARINENSE LTDA. - EPP não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. De acordo com o edital no item 9.21. "Se todas as empresas na fase de habilitação forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes novo prazo para reapresentação das mesmas de acordo com artigo 48 § 3º da Lei Federal nº. 8.666 de junho de 1993", no artigo 48 §3º traz que "Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis". Diante do exposto será concedido o prazo de 08 dias úteis, sendo até dia 21 de novembro de 2014, às 17h, para apresentação de nova documentação de habilitação, dentro de novo envelope com toda a documentação de habilitação constante no item VII do edital, de acordo com as exigências do edital, caso contrário será considerada inabilitada. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata ao participante presente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 99/2014 - PR**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 214/2014
Data do Processo: 17/10/2014

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 152/2014 (Sequência: 1)**

Schroeder, 11 de Novembro de 2014

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane klitzke	- - Equipe de Apoio

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

FABIANO TITONI - - Representante

DISPENSA 102/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 102/2014 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 230/2014 Data: 11/11/2014
Folha: 1/2	

Fornecedor: FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP Endereço: R. VENÂNCIO DA SILVA PORTO, 353 Cidade: Jaraguá do Sul - SC CNPJ: 80.666.159/0001-89	Código: 6080 Inscrição Estadual: 251.631.656
Objeto da Compra: Aquisição de quadro branco para manutenção de estrutura em sala de aula de unidade no Ensino Fundamental da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	3,00	QUADRO BRANCO EM MATERIAL ACRÍLICO CO EUCATEX, NAS MEDIDAS DE 3,00 METROS X 1,20 METROS, COM FIXADORES E PARAFUSOS	UN	360,00	1.080,00

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

TAL SOLICITAÇÃO VEM AO ENCONTRO DA SOLICITAÇÃO DE FUNCIONÁRIA DA EDUCAÇÃO QUE LECIONA EM 3 SALAS DE AULA DA ESCOLA MUNICIPAL SANTOS TOMASELLI, CONFORME ATESTADO COM CÓPIA ANEXA AO PROCESSO.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 11 de Novembro de 2014

MOACIR ZAMBONI
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 102/2014 - DL**

Processo Nr.: 230/2014
Data: 11/11/2014

Folha: 2/2

10/11/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 10 de Novembro de 2014

Valor da Despesa: 1.080,00 (um mil e oitenta reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

ATA PREGÃO PRESENCIAL 90/2014-PMS (SEQUÊNCIA 02)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 90/2014 - PR
	Processo Administrativo:
	Processo de Licitação: 194/2014 Data do Processo: 08/10/2014

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 153/2014 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

aquisição e instalação de condicionador de ar para suprir as necessidades Da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO X - Termo de Referência deste instrumento.

A pregoeira e a equipe de apoio reuniram-se para abertura da licitação conforme marcado anteriormente pela segunda vez. E para fornecer conhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo pela segunda vez, no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/ SC. Devido à ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário determinado no edital. O processo foi declarado deserto, devido a duas tentativas de abertura da licitação e ambas deserta. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 11 de Novembro de 2014

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane klitzke	- - Equipe de Apoio

NOTA DE ANULAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 90/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 90/2014 - PR

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 194/2014
Data do Processo: 08/10/2014

Objeto: aquisição e instalação de condicionador de ar para suprir as necessidades Da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO X - Termo de Referência deste instrumento.

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 16 / 2014

Motivo: Devido à ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário determinado no edital. O processo foi declarado deserto, devido a duas tentativas de abertura da licitação e ambas deserta.

Schroeder, 11 de Novembro de 2014

Moacir Zamboni
Prefeito Municipal em Exercício

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONTRATO Nº 197/2014-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 82/2014 - DL**Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 181/2014
Data do Processo: 23/09/2014

Objeto: Aquisição de compressor de ar tipo pistão lubrificado a óleo para atender as necessidades da Diretoria de Informática, da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC.

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 17 / 2014

Motivo: Conforme pedido da Diretoria de Informática informando que a empresa não efetuou a entrega no prazo, e após ser questionando o mesmo apresentou prazos incertos para entrega do produto.

Schroeder, 11 de Novembro de 2014

MOACIR ZAMBONI
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Serra Alta

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL Nº 105/2014

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. DE ENG. Nº 063/2014	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	105/2014
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA
Contratada	DA SILVA E LAMB MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA LTDA EPP.
Objeto.....	<p>O presente contrato tem por objeto, a contratação de empresa do ramo de engenharia e ou/construção civil, em regime de empreitada global (material e mão-de-obra) para a Execução da Obra de Ampliação de um Barracão Industrial pertencente ao patrimônio público nº 2532 deste município, que atualmente possui 900m², sendo que a ÁREA A SER AMPLIADA COM-PREENDE A 400M². O objetivo da obra é fortalecer o ramo industrial já existente no município de Serra Alta, adequando a estrutura da empresa que encontra-se instalada no referido Barracão à sua atual realidade de crescimento, incentivando ainda a geração de novos empregos e renda para a população e consequentemente acreditando no aumento da arrecadação para o município. Os dados são de acordo com as especificações e quantidades contidas no Projeto de Engenharia, memorial técnico descritivo, orçamento quantitativo e financeiro, composição do BDI, cronograma físico-financeiro global, em Anexo do Edital em epígrafe.</p> <p>OBS: A CONTRATADA FICARÁ OBRIGADA A ENTREGAR O PROJETO ESTRUTURAL DA OBRA, JUNTAMENTE COM AS ARTs respectivas do referido Projeto Estrutural, Fabricação, Montagem e Execução.</p>
Valor.....:	O valor total global proposto para a execução da referida Obra é de R\$ 59.451,70 (Cinquenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e setenta centavos).

12/11/2014 á 30/04/2015.

Vigência....

Dotação.....

Orçamento vigente:
03.00 – SECRETARIA DE ADMINIS-
TRAÇÃO E DESENV. ECONÔMICO
03.03 – DEPARTAMENTO DE IN-
DÚSTRIA E COMÉRCIO
1.420– Programa PROINDUS -
4.4.90.00
Despesa 115 – DR 0001

SERRA ALTA, 12 de novembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 071/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2014

TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 71/2014

Tipo: Menor Preço/Global.

OBJETO: Contratação de empresa para a Execução da Obra de Reforma do Centro Educacional, a ser executada no Município de Serra Alta. A obra compreende uma área total de 1.331,34 m², contemplando a pintura do Prédio, adequações necessárias nos banheiros e lavanderia e reforma do consultório odontológico e escovatório, garantindo o conforto, bem estar e qualidade sanitária, no atendimento aos alunos.

Entrega dos Envelopes : 08:30 horas do dia 04 de dezembro de 2014.

Abertura dos Envelopes : 09:00 horas do dia 04 de dezembro de 2014.

O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/> ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30horas.

SERRA ALTA, 12 de novembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO DE SERRA ALTA

DECRETO Nº 185/2014

DECRETO Nº185/2014, 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

“Dispõe sobre Escala de Férias Proporcionais dos Servidores Públicos Municipais referente ao Exercício de 2014.”

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 110/1991 e Lei Municipal 498/2001 de setembro de 2001;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam concedidas férias proporcionais aos Servidores Públicos Municipais, conforme escala de período dos efetivos e comissionados, referente ao exercício de 2014, de acordo com

§ único do art. 65 da Lei Municipal Nº 498/2001 de 10/09/2001.

SERVIDORES PERIODO AQUISITIVO PERIODO DE FÉRIAS DIAS

ROBERTO PRIOR	05/03/2014 A 31/12/2014	18/12/2014 A 11/01/2015	25 DIAS
VANESSA FICAGNA	05/03/2014 A 31/12/2014	18/12/2014 A 11/01/2015	25 DIAS
VANUZA T. MENDES	03/04/2014 A 31/12/2014	23/12/2014 A 13/01/2015	22 DIAS
PAMELA T. ROS-SIGNOLLO	02/04/2014 A 31/12/2014	23/12/2014 A 13/01/2015	22 DIAS

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando as disposições em contrários.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta, 10 de Novembro de 2014.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

DECRETO Nº 186/2014

DECRETO Nº 186/2014 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

"Concede Licença Maternidade à Servidora Pública Municipal NELI SEGALIN e dá outras providências"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e em especial à Lei nº 10.710 de 05/08/2003, Leis Municipais nº 498/2001 de 10/09/2001 e 684/2005 de 13/12/2005;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Licença Maternidade, de 10 de novembro de 2014 a 09 de março de 2015, à Servidora Pública Municipal NELI SEGALIN, ocupante do Cargo efetivo de Agente de Saúde, Nível 11 do grupo I - SEG, 40 horas semanais, descritas no Plano de Carreira do Município, com lotação na Secretaria Municipal de saúde, conforme Plano de Cargos e Remuneração da Prefeitura Municipal de Serra Alta.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. E demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de novembro de 2014.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

EDITAL CONCURSO PÚBLICO 002/2014

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2014, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, SC, inscrito no CNPJ sob o nº 80.622.319/0001-98, com sede administrativa na Avenida Dom Pedro II, 830, Centro, Serra Alta, SC, CEP 89871-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, senhor FRANCISCO ARTUR BOTH, no uso de suas atribuições legais, torna pública a realização Concurso Público de Provas Escritas, Prática e de Títulos, para preenchimento de vagas do Quadro de Pessoal do Poder Público Municipal. Este Concurso Público reger-se-á pelas Lei Complementar Municipal nº 684/2005, pelo Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração, pelas normas estabelecidas neste Edital e demais legislação vigente e será executado pela empresa ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E PRIVADA EIRELI - EPP (ASSCON-PP), pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Dr. Maruri, 1.204, Sala 3, Centro, no Município de Concórdia, SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.688.208/0001-48.

1. DOS CARGOS

1.1. O candidato concorrerá às vagas dos cargos constantes no Anexo I deste Edital, com carga horária semanal, vencimento inicial e nível de escolaridade descritos nos mesmos.

1.2. As atribuições/condições dos cargos estão descritas no Anexo I deste Edital.

1.3. Serão atribuídas neste Concurso Público as 20h das servidoras/professoras das vagas de professor de Educação Infantil, SILVANE CERISOLI BAESSO, conforme Decreto Municipal nº 052/1998, de MARINA SPIER MARTINI, conforme Decreto Municipal nº 051/1998 e ROSELI ANA DAMO CERIZOLLI, conforme Portaria Municipal nº 003/1998. As vagas citadas ficarão à disposição dos candidatos aprovados a partir de fevereiro de 2015.

2. DAS VAGAS PARA CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

2.1. São reservadas às pessoas portadoras de deficiência, 5% (cinco por cento) das vagas do cargo oferecido ou das que vierem a surgir no prazo de validade do concurso, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

2.1.1. Caso a aplicação do percentual de que trata o item 2.1 deste Edital resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

2.2. Considera-se pessoa portadora de deficiência aquela enquadrada nas categorias previstas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999 e alteração.

2.3. O candidato portador de deficiência participará da seleção em igualdade de condições dos demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, data, horário e local de realização das provas, obedecidos ao disposto nos itens 3.3 e 3.4 deste Edital.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições estarão abertas no período de 17 de novembro a 18 de dezembro de 2014, somente via internet, pelo site www.assconpp.com.br.

3.2. O candidato deverá:

3.2.1. preencher integralmente o requerimento de inscrição e enviá-lo via internet;

3.2.2. imprimir o boleto bancário;

3.2.3. efetuar o pagamento da inscrição, de acordo com o valor

previsto no item 4 deste Edital, utilizando o boleto bancário, até o dia 19 de dezembro de 2014, em qualquer agência bancária do território nacional, observados os horários de funcionamento das mesmas.

3.2.4. O candidato portador de deficiência deverá descrever as condições especiais de que necessita para realizar a prova quando do preenchimento de sua inscrição, via internet.

3.2.4.1. O candidato portador de deficiência visual que solicitar provas e o cartão-resposta com letras ampliadas, receberá os mesmos com tamanho de letra correspondente à fonte 24 (vinte e quatro), sendo que a leitura e marcação de respostas no cartão-resposta será de sua responsabilidade.

3.3. O candidato portador de deficiência deverá, após viabilizar os procedimentos do item 3.2 deste Edital e, antes de encerrado o prazo para as inscrições, apresentar à Comissão Coordenadora do Concurso, através de requerimento protocolizado no Setor de Protocolo Geral do Município de Serra Alta, SC:

3.3.1. atestado médico, cuja data de expedição seja igual ou posterior à data de publicação deste Edital, que indique a espécie e o grau ou nível da necessidade especial, com expressa referência ao código correspondente na Classificação Internacional de Doenças - CID e a provável causa da mesma;

3.3.2. Anexo V deste Edital, preenchido e assinado, o qual contém declaração de que a deficiência não o impossibilita de exercer as atribuições do cargo e declaração de que fica impedido de usufruir da condição de portador de deficiência para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

3.4. O candidato portador de deficiência que não apresentar o atestado médico e/ou não preencher as condições descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, será considerado não portador de deficiência, passando para a listagem geral dos candidatos, sem direito à reserva de vaga.

3.5. A candidata que tiver a necessidade de amamentar durante a aplicação da prova objetiva deverá solicitar a condição especial no ato da inscrição, pelo site www.assconpp.com.br e levar um acompanhante que ficará com a guarda da criança em local reservado e diferente do local onde a prova estiver sendo realizada.

3.5.1. A amamentação se dará nos momentos que se fizerem necessários, sem a presença do acompanhante.

3.5.2. Não será concedido nenhum tipo de compensação em relação ao tempo de prova dedicado à amamentação.

3.5.3. A ausência do acompanhante para a guarda da criança impossibilitará a candidata de ausentar-se da prova escrita para amamentar.

3.6. A inscrição somente será efetivada após o pagamento do valor da inscrição, conforme subitem 3.2.3 deste Edital. O comprovante de pagamento confirma a inscrição do candidato.

3.6.1. Os candidatos poderão se inscrever para 1 (um) único cargo deste Concurso Público.

3.7. Terá a inscrição cancelada, o candidato que efetuar o pagamento da inscrição com cheque sem provisão de fundos ou outra irregularidade que impossibilite sua compensação.

3.7.1. O Município de Serra Alta, SC, não efetuará a devolução do valor de inscrição em nenhuma hipótese.

3.7.2. As despesas relativas à participação neste Concurso Público são de inteira responsabilidade do candidato.

3.8. O Município de Serra Alta, SC, não se responsabilizará por solicitações de inscrição, via internet, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do boleto bancário.

3.9. As informações prestadas no requerimento de inscrição são

de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes.

3.10. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento.

3.11. Julgados os requerimentos de inscrição e satisfeitas as exigências, no dia 22 de dezembro de 2014, será publicado o rol dos inscritos, na forma disposta no item 11.1 deste Edital.

3.12. No dia 26 de dezembro de 2014, após julgados os recursos, a lista dos inscritos será homologada pelo Prefeito Municipal de Serra Alta, SC, e publicada na forma disposta no item 11.1 deste Edital.

4. DO VALOR DA INSCRIÇÃO

4.1. Os valores para inscrição neste Concurso Público são os seguintes:

4.1.1. R\$ 30,00 (trinta reais) para os candidatos aos cargos que exijam alfabetização e ensino fundamental (séries iniciais) ou ensino fundamental completo;

4.1.2. R\$ 50,00 (cinquenta reais) para os candidatos aos cargos que exijam ensino médio completo;

4.1.3. R\$ 80,00 (oitenta reais) para os candidatos aos cargos que exijam nível médio (magistério) ou ensino superior completo.

5. DAS PROVAS

5.1. Os candidatos submeter-se-ão aos testes de que dispõe o programa das provas - Anexos II, III e IV deste Edital, que avaliarão as aptidões e o desempenho na função que pretendem exercer.

5.2. A 1ª fase compreende a prova escrita objetiva, com questões de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas de resposta cada, com apenas 1 (uma) alternativa correta, de caráter classificatório e eliminatório, a ser aplicada para todos os candidatos.

5.2.1. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na Prova Escrita Objetiva.

5.3. A 2ª fase compreende:

5.3.1. Prova prática, de caráter classificatório e eliminatório, com nota máxima de 4,00 (quatro), a ser aplicada para os cargos de Motorista e Operador de Máquinas.

5.3.1.1. O candidato que não obtiver nota igual ou superior a 2,00 (dois) na prova prática estará desclassificado.

5.3.1.2. A nota final dos cargos de Motorista e Operador de Máquinas será a soma das notas da prova escrita objetiva e da prova prática.

5.3.1.3. O candidato que não obtiver, no mínimo, nota 5,00 (cinco) na Prova Escrita Objetiva não terá sua Prova prática avaliada.

5.3.2. Prova de Títulos, de caráter classificatório a ser aplicada aos candidatos dos cargos de Professor de Artes, Professor de Educação Física, Professor I - Educação Infantil e Professor II - Séries Iniciais.

5.3.2.1. A nota final dos cargos de Professor de Artes, Professor de Educação Física, Professor I - Educação Infantil e Professor II - Séries Iniciais será a soma das notas da prova escrita objetiva e da prova de títulos.

5.4. As provas escritas terão pontuação a seguinte pontuação:

5.4.1. para os cargos de Professor de Artes, Professor de Educação Física, Professor I - Educação Infantil e Professor II - Séries Iniciais de 0,00 a 9,00, utilizando-se 2 (duas) decimais após a vírgula;

5.4.2. para os cargos de Motorista e Operador de Máquinas, de

0,00 a 6,00, utilizando-se 2 decimais após a vírgula;
5.4.3. para demais cargos, de 0,00 a 10,00, utilizando-se 2 (duas) decimais após a vírgula.

5.5. Serão considerados como títulos os certificados de cursos, reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC, concluídos até a data da prova, com carga horária mínima de 360 horas, conforme disposto no Anexo IV deste Edital.

6. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1. As provas serão realizadas no dia 18 de janeiro de 2015 na forma abaixo:

6.1.1. prova escrita: com início às 8h30min e término às 11h30min (horário oficial de Brasília, DF), no Centro Municipal de Educação, situado na Rua Sete de Setembro, 530, Centro, Serra Alta, SC;

6.1.2. prova de títulos: com início às 14h30min e término previsto às 17h30min (horário oficial de Brasília, DF), no Centro Municipal de Educação, situado na Rua Sete de Setembro, 530, Centro, Serra Alta, SC, devendo o candidato comparecer no local, acompanhado dos originais e cópias dos títulos que possui.

6.1.3. prova prática: com início às 14h30min e término previsto às 17h30min (horário oficial de Brasília, DF), na garagem de DNR, situada na Rua Duque de Caxias, Centro, Serra Alta, SC.

6.2. A realização da prova escrita e a metodologia das provas práticas estão descritos nos Anexos II e III deste Edital.

6.3. O gabarito e o caderno de questões da prova escrita objetiva serão disponibilizados, no dia 19 de janeiro de 2015, nos sites www.assconpp.com.br e www.serraalta.sc.gov.br.

6.4. No dia 26 de janeiro de 2015 será publicado o gabarito definitivo, observado o disposto no item 11.1 deste Edital, e a lista dos classificados.

6.5. O conteúdo programático da prova escritas objetiva está descrito no Anexo II deste Edital.

6.6. A forma de classificação dos títulos será procedida nos termos do Anexo IV deste Edital.

6.6.1. Os títulos poderão ser apresentados por procuração, com firma reconhecida em Cartório.

6.7. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

6.7.1. com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Concurso, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações - Estatuto do Idoso;

6.7.2. que obtiver melhor nota na prova escrita;

6.7.3. que obtiver melhor nota nas questões de Conhecimentos Específicos;

6.7.4. que obtiver melhor nota nas questões de Língua Portuguesa;

6.7.5. que obtiver melhor nota nas questões de Conhecimentos Gerais/Atualidades;

6.7.6. que possuir maior número de dependentes.

6.8. Persistindo o empate, será realizado sorteio, em ato público, em local e data anunciados com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência, na forma do item 11.1 deste Edital.

6.9. O não comparecimento do candidato na prova escrita objetiva, na forma disposta no subitem 6.1.1, implicará sua desclassificação do Concurso.

6.10. As notas finais das provas escritas objetivas, práticas e de

títulos, com a respectiva classificação dos aprovados, serão publicadas nos locais indicados no item 11.1 deste Edital, no dia 26 de janeiro de 2015.

6.11. A lista dos aprovados, homologada pelo Prefeito Municipal, será publicada no dia 30 de janeiro de 2015, nos locais previstos no item 11.1 deste Edital.

7. DOS RECURSOS

7.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

7.1.1. do presente Edital;

7.1.2. do não deferimento do pedido de inscrição;

7.1.3. da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;

7.1.4. da classificação nas provas prática e de títulos;

7.1.5. da discordância da aplicação da prova prática;

7.1.6. da classificação final.

7.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 2 (dois) dias úteis, após a sua publicação, mediante requerimento protocolizado no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Serra Alta, SC, cuja decisão será publicada na forma do item 11.1 deste Edital, no dia 14 de novembro 2014.

7.3. Os demais recursos deverão ser efetuados pelo site www.assconpp.com.br, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a partir da publicação do ato que deu causa.

8. DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA

8.1. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir, mediante fornecimento de cópias legíveis dos seguintes documentos, acompanhados dos originais quando necessário, observando o disposto no subitem 10.4 deste Edital:

8.1.1. ser brasileiro nato ou naturalizado;

8.1.2. ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

8.1.3. atender, se o candidato for deficiente, às exigências da Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 e do Decreto Federal nº 3.298/1999;

8.1.4. estar em gozo dos direitos civis e políticos;

8.1.5. estar quite com o Serviço Militar Obrigatório ou dele ter sido liberado, se do sexo masculino;

8.1.6. apresentar certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando situação regular;

8.1.7. comprovar a escolaridade mínima exigida no Anexo I deste Edital;

8.1.8. apresentar certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pelos Cartórios Judiciais Federal, Estadual ou Distrital do domicílio do candidato, expedida no máximo, há 6 (seis) meses, ou dentro do prazo da validade consignado no documento;

8.1.9 a admissão do candidato fica condicionada ainda à observância do art. 37, XVI, da Constituição da República Federativa do Brasil, referentes a acúmulo de emprego, emprego ou funções públicas, abrangendo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público, sendo vedada também a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos art. 42 e 142 com a remuneração de emprego, emprego ou função pública, ressalvados os empregos acumuláveis na forma da Constituição Federal, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração;

8.1.10. ter aptidão física e mental, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico do trabalho do Setor de Segurança e Medicina do Trabalho da Prefeitura Municipal de Serra Alta, SC, após a apreciação dos exames e dos demais documentos;

8.1.11. certidão negativa do órgão fiscalizador de Santa Catarina,

para os cargos de Médico.

8.2. Além dos documentos constantes no subitem 8.1 deste Edital, o candidato deverá apresentar os exames a seguir relacionados, realizados à custa do mesmo, no dia determinado para o exame admissional, este efetuado pelo Médico do Trabalho da Municipalidade:

- a) Exame clínico;
- b) Hemograma com plaquetas;
- c) Glicemia de jejum;
- d) Comum de urina;
- e) Colesterol total;
- f) Triglicerídeos.

8.2.1. Os exames e avaliações médicas deverão ser originais e realizadas, no máximo 30 (trinta) dias da data do exame admissional.

8.3. Os documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos do item 8 deste Edital serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para a contratação.

8.4. Os documentos previstos no item 8 deste Edital deverão ser apresentados no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados data da convocação, sob pena de exclusão do processo seletivo.

8.5. O não cumprimento dos requisitos necessários impossibilitará a contratação do candidato.

8.6. Não será admitido o candidato classificado que tenha sido considerado culpado em Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância, no Município de Serra Alta, SC, nos últimos 5 (cinco) anos.

9. DO REGIME JURÍDICO

9.1. Os aprovados e habilitados e classificados neste Concurso Público serão admitidos sob o regime jurídico estatutário, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Serra Alta e serão filiados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, como contribuintes obrigatórios do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

10. DA VALIDADE DO CONCURSO

10.1. O prazo de validade deste concurso será de 2 (dois) anos, contados a partir da data do Edital de Homologação, podendo ser prorrogado por uma única vez, por igual período, a critério do Município de Serra Alta, SC, devendo a prorrogação ser publicada em jornal de circulação local antes de expirado o prazo original.

10.2. A aprovação neste Concurso não caracterizará direito à nomeação, a qual, no prazo de validade, será efetuada conforme a necessidade do Município de Serra Alta, SC, respeitada a classificação obtida.

10.3. Não poderão participar do Concurso Público os membros de quaisquer das comissões deste Concurso e os profissionais responsáveis pela elaboração das provas escrita e prática, assim como seus parentes consanguíneos ou por afinidade, em linha reta ou colateral, até segundo grau.

10.4. O candidato aprovado que não se apresentar no setor de Recursos Humanos do Município de Serra Alta, SC, no prazo de 30 (trinta) dias contados da sua convocação, comprovando todas as condições e exigências dispostas no item 8 deste Edital, mediante a apresentação dos documentos solicitados, ou não for encontrado no endereço constante no requerimento de inscrição, perderá a vaga conquistada neste Concurso, sendo chamado o classificado imediatamente seguinte.

10.4.1. A convocação dos candidatos será feita através de Edital

de chamamento de vagas ou por contato telefônico, via postal ou e-mail, com base nos dados informados na ficha de inscrição ou posteriormente atualizados. É responsabilidade exclusiva do candidato manter seus dados atualizados.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A lista de inscritos, os gabaritos e os cadernos de questões da prova escrita objetiva, a lista de classificados, suas respectivas homologações e demais atos provenientes deste Edital de Concurso, serão publicados no mural interno da Prefeitura de Serra Alta, SC, e nos sites www.assconpp.com.br e www.serraalta.sc.gov.br.

11.1.1. A homologação da lista dos aprovados, além dos locais anteriores, será publicada em jornal de circulação local, do Município de Serra Alta, SC.

11.1.2. O caderno de questões e o gabarito serão publicados apenas nos sites www.assconpp.com.br e www.serraalta.sc.gov.br.

11.2. A critério do Município de Serra Alta, SC, e mediante ato justificado, de interesse público, poderá ser chamado número maior de classificados do que a vaga contida neste Edital.

11.3. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em adendo ou aviso a ser publicado, na forma do item 11.1 deste Edital.

11.4. Não serão prestadas informações de qualquer espécie por telefone, cabendo aos candidatos acompanharem as publicações pelos sites www.assconpp.com.br e www.serraalta.sc.gov.br.

11.5. Os casos não previstos, relativos à realização deste Concurso, serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento, designada pela Administração Municipal de Serra Alta, SC, pelo Decreto nº 183/2014, de 10 de novembro de 2014, juntamente com a Empresa ASSCON-PP.

11.6. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao Concurso Público de que trata este Edital é o da Comarca de Modelo, SC.

11.7. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

- 11.7.1. ANEXO I - Quadro de Vagas a Serem Preenchidas e Atribuições/Condições de Trabalho dos Cargos;
- 11.7.2. ANEXO II - Conteúdo Programático da Prova Escrita;
- 11.7.3. ANEXO III - Da Realização das Provas;
- 11.7.4. ANEXO IV - Forma de Classificação dos Títulos;
- 11.7.5. ANEXO V - Declaração para Candidatos Portadores de Deficiência;
- 11.7.6. ANEXO VI - Cronograma.

Serra Alta, SC, 10 de novembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta, SC

ANEXO I

Título I

QUADRO DE VAGAS A SEREM PREENCHIDAS

Cargo	Nº de vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento Inicial – R\$	Nível de Escolaridade ²
Agente Educativo	3	40h	R\$ 757,15 + INCORPORAÇÃO R\$ 143,60	Ensino Médio completo

Cargo	Nº de vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento Inicial – R\$	Nível de Escolaridade ²
Auxiliar de Serviços Gerais	2	40h	R\$ 757,15 + INCORPORAÇÃO R\$ 143,60	Alfabetizado
Farmacêutico	1	20h	R\$ 1.826,05 + INCORPORAÇÃO R\$ 71,80	Portador do Diploma de Farmácia, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
Fisioterapeuta	1	20h	R\$ 1.826,05 + INCORPORAÇÃO R\$ 71,80	Portador do Diploma de Fisioterapia, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
Médico ESF	1	40h	R\$ 10.416,34 + INCORPORAÇÃO R\$ 143,60	Portador do Diploma de Médico, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão
Motorista	1	40h	R\$ 1.174,30 + INCORPORAÇÃO R\$ 143,60	Ensino Fundamental (Séries Iniciais), portador de Carteira Nacional de Habilitação – CNH, categoria “D”
Operador de Máquinas	1	40h	R\$ 1.337,86 + INCORPORAÇÃO R\$ 143,60	Ensino fundamental, completo, portador de Carteira Nacional de Habilitação – CNH, categoria “C”
Professor de Artes	1	20h	R\$ 1.105,74 + INCORPORAÇÃO R\$ 71,80	Licenciatura de graduação Plena com habilitação na área específica de atuação.
Professor de Educação Física	1	20h	R\$ 1.105,74 + INCORPORAÇÃO R\$ 71,80	Licenciatura de graduação Plena com habilitação na área específica de atuação.

Cargo	Nº de vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento Inicial – R\$	Nível de Escolaridade ²
Professor I – Educação Infantil	6	20h	R\$ 953,91 + INCORPORAÇÃO R\$ 71,80	Nível Médio (magistério) ou pedagogia
Professor II – Séries Iniciais	2	20h	R\$ 953,91 + INCORPORAÇÃO R\$ 71,80	Nível Médio (magistério) ou pedagogia
Psicólogo	1	20h	R\$ 1.826,05 + INCORPORAÇÃO R\$ 71,80	Portador do Diploma de Psicologia, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão
Servente de Escola	2	40h	R\$ 757,15 + INCORPORAÇÃO R\$ 143,60	Alfabetizado
Tesoureiro	1	40h	R\$ 1.823,66 + INCORPORAÇÃO R\$ 143,60	Nível Médio Completo

Título II

ATRIBUIÇÕES/CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS CARGOS

AGENTE EDUCATIVO

- Acompanhar e auxiliar as atividades pedagógicas desenvolvidas pelos professores;
- Participar de reuniões e planejamento a critério da escola;
- Participar de eventos e promoções desenvolvidos pela creche;
- Receber as crianças;
- Receber e transmitir recados;
- Executar atividades pertinentes ao cuidar/educar;
- Cumprir regras do regimento interno da creche;
- Desempenhar as demais atividades inerentes ao cargo.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

- Zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do órgão.
- Executar trabalhos braçais;
- Executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do órgão, jardins, garagens e seus veículos.
- Executar serviços auxiliares de limpeza, revisão e acondicionamento das peças e lubrificação das máquinas.
- Manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndios ou quaisquer outras relativas à segurança do órgão.
- Executar serviços de copa, cozinha, com atendimento aos servidores e alunos.
- Receber, protocolar e entregar correspondência interna e externa.
- Requisitar material necessário aos serviços.
- Processar cópia de documentos.
- Receber, orientar e encaminhar o público, informando sobre localização de pessoas ou dependências do órgão.
- Receber e transmitir mensagens.
- Encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão.
- Encarregar-se da limpeza e polimento de veículos e máquinas.
- Relatar as anormalidades verificadas.
- Atender telefone e transmitir ligações.

- Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão.

FARMACÊUTICO

- Desempenhar funções de dispensação ou manipulação de fórmulas magistrais e farmacopéicas; proceder a fiscalização profissional sanitárias;
- Participar da elaboração e ou fazer cumprir normas e disposições gerais relativas ao armazenamento, controle de estoque e distribuição de medicamentos, germicidas e produtos correlatos, garantindo sua qualidade e otimizando a terapia medicamentosa;
- Participar de discussões técnicas para seleção e aquisição de medicamentos, germicidas e produtos correlatos, garantindo sua qualidade e otimizando a terapia medicamentosa;
- Elaborar manuais de procedimentos, manuais técnicos, formulários e lista de medicamentos, buscando normatizar e operacionalizar o funcionamento da assistência farmacêutica, criando padrões técnicos e sanitários de acordo com a legislação; gerir racionalmente recursos materiais e humanos, de forma a dar garantia de qualidade aos serviços prestados na área de medicamentos;
- Atender os receituários médicos, observando a legalidade da receita, avaliando a compatibilidade física e química, bem como averiguando a dose, via de administração, duração do tratamento e dose cumulativa dos medicamentos prescritos;
- Informar de forma clara e compreensiva, sobre o modo correto de administração dos medicamentos, alertando sobre reações adversas e interações medicamentosas com alimentos e/ou produtos ingeridos concomitantemente;
- Atuar na promoção da educação dos profissionais de saúde e de pacientes; atuar como fonte de informação sobre medicamentos aos outros profissionais de saúde;
- Participar de equipe multidisciplinar, colaborando na elaboração, execução e avaliação de programas de saúde pública; executar funções como: reconstituição de medicamentos, preparo de misturas intravenosas e nutrição parenteral, fracionamento de doses, produção de medicamentos, e outras atividades passíveis de serem realizadas e atribuições do farmacêutico; atuar junto a central de esterilização na orientação de processos de desinfecção e esterilização de materiais;
- Atuar em farmácia clínica;
- Participar como membro de comissões de sua competência como: comissão de farmácia e terapêutica, padronização de medicamentos, comissão de controle de infecção hospitalar, licitações e pareceres técnicos;
- Atuar no controle de qualidade de águas de consumo humano, residuárias e controle de operações de estação de tratamento de águas e esgotos domésticos e industriais de piscinas, praias e balneários, desde a coleta de amostras, análises físicas químicas e microbiológicas, até emissão e assinatura de laudos e pareceres técnicos;
- Executar e ou supervisionar análises físico-químicas, sensoriais, microscópicas, toxicológicas, microbiológicas, fitoquímicas, ensaios biológicos e outras, fazendo uso de metodologias e equipamentos necessários;
- Atuar em farmácia homeopática, desde que devidamente habilitado;
- Programar, supervisionar, inspecionar, bem como responder tecnicamente pela realização de exames laboratoriais, controle de qualidade de insumos de natureza biológica, química e física, emitindo laudos, pareceres e diagnósticos;
- Fazer pesquisas quantitativas e qualitativas em amostras de materiais, dos exames requisitados; coordenar, executar e supervisionar atividade específicas do laboratório de análises clínicas, desde a coleta do material para análise, até entrega do laudo final ao cliente;
- Executar e/ou supervisionar análises hematológicas, sorológicas, bacteriológicas, parasitológicas, coprológicas e outras, utilizando-se de aparelhos e técnicas específicas;
- Assumir responsabilidades pelos laudos dos exames realizados

no laboratório, assinando-os, oferecendo assim maior credibilidade e segurança ao requisitante;

- Orientar a distribuição de atividades para a equipe auxiliar, além de supervisionar a utilização e manipulação corretas dos materiais e equipamentos, observando cuidados relativos à higiene e segurança, garantindo qualidade do serviço;
- Assessorar a elaboração de projetos de construção e montagem de áreas específicas;
- Prever, prover e controlar materiais e equipamentos, emitindo opinião técnica em sua aquisição; participar da equipe multidisciplinar, colaborando na elaboração de programas de saúde pública; zelar por sua segurança e de terceiros, bem como pela conservação e manutenção de materiais e equipamentos de seu ambiente de trabalho;
- Participar em comissões técnicas e auditorias, com fins diversos, emitindo laudos e pareceres de sua competência;
- Participar efetivamente da política de saúde do município através dos programas implantados pela secretaria municipal de saúde; desempenhar outras tarefas afins.

FISIOTERAPEUTA

- Proceder diagnóstico do estado de saúde dos pacientes, identificando sua capacidade funcional;
- Emitir diagnóstico e prognóstico de situações de risco;
- Planejar, controlar, supervisionar e executar tratamentos de afecções sequelares visando a redução das consequências das patologias;
- Supervisionar, controlar, treinar, avaliar as atividades da equipe auxiliar;
- Educar, treinar clientes na correção da postura, reeducando a funcionalidade de órgão afetados; manter controlados e atualizados os registros dos dados, usando-os na elaboração de relatórios estatísticos;
- Manipular, controlar e orientar informações, materiais e equipamentos fisioterápicos;
- Participar da equipe multidisciplinar, na elaboração, planejamento e execução de ações de vigilância sanitária, epidemiológica e de saúde do trabalhador;
- Zelar por sua segurança e de terceiros, bem como pela manutenção e conservação de materiais e equipamentos de seu ambiente de trabalho;
- Participar de auditorias e comissões técnicas, emitindo laudos e pareceres a si pertinentes; participar das ações desenvolvidas pela prefeitura municipal;
- Participar efetivamente da política de saúde do Município, através dos programas implantados pela Secretaria Municipal de Saúde;
- Executar outras atividades afins.

MÉDICO ESF

- Realizar atendimento ambulatorial.
- Participar dos programas de atendimento à populações atingidas por calamidades públicas.
- Integrar-se com a execução dos trabalhos de vacinação e saneamento.
- Realizar estudos e inquéritos sobre os níveis de saúde das comunidades e sugerir medidas destinadas à solução dos problemas levantados.
- Participar da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na área respectiva.
- Participar das atividades de apoio médico-sanitário das Unidades Sanitárias da Secretaria da Saúde.
- Emitir laudos e pareceres, quando solicitado.
- Participar de eventos que visem, seu aprimoramento técnico-científico e que atendam os interesses da Instituição.
- Fornecer dados estatísticos de suas atividades.
- Participar de treinamento para pessoal de nível auxiliar médio e superior.
- Proceder a notificação das doenças compulsórias à autoridade sanitária local.

- Prestar à clientela assistência médica especializada, através de diagnóstico, Tratamento, prevenção de moléstias e educação sanitária.
- Opinar à respeito da aquisição de aparelhos, equipamentos e materiais a serem utilizados no desenvolvimento de serviços relacionados a sua especialidade.
- Desempenhar outras atividades afins.
- Participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos, inclusive aqueles relativos ao trabalho, e da atualização contínua dessas informações, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local;
- Realizar o cuidado em saúde da população adscrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), quando necessário;
- Realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local;
- Garantir a integralidade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde;
- Realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local;
- Realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo;
- Responsabilizar-se pela população adscrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros serviços do sistema de saúde;
- Participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis;
- Promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social;
- Identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersectoriais com a equipe, sob coordenação da SMS;
- Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas nacionais de informação na Atenção Básica;
- Participar das atividades de educação permanente;
- Realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais.
- Realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade;
- Realizar consultas clínicas e procedimentos na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações, etc.);
- Realizar atividades de demanda espontânea e programada em clínica médica, pediatria, gineco-obstetrícia, cirurgias ambulatoriais, pequenas urgências clínico-cirúrgicas e procedimentos para fins de diagnósticos;
- Encaminhar, quando necessário, usuários a serviços de média e alta complexidade, respeitando fluxos de referência e contra-referência locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário, proposto pela referência;
- Indicar a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário;
- Contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ACD e THD; e
- Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF.

MOTORISTA

- Dirigir veículos oficiais, transportando materiais e equipamentos;

- Zelar pelo abastecimento, conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade;
- Efetuar pequenos reparos no veículo sob sua responsabilidade;
- Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a viatura sob sua responsabilidade;
- Proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral;
- Proceder ao mapeamento de viagens, identificando o usuário, tipo de carga, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada;
- Auxiliar na carga e descarga do material ou equipamento;
- Tratar os passageiros com respeito e urbanidade;
- Manter atualizado o documento de habilitação profissional e do veículo;
- Executar outras tarefas afins.
- Transportar pacientes, realizar plantões noturnos, finais de semana e feriados.

OPERADOR DE MÁQUINAS

- Providenciar a lavagem, o abastecimento e a lubrificação da máquina;
- Efetuar pequenos reparos na máquina sob sua responsabilidade;
- Dirigir máquinas como: trator de pneus, rolo compactador, perfuratriz patolas tratores pás carregadeiras e similares;
- Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a máquina sob sua responsabilidade;
- Proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificação e manutenção em geral;
- Proceder o mapeamento dos serviços executados, identificando o tipo de serviço, o local e a carga horária;
- Manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina;
- Efetuar os serviços determinados, registrando as ocorrências;
- Executar outras tarefas afins.

PROFESSOR I - EDUCAÇÃO INFANTIL, PROFESSOR II - SÉRIES INICIAIS, PROFESSOR DE ARTES E PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

- Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- Elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- Zelar pela aprendizagem dos alunos, dando condições para a manutenção da saúde física e psíquica dos alunos;
- Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- Ministrar os dias letivos e horas aula estabelecidas, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Executar o trabalho diário de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem;
- Manter com os colegas o espírito de colaboração e solidariedade indispensável à eficiência da obra educativa;
- Realizar com clareza, precisão e presteza, toda escrituração referente à execução da programação, frequência e aproveitamento dos alunos;
- Zelar pela conservação dos bens materiais, limpeza e o bom nome da escola;
- Executar as demais normas estabelecidas no regimento escolar, nas diretrizes emanadas dos órgãos superiores e legislação federal, estadual e municipal.
- Planejar e executar as atividades pedagógicas, em conjunto com o professor titular, quando estiver atuando nas séries iniciais do ensino fundamental;
- Propor adaptações curriculares nas atividades pedagógicas;
- Participar do conselho de classe;
- Tomar conhecimento antecipado do planejamento do professor

regente, quando o educando estiver matriculado nas séries finais do ensino fundamental;

- Participar com o professor titular das orientações (assessorias) prestadas pelo SAEDE e ou SAESP;
- Participar de estudos e pesquisas na sua área de atuação mediante projetos previamente aprovados pela SED e FCEE;
- Sugerir ajudas técnicas que facilitem o processo de aprendizagem do aluno da educação especial;
- Cumprir a carga horária de trabalho na escola, mesmo na eventual ausência do aluno;
- Participar de capacitações na área de educação.

PSICÓLOGO

- Emitir diagnóstico, psicológico e social, através da avaliação da clientela alvo, utilizando-se para isto dos recursos técnicos e metodológicos apropriados;
- Prestar atendimento, acompanhamento e/ou encaminhamento a outras especialidades médicas;
- Participar de equipe multidisciplinar em programas e ações comunitárias de saúde, com o objetivo de integrar as ações desenvolvidas;
- Planejar, orientar, coordenar, supervisionar e, avaliar as estratégias de intervenção psicossocial, partindo das necessidades da clientela identificada;
- Executar atendimento psicossocial, através de psicoterapia em sessões grupais ou individualizadas;
- Atuar em pesquisa da psicologia, em relação a saúde, trabalho e educação, entre outros aspectos;
- Participar em ações de assessoria, prestando consultoria e, emitindo pareceres dentro de sua área de atuação;
- Participar de auditorias e comissões técnicas, emitindo laudos e, pareceres que lhe forem pertinentes;
- Participar do programa de saúde mental, exercendo atividades comunitárias, objetivando a capacitação e esclarecimentos;
- Atuar junto ao setor de recursos humanos, na área de recrutamento e seleção de pessoal, bem como acompanhando, treinando e reciclando servidores;
- Zelar pela sua segurança e, de terceiros, bem como pela preservação e manutenção de materiais e equipamentos em seu ambiente de trabalho;
- Participar na elaboração de normas e rotinas, a fim de obter a dinamização e padronização dos serviços;
- Participar efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela Secretaria Municipal de Saúde;
- Executar outras atividades afins;

SERVENTE DE ESCOLA

- Executar serviços de limpeza interna e externa e, atividades afins, nos prédios públicos e, nos bens de uso comum como ruas, praças, jardins e outros;
- Executar a função de ajudante nas tarefas realizadas pela secretaria onde estiver subordinado;
- Zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do órgão.
- Encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão.
- Preparar e servir a merenda escolar, controlando quantitativamente e qualitativamente;
- Atender telefone e transmitir ligações.
- Executar serviços de copa, cozinha, com atendimento aos servidores e alunos.
- Requisitar material necessário aos serviços.
- Relatar as anormalidades verificadas.

TESOUREIRO

- Acompanhar e controlar os resultados da gestão financeira do órgão;
- Participar na elaboração de propostas correlatas;
- Classificar receita e despesa;

- Emitir ordens bancárias e cheques;
- Elaborar termo de conferência de caixa e demonstração de saldo;
- Controlar saldos de caixa;
- Providenciar toda grade de documentos, boletins de caixa;
- Emitir boletins de caixa;
- Desempenhar tarefas correlata.

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA ESCRITA

CONTEÚDO COMUM PARA TODOS OS CARGOS

Conhecimentos Gerais e Atualidades: Ciências da natureza e suas tecnologias; Ciências humanas e suas tecnologias; Organização político-administrativa do Brasil; Agronegócios e a economia brasileira; Política, Economia, Contexto internacional; Neoliberalismo e globalização, Mercosul; Questões ambientais; Atualidades relativas ao Mundo, ao País, ao Estado de Santa Catarina e ao Município de Serra Alta e Região.

Língua Portuguesa: Leitura, análise e interpretação de texto, noções de fonética, acentuação gráfica, separação de sílabas, ortografia, semântica, classes das palavras, concordância nominal, concordância verbal, regência verbal, crase, análise sintática, colocação pronominal, pontuação, emprego de certas palavras, emprego das iniciais, plural dos compostos, emprego do hífen, vícios de linguagem, estrutura das palavras.

Matemática e Raciocínio Lógico: Conjuntos, noções de matemática financeira, juros simples e juros compostos, geometria, Trigonometria, progressão geométrica, progressão aritmética, análise combinatória, probabilidade, operações fundamentais (números inteiros e fracionários), potenciação e radiciação, sistema de medidas (decimais e não decimais), conversão de unidades de medida; regra de três, porcentagem, equações de primeiro e segundo grau.

Informática Básica: Conceitos básicos, a informática na formação do trabalhador, tipos de computadores, funcionamento do computador (principais componentes e suas funções), Operações básicas, Interface do Windows (Área de Trabalho, Barra de Tarefas, Janelas, Uso do teclado, Uso do mouse, Gerenciando arquivos e pastas), uso do programas: Word (Edição de documentos, Formatação de textos, Recursos de impressão), Excel, Power Point. Vírus e antivírus. Sistema operacional Linux. Navegadores de internet.

CONTEÚDO ESPECÍFICO

Agente Educativo: Legislação municipal pertinente ao desempenho das atividades do cargo; Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990 (ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Lei nº 9.394/1996. Teoria e prática da educação; função social e política da escola: gestão democrática e autonomia na organização do trabalho escolar; projetos político-pedagógicos; a educação básica no Brasil: acesso; permanência; inclusão e fracasso escolar; a organização da educação básica. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB; tendências pedagógicas; Noções de limpeza e higiene; Lixo Orgânico e Reciclagem; Classificação dos Resíduos sólidos; Noções de Hierarquia; Equipamentos de Proteção Individual - EPIs. Relacionamento humano no trabalho. Noções de atendimento, comportamento, qualidade e responsabilidade no serviço público.

Auxiliar de Serviços Gerais: Legislação municipal pertinente ao desempenho das atividades do cargo; Noções de limpeza e higiene; Lixo Orgânico e Reciclagem; Classificação dos Resíduos sólidos; Noções de pré-preparo e preparo de alimentos; cocção

de alimentos, Produtos apropriados para limpeza de: pisos, paredes, vasos sanitários, azulejos, etc. Noções de Hierarquia; Equipamentos de Proteção Individual - EPIs. Relacionamento humano no trabalho. Noções de atendimento, comportamento, qualidade e responsabilidade no serviço público. Noções gerais sobre alvenaria, jardinagem, cultivo de plantas, preparação de argamassa, concreto, impermeabilizações, pisos e procedimentos executivos da construção civil em geral. Limpeza e higiene em geral; Remoção de lixo e detritos; Segurança e higiene do trabalho; Noções sobre materiais de construção; Noções sobre pintura e tintas; Noções sobre instalações elétricas prediais e redes de drenagem.

Farmacêutico: Legislação municipal pertinente ao desempenho das atividades do cargo; Curativos: potencial de contaminação, técnicas de curativos. Princípios da administração de medicamentos; terapêutica medicamentosa, noções de farmacoterapia. Doenças Sexualmente Transmissíveis; Imunização: vacinas, acondicionamento, cadeia de frio (conservação), dosagens, aplicação, calendário de vacinação. Esterilização de material. Saúde da mulher: planejamento familiar, gestação (pré-natal), parto e puerpério, prevenção do câncer de colo e mamas. Equipamentos de Proteção Individual - EPIs. Relacionamento humano no trabalho. Noções de atendimento, comportamento, qualidade e responsabilidade no serviço público. Preparo de drogas de acordo com fórmulas pré-estabelecidas ou necessidades urgentes. Acondicionamento e distribuição de medicamentos. Manutenção de estoques. Controle de compras. Princípio ativo dos fármacos: atuação dos fármacos no organismo, indicações e contra-indicações. Posologia. Efeitos colaterais. Aspectos gerais da farmacologia. Farmácia ambulatorial e hospitalar: dispensação de medicamentos, previsão, estocagem e conservação de medicamentos. Conduta para com o paciente. Farmacologia: noções básicas de farmacologia geral de medicamentos que atuam em vários sistemas, em vários aparelhos, e de psicofarmacologia. Noções básicas de farmacotécnica: pesos e medidas. Formas farmacêuticas. Cálculos em farmácia. Nomenclatura de fármacos. Preparo de soluções não-estéreis e estéreis. Diferenças entre os medicamentos éticos, genéricos e manipulados. Interações medicamentosas. Boas práticas de armazenamento e conservação de medicamentos. Noções de controle de estoque.

Fisioterapeuta: Legislação municipal pertinente ao desempenho das atividades do cargo; Recursos fisioterápicos (indicação/contra indicação) massoterapia, eletroterapia, termoterapia, fototerapia, hidroterapia, cinesioterapia, crioterapia, laserterapia, acromioplastia, mecanoterapia; Ortopedia e traumatologia; Reumatologia; Neurologia (infantil e adulto); Amputados (tipos de amputação e prótese); Geriatria e gerontologia; Vascular, Fisiopatologia; Diagnóstico fisioterápico; Tratamento; Prognóstico; Prevenção; Epidemiologia.

Médico ESF: Legislação municipal pertinente ao desempenho das atividades do cargo; Doenças Causadas por Bactérias; Doenças Causadas por Protozoários; Doenças Causadas por Vírus; Princípios Gerais do Uso dos Antimicrobianos; Micoses superficiais e profundas. Fisiologia renal. Hipertensão arterial; Insuficiência renal; Transtornos mentais e do comportamento decorrentes do uso de substância psicoativa. Esquizofrenia, transtornos esquizotípicos e delirantes. Transtornos do humor (afetivos). Transtornos neuróticos, relacionados ao estresse. Síndromes comportamentais associadas a perturbações fisiológicas e fatores físicos. Fraturas expostas. Lesões ortopédicas traumáticas em crianças e adolescentes. Dor lombar. Cálculos renais. Tumores renais. Doenças do ureter - obstrução e tumores. Nefrostomia. Doenças da bexiga, ovário, próstata, uretra, pênis; Patologia da gestação. Puerpério. Reprodução humana: planejamento familiar, sexualidade, infertilidade. Gestação de alto risco. Oncologia ginecológica. Puericultura: Conceitos, ações e perspectivas. Crescimento: fatores promovedores. Crescimento fetal. Crescimento pós natal. Desenvolvimento. Particularidades digestivas do lactente. Necessidades nutricionais.

Amamentação materna. O leite humano. Amamentação artificial. O esquema de amamentação. Higiene anti-infecciosa. Higiene mental. Distúrbios do crescimento. Desidratação. Hidratação oral. Desnutrição. Diarreia aguda. Parasitose. Icterícia Neonatal. Obstrução aguda das vias aéreas. Bronquiolite. Alergia respiratória. Asma. Tuberculose. Mecanismos gerais de ação das drogas. Principais grupos farmacológicos. Fármacos naturais e sintéticos. Farmacodinâmica dos principais compostos de cada grupo farmacológico. Mecanismos de ação e efeitos farmacológicos dos principais compostos. Farmacocinética e as principais indicações terapêuticas, os efeitos tóxicos mais importantes e as principais interações farmacológicas. Avaliação pré-anestésica. Medicação pré - anestésica. Monitoração do paciente anestesiado. Manutenção de vias aéreas. Anestésicos locais. Anestésias espinhais. Anestesia geral. Instrumentos teóricos componentes do Sistema Único de Saúde e da formulação dos Modelos de Atenção à saúde. Vigilância Epidemiológica e Vigilância Sanitária.

Motorista: Legislação municipal pertinente ao desempenho das atividades do cargo; Legislação de Trânsito; cidadania e meio ambiente; noções básicas de mecânica, operação e manutenção preventiva dos equipamentos leves; conhecimento de sistema de funcionamento dos componentes dos equipamentos; diagnósticos de falhas de funcionamento dos equipamentos. Equipamentos de Proteção Individual - EPIs. Relacionamento humano no trabalho. Noções de atendimento, comportamento, qualidade e responsabilidade no serviço público.

Operador de Máquinas: Legislação municipal pertinente ao desempenho das atividades do cargo; Legislação de Trânsito; cidadania e meio ambiente; noções básicas de mecânica, operação e manutenção preventiva dos equipamentos leves; conhecimento de sistema de funcionamento dos componentes dos equipamentos; diagnósticos de falhas de funcionamento dos equipamentos. Equipamentos de Proteção Individual - EPIs. Relacionamento humano no trabalho. Noções de atendimento, comportamento, qualidade e responsabilidade no serviço público.

Psicólogo: Legislação municipal pertinente ao desempenho das atividades do cargo; Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990 (ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente); Lei nº 10741 de 1 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso); Lei Orgânica de Saúde 8.080/90; NOB-SUS/96 - Norma Operacional Básica do SUS; Lei nº 8142 de 28 de dezembro de 1990; Conselho Tutelar; Medidas sócio-educativas; Convivência familiar e comunitária; Conceitos, atuação e ética do Psicólogo; Teorias psicogenéticas e do desenvolvimento; Construção do conhecimento e Deficiência; A Instituição Escolar, Infância e Juventude Ensino e Aprendizagem, Educação Especial, A política social no Brasil como determinante no processo de organização das instituições escolares, Trabalho em equipe multiprofissional; Psicodiagnóstico; Transformações dos conceitos e metodologias das deficiências; As relações familiares.

Servente de Escola: Legislação municipal pertinente ao desempenho das atividades do cargo; Noções de limpeza e higiene; Lixo Orgânico e Reciclagem; Classificação dos Resíduos sólidos; Noções de pré-preparo e preparo de alimentos; cocção de alimentos, Produtos apropriados para limpeza de: pisos, paredes, vasos sanitários, azulejos, etc. Noções de Hierarquia; Equipamentos de Proteção Individual - EPIs. Relacionamento humano no trabalho. Noções de atendimento, comportamento, qualidade e responsabilidade no serviço público.

Tesoureiro: Legislação municipal pertinente ao desempenho das atividades do cargo; Noções de atendimento, comportamento, qualidade e responsabilidade no serviço público. DOCUMENTOS OFICIAIS: relatório, ata, circular, portaria, apostila, informação, ordem de serviço, certidão e memorando. Emprego dos Pronomes de Tratamento. Fechos para Comunicações. Identificação do

Signatário. Correio Eletrônico: Definição e finalidade, Forma e Estrutura, Valor documental. Noções de contabilidade. Patrimônio: estrutura, configurações do estado patrimonial. Plano de contas, as contas patrimoniais; as contas de resultado: receitas e despesas; métodos de escrituração. Regime de caixa e de competência. Balancete de verificação. Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Fluxo de Caixa. Orçamento Público: conceito, classificação, princípios e elaboração.

Professor de Artes: Legislação municipal pertinente ao desempenho das atividades do cargo; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Lei nº 9.394/1996. Estatuto da Criança e do Adolescente; Teoria e prática da educação; função social e política da escola: gestão democrática e autonomia na organização do trabalho escolar; projetos político-pedagógicos; a educação básica no Brasil: acesso; permanência; inclusão e fracasso escolar; a organização da educação básica: diretrizes curriculares para o ensino fundamental e para a educação Infantil; parâmetros curriculares nacionais; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB; prática de ensino; avaliação escolar; interdisciplinaridade; currículo e cultura; tendências pedagógicas; História da arte universal e da arte brasileira. Arte e comunicação, arte e expressão. As artes visuais e suas linguagens. Teatro. Dança. Música. Cinema. Museus. Pluralidade cultural: códigos estético e artístico de diferentes culturas. As novas tecnologias de ensino da arte. Ensino da arte: interdisciplinaridade e interculturalidade.

Professor de Educação Física: Legislação municipal pertinente ao desempenho das atividades do cargo; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Lei nº 9.394/1996. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina; Estatuto da Criança e do Adolescente; Teoria e prática da educação; função social e política da escola: gestão democrática e autonomia na organização do trabalho escolar; projetos político-pedagógicos; a educação básica no Brasil: acesso; permanência; inclusão e fracasso escolar; a organização da educação básica: diretrizes curriculares para o ensino fundamental e para a educação Infantil; parâmetros curriculares nacionais; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB; prática de ensino; avaliação escolar; interdisciplinaridade; currículo e cultura; tendências pedagógicas; Educação física no ensino fundamental; dimensões históricas da educação física; dimensões filosóficas, antropológicas e sociais aplicadas à educação e ao esporte; lazer e as interfaces com a educação física; esporte e a educação física; as questões de gênero aplicadas à educação física; dimensões biológicas aplicadas à educação física e ao esporte; as mudanças fisiológicas resultantes da atividade física; nutrição e atividade física; as diferentes tendências pedagógicas da educação física na escola; educação física escolar e cidadania; metodologia de ensino e avaliação na educação física escolar; crescimento e desenvolvimento motor; legislação de ensino

Professor I - Educação Infantil: Legislação municipal pertinente ao desempenho das atividades do cargo; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Lei nº 9.394/1996. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina; Estatuto da Criança e do Adolescente; Teoria e prática da educação; função social e política da escola: gestão democrática e autonomia na organização do trabalho escolar; projetos político-pedagógicos; a educação básica no Brasil: acesso; permanência; inclusão e fracasso escolar; a organização da educação básica: diretrizes curriculares para o ensino fundamental e para a educação Infantil; parâmetros curriculares nacionais; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB; prática de ensino; avaliação escolar; interdisciplinaridade; currículo e cultura;

tendências pedagógicas

Professor II - Séries Iniciais: Legislação municipal pertinente ao desempenho das atividades do cargo; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Lei nº 9.394/1996. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina; Estatuto da Criança e do Adolescente; Teoria e prática da educação; função social e política da escola: gestão democrática e autonomia na organização do trabalho escolar; projetos político-pedagógicos; a educação básica no Brasil: acesso; permanência; inclusão e fracasso escolar; a organização da educação básica: diretrizes curriculares para o ensino fundamental e para a educação Infantil; parâmetros curriculares nacionais; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB; prática de ensino; avaliação escolar; interdisciplinaridade; currículo e cultura; tendências pedagógicas; Concepção de infância. Processo de desenvolvimento infantil; a relação entre pensamento e linguagem

ANEXO III

DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

Título I

NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA OBJETIVA

Na realização da prova escrita, o candidato deverá observar os seguintes aspectos, sob pena de ser desclassificado no certame:

1. A prova escrita será realizada no dia 18 de janeiro de 2015, com início às 8h30min e término às 11h30min (horário oficial de Brasília, DF), no Centro Municipal de Educação, situado na Rua Sete de Setembro, 530, Centro, Serra Alta, SC.

1.1. A abertura dos portões acontecerá às 7h.

1.2. O fechamento dos portões acontecerá às 8h20min.

1.3. A prova terá duração máxima de 3 (três) horas e mínima de 1 (uma) hora.

2. O candidato deverá comparecer no local da prova, convenientemente trajado, portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica de tubo transparente, com tinta azul ou preta.

2.1. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);

2.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

3. A prova será composta por 25 (vinte e cinco) questões de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas de resposta cada, sendo que apenas 1 (uma) alternativa estará correta, na forma abaixo:

CONTEÚDO	Nº de Questões	Peso	Pontos
Conhecimentos gerais	4	0,4	1,60
Língua Portuguesa	5	0,4	2,00
Matemática e Raciocínio Lógico	5	0,4	2,00
Informática básica	4	0,4	1,60

CONTEÚDO	Nº de Questões	Peso	Pontos
Conhecimentos Específicos	7	0,4	2,80
Total:	25	-	10,00

4. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato, sob pena de ficar excluído do Concurso:

- 4.1. comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao Concurso, bem como consultar livros ou apontamentos;
- 4.2. ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na presença de fiscal;
- 4.3. portar telefone celular ou qualquer outro equipamento eletrônico ou de comunicação.

5. Em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova.

6. Os envelopes contendo as provas serão abertos por 2 (dois) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos.

7. Todas as respostas da prova deverão ser transportadas para o cartão-resposta.

7.1. Não serão computadas as questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.

8. Na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos.

9. Após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se do local. O candidato que não concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram.

10. Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal o caderno da prova e o cartão-resposta devidamente preenchido.

10.1. Caso o candidato não entregar o cartão-resposta ou o caderno de prova será eliminado automaticamente deste Concurso Público.

11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar as suas provas e retirar-se definitivamente do local simultaneamente, depois de haver rubricado envelope lacrado, contendo todas as provas e cartões-resposta daquela sala.

12. É terminantemente proibida a inserção e qualquer forma de sinal ou marca, sobre os cartões-resposta, que possa ser interpretada como identificação de determinado candidato.

12.1. Se for constatada qualquer inserção de sinal ou marca no cartão-resposta o candidato será automaticamente desclassificado do processo seletivo.

Título II

METODOLOGIA DE APLICAÇÃO DAS PROVAS PRÁTICAS

1. Prova prática

1.1. Na prova prática serão avaliados os conhecimentos específicos, as habilidades e aptidões que o candidato possui para desempenhar as atribuições do cargo, com ênfase na especialidade para o qual está sendo selecionado, conforme atribuições/responsabilidades que constam no Anexo I deste Edital.

2. Metodologia de aplicação da prova prática

2.1. Os candidatos aos cargos de Motorista e Operador de Máquinas deverão apresentar quando da realização da prova prática

CNH, no mínimo, nas categorias "D", para o cargo de Motorista e "C" para o cargo de Operador de Máquinas, obedecida à legislação de trânsito e categoria, conforme o tipo de veículo a ser conduzido, sob pena de eliminação do Concurso Público.

2.2.1. O candidato que não estiver portando CNH, na categoria mínima necessária, não poderá, sob qualquer hipótese, realizar a prova prática.

2.2. Os candidatos deverão comparecer aos locais designados para a prova prática, munidos de documento oficial de identificação com fotografia conforme itens 2.1 e 2.2 do Título I deste Anexo, sob pena de eliminação do Concurso Público.

2.3. Será utilizado o seguinte formulário para realização das provas práticas:

Nome do Candidato: _____

Número da Inscrição _____

Veículo utilizado _____

CRITÉRIOS OBJETIVOS DE AVALIAÇÃO

Para cada falta, conforme a classificação seguinte haverá o desconto correspondente

I – Falta Leve – 0,20 (vinte centésimos) de ponto negativo,

Não Verificar a situação dos Pneus.

Não verificar água do radiador, óleo do motor e líquido de freio.

Não verificar o funcionamento de luminárias externas (refletores e sinalização).

Não verificar o funcionamento dos retrovisores (ajuste dos retrovisores).

Não verificar o combustível.

Não verificar e interpretar os sinais e avisos do painel de controle.

Não ajustar o acento do condutor.

Iniciar a operação com aceleração abaixo do recomendado.

II – Falta Média – 0,5 (meio ponto) ponto negativo

Não usar o cinto de segurança ou usá-lo incorretamente.

Tentar movimentar o veículo em ponto neutro.

Colocar o veículo em movimento, sem observar as cautelas necessárias.

Tentar movimentar o veículo com o freio de estacionamento (de mão) ativado.

Fazer conversão incorretamente ou sem a prévia sinalização.

Engrenar ou utilizar as marchas de maneira incorreta, durante o percurso.

Jogar qualquer detrito na via pública pelas janelas ou portas do veículo.

Utilizar incorreta ou indevidamente os freios.

III – Falta Grave – 1 (um) ponto pontos negativo

Desobedecer à sinalização da via, ou ao agente da autoridade de trânsito.

Não observar as regras de ultrapassagem ou de mudança de direção.

Não dar preferência de passagem ao pedestre que estiver atravessando a via transversal para onde se dirige o veículo.

Não sinalizar com antecedência a manobra pretendida ou sinalizá-la incorretamente.

Estacionar em desacordo com a regulamentação.

Dirigir com uma só mão na direção, exceto para uso de comandos.

Transitar na contramão ou exceder, em 20%, a velocidade regulamentada para a via.

Abalroar, colidir com outro veículo ou com outro objeto qualquer

Demonstrativo da Apuração da Nota da Avaliação Prática		
Nº de Faltas Leves (FL) - 0,20 por falta	Nº de Faltas Médias (FM) - 0,50 por falta	Nº de Faltas Graves (FG) - 1 ponto por falta

Pontos Negativos (FL)	Pontos Negativos (FM)	Pontos Negativos (FG)	Total de Pontos Negativos TPN (FL+FM+FG = TPN)
A Nota da Avaliação Prática será obtida mediante: Valor da Prova (10) menos o Total de Pontos Negativos (TPN)			NOTA _____

Assinatura do Candidato

Assinatura do(s) Fiscal(ais) e Aplicador(es) da Prova

Assinatura dos membros da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público presentes na aplicação das provas práticas.

Outras assinaturas:

ANEXO IV

FORMA DE CLASSIFICAÇÃO DOS TÍTULOS

A apresentação de títulos tem como objetivo apurar a experiência e o aperfeiçoamento profissional do candidato, e servirá na ordem de classificação.

1. Orientações para entrega dos títulos

1.1. O candidato deverá comparecer no local de entrega dos títulos, portando cópias dos títulos que possui, acompanhados dos originais ou cópias autenticadas em cartório.

1.2. O candidato que estiver portando cópias dos títulos, acompanhados dos documentos originais, terá seus títulos validados por representante da Empresa ASSCON-PP, no ato de entrega.

1.3. Os títulos que não antederem ao disposto neste item não serão contabilizados.

1.4. Os títulos serão juntados e relacionados em formulário próprio, colocados em envelope com a identificação externa do nome e número de inscrição do candidato, o qual será fechado e rubricado pelo candidato e representante da Empresa ASSCON-PP. A segunda via da relação dos títulos será entregue ao candidato, que servirá como comprovante de apresentação dos mesmos.

1.5. Comprovada, em qualquer tempo, a ocorrência de irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos, será anulada a respectiva pontuação do candidato e, comprovada a culpabilidade do mesmo, será excluído do Processo Seletivo ou demitido do cargo que venha a ocupar em decorrência deste certame.

1.6. Só serão válidos os títulos apresentados no dia estabelecido no subitem 6.1 deste Edital.

2. Requisitos para a classificação por títulos

2.1. A prova de títulos terá pontuação máxima de 1,00 ponto.

2.2. Serão considerados como títulos os certificados de cursos, reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC, concluídos até a data da prova, com carga horária mínima de 360 horas, na forma abaixo:

Título	Pontuação
Pós-graduação	0,25

Mestrado	0,50
Doutorado	0,50

ANEXO V

DECLARAÇÃO PARA CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO	
Nome do Candidato:	
Nº da Inscrição:	
Cédula de Identidade:	
Cargo pretendido:	

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, conforme item 3.3 do Edital de Concurso Público nº 002/2014, do Município de Serra Alta, SC, e para que surta os efeitos legais que:

- a deficiência que possuo não me impossibilita de exercer as atribuições do cargo de descrito acima;

- fico impedido de usufruir da condição de portador de deficiência para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

Serra Alta, SC, ____ de _____ de 2014.

Assinatura do Candidato

ANEXO VI

CRONOGRAMA (sujeito à alterações)

DATA	ATO
11.11.2014	Publicação do Edital do Concurso Público
12 e 13.11.2014	Prazo para impugnações ao Edital
14.11.2014	Publicação das decisões acerca das impugnações ao Edital
17.11.2014 a 18.12.2014	Período de Inscrições
19.12.2014	Data limite para pagamento da inscrição, utilizando o boleto bancário
22.12.2014	Publicação da lista dos inscritos
23 e 24.12.2014	Prazo para recurso do não deferimento dos pedidos de inscrição
26.12.2014	Homologação da lista de inscritos
18.1.2015, às 8h30min	Realização das provas escritas
18.1.2015, às 14h30min	Realização das provas práticas
	Apresentação dos títulos
19.1.2015	Publicação dos gabaritos da prova escrita e dos cadernos de prova
20 e 21.1.2015	Prazo para recurso da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova escrita objetiva
	Publicação dos gabaritos definitivos, nota final das provas escrita e prática e pontuação da prova de títulos e da lista de classificados
27 e 28.1.2015	Prazo de recurso lista de classificados, nota da prova prática e pontuação da prova de títulos
30.1.2015	Homologação do resultado final, com eventuais recursos julgados

Timbó**PREFEITURA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 166/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 166/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWV3416	55555869	11/04/2001	65990	230 * V	191.53
LYA8235	55557541	20/02/2001	50100	162 * I	574.61
LYA8235	55557542	20/02/2001	65560	230 * I	191.53
LYW3374	55555759	11/03/2001	66370	230 * IX	127.69
LZV4694	55556094	12/04/2001	55410	181 * XVII	53.20
MBJ2899	55557669	17/02/2001	50100	162 * I	574.61
MBJ2899	55557669	17/02/2001	65990	230 * V	191.53
MBJ3810	55556404	17/03/2001	50450	162 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 145/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 145/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADT6831	55556522	06/07/2000	65990	230 * V	191.53
LWZ1047	55556007	14/07/2000	73580	252 * V	85.12
LXM6675	55556006	07/07/2000	52070	169	53.20
MAF0083	55556740	23/06/2000	62200	218 * I * b	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 227/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 227/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAV5801	54579653A	18/08/2002	50100	162 * I	574.61
AAV5801	54579653A	18/08/2002	65990	230 * V	191.53
BLF8355	54579712A	12/08/2002	65990	230 * V	191.53
BOK5551	54579528A	10/08/2002	55250	181 * XV	85.12
BOK5551	54579528A	10/08/2002	53800	181 * I	85.12
CEK1135	54580550A	19/08/2002	63610	220 * XI	127.69
CEK1135	54580550A	19/08/2002	63610	220 * XI	127.69
LWV6097	54579724A	18/08/2002	66700	230 * XIII	127.69
LXE3723	54579582A	08/08/2002	65990	230 * V	191.53

LXF0814	54580545A	16/08/2002	69200	233		127.69
LXM7041	54579542A	25/08/2002	57380	186	* II	191.53
LXY0873	54580544A	16/08/2002	69200	233		127.69
LYK9245	54580546A	16/08/2002	69200	233		127.69
LZB9733	54579907A	22/08/2002	54790	181	* X	85.12
LZC8142	54579905A	18/08/2002	65560	230	* I	191.53
LZC8505	54579329A	02/08/2002	69200	233		127.69
LZO5313	54579589A	09/08/2002	55500	181	* XVIII	85.12
LZR4791	54579785A	09/08/2002	65990	230	* V	191.53
LZS6491	54579581A	05/08/2002	55500	181	* XVIII	85.12
LZW3875	54579336A	16/08/2002	69200	233		127.69
LZX2293	54579044A	21/08/2002	55410	181	* XVII	53.20
MBF7591	54579854A	08/08/2002	51850	167		127.69
MBO1730	54578289A	17/08/2002	51850	167		127.69
MBW5261	54579904A	18/08/2002	51690	165		957.69
MCW1762	54579727A	20/08/2002	61220	214	* I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 162/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 162/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXB8255	55557658	13/02/2001	57200	186 * I	127.69
LXT3007	55557539	11/02/2001	52070	169	53.20
LXT8101	55557535	29/12/2000	67690	230 * XXII	85.12
LXT8101	55557536	29/12/2000	50100	162 * I	574.61
LXU7387	55556359	21/02/2001	69120	232	53.20
LYY3799	55558399	22/02/2001	69120	232	53.20
LYY3799	55558399	22/02/2001	65990	230 * V	191.53

LZC5259	55557671	17/02/2001	50100	162 * I	574.61
MBF4660	55556353	21/02/2001	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 187/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 187/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADP3517	54577967A	22/10/2001	65990	230 * V	191.53
AGY9217	54577961A	22/10/2001	55500	181 * XVIII	85.12
HQP5984	54577705A	23/10/2001	69200	233	127.69
IEO9935	54577710A	24/10/2001	69200	233	127.69
LWY8439	54577715A	31/10/2001	69200	233	127.69
LXF2342	55553933	13/10/2001	55500	181 * XVIII	85.12
LXJ6819	55556135	18/10/2001	62110	218 * I * a	127.69
LXN4847	54577981A	25/10/2001	65990	230 * V	191.53
LXS2830	54577965A	22/10/2001	51850	167	127.69
LXX2076	54577833A	26/10/2001	65990	230 * V	191.53
LYK8710	54577828A	18/10/2001	62200	218 * I * b	574.61
LYQ0116	54577707A	23/10/2001	65640	230 * II	191.53
LZG3332	54577765A	24/10/2001	65990	230 * V	191.53
LZP1974	54577983A	26/10/2001	58190	193	574.61
LZP7327	54577903A	17/10/2001	65990	230 * V	191.53
LZV9844	55556037	11/10/2001	69200	233	127.69
LZZ7986	54577904A	22/10/2001	51850	167	127.69
MAG3093	55555891	12/10/2001	60760	210	191.53
MAG3093	55555892	12/10/2001	51850	167	127.69
MAG3093	54577821A	12/10/2001	72340	250 * I * a	85.12
MAG3093	55555891	12/10/2001	72340	250 * I * a	85.12

MAG3093	54577821A	12/10/2001	58350	195		127.69
MAY3379	54577761A	15/10/2001	59670	203	* V	191.53
MBA7847	54577558A	17/10/2001	69200	233		127.69
MBC5413	54577966A	22/10/2001	51850	167		127.69
MBK9508	54577974A	22/10/2001	65990	230	* V	191.53
MCI1670	54577984A	26/10/2001	52070	169		53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 157/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 157/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ICW2277	55556304	20/11/2000	65990	230 * V	191.53
LXP7724	55556693	26/12/2000	55090	181 * XIII	85.12
LXQ0874	55557447	20/11/2000	65990	230 * V	191.53
LYM0072	55555856	26/10/2000	51850	167	127.69
LYM0072	55555856	26/10/2000	58350	195	127.69
LYQ8100	55557576	14/11/2000	50100	162 * I	574.61
LZG5786	55555933	18/10/2000	52740	175	191.53
MAF9097	55556272	01/12/2000	50100	162 * I	574.61
MBE6087	55556689	15/11/2000	58350	195	127.69
MBP2518	55555860	01/12/2000	65990	230 * V	191.53
MEB2430	55557581	18/11/2000	54600	181 * IX	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 167/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 167/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IDH6311	55556694	25/03/2001	56140	182 * V	127.69
LXT8101	55556354	21/02/2001	50100	162 * I	574.61
LXU3162	55552995	19/04/2001	65990	230 * V	191.53
LXZ7803	55556093	19/03/2001	58430	196	127.69
LYL6477	55556131	28/04/2001	50100	162 * I	574.61
LYO8554	55552834	19/04/2001	70300	244 * I	191.53
LYZ1154	55555872	19/04/2001	65990	230 * V	191.53
LYZ7292	55556092	18/03/2001	56140	182 * V	127.69
LZY0561	55557665	17/02/2001	66020	230 * VI	191.53
MAI1110	55556091	15/03/2001	57380	186 * II	191.53
MAI1110	55556091	15/03/2001	70300	244 * I	191.53
MAL3941	55556366	18/04/2001	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 176/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 176/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXC9552	55557621	20/07/2001	51850	167	127.69
LXD7181	55556026	30/07/2001	55680	181 * XIX	127.69
LYO1501	55557694	19/07/2001	57380	186 * II	191.53
MAA4199	55556281	11/03/2001	70300	244 * I	191.53
MAQ9570	55556428	27/07/2001	69200	233	127.69
MBB2267	55557624	20/07/2001	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 99/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 99/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IDC2741	55558864	27/11/1998	51850	167	127.69
LWW3510	55555402	19/02/1999	67690	230 * XXII	85.12
LWX2051	55555282	19/02/1999	69120	232	53.20
LXD8256	55558680	29/01/1999	62380	218 * II * a	127.69
LXH5747	55557900	11/02/1999	65990	230 * V	191.53
LXH5747	55555301	11/02/1999	57380	186 * II	191.53
LXT1431	55558295	06/02/1999	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LYS8511	55558441	16/01/1999	52740	175	191.53
LZC9085	55558288	05/02/1999	50100	162 * I	574.61
LZO9186	55558890	14/02/1999	54520	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 211/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 211/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXB2104	54579007A	12/04/2002	73660	252 * VI	85.12
LYQ9122	54578961A	12/04/2002	54600	181 * IX	85.12
MCL0781	55555198	18/04/2002	58510	197	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 293/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 293/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWZ3990	54582104A	25/11/2003	65990	230 * V	191.53
LWZ3990	54582064A	25/11/2003	50100	162 * I	574.61
LWZ3990	54582104A	25/11/2003	69120	232	53.20
LXD6284	54580958A	26/11/2003	51850	167	127.69
LXK9312	54581683A	25/11/2003	72340	250 * I * a	85.12
LYK2878	54578891A	08/11/2003	65990	230 * V	191.53
LZE8629	54579839A	11/11/2003	58510	197	85.12
MCD7565	54579627A	27/11/2003	69200	233	127.69
MNA0303	54579620A	27/11/2003	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 258/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 258/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACC2413	54580636A	10/03/2003	51850	167	127.69
CES8863	54577948A	08/03/2003	55680	181 * XIX	127.69
LYE3721	54580704A	20/02/2003	51690	165	957.69
LZE5931	54580370A	20/03/2003	70300	244 * I	191.53
LZE5931	54580370A	20/03/2003	69120	232	53.20
LZK1310	54580673A	15/03/2003	55680	181 * XIX	127.69
MAT6398	54580871A	16/03/2003	52740	175	191.53
MBJ5821	54580672A	15/03/2003	55680	181 * XIX	127.69
MCI5058	54580637A	10/03/2003	53800	181 * I	85.12
MCP9448	54580666A	10/03/2003	54520	181 * VIII	127.69
MCV1000	54580667A	10/03/2003	54520	181 * VIII	127.69
MDD5361	54580639A	14/03/2003	50100	162 * I	574.61
MEM7590	54580705A	15/03/2003	66450	230 * X	127.69
MEM7590	54580705A	15/03/2003	70480	244 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 172/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 172/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACM2585	55558325	22/06/2001	69200	233	127.69
BNQ8184	55558321	13/06/2001	65210	227 * V	53.20
LXK7579	55556099	21/06/2001	50100	162 * I	574.61
LXV3088	55558315	09/06/2001	50100	162 * I	574.61
LXV3088	55558315	09/06/2001	65990	230 * V	191.53
LYA7920	55558316	12/06/2001	69200	233	127.69
LYY6984	55553923	13/06/2001	50100	162 * I	574.61
MBQ9231	55556372	06/06/2001	62380	218 * II * a	127.69
MCS4440	55553924	13/06/2001	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 165/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 165/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXN3515	55555758	11/03/2001	69120	232	53.20
MAC6461	55556402	17/03/2001	70300	244 * I	191.53
MAG8756	55556339	02/03/2001	67500	230 * XXI	85.12
MBF1112	55556286	18/03/2001	53800	181 * I	85.12

MBY6890 55556335 02/03/2001 60760 210 191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 118/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 118/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXU8511	55555452	29/09/1999	72340	250 * I * a	85.12
LYA1037	55555497	28/10/1999	56220	182 * VI	53.20
LYB6194	55555455	29/09/1999	72340	250 * I * a	85.12
LYY8036	55555493	14/10/1999	61220	214 * I	191.53
LYZ2054	55556868	15/09/1999	72340	250 * I * a	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 153/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 153/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAG7585	55557605	24/11/2000	62110	218 * I * a	127.69
LWT3248	55552898	14/11/2000	65990	230 * V	191.53
LWX8011	55556302	20/11/2000	65990	230 * V	191.53
LWX8011	55556302	20/11/2000	50450	162 * V	191.53
LXS1826	55557568	14/11/2000	51850	167	127.69
LYD9242	55556326	01/12/2000	65990	230 * V	191.53
LYF0457	55556221	05/11/2000	65990	230 * V	191.53
LYI7073	55557555	13/11/2000	51850	167	127.69
LYI9425	55557557	13/11/2000	51850	167	127.69
LYO0087	55552984	06/11/2000	67690	230 * XXII	85.12
LYO0087	55552984	06/11/2000	65990	230 * V	191.53
LYO5986	55556311	20/11/2000	65990	230 * V	191.53
LZW5038	55556088	16/11/2000	58350	195	127.69
LZW5038	55556088	16/11/2000	54600	181 * IX	85.12
MAH1487	55557598	24/11/2000	62110	218 * I * a	127.69
MBJ6750	55556684	10/11/2000	57380	186 * II	191.53
MBM5820	55556239	08/11/2000	59240	203 * I	191.53
MDY9290	55557588	23/11/2000	51850	167	127.69
MED4000	55556237	08/11/2000	62110	218 * I * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 104/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 104/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXA3831	55556760	23/04/1999	61300	214 * II	191.53
LXE1036	55553244	27/03/1999	51850	167	127.69
LXH1103	55553242	26/03/1999	62380	218 * II * a	127.69
LXV9704	55556667	30/04/1999	55090	181 * XIII	85.12
LZO9650	55558821	27/03/1999	65300	228	127.69
LZU9405	55555387	27/04/1999	59320	203 * II	191.53
LZW6820	55555223	31/03/1999	50100	162 * I	574.61
LZW6820	55555223	31/03/1999	52070	169	53.20
MAJ6412	55555228	03/04/1999	62380	218 * II * a	127.69
MAO5591	55555330	27/04/1999	52070	169	53.20
MBK1410	55553042	15/04/1999	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 182/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 182/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFO5301	54577515A	02/09/2001	50610	163 c/c 162 * I	574.61
AFO5301	54577514A	02/09/2001	50100	162 * I	574.61
IAX0218	54577657A	05/09/2001	51850	167	127.69
LXD9828	54577620A	02/09/2001	73400	252 * IV	85.12
LXD9828	54577620A	02/09/2001	70480	244 * II	191.53
LXW9488	55555182	31/08/2001	69200	233	127.69
MAN1120	55552763	10/09/2001	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 273/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 273/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWR2223	54581375A	07/07/2003	51850	167	127.69
LXQ0347	54578236A	05/07/2003	50450	162 * V	191.53
LYE7243	54581379A	07/07/2003	65990	230 * V	191.53
LYJ8578	54581403A	22/06/2003	51850	167	127.69
LZY9534	54581179A	10/07/2003	65990	230 * V	191.53
LZZ4730	54581206A	24/06/2003	69200	233	127.69
MEJ9690	54578237A	05/07/2003	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.756 548/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - ELETRONICO - 2835

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.756 548/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DCR6197	8756045669	21/09/2014	74630	218 * II
MEV2223	8756045792	20/09/2014	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.756 551/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - ELETRONICO - 2835

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.756 551/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ALK8758	8756046030	06/10/2014	74550	218 * I
KHV2852	8756045943	06/10/2014	74550	218 * I
LWW3214	8756046014	09/10/2014	74550	218 * I
LXK2712	8756045671	21/09/2014	74550	218 * I
LXK2712	8756045655	20/09/2014	74550	218 * I
LXV2388	8756045744	23/09/2014	74550	218 * I
LYL3467	8756045575	14/09/2014	74550	218 * I
LYN5606	8756045688	23/09/2014	74550	218 * I
LYS4306	8756045541	14/09/2014	74630	218 * II
LZO9362	8756045566	13/09/2014	74550	218 * I
MAC1436	8756045700	26/09/2014	74550	218 * I
MAQ5660	8756045546	14/09/2014	74550	218 * I
MAS4204	8756045823	27/09/2014	74550	218 * I
MCO2360	8756045718	15/09/2014	74550	218 * I
MEN3382	8756045526	13/09/2014	74550	218 * I
MGB4138	8756045552	14/09/2014	74710	218 * III
MGM6781	8756046077	06/10/2014	74550	218 * I
MKW4098	8756045601	16/09/2014	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

ATA CREDENCIAMENTO N.º 40 2012 FMS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE CREDENCIAMENTO Nº. 40/2012 - FMS

Às onze horas, do sétimo dia, do mês de novembro de dois mil e catorze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 792/2014, sob a presidência da Sra. Carmelinde Brandt, estando presentes os membros Pamela A. Campregher Floriano e Aline Burger para análise dos documentos apresentados referente processo licitatório nº. 40/2012 - FMS. A CLINICA DE FISIOTERAPIA TIMBO LTDA protocolou tempestivamente (07/11/14) os seguintes documentos: Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e cópias do Certificado de conclusão do curso do Profissional em fisioterapia e do Registro na entidade competente. Conforme consta na Ata do dia 05/11/14, em análise aos documentos de habilitação da CLINICA DE FISIOTERAPIA TIMBO LTDA, verificou-se que a Certidão do FGTS estava vencida na data de 28/10/14 e as cópias dos documentos (Certificado de conclusão do curso do Profissional em fisioterapia e demonstração de Registro na entidade competente) estavam sem autenticação, restando, portanto inabilitada. Em análise aos documentos apresentados, verificou-se que a CLINICA DE FISIOTERAPIA TIMBO LTDA, apresentou Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) com data de validade até 18/11/14 (alínea "b" do subitem 3.3.1) e cópias autenticadas dos documentos estabelecidos na alínea "g" do subitem 3.3.1 do Edital (Certificado de conclusão do curso do Profissional em fisioterapia e demonstração de Registro na entidade competente), atendendo as exigências estabelecidas no edital, restando, portanto habilitada no certame. Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão. Registre-se, publique-se, intemem-se.

CARMELINDE BRANDT
PresidentePAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
SecretáriaALINE BURGER
Membro**ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N.º 134 2014 PMT**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº. 134/2014 - PMT

Às dez horas, do decimo primeiro dia, do mês de novembro de dois mil e catorze, na Sala de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 792/2014, sob a presidência da Sra. Carmelinde Brandt, estando presentes os membros Pamela A. Campregher Floriano e Aline Burger, para análise do parecer contábil, emitido acerca da documentação de habilitação da empresa participante da Tomada de Preços nº. 134/2014 - PMT. Do parecer contábil emitido pela contadora, Sra. Carla Moser, sobre o item 7.1.4 - Qualificação Econômico-Financeira do edital, verificou-se que a empresa SINALBLU INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA atendeu aos seguintes requisitos: LC-índice de liquidez corrente (1,62), LG-índice liquidez total ou geral (1,75) e PL-Patrimônio Líquido (R\$ 1.176.624,41). Porém, não atendeu o requisito relacionado ao

GE- Grau de endividamento (1,33). Ante o exposto, analisada toda documentação juntada aos autos, aliado com o parecer contábil e, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, decidimos pela INABILITAÇÃO da empresa SINALBLU INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA em relação a saúde financeira da empresa, ou seja, GE - grau de endividamento igual a 1,33 (superior a 1,00), não atendeu, portanto as exigências do item 7.1.4, alínea "b" do Edital. Fica a empresa intimada do inteiro teor desta Ata de julgamento de habilitação para, querendo apresentar recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, ou seja, 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC). Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão. Registre-se, publique-se, intemem-se.

CARMELINDE BRANDT
PresidentePAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
SecretáriaALINE BURGER
Membro**AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 24 2014 FCT - ESTRUTURAS PARA NATAL MAIS ENCANTADO**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 28/2014 - FCT

OBJETO: contratação de empresa(s) especializada(s) em: - prestação de serviços de sonorização, iluminação cenográfica, filmagem, projeção; - locação, com montagem e desmontagem, de linóleo para dança, estrutura de camarim, tendas, galpão de lona, grupo gera dor, grades de contenção de público, com disponibilização de equipamentos e estrutura mínima requerida e acompanhamento técnico durante todo o evento, para a programação do Natal Mais Encantado 2014 que acontecerá de 29 de novembro a 21 de dezembro de 2014 no Parque Central de Timbó. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h00min do dia 25 de novembro de 2014. ABERTURA: dia 25 de novembro de 2014 as 08h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br

TIMBO (SC), 30/10/2014
Jorge R. Ferreira
Presidente da Fundação Cultural**EXTRATO CONTRATO 2014_164 - FCT**MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/164
AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó
AUTORIZADO: Jailson Roberto Vailatti Me
OBJETO: Execução dos serviços de produção de vídeo-filmagem e edição, para execução de vídeo contendo 12 (doze) minutos de duração, com caráter educacional, a ser utilizado em ações

educativas no Museu do Imigrante de Timbó, (conforme Prêmio Modernização de Museus 2011 -Microprojetos, Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, edital n.º 08, projeto "Os Imigrantes e suas Histórias Maravilhosas" - PRONAC 127052 - proposta 82225), correspondente ao item 00001 e de acordo com as especificações, quantidades, formas, condições, obrigações, responsabilidades e disposições estabelecidas no edital de Pregão Presencial n.º 19/2014.

VALOR: R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais)

DATA DA ASSINATURA: 05/11/2014

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

EXTRATO CONTRATO 2014_165 - FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/165

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó

AUTORIZADO: Estreia Produções Culturais e Eventos Ltda.

OBJETO: Apresentação artística/show (MUSICAL) do cantor "HUMBERTO GESSINGER", acompanhado de todos os músicos e demais componentes da equipe (inclusive de natureza técnica e de produção), junto ao Parque Central, no evento cultural da FUNDAÇÃO - Programação do Natal Mais Encantado 2014. Esta apresentação artística/show deverá acontecer obrigatoriamente na data de 21 de dezembro de 2014, com horário de início previsto para as 20:00 hs, com no mínimo 90 (noventa) minutos de duração.

VALOR: R\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)

DATA DA ASSINATURA: 06/11/2014

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 128 2014 PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 128/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de preços para a aquisição de materiais elétricos, hidráulicos, pintura e construção destinados a atender as necessidades da administração direta e indireta.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Correa Materiais Elétricos Ltda; Ma-devia Ltda Me; Coml. Vitória Ltda; Supermercado Fistarol Ltda; Danna Comercial Eireli Me; Construsouza Material de Construção Ltda Epp; Suprivalle Comercial Ltda Me; Magaldi Instalação e Manutenção Elétrica Eireli Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 159.703,69 (cento e cinquenta e nove mil setecentos e três reais e sessenta e nove centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 10/11/2015

Timbó, 11/11/2014

MARIA ANHÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

Três Barras

PREFEITURA

LEI Nº 3.151 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 3.151 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES NO VALOR DE R\$ 170.000,00.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica anulado o valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), das seguintes dotações orçamentária da Câmara de Vereadores.

CÂMARA DE VEREADORES - Manut. Atividades Legislativas

Projeto Atividade - 001.031.0001.2001 -

Elemento 4.4.90.00.00.00-Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

Projeto Atividade - 001.031.0001.1003 - Mobiliário e Equip. de Informát.

Elemento 4.4.90.00.00.00-Aplicações Diretas

R\$ 24.500,00

Projeto Atividade - 001.030.0001.2001 - Manut. Atividades Legislativas

Elemento 3.3.90.00.00.00-Aplicações Diretas

R\$ 140.500,00

Total da Anulação R\$ 170.000,00

Art. 2º. Fica suplementado o valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária da Câmara de Vereadores.

CÂMARA DE VEREADORES

Projeto Atividade - 001.031.0001.2001 - Processo Legislativo

Elemento 3.1.90.00.00.00-Pessoal e Encargos Sociais

R\$ 170.000,00

Total da Suplementação R\$ 170.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, em 11 de novembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

EXTRATO DO CONTRATO Nº 069/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 069/2014

Processo Licitatório nº 092/2014

Tomada de Preços nº 13/2014

Vigência: 06/11/2014 até 30/05/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras - SC

Contratado: Paviplan Pavimentação Ltda - CNPJ nº 03.620.927/0001-12.

Objeto: Pavimentação Asfáltica Usinada a Quente na: Rua Senador Lenoir Vargas Ferreira - trecho I (Contrato de Repasse nº 323.424-40/2010) pelo valor total de R\$ 97.054,65, Ruas Simão Pacheco Guimarães e Andréa Max Muller (Contrato de Repasse nº 323.965-99/2010) pelo valor total de R\$ 95.405,14, Rua Vereador Ricardo de Oliveira - trecho I (Contrato de Repasse nº 312.972-52/2009) pelo valor total de R\$ 31.580,85 e Vereador Ricardo de Oliveira - trecho inicial (Recursos Próprios do Município) pelo valor total de R\$ 23.096,07

Valor Total Geral: 247.136,71 (duzentos e quarenta e sete mil e cento e trinta e seis reais e setenta e um centavos).

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 07 de novembro de 2014.

Treze Tílias**PREFEITURA****PORTARIA N 120/2014**

PORTARIA Nº 120/14 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares ao servidor municipais abaixo mencionado.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Alberto Erharter	29/01/2012 a 28/01/2013	07/11/2014 a 06/12/2014	30

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Finanças

Tunápolis**PREFEITURA****PORTARIA Nº 3.722**

PORTARIA Nº. 3.722/2.014
Em 11 de Novembro de 2.014

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2011 de 21 de Dezembro de 2010 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, JOSÉ FRANCISCO STRIEDER, no cargo comissionado de COORDENADOR MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, Neste Município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 11 de Novembro de 2.014.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01-2014 - CÂMARA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS.
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/2014.
Edital de Pregão Presencial nº 01/2014.

A Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, torna público, para conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo menor preço por item para entrega imediata, que tem por objeto Aquisição de Sistema de Som com Gravação destinados para o Auditório e Plenário da Câmara de Vereadores. Entrega dos envelopes até o dia 25 de novembro de 2014, às 17h15min. Informações do Edital, na Secretaria da Câmara de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1300 no período vespertino, ou pelo email: camaradevereadores@tunapolis.sc.gov.br

FLÁVIO ALBANO WENDLING

Presidente

Vargeão**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO Nº 168/2014**

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: AGROTER CONSTRUTORA LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para a execução de obra referente à construção de um muro de alvenaria estruturada, com fornecimento de materiais e mão de obra especializada, a ser executado em parte das linhas divisórias de um terreno localizado entre as ruas 1º de Maio e Santa Catarina, na sede do município de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 68.409,26 (sessenta e oito mil quatrocentos e nove reais e vinte e seis centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93 e suas alterações, TP nº 08/2014 e Contrato nº 168/2014.

Vargeão, SC, 11 de novembro de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

RREO - ANEXO 11 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO E APLICATIVOS DE RECURSOS

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/MÊS OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)		SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL				
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00		0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00		0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00		0,00
TOTAL	0,00	0,00		0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Mês		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	100,00	0,00	0,00	100,00
Investimentos	100,00	0,00	0,00	100,00
TOTAL	100,00	0,00	0,00	100,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	

FONTE:

Vargão, 08/11/2014

AMARILDO PAGLIA
ORDENADOR DA DESPESA

PEDRO LUIS FASSINA
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 15.894

ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA
CONTROLADORA INTERNA

RREO - ANEXO 01 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECETAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.214.216,00	13.214.216,00	2.132.190,39	16,14	12.544.711,24	94,93
RECETAS CORRENTES	13.214.200,00	13.214.200,00	2.116.034,90	16,01	11.027.687,01	83,45
RECEITA TRIBUTÁRIA	617.000,00	617.000,00	53.488,96	8,67	410.662,77	66,56
IMPOSTOS	535.000,00	535.000,00	30.475,36	5,70	361.784,50	67,62
TAXAS	62.000,00	62.000,00	12.999,46	20,97	38.564,13	62,20
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	20.000,00	20.000,00	10.014,14	50,07	10.314,14	51,57
RECETAS DE CONTRIBUIÇÕES	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	75.544,19	68,68
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	75.544,19	68,68
RECEITA PATRIMONIAL	120.900,00	120.900,00	37.607,33	31,11	175.253,74	144,96
RECETAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	120.900,00	120.900,00	37.607,33	31,11	175.253,74	144,96
RECEITA AGROPECUÁRIA	23.000,00	23.000,00	14.232,02	61,88	21.141,23	91,92
Recetta da Produção Animal e Derivados	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	3.000,00	3.000,00	14.232,02	474,40	21.141,23	704,71
RECEITA DE SERVIÇOS	33.000,00	33.000,00	707,29	2,14	30.975,78	93,87
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.263.000,00	12.263.000,00	2.004.717,51	16,35	10.267.775,80	83,73
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.173.000,00	12.173.000,00	1.981.405,36	16,28	10.085.133,51	82,85
Transf. de Conv.	90.000,00	90.000,00	23.312,15	25,90	182.642,29	202,94
OUTRAS RECETAS CORRENTES	47.300,00	47.300,00	5.281,79	11,17	46.333,50	97,96
Multas e Juros de Mora	16.000,00	16.000,00	2.102,84	13,14	3.830,51	23,94
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.000,00	10.000,00	174,00	1,74	9.073,33	90,73
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	9.000,00	9.000,00	2.573,58	28,60	9.699,79	107,78
RECETAS DIVERSAS	12.300,00	12.300,00	431,37	3,51	23.729,87	192,93
RECETAS DE CAPITAL	16,00	16,00	16.155,49	971,81	1.517.024,23	401,44
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	84.901,56	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	84.901,56	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	16,00	16,00	16.155,49	971,81	1.432.122,67	766,69
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	15.385,64	0,00	15.385,64	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	16,00	16,00	769,85	811,56	1.416.737,03	606,44
RECETAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECETAS (III) = (I + II)	13.214.216,00	13.214.216,00	2.132.190,39	16,14	12.544.711,24	94,93
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	13.214.216,00	13.214.216,00	2.132.190,39	16,14	12.544.711,24	94,93
DEFIÇIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	13.214.216,00	13.214.216,00	2.132.190,39	16,14	12.544.711,24	94,93
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.391.053,48	—	—	598.871,43	—
Superávit Financeiro	—	1.391.053,48	—	—	598.871,43	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO ALIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	13.214.216,00	3.216.457,85	16.430.673,85	1.577.446,25	12.442.790,28	2.338.319,25	11.440.867,20	69,63
DESPESAS CORRENTES	11.797.000,00	492.957,85	12.289.957,85	1.494.655,95	10.403.212,64	2.105.128,58	9.627.559,47	78,34
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.986.600,00	83.482,70	6.070.082,70	854.662,48	4.771.421,94	925.362,71	4.664.978,41	76,85
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	12.000,00	0,00	10.507,19	52,54
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.790.400,00	409.475,15	6.199.875,15	639.996,47	5.619.790,70	1.179.765,87	4.952.073,87	79,87
DESPESAS DE CAPITAL	1.397.216,00	2.723.500,00	4.120.716,00	82.787,30	2.039.577,64	233.190,67	1.813.307,73	44,00
INVESTIMENTOS	1.111.216,00	2.723.500,00	3.834.716,00	76.787,30	1.914.388,75	225.549,10	1.694.111,02	44,18
INVERSOES FINANCEIRAS	6.000,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	280.000,00	0,00	280.000,00	6.000,00	125.188,89	7.641,57	119.196,71	42,57
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	13.214.216,00	3.216.457,85	16.430.673,85	1.577.446,25	12.442.790,28	2.338.319,25	11.440.867,20	69,63
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	13.214.216,00	3.216.457,85	16.430.673,85	1.577.446,25	12.442.790,28	2.338.319,25	11.440.867,20	69,63
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.103.844,04	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	13.214.216,00	3.216.457,85	16.430.673,85	1.577.446,25	12.442.790,28	2.338.319,25	12.544.711,24	76,35

FONTE:
Vargão, 08/11/2014

AMARILDO PAGLIA	PEDRO LUIS FASSINA	ROSECLER DE OLIVEIRA DE PR/
ORDENADOR DA DESPESA	TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 1	CONTROLADORA INTERNA

RREO - ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO O/SUBFUNÇÃO

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			Até o Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%	%
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%(b/Total b)	%(a/b)
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")								
								R\$ 1,00
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	13.214.216,00	16.430.673,85	1.577.446,25	12.442.790,28	2.338.319,25	11.440.867,20	100,00	69,63
Ação Legislativa	630.000,00	630.000,00	4.059,19	476.295,11	70.459,72	70.459,72	3,21	58,26
Administração	630.000,00	630.000,00	4.059,19	476.295,11	70.459,72	367.058,07	3,21	58,26
Administração Geral	1.875.000,00	1.875.000,00	157.965,42	1.522.232,05	252.433,28	1.373.119,48	12,00	73,23
Administração Financeira	1.860.000,00	1.860.000,00	157.965,42	1.507.232,05	252.433,28	1.358.119,48	11,87	73,02
Segurança Pública	15.000,00	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00	0,13	100,00
Policimento	22.000,00	22.000,00	4.085,62	11.498,67	5.858,32	9.853,67	0,09	44,79
Defesa Civil	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	16.000,00	16.000,00	4.085,62	11.498,67	5.858,32	9.853,67	0,09	61,59
Assistência à Criança e ao Adolescente	413.500,00	521.004,37	106.055,71	450.217,63	136.502,65	390.471,24	3,41	74,95
Assistência Comunitária	30.000,00	60.000,00	0,00	56.000,00	15.000,00	51.000,00	0,45	85,00
Saúde	383.500,00	461.004,37	106.055,71	394.217,63	121.502,65	339.471,24	2,97	73,64
Atenção Básica	3.338.803,00	3.592.116,66	478.518,60	3.076.553,96	648.828,79	2.818.401,21	24,63	78,46
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.183.102,00	3.402.415,66	420.741,00	2.927.175,12	596.486,69	2.675.361,37	23,38	78,63
Vigilância Sanitária	13.000,00	13.000,00	0,00	11.941,30	0,00	11.941,30	0,10	91,86
Vigilância Epidemiológica	12.500,00	12.500,00	510,00	510,00	0,00	510,00	0,00	4,08
Alimentação e Nutrição	8.000,00	8.000,00	0,00	105,00	0,00	105,00	0,00	1,31
Abastecimento	112.200,00	127.200,00	28.367,60	107.922,54	22.932,10	101.583,54	0,89	79,86
Educação	10.001,00	29.001,00	28.900,00	28.900,00	28.900,00	28.900,00	0,25	99,65
Ensino Fundamental	3.348.503,00	3.394.985,70	401.383,15	2.397.551,40	451.855,34	2.326.797,99	20,34	68,54
Ensino Médio	2.625.502,00	2.671.984,70	312.862,96	1.948.091,45	356.412,29	1.883.074,34	16,46	70,47
Ensino Superior	30.000,00	30.000,00	0,00	12.012,03	3.869,01	11.608,83	0,10	38,70
Educação Infantil	50.000,00	50.000,00	0,00	40.000,00	8.000,00	40.000,00	0,35	80,00
Cultura	643.001,00	643.001,00	88.520,19	397.447,92	83.574,04	392.114,82	3,43	60,98
Urbanismo	63.500,00	93.500,00	705,00	78.956,90	26.257,90	73.881,90	0,65	79,02
Infra-Estrutura Urbana	63.500,00	93.500,00	705,00	78.956,90	26.257,90	73.881,90	0,65	79,02
Serviços Urbanos	415.804,00	1.729.304,00	6.369,00	596.556,73	114.767,35	418.585,80	3,66	24,21
Transporte Rodoviário	90.004,00	1.403.504,00	0,00	301.887,33	67.921,67	164.803,10	1,44	11,74
Habituação	320.200,00	320.200,00	6.369,00	294.669,40	46.845,68	253.782,70	2,22	79,26
Habituação Rural	5.600,00	5.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	251.001,00	251.001,00	-2.550,00	96.101,00	37.965,68	96.101,00	0,84	38,29
Saneamento Básico Urbano	251.001,00	251.001,00	-2.550,00	96.101,00	37.965,68	96.101,00	0,84	38,29
Gestão Ambiental	10.001,00	10.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	10.001,00	10.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Agricultura	13.214.216,00	16.430.673,85	1.577.446,25	12.442.790,28	2.338.319,25	11.440.867,20	100,00	69,63
Promoção da Produção Vegetal	358.001,00	438.001,00	20.717,82	359.913,89	83.380,94	332.418,31	2,91	75,89
Extensão Rural	40.001,00	60.001,00	0,00	25.500,00	0,00	25.500,00	0,22	42,50
Indústria	318.000,00	378.000,00	20.717,82	334.413,89	83.380,94	306.918,31	2,68	81,20
Promoção Industrial	80.000,00	80.000,00	0,00	24.000,00	4.000,00	22.000,00	0,19	27,50
Comércio e Serviços	80.000,00	80.000,00	0,00	24.000,00	4.000,00	22.000,00	0,19	27,50
Turismo	5.000,00	5.000,00	3.415,00	3.415,00	3.415,00	3.415,00	0,03	68,30
Transporte	5.000,00	5.000,00	3.415,00	3.415,00	3.415,00	3.415,00	0,03	68,30
Transporte Rodoviário	1.630.603,00	2.996.260,12	348.372,00	2.811.965,08	436.081,47	2.701.616,21	23,61	90,17
Desporto e Lazer	1.630.603,00	2.996.260,12	348.372,00	2.811.965,08	436.081,47	2.701.616,21	23,61	90,17
Desporto Comunitário	62.500,00	82.500,00	2.113,20	80.751,34	2.083,20	80.151,34	0,70	97,15
Encargos Especiais	62.500,00	82.500,00	2.113,20	80.751,34	2.083,20	80.151,34	0,70	97,15
Outros Encargos Especiais	685.000,00	685.000,00	46.236,54	456.821,52	64.429,61	426.995,98	3,73	62,34
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	685.000,00	685.000,00	46.236,54	456.821,52	64.429,61	426.995,98	3,73	62,34
	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	13.214.216,00	16.430.673,85	1.577.446,25	12.442.790,28	2.338.319,25	11.440.867,20	100,00	69,63

FONTE:

Vargão, 08/11/2014

AMARILDO PAGLIA	PEDRO LUIS FASSINA	ROSELEIR DE OLIVEIRA DE PRª
ORDENADOR DA DESPESA	TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 1º	CONTROLADORA INTERNA

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO - ANEXO 08 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	546.000,00	546.000,00	33.598,20	372.974,35	68,31
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	150.000,00	150.000,00	4.216,18	173.048,81	115,37
1.1.1- IPTU	140.000,00	140.000,00	1.093,34	161.858,96	115,61
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.000,00	2.000,00	549,26	594,96	49,75
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	6.000,00	6.000,00	2.573,58	9.699,79	161,66
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	2.000,00	2.000,00	0,00	495,10	24,76
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	30.000,00	30.000,00	10.107,36	61.484,07	204,95
1.2.1- ITBI	30.000,00	30.000,00	10.107,36	61.484,07	204,95
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	241.000,00	241.000,00	19.274,66	98.972,11	41,07
1.3.1- ISS	240.000,00	240.000,00	19.274,66	98.972,11	41,24
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	125.000,00	125.000,00	0,00	39.469,36	31,58
1.4.1- IRRF	125.000,00	125.000,00	0,00	39.469,36	31,58
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.120.000,00	11.120.000,00	1.712.970,74	9.042.722,21	81,32
2.1- Cota-Parte FPM	6.000.000,00	6.000.000,00	764.586,78	4.637.075,02	77,28
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.000.000,00	6.000.000,00	764.586,78	4.637.075,02	77,28
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.700.000,00	4.700.000,00	840.821,28	3.955.507,49	84,16
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	24.000,00	24.000,00	3.447,34	15.513,03	64,64
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	66.000,00	66.000,00	12.560,80	64.838,57	98,24
2.5- Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	16.611,83	17.304,73	86,52
2.6- Cota-Parte IPVA	310.000,00	310.000,00	74.942,71	352.483,37	113,70
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	11.666.000,00	11.666.000,00	1.746.568,94	9.415.696,56	80,71
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	321.200,00	321.200,00	50.863,65	245.203,77	76,34
5.1- Transferências do Salário-Educação	200.000,00	200.000,00	34.278,33	175.462,19	87,73
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	62.000,00	62.000,00	10.252,00	41.008,00	66,14
5.4- Transferências Diretas - PNATE	58.000,00	58.000,00	4.553,71	22.788,55	39,26
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	1.200,00	1.200,00	1.779,61	5.965,03	497,09
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	90.003,00	90.003,00	23.312,15	143.138,92	159,04
6.1- Transferências de Convênios	90.003,00	90.003,00	23.312,15	143.138,92	159,04
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	234.000,00	234.000,00	161,02	113.381,90	48,45
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	645.203,00	645.203,00	74.336,82	501.724,59	77,76
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.224.000,00	2.224.000,00	342.650,55	1.812.090,20	81,48
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.200.000,00	1.200.000,00	152.917,32	927.414,77	77,28
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	940.000,00	940.000,00	168.164,05	791.100,62	84,16
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	4.800,00	4.800,00	689,46	3.185,25	66,36
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	13.200,00	13.200,00	2.512,18	16.340,88	123,79
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	4.000,00	4.000,00	3.379,12	3.522,69	88,07
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	62.000,00	62.000,00	14.988,42	70.495,99	113,70
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.806.000,00	1.806.000,00	329.413,79	1.610.031,94	89,15
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.800.000,00	1.800.000,00	328.160,83	1.601.399,11	88,97
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	6.000,00	6.000,00	1.252,96	8.632,83	143,88
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-424.000,00	-424.000,00	-14.488,72	-210.861,09	49,68
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.443.600,00	1.443.600,00	201.187,44	1.202.401,70	83,29
13.1- Com Educação Infantil	200.000,00	200.000,00	0,00	196.271,00	98,14
13.2- Com Ensino Fundamental	1.243.600,00	1.243.600,00	201.187,44	1.006.130,70	80,90
14- OUTRAS DESPESAS	362.400,00	362.400,00	22.524,32	234.503,99	64,71
14.1- Com Educação Infantil	80.000,00	80.000,00	0,00	52.709,13	65,89
14.2- Com Ensino Fundamental	282.400,00	282.400,00	22.524,32	181.794,86	64,37
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.806.000,00	1.806.000,00	223.711,76	1.436.905,69	79,56
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 80%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.436.905,69
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					74,68
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					14,57
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					10,75
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	2.916.500,00	2.916.500,00	436.642,24	2.353.924,14	80,71
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	280.000,00	280.000,00	0,00	248.980,13	88,92
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.638.500,00	2.638.500,00	382.691,73	1.763.688,51	66,84
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.526.000,00	1.526.000,00	223.711,76	1.187.925,56	77,85
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.112.500,00	1.112.500,00	158.979,97	575.762,95	51,75
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.918.500,00	2.918.500,00	382.691,73	2.012.668,64	68,96
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-210.661,09
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					8.632,53
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					46.482,70
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-155.545,86
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					2.168.214,50
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					23,03
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	200.500,00	200.500,00	20.015,41	94.567,20	47,17
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	211.703,00	258.185,70	52.937,99	213.062,61	82,52
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	412.203,00	458.685,70	72.953,40	307.619,81	67,07
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.330.703,00	3.377.185,70	455.645,13	2.320.288,45	68,70

MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		50.448,75	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.601.399,11	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		1.598.467,62	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		1.594.369,56	0,00
49.2 Restos a Pagar		4.098,06	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		8.632,53	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		62.012,77	0,00

Vargão, 08/11/2014

AMARILDO PAGLIA PEDRO LUIS FASSINA ROSECLER DE OLIVEIRA DE PR/

ORDENADOR DA DESPESA TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 1 CONTROLADORA INTERNA

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 46.482,70, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

RREO - ANEXO 09 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

Município de Vargem - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)	0,00	84.901,56		-84.901,56
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	4.120.716,00	1.813.307,73	0,00	2.307.408,27
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	4.120.716,00	1.813.307,73	0,00	2.307.408,27
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-4.120.716,00	-1.728.406,17		-2.392.309,83

FONTE:

Vargem, 08/11/2014

AMARILDO PAGLIA
ORDENADOR DA DESPESA

PEDRO LUIS FASSINA
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 15.894

ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA
CONTROLADORA INTERNA

RREO - ANEXO 03 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2013 A OUTUBRO/2014

ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	RS 1,00
		Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014		
RECEITAS CORRENTES (I)	RECEITA TRIBUTÁRIA	1.235.682,11	1.529.300,90	1.385.916,76	1.383.216,53	1.156.284,01	1.350.300,23	1.458.318,25	1.247.453,41	1.159.201,91	1.240.370,66	1.198.248,97	1.280.435,48	15.603.730,22	15.438.200,00
	I.P.T.U.	11.390,84	103.999,80	12.904,47	26.745,99	14.299,58	10.471,17	119.641,19	57.794,18	21.973,38	93.343,87	35.313,89	18.176,07	530.053,41	617.000,00
	I.P.R.F.	0,00	62.590,09	0,00	0,00	0,00	0,00	88.789,29	7.573,21	5.507,65	57.915,47	846,98	246,35	161.859,96	140.000,00
	I.S.S.	7.781,67	33.989,41	6.302,89	9.248,62	6.201,86	5.971,17	4.743,96	7.176,25	12.897,19	27.355,51	8.654,41	10.620,25	102.059,45	125.000,00
	I.T.B.I.	2.320,00	5.037,00	6.001,58	3.455,00	8.097,72	3.000,00	24.905,01	2.281,40	200,00	2.635,00	5.220,96	4.886,40	140.753,19	240.000,00
	Outras Receitas Tributárias	1.289,17	2.373,30	0,00	14.042,37	0,00	1.500,00	1.293,96	2.211,93	1.283,96	3.556,52	5.237,89	2.050,54	52.540,74	82.000,00
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	9.985,40	9.514,37	0,00	0,00	0,00	0,00	9.331,27	9.934,57	8.122,66	48.155,69	0,00	0,00	95.043,96	110.000,00
	38.130.03	38.130,03	12.990,20	22.610,55	26.853,07	24.338,34	35.353,19	53.277,62	17.512,42	27.491,49	-69.790,27	19.137,91	18.469,42	226.373,97	120.900,00
	RECEITA PATRIMONIAL	38.130,03	12.990,20	22.610,55	26.853,07	24.338,34	35.353,19	53.277,62	17.512,42	27.491,49	-69.790,27	19.137,91	18.469,42	226.373,97	120.900,00
	38.130.03	38.130,03	12.990,20	22.610,55	26.853,07	24.338,34	35.353,19	53.277,62	17.512,42	27.491,49	-69.790,27	19.137,91	18.469,42	226.373,97	120.900,00
RECEITAS AGROPECUÁRIA	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	5.739,84	6.909,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.056,93	5.175,19	26.881,07	23.000,00
	38.130.04	0,00	5.739,84	6.909,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.056,93	5.175,19	26.881,07	23.000,00
	RECEITA INDUSTRIAL	10.593,72	18.574,24	0,00	75,00	3.655,60	748,27	0,00	10.450,71	5.990,73	9.348,18	0,00	707,29	60.113,74	33.000,00
	38.130.05	10.593,72	18.574,24	0,00	75,00	3.655,60	748,27	0,00	10.450,71	5.990,73	9.348,18	0,00	707,29	60.113,74	33.000,00
	RECEITA DE SERVIÇOS	1.162.793,00	1.373.649,00	1.341.322,32	1.310.033,95	1.100.257,52	1.195.298,23	1.298.294,44	1.147.871,62	1.092.351,02	1.316.038,64	1.130.766,68	1.216.801,38	14.616.276,00	14.487.000,00
	38.130.06	1.162.793,00	1.373.649,00	1.341.322,32	1.310.033,95	1.100.257,52	1.195.298,23	1.298.294,44	1.147.871,62	1.092.351,02	1.316.038,64	1.130.766,68	1.216.801,38	14.616.276,00	14.487.000,00
	Transferências do FPM.	480.575,98	594.031,36	594.031,36	635.192,90	376.793,29	445.248,72	573.098,30	429.179,99	398.123,63	448.426,05	383.062,94	371.503,94	5.633.644,56	6.000.000,00
	38.130.07	480.575,98	594.031,36	594.031,36	635.192,90	376.793,29	445.248,72	573.098,30	429.179,99	398.123,63	448.426,05	383.062,94	371.503,94	5.633.644,56	6.000.000,00
	Cota-Parte do ICMS.	420.972,06	419.185,94	408.178,20	398.170,33	393.790,04	394.028,23	390.031,78	396.031,66	398.028,16	396.099,87	413.993,47	426.827,81	4.795.666,49	4.700.000,00
	38.130.08	420.972,06	419.185,94	408.178,20	398.170,33	393.790,04	394.028,23	390.031,78	396.031,66	398.028,16	396.099,87	413.993,47	426.827,81	4.795.666,49	4.700.000,00
RECEITAS DE FUNDEB	Cota-Parte do IPVA.	14.642,05	4.207,65	4.529,61	25.454,05	36.535,52	32.493,18	55.020,38	40.743,55	40.956,58	42.094,39	44.095,93	30.845,78	371.333,07	310.000,00
	38.130.09	14.642,05	4.207,65	4.529,61	25.454,05	36.535,52	32.493,18	55.020,38	40.743,55	40.956,58	42.094,39	44.095,93	30.845,78	371.333,07	310.000,00
	Cota-Parte do ITR.	336,73	307,08	401,88	14,05	26.953,77	0,00	183,39	93,58	0,00	-26.953,77	4.114,90	12.495,93	17.946,54	20.000,00
	38.130.10	336,73	307,08	401,88	14,05	26.953,77	0,00	183,39	93,58	0,00	-26.953,77	4.114,90	12.495,93	17.946,54	20.000,00
	Outras Transferências Correntes	88.696,23	279.059,07	156.328,70	88.981,22	108.846,62	133.491,54	73.715,06	110.556,40	159.330,94	288.227,71	107.204,17	189.032,32	1.803.779,98	1.557.000,00
	38.130.11	88.696,23	279.059,07	156.328,70	88.981,22	108.846,62	133.491,54	73.715,06	110.556,40	159.330,94	288.227,71	107.204,17	189.032,32	1.803.779,98	1.557.000,00
	Transferências da LC 87/1999	6.556,39	7.005,51	6.522,90	5.522,36	5.051,78	5.675,40	6.430,63	10.176,52	6.252,82	6.445,26	6.065,34	6.495,46	78.407,47	65.000,00
	38.130.12	6.556,39	7.005,51	6.522,90	5.522,36	5.051,78	5.675,40	6.430,63	10.176,52	6.252,82	6.445,26	6.065,34	6.495,46	78.407,47	65.000,00
	Transferências da LC 87/1996	1.742,45	1.742,45	1.723,67	1.723,67	0,00	1.723,67	1.723,67	1.723,67	1.723,67	1.723,67	1.723,67	1.723,67	18.897,93	24.000,00
	38.130.13	1.742,45	1.742,45	1.723,67	1.723,67	0,00	1.723,67	1.723,67	1.723,67	1.723,67	1.723,67	1.723,67	1.723,67	18.897,93	24.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	Transferências do FUNDEB	138.969,21	156.132,64	168.806,10	164.975,37	152.296,10	153.457,49	167.770,03	158.766,31	147.221,22	-159.975,66	180.485,26	167.675,57	1.896.500,96	1.800.000,00
	38.130.14	138.969,21	156.132,64	168.806,10	164.975,37	152.296,10	153.457,49	167.770,03	158.766,31	147.221,22	-159.975,66	180.485,26	167.675,57	1.896.500,96	1.800.000,00
	Outras Receitas Correntes	2.819,12	3.833,45	2.170,21	19.508,32	13.792,97	147.433,37	7.773,73	3.889,91	3.272,65	-159.725,65	3.975,68	1.306,13	52.986,07	47.300,00
	38.130.15	2.819,12	3.833,45	2.170,21	19.508,32	13.792,97	147.433,37	7.773,73	3.889,91	3.272,65	-159.725,65	3.975,68	1.306,13	52.986,07	47.300,00
	DEDUÇÕES (II)	186.981,56	187.705,72	203.254,34	211.229,18	162.502,88	173.887,42	205.408,76	173.996,08	157.173,33	176.567,66	172.615,28	170.035,27	2.186.747,87	2.224.000,00
	38.130.16	186.981,56	187.705,72	203.254,34	211.229,18	162.502,88	173.887,42	205.408,76	173.996,08	157.173,33	176.567,66	172.615,28	170.035,27	2.186.747,87	2.224.000,00
	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.048.700,16	1.340.595,18	1.182.662,42	1.171.987,35	993.781,13	1.176.412,81	1.252.909,49	1.068.457,33	1.002.028,58	1.063.413,00	1.025.634,69	1.090.400,21	13.416.982,35	13.214.200,00
	38.130.17	1.048.700,16	1.340.595,18	1.182.662,42	1.171.987,35	993.781,13	1.176.412,81	1.252.909,49	1.068.457,33	1.002.028,58	1.063.413,00	1.025.634,69	1.090.400,21	13.416.982,35	13.214.200,00
	38.130.18	1.048.700,16	1.340.595,18	1.182.662,42	1.171.987,35	993.781,13	1.176.412,81	1.252.909,49	1.068.457,33	1.002.028,58	1.063.413,00	1.025.634,69	1.090.400,21	13.416.982,35	13.214.200,00
	38.130.19	1.048.700,16	1.340.595,18	1.182.662,42	1.171.987,35	993.781,13	1.176.412,81	1.252.909,49	1.068.457,33	1.002.028,58	1.063.413,00	1.025.634,69	1.090.400,21	13.416.982,35	13.214.200,00

Fonte: Versão: 09/11/2014

FONTE:

Vargão, 08/11/2014

AMARILDO PAGLIA
ORDENADOR DA DESPESA

PEDRO LUIS PASSINA
TEC. EM CONTABILIDADE CRC 16.894

ROSELENE DE OLIVEIRA DE PA
CONTROLADORA INTERNA

RREO - ANEXO 07 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014(BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS			RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos	Saldo		Inscritos	Liquidados		Pagos	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	102.224,94	2.205,92	49.017,82	897.537,70	924.734,13	650.286,49	296.599,03
EXECUTIVO	0,00	102.224,94	2.205,92	49.017,82	897.537,70	924.734,13	650.286,49	296.599,03
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	1.465,10	1.465,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	28.873,62	0,00	49.017,82	74.061,37	106.417,80	105.902,76	17.176,43
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	5.127,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO	0,00	3.666,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA M. DA AGRICULTURA, IND. COM. TUF	0,00	5.015,44	740,82	0,00	1.354,46	1.354,46	1.354,46	0,00
SECRETARIA M. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	36.976,97	0,00	0,00	253.275,00	247.815,00	136.842,02	116.432,98
SECRETARIA M. DE EDUCAÇÃO	0,00	18.914,32	0,00	0,00	568.146,87	568.146,87	405.187,25	162.959,62
SECRETARIA M. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANO	0,00	-	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	102.224,94	2.205,92	49.017,82	897.537,70	924.734,13	650.286,49	296.599,03

FONTE:

Vargão, 08/11/2014

AMARILDO PAGLIA PEDRO LUIS FASSINA ROSELEIR DE OLIVEIRA DE FRA
ORDENADOR DA DESPESA TEC. EM CONTABILIDADE CRC 15.1 CONTROLADORA INTERNA

RREO - ANEXO 5 - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	216.654,33	209.189,64	201.548,07
DEDUÇÕES (II)	2.299.880,63	2.806.014,48	2.579.946,69
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.399.426,91	3.475.252,26	3.147.979,87
Demais Haveres Financeiros	2.678,66	2.666,99	2.666,99
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	102.224,94	671.904,77	570.700,17
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.083.226,30	-2.596.824,84	-2.378.398,62
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.083.226,30	-2.596.824,84	-2.378.398,62

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2014 (C - A)
VALOR	218.426,22	-295.172,32

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-1.404.400,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Vargão, 08/11/2014

AMARILDO PAGLIA
ORDENADOR DA DESPESA

PEDRO LUIS FASSINA
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 15.894

ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA
CONTROLADORA INTERNA

RREO - ANEXO 06 - DEMONSTRATIVO DE RESULTADO PRIMÁRIO

Município de Vargem - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	13.093.300,00	2.078.427,57	10.852.433,27	9.896.945,90
Receita Tributária	617.000,00	53.488,96	410.662,77	372.545,93
I.P.T.U.	140.000,00	1.093,34	161.858,96	82.805,63
I.S.S.	240.000,00	19.274,66	98.972,11	167.058,10
I.T.B.I.	30.000,00	10.107,36	61.484,07	12.340,05
I.R.R.F.	125.000,00	0,00	39.469,36	73.066,57
Outras Receitas Tributárias	82.000,00	23.013,60	48.878,27	37.275,58
Receita de Contribuição	110.000,00	0,00	75.544,19	68.818,24
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	110.000,00	0,00	75.544,19	68.818,24
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	120.900,00	37.607,33	175.253,74	100.783,46
(-) Aplicações Financeiras	120.900,00	37.607,33	175.253,74	100.783,46
Transferências Correntes	12.263.000,00	2.004.717,51	10.267.775,80	9.358.193,60
F.P.M.	4.800.000,00	611.669,46	3.709.660,25	3.422.601,33
I.C.M.S.	3.760.000,00	672.657,23	3.164.406,87	2.989.553,91
Convênios	90.000,00	23.312,15	182.642,29	69.925,74
Outras Transferências Correntes	3.613.000,00	697.078,67	3.211.066,39	2.876.112,62
Demais Receitas Correntes	103.300,00	20.221,10	98.450,51	97.388,13
Dívida Ativa	9.000,00	2.573,58	9.699,79	14.895,93
Diversas Receitas Correntes	94.300,00	17.647,52	88.750,72	82.492,20
RECEITAS DE CAPITAL (II)	16,00	16.155,49	1.517.024,23	531.876,84
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	84.901,56	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	157.550,00
Transferências de Capital	16,00	16.155,49	1.432.122,67	374.326,84
Convênios	16,00	769,85	1.416.737,03	374.326,84
Outras Transferências de Capital	0,00	15.385,64	15.385,64	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	16,00	16.155,49	1.432.122,67	374.326,84
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	13.093.316,00	2.094.583,06	12.284.555,94	10.271.272,74
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	12.289.957,85	2.105.128,58	9.627.559,47	7.998.071,92
Pessoal e Encargos Sociais	6.070.082,70	925.362,71	4.664.978,41	4.136.852,18
Juros e Encargos da Dívida (IX)	20.000,00	0,00	10.507,19	3.473,26
Outras Despesas Correntes	6.199.875,15	1.179.765,87	4.952.073,87	3.857.746,48
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	12.269.957,85	2.105.128,58	9.617.052,28	7.994.598,66
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.120.716,00	233.190,67	1.813.307,73	751.211,43
Investimentos	3.834.716,00	225.549,10	1.694.111,02	331.230,05
Inversões Financeiras	6.000,00	0,00	0,00	320.000,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	6.000,00	0,00	0,00	320.000,00
Amortização da Dívida (XIV)	280.000,00	7.641,57	119.196,71	99.981,38
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.840.716,00	225.549,10	1.694.111,02	651.230,05

Município de Vargão - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	20.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	16.130.673,85	2.330.677,68	11.311.163,30	8.645.828,71
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-3.037.357,85	-236.094,62	973.392,64	1.625.444,03
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	598.871,43	0,00
Superávit Financeiro	-	-	598.871,43	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				179.100,00

FONTE:

Vargão, 08/11/2014

AMARILDO PAGLIA
 ORDENADOR DA DESPESA

PEDRO LUIS FASSINA
 TÊC. EM CONTABILIDADE CRC 15.894

ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA
 CONTROLADORA INTERNA

RREO - ANEXO 12 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Município de Vargem - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

R\$ 1,00							
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE							
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100			
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	546.000,00	546.000,00	372.974,35	68,31			
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	140.000,00	140.000,00	161.856,96	115,61			
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	30.000,00	30.000,00	61.484,07	204,95			
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	240.000,00	240.000,00	98.972,11	41,24			
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	125.000,00	125.000,00	39.469,36	31,58			
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.000,00	2.000,00	994,96	49,75			
Dívida Ativa dos Impostos	7.000,00	7.000,00	9.698,79	138,57			
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	2.000,00	2.000,00	495,10	24,76			
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.120.000,00	11.120.000,00	9.042.722,21	81,32			
Cota-Parte FPM	6.000.000,00	6.000.000,00	4.637.075,02	77,28			
Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	17.304,73	86,52			
Cota-Parte IPVA	310.000,00	310.000,00	352.483,37	113,70			
Cota-Parte ICMS	4.700.000,00	4.700.000,00	3.955.507,49	84,16			
Cota-Parte IPH Exportação	66.000,00	66.000,00	64.838,57	98,24			
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	24.000,00	24.000,00	15.513,03	64,64			
Desoneração ICMS (LC 87/96)	24.000,00	24.000,00	15.513,03	64,64			
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	11.666.000,00	11.666.000,00	9.415.696,56	80,71			
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE							
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS				
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100			
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	64.000,00				
Provenientes da União	0,00	0,00	64.000,00				
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00			
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	64.000,00				
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)							
DESPESAS CORRENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			Até o Bimestre (f)	%		Até o Bimestre (g)	%
Pessoal e Encargos Sociais	3.101.100,00	3.230.413,66	2.789.567,36	86,35	2.537.753,61	78,56	
Outras Despesas Correntes	1.562.500,00	1.659.500,00	1.282.537,74	77,28	1.282.537,74	77,28	
	1.538.600,00	1.570.913,66	1.507.029,62	95,93	1.255.215,87	79,90	
DESPESAS DE CAPITAL	115.502,00	205.502,00	150.164,06	73,07	150.164,06	73,07	
							Investimentos

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Vargem - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	115.502,00	205.502,00	150.164,06	73,07	150.164,06	73,07
Investimentos	115.502,00	205.502,00	150.164,06	73,07	150.164,06	73,07
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.216.602,00	3.435.915,66	2.939.731,42	85,56	2.687.917,67	78,23
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO						
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS Recursos de Operações de Crédito Outros Recursos OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹ DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS² DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	681.702,00	771.702,00	728.938,37	24,80	676.881,99	25,18
	671.200,00	671.200,00	635.018,37	21,60	582.961,99	21,69
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	10.502,00	100.502,00	93.920,00	3,19	93.920,00	3,49
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	-	-	0,00	0,00	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	681.702,00	771.702,00	728.938,37	24,80	676.881,99	25,18
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.534.900,00	2.664.213,66	2.210.793,05	60,76	2.011.035,68	53,05
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 16% 4 e 6						21,36
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI - (16 x IIb)/100]						598.681,20

Continuação 2/4

Continuação 3/4

Município de Vargem - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL						
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
SALDO INICIAL	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)					
0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00			
TOTAL (VIII)						
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGO 24, § 2º						
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)				
-	-	-				
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)				DESPESAS LIQUIDADAS		
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		%		
		Até Bimestre (l)	(Total l)*100	Até Bimestre (m)	(m/Total m)*100	
3.183.102,00	3.402.415,66	2.927.175,12	86,07	2.675.361,37	99,53	
13.000,00	13.000,00	11.941,30	0,41	11.941,30	0,44	
12.500,00	12.500,00	510,00	0,02	510,00	0,02	
8.000,00	8.000,00	105,00	0,00	105,00	0,00	
3.216.602,00	3.435.915,66	2.939.731,42	100,00	2.687.917,67	100,00	
TOTAL						

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+h)] \times (15 \times IIIb)/100$

Continua 3/4

Município de Vargem - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

Vargem, 08/11/2014

AMARILDO PAGLIA
ORDENADOR DA DESPESA

PEDRO LUIS FASSINA
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 15.894

ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA
CONTROLADORA INTERNA

LRF - ANEXO 14 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Município de Vargem - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial	—		13.214.216,00
Previsão Atualizada	—		13.214.216,00
Receitas Realizadas	2.132.190,39		12.544.711,24
Déficit Orçamentário	—		0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	—		598.871,43
DESPESAS			
Dotação Inicial	—		13.214.216,00
Créditos Adicionais	—		3.216.457,85
Dotação Atualizada	—		16.430.673,85
Despesas Empenhadas	1.577.446,25		12.442.790,28
Despesas Liquidadas	2.338.319,25		11.440.867,20
Superavit Orçamentário	—		1.103.844,04
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		1.577.446,25	12.442.790,28
Despesas Liquidadas		2.338.319,25	11.440.867,20
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			13.416.982,35
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	0,00		0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)	0,00		0,00
Liquidadas	0,00		0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00		0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		-1.404.400,00	21,02
Resultado Primário		179.100,00	543,49
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		946.855,52	0,00
EXECUTIVO		946.855,52	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		102.224,94	2.205,92
EXECUTIVO		102.224,94	2.205,92
TOTAL:		1.049.080,46	2.205,92
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.168.214,50	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.202.401,70	60%
Liquidadas		1.202.401,70	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		84.901,56	-84.901,56
Despesa de Capital Líquida		1.813.307,73	2.307.408,27
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de Vargeão - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/2

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	100,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.011.035,68	15,00	21,36
Liquidadas	2.011.035,68		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Vargeão, 08/11/2014

AMARILDO PAGLIA
 ORDENADOR DA DESPESA

PEDRO LUIS FASSINA
 TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 15.894

ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA
 CONTROLADORA INTERNA

Vargem Bonita

PREFEITURA

LEI N.1018/2014

LEI Nº 1.018/2014, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.
ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 960/2013
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Melania Aparecida Roman Meneghini, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina.

Faço saber, em cumprimento as atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, de que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

Art. 1º Ficam alterados os Anexos I, II, III, IV, V, VI e VII da Lei Municipal nº 960/2013, de 15 de outubro de 2013, os quais passam a vigorar conforme os respectivos anexos desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Vargem Bonita /SC, em 11 de novembro de 2014.
Melania Aparecida Roman Meneghini
Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios - DOM em 12/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

Suélen Favretto
Secretária de Administração e Finanças

LEI N.1019/2014

Lei nº 1.019/2014, de 11 de novembro de 2014.
AUTORIZA A BAIXA DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal, através do Setor de Controle do Patrimônio, autorizada a proceder à baixa do Patrimônio Municipal, dos bens móveis inservíveis, constantes do anexo a presente Lei.

Art. 2º - Os referidos bens, objeto de avaliação através de Comissão Especial, nomeados pelo Decreto Municipal nº 067/2014, não serão objeto de processo de alienação por venda, em virtude das precárias condições dos mesmos e considerados sem valor comercial.

Art. 3º - As despesas para o cumprimento do presente lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Bonita, em 11 de novembro de 2014.
Melania Aparecida Roman Meneghini
Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios - DOM em 12/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

Suélen Favretto
Secretária de Administração e Finanças

Videira

PREFEITURA

LAUDOS DE ACEITABILIDADE DE AMOSTRAS DO PR 133/2014 - PMV

LAUDO DE ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE UNIFORMES ESCOLARES

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa HARMONIZE INDÚSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.489.202.001-08, apresentou os laudos técnicos, conforme previsto no edital e nas marcas citadas abaixo:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	MARCA	SITUAÇÃO
11	1.800	Conjunto de agasalho escolar nos tamanhos 10,12,14,16, composto por: jaqueta em microfibras 100% poliéster lito active, gramatura 150gr/m², com zíper frontal até o final da gola, com dois bolsos modelos faca, forro 100 poliéster furadinho. Calça em microfibras 100% ploester lito active, gramatura 15150gr/m², cós com elástico 4cm e cordão, dois bolsos modelo faca, forro 100% poliéster furadinho. Na parte das costas da jaqueta, serigrafia em arco com base de: 23 cm de largura com a frase: Secretaria Municipal de Educação e reto logo abaixo com 18cm largura a frase: Videira-SC. Em letras ARIAL, em caixa alta com altura das letras de 2,3cm, com base total de 25cm de largura. Cor a definir. A etiqueta deverá ser colocada na parte central das costas e conter: dados do fabricante, composição o tecido, tamanho e modo de conservação.	HARMONIZE	Aprovada
12	1.900	Conjunto de agasalho escolar, cor a definir nos tamanhos P,M,G,GG, composto por: jaqueta em microfibras 100% poliéster lito active, gramatura 150gr/m², com zíper frontal até o final da gola, com dois bolsos modelos faca, forro 100 poliéster furadinho. Calça em microfibras 100% ploester lito active, gramatura 150gr/m², cós com elástico 4cm e cordão, dois bolsos modelo faca, forro 100% poliéster furadinho. Na parte das costas da jaqueta, bordado em arco com base de: 23 cm de largura com a frase: Secretaria Municipal de Educação e reto logo abaixo com 18cm largura a frase: Videira-SC. Em letras ARIAL, em caixa alta com altura das letras de 2,3cm, com base total de 25cm de largura. Cor a definir. A etiqueta deverá ser colocada na parte central das costas e conter: dados do fabricante, composição o tecido, tamanho e modo de conservação.	HARMONIZE	Aprovada

16	2.300	Blusão de moletom peluciado, cor a definir nos tamanhos 2,4,6,8 gramatura 340gr/m², composição 50% algodão e 50%poliester, punhos com ribana com 6 cm de largura, gola com ribana, bolso canguru e capuz, Na parte das costas do blusão, serigrafia em arco com base de: 23 cm de largura com a frase: Secretaria Municipal de Educação e reto logo abaixo com 18cm largura a frase: Videira-SC. Em letras ARIAL, em caixa alta com altura das letras de 2,3cm, com base total de 25cm de largura. Cor a definir. A etiqueta deverá ser colocada na parte central das costas e conter: dados do fabricante, composição o tecido, tamanho e modo de conservação.	HARMONIZE	Aprovada
----	-------	---	-----------	----------

Dessa forma, após conferência, Aprovamos, os laudos técnicos e amostras físicas apresentados referente ao EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/2014- PMV.

Posto isto, segue anexo os relatórios de ensaios emitidos pelo LAFITE - Laboratório de Ensaios Físicos Têxtil do SENAI-SC em Brusque - de cada amostra apresentado pela empresa citada para veracidade das especificações técnicas.

Videira/SC, 07 de novembro de 2014.

Roberta Aparecida Martinez
Secretária Municipal de Educação

Maria R.S.Marques
Diretora de Educação

LAUDO DE ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE UNIFORMES ESCOLARES

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa FS INDÚSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LDIA, inscrita no CNPJ nº 07.434.746.0001/52, apresentou os laudos técnicos, conforme previsto no edital e nas marcas citadas abaixo:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	MARCA	SITUAÇÃO
5	1.700	Bermuda Masculina em malha colegial tamanhos 10,12,14,16, composição 65% poliéster e 35% algodão, gramatura 280gr/m², com tolerância de variação de 5% para mais o para menos na cor a definir.	UNIVEST	APROVADA
6	1.800	Bermuda Masculina em malha colegial tamanhos P,M,G,GG,, composição 65% poliéster e 35% algodão, gramatura 280gr/m², com tolerância de variação de 5% para mais o para menos na cor a definir.	UNIVEST	APROVADA

7	1.700	Bermuda colegial feminina nos tamanhos 10,12,14,16 em extrech texturizado 88% poliamida e 12 elastano, gramatura mínima 370gr/m ² com tolerância de variação de 5% para mais ou para menos, cós com elástico 4cm não rebatido na cor a definir.	UNIVEST	APROVADA
8	1.700	Bermuda colegial feminina nos tamanhos P,M,G,GG, em extrech texturizado 88% poliamida e 12 elastano, gramatura mínima 370gr/m ² com tolerância de variação de 5% para mais ou para menos, cós com elástico 4cm não rebatido na cor a definir.	UNIVEST	APROVADA
9	1.700	Calça colegial feminina nos tamanhos 10,12,14,16 em extrech texturizado 88% poliamida e 12 elastano, gramatura mínima 370gr/m ² com tolerância de variação de 5% para mais ou para menos, cós com elástico 4cm não rebatido na cor a definir.	UNIVEST	APROVADA
10	1.700	Calça colegial feminina nos tamanhos P,M,G,GG, em extrech texturizado 88% poliamida e 12 elastano, gramatura mínima 370gr/m ² com tolerância de variação de 5% para mais ou para menos, cós com elástico 4cm não rebatido na cor a definir.	UNIVEST	APROVADA
15	2.200	Short /saia em malha colegial tamanhos 2,4,6,8, composição de 65% poliéster e 35% algodão, gramatura mínima 280gr/m ² , com tolerância de variação de 5% para mais ou para menos na cor a definir.	UNIVEST	APROVADA

Dessa forma, após conferência, Aprovamos, os laudos técnicos e amostras físicas apresentados referente ao EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/2014- PMV.

Posto isto, segue anexo os relatórios de ensaios emitidos pelo LAFITE - Laboratório de Ensaios Físicos Têxtil do SENAI-SC em Brusque - de cada amostra apresentado pela empresa citada para veracidade das especificações técnicas.

Videira/SC, 07 de novembro de 2014.

Roberta Aparecida Martinez
Secretária Municipal de Educação

Maria R.S.Marques
Diretora de Educação

LAUDO DE ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE UNIFORMES ESCOLARES

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa ANILDO ANTUNES-ME, inscrita no CNPJ nº 01.086.661/0001-44, apresentou os laudos técnicos, conforme previsto no edital e nas marcas citadas abaixo:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	MARCA	SITUAÇÃO
1	2.550	CAMISETAS TAMANHO 10,12,14,16 DE MANGA CURTA 67%poliéster, 33% viscose, antipilling, gramatura 160/gm ² com tolerância de variação de 5% para mais ou para menos, gola redonda com ribana com largura de 2,5cm com 2 pespontos feito com maquina galoneira. Na parte das costas, alto da camiseta, serigrafia em arco com base de: 23 cm de largura com a frase: Secretaria Municipal de Educação e reto logo abaixo com 18cm largura a frase: Videira-SC. Em letras ARIAL, em caixa alta com altura das letras de 2,3cm, com base total de 25cm de largura. Cor a definir. A etiqueta deverá ser colocada na parte central das costas e conter: dados do fabricante, composição o tecido, tamanho e modo de conservação.	GG UNIFORMES	APROVADA
2	2.550	CAMISETAS TAMANHO 10,12,14,16 DE MANGA LONGA, 67%poliéster, 33% viscose, antipilling, gramatura 160/gm ² com tolerância de variação de 5% para mais ou para menos, gola redonda com ribana com largura de 2,5cm com 2 pespontos feito com maquina galoneira. Na parte das costas, alto da camiseta, serigrafia em arco com base de: 23 cm de largura com a frase: Secretaria Municipal de Educação e reto logo abaixo com 18cm largura a frase: Videira-SC. Em letras ARIAL, em caixa alta com altura das letras de 2,3cm, com base total de 25cm de largura. Cor a definir. A etiqueta deverá ser colocada na parte central das costas e conter: dados do fabricante, composição o tecido, tamanho e modo de conservação.	GG UNIFORMES	APROVADA

3	1.530	CAMISETAS TAMANHO P,M,G,GG,EG DE MANGA CURTA, 67%poliéster, 33% viscose, antipilling, gramatura 160/gm ² com tolerância de variação de 5% para mais ou para menos, gola redonda com ribana com largura de 2,5cm com 2 pespontos feito com maquina galoneira. Na parte das costas, alto da camiseta, serigrafia em arco com base de: 23 cm de largura com a frase: Secretaria Municipal de Educação e reto logo abaixo com 18cm largura a frase: Videira-SC. Em letras ARIAL, em caixa alta com altura das letras de 2,3cm , com base total de 25cm de largura. Cor a definir. A etiqueta deverá ser colocada na parte central das costas e conter: dados do fabricante, composição o tecido, tamanho e modo de conservação.	GG UNIFORMES	APROVADA
4	1.530	CAMISETAS TAMANHO P,M,G,GG,EG DE MANGA LONGA, 67%poliéster, 33% viscose, antipilling, gramatura 160/gm ² com tolerância de variação de 5% para mais ou para menos, gola redonda com ribana com largura de 2,5cm com 2 pespontos feito com maquina galoneira. Na parte das costas, alto da camiseta, serigrafia em arco com base de: 23 cm de largura com a frase: Secretaria Municipal de Educação e reto logo abaixo com 18cm largura a frase: Videira-SC. Em letras ARIAL, em caixa alta com altura das letras de 2,3cm , com base total de 25cm de largura. Cor a definir. A etiqueta deverá ser colocada na parte central das costas e conter: dados do fabricante, composição o tecido, tamanho e modo de conservação.	GG UNIFORMES	APROVADA

13	2.350	CAMISETAS TAMANHO 2,4,6,8 DE MANGA CURTA, cor a definir , 67%poliéster, 33% viscose, antipilling, gramatura 160/gm ² com tolerância de variação de 5% para mais ou para menos, gola redonda com ribana com largura de 2,5cm com 2 pespontos feito com maquina galoneira . Na parte das costas, alto da camiseta, serigrafia em arco com base de: 23 cm de largura com a frase: Secretaria Municipal de Educação e reto logo abaixo com 18cm largura a frase: Videira-SC. Em letras ARIAL, em caixa alta com altura das letras de 2,3cm , com base total de 25cm de largura. Cor a definir. A etiqueta deverá ser colocada na parte central das costas e conter: dados do fabricante, composição o tecido, tamanho e modo de conservação.	GG UNIFORMES	APROVADA
14	2.350	CAMISETAS TAMANHO 2,4,6,8 DE MANGA LONGA, na cor a definir , 67%poliéster, 33% viscose, antipilling, gramatura 160/gm ² com tolerância de variação de 5% para mais ou para menos, gola redonda com ribana com largura de 2,5cm com 2 pespontos feito com maquina galoneira. Na parte das costas, alto da camiseta, serigrafia em arco com base de: 23 cm de largura com a frase: Secretaria Municipal de Educação e reto logo abaixo com 18cm largura a frase: Videira-SC. Em letras ARIAL, em caixa alta com altura das letras de 2,3cm , com base total de 25cm de largura. Cor a definir. A etiqueta deverá ser colocada na parte central das costas e conter: dados do fabricante, composição o tecido, tamanho e modo de conservação.	GG UNIFORMES	APROVADA

Dessa forma, após conferência, Aprovamos, os laudos técnicos e amostras físicas apresentados referente ao EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/2014- PMV.

Posto isto, segue anexo os relatórios de ensaios emitidos pelo LAFITE - Laboratório de Ensaios Físicos Têxtil do SENAI-SC em Brusque - de cada amostra apresentado pela empresa citada para veracidade das especificações técnicas.

Videira/SC, 07 de novembro de 2014.
 Roberta Aparecida Martinez
 Secretária Municipal de Educação

Maria R.S.Marques
 Diretora de Educação

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MUNICÍPIO DE VIDEIRA
 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2014 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2014 - PMV
 HOMOLOGAÇÃO: 10/11/2014.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE PADRÃO DE LUZ E SISTEMA DE ESGOTO PARA CONSTRUÇÃO DE CASA MODULAR CEDIDAS PELA SECRETARIA DE DEFESA CIVIL DO ESTADO. PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E HABITAÇÃO

FORNECEDORES DIRETO: LUMIPLAST LTDA ME
 CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA
 FAÍSCA COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA
 CONCRETOS BG LTDA ME

VALOR: R\$ 7.928,86 (sete mil novecentos e vinte e oito reais e oitenta e seis centavos).

VIGÊNCIA: Inicia-se em 10/11/2014, com duração até o dia 31/12/2014.

FUNDAMENTO: Art. 24, II, IV, atentando também ao Art. 26 da Lei 8.666/93.

Videira - SC, 10 de Novembro de 2014.
 WILMAR CARELLI
 PREFEITO MUNICIPAL

Vitor Meireles

PREFEITURA

DECRETO N.º 063/2014

DECRETO 063/2014

Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0866, de 19/11/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.365.010.2020 - Manutenção da Educação Infantil (Creche)

33000000.00 - Outras Despesas Correntes

33900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.0100 - Rec. Impostos e Transf. Impostos - Educação
 R\$ 10.000,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.365.010.2020 - Manutenção da Educação Infantil (Creche)

44000000.00 - Investimentos

44900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.0100 - Rec. Impostos e Transf. Impostos - Educação
 R\$ 2.477,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.365.010.2020 - Manutenção da Educação Infantil (Creche)

33000000.00 - Outras Despesas Correntes

33900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.2201 - Transf. Convênios Educação - Empresas
 R\$ 680,00

0901 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA

08.243.008.2015 - Programa de Proteção Sócio-Educativo

44000000.00 - Investimentos

44900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.0000 - Recursos Ordinários
 R\$ 1.141,00

1101 - SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO

13.392.013.2032 - Manutenção das Atividades Culturais e Turísticas

44000000.00 - Investimentos

44900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.0000 - Recursos Ordinários
 R\$ 473,18

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica

31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

31710000.00 - Transferência a Consórcios Públicos

0.1.0200 - Rec. Impostos e de Transf. de Impostos - Saúde
 R\$ 1.000,00

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica
44000000.00 - Investimentos
44710000.00 - Transferência a Consórcios Públicos
0.1.0200 - Rec. Impostos e de Transf. de Impostos - Saúde
..... R\$ 1.000,00

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica

44000000.00 – Investimentos
44900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0200 - Rec. Impostos e de Transf. de Impostos - Saúde
..... R\$ 5.000,00

1001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.009.2016 - Atenção a Famílias Carentes

44000000.00 – Investimentos
44900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0000 - Recursos Ordinários
..... R\$ 1.522,00

1001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.009.2038 - Proteção Social Básica - CRAS

44000000.00 – Investimentos
44900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0000 - Recursos Ordinários
..... R\$ 5.000,00

Art. 2º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12.365.010.2020 - Manutenção da Educação Infantil (Creche)
31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais
31900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.0100 - Rec. Impostos e Transf. Impostos - Educação
..... R\$ 12.477,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12.365.010.2020 - Manutenção da Educação Infantil (Creche)
44000000.00 - Investimentos
44900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.2201 - Trânsf. Convênios Educação - Empresas
..... R\$ 680,00

0901 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA
08.243.008.2015 - Programa de Proteção Sócio-Educativo

33000000.00 – Investimentos
33900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0000 - Recursos Ordinários
..... R\$ 1.141,00

1101 - SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO
13.392.013.2032 - Manutenção das Atividades Culturais e Turísticas

31000000.00 – Pessoal e Encargos Sociais
31900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0000 - Recursos Ordinários
..... R\$ 473,18

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica

31000000.00 – Pessoal e Encargos Sociais
31900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0200 - Rec. Impostos e de Transf. de Impostos - Saúde
..... R\$ 7.000,00

1001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.009.2016 - Atenção a Famílias Carentes

31000000.00 – Pessoal e Encargos Sociais
31900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0000 - Recursos Ordinários
..... R\$ 1.522,00

1001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.009.2038 - Proteção Social Básica - CRAS

31000000.00 – Pessoal e Encargos Sociais
31900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0000 - Recursos Ordinários
..... R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 11 de Novembro de 2014.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 012/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

Aos 11 de Novembro de 2014, no Departamento de Compras, do município de Vitor Meireles, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 12/2014, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 11/11/2014, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o selecionar propostas objetivando Registro de Preços para aquisição de Pranchas de Madeira para reposição nos pontilhões da malha rodoviária Municipal, para uso na Secretaria de Obras, cujas especificações detalhadas

encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

6909.4 - SERRARIA E B. DE MADEIRAS FISTAROL LTDA						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00001	M³	PRANCHAS DE MADEIRA DE EUCALIPTO, SERRADA, COM ESPESSESSURA MINIMA DE 06CM, LARGURA MINIMA DE 20CM E COMPRIMENTO MINIMO DE 4MT.		60,00	360,00	21.600,00
00002	M³	TABUAS DE MADEIRA DE EUCALIPTO, SERRADA, UTILIZADA PARA COLOCACAO E CALCO DE TUBOS, COM ESPESSESSURA MINIMA DE 3CM, LARGURA MINIMA DE 20CM E COMPRIMENTO MINIMO DE 3MT		60,00	360,00	21.600,00
Total do Fornecedor: 43.200,00 (QUARENTA E TRES MIL E DUZENTOS REAIS)						
Total da Licitação: 43.200,00 (QUARENTA E TRES MIL E DUZENTOS REAIS)						

1.3 Este instrumento não obriga a PMVM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período

de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea "d" da Lei nº. 8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada

(requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, a PMVM solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Pregão Presencial nº. 12/2014 e seus anexos;
- Proposta das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, nos termos do § 3º., Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93.

4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 A entrega dos produtos será na Secretaria Municipal de obras e será parcelada sendo que o prazo de entrega será de 24 horas após o recebimento da Ordem de Compra.

5 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 O Pagamento será realizado de acordo com a quantia dos produtos entregues e apresentação da nota fiscal, sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens solicitados ter sido entregues.

5.2 Os preços serão reajustados, com base no índice de variação de preço repassada pela distribuidora, sendo de responsabilidade da empresa vencedora comprovar tal variação mediante apresentação de Notas Fiscais de compras emitidas até 10 dias anteriores a licitação e Nota de Compras com valores reajustados.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.1 A PMVM poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a PMVM não aceitar a sua justificativa;
- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas pela PMVM.

7 DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes

penalidades:

I - Advertência;

II - Multa:

1- De 1,0% (um) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 40% (quarenta por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

III - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade Pregão, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida, com a consequente rescisão contratual;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a consequente rescisão contratual.

Parágrafo Único: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

7.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

7.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da PMVM.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade de Presidente Getúlio - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitor Meireles - SC, em 11 de Novembro de 2014.
COMISSÃO:

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO
Pregoeiro

JAIR WIPPEL
Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING
Equipe de Apoio

SERRARIA E B. DE MADEIRAS FISTAROL LTDA
JORGE FISTAROL
Contratada

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 41/2013

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 041/2013

Ao décimo dia do mês de novembro do ano de 2014, a Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, celebra o 1º Termo Aditivo à Ata de Registro de Preço nos termos Lei Federal 8.666/93 e Lei 10.520/02 e demais normas aplicáveis, decorrentes do processo licitatório nº 041/2014 homologada em 30/12/2013, cujo objeto fora a formalização de registro de preço para futuras aquisições de combustível, processado nos termos do processo administrativo nº 041/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente Termo aditivo tem por objeto o reajuste de preços em 2,09% para o item 03, e 4,77% para o item 02, repassado pelos fornecedores conforme documentação apresentada, no item nº "00001" passando a vigorar conforme especificações abaixo;

6227.8 - MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00002	LITRO	OLEO DIE-SEL S10		5.000,00	2,82	14.100,00
00003	LITRO	GASOLINA		25.000,00	3,16	79.000,00

As demais cláusulas a Ata de Registro de Preços permanecem inalteradas.

E por estarem às partes de pleno acordo com cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir os efeitos jurídicos e legais.

Vitor Meireles, em 10 de Novembro de 2014.
VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO
Pregoeiro

JAIR WIPPEL
Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING
Equipe de Apoio

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA
Empresa

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 42/2013

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 042/2013

Ao décimo dia do mês de novembro do ano de 2014, a Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, celebra o 1º Termo Aditivo à Ata de Registro de Preço nos termos Lei Federal 8.666/93 e Lei 10.520/02 e demais normas aplicáveis, decorrentes do processo licitatório nº 042/2014 homologada em 03/01/2014, cujo objeto fora a formalização de registro de preço para futuras aquisições de combustível, processado nos termos do processo administrativo nº 042/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente Termo aditivo tem por objeto o reajuste de preços em 5,1% para o item 01, e 4,77% para o item 02, repassado pelos fornecedores conforme documentação apresentada, no item nº

"00001" passando a vigorar conforme especificações abaixo;

6227.8 - MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00001	LITRO	OLEO DIESEL S500		100.000,00	2,63	263.000,00
00002	LITRO	OLEO DIESEL S10		15.000,00	2,82	42.300,00

As demais cláusulas a Ata de Registro de Preços permanecem inalteradas.

E por estarem às partes de pleno acordo com cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir os efeitos jurídicos e legais.

Vitor Meireles, em 10 de Novembro de 2014.

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO

Pregoeiro

JAIR WIPPEL

Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING

Equipe de Apoio

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

Empresa

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 006/2013 FMS

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 006/2013

Ao décimo dia do mês de novembro do ano de 2014, o Fundo Municipal De Saúde de Vitor Meireles, celebra o 1º Termo Aditivo à Ata de Registro de Preço nos termos Lei Federal 8.666/93 e Lei 10.520/02 e demais normas aplicáveis, decorrentes do processo licitatório nº 006/2013 homologada em 06/01/2014, cujo objeto fora a formalização de registro de preço para futuras aquisições de combustível, processado nos termos do processo administrativo nº 006/2013.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente Termo aditivo tem por objeto o reajuste de preços em 5,1% para o item 01, 4,77% para o item 02 e 2,09% para o item 03, repassado pelos fornecedores conforme documentação apresentada, no item nº "00001" passando a vigorar conforme especificações abaixo;

6227.8 - MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00001	LITRO	OLEO DIESEL S500		20.000,00	2,63	52.600,00
00002	LITRO	OLEO DIESEL S10		5.000,00	2,82	14.100,00
00003	LITRO	GASOLINA		20.000,00	3,16	63.200,00

As demais cláusulas a Ata de Registro de Preços permanecem inalteradas.

E por estarem às partes de pleno acordo com cláusulas e

condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir os efeitos jurídicos e legais.

Vitor Meireles, em 10 de Novembro de 2014.

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO

Pregoeiro

JAIR WIPPEL

Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING

Equipe de Apoio

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

Empresa

Xavantina

PREFEITURA

CONTRATO Nº 112/2014 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: VMC COMERCIO E MANUTENCAO DE MAQUINAS PESADAS LTDA.

Contrato nº: 112/2014 - PMXV

Objeto: OBJETIVANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA CONSERTAR MOTOR DE TRATOR DE PNEUS MASSEY FERGUNSSON 4290 PATRIMÔNIO Nº 1913.

Data da Assinatura: 11/11/2014.

Vigência: 16/05/2015.

Valor do Contrato: R\$ 6.945,95 (seis mil, novecentos e quarenta e cinco reais e noventa e cinco centavos).

ADENDO 01 EDITAL PP 60-2014 PMXV - HORAS DE MÁQUINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/2014 - PMXV

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2014 - PMXV

Objeto: Registro de Preços para a possível contratação de horas de máquina pesada, conforme especificações constantes no anexo "C" deste edital.

ADENDO Nº 01

O Município de Xavantina/SC, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, através do Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, TORNA PÚBLICO que altera a Alínea "H" do Item 6.1 do edital do Processo Licitatório nº 83/2014 PMXV, modalidade Pregão Presencial nº 60/2014 PMXV, nos seguintes termos:

1 - Considerando o Artigo 93, Parágrafo Único da Lei Orgânica Municipal.

2 - Fica alterado o Item 6.1, alínea "H" do edital de licitação em referência, na seguinte forma:

6.1.
.....

h) Declaração identificada e assinada pelo representante legal, que em seu quadro societário não compõe nenhum integrante que tenha parentesco com: Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, Comissão desta Licitação, Coordenadores ou equivalentes, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, de primeiro grau, ou por adoção do Município de Xavantina/SC

3 - Todas as demais condições estabelecidas no edital continuam vigentes.

Xavantina/SC, em 07 de novembro de 2014.

MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal.	VALMOR DE SOUZA OAB/SC 12.717
--	----------------------------------

Associações

AMMVI

ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS LICITAÇÃO 07/2014

ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2014

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PINTURA INTERNA E EXTERNA DA ÁREA FÍSICA DA SEDE DA AMMVI e PREENCHIMENTO DE ARESTAS (FRESTAS DE JUNTAS) DO PRÉ-MOLDADO INTERNA E EXTERNA, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, conforme instrumento convocatório e seus anexos.

Aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze (10/11/2014), às dezesseis horas, na sala da Assessoria Jurídica do 2º andar na sede da AMMVI, realizou-se reunião da Comissão de Licitações para análise e julgamento das propostas na Licitação nº 07/2014.

Aberta a reunião e verificado que a empresa CHICO PINTURAS LTDA - ME, embora não tenha juntado cronograma físico de execução dos serviços, informou em sua proposta o prazo de entrega em 90 dias e que concorda com todas as condições de fornecimento estipuladas pelo edital e seus anexos, donde consta cronograma físico-financeiro prevendo 31,36% no primeiro mês, 41,03% no segundo mês e 27,60% no 3º mês.

Desta forma, fica classificada a proposta, declarando-a a empresa CHICO PINTURAS LTDA - ME vencedora do certame pelo valor global de R\$ 108.869,64 (cento e oito mil oitocentos e sessenta e nove reais e sessenta e quatro centavos).

Com isso, deliberou-se pela intimação dos licitantes a respeito da decisão acima, via e-mail e por publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pública, da qual lavrou-se a presente ata, assinada pelos participantes.

Blumenau, 10 de Novembro de 2014.

Luiz Claudio Kades Presidente	Vanessa Cristina de Souza Secretária	Beatriz Padilha Membro
----------------------------------	---	---------------------------

Consórcios

CIGA

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2014

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2014

Aos onze dias do mês de novembro de 2014, às 09 horas, na sede do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), no endereço constante do rodapé, compareceram os membros da Comissão de Licitação abaixo signatários, para, na forma da lei nº 10.520/02 e alterações posteriores, proceder a sessão de abertura dos trabalhos licitatórios do Pregão Presencial n.º 09/2014, objeto do processo licitatório n.º 20/2014, destinado a aquisição de 1 (um) veículo, zero quilômetro, conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I do presente Edital.

O Pregoeiro declarou aberta a sessão e efetuou o recebimento dos envelopes: Credenciamento, Proposta de Preços e Habilitação. A empresa participante dessa licitação, mediante entrega dos envelopes solicitados no edital, é a seguinte: Repecon Veículos Ltda.. Todos os envelopes foram conferidos pelo Pregoeiro.

Logo, o Pregoeiro procedeu com o credenciamento da licitante mediante a verificação da documentação apresentada pelo credenciado para fins de habilitação no certame. Toda a documentação de identificação do representante da empresa participante estava adequada e foi rubricada pelo Pregoeiro e pelo Presidente da Comissão de Licitação. Na sequência, o envelope da Proposta de Preços recebido foi aberto para verificação da proposta quanto à conformidade com os requisitos do Edital, bem como foi rubricada pelo Pregoeiro e pelo Presidente da Comissão de Licitação. A proposta apresentada atendeu aos requisitos do Edital, sendo o preço ofertado de acordo com o valor estimado no Edital. O Pregoeiro em negociação com a empresa licitante questionou se a proposta apresentada seria o lance final, sendo que o representante da licitante informou que o valor final seria reduzido para R\$ 72.750,00 (setenta e dois mil e setecentos e cinquenta reais). Sendo assim, o Pregoeiro procedeu com a abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação da única licitante, para fins de verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas pelo Edital. Após a verificação dos documentos, o Pregoeiro validou e rubricou toda a documentação exigida juntamente com o Presidente da Comissão de Licitação, sendo que todos estavam dentro do prazo de validade. Desta forma, o Pregoeiro considerou a empresa Repecon Veículos Ltda. habilitada e vencedora do certame. O Pregoeiro deu por encerrada a Sessão Pública, da qual constam as assinaturas dos presentes, conforme a presente Ata.

Florianópolis, 11 de novembro de 2014.

Marcello André Previdi

Pregoeiro

Rodrigo Valceli Raimundo

Presidente da Comissão de Licitação

Sandro Domingos da Silva

Repecon Veículos Ltda.

TERMO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2014

TERMO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2014

Após análise da documentação apresentada referente ao Pregão Presencial nº 09/2014, o Sr. Marcello André Previdi, pregoeiro responsável, adjudica a empresa vencedora REPECON VEÍCULOS LTDA., conforme ata da sessão pública colacionada aos autos do Processo Licitatório nº 20/2014.

Florianópolis, 11 de novembro de 2014.

Marcello André Previdi

Pregoeiro

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2014

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2014

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, no uso de suas atribuições legais, homologa o Pregão Presencial nº 09/2014 - Processo Licitatório nº 20/2014, no qual restou vencedora do certame a empresa REPECON VEÍCULOS LTDA., conforme ata da sessão pública colacionada aos autos do Processo Licitatório nº 20/2014.

Florianópolis, 11 de novembro de 2014.

Nelson Guindani

Presidente do CIGA

RETIFICAÇÃO AO EXTRATO CONTRATO 394 - DOM - URUSSANGA

Retificação ao Extrato de Contrato nº 394/2014

Contrato de Rateio - Urussanga

Altera a data de assinatura do Contrato, sendo que o Extrato passa a vigorar com a seguinte redação:

CONTRATANTE: Município de Urussanga

CNPJ: 82.930.181/0001-10

CONTRATO DE RATEIO Nº: 01/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Urussanga e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 264/2014.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 470,00 (quatrocentos e setenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 10 de novembro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 397 - PGC - MAFRA

Extrato de Contrato nº 397/2014

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - Mafra

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Mafra

CNPJ: 83.493.692/0001-84

CONTRATO Nº: 08/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 3.135,00 (três mil e cento e trinta e cinco reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 04 de novembro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

CIMCATARINA

EDITAL 0005_2014 - COLEGIADO DE COMPRAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 0005/2014

COLEGIADO DE COMPRAS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE- CIMCATARINA.

A Presidente do Colegiado de Compras do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Srta. Poliana Haas, no uso de suas atribuições, CONVOCA todos os membros do Colegiado e representantes dos Municípios Consorciados para a REUNIÃO ORDINÁRIA, a ser realizada na sede do Consórcio, sito à Rua Nereu Ramos, n. 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Fraiburgo, SC, em data de 19 de novembro de 2014 em primeira convocação as 13:30hs, para tratar dos seguintes assuntos como ordem do dia:

- I. Conceito do Colegiado;
- II. Eleição e Posse da Nova Diretoria do Colegiado;
- III. Alterações do Regimento Interno CINCO para CIMCATARINA;
- IV. - Discussão de assuntos relacionados a gestão de compras Públicas;
- V. Assuntos gerais sobre compras e licitações.

Fraiburgo SC, 11 de novembro de 2014.

POLIANA HAAS

Presidente do Colegiado de Compras do CIMCATARINA

RESOLUÇÃO Nº 0028_2014

Resolução n. 0028/2014.

Dispõe sobre a rescisão de contrato por prazo determinado e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir o contrato por prazo determinado n. 0005/2013, a pedido do contratado Sr. DEJAIR CONSTANTE RIBEIRO, brasileiro, portador do RG n. 2.668.169, inscrito no CPF sob n. 760.945539-34, residente e domiciliado na cidade de Fraiburgo, SC na data de 17 de novembro de 2014 nos moldes do Protocolo de Intenção, Contrato de Consórcio Público e Estatuto.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de novembro de 2014.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIS/AMOSC

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2014

Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2014

Registro de Preços nº 01/2014

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS aquisição em contratações futuras de medicamentos, de forma parcelada, para uso dos órgãos participantes do CIS-AMOSC: Municípios de Abelardo Luz, Aguas de Chapecó, Aguas Frias, Arvoredo, Bom Jesus, Campo Ere, Caxambu do Sul, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Coronel Martins, Entre Rios, Faxinal do Guedes, Formosa do Sul, Galvão, Guatambu, Irati, Irani, Itá, Ipuacú, Jardinópolis, Jupiá, Lajeado Grande, Marema, Nova Itaberaba, Novo Horizonte, Ouro Verde, Passos Maia, Pinhalzinho, Ponte Serrada, Planalto Alegre, Quilombo, Santiago do Sul, São Bernardino, São Carlos, São Domingos, São Lourenço do Oeste, Serra Alta, Sul Brasil, União do Oeste, Vargeão, Xanxerê e Xaxim, durante o período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

FORMA DE PREGÃO: Eletrônico; JULGAMENTO: Menor preço POR ITEM; RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 do dia 12/11/2014 ate às 09:00 horas do dia 24/11/2014; ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 12:00 horas do dia 24/11/2014; INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:30 horas do dia 24/11/2014; REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília (DF); LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado"; INFORMações: Avenida Getúlio Vargas, 571 S, Centro, 89812-000 Chapecó - SC Pregoeiro: Leandro Schafer e-mail: leandro@amosc.org.br ou cisamosc@amosc.org.br Telefone: (49) 33193217 Fax: (49) 33193205.

Chapecó, SC, 10 de novembro de 2014.

LEANDRO SCHAFFER

Pregoeiro CIS-AMOSC

PEDRO BORSOI

Presidente do CIS-AMOSC